

ISSN 0103-4979

Salvador, v. 31, n. 83, p. 207-436

Maio/Ago. 2018

publicação quadrimestral

# Caderno CRH

Universidade Federal da Bahia  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades



Caderno CRH é uma publicação quadrimestral do Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades - CRH centro de pesquisas em ciências sociais, vinculado à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia.

Este periódico está classificado no Qualis-Capes - base 2013, no Estrato A1.  
Portal de periódicos da Capes - [www.periodicos.capes.gov.br](http://www.periodicos.capes.gov.br)

**Indexação/Indexed in:** Redalyc, Sociological Abstracts (ProQuest), CLASE - Citas Latinoamericanas en Sociologia y Economía, Oasis.br, SciELO-Brasil, Scopus, CLACSO, IRESIE, Google Acadêmico, IBICT Oásis.br

---

Caderno CRH: revista do Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades - CRH/UFBA.  
n.1 (1987) - Salvador, UFBA, 2018.

Quadrimestral  
ISSN 0103-4979

1. Michael Löwy 2. Mercado de trabalho 3. Sociologia do trabalho 4. Capitalismo contemporâneo  
I. Universidade Federal da Bahia II. Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades - CRH/UFBA  
CDU: 3(05)

---

**REITOR UFBA:**

*João Carlos Salles*

**DIRETOR FFCH:**

*Maria Hilda Baqueiro Paraíso*

**COORDENAÇÃO CRH:**

*Alvino Oliveira Sanches Filho*

**EDITOR CIENTÍFICO:**

*Iracema Brandão Guimarães*

**COEDITOR CIENTÍFICO:**

*Cristiana Mercuri*

**EDITORES DE RESENHA:**

*Graça Druck, Jair Batista da Silva*

**EDITOR ASSISTENTE:**

*Maria Auxiliadora dos Santos Alencar*

**SECRETARIA EXECUTIVA:**

*Maria Auxiliadora dos Santos Alencar*

A coordenação editorial do Dossiê desse número é de responsabilidade de *Ricardo Antunes, Ricardo Festi e Fábio Mascaro Querido*

**CONSELHO DE REDAÇÃO:**

*Alvino Oliveira Sanches Filho, Anete Brito Leal Ivo, Graça Druck, Inaiá Maria Moreira de Carvalho, Iracema Brandão Guimarães, Jair Batista da Silva, Paulo Fabio Dantas Neto*

**CONSELHO EDITORIAL:**

*Afrânio Garcia (EHESS-FR), Alda Britto da Motta (UFBA-BA), Beatriz Heredia (UFRJ-RJ), Benício Viero Schmidt (UnB-DF), Carlos Benedito Martins (UnB-DF), César Barreira (UFCE-CE), Claudia Fonseca (UFRGS-RS), Emilio Horacio Taddei (UBA-CONICET-AR), Francisco de Oliveira (USP-SP), Helena Hirata (CNRS-FR), Ilse Scherer-Warren (UFSC-SC), Jacob Carlos Lima (UFSCar-SP), José Crisóstomo de Souza (UFBA-BA), José Ricardo Ramalho (UFRJ-RJ), José Vicente Tavares dos Santos (UFRGS-RS), Júlia Silva Guivant (UFSC-SC), Lia Zanotta Machado (UnB-DF), Lícia Valladares (Univ. Lille-FR/URBANDATA), Luiz Antônio Machado da Silva (UFRJ-RJ), Marcello Musto (York University-CA), Renato Boschi (IUPERJ-RJ), Sérgio Azevedo (UENF-RJ), Silke Weber (UFPE-PE), Vanda Sá Barreto (CEAO/UFBA), Vera da Silva Telles (USP-SP)*

**EDIÇÃO**

**PROJETO E COORDENAÇÃO GRÁFICA:**

*Dadá Marques*

**NORMALIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA:**

*Keite Birne de Lira, Leticia Oliveira de Araújo*

**REVISÃO DE LINGUAGEM:**

*Ana Maria de Carvalho Luz*

**TRADUÇÃO DE RESUMOS:**

*Patricia Chantal Marie Spielmann - Francês*

**CAPA:**

Ilustração (sem título) de *Vilmar Silva Rodrigues*, publicada no Calendário BRASIL/ARTES - 1978, editado pela Colorama Propaganda Fototécnica e Artes Gráficas Ltda - Rio de Janeiro.

A revista conta com o corpo de funcionários do CRH/UFBA, nas suas diversas áreas de competências.

Aceita-se permuta / *Exchanges desired*

Tiragem: 500 exemplares

Circulação: Agosto 2018

**Correspondência e Assinatura:**

Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades – CRH/FFCH/UFBA

Editorial “*Caderno CRH*”

Estrada de São Lázaro, 197 – Federação

40.210-730 Salvador – Bahia – Brasil

Fone: 55 (71) 3283-5857 Fax: 55 (71) 3283-5851

[www.cadernocrh.ufba.br](http://www.cadernocrh.ufba.br)

[www.scielo.br/ccrh](http://www.scielo.br/ccrh)

[revcrh@ufba.br](mailto:revcrh@ufba.br)

A impressão da presente revista foi viabilizada com recursos oriundos de acordo judicial firmado nos autos do processo n. 0001357-38.2014.5.20.0003, em que o Ministério Público do Trabalho em Sergipe litigou contra a empresa Cencosud Brasil Comercial Ltda.



Programa de Apoio



Beneficiário de auxílio financeiro da CAPES



- Deni Alfaro Rubbo* Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Trabalha com temas relacionados à sociologia e história dos intelectuais, atuando principalmente nos seguintes temas: pensamento social brasileiro e latino-americano, história do marxismo, história das ciências sociais, recepção das ideias, José Carlos Mariátegui. Suas mais recentes produções são: *Às voltas com o marxismo universitário paulista* (Estudos Avançados, v. 32, n. 92, 2018); *Heresias do marxismo brasileiro: a agonia de Caio Prado Júnior*. (Estudos Avançados, v. 31, n. 90 2017); “*Nosso irmão mais velho*”: Florestan Fernandes leitor de Mariátegui” (Lua Nova, n. 99, 2016); *Párias da terra: o MST e a mundialização da luta pela camponesa*. (São Paulo: Alameda/FAPESP, 2016)
- Elton Corbanezi* Doutor em Sociologia. Professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Mato Grosso. Atualmente exerce o cargo de Chefe de Departamento. Integra, como pesquisador, o grupo de pesquisa Conhecimento, Tecnologia e Mercado (CTeMe - IFCH/Unicamp), desenvolvendo pesquisas na área de sociologia em relação aos seguintes temas: ciência, cultura, psiquiatria, saúde mental, depressão, subjetividade e biopolítica. Suas mais recentes publicações são: *Sociedade do cansaço: uma constatação irrefutável*. Tempo Social, USP, São Paulo [no prelo]; *O terror do positivo: o alienista e o positivismo comteano*. Plural, USP, São Paulo, v. 22, p. 209-232, 2015; *Geoffroy de Lagasnerie: uma polêmica leitura neoliberal de Foucault*. Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS), v. 29, p. 195
- Enzo Traverso* Doutor em Sociologia. Professor do College of Arts & Sciences da Universidade de Cornell, nos EUA. Autor de vários livros, dentre os quais *Les marxistes et la question juive*; *Histoire d'un débat 1843-1943* (1990); *Siegfried Kracauer. Itinéraire d'un intellectuel nomade* (1994); *La pensée dispersée. Figures de l'exil judéo-allemand* (2004); *La fin de la modernité juive. Histoire d'un tournant conservateur* (2013); *Mélancolie de gauche: La force d'une tradition cachée* (2016), publicado em diversas línguas.
- Fábio Querido* Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UNICAMP. Tem experiência nas áreas de Teoria Sociológica, Pensamento Social e Político e Sociologia da Cultura. Trabalha particularmente com os seguintes temas: teoria e pensamento social, intelectuais, marxismo, crítica da modernidade; e com os seguintes autores: Michael Löwy, Walter Benjamin, Daniel Bensaïd, Roberto Schwarz, dentre outros. Publicações recentes: *Michael Löwy - marxismo e crítica da modernidade* (Boitempo Editorial/Fapesp, 2016), e de artigos diversos publicados em revistas nacionais e internacionais.

*Jaime Santos Júnior* Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Pesquisador de Pós-doc do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do ABC, integra o Núcleo de Pesquisa em Antropologia do Trabalho (Nuat) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, desenvolvendo pesquisas na área de memórias, trajetórias, migrações, identidades e trabalho. Publicações recentes: *Na Trama das Identidades: práticas sociais e imagens do trabalho no corte de cana*, pela editora Annablume (São Paulo/SP), 2017; *Famílias, Trabalho e Migrações*, escrito em coautoria com Marilda A. de Menezes e Mariana Z. Thibes pela editora Annablume (São Paulo/SP), 2017.

*João Carlos Amoroso Botelho* Doutor em Ciência Política pela Universidad de Salamanca, da Espanha. Fez estágio pós-doutoral na Universidad de Chile e na Harvard University. Professor adjunto da Área de Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Goiás. Coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas em América Latina e Política Comparada (NEPAC) e realiza pesquisas sobre temas como regimes e instituições políticas e integração regional. Publicou, entre outros trabalhos em periódicos nacionais e internacionais, o livro *La creación y la evolución de Unasur*, Curitiba: Juruá Editora, 2013.

*Marcelo Sampaio Carneiro* Doutor em Sociologia. Professor do Departamento de Sociologia e Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFMA. Desenvolve pesquisas na área de trabalho, economia e meio-ambiente. Publicações recentes: *Terra, trabalho e poder: conflitos e lutas sociais no Maranhão contemporâneo*. Annablume, 2013; *Ações coletivas em complexos minero-metalúrgicos: experiências na Amazônia e no Sudeste brasileiro*. EDUFMA, 2015 (organização com J. Ricardo Ramalho); *Mercado e contestação: a atuação da crítica social e as transformações nas estratégias das empresas siderúrgicas de Carajás (1988-2012)*. Política e Sociedade, 2016; *Le Brésil et l'environnement au XXIe siècle: des relations sous tensions*. Revue Brésil(s), 2018 (em co-autoria com Julien Blanc)

*Marco Aurélio Santana* Doutor em Sociologia. Professor associado do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Coordenador do Núcleo de Estudos Trabalho e Sociedade (NETS-UFRJ). Autor, entre outros, de *Homens Partidos: comunistas e sindicatos no Brasil* (São Paulo/Rio de Janeiro: Boitempo/Unirio) e *Bravos Companheiros: comunistas e metalúrgicos no Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro: 7Letras).

*Michael Löwy* Sociólogo. Doutor pela Sorbonne, sob a orientação de Lucien Goldmann. Vive em Paris desde 1969, onde trabalha como diretor de pesquisas no CNRS (Centre National de la Recherche Scientifique) e dirigiu um seminário na École des Hautes Études en Sciences Sociales. Considerado um dos maiores pesquisadores das obras de Karl Marx, Leon Trotski, Rosa Luxemburgo, György Lukács, Lucien Goldmann e Walter Benjamin, tornou-se referência teórica para militantes revolucionários de toda a América Latina. Foi homenageado, em 1994, com a medalha de prata do CNRS em Ciências Sociais. É autor de livros e artigos traduzidos em 25 línguas, entre os quais *Walter Benjamin: aviso de incêndio* (2005), *Lucien Goldmann ou a dialética da totalidade* (2009), *A teoria da revolução no jovem Marx* (2012), *Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários* (1979).

*Renán Vega Cantor* Historiador. Profesor titular de la Universidad Pedagógica Nacional de Bogotá, Colombia. Autor y compilador de los libros *Marx y el siglo XXI* (2 volúmenes), Editorial Pensamiento Crítico, Bogotá, 1998-1999; *El Caos Planetario*, Ediciones Herramienta, 1999; *Gente muy Rebelde* (4 volúmenes), Editorial Pensamiento Crítico, Bogotá, 2002; *Neoliberalismo:*

mito y realidad; Entre sus últimos trabajos podemos mencionar: Los economistas neoliberales, nuevos criminales de guerra: El genocidio económico y social del capitalismo contemporáneo (2010). La República Bolivariana de Venezuela le entregó en 2008 el Premio Libertador por su obra *Un mundo incierto, un mundo para aprender y enseñar*. Dirige la revista CEPA (Centro Estratégico de Pensamiento Alternativo). Es integrante del Consejo Asesor de la Revista Herramienta, en la que ha publicado varios de sus trabajos

*Ricardo Antunes* Professor Titular de Sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Professor convidado da Universidade Ca'Foscari de Venezia/Itália do Master sul Immigrazione, Fenomeni Migratori e Trasformazioni Sociali da mesma Universidade, sendo também Membro do Comitê Científico deste curso. Recebeu o Prêmio Zeferino Vaz da Unicamp (2003), a Cátedra Florestan Fernandes da CLACSO (2002) e a Medalha (Comenda) do Tribunal Superior do Trabalho (TST) (2013). Coordena o Grupo de Pesquisa Mundo do Trabalho e suas Metamorfoses (GPTM). Temas de interesse: sociologia do trabalho; teoria social; ontologia do ser social; nova morfologia do trabalho; trabalho e centralidade; classe trabalhadora; ação e consciência; sindicalismo e movimento operário. Publicações recentes: *O Privilégio da Servidão* (Boitempo, 2018); *The Meanings of Work* (Leiden/Boston: Brill/HM Book Series/FAPESP, 2013); *Il lavoro e i sui sensi* (Milão, Punto Rosso, 2016); *Addio al lavoro?* (Venezia, Edizione Ca'Foscari, 2015); *The Meaning of Work* (Delhi, Aakar Books, 2014).

*Ricardo Festi* Doutorando em sociologia pela Universidade Estadual de Campinas, com estágio de estudos na EHESS (Paris). Professor de sociologia no COTIL-UNICAMP. Publicações recentes: "A Instrumentalização da Subjetividade no Trabalho pelo Capital", *Educação e sociedade*, v. 37, p. 913-916, 2016; e "Terrorismo jihadista e kamikazes humanos: uma difícil questão para a contemporaneidade", *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, v. 21, p. 386, 2016.

*Ricardo Musse* Doutor em filosofia pela USP. Professor do Departamento de sociologia da Universidade São Paulo. Integra o Núcleo de Pesquisa Laboratório Karl Marx (LeMarx) da FFLCH-USP, desenvolvendo pesquisas na área de sociologia do marxismo e teoria sociológica. Suas mais recentes publicações são: *Anti-Dühring na gênese do marxismo* – Crítica marxista (ISBN 0104-9321), nº 44. São Paulo, Unesp, 2017; *A administração do tempo livre*. Lua Nova (ISSN 0102-6445/1807-0175), nº 99, set.-dez. 2016. São Paulo, Cedec, 2016; *As aventuras do marxismo no Brasil*. Caderno CRH (ISSN 0103-4979), v. 28, nº. 74, maio-agosto 2015, p. 409-425. Salvador, UFBA, 2015.

*Ricardo Visser* Doutor em Ciências Sociais, com estágio na Humboldt Universität zu Berlin, onde participou da pesquisa que resultou no livro *Reproduktion sozialer Ungleichheit*. Entre 2015-2016 atuou como gerente de projetos no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Atualmente é pesquisador pós-doutoral na Faculdade de Direito da Universidade do estado do Rio de Janeiro (UERJ). Publicações recentes: *A sociologia econômica de Simmel e Bourdieu*: considerações para um programa de pesquisa. CIVITAS: Revista de Ciências Sociais (impresso), v. 17, p. 60, 2017; *Significado e transformação das formas de capital*: sobre a reprodução da desigualdade de classes na Alemanha. Revista Direito e Práxis, v. 08, p. 1694-1718, 2017; *A socialização da família batalhadora*. Revista Direito e Práxis, v. 07, p. 317, 2016.

*Roberto Martins Mancini* Doutorando em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCsoc-UFMA). Desenvolve pesquisas através dos temas do desenvolvimento regional, territórios produtivos, mercado de trabalho e trajetórias ocupacionais. Recentemente publicou “*A construção de uma experiência de economia solidária como alternativa à reprodução do trabalho escravo contemporâneo: o caso da Cooperativa para Dignidade do Maranhão de Açailândia/MA*”. In: José Ricardo Ramalho; Marcelo Sampaio Carneiro (Orgs.). *Ações Coletivas em complexos mínero-matalúrgicos: experiências na Amazônia e no Sudeste brasileiro*.

*Ruy Braga* Sociólogo. Livre-docente da Universidade de São Paulo. Realizou pesquisas de pós-doutorado na Universidade da Califórnia em Berkeley (2010-2011 e 2015-2016). Atuou como professor convidado nas seguintes universidades: Universidade Nacional de Cuyo (Mendoza – Argentina), Universidade de Coimbra e Universidade da Califórnia em Berkeley. Além disso, proferiu palestras e mini-cursos na Universidade de Roma 1 “La Sapienza”, na Universidade Nova de Lisboa, no ISCTE (Instituto Universitário de Lisboa) e na Universidade de Witwatersrand. Atualmente, é chefe do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, onde coordena o Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic).

215	A OBRA POLISSÊMICA DE MICHAEL LÖWY - INTRODUÇÃO <i>Ricardo Antunes, Ricardo Festi, Fabio Querido</i>
221	UM JOVEM MARXISTA NOS PRIMÓRDIOS DA SOCIOLOGIA DO TRABALHO: entrevista com Michel Löwy <i>Ricardo Festi</i>
229	ESTRUTURA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE OPERÁRIA NO BRASIL <i>Michael Löwy</i>
239	MICHAEL LÖWY E A SOCIOLOGIA DO TRABALHO: a descoberta da consciência de classe do operariado <i>Ricardo Festi</i>
253	O MARXISMO LIBERTÁRIO DE MICHAEL LÖWY <i>Enzo Traverso</i>
263	DE SÃO PAULO A PARIS: o jovem Michael Löwy entre socialismo e sociologia <i>Fabio Mascaro Querido</i>
277	UM MARXISMO DE AFINIDADES ELETIVAS: a aventura sociológica de Michael Löwy <i>Marco Aurélio Santana</i>
289	MICHAEL LÖWY, LEITOR DE LUKÁCS <i>Ricardo Musse</i>
303	ROMANTICISMO, CRÍTICA DEL PROGRESO Y ECOSOCIALISMO <i>Renán Vega Cantor</i>
321	DOIS MESTRES NA PERIFERIA DO CAPITALISMO: Michael Löwy e Mariátegui <i>Ruy Braga, Deni Alfaro Rubbo</i>
335	TRANSTORNOS DEPRESSIVOS E CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO <i>Elton Corbanezi</i>
355	AS TEORIAS DO TRABALHO DE HONNETH E UNGER: reconhecimento e produtivismo inclusivo <i>Ricardo Visser</i>
373	DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E MERCADO DE TRABALHO: contestação social e transformações recentes na produção siderúrgica na Amazônia Oriental <i>Roberto Martins Mancini, Marcelo Sampaio Carneiro</i>
389	A DIMENSÃO ESQUECIDA: a questão da agência no trabalho do corte da cana de açúcar <i>Jaime Santos Júnior</i>
407	DA PERDA DE LEGITIMIDADE À POLARIZAÇÃO: os partidos e os sistemas partidários de Argentina e Venezuela <i>João Carlos Amoroso Botelho</i>
<b>RESENHAS</b>	
427	TRABALHADORES NO TRIBUNAL: conflitos e justiça do trabalho em São Paulo no contexto do golpe de 1964 de Fernando Teixeira da Silva <i>Renata Queiroz Dutra</i>
435	TABLE OF CONTENTS
436	TABLE DES MATIÈRES



## INTRODUÇÃO

*Ricardo Antunes\**  
*Ricardo Festi\*\**  
*Fabio Querido\*\*\**

## INTRODUÇÃO

Nascido no Brasil, filho de pais judeus austríacos, francês por opção existencial, Michael Löwy (1938-) é um intelectual singular. À beira de oito décadas de uma vida muito bem vivida, marcadas sempre por uma intensa atividade intelectual e política, Löwy é responsável por uma trajetória cuja magnitude contabiliza cerca de trinta livros publicados em distintos países e de uma originalidade que lhe permite oferecer sempre um *novo olhar* sobre *novas questões* (mesmo aquelas que pareciam já “superadas”), o que tornou sua obra reconhecida internacionalmente (Delecroix; Dian-teill, 2011).<sup>1</sup>

\* Universidade Estadual Paulista (Unicamp). Departamento de Sociologia.  
Rua Cora Coralina, 100. Cidade Universitária. Cep: 13083-896. Campinas – São Paulo – Brasil. rlcantunes53@gmail.com

\*\* Universidade Estadual Paulista (Unicamp). Departamento de Humanas do COTIL.  
Rua Paschoal Marmo, 1888. Jardim Nova Itália. Limeira – São Paulo – Brasil. ricardofesti@gmail.com

\*\*\* Universidade Estadual Paulista (Unicamp). Departamento de Sociologia.  
Rua Cora Coralina, 100. Cidade Universitária. Cep: 13083-896. Campinas – São Paulo – Brasil. fquerido@unicamp.br

<sup>1</sup> Encontre-se em preparação uma coletânea sobre a obra e a trajetória de Michael Löwy, a ser publicada em inglês

É tarefa inglória tentar oferecer uma síntese de seu *labor* intelectual. Após muitas décadas de intensa atividade, Löwy se revela como um dos mais importantes cientistas sociais em atividade, brindando-nos com uma obra multifacetada e, por isso mesmo, reveladora de um autor que, pela sua capacidade analítica e pelos conteúdos apresentados, situa-se na contramão da tendência crescente à especialização do trabalho acadêmico, além de contraditar, sempre com alto rigor reflexivo, tantos modismos que pautaram (e ainda pautam) a sociologia da cultura ao longo desse vasto período (Löwy, 2014; Querido, 2016; Roso, 2018).

Michael Löwy é um *intelectual em seu sentido mais profundo*. Sólido, navega em vastíssima gama de temáticas que abrangem a *teoria social* e as *trajetórias intelectuais* de autores como Marx, Lukács, Walter Benjamin, Weber, sempre buscando oferecer traços desses (e de tantos outros) autores ainda “desconhecidos” ou não suficientemente destacados. Contra

pela editora Brill, da Inglaterra, sob organização de Enzo Traverso e Darren Roso. Destaca-se ainda o vasto interesse por Löwy em diversos países da América Latina.

tantas leituras que contrapõem frontalmente Marx e Weber, Löwy nos desconcerta demonstrando suas *afinidades eletivas* (Löwy, 2014). Há momentos de sua análise que, ao citá-los, antes de apresentar a fonte, o leitor fica sem saber quem é o real autor do fragmento por ele selecionado, tal é a similitude apresentada. Estudioso em profundidade incomum do jovem Lukács, encontrou, na verve de Trotsky, as decisivas contribuições para o desenvolvimento de sua concepção transformadora e libertária. De novo, rompia barreiras e tabus.<sup>2</sup>

Em seus estudos na *teoria política*, dialoga intensa e generosamente com os vários socialismos, os distintos comunismos e os diferenciados movimentos anarquistas e libertários, sempre procurando acentuar e destacar mais argutamente as aproximações e afinidades existentes entre eles, menos do que as tensões e diferenciações que não lhe parecem essenciais, sem, entretanto, omitir os momentos de ásperas confrontações. Foi exatamente o que fez recentemente, ao explorar os encontros e desencontros entre comunistas e libertários, provocando reflexões incomuns entre essas variantes que, muitas vezes, se aproximaram (como na criação da Associação Internacional dos Trabalhadores em 1864) e que, tantas vezes, também dissentiram tão fortemente (Löwy, 2016).

Ou ainda quando, décadas atrás, tratou de temática “quase proibida” da relação entre cristãos e marxistas, ao oferecer tantas confluências entre marxismo e teologia da libertação e sobre como esses movimentos latino-americanos estampavam uma efetiva dimensão emancipadora que os aproximava profundamente (Bosi, 2007; Löwy, 2000).<sup>3</sup> E, em seus estudos mais recentes, vem demonstrando enfaticamente que, se não houver uma ineliminável dimensão relacional entre natureza e so-

cialismo (o ecossocialismo), não haverá futuro plausível para a humanidade (Löwy, 2005a).

Explorou *intensamente* o tema do romantismo, das utopias, do messianismo, do marxismo latino-americano, sempre dotado de uma erudição enciclopédica, digna dos grandes pensadores (Löwy; Sayre, 2015).<sup>4</sup> Brindou-nos com estudos sobre o surrealismo, escreveu ensaios saborosos sobre Kafka, enfim, é quase interminável a atividade intelectual desse *sociólogo herético* (Löwy, 2002).<sup>5</sup>

Combinando, como poucos, alta densidade teórica, exalando generosidade e pluralidade incomuns, mirando sempre *outro horizonte societal* – tendo como *ponto de partida* de sua conhecida atividade política o marxismo de Trotsky, como já indicamos anteriormente, mas se concebendo também como herdeiro direto de Rosa Luxemburgo –, Löwy descortina temas e redescobre objetos a cada novo estudo. No quadro do pensamento crítico contemporâneo, Löwy ocupa, assim, uma posição singular, que lhe confere a possibilidade de se posicionar no entrecruzamento de posições que inicialmente pareciam distantes, mas que, no enfrentamento a adversários comuns, acabaram por se aproximar (Azria, 2011; Delecroix, 2011).<sup>6</sup>

Oferecer traços e elementos decisivos da obra e da trajetória *polissêmicas* de Michael Löwy é o principal objetivo deste Dossiê. Como peças de um mosaico difícil de ser completamente preenchido, dadas a proporção e a amplitude de sua obra, os artigos aqui reunidos compõem, juntos, um quadro significativo – ainda que incompleto – do percurso intelectual de Löwy. Assinados por alguns dos maiores conhecedores e interlocutores dessa vasta obra, no Brasil e no estrangeiro, os artigos deste dossiê versam sobre aspectos e períodos variados da obra e do itinerário do autor, desde

<sup>2</sup> Sobre o jovem Lukács, ver Löwy (1998). Sobre Trotsky, ver Löwy (2016). Acerca da relação inventiva entre esses dois personagens na pena löwyana, ver Antunes (2007).

<sup>3</sup> Para uma análise crítica do tema em Löwy, ver Portier (2011).

<sup>4</sup> A propósito das utopias, ver Löwy (1989).

<sup>5</sup> Sobre Kafka, ver Löwy (2005b).

<sup>6</sup> Sobre os “dilemas” dessa posição utópico-anticapitalista, ver Querido (2017).

sua primeira incursão na nascente sociologia do trabalho no Brasil, até seus estudos mais recentes sobre o ecossocialismo, passando por suas análises de autores importantes da tradição marxista (como Lukács e Mariátegui), pelos fundadores do pensamento social moderno (Marx e Weber), pelo intenso diálogo crítico com os mais distintos movimentos de emancipação, como o anarquismo, e o socialismo, percurso que possibilitou sua sólida, cosmopolita e internacionalista formação intelectual.

Em seus objetivos mais específicos, os artigos trazem à tona uma figura intelectual cuja exitosa carreira acadêmica – tendo galgado a condição de diretor de pesquisas do prestigioso *Centre Nationale de la Recherche Scientifique* (CNRS), onde se aposentou – jamais amenizou o seu compromisso com a ação por outro mundo possível e humanamente necessário. Em Löwy, uma coisa não vai sem a outra, o que não significa uma simples indistinção entre as temporalidades específicas do trabalho intelectual e da atividade política, mas sim a vigência de uma cuidadosa e mediada articulação entre essas esferas que pautaram sua vida intelectual, na qual a reflexão teórica sempre esteve atenta às suas inevitáveis – mesmo quando indiretas – ressonâncias políticas. Seu ponto de referência crítico-normativo, à luz do qual os temas são selecionados e abordados, permanece sempre como horizonte do trabalho intelectual, o que explica a crescente presença, em sua obra, da exigência benjaminiana de se *escovar a contrapelo a história* dominante, como se se tratasse de reforçar uma posição de resistência ao que se anuncia como irresistível, inevitável e, portanto, *inquestionável* (Löwy, 2005c).

Além de entrevista com o autor, realizada por Ricardo Festi (Unicamp), centrada (mas não apenas) em sua experiência nos primórdios da sociologia paulista do trabalho, no final dos anos 1950, publica-se aqui também tradução inédita de uma versão mais elaborada de um dos primeiros artigos de Michael Löwy, que apareceu originalmente no Brasil

em 1962, na *Revista Brasileira de Estudos Políticos* (MG), em coautoria com Sarah Chucid (intitulado “Opiniões e atitudes de líderes sindicais metalúrgicos”). Nesse artigo, o jovem sociólogo expõe e analisa os resultados de pesquisa empírica realizada, ainda no período de graduação em Ciências Sociais, junto a alguns dirigentes sindicais de São Paulo, através de cujas respostas procurava apreender o nível de consciência de classe dos sindicalistas.

E é esse também o mote do artigo de Ricardo Festi: analisar de perto essa primeira fase da trajetória intelectual de Michael Löwy, com destaque exatamente para sua relação com a emergente sociologia do trabalho uspiana, no final da década de 1950, ou seja, antes de partir para a França em 1961, a fim de fazer o doutorado sobre o jovem Marx, com orientação de Lucien Goldmann. Trata-se de um momento pouco conhecido do percurso de Löwy, porém essa é uma experiência que deve ser levada em conta na formação e na trajetória do jovem sociólogo, que almejava testar “empiricamente” a consciência de classe dos trabalhadores sindicalizados à luz de um quadro conceitual inspirado na obra *História e Consciência de Classe* do jovem Lukács,

O ensaio de Enzo Traverso, proferido como conferência em Paris (França), arrisca algumas hipóteses em torno da trajetória intelectual de Michael Löwy, dos seus primeiros trabalhos sobre Marx, Lukács e Goldmann às suas reflexões mais recentes sobre Benjamin ou sobre o romantismo. Atualmente professor da Universidade de Cornell, nos EUA, Traverso aplica à análise do próprio intelectual franco-brasileiro o mesmo método que ele utilizara para compreender os mais diversos autores, defendendo a hipótese de que, embora tenha nascido no Brasil, Löwy pode ser visto como resultado de uma confluência e articulação entre duas tradições culturais e políticas do século XX: o judaísmo da Europa Central de antes da Shoah e a esquerda latino-americana posterior à revolução cubana.

Em chave mais circunscrita, Fabio M.

Querido (Unicamp) analisa, em seu artigo, a obra e o itinerário intelectual de Michael Löwy nos seus primeiros desenvolvimentos, da formação em São Paulo à instalação definitiva em Paris, a partir do final da década de 1960, momento em que pôde dar vazão à dimensão cosmopolita e (ou) internacionalista fortemente presente no seu marxismo crítico, em contraposição a experiências mais “nacionais”, como a participação no Seminário d’*O Capital*, em cuja pauta estava, além da leitura da obra magna de Marx, a tentativa de pensar os dilemas do país no qual viviam seus participantes, para o qual eles buscavam, de algum modo, uma saída possível. É nesse sentido que se pode entender a consolidação de Löwy, a partir de meados da década de 1970, como intelectual europeu (embora não eurocêntrico) de pleno direito, voltado para a análise de temas e autores “universais”, por assim dizer, cujas obras dizem respeito aos problemas mais gerais do marxismo e do pensamento crítico internacional, mesmo quando a reflexão se dirige a algum país ou região (América Latina, especificamente).

O colombiano Renan Vega Cantor, por sua vez, professor da Universidade Nacional Pedagógica de Bogotá, situa, em seu texto, a importância da questão ecológica, ou melhor, ecossocialista, na obra mais recente de Michael Löwy, reatando suas *afinidades eletivas* com as temáticas do romantismo e da crítica do progresso tal qual foram trabalhadas pelo intelectual franco-brasileiro. Já os brasileiros Marco Aurélio Santana (UFRJ), Ricardo Musse (USP) e Ruy Braga (USP), esse último em coautoria com Deni Rubbo, doutorando em sociologia na USP, interpelam temas e autores específicos que compõem o repertório de Michael Löwy, com o olhar voltado para o tema do *desenvolvimento desigual e combinado* no âmbito contextual latino-americano.

Enquanto Marco Aurélio Santana analisa em pormenor a contribuição de Löwy para a sofisticação, operacionalidade e mesmo algumas dificuldades do conceito weberiano de *afinidades eletivas*, Ricardo Musse discorre

sobre a leitura realizada pelo intelectual franco-brasileiro da obra e da trajetória do jovem Lukács, focando na forma como são mobilizadas, na interpretação em tela, as noções de anticapitalismo romântico e de reificação.

Por fim, Ruy Braga e Deni Rubbo destacam a relevância que a incorporação da obra do marxista peruano José Carlos Mariátegui teve no desenvolvimento da reflexão de Löwy, imunizando-o ainda mais contra as visões eurocêntricas do marxismo, mas, ao mesmo tempo, vacinando-o também contra os defensores da singularidade *incomparável* dos países latino-americanos. Para Löwy, como se vê também no artigo de Querido, os autores da periferia do capitalismo são importantes porque abordam *de outro modo* problemas candentes também no centro, e não porque encerram em si alguma marca específica irreduzível.

No seu conjunto, o Dossiê aqui apresentado pretende, assim, oferecer ao leitor elementos fulcrais da obra e do itinerário de Michael Löwy, que, se não esgotam as tantas temáticas abordadas pelo autor, por certo apresentam sua rica dimensão polissêmica, o que torna possível compreender algumas das razões pelas quais o autor se transformou no intelectual que (ainda) é. Os textos podem ser entendidos, portanto, como fragmentos que apontam para uma totalidade cuja coerência interna jamais impediu um trabalho de atualização permanente, sem medo de confrontar “verdades” instituídas.

Não é por acaso que, nesse processo de atualização – do qual não estão ausentes as incursões pelo passado e pelo futuro –, torna-se possível flagrar a obra singular de um autor que, desde sempre, fez de si mesmo um representante intelectual dos *de baixo*. Para Löwy, afinal, diferentemente do que sustentara seu mestre “tardio”, Max Weber, e em viva sintonia com seu outro mestre original, Karl Marx, a razão pode, sim, desde que não esconda os seus próprios pressupostos, cancelar os valores e as posições em disputa: entre os *deuses em guerra* há interesses e visões de mundo não

apenas diferentes, mas humanamente antagônicos, e, nesse embate crucial, o nosso autor sempre soube – sem abdicar do rigor intelectual – o lado ao qual pertence.

Recebido para publicação em 03 de fevereiro de 2018  
Aceito em 25 de abril de 2018

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. “Anotações sobre uma bela singularidade”. In: JINKINGS, I.; PESCHANSKI, J. A. (Org.). *As utopias de Michael Löwy*: reflexões sobre um marxista insubordinado. São Paulo: Boitempo editorial, 2007. p. 19-24.

AZRIA, R. «Parcours intellectuel et itinéraire existentiel». In: DELECROIX, V.; DIANTEILL, E. *Cartographie de l'utopie*: l'œuvre indisciplinée de Michael Löwy. Paris: Sandre actes, 2011. p. 19-26.

BOSI, A. “Da esquerda cristã à teologia da libertação”. In: JINKINGS, I.; PESCHANSKI, J. A. (Org.). *As utopias de Michael Löwy*: reflexões sobre um marxista insubordinado. São Paulo: Boitempo editorial, 2007. p. 87-100.

DELECROIX, V. «Le temps romantique de Michael Löwy». In: DELECROIX, V.; DIANTEILL, E. *Cartographie de l'utopie*: l'œuvre indisciplinée de Michael Löwy. Paris: Sandre actes, 2011. p. 117-130.

LÖWY, M. *Redenção e utopia*: o judaísmo libertário na Europa central: um estudo de afinidade eletiva. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

\_\_\_\_\_. *A evolução política de Lukács*: 1909-1929. São Paulo: Cortez, 1998.

\_\_\_\_\_. *A guerra dos deuses*: religião e política na América Latina. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. *A estrela da manhã*: surrealismo e marxismo. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. *Ecologia e Socialismo*. São Paulo: Cortez, 2005a.

\_\_\_\_\_. *Franz Kafka – sonhador insubmisso*. Rio de Janeiro: Azougue editorial, 2005b.

\_\_\_\_\_. *Walter Benjamin*: aviso de incêndio: uma leitura das teses “sobre o conceito de história”. São Paulo: Boitempo, 2005c.

\_\_\_\_\_. *A jaula de aço*: Max Weber e o marxismo weberiano. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo editorial, 2014.

\_\_\_\_\_. *A política do desenvolvimento desigual e combinado*. São Paulo: Sundermann, 2016.

LÖWY, M.; SAYRE, R. *Revolta e melancolia*: o romantismo na contramão da modernidade. Tradução de Nair Fonseca. [S.l.: S.n.], 2015.

\_\_\_\_\_. *Afinidades revolucionárias*: nossas estrelas vermelhas e negras: por uma solidariedade entre marxistas e libertários. Tradução de João Alexandre Peschansky e Nair Fonseca. São Paulo: Ed. Unesp, 2016.

QUERIDO, F. M. *Michael Löwy*: marxismo e crítica da modernidade. São Paulo: Boitempo, 2016.

\_\_\_\_\_. “Dilemas do anticapitalismo contemporâneo: Michael Löwy e o marxismo libertário”. *Outubro*, n. 28, p. 81-99, 2017.

PORTIER, P. «Catholicisme et modernité dans l'oeuvre de Michael Löwy». In: DELECROIX, V.; DIANTEILL, E. *Cartographie de l'utopie*: l'œuvre indisciplinée de Michael Löwy. Paris: Sandre actes, 2011. p. 141-154.

ROSO, D. «Le marxisme de Michael Löwy, entre critique de la modernité et projet écosocialiste». *Contretemps web*: revue de critique communiste, 22 mars 2018. Disponível em: <<http://www.contretemps.eu/marxisme-michael-lowy/>>. Acesso em: 9 jun. 2018.



# UM JOVEM MARXISTA NOS PRIMÓRDIOS DA SOCIOLOGIA DO TRABALHO: entrevista com Michel Löwy

## ENTREVISTA

*Ricardo Festi\**

Publicamos a entrevista com Michel Löwy, realizada em sua casa, em Paris, no dia 06 de dezembro de 2016. As questões abordadas buscam explorar melhor (mas não apenas) as experiências do autor durante seu período de formação no curso de ciências sociais da Universidade de São Paulo, assim como a sua militância política, no final da década de 1950. Especificamente, Löwy nos traz um depoimento sobre sua passagem pela sociologia do trabalho, quando participou de uma pesquisa sobre consciência operária dos metalúrgicos do Brasil, sob a supervisão de Azis Simão, professor da USP, e a ajuda de José Albertino Rodrigues, então diretor do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Um dos resultados desta pesquisa foi o artigo “Estrutura e consciência de classe operária no Brasil”, traduzido e publicado neste Dossiê.

Esperamos que esta entrevista, assim como o conjunto dos artigos publicados nesta revista, possa instigar os leitores a conhecer

melhor a obra desse cativante e polissêmico teórico que é Michel Löwy.<sup>1</sup>

\* \* \*

*O senhor ingressou, em 1956, no Curso de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo e teve como colegas Roberto Schwarz e os irmãos Sader, e como professores Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni e Florestan Fernandes. Foi uma geração excepcional, que marcou as ciências sociais. Nesse marco, como foi o processo de sua formação e como o senhor hoje explicaria o fato de essa geração ter assumido um posto de destaque na produção intelectual brasileira?*

Em primeiro lugar, nessa geração, tem de incluir Francisco Weffort, os irmãos Fausto, o Mauricio Tragtenberg, o Gabriel Cohn... É difícil defini-la, mas uma particularidade é que a maioria de nós se interessa pelo marxismo, buscava entendê-lo. Os professores nos ajudavam

\* Universidade Estadual Paulista (Unicamp). Departamento de Humanas do COTIL. Rua Paschoal Marmo, 1888. Jardim Nova Itália. Limeira – São Paulo – Brasil. ricardofesti@gmail.com

<sup>1</sup> Para aqueles que desejam conhecer outras entrevistas concedidas por Löwy, recomendamos Gomes e Reis (1996) e Jinkings e Sader (2004). Para uma reflexão sobre o conjunto de suas obras, ver Jinkings e Peschanski (2007) e Querido (2016).

nisso, mas não era o suficiente. Então, buscávamos outras fontes, pois a dose de marxismo que recebíamos na USP era um pouco homeopática. Por isso, para alguns, não todos, ajudou muito a participação que tivemos no grupo de estudos de *O Capital* de Marx. Isso foi no final dos anos 1950 e início dos anos 1960. Foi um lugar importante para nossa formação cultural, intelectual e política. Havia esse interesse pelo marxismo, mas também certa hostilidade ao tipo de marxismo feito pelo PCB e o “marxismo nacionalista” do ISEB, certo “marxismo carioca”, que também era identificado com o partidão, com ou sem razão, pois havia uma posição de que, em São Paulo, éramos mais sérios. Para alguns de minha geração, principalmente eu, os irmãos Sader, Paulo Singer e Ruy Mauro Marini, a POLOP<sup>2</sup> cumpriu um papel importante no início dos anos 1960. Então, foi isso: uma geração diversa, não homogênea, em que muitos tiveram esse interesse pelo marxismo, alguns foram mais ativistas politicamente e outros mais ortodoxos em suas concepções.

*Então, nesse momento, o marxismo entra, na sua formação e na de outros de sua geração, por fora da academia?*

Minha formação marxista, na verdade, veio de antes. Eu comecei a descobrir o marxismo com 14 ou 15 anos de idade, pois comecei a militar muito cedo. Meu inspirador – sempre repito isso – foi Paulo Singer, que me ajudou a descobrir Rosa Luxemburgo, algo que foi muito importante para mim. Portanto, quando eu cheguei à USP, eu já tinha uma formação marxista. Inclusive, eu era um pouco dogmático e tinha certa dificuldade em lidar com a “sociologia burguesa”. Fui estudar ciências so-

ciais porque achava que era o mais próximo do socialismo. Tinha essa ideia ingênua de que, para quem se interessa pelo socialismo, o curso mais próximo seria o de Ciências Sociais. Mas foi nos tempos de USP que descobri um livro de Lucien Goldmann, que apresentava um marxismo aberto e arejado e que discutia com a sociologia acadêmica. Então, para mim, ele foi fundamental. Portanto, duas coisas marcaram minha formação marxista: em termos políticos, Rosa Luxemburgo; e, em termos de reflexão teórica, Lucien Goldmann.

*Como foi seu ingresso no grupo de estudos de O Capital? Ele era bastante restrito, não?*

Bem restrito. No começo, era um grupo de professores. A maioria da geração mais nova. Os da geração mais antiga – o Florestan Fernandes, por exemplo – foram deixados de fora. Inclusive porque ele, na época, não se dizia marxista. De certa forma, o grupo de *O Capital* foi formado contra o Florestan. Então, no começo, eram apenas os professores. Porém, em certo momento, foram convidados para participar alguns estudantes que o grupo considerava os mais avançados. Então, entramos, eu, Schwarz, Bento Prado... Acho que também o Ruy Fausto... Porém, pegamos o bonde andando... Acho que já estavam no final do volume 1. Há vários trabalhos sobre o grupo de *O Capital*, como o do próprio Roberto Schwarz, que participou bem mais tempo e tem uma visão muito mais ampla que eu, pois logo vim para a França.<sup>3</sup>

*O senhor realizou, em 1959, uma pesquisa sobre consciência de classe. Porém, antes de entrar nessa questão, gostaria de saber se essa demanda por estudar o marxismo e o mundo do trabalho tinha alguma relação com as transformações que a sociedade brasileira sofria. Digo isso, pois, em vários relatos de personagens de sua geração, destaca-se o processo de “modernização” e de industrialização ocorridos em*

<sup>3</sup> Ver Schwarz (1998) e Rodrigues (2011).

<sup>2</sup> A Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (POLOP) foi fundada em janeiro de 1961, como resultado da fusão de vários pequenos grupos de militantes, simpatizantes de Rosa Luxemburgo e Trotsky, contrários à linha política do PCB, que levava a uma capitulação frente à burguesia. Após o Golpe de 1964, a POLOP deu origem a várias outras pequenas organizações revolucionárias que seguiram o caminho da luta armada. Sobre o ISEB, ver Toledo (1977), e sobre as organizações de extrema esquerda das décadas de 1950 e 1960, ver Leal (2004) e Meyer (2009).

São Paulo. Até meados dos anos 1950, eram muito fortes, na USP, os temas relacionados aos processos de formação do Brasil, como a questão racial, por exemplo... Pode-se dizer que a questão do mundo industrial passou a fazer parte de várias pesquisas dessa geração?

Sem dúvida! Inclusive, esse foi o caso do Fernando Henrique Cardoso. Mas eu, pessoalmente, não me interessava muito por isso. O que me chamava a atenção era o outro lado, ou seja, as lutas operárias, que tinham certa relação com a industrialização. Foi devido a esse meu interesse que estabeleci uma relação muito próxima com Azis Simão, pois, na época, era quem mais se preocupava com as questões do movimento operário. Tínhamos muita afinidade. Por outro lado, eu havia criado uma relação com o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que, na época, era dirigido pelo Partidão (PCB), em aliança com os trabalhistas e os socialistas. Eu tinha uma boa relação com eles, pois participava do Pacto de Unidade Intersindical,<sup>4</sup> que congregava os metalúrgicos, a construção civil e outros sindicatos. Ele também era hegemônico pelo Partidão. E eu era representante da União Estadual de Estudantes nessa frente. Além disso, eu tinha uma relação com o DIEESE e com o José Albertino Rodrigues.<sup>5</sup> Aí trabalhei, ajudando no tratamento da pesquisa sobre a carestia, ou seja, o custo de vida das famílias operárias. Portanto, foi a partir dessa minha dupla relação com o Sindicato dos Metalúrgicos e com o DIEESE e da vontade de entender como se dava a politização dos militantes operários, que era o tema de Azis Simão, que desemboquei na pesquisa de 1959.

*Poderia, então, nos falar mais sobre essa pes-*

<sup>4</sup> O Pacto de Unidade Sindical foi criado em 1954 com o objetivo de dirigir as ações políticas e sindicais da classe operária no estado de São Paulo. Não foi reconhecido pelo Ministério do Trabalho.

<sup>5</sup> José Albertino Rodrigues foi responsável pela criação do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), em dezembro de 1955, que logo se tornou o principal órgão a assessorar com dados os sindicatos operários.

*quisa que realizou com os delegados do Congresso Nacional de Trabalhadores Metalúrgicos, na cidade de Itanhaém?*

Essa pesquisa eu fiz com a Sarah Chucid, sob a orientação do Azis Simão. O grosso dela fui eu quem fiz. A ideia era a de entender os vários níveis de consciência de classe. Foi então que fiz aquela tabela: identidade de classe, consciência sindical e consciência política. Com o acordo do DIEESE e do sindicato dos metalúrgicos, eu distribuí um questionário para os delegados do Congresso em Itanhaém. Nem todos, mas a maioria respondeu. E como eu era uma pessoa de confiança, eles viram logo que não se tratava de algo da polícia. E o questionário era anônimo. Tinha uma vocação para ser uma pesquisa empírica e, modestamente, tentar identificar as relações entre a consciência e fatores como a idade, o salário, os tipos de trabalho, os níveis de educação, dentre outras coordenadas. O objetivo, portanto, era ver as relações possíveis com o nível de consciência social e política.<sup>6</sup>

*O resultado dessa pesquisa é exposto num artigo publicado em 1962, na Revista Brasileira de Estudos Políticos da UFMG, em coautoria com Sarah Chucid. Nesse texto, a principal referência metodológica foi a um psicólogo social chamado Richard Centers. Isso refletia a forte influência que as ciências sociais norte-americanas tinham na época?*

Acho que não. Foi um pouco por acaso que eu descobri esse autor. Eu acredito que não houvesse muita relação. Pouco tempo depois, eu descobri Lukács e aí mudei o enfoque...

*A descoberta de György Lukács ocorreu depois dessa pesquisa?*

<sup>6</sup> Dois artigos foram publicados como resultado dessa pesquisa. O primeiro, em coautoria com Sarah Chucid, saiu na *Revista Brasileira de Estudos Políticos* em 1962, com o título "Opiniões e atitudes de líderes sindicais metalúrgicos". O segundo foi publicado em francês, em 1970, no *Cahier Internationaux de Sociologie*, e foi traduzido para este Dossiê.

Eu não lembro se, no artigo de 1962, já aparece alguma referência a Lukács. Eu sei que aparece no que publiquei em 1970 na revista *Cahiers Internationaux de Sociologie*, na França. Eu lembro também que a pesquisa, na época, ganhou um prêmio que era dado ao melhor trabalho realizado pelos estudantes. Eu o compartilhei com a Sarah Chucid. Recebemos as obras completas de Lima Barreto. Depois, eu e o Roberto Schwarz fizemos uma brincadeira no grupo de *O Capital* com esse meu artigo e o dele sobre esporte, sociologia do esporte. O Roberto, que tinha um alemão impecável, escreveu uma carta dirigida a mim, supostamente assinada por György Lukács, que afirmava haver recebido nossos artigos e os tinha achado formidáveis, etc. Levamos a carta para a reunião e eu disse: “Olhe, acabei de receber essa carta do Lukács”. Demos para um amigo traduzir e ele leu a carta. Foi engraçado, pois alguns desconfiaram, outros nos deram parabéns e outros ficaram com inveja. Alguém chegou a dizer: “O Lukács exagera. Francamente, os artigos de vocês não são tão bons!”.

*Antes de migrar para a França, o senhor teve uma passagem por São José do Rio Preto.*

Sim, a convite do professor Wilson Cantoni, eu fui ser seu assistente no ensino de sociologia. Então, passei um ano dando aulas em São José do Rio Preto. Nessa época, eu cheguei a estabelecer uma relação com as Ligas Camponesas e o Joffre Correa Netto,<sup>7</sup> que estava em plena atividade em Santa Fé do Sul.

*Depois dessa passagem no interior de São Paulo, o senhor seguiu para a França em 1960. Havia algum motivo especial para escolher esse país?*

<sup>7</sup> Joffre Correa Netto foi uma liderança das Ligas Camponesas na cidade de Santa Fé do Sul, distante cerca de 200 km de São José do Rio Preto, no noroeste do Estado de São Paulo. Em 1959, ficou conhecido por organizar a luta de mais de 800 famílias contra a expulsão de suas terras por um latifundiário. Sobre as Ligas Camponesas, ver Azevedo (1982), Bastos (1984) e Chaia (1997).

Sim, eu sempre tive muito interesse pela cultura francesa. Gostava de tudo que era francês: música, história, jornalismo, política, o surrealismo... Estudei francês na Aliança Francesa, então eu tinha uma relação forte com a cultura francesa. E sempre tive um pouco a ideia de estudar na França, sobretudo depois que descobri o Lucien Goldmann. Tinha esse projeto de estudar com ele.

*E o senhor recebeu uma bolsa?*

Sim, uma bolsa do governo francês.

*Quando chegou a Paris, a sociologia era fortemente influenciada por uma perspectiva empiricista, algo que Goldmann critica em sua obra...*

Sim, ele critica. Mas, veja, não é bem assim. Por exemplo, eu seguia os cursos da Sorbonne e meus dois professores de sociologia, Raymond Aron e Georges Gurvitch, não tinham nada de empiricistas. Suas aulas eram pura teoria sociológica. Mas, efetivamente, num escalão mais baixo, predominava o empiricismo.

*O senhor chegou a se encontrar com Alain Touraine ou Georges Friedmann em suas passagens pelo Brasil, no final dos anos 1950 e início dos 1960?*

Com o Friedmann, seguramente, eu não tive contato. Mas é provável que tenha assistido a alguma conferência ou a alguma aula do Touraine. Na França, eu segui os cursos de Touraine e tinha uma boa relação com ele.

*Nesse cenário do início dos anos 1960, como era a recepção do marxismo na academia francesa?*

O marxismo era muito forte, estava em ascensão e tinha uma presença difusa. Ele tinha uma influência na cultura, na política, na academia... Sua força foi aumentando pouco a pouco e estourou em 1968. Havia vários fo-

cos de interesse: havia aqueles que seguiam o Althusser, por exemplo. Eu seguia Goldmann, Lefebvre, Marcuse (que, nessa época, veio a Paris dar um curso). Além disso, tinha também o marxismo do Partido Comunista Francês, com seus historiadores e filósofos. E ele tinha certa incidência na academia. E tinha também o Sartre, que, nesse momento, se declarava marxista. Então, havia já um peso importante do marxismo. Porém foi no Brasil que eu tive a ideia de trabalhar sobre o jovem Marx.

*E o senhor sentiu algum impacto, ou diferença positiva ou negativa entre sua formação na USP e a formação que seus colegas franceses tinham?*

É difícil comparar. Em meu curso na Sorbonne, os dois principais professores eram Gurvitch e Aron. Aí já havia uma tensão. Mas, no Brasil também, pois, fora Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni, havia poucos professores marxistas. O próprio Florestan, na época, não era. Então, é difícil comparar, pois são dois contextos bem diferentes.

*Havia muitos estudantes latino-americanos na França nos anos 1960?*

Latino-americanos havia bastante. Os mexicanos. Alguns peruanos... Mas não havia uma grande presença brasileira. Lembro que, na época, o único brasileiro que frequentava a universidade em Paris era o Rui Fausto.

*Mas o senhor mantinha, ainda assim, um forte contato com o Brasil...*

O meu contato era essencialmente com a POLOP, o Azis Simão e meus amigos, como o Schwarz. Mas o mais importante era com a POLOP, sobretudo com os irmãos Sader, que eram meus amigos mais próximos dessa organização. Eu mandava relatórios para eles sobre a situação na França e eles sobre o que se pas-

sava no Brasil. Mas logo veio o golpe, e minha família emigrou para Israel, onde eu fui passar alguns anos. Não foi uma boa ideia, mas faz parte da vida.

*Eu lhe pergunto sobre esses contatos, pois seu artigo publicado em 1970 termina com um panorama do pós-golpe e aponta algumas tendências políticas que não eram tão óbvias quando escreveu o texto, em 1969. Afirmou que, apesar do golpe militar e de várias lideranças terem sido presas, havia um processo de jovens que se radicalizavam em novas posições: cristãos de esquerda, castristas, maoístas, trotskistas... Então, eu imagino que essa informação não estava nos jornais e, por isso, me parecia que, de alguma maneira, o senhor mantinha um vínculo com essa militância que estava no Brasil.*

Sim, eu mantinha esse vínculo e tinha fontes diretas sobre o que se passava no Brasil. Acompanhava tudo de perto. Eu me lembro de ter me encontrado com o Emir Sader, que passava por Paris, e conversamos muito. Quando eu voltei para a França, em 1970, a primeira coisa que a gente fez foi ir até o Sartre lhe pedir para redigir um protesto contra a tortura no Brasil. Eu não era exilado, como meus amigos, mas eu acompanhava muito o que se passava no Brasil. Em certo momento, em 1968, eu até pensei em retornar. Escrevi para o Azis Simão para saber se conseguiria trabalho e ele me desencorajou: “Não volte, pois aqui você já é bem conhecido e não passará do aeroporto!”.

*Uma informação confirmada quando lhe foi retirado, pelo governo brasileiro, o direito ao passaporte, em 1975.*

Sim.

*O senhor retornou para a França em 1969 e foi trabalhar com o Poulantzas. Como foi essa relação?*

Quando cheguei em Paris eu fui logo ver o Goldmann. Eu queria continuar a trabalhar com ele, mas ele morreu em seguida, em outubro de 1970. O Emir Sader estava trabalhando como assistente do Poulantzas, mas resolveu ir para o Chile, devido à eleição do Allende. Então, Sader me apresentou ao Poulantzas: “Olha, meu amigo Michael, que também é marxista, poderia me substituir”. Foi assim que eu fui recrutado para trabalhar na Paris-8.

*Vocês chegaram a ter algum atrito ou debate mais caloroso, ainda que fraternal?*

Não tínhamos acordo em muitas questões teóricas e políticas, mas nós nos dávamos muito bem. Ele era uma pessoa muito agradável. Ele era uma mistura de maoísmo com eurocomunismo. E eu era trotskista. Ele era althusseriano. Eu lukácsiano. Porém, acima disso, tínhamos como referência o marxismo, Marx, Lenin etc. Dávamos cursos juntos e, quando tínhamos desacordos, discutíamos na frente dos estudantes e eles adoravam. Então, nós nos dávamos muito bem. Ele, inclusive, foi membro de minha banca de doutorado de Estado, e aí foi engraçado, pois me disse: “Michael, você é um rapaz tão talentoso, porque perde o seu tempo com Lukács?”.

*Eu gostaria de fazer uma última pergunta, dando um salto de mais de 40 anos. O senhor tem retornado com bastante frequência ao Brasil nos últimos anos e eu sei que acompanha bastante a nossa situação política e os movimentos sociais. Quer saber a sua opinião sobre o que está se passando agora no Brasil.*

Bom, eu exprimi a minha opinião em várias notas no blog da Boitempo. Primeiro, denunciando o golpe, eu cito aquela frase do Marx e do Hegel, a “História se repete, na primeira como tragédia e na segunda como farsa”. Nós tivemos a tragédia com o golpe militar de 1964. E agora, tivemos o golpe-farsa, ou seja, os Cunhas e companhia, corruptos, levantan-

do a bandeira da luta contra a corrupção e derubando a Dilma, que foi acusada de todos os pecados, menos de corrupção, pois não conseguiram achar nada contra ela. Então, foi algo ridículo, grotesco. E isso ocorre numa situação em que a esquerda está em crise, pelos erros do PT, pelo fato de ele ter se comprometido com a corrupção e com as empreiteiras e tudo isso... E, de uma maneira mais geral, por ter decepcionado. Não posso prever o que vai acontecer, mas eu acho muito positivo o que aconteceu no Rio de Janeiro na campanha de Marcelo Freixo do PSOL. Acho isso um dos pontos de esperança no Brasil, atualmente. E tenho também muita esperança na dinâmica dos movimentos sociais, que são os que têm carregado a resistência a esse governo reacionário. Tem o MST, que eu acho que é um dos movimentos mais importantes do Brasil. O MTST e, mais recentemente, esse movimento dos secundaristas ocupando as escolas, que é realmente muito interessante. Há bons elementos de esperança, mas, nas eleições... As oligarquias ainda têm um poder muito grande. É uma situação contraditória.

Recebido para publicação em 15 de janeiro de 2018  
Aceito em 24 de abril de 2018

## REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, F. A. *As ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.
- BASTOS, E. R. *As ligas camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- CHAIA, V. Santa Fé do Sul: a luta dos arrendatários. *Cadernos AEL*, Campinas-SP, n. 7, 1997.
- CHUCID, S.; LÖWY, M. “Opiniões e atitudes de líderes sindicais metalúrgicos”. *Revista brasileira de estudos políticos*, Belo Horizonte, n. 13, jan.1962.
- GOMES, A. de C.; REIS, D. A. Um intelectual marxista: entrevista com Michael Löwy. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 166-183, 1996.
- JINKINGS, I.; SADER, E. “Michel Löwy”. *Margem esquerda: ensaios marxistas*, n. 4, p. 9-20, out. 2004.
- JINKINGS, I.; PESCHANSKI, J. A. (Org.). *As utopias de Michael Löwy: reflexões sobre um marxista insubordinado*. São Paulo: Boitempo editorial, 2007.

LEAL, M. *A esquerda da esquerda: trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo, 1952-1966*. São Paulo: Paz e terra, 2004.

LÖWY, M. "Structure de la conscience de classe ouvrière au Brésil". *Cahier internationaux de Sociologie*, n. 49, p. 133-142, jul. 1970.

MEYER, V. *Polop: uma trajetória de luta pela organização*. São Paulo: CVM, 2009.

QUERIDO, F. M. *Michel Löwy: marxismo e crítica da modernidade*. São Paulo: Boitempo, 2016.

RODRIGUES, L. S. A produção social do marxismo universitário em São Paulo: mestres, discípulos e 'um seminário' (1958-1978). 2011. 565 f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SCHWARZ, R. Um seminário de Marx. *Novos estudos*, n. 50, p. 99-114, mar. 1998.

TOLEDO, C. N. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1977. (Ensaio, v. 28).



# ESTRUTURA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE OPERÁRIA NO BRASIL

Michael Löwy\*

Originalmente publicado em francês, no *Cahier Internatinaux de Sociologie*, em 1970, este artigo foi traduzido especialmente para este Dossiê, com o objetivo apresentar para as novas gerações as reflexões e a pesquisa, no campo da sociologia do trabalho, de um jovem estudante da USP que, posteriormente, se tornaria um dos mais importantes autores das ciências sociais brasileiras. Nesse sentido, o texto tem um valor histórico inigualável, sem perder a atualidade de sua problemática. O objetivo do artigo é elucidar alguns problemas relativos à estrutura da consciência de classe de um grupo de trabalhadores presente num congresso sindical de 1959. A referência teórica para esta empreita é o marxismo, perspectiva que, na época da pesquisa, estava alheia ao meio acadêmico.

PALAVRAS-CHAVE: Consciência operária. Consciência de classe. Identidade de classe. Sindicalismo brasileiro. Marxismo.

## INTRODUÇÃO

Este artigo<sup>1</sup> busca analisar alguns aspectos da “consciência de classe” em um grupo de 82 dirigentes sindicais, delegados do II Congresso Nacional de Trabalhadores Metalúrgicos, que ocorreu no município de Itanhaém, próximo de São Paulo, em abril de 1959. Os delegados, eleitos nas assembleias gerais dos sindicatos, na proporção de um para cada cinco mil operários, provinham de diversos Estados da Federação brasileira: São Paulo (a delegação mais importante), Rio de Janeiro, Guanabara, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná, Pará, Ceará e Alagoas.

No sistema industrial do Brasil, a metalurgia se apresenta como um dos setores mais

modernos, em rápida expansão; no Estado de São Paulo, os operários metalúrgicos já constituíam a seção mais importante (28,37%) da massa operária da indústria, assim como um dos setores mais ativos, como revelam trabalhos recentes: mais de 90% das fábricas metalúrgicas estiveram em greve ao longo do período de 1955 a 1961 (Cf. Rodrigues, 1966, p. 83).

## ESTRUTURA DA CONSCIÊNCIA DE CLASSE

A escola marxista de ciências sociais formulou a teoria sociológica “clássica” da consciência de classe. Uma primeira tentativa de distinção conceitual entre os diferentes níveis estruturais da consciência de classe do proletariado já se manifestava nos escritos de Karl Marx. Em uma de suas primeiras obras, *A Sagrada Família* (1945), ele distinguiu entre as concepções ocasionais que o proletariado tem sobre sua situação e a “autêntica consciência de classe” ou “consciência da missão histórica da classe operária” (Marx, 1953, p. 138).

Essa passagem de *A Sagrada Família*

\* École des Hautes Études en Sciences Sociales. Centre d'Études en Sciences Sociales du Religieux – CéSor. 10 rue Monsieur le Prince 75006. Paris. michael.lowy1@gmail.com

<sup>1</sup> Tradução realizada por Ricardo C. Festi de Löwy, M. “Structure de la conscience de classe ouvrière au Brésil” In: *Cahier Internationaux de Sociologie*, n. 49, p. 133-142, jul. 1970. Para uma compreensão do contexto intelectual em que este artigo foi produzido, recomendamos a leitura do artigo “Michael Löwy e a sociologia do trabalho”, publicado neste Dossiê.

inspirou a teoria da consciência de classe de Lukács (também influenciada por Max Weber), que diferenciou a “consciência psicológica dos proletários”, cujo conteúdo pode variar e que é, geralmente, orientada por interesses econômicos imediatos, da “consciência de classe do proletariado”, um tipo ideal definido como “o sentido, que se tornou consciente, da situação histórica da classe”, atitude racional e adequada, que pode ser logicamente atribuída à classe (Lukács, 1959, p. 99).

A obra de Lenin *Que fazer?* (1902) propôs uma aproximação análoga, porém mais precisa. O autor estabeleceu uma distinção fundamental entre dois níveis de consciência de classe do proletariado: “a consciência sindical”, definida como a “convicção de que é necessário se organizar em sindicatos, lutar contra a patronal, reivindicar ao governo tais e tais leis necessárias aos operários, etc.”, e a “consciência socialdemocrata”, ou seja, “a consciência da oposição irreduzível entre os interesses dos operários e a ordem política e social atual” (Lênin, 1966, p. 85).

Nas ciências sociais contemporâneas, somente um pequeno número de psicólogos sociais e de sociólogos analisou o problema dos níveis estruturais da consciência de classe proletária. Entre os primeiros, a obra mais significativa é a de Richard Centers, que distinguiu dois elementos da consciência de classe: (a) o sentimento de pertencimento a uma classe; e (b) certas ideias e atitudes-tipo. Para medir essa segunda dimensão, Centers construiu um conjunto de perguntas que opunham radicalismo e conservadorismo, centrado, essencialmente, em dois aspectos cruciais: a atitude face aos conflitos de classe (greves, relações entre empregado e empregador) e as ideologias sociopolíticas (individualismo e coletivismo, propriedade privada e propriedade pública, poder da classe operária, etc.) (Cf. Centers, 1949). Entre os sociólogos, convém mencionar Alain Touraine, que, em sua recente obra, *La conscience Ouvrière* (1966), distinguiu entre a “consciência operária”, descrita como “o senti-

do, para o trabalhador, de certo estado de relação entre o homem e suas obras”, e a “consciência de classe”, forma específica da consciência operária produzida pela reunião particular de três “princípios” básicos:

- o princípio de identidade ou consciência de pertencer a um grupo, de ser membro de uma classe;
- o princípio de oposição ou consciência de antagonismo e de hostilidade frente aos empregadores-exploradores;
- o princípio de totalidade, ou seja, o antagonismo de classe projetado como princípio central de funcionamento da sociedade; a oposição à ordem social estabelecida; um modelo voluntário de sociedade diferente; a consciência de uma ‘missão histórica’ (Touraine, 1966, p. 16,17, 124, 328-332).

Este estudo tenta aplicar os instrumentos conceituais definidos acima (Marx, Lenin, Lukács, etc.) a um setor determinado da direção dos sindicatos brasileiros, o da metalurgia, colocando em evidência três níveis estruturais de consciência de classe: a *consciência da identidade de classe*, a *consciência sindical* e a *consciência de classe* fundada sobre uma ideologia radical, que chamaremos *consciência radical-ideológica*.

### Consciência de identidade de classe

Por *consciência de identidade de classe* entende-se a consciência de pertencimento à classe operária, o que jamais pode ser considerado como algo dado. As pesquisas de Richard Centers mostraram que 20% dos operários americanos se consideravam como pertencentes à classe média (Centers, 1949, p. 86), e, na Inglaterra, 25% dos operários da indústria pesada, das ferrovias e das minas, tinham a mesma atitude (Dogan, 1960).

Não dispomos, para o Brasil, de dados precisos sobre esse problema, e nosso estudo não nos forneceu nenhuma informação direta sobre a consciência “da identidade de classe” entre operários brasileiros. Mas, para a análise dos dois outros níveis de consciência de classe, foi necessário levar em conta, implicitamente,

a existência prévia desse “primeiro grau” e, dessa forma, estudar os fatores que permitem a passagem desse nível aos de *consciência sindical* e de *consciência radical-ideológica*.

### Consciência sindical

A *consciência sindical* implica uma certa apreensão do antagonismo com os empregadores e uma concepção de sindicato como instrumento de reivindicação operária nessa relação. No Brasil, a filiação a um sindicato não leva automaticamente à “consciência sindical”. Para muitos dos operários sindicalizados, o sindicato não se apresenta prioritariamente como um órgão coletivo de luta e de defesa dos interesses socioeconômicos comuns, mas como uma espécie de escritório governamental que oferece gratuitamente serviços médicos, legais, etc. (Simão, 1960). O sociólogo brasileiro Juarez R. B. Lopes, num estudo sobre os operários de uma importante indústria de São Paulo, sugeriu que eles consideravam o sindicato como uma instituição de ajuda mútua, semelhante ao Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI)<sup>2</sup> – o serviço oficial de assistências sociais –, ou mesmo ao Serviço Social da Indústria (SESI) – gerido pela autoridade patronal. Como exemplo típico dessa concepção, compartilhada por uma grande parte de operários sindicalizados, Lopes cita um entusiasmado sindicalista:

O sindicato é a melhor coisa que nós temos. Nós aportamos menos para o sindicato que para o IAPI e o SESI, que nos socorrem somente em casos de doença grave. No interior do sindicato, nós possuímos todos os direitos: direito ao médico, direito ao farmacêutico, direito ao advogado, sem nenhum custo (Lopes, 1957, p. 318-319).

É necessário, portanto, determinar quantos de nossos líderes sindicais demons-

<sup>2</sup> O IAPI foi criado em 1936 e, após 1945, expandiu as suas áreas de atuação, passando a financiar, dentre outros, projetos de habitação popular. Em 1966, o IAPI foi fundido com outras instituições de aposentadoria e deu origem ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) (N.T.).

tram uma verdadeira consciência sindical no sentido leninista do termo, ou seja, entendem o sindicato como uma organização de trabalhadores em luta contra os empregadores com o objetivo de adquirir e defender seus direitos.

### Consciência radical-ideológica

Designaremos por *consciência radical-ideológica* o que Lenin chamava de “consciência socialdemocrata”, Centers de “atitude radical” e Touraine de “princípio da totalidade”, ou seja, concretamente, o nível de consciência de classe desses operários brasileiros que, sustentando uma ideologia sociopolítica “radical” (comunismo, socialismo ou anarquismo), manifestam certo grau de oposição à ordem social existente.

No Brasil, o caráter precário dessa consciência “radical”, suas contradições internas, suas inconsistências e suas fraquezas não impedem de constituir um nível qualitativamente diferente da “consciência sindical” (que não coloca em questão o regime socioeconômico).

## A CONSCIÊNCIA SINDICAL

A pergunta de nosso questionário, que visava a determinar as concepções de sindicato dos delegados do Congresso dos Metalúrgicos, foi assim formulada:

Em sua opinião, qual é o objetivo essencial do sindicato?

- I. Unir e organizar os trabalhadores na luta pela obtenção de suas reivindicações.
- II. Fornecer aos trabalhadores cuidados médicos, odontológicos e assistência legal.
- III. Se for o caso, especificar os outros objetivos:

As respostas se repartiram em dois grupos-tipos: um grupo escolheu o primeiro termo (I) de alternativas, e o outro assinalou o primeiro e o segundo (I e II). Ninguém optou somente pela proposição II. A resposta aberta

(III, “outros objetivos”) não foi assinalada sozinha, mas sempre em complemento a outras escolhas. Encontramos, por exemplo, nessa última resposta, formulações tais como: “defesa da indústria nacional”, “educação”, “explicação dos problemas”, “cultura”, etc.

As porcentagens obtidas foram as seguintes.

Escolha de duas proposições (I e II)	Apenas “Unir e organizar os trabalhadores” (I)
25,6%	74,4%

Segundo o nosso quadro conceitual, esse segundo grupo (74,4%) compreende a *consciência sindical*. Por outro lado, aqueles que não consideram o sindicato, em primeiro lugar e antes de tudo, como um órgão de reagrupamento e de luta da classe operária, ainda estão, provavelmente, no nível da *consciência da identidade de classe*. Para eles, os serviços gratuitos do médico, do dentista e do advogado não constituem apenas os elementos complementares, mas essenciais e próprios aos sindicatos, tanto que tais elementos são, ao menos, tão importantes quanto as reivindicações salariais, as greves, a luta contra o custo elevado de vida, etc. Sua atitude reflete, até certo ponto, a de trabalhadores que veem o sindicato como um serviço público de ajuda mútua.

Entre os diversos fatores que tentamos vincular à formação da *consciência sindical* (grau de urbanização, idade, nível de instrução, escala salarial, qualificação profissional, tempo na empresa), somente a escala salarial ofereceu a possibilidade real de estabelecer uma correlação:

Escala salarial <sup>3</sup>	Escolha de duas proposições (I e II)	Unir e organizar (I)
Menos de 6.000 cruzeiros	42,9%	57,1%
De 6.000 a 9.000 cruzeiros	24,0%	76,0%
Mais de 9.000 cruzeiros	10,7%	89,3%

<sup>3</sup> O salário mínimo legal era de 5.900 cruzeiros em São Paulo, e era inferior nas outras regiões do Brasil.

A relação positiva entre a participação sindical e os salários mais elevados é um fato reconhecido no seio dos sindicatos brasileiros. Frequentemente, durante seus eventos, os operários ou os dirigentes sindicalistas se queixam da ausência ou da apatia da camada social de menor remuneração, particularmente daqueles que recebem o salário mínimo e que jogam um rol muito ínfimo nas atividades sindicais. Esse paradoxo e a correlação revelada por nosso estudo entre os salários mais elevados e a consciência sindical tornam-se plausíveis se consideramos que, ao ganhar decentemente e estar liberado das dificuldades econômicas mais prementes, é mais provável que o trabalhador, a par da sua situação, pense mais em termos relativamente gerais e abstratos (“Unir e organizar os trabalhadores”) que o operário mais desfavorecido, interessado somente nas vantagens mais imediatas e “concretas” que o sindicato lhe pode proporcionar (médico, farmacêutico, serviços sociais, etc.).

Entre as outras opiniões examinadas no questionário, a atitude do governo em relação às classes sociais foi a que apresentou a melhor correlação com a consciência sindical.<sup>4</sup> Na questão relativa a esse tópico, os operários ou indicavam que o governo favorecia os patrões, ou se se posicionavam na resposta “imparcial”, conforme demonstram os resultados a seguir apresentados.

Favorece os trabalhadores	Imparcial	Favorece os patrões
2,4%	30,5%	67,1%

Entre as opiniões emitidas sobre a atitude do governo e as concepções quanto ao objetivo do sindicato, podemos estabelecer as porcentagens seguintes:

<sup>4</sup> Nessa época (1959), o governo era constituído por uma coalisão do Partido Social Democrata, um partido centrista moderado, mais ou menos ligado aos meios industriais e financeiros, ao qual pertencia o Presidente Juscelino Kubitschek, com o Partido Trabalhista Brasileiro, saído do partido trabalhista e dirigido pelo vice-presidente João Goulart. Os dois partidos foram fundados em 1945 pelo ex-ditador e líder popular carismático Getúlio Vargas.

Atitude do governo	Escolha de duas proposições (I e II)	Unir e organizar (I)
Favorecer os operários	100%	0,0%
Imparcial	40,0%	60,0%
Favorecer os patrões	16,4%	83,6%

A correlação não é falsa nem accidental. Ela reflete um dos problemas cruciais da estrutura sindical brasileira. Em 1937, o presidente Vargas criou os sindicatos “oficiais”, reconhecidos e protegidos pelo Estado, com um caráter de órgão semigovernamental, no lugar dos antigos sindicatos que, até então, eram pequenas organizações de luta e de agitação contra o capitalismo e o Estado. Eles foram, portanto, colocados sob o controle estrito do Ministério do Trabalho. Após a queda de Vargas em 1945, organizou-se um lento processo de rejeição da dominação e da intervenção do governo, considerada como favorável ao patronato, e de ruptura da relação de paternalismo entre o Estado e os sindicatos. Esse processo permitiu a emergência da consciência sindical, mas, em 1959, ele estava longe de ter acabado. Importantes seções sindicais se encontravam ainda sob a influência e o controle direto do Ministério do Trabalho (dominado pelo Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB) e uma grande parte da massa operária considerava ainda o sindicato como uma instituição de ajuda mútua quase oficial.

## A CONSCIÊNCIA RADICAL-IDEO-LÓGICA

No Brasil, desde o início do século XX até 1959, duas grandes correntes “de ideologia radical” tiveram um rol importante no movimento sindical: os anarquistas, cuja influência foi preponderante até meados de 1930, e o Partido Comunista Brasileiro. Existiam também alguns grupos socialistas dispersos e ineficazes, aos quais alguns se uniram em 1945 para formar o Partido Socialista Brasileiro. A ideolo-

gia do PTB (o partido trabalhista), uma mistura *suis generis* de nacionalismo, sindicalismo e “estado-provedor”, não coloca em questão o regime social e econômico e não pode ser qualificada de “radical”.

Tentamos determinar as fidelidades ideológicas dos dirigentes sindicais colocando a seguinte questão:

Em sua opinião, quais são os melhores dirigentes sindicais?

- os trabalhistas;
- os anarquistas;
- os comunistas;
- os socialistas;
- outras filiações; precisar quais: \_\_\_\_\_.

O último item recebeu uma enorme porcentagem de respostas, todas caracterizadas por uma recusa de alinhamento político. Vejamos alguns exemplos: “Todos os partidos contam com bons e maus dirigentes”; “Eu não jugo os dirigentes sindicais pelas cores de um partido político”; “Os melhores dirigentes sindicais são aqueles que defendem ativamente os operários de sua profissão”; “Aqueles que não misturam política e sindicato”; “Aqueles que anunciam sua ideologia política”; etc. Alguns operários simplesmente se recusaram a responder a essa questão: “Tais questões são inúteis”; “Eu considero esta questão deslocada”, etc.

Se agrupamos todas essas respostas sob a etiqueta “Sindicalizados sem filiação política”, obtemos a seguinte distribuição:

Comunistas e socialistas	Sem filiação política	Trabalhistas <sup>5</sup>
32,9%	25,6%	41,5%

Se considerarmos o grupo socialista-comunista como aquele que melhor corresponde ao tipo de *consciência radical-ideológica*, notamos uma acentuada correlação entre a ideologia e o grau de urbanização. Para isso, os dele-

<sup>5</sup> Nenhum delegado se filiava às ideias anarquistas; nos sindicatos mais antigos, de origem semiartesanal, como os tipógrafos e os sapateiros, ainda existem pequenos grupos de militantes anarquistas.

gados foram repartidos, segundo seus lugares de origem, em duas seções caracterizadas pelo grau de urbanização:

*Zona 1:* São Paulo e seus arredores, Rio de Janeiro (Estado da Guanabara).

*Zona 2:* Todas as outras cidades do país representada no Congresso.

A relação entre zona e ideologia é impressionante:

Zonas	Comunistas e Socialistas	Sem filiação política	Trabalhistas
Zona 1	66,5%	29,3%	4,2%
Zona 2	18,9%	24,1%	57,0%

Azis Simão, professor da Universidade de São Paulo, em um de seus estudos sobre o voto operário em São Paulo, obteve resultados similares: durante o período de 1947 a 1950, existia, entre os trabalhadores urbanos de origem rural, uma tendência a votar no PTB; já entre aqueles nascidos em São Paulo, uma proporção maior escolhia votar nos candidatos do Partido Comunista (Cf. Simão, 1955).

Parece plausível que o processo de urbanização, o meio sociocultural das grandes cidades, a racionalização e a secularização das relações sociais, a ruptura dos laços tradicionais e familiares e sua substituição por uma relação de classe impessoal, bem como a concentração de um grande número de operários em grandes empresas criam as condições favoráveis à emergência e à cristalização dos elementos constitutivos da *consciência radical-ideológica*.

Entre esses elementos, um dos mais essenciais é, talvez, a tomada de consciência da luta de classes como antagonismo conflitual. Portanto, inserimos, em nosso questionário, a seguinte questão:

Em sua opinião, o conflito entre operários e patrões tem origem:

- da oposição de interesses entre operários e patrões;
- de um mal-entendido;
- de outras razões; precisar quais: \_\_\_\_\_.

Se agruparmos na etiqueta de “Sem opi-

nião” aqueles que não responderam ou que não escolheram entre as proposições, notamos as porcentagens abaixo:

Mal-entendido	Sem opinião	Interesses opostos
27,3%	25,6%	47,1%

Podemos estabelecer uma comparação com os resultados obtidos em outros países. Na França, uma pesquisa de Benoît e Maurice mostrou que, numa fábrica parisiense, 57% dos operários consideravam que as aspirações dos patrões e as dos operários são, em grande parte, totalmente opostas (Benoît; Maurice, 1960, p. 153). Na Noruega, num estudo realizado pelo Instituto de Pesquisas Sociais de Oslo, em 1950-1952, em 12 empresas dessa cidade, a análise da questão “Você pensa que os interesses dos operários e da direção são comuns ou opostos?” revelou os seguintes resultados:

Interesses comuns	Interesses comuns e opostos	Interesses opostos <sup>6</sup>
31%	31%	38%

Essas comparações permitem supor que a industrialização e a urbanização não constituem as únicas variáveis que influem nesse aspecto da consciência de classe. Os partidos políticos, a tradição histórica local do movimento sindical, as condições sociopolíticas e a “cultura política” do país são, provavelmente, fatores cujo papel pode ser decisivo.

Se examinarmos, agora, a relação entre ideologia e a concepção do conflito de classes, observamos uma surpreendente inconsistência na consciência de classe do grupo “radical-ideológico”:

Ideologia	Mal-entendido	Sem opinião	Interesses opostos
Comunistas e socialistas	14,8%	7,4%	77,8%
Sem filiação	4,8%	52,3%	42,9%
Trabalhistas	35,3%	23,5%	41,2%

<sup>6</sup> Gulvaag, Harriet. *Attitudes and perceptions of representatives and represented in industry*, 1953.

Ainda que o grupo “radical-ideológico”, em comparação com os demais, apresente uma consciência muito mais aguda do conflito, uma minoria significativa (14,8%) parece assimilar os conflitos sociais como um tipo de “mal-entendido”. Tal contradição indica bem o desprendimento existente entre o “tipo ideal” de “consciência radical-ideológica” e sua configuração empírica entre os dirigentes sindicais comunistas e socialistas do Brasil. Essa diferença encontra a sua explicação no papel exercido, durante os últimos trinta anos, pelo principal agente de difusão de ideologias radicais, o Partido Comunista Brasileiro. Esse partido, em geral, e particularmente durante o período de 1954 a 1960 (e mais tarde), dá maior importância aos problemas *nacionais* do que aos os problemas de *classe*, destacando a existência de problemas comuns entre a classe operária e a burguesia nacional contra o capital estrangeiro (norte-americano) (Rodrigues, 1966, P. 192; Touraine, 1961, p. 88).

Por fim, tentamos avaliar a relação entre os dois níveis de consciência estudados: a *consciência sindical* e a *consciência radical-ideológica*.

Ideologia	Escolha de duas proposições	Unir e organizar
Comunistas e socialistas	18,5%	81,5%
Sem filiação	23,8%	76,2%
Trabalhistas	32,3%	67,7%

Indubitavelmente, observamos uma forte congruência. Porém, mais uma vez, descobrimos a presença de um grupo com opiniões paradoxais: apesar de não atingir a consciência sindical, esse grupo se enquadra na categoria de consciência radical (18,5%). Podemos apontar duas possíveis explicações que não se excluem: a) a variável significativa, mencionada acima, expressaria a falta de “consciência de conflito” em uma faixa do grupo radical-ideológico, ou seja, a expressão do caráter especificamente “nacionalista” da ideologia difundida pelo Partido Comunista Brasileiro; e (ou) b) ela expressaria o fato de a concepção de sindicato

como uma instituição de ajuda social mútua estar fortemente enraizada na classe operária brasileira e aparecer mesmo em alguns de seus dirigentes mais radicais. Isso pode nos conduzir a acreditar que a *consciência sindical* não é, no Brasil, uma condição prévia ao aparecimento da *consciência radical-ideológica*.

## CONCLUSÕES

A repartição desse grupo de delegados no Congresso Nacional de Trabalhadores Metalúrgicos em três níveis de consciência de classe revela a preponderância da consciência sindical:

- A *consciência radical-ideológica* é representada pelo grupo que escolhe os comunistas e os socialistas como os melhores dirigentes sindicais: 32,9%.
- A *consciência sindical* reúne aqueles que estimam que o objetivo do sindicato é de “unir e de organizar” os trabalhadores na luta pela satisfação de suas reivindicações (menos os comunistas e os socialistas): 47,6%.
- A *consciência de identidade de classe* é formada por um grupo “residual”, composto de trabalhistas e de operários sem filiação política, que consideram o sindicato como uma instituição de “ajuda mútua social”: 19,5%.

Não pretendíamos que essas porcentagens refletissem a situação exata da direção sindical metalúrgica no Brasil, em 1959. Nosso objetivo não era tanto determinar a proporção de militantes e de dirigentes sindicais correspondentes a cada nível de consciência de classe, mas tentar mostrar algumas das variáveis significativas capazes de desempenhar um papel na emergência e na estruturação dessa consciência de classe.

O golpe de Estado militar de abril de 1964 teve repercussões consideráveis sobre a estrutura, a orientação e a direção dos sindicatos brasileiros, dentre as quais se destacam: - numerosos dirigentes de esquerda foram presos e (ou) expulsos dos sindicatos e substitu-

idos por dirigentes “moderados” (pró-governantes) e (ou) pelos militares;

- uma nova direção sindical local, jovem, clandestina ou semiclandestina, surge inspirada pelas novas tendências ideológicas e mais radicais: cristianismo de esquerda, maoísmo, castrismo, trotskismo, etc.

Esse processo de “radicalização” pode ser uma consequência, por sua vez, do desenvolvimento, em longo prazo, da industrialização, da urbanização e da conjuntura econômica, social e política atual. Sua generalização poderia ter importantes consequências sobre a dinâmica da transformação social no Brasil.

Recebido para publicação em 15 de janeiro de 2018

Aceito em 01 de maio de 2018

## REFERÊNCIAS

BENOÎT, O.; MAURICE, M. Groupes professionnels et relations collectives de travail dans une entreprise. *Sociologie du Travail*, v. 2, 1960.

CENTERS, R. *The Psychology of social classes: a study of class consciousness*. Princeton: Princeton University press, 1949.

DOGAN, M. Le vote ouvrier en Europe occidentale. *Revue française de sociologie*, v. 1, 1960.

GULVAAG, Harriet. *Attitudes and perceptions of representatives and represented in industry*. Oslo: [S.n.], 1953. v. 2, p. 141.

LÊNIN, V. I. *Que faire?* Paris: Seuil, 1966.

LOPES, J. R. B. A fixação do operário de origem rural na indústria: um estudo preliminar. *Educação e Ciências Sociais*, v. 2, n. 6, p. 293-322, nov. 1957.

LUKÁCS, G. *Histoire et conscience de classe*. Paris: Minuit, 1959.

MARX, K. *Die Heilige Familie*. Berlin: Dietz Verlag, 1953.

RODRIGUES, L. M. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Difel, 1966.

SIMÃO, A. *O voto operário em São Paulo*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1., 1955, São Paulo. *Anais...* São Paulo: [S.n.], 1955.

\_\_\_\_\_. Industrialisation et syndicalisme au Brésil. *Sociologie du Travail*, v. 1, 1960.

TOURAINÉ, A. Industrialisation et conscience ouvrière à S. Paulo. *Sociologie du Travail*, v. 4, 1961.

\_\_\_\_\_. *La conscience ouvrière*. Paris: Éditions du Seuil, 1966.

**STRUCTURE AND WORK CLASS  
CONSCIOUSNESS IN BRAZIL**

*Michael Löwy*

Originally published in French at the *Cahier Internatinaux de Sociologie* in 1970, the translation of this article, made especially for this dossier, aims to present to the new generations the reflections and research in the field of work sociology of a young student at USP who later became one of the most important authors of the Brazilian social sciences. In this sense, the text has an unparalleled historical value, without losing the current relevance of its problematic. The objective of the article is to elucidate some problems related to the structure of class consciousness of a group of workers present at a 1959 trade union congress. The theoretical reference for this work is Marxism, a perspective that at the time of the research was unaware of the academic milieu.

**KEYWORDS:** Labor consciousness. Class consciousness. Class identity. Brazilian syndicalism. Marxism.

**STRUCTURE DE LA CONSCIENCE DE CLASSE  
OUVRIERE AU BRESIL**

*Michael Löwy*

Publié originalement en français, dans le *Cahier Internationaux de Sociologie*, en 1970, cet article a été traduit spécialement pour ce Dossier, avec l'objectif de présenter aux nouvelles générations les réflexions et recherches, dans le domaine de la sociologie du travail, d'une jeune étudiant de l'USP qui deviendra plus tard l'un des autres les plus importants des sciences sociales brésiliennes. En ce sens, le texte a une valeur historique inégalée, sans perdre l'actualité de sa problématique. L'objectif est d'éclaircir certains problèmes liés à la structure de la conscience de classe d'un groupe de travailleurs présents lors d'un congrès syndical en 1959. La référence théorique pour ce travail est le marxisme.

**MOTS-CLÉS:** Conscience Ouvrière. Conscience de Classe. Sindicalisme brésilien. Marxisme.



## MICHAEL LÖWY E A SOCIOLOGIA DO TRABALHO: a descoberta da consciência de classe do operariado

*Ricardo Festi\**

O artigo busca analisar e problematizar a rápida passagem do jovem Michael Löwy pela sociologia do trabalho, quando realizou, em 1959, uma pesquisa sobre as atitudes e a consciência operária entre dirigentes sindicais metalúrgicos. Para isso, contextualiza esse estudo no curso do processo de institucionalização da sociologia brasileira, em particular o desenvolvimento das pesquisas acerca da indústria e do trabalho realizadas na Universidade de São Paulo, nas décadas de 1950 e 1960. Como conclusão, pode-se afirmar que Löwy apresentou, já àquela época, num manuscrito até então desconhecido, uma possível alternativa ao estilo de sociologia vigente na USP. As reflexões e conclusões deste artigo estão ancoradas em consultas realizadas em arquivos e numa entrevista com o próprio autor.

PALAVRAS-CHAVE: Michael Löwy. Sociologia do trabalho. Consciência operária. Pensamento social. História intelectual.

O objetivo deste artigo é refletir sobre um momento particular e pouco conhecido da trajetória do jovem Michael Löwy: sua pequena passagem pela sociologia do trabalho. Esse fato se deu quando Löwy ainda era estudante do curso de graduação em ciências sociais pela Universidade de São Paulo (USP) e realizou uma pesquisa sob a supervisão de Aziz Simão, para a disciplina “Prática de Pesquisa”, oferecida pela Cadeira II de Sociologia, sobre as atitudes e a consciência operária. A metodologia utilizada para tal pesquisa foi a aplicação de um questionário aos delegados do II Congresso Nacional de Trabalhadores Metalúrgicos, realizado em abril de 1959, em Itanhaém (SP). As motivações de fundo do autor para a escolha desse tema transbordavam o mundo acadêmico, pois ele buscava responder, ainda que parcialmente, as inquietações teóricas e políticas que vinha nutrindo desde que assumiu uma perspectiva crítica ao mundo capitalista.

A realização de sua pesquisa foi um empreendimento coletivo. A fase de elaboração e aplicação dos questionários contou com as opiniões de lideranças operárias e com a orientação de Albertino Rodrigues, então diretor do recém-criado e respeitado Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Junto aos quadros desse instituto, Sarah Chucid,<sup>1</sup> recém-ingressante na USP, trabalhava como assistente de pesquisa e tornou-se parceira de Löwy na realização dessa investigação junto aos delegados sindicais. Havia uma identificação política e social entre os dois estudantes, o que os conduzia às mesmas inquietações. Chucid era filha de imigrantes judeus e escolheu o curso de ciências sociais, pois desejava transformar a sociedade. Ela mesma, anos mais tarde, escreveu sobre isso: “(Eu) tinha em mente uma atitude idealista de questionamento da sociedade, ao mesmo tem-

<sup>1</sup> Antes de cursar ciências sociais (1959-1963), Sarah Chucid colaborou, em 1957, com as pesquisas do Centro Regional de Pesquisas Educacionais da USP, dirigido por Fernando de Azevedo, e foi assistente de pesquisa no DIEESE junto ao primeiro levantamento de índice do custo de vida da cidade de São Paulo, em 1958. Defendeu uma tese de doutorado em 1973, na ECA-USP, com o título “Mudança nas atitudes e opiniões do trabalhador têxtil brasileiro ante os meios de comunicação de massa”.

\* Universidade Estadual de Campinas – Unicamp (*campus Limeira*).  
Rua Paschoal Marmo, 1888. Cep: 13484-332. Jardim Nova Itália – Limeira – São Paulo – Brasil. ricardofesti@gmail.com

po em que agasalhava no espírito a sensação e o desejo de que, de alguma forma, eu pudesse me engajar na perspectiva de transformá-la” (Viá, 1986).<sup>2</sup>

A pesquisa empreendida por Löwy e Chucid, em 1959, tinha como objetivo principal evidenciar, por meio de um *survey*, as opiniões e as atitudes de operários sindicalizados em uma gama diversa de problemas sindicais e político-sociais. Inicialmente, eles planejavam a aplicação dos questionários para uma grande quantidade de operários. No entanto, aproveitando-se do fato de que vários congressos sindicais estavam para ocorrer em São Paulo e no Rio de Janeiro, decidiram aplicá-lo, primeiramente, entre os delegados de um desses encontros. Portanto, a sondagem realizada no congresso metalúrgico foi, posteriormente, apresentada como uma primeira aproximação de um “setor da realidade social quase inexplorado sociologicamente, e que não pretende senão levantar hipóteses que servirão aos estudos posteriores do problema” (Manuscrito, p. 1).

O resultado da pesquisa realizada em 1959 deu origem a duas publicações e a um manuscrito. Uma das publicações, assinada pelos dois estudantes, saiu na *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, nº 13, de janeiro de 1962, sob o título *Opiniões e atitudes de líderes sindicais metalúrgicos*. A outra publicação saiu em francês, no nº49 da prestigiosa revista *Cahier Internationaux de Sociologie*, em julho de 1970. Essa versão foi traduzida para o português e publicada no dossiê “A obra polissêmica de Michael Löwy”, no qual se insere o presente artigo, com o título *Estrutura e consciência de classe operária no Brasil*.<sup>3</sup>

Neste artigo, serão analisados esses três textos, buscando evidenciar suas semelhanças

e, principalmente, suas diferenças metodológicas, analíticas e conclusivas, levando em consideração os contextos de produção e publicação, bem como as distâncias de estilo e de perspectiva. Hoje, o valor desses textos é muito mais histórico do que sociológico, pois são testemunhas de um momento-chave no desenvolvimento e na institucionalização da sociologia do trabalho no Brasil e, em particular, na USP. Por isso, a confrontação entre eles clarifica as tensões que existiam no interior dessa “escola sociológica”. Nesse sentido, sustentamos que o Artigo de 62 é um produto exemplar da sociologia uspiana dos anos 1950-1960,<sup>4</sup> enquanto o Manuscrito e o Artigo de 70 apresentam uma perspectiva teórico-política alternativa, que encontrou espaço, na academia brasileira, apenas décadas depois.

Além de um estudo minucioso e comparativo entre os textos, as conclusões deste artigo estão amparadas em pesquisas realizadas em documentos depositados em arquivos do Brasil e da França e em diversas fontes bibliográficas, além de uma entrevista realizada com Michael Löwy e publicada, também, no citado dossiê.

## A MEMÓRIA REVISITADA

No prefácio ao livro de Ruy Braga (2012), *A política do precariado*, Löwy recorda-se dessa pesquisa realizada no final dos anos 1950 e escreve:

[...] confesso que meu interesse se dirigiu sobretudo para a primeira [parte do livro], em particular no que concerne os anos 1950, pela simples razão de que acompanhei o processo de perto, tanto como aluno e amigo de Azis Simão, um dos pioneiros dos estudos sobre a classe operária no Brasil, quanto como colaborador no Dieese de Albertino Rodrigues, e, *last but not least*, como delegado da União Estadual dos Estudantes junto ao Pacto Intersindical. E nesse contexto que tive a ocasião de levar a cabo, com o acordo do Dieese, a uma enquete sobre a consciência de classe

<sup>2</sup> Sobre as motivações políticas do jovem Löwy, ver a entrevista publicada no Dossiê deste número: “A obra polissêmica de Michael Löwy”.

<sup>3</sup> Para facilitar, citaremos os três textos mencionados da seguinte maneira: o artigo escrito em coautoria com Sara Chucid será citado simplesmente como *Artigo de 62*; já o artigo em francês, cuja tradução é publicada no dossiê citado acima, será denominado *Artigo de 70*; e, por fim, o manuscrito será identificado como *Manuscrito*.

<sup>4</sup> Veja que, na primeira nota deste texto, os autores mencionam as colaborações críticas que receberam de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni.

de militantes sindicais, a partir de um questionário distribuído aos delegados do Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos de 1960. Uma primeira versão deste trabalho (em colaboração com Sarah Chucid) foi publicada com o título ‘Opiniões e atitudes de dirigentes sindicais metalúrgicos’. Uma segunda versão, mais ambiciosa do ponto de vista teórico, apareceu como ‘Structure de la conscience de classe Ouvrière au Brésil’. As conclusões desta pesquisa são bastante diferentes – na medida em que apontam para uma consciência de classe politizada – da enquete sobre a consciência sindical levada adiante mais ou menos na mesma época por Leôncio Martins Rodrigues – e examinada, com pertinência, por Ruy Braga (Braga, 2012, p. 12-13).

A passagem pode ser esclarecedora em alguns aspectos, principalmente para aqueles que não tiveram contato com os textos mais antigos de Löwy. No entanto, para um estudo mais detalhado, essa mesma passagem pode nos conduzir a conclusões equivocadas acerca das diferenças entre a primeira e a segunda publicação, originadas da mesma pesquisa realizada em abril de 1959 (e não 1960). Uma reflexão apressada nos levaria a considerar, tomando-se apenas as datas das publicações (1962 e 1970) e o que foi enunciado acima, que as duas pertencem a momentos distintos do percurso intelectual do autor. A afirmação de Löwy de que a segunda versão teria sido “mais ambiciosa do ponto de vista teórico” pode ser interpretada a partir de uma perspectiva cronológica, ou seja, levando em conta um amadurecimento intelectual do autor, já que, no intervalo entre 1962 e 1970, ele defendeu, na França, sua tese de doutorado sobre o jovem Marx, sob orientação de Lucien Goldmann, e foi professor das universidades de Israel e da Inglaterra.<sup>5</sup>

No entanto, a consulta aos arquivos de Azis Simão<sup>6</sup> responde a algumas das especula-

<sup>5</sup> Não nos esqueçamos de que, também nesse intervalo de tempo, vários fatos políticos de grande envergadura marcaram a vida pessoal, profissional e intelectual de Löwy: Golpe de 64 no Brasil e as revoltas operário-estudantis em 1968, na França.

<sup>6</sup> Referimo-nos aos documentos depositados no Centro de Apoio à Pesquisa em História Sérgio Buarque de Holanda (CAPH), do Departamento de História da FFLCH-USP. Outra parte dos documentos de Simão, principalmente os livros e as fitas cassetes, encontra-se no Arquivo Edgar Leuenroth (AEL) da Unicamp.

ções possíveis acerca da produção desses textos, pois neles encontramos dois documentos datilografados pelo então jovem e estudante Löwy sobre a pesquisa de 1959. Um deles é, literalmente, o texto publicado na *Revista Brasileira de Estudos Políticos* em 1962, em coautoria com Sarah Chucid, enquanto que o outro é praticamente o mesmo artigo que saiu, anos mais tarde, no *Cahier Internationaux de Sociologie* (Cf. Simão). Os dois documentos não estão datados, mas um olhar atento às referências bibliográficas do segundo manuscrito nos leva a concluir que ele foi finalizado e entregue a Simão entre finais de 1959 e início de 1960, ou seja, embora um tenha sido publicado anos depois, ambos foram escritos na mesma época. Uma passagem do segundo manuscrito também deixa claro que ele foi escrito depois do primeiro (o que deu origem ao Artigo de 62): “parte do mesmo, constituída pelos delegados de S. Paulo, Rio e Guanabara, já foi objeto de estudo, sob um ângulo mais geral, em trabalho a ser publicado (M. Löwy e S. Chucid, *Opiniões e atitudes de líderes sindicais metalúrgicos*, S. Paulo, 1961)” (Manuscrito, p. 1).

Podemos, então, especular que Löwy, não satisfeito com o manuscrito escrito em coautoria com Chucid (e que deu origem à publicação de 62), demasiadamente formal e enquadrado no estilo uspiano de sociologia daquele momento, resolveu escrever e apresentar para o seu amigo Azis Simão uma segunda versão com suas próprias interpretações e aportes, tendo agora a liberdade de desenvolvê-la sob o marco teórico do marxismo. A versão publicada em francês, em 1970, recebeu poucas correções e acréscimos em relação ao Manuscrito, mantendo todas as questões teóricas fundamentais já presentes para a compreensão do seu objeto.

O rascunho do artigo escrito em 1959, em coautoria com Chucid e publicado em 1962, contou com observações críticas de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni. Devido à metodologia utilizada na análise das respostas aos questionários aplicados e à forma como o texto foi exposto,

podemos afirmar que ele estava mais próximo dos padrões da sociologia do trabalho que vinha sendo gestada na USP,<sup>7</sup> Afirmar isso não diminui a importância desse trabalho, que apresentou um novo campo de pesquisa para a época. Já o artigo que foi base da publicação em francês, assinado apenas por Löwy, pode ser lido como uma alternativa em potencial, não desenvolvida posteriormente, ao tipo de pesquisa e de análise que se consolidou na década de 1960 entre os sociólogos da USP.

Esse fato nos conduz a levantar duas questões de ordem metodológica. A primeira é que, do ponto de vista de uma sociologia que visa a compreender a obra de um autor ou de um determinado grupo de autores, é fundamental um olhar crítico às narrativas e memórias elaboradas por eles e por seus colaboradores. Como nos ressalta Miceli (1989), é comum encontrar, nessas representações e hierarquizações que buscam reconstruir o passado, certas distorções ou valorizações de determinados fatos em detrimento de outros, o que serve para fortificar certas posições ou interesses no presente. A historiografia também nos alerta para o fato de que a memória é permeada por uma narrativa enevoada – muitas vezes, como consequência de simples esquecimento –, o que reforça o argumento de que os silêncios e os fragmentos nas narrativas são também objetos importantes de reflexões. Por fim, essas duas observações nos levam à segunda questão metodológica, isto é, à importância da pesquisa em arquivos para os estudos em sociologia das ideias.

Como afirmamos, buscaremos demonstrar as proximidades e as diferenças entre esses dois artigos. Para aqueles que buscam uma explicação sociológica sobre as atitudes de líderes sindicais do período em questão, ou simplesmente um olhar histórico sobre a sociologia brasileira, os dois artigos devem ser lidos como complementares, tendo em vista suas diferenças analíticas, pois apresentam resultados e análises reflexivas a partir de dados coletados na mesma pesquisa. Entretanto, se o objetivo é desvendar o porquê dessas duas

publicações, devem-se ressaltar as substanciais diferenças entre os métodos empregados para analisar os dados, o que levou a diferentes abordagens, ainda que se tenha chegado a conclusões gerais similares.

## **A CRIAÇÃO DE UMA NOVA DISCIPLINA: sociologia do trabalho**

Antes de ingressar na análise propriamente dos textos, ressaltando suas aproximações e diferenças, abordaremos o contexto em que eles foram produzidos, situando-os no curso da institucionalização da sociologia usiana e, em particular, no surgir da sociologia do trabalho como uma nova disciplina que, como demonstraremos, foi um projeto político-acadêmico de muitos autores e que teve, na USP, uma instituição privilegiada para seu desenvolvimento durante um período de profundas transformações no Brasil, com a urbanização e a industrialização.

O Artigo de 62 (Chucid e Löwy) começa com a citação de uma passagem de Florestan Fernandes na qual ele defende que “os sociólogos precisam adotar uma nova orientação: a) abandonar as esferas puramente teóricas de discussão de problemas; b) orientando seus esforços no sentido de alcançar o mais depressa possível os objetivos que justificam a sociologia como ciência” (Fernandes, 1947, p. 345). Essa posição foi mais bem desenvolvida por Fernandes ao longo da década de 1950, principalmente depois que assumiu o lugar de Roger Bastide, na Cadeira I de Sociologia, e passou a ministrar a disciplina “Sociologia Aplicada”, quando aprofundou uma concepção de ciência social que buscava não se restringir puramente à esfera teórica, como preconizava a tradição francesa difundida até então na USP, e sim voltar-se aos problemas concretos da sociedade. Para esse tipo de sociologia, aplicada numa era de “revolução social”, como caracterizava o autor, era fundamental que as pesquisas tivessem um forte embasamento empírico (Cf. Fernandes, 1960, 1962).

Esse movimento em direção a uma “sociologia científica”, que criticou duramente as

<sup>7</sup> É nesse período, entre 1958 e 1960, que dois representantes da sociologia do trabalho francesa vêm a USP aportar no desenvolvimento dessa especialidade e na criação do futuro CESIT, conforme demonstraremos logo a seguir.

tendências filosofantes e ensaísticas, foi comum em todos os principais centros em que a sociologia floresceu como uma nova ciência do mundo pós-Segunda Guerra. Foi assim na França, com Georges Gurvitch e Georges Friedmann; na Argentina, com Gino Germani e Torcuato di Tella; e, no Brasil, com a “sociologia paulista”. Em geral, esses centros receberam forte influência das ciências sociais dos EUA – local onde, de fato, a sociologia estava mais desenvolvida institucionalmente –, em particular da tradição de Chicago e de seus estudos de comunidade.<sup>8</sup> Sobre isso, é importante destacar o papel decisivo que teve Donald Pierson, como professor da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (Cf. Brochier, 2016).

Portanto, os primeiros estudos sobre a classe operária e o mundo industrial realizados na USP foram fortemente influenciados pela sociologia norte-americana, notavelmente a sociologia industrial criada nos anos 1920 com os estudos de Elton Mayo e seus discípulos da Escola das Relações Humanas. A monografia que Mario Wagner Vieira da Cunha apresentou ao concurso de 1951, para a cátedra de Ciência da Administração e Estrutura das Organizações Econômicas, da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP, pode ser considerada o primeiro estudo de sociologia industrial inspirado nessa tradição (Cf. Cunha, 1951). As ideias ali apresentadas cumpriram um importante papel na formação das novas gerações, como foi o caso de Fernando Henrique Cardoso, quando assistente na FCEA-USP entre os anos 1952 e 1953.

Estamos denominando de sociologia do trabalho todos os estudos que foram realizados ao longo dos anos 1950 e 1960, no interior da USP, sobre a classe trabalhadora e o mundo do trabalho. Apesar de estar em curso um projeto de institucionalização desse domínio como uma nova disciplina, o mundo do trabalho era,

<sup>8</sup> Como afirmou Fernando Henrique Cardoso, em entrevista concedida ao autor (06.12.2017), Florestan pretendia, em meados dos anos 1950, com os estudos sobre a questão racial, fazer em São Paulo o que se havia feito em Chicago. Para um estudo mais detalhado sobre a tradição de Chicago, ver Chapoulie (2001).

de fato, um tema transversal, abordado por diversos autores, de diferentes grupos e cátedras<sup>9</sup> (Cf. Guimarães; Leite, 1994). Por isso, em última instância, assumimos a concepção francesa de sociologia do trabalho da década de 1960, ou seja, aquela que compreende o trabalho como categoria fundamental e fundante da sociedade contemporânea.

Devemos acrescentar, nessa curta contextualização, os estudos empreendidos por Azis Simão, na primeira metade dos anos 1950, em particular aquele sobre o voto operário em São Paulo (Simão, 1955). A apresentação de seus resultados no I Congresso Brasileiro de Sociologia, em 1954, realizado na cidade de São Paulo, causou grande impacto na recém-formada comunidade de sociologia do Brasil. Muitos estudos sobre a institucionalização da sociologia citam esse trabalho de Simão, mas poucos o analisam. Sem espaço para fazer isso no presente trabalho, vale destacar que o professor aplicou, pela primeira vez, o método de *survey* e apresentou, com originalidade, uma reflexão sobre as atitudes dos operários perante o voto, problematizando o fenômeno do “trabalhismo” – ainda não estava em voga o termo populismo.

Por fim, na segunda metade da década de 1950, Juarez Brandão Lopes realizou os seus estudos sobre as atitudes operárias em algumas fábricas. Desses estudos, o autor começa a formular certas teses que viraram a marca da sociologia do trabalho uspiana. O operário, recém-migrado do meio rural, tinha dificuldades em se adaptar ao novo meio urbano e industrial, carregando consigo um anseio de ascensão social e de fuga da condição operária. Essa atitude marcaria um traço conservador do operariado brasileiro e a sua incapacidade de construir um projeto de negação da ordem capitalista (Cf. Antunes, 1982, 1988).

<sup>9</sup> Lembremos que, naquele momento, a USP funcionava a partir de cátedras, o que dificultava a ascensão de novos professores e pesquisadores. Essa rigidez fez com que houvesse uma dispersão dos sociólogos em diferentes cadeiras. Mario Wagner Vieira da Cunha foi para o Instituto de Administração. Juarez Brandão, para a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Azis Simão estava na Cadeira II, dirigida por Fernando de Azevedo.

A sociologia do trabalho brasileira ainda carece de uma obra capaz de reconstruir e analisar sua história, com o rigor científico e analítico, diferenciando as suas várias etapas. O que existe, atualmente, é apenas um conjunto de trabalhos, teses, artigos, ensaios ou relatos de protagonistas e discípulos que visa a explorar determinados aspectos dessa empreitada, acabando por ressaltar os projetos científicos de um único sociólogo ou de um grupo de sociólogos.<sup>10</sup> Nesses estudos, o Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT), criado em 1961, recebeu especial destaque e é apresentado como precursor da sociologia do trabalho no Brasil.<sup>11</sup>

Segundo as palavras de um dos protagonistas na criação do CESIT, Fernando Henrique Cardoso (2012), “o Fernando de Azevedo trouxe para o Brasil um outro francês, que era o patrono (Alain) Touraine, que era professor do Conservatoire des Arts et Métiers, na França, Friedmann, Georges Friedmann. Este homem estava desenvolvendo a sociologia do trabalho, que era novidade”. Leôncio Martins Rodrigues (2010), outro partícipe desse projeto, também reforça a narrativa de que o CESIT foi precursor da sociologia do trabalho no Brasil, após a chegada desse grupo de franceses. O problema dessa versão é que ela desconsidera todas as empreitadas individuais e isoladas que foram realizadas ao longo de toda a década de 1950, conforme apontamos anteriormente. Foi sob a predominância desse discurso de sobrevalorização do CESIT que a pesquisa de Michael Löwy e Sarah Chucid, inovadora em sua época, acabou não recebendo a devida valorização e seu lugar na história da sociologia do trabalho brasileira.

Quando Friedmann visitou pela primeira vez a USP, em 1958, ficou impressionado com o grupo de jovens sociólogos que participou de seu Seminário sobre sociologia industrial. Ele se animara ao ver que, durante quase uma década, sociólogos brasileiros se debruçaram sobre o problema da industrialização e da

modernização da sociedade<sup>12</sup> e, em particular, estavam dispostos a construir uma sociologia capaz de intervir na realidade em plena transformação. Foi nessa ocasião que o francês sugeriu que fosse criado o CESIT, um laboratório que poderia atuar em cooperação com os experimentos similares na França.

A pesquisa em arquivos da França e do Brasil nos permitiu problematizar esse “mito fundador” e descobrir que a sociologia do trabalho e, em particular, a relação estabelecida entre esse grupo de brasileiros e os franceses em torno da questão do trabalho teve início muito tempo antes e refletiu tanto um empreendimento nacional, que contou com uma colaboração entre Fernando de Azevedo, da Cadeira I de Sociologia da USP, e Anísio Teixeira, presidente da CAPES,<sup>13</sup> como um longo processo de relações acadêmico-pessoais que culminou, no final dos anos 1950, na consolidação de uma comunidade científica internacional de ciências sociais.

Friedmann e os sociólogos da USP, por exemplo, vinham alimentando relações político-acadêmicas com a Associação Internacional de Sociologia (ISA) desde sua fundação. O francês foi presidente da ISA e da FLACSO na segunda metade dos anos 1950. Os brasileiros Fernando de Azevedo e Luiz Aguiar da Costa Pinto fizeram parte da diretoria da ISA, sendo que o primeiro foi seu vice-presidente entre 1950 e 1952. A relação entre franceses e brasileiros em torno da questão do trabalho aprofundou-se com a criação da Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (FLACSO), em Santiago do Chile, e do Centro Latino Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS), no Rio de Janeiro, empreendimentos que contaram com volumosos incentivos financeiros e políticos de organizações internacionais, como a UNESCO. Um de seus temas de reflexão foi a

<sup>12</sup> Lembremos que Fernando Henrique Cardoso vinha realizando pesquisas sobre a classe trabalhadora e a industrialização. Em 1952, ministrou curso de História Econômica da Europa na FCEA-USP, por indicação de Mario Wagner Vieira da Cunha. Sua especialização, realizada entre 1952 e 1953, foi sobre a industrialização de S. Paulo. Mesmo durante a pesquisa sobre a questão racial, continuou preocupado com essa temática. Cf. relato de FHC em entrevista concedida ao autor em 06.12.2017.

<sup>13</sup> Recordemos que a CAPES foi criada em 1951 e tinha como uma de suas funções aprimorar as relações entre as universidades brasileiras e as estrangeiras.

<sup>10</sup> Alguns exemplos de artigos e teses nesse sentido: Romão (2006), Cândido (2002), Guimarães e Leite (1994) e Lopes, Pessanha e Ramalho (2012).

<sup>11</sup> Para uma maior problematização da constituição da sociologia do trabalho na USP, ver Festi (2017).

questão da industrialização das sociedades subdesenvolvidas, em particular a questão da resistência à modernização.<sup>14</sup> Alguns anos antes, em uma conferência sobre o ensino de ciências sociais na região, realizada no Brasil, votou-se que “as universidades da América do Sul deveriam fomentar ativamente as disciplinas designadas com o nome genérico de Relações Industriais ou Relações de Trabalho”.<sup>15</sup>

A relação de Friedmann com os sociólogos da USP teve início, portanto, nos fóruns internacionais, mas foi pela mediação de Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira que se articulou sua vinda ao Brasil. Conforme nos revelam as correspondências, o objetivo era de aportar no desenvolvimento da sociologia industrial. O primeiro convite ocorreu em 1954. No entanto, Friedmann, apesar de demonstrar grande interesse pela visita, teve de continuamente adiá-la por excesso de trabalho.<sup>16</sup> Portanto, sua primeira visita ao Brasil só ocorreu no final de 1957, quando pôde fazer uma escala de quatro dias no Rio de Janeiro e se encontrar com Teixeira. No ano seguinte, finalmente concretizou o plano inicial, vindo para São Paulo.<sup>17</sup>

A chegada do francês ao Brasil não apenas deu início a uma relação político-acadêmica que durou décadas como também selou um movimento reflexivo que vinha sendo realizado tanto no Brasil quanto na França. Isso pode ser ilustrado com a fala de Friedmann na abertura do IV Congresso Mundial de Sociologia (1959), quando era presidente da ISA:

<sup>14</sup> Em outubro de 1959, no Rio de Janeiro, a CLAPCS organizou o Seminário Internacional “Resistência à mudança: fatores que impedem ou dificultam o desenvolvimento”, que contou com comunicações de Jacques Lambert, Florestan Fernandes, entre outros (Cf. CLAPCS, 1960).

<sup>15</sup> Conf. Resolução 24 da *Conferência sobre o ensino de ciências sociais na América Latina*. Arquivos da UNESCO, Paris.

<sup>16</sup> Cf. Carta de Georges Friedmann a Fernando de Azevedo, de 23/10/1954, o francês confirma ter recebido carta de Teixeira convidando-o para ministrar um curso na USP no ano seguinte: “je suis très touché de cette invitation et serais heureux, en principe, de faire un séjour au Brésil” (Azevedo, 1954).

<sup>17</sup> Após a sua passagem por São Paulo, em 1958, Friedmann ainda se encontrou com Anísio Teixeira no Rio de Janeiro, para discutirem a colaboração franco-brasileira no domínio da sociologia do trabalho (Cf. Azevedo, 1958).

A sociologia, estreitamente vinculada às outras ciências sociais, afirma-se cada vez mais como uma necessidade de tomada de consciência da sociedade industrial por ela mesma [...]. Ou seja, face ao progresso técnico do qual as ciências da natureza são as infatigáveis promotoras, a sociologia, se fosse mais bem equipada e constantemente consultada, poderia, controlando a introdução e a adaptação das coletividades e dos indivíduos, ajudar a encontrar um equilíbrio que ainda não existe em nenhuma parte do mundo.

[...] constatamos que a ambição do conhecimento científico se confunde com a exigência (ou a nostalgia) da ação. A ação do sociólogo pode ser projetada por ele essencialmente como a *transformação* militante do meio. Mas ele pode também considerar que sua missão é, antes de tudo, ajudar o homem na sua *adaptação* a esse novo meio. [...] os sociólogos ocidentais contribuem para a transformação, e em todo caso, para a reforma do meio social por intermédio das pesquisas sobre a urbanização, as grandes organizações administrativas, a saúde mental, o sistema hospitalar, as relações raciais, etc. [...].

O papel do sociólogo é diferente segundo a coletividade demandante: uma grande administração pública (ou seja, o Estado), uma empresa industrial, comercial, financeira, uma corporação econômica, um sindicato, uma associação profissional. (Friedmann, 1960, p. 11, 15, 16, grifo do autor, tradução nossa).<sup>18</sup>

Na França, como afirma Tanguy (2017), o renascimento da sociologia, no período pós-guerras, deu-se a partir do reencontro entre as políticas modernizadoras e os empreendimen-

<sup>18</sup> “La sociologie, étroitement liée aux autres sciences sociales, s’affirme de plus en plus comme une nécessaire prise de conscience de la société industrielle par elle-même [...] Autrement dit, face au progrès technique dont les sciences de la nature sont les infatigables promoteurs, la sociologie, s’il était mieux équipé et plus souvent consulté, pourrait en contrôler l’introduction, y mieux adapter les collectivités et les individus, aider les sociétés industrielles à trouver un équilibre qu’elles n’ont encore, quelle que soit leur structure, nulle part atteint dans le monde.

[...] on constate que l’ambition de la connaissance scientifique se mêle à l’exigence (ou à la nostalgie) de l’action. L’action du sociologue peut être conçue par lui essentiellement comme la *transformation* militante du milieu. Mais il peut aussi considérer que sa mission est avant tout d’aider l’homme dans son *adaptation* à ce nouvel environnement [...] les sociologues occidentaux contribuent à la transformation, et en tout cas à la réforme, du milieu social par des recherches sur l’urbanisation, les grandes organisations administratives, la santé mentale, le système hospitalier, les relations raciales, etc. [...] Le rôle du sociologue est différent selon la collectivité qui fait appel à lui: une grande administration publique (c’est-à-dire l’Etat), une entreprise industrielle, commerciale, financière, une corporation économique, un syndicat, une association professionnelle.”

tos intelectuais mobilizados para esse fim. A consequência disso foi a hegemonização, ao longo dos anos 1950 e 1960, do método de investigação empírico e um modelo de ciência social muito mais próximo das ciências da natureza que das disciplinas da cultura.

Paradigmáticas, nesse sentido, foram as pesquisas realizadas no *Institut des Sciences Sociales du Travail* (ISST), em particular o projeto sobre as atitudes dos operários frente ao processo de transformação técnica na indústria, dirigido por Alain Touraine e Jean-Daniel Reynaud. Financiada pela Agência Europeia de Produtividade da OECE, a pesquisa se estendeu de 1954 a 1957, e seus resultados tiveram desdobramentos por mais uma década. O método era o da pesquisa empírica, com a aplicação de questionários por amostragem, com perguntas abertas e fechadas. Como aponta Tanguy (2017), o ISST assegurou aos jovens sociólogos uma instituição que pudesse financiar as ambiciosas pesquisas no mundo industrial e do trabalho. Sem poder alongar muito sobre essa experiência, que mereceria uma análise mais minuciosa, vale destacar que o modelo desenvolvido no ISST foi exportado para o Chile, quando, a pedido da Universidade do Chile e indicado por Friedmann, Touraine e Reynaud organizaram a primeira pesquisa de sociologia industrial naquele país (Di Tella et al., 1966).<sup>19</sup> Anos mais tarde, Touraine buscou estabelecer com o CESIT uma grande pesquisa empírica e comparativa sobre as atitudes e a consciência operária na França, no Brasil e na Argentina.<sup>20</sup>

No caso específico da USP, o mundo industrial e do trabalho foi, progressivamente, ganhando relevância como objeto de pesquisa e tema de eventos acadêmicos ou disciplinas. Em 1955, por exemplo, no curso de “Dinâmica Social” ministrado por Azevedo para os alunos do terceiro ano de ciências sociais, apareceu,

<sup>19</sup> Essa pesquisa foi encomendada pelo Instituto de Sociologia da Universidade do Chile e teve como um de seus assistentes o jovem estudante Enzo Faletto, que se recorda de ter ingressado numa mina de carvão para entrevistar os operários, sob a supervisão de Alain Touraine (Rego, 2007).

<sup>20</sup> Essa pesquisa acabou não tendo a participação dos brasileiros, pois, com o Golpe de 64, o CESIT perdeu a sua força inicial, e Leôncio Martins Rodrigues, nome indicado para dirigir a pesquisa no Brasil, perdeu o interesse no projeto, preferindo ir trabalhar com FHC em Santiago do Chile.

pela primeira vez, na bibliografia obrigatória, um artigo de Friedmann.<sup>21</sup> No ano seguinte, no curso de “Sociologia Aplicada”, Cardoso ministrou seminários sobre “Os problemas sociais da sociedade de classe”, que continha uma extensa bibliografia de sociologia industrial norte-americana (Cf. Programas..., [19--]). Paralelamente, foram registrados vários seminários e palestras dadas por Simão, Juarez Lopes e Cardoso para sindicatos patronais e operários, assim como para grandes empresas. Em 1960 e 1961, foram organizados dois cursos na USP sobre sociologia industrial, o primeiro com a presença de Touraine.

Portanto, a pesquisa que os dois jovens estudantes realizaram em 1959, no congresso dos metalúrgicos, situa-se no íterim da mudança de influência da sociologia industrial norte-americana para a sociologia do trabalho francesa, assim como da passagem de uma sociologia sobre o mundo do trabalho, realizada isoladamente, para um projeto coletivo de pesquisas empíricas. Entendida como uma forma de se voltar para a realidade concreta e atual, os autores acreditavam que “a sociologia deve colocar como tarefa essencial a análise da crise de mudança por que passa a sociedade de classe” (Chucid; Löwy, 1962, p. 133) e, por conta disso, “decidimos selecionar um objeto de pesquisa que fornecesse, mesmo modestamente, subsídios à compreensão do processo de emergência do proletariado como classe social com papel histórico a desempenhar” (Chucid; Löwy, 1962, p. 133). Justificavam, portanto, que a escolha do tema carregava a convicção da necessidade de focalizar os setores cruciais da realidade social, de “forma a permitir o controle racional dos processos de transformação sociocultural que ela atravessava” (Chucid; Löwy, 1962, p. 133).

Evidentemente, essas passagens expressam certa adesão, ainda que crítica, à visão de modernização pela qual estaria passando a sociedade brasileira. A crítica à contemplação do progresso técnico, que Löwy desenvolverá em seus trabalhos posteriores, não estava presente naquele momento. Ele buscava, principalmen-

<sup>21</sup> Tratava-se de “Technological change and human relations”.

te na forma como expôs seu objeto no Artigo de 70, encontrar um meio de superação ou uma alternativa à “modernização capitalista”, apostando na ação revolucionária do proletariado.

## A PROBLEMATIZAÇÃO DO MÉTODO

O questionário da pesquisa de 1959 foi elaborado com a ajuda de Albertino Rodrigues, então diretor do DIEESE, e recebeu comentários e opiniões de dirigentes operários e de pessoas vinculadas ao movimento sindical. As questões buscavam abordar 28 itens relativos a atributos pessoais dos indivíduos, à sua participação na vida sindical e às suas opiniões e atitudes. Os pesquisadores queriam testar as hipóteses levantadas previamente, tomando como referência a obra de Richard Centers sobre o radicalismo nos EUA (CENTERS, 1949).<sup>22</sup> Após a elaboração, o questionário foi impresso em papel timbrado do DIEESE e distribuído entre os delegados sindicais, que responderam de forma anônima.

Após a coleta dos dados no Congresso, “iniciou-se o trabalho de elaboração e análise, no qual teve papel decisivo o Professor Azis Simão [...] orientando os autores em todos os passos decisivos” (Artigo 62, p. 135). Foi nessa fase que os métodos e as perspectivas analíticas entre o Artigo de 62 (Chucid e Löwy) e o Manuscrito/Artigo de 70 (Löwy) se diferenciaram. O primeiro buscava “apreender o processo de radicalização da vanguarda sindical brasileira em sua fase mais plenamente realizada, o que poderia indicar a tendência a ser seguida por todas as áreas do país, na medida em que se alastra e intensifica os processos de

industrialização e urbanização” (Artigo 62, p. 138). Dessa forma, os autores se restringiram a analisar os dados obtidos das respostas dos delegados do Rio de Janeiro e de São Paulo, excluindo as demais regiões, por considerarem que essas duas expressavam as opiniões da vanguarda sindical do proletariado brasileiro. Já no Manuscrito/Artigo de 70, Löwy optou por analisar as respostas do conjunto dos delegados presentes no congresso, selecionando os itens que melhor pudessem elucidar “problemas relativos à estrutura da consciência de classe do grupo” (Manuscrito, p. 1). O seu referencial teórico para essa questão foi o marxismo, em particular os apontamentos de Lenin em *Que Fazer?*

Os métodos utilizados para a análise dos dados coletados foram: tabulação horizontal; agrupamento de certos conjuntos de respostas em índices escalonados; comparação das respostas e dos índices; e elaboração das hipóteses sugeridas pelos dados. Na análise desenvolvida no Artigo de 62 (Chucid e Löwy), buscou-se constituir *Índices de Status*, cruzando-se salário, qualificação profissional e nível educacional para precisar certo lugar ocupado pelo trabalhador no seio do grupo operário. “O mecanismo da construção do índice é o seguinte: para cada um dos três itens que compõem o índice, estabelecem-se três valores, cada um dos quais recebe um peso, de 0 a 2” (Artigo 62, p. 146). Assim, os totais obtidos pela soma dos pesos de cada item foram distribuídos em três níveis, seguindo o esquema de Centers: índice de integração na vida urbana, índice de participação na vida sindical e, por fim, índice de radicalismo-conservadorismo.

No Manuscrito/Artigo de 70, Löwy optou por organizar as respostas dos delegados de uma forma mais simples, a partir de porcentagens. Nesse sentido, não buscou construir uma escala das atitudes dos operários, que iria do conservador ao radical, e sim cruzar a análise das respostas, os dados quantitativos, com a experiência do próprio pesquisador no meio operário. Buscava-se, talvez, distanciar-se de

<sup>22</sup> Esse livro sobre radicalismo foi uma das referências básicas nos Seminários (“Os problemas sociais na sociedade de classe”) que FHC ministrou na disciplina de Sociologia Aplicada de Florestan, durante a segunda metade da década de 1950. Centers realizou um *survey* sobre atitudes da população branca, de 21 anos ou mais, numa amostra de 1100 indivíduos, obtida em julho de 1945. Em entrevista, publicada no dossiê “A obra polissêmica de Michael Löwy”, o autor diz que a escolha desse livro se deu por acaso.

uma “sociologia descritiva”, no sentido atribuído por Lucien Goldmann, e aproximar-se de um estudo mais analítico.

Os autores partiam da compreensão de que a classe operária e o seu movimento sindical haviam se tornado um sujeito político fundamental no “processo de transformação social” do Brasil. Por conta disso, estavam conscientes de que a sondagem e a metodologia da pesquisa colocavam limitações, permitindo apenas levantar hipóteses sobre o grupo, sem que elas fossem automaticamente generalizadas para toda a classe. No Artigo de 70, a preocupação de Löwy não era a de apresentar um panorama da consciência de classe, mas refletir sobre os mecanismos de estruturação dela a partir de um estudo de caso.

Ainda sobre a metodologia, vale a ressalva apontada no Manuscrito:

As condições em que foi possível a realização deste trabalho não permitiram a verificação da validade e fidedignidade do questionário, e o emprego de rigor estatístico no tratamento e colheita dos dados; tais fatores, e em geral, o próprio tipo de abordagem adotado, impedem a formulação de qualquer conclusão categórica. *Trata-se de uma sondagem, um ‘survey’ de proporções reduzidas, num setor da realidade social quase inexplorado sociologicamente, e que não pretende senão levantar hipóteses que servirão aos estudos posteriores do problema* (Manuscrito, p. 1, grifo nosso).

## APROXIMAÇÕES

Ainda que o método de um “survey reduzido” produza várias limitações para as pesquisas que buscam lidar com as opiniões ou subjetividades dos agentes sociais investigados, no caso da pesquisa de 1959 de Löwy e Chucid, ela nos apresenta um interessante recorte sobre a classe trabalhadora brasileira. Como disseram os autores, “o material obtido reflete, em linhas gerais, as tendências importantes no seio desses conchaves” (Artigo de 62, p. 135). Vejamos algumas questões que a pesquisa conseguiu captar.

Em todos os textos, é ressaltada uma tendência que vinha se desenvolvendo desde 1945,

de maior autonomia dos sindicatos em relação ao Estado. Não se tratava de uma emancipação total ou de ruptura, mas “uma progressiva depuração nos sindicatos dos dirigentes mais abertamente ligados à classe patronal e ao governo” (Artigo 62, p. 141). As respostas obtidas dos delegados sindicais apontavam para uma tendência, no interior da vanguarda sindical metalúrgica, de crescimento da visão classista e, portanto, de ações com maior independência em relação aos patrões e ao Estado. As grandes greves de 1953 e 1957, ocorridas em São Paulo, eram demonstrativas de que os “pelegos” não tinham mais o total controle dos sindicatos.

No Artigo de 62 (Chucid e Löwy), essa tendência foi explicitamente comprovada pelo alto grau de radicalismo entre os delegados sindicais. O estudo concluiu que aqueles que expressavam opiniões e atitudes ideologicamente radicais tinham uma maior integração na vida urbana e uma maior participação na vida sindical. Esse grupo era composto, majoritariamente, por comunistas, socialistas e independentes, sendo os moderados e conservadores majoritariamente trabalhistas. No entanto, no Manuscrito, em sua reflexão sobre a estruturação da consciência de classe, Löwy pondera essa tese e afirma que “a industrialização e urbanização não são o único fator a influenciar este aspecto da consciência classista. O papel dos partidos políticos, a tradição local do movimento operário, a conjuntura sociopolítica, etc. são provavelmente elementos cruciais nesta área” (Manuscrito, p. 8).

No entanto, a pesquisa de 1959 também demonstra a existência de atitudes contraditórias no seio dessa vanguarda, quando tomamos como referencial o paradigma do antagonismo de classe. Mesmo entre o grupo dos comunistas, ideologicamente alinhados no campo “radical”, havia um setor significativo, que considerava o conflito de classe como “mal-entendido”: entre comunistas e socialistas, 22,2% não consideraram o conflito entre patrões e empregados como interesses opostos. Esse dado “indica que devemos encarar com certa reserva a caracterização dos dirigentes simpatizantes do comunismo ou do socialismo como portadores de uma autêntica consciência revolucionária no sentido

leninista” (Manuscrito, p. 8). Ou seja, embora críticos da burocracia estadonovista, esses dirigentes sindicais tendiam a assumir compromissos com a burguesia e o Estado, questão que se mostrará chave na década seguinte.

## CONCLUSÕES

No Manuscrito e no Artigo de 70, Löwy buscou realizar uma análise marxista da estrutura da consciência de classe em um grupo de líderes sindicais. Utilizou como referencial teórico os clássicos que se preocuparam com essa questão, como o próprio Marx, Lenin, Lukács<sup>23</sup> e, no texto publicado em francês, acrescentou um diálogo com Touraine. O esquema analítico do qual o autor parte é aquele apresentado por Lenin em *Que Fazer?*, que diferencia a consciência sindicalista (definida como “convicção de que é necessário reunir-se em sindicatos, lutar contra os patrões, exigir do governo a promulgação de tais ou quais leis de interesse dos operários, etc.) e a consciência socialdemocrata (ou seja, a consciência do antagonismo irreconciliável entre os interesses do proletariado e todo o regime político e social contemporâneo).

No entanto, Löwy aponta para uma particularidade da classe operária brasileira, pois sua adesão ao sindicato não significava uma imediata “consciência sindical”, já que o sindicato era visto como um órgão de assistência social, uma extensão do Estado, questão que vinha sendo problematizada pelos estudos de Juarez Brandão Lopes (Cf. Lopes, 1964, 1967). Também aponta que a “consciência ideológica” (Manuscrito) ou a “consciência radical-ideológica” (Artigo de 70) era, no Brasil, precária, e isso teria implicações sobre a consciência sindical, impedindo-a de colocar em causa o regime econômico-social.

<sup>23</sup> Podemos dizer que o Manuscrito de Löwy foi o primeiro texto em que o autor exteriorizou sua primeira leitura de *História e Consciência de Classe*, realizada após contato com o livro de Lucien Goldmann. No entanto, essa leitura ainda não ressaltava diferenças entre Lukács e Lenin, nem outras reflexões importantes da obra do húngaro, como é o caso da reificação.

Do ponto de vista analítico, o Artigo de 70 (Löwy) é superior ao de 62 (Chucid e Löwy), não apenas porque o método marxista apresentou uma melhor abordagem do tema, mas, fundamentalmente, porque, diante das limitações que a pesquisa “survey reduzida” colocava aos autores, no Manuscrito/Artigo de 70, o autor pôde se desprender das questões formais de uma “sociologia científica” construída nos moldes uspianos da época e alçar voos a uma explicação mais totalizante, arriscando-se a apontar tendências. Nesse caso, contou não apenas com os dados positivos, como também com as experiências de um *autor participante*. E, por participante, não queremos ressaltar o método de observação que Löwy e Chucid realizaram no congresso metalúrgico de 1959, mas sua experiência de militância política, algo avesso aos olhos dos acadêmicos da USP, inclusive daqueles que estavam concentrados na leitura de *O Capital* e dos marxistas.<sup>24</sup> Essa militância o levou, desde muito cedo, a conhecer o movimento operário e suas lideranças sindicais e políticas, reformistas e revolucionárias, o que lhe deu uma sensibilidade que só se adquire por meio dessa vivência.

A depuração das respostas dos questionários por meio da construção de índices buscava apresentar uma cientificidade na análise de seu objeto e, a partir disso, projetar possíveis padrões de ação dos sujeitos. Esse método correspondia ao desejo e ao projeto de uma geração que buscava afirmar a sociologia como uma ciência e uma profissão, distanciando-se de qualquer forma de produção ensaística, “literária” ou “ideológica”. Além disso, a forma como o Artigo de 62 (Chucid e Löwy) é exposto evidencia certa tentativa de neutralidade axiológica, algo que não existe no Manuscrito e no Artigo de 70 (Löwy).

O problema central do método utilizado no Artigo de 62 é que ele não consegue encontrar as conexões dos diversos complexos que existem

<sup>24</sup> A leitura predominante realizada no famoso Seminário d’*O Capital* separava um marxismo militante de um marxismo acadêmico. O próprio Fernando Henrique Cardoso, na Introdução de sua tese de doutorado, defendeu a separação entre um Marx político e um Marx científico. (Cf. Cardoso, 1962; Querido, 2011, 2016; Rodrigues, 2011).

na totalidade social. Preso a um esquema positivo de cientificidade, a interconexão era adquirida a partir das próprias respostas dadas, faltando as interconexões históricas e as determinações exógenas ao grupo social, que só poderiam ser encontradas pelo método da abstração.

Porque, portanto, o Manuscrito, uma versão alternativa ao Artigo de 62, só veio a público em francês, no ano de 1970? Uma explicação é que o meio acadêmico brasileiro ainda não estava preparado para aceitar um texto que afirmasse o método marxista, menos ainda que se propusesse a aplicar o “esquema leninista” de consciência operária para a realidade brasileira. Isso seria considerado não científico e um trabalho ideológico. Ainda que uma parte da intelectualidade da USP se reunisse, desde 1958, para estudar as obras marxistas, isso ainda não se refletia em um aceite do marxismo como método científico e político, dois aspectos indissociáveis.

Nesse sentido, o Manuscrito de Löwy antecipou uma perspectiva de sociologia do trabalho que só se desenvolveria no final dos anos 1970, principalmente nos estudos sobre as greves operárias que varreram o país a partir de 1978. O interessante, nesse fato, é que essa nova geração não se aproximou do método de Löwy lendo o Artigo de 70, quase nunca citado, mas sim pela leitura de Lukács, em particular o livro *História e Consciência de Classe*, e a produção de outros marxistas.

Todos os textos aqui analisados apresentam uma tensão interna que se expressou na sociologia do trabalho brasileira dos anos 1950 e 1960, a qual, evidentemente, era a tensão existente no seio da própria classe trabalhadora, em particular em seus setores sindicalizados. Esse conflito ocorria, pois, na classe trabalhadora da época. Havia, por um lado, uma tendência ao conservadorismo na atuação, nas atitudes e nas expectativas sobre o seu futuro. Todavia, por outro, havia uma contestação da realidade socioeconômica do país. Faltaram estudos mais amplos e sistemáticos que pudessem comprovar, de fato, o peso real de uma ou de outra tendência. As importantes – mas metodologicamente limitadas – pesquisas sobre o mundo do trabalho e da indústria, realizadas

pelos autores da USP dos anos 1960, acabaram por ressaltar a visão de que a classe operária brasileira seria conservadora. Elas acabaram servindo, durante décadas, como base de legitimação “científica” dos argumentos “ideológicos” contra a autonomia e a capacidade de ação e organização da classe operária brasileira.

O Manuscrito de Löwy, que deve ser lido relevando as limitações teóricas de um jovem pesquisador, buscava apresentar uma visão dialética do problema e, por conta disso, foi capaz de apontar tendências que acabaram se confirmando nos anos posteriores, principalmente no que diz respeito ao potencial contestador que o autor já visualizava, em 1959, entre os trabalhadores brasileiros. O Golpe de 64 acabou por absolutizar essas tendências conservadoras, impedindo que muitos vissem, no imediato pós-golpe, o fervilhar de uma nova geração que acabaria por se expressar no final dos anos 1970.

Como já apontamos anteriormente, os autores pretendiam continuar essa pesquisa aplicando o mesmo questionário na base operária, o que possibilitaria uma análise comparativa entre as opiniões e atitudes das lideranças e do operário de base. Os motivos do abandono desse propósito não estão explícitos. Talvez a precariedade financeira e instrumental em que se encontrava a pesquisa nas ciências sociais naquele período explique a desistência de um projeto que demandaria um esforço enorme para seu desenvolvimento. Basta lembrar que os *surveys* de opiniões e atitudes dos operários realizadas na França, nos anos 1950, tinham como amostragem centenas e até milhares de operários, o que exigia financiamento, assistentes técnicos, pesquisadores, estatísticos e laboratórios de pesquisa. O CESIT foi uma tentativa de construir no Brasil, nos moldes do que existia na Europa, um moderno centro de reflexões sociológicas pautadas em pesquisas empíricas, mas esse projeto foi abortado prematuramente com o Golpe de 64.

Recebido para publicação em 15 de janeiro de 2018  
Aceito em 17 de maio de 2018

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. *Classe operária, sindicatos e partido no Brasil: um estudo sobre a consciência de classe: da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora*. São Paulo: Editora Autores Associados: Cortez Editora, 1982.
- \_\_\_\_\_. *A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80*. Campinas: São Paulo: Editora da UNICAMP: Editora Ensaio, 1988.
- BRAGA, R. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- BROCHIER, C. *La naissance de la sociologie au Brésil*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2016.
- CÂNDIDO, J. C. *Entre a “política” e a “polícia”: a constituição e a crítica da sociedade industrial democrática na sociologia paulista dos anos 1950 e 1960*. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- CARDOSO, F. H. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1962.
- CENTERS, R. *The Psychology of social classes: a study of class consciousness*. Princeton: Princeton University press, 1949.
- CENTRO LATINO AMERICANO DE PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (CLAPCS). SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE “RESISTÊNCIAS À MUDANÇA: FATORES QUE IMPEDEM OU DIFICULTAM O DESENVOLVIMENTO”, 1959. *Anais...* Rio de Janeiro: CLAPCS, 1960.
- CHAPOULIE, J.-M. *La tradition sociologique de Chicago: 1892-1961*. Paris: Seuil, 2001.
- CHUCID, S.; LÖWY, M. Opiniões e atitudes dos líderes sindicais metalúrgicos. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 13, 1962.
- CUNHA, M. W. V. da. *Burocratização das empresas industriais estudo monográfico*. 1951. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1951.
- DI TELLA, T. S. et al. *Huachipato et Lota: étude sur la conscience ouvrière dans deux entreprises chiliennes*. Paris: Éditions du Centre national de la recherche scientifique, 1966.
- FERNANDES, F. Os problemas do método da investigação sociológica. *Sociologia*, v. 9, n. 4, 1947.
- \_\_\_\_\_. *Ensaio de sociologia geral e aplicada*. São Paulo: Pioneira, 1960.
- \_\_\_\_\_. *A sociologia numa era de revolução social*. 2. ed. São Paulo: Zahar, 1962.
- FESTI, R. A primeira geração de sociólogos do trabalho no Brasil (1950/60) e seus diálogos com a “escola” francesa. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 18., 2017, Brasília. *Anais...* Brasília: [S.n.], 2017. Disponível em: <<http://www.sbs2017.com.br/anais/index.htm>>. Acesso em: 1 dez. 2017.
- FRIEDMANN, G. Technological change and human relations. *The British Journal of Sociology*, v. 3, n. 2, June 1952
- \_\_\_\_\_. *Société et connaissance sociologique. Annales: économies, sociétés, civilisations*, v. Extrait, n. 1, p. 9-17, fev. 1960.
- GUIMARÃES, N. A.; LEITE, M. de P. A sociologia do trabalho industrial no Brasil: Desafios e interpretações. *BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, v. 37, p. 39-59, 1994.
- LOPES, J. R. B. *Sociedade industrial no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1964.
- \_\_\_\_\_. *Crise do Brasil arcaico*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.
- LOPES, J. S. L.; PESSANHA, E.; RAMALHO, J. R. Esboço de uma história social da primeira geração de sociólogos do trabalho e dos trabalhadores no Brasil. *Educação & Sociedade*, v. 33, n. 118, p. 115-129, mar. 2012.
- LÖWY, M. Structure de la conscience de classe ouvrière au Brésil. *Cahier internationaux de sociologie*, n. 49, p. 133-142, jul. 1970.
- MICELI, S. et al. (Ed.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: IDESP: Vértice, 1989.
- QUERIDO, F. M. *Crítica e autocrítica da modernidade: crise civilizatória e utopia anticapitalista em Michael Löwy*. 212 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Resistência Intelectual e engajamento político em Michael Löwy e Daniel Bensaid: afinidades benjaminianas*. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.
- REGO, J. M. Entrevista com Enzo Faletto. *Tempo social*, v. 19, n. 1, jun. 2007.
- RODRIGUES, L. S. *A produção social do marxismo universitário em São Paulo: mestres, discípulos e “um seminário” (1958-1978)*. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- RODRIGUES NETTO, L. M. *Leôncio Martins Rodrigues Netto (depoimento, 2008)*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV: LAU/IFCS/UFRJ, 2010.
- ROMÃO, W. DE M. *Sociologia e política acadêmica nos anos 1960: a experiência do CESIT*. São Paulo: Humanitas, 2006.
- SIMÃO, A. O voto operário em São Paulo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1., 1955, São Paulo. *Anais...* São Paulo: [S.n.], 1955.
- TANGUY, L. *A sociologia do trabalho na França: pesquisa sobre o trabalho dos sociólogos (1950-1990)*. Tradução de Estela dos S. Abreu. São Paulo: Editora da USP, 2017.
- VIÁ, S. C. da. *Memorial para professora livre docente e adjunto*. São Paulo: ECA-USP, 1986. Disponível em: <<http://www2.eca.usp.br/eca50anos/pt-br/content/sarah-chucid-da-1986>>. Acesso em: 1 dez. 2017.

## ARQUIVOS

- Arquivo da Administração da FFLCH-SP
- Arquivo Fernando de Azevedo, Arquivo IEB-USP
- Arquivos da UNESCO, Paris.
- Centro de Apoio à Pesquisa em História – Sérgio Buarque de Holanda (CAPH), do Departamento de História da FFLCH-USP

## ENTREVISTAS

- Fernando Henrique Cardoso, realizada em 06.12.2017
- Michael Löwy, realizada em 06.12.2016.

**MICHAEL LÖWY AND THE SOCIOLOGY  
OF WORK: the discovery of the class  
consciousness of the working class**

*Ricardo Festi*

The article analyzes and problematizes the rapid passage of the young Michael Löwy by the sociology of the work, when in 1959 realized research on the attitudes and the workers' conscience among metallurgical union leaders. We contextualize this study in the course of the process of institutionalization of Brazilian sociology, in particular the development of research on industry and work, carried out at the University of São Paulo in the 1950s and 1960s. We affirm that the author presented, in a manuscript unknown, a possible alternative to the style of sociology in force at USP. The reflections and conclusions of this article are anchored in consultations carried out in archives and in an interview with the author.

**KEYWORDS:** Michael Löwy. Sociology of work. Worker consciousness. Social thought. Intellectual history.

**MICHAEL LÖWY ET LA SOCIOLOGIE DU  
TRAVAIL: la découverte de la conscience de  
classe de la classe ouvrière**

*Ricardo Festi*

L'article analyse et problématise le passage du jeune Michael Löwy par la sociologie du travail, lorsqu'en 1959 il réalise une recherche sur les attitudes et la conscience ouvrière parmi les dirigeants syndicaux métallurgiques. Nous contextualisons cette étude au cours du processus d'institutionnalisation de la sociologie brésilienne, en particulier le développement de la recherche sur l'industrie et le travail, menée à l'Université de São Paulo dans les années 1950 et 1960. Nous affirmons que l'auteur a présenté, dans un manuscrit inconnu, une alternative possible au style de sociologie en vigueur à l'USP. Les réflexions et les conclusions de cet article sont ancrées dans des consultations menées dans les archives et dans une interview avec l'auteur.

**MOTS-CLÉS:** Michael Löwy. Sociologie du travail. Conscience ouvrière. Pensée sociale. Histoire intellectuelle.

# O MARXISMO LIBERTÁRIO DE MICHAEL LÖWY

Enzo Traverso\*

Neste ensaio, originalmente proferido como conferência, Enzo Traverso analisa algumas das linhas de força da trajetória intelectual de Michael Löwy, dos seus primeiros trabalhos sobre Marx, Lukács e Goldmann às suas reflexões mais recentes sobre Benjamin ou sobre o romantismo. Aplicando à análise do autor o mesmo método que ele utilizara para compreender os autores sobre os quais investigou, Traverso defende a hipótese de que, embora nascido no Brasil, Löwy pode ser visto como um “intelectual francês que combina e supera duas tradições que marcaram profundamente a história, a cultura e a política do século XX: a do judaísmo da Europa Central de antes da *Schoah* e a da esquerda latino-americana posterior à revolução cubana”.

PALAVRAS-CHAVE: Intelectuais. Judaísmo. Europa Central. América Latina. Marxismo libertário.

O objetivo deste breve ensaio não é o de analisar algum aspecto específico da vasta e multiforme obra de Michael Löwy, mas sim o de tentar apreender sua trajetória em seu conjunto. Sua primeira obra, dedicada ao jovem Marx, se apresenta como “uma análise marxista da gênese do próprio marxismo” (Löwy, 1970b, p. 11). Essa questão, que remete a Georg Lukács e Lucien Goldmann, é retomada em diversos dos seus escritos, nos quais se coloca “a espinhosa questão da aplicação do materialismo histórico sobre si mesmo” (Löwy, 1985, p.101).<sup>2</sup> O problema é complexo e mereceria um tratamento à parte; concentrar-me-ei, aqui, no método. A ideia é retrazar o itinerário intelectual de Michael Löwy à luz de sua própria sociologia histórica, adotando um método que ele me ensinou há mais de um quarto de século, quando foi orientador da minha tese na École des Hauts Études em Sciences Sociales

(EHESS), em Paris, na França.

Há várias maneiras de “cercar” a obra de Michael Löwy. Em um belo ensaio, o sociólogo da UNICAMP Ricardo Antunes (2007, p. 20) o define como um intelectual brasileiro que articula um rigor teórico europeu bastante sofisticado e um forte espírito latino-americano. Sem tê-lo conhecido no Brasil, proponho uma definição um pouco diferente. A meus olhos, Michael Löwy é um intelectual francês que combina e supera duas tradições que marcaram profundamente a história, a cultura e a política do século XX: a do judaísmo da Europa Central de antes da *Schoah*<sup>3</sup> e a da esquerda latino-americana posterior à revolução cubana. A França foi o lugar de encontro e de síntese – de uma *Aufhebung* dialética, pode-se dizer, com uma fórmula hegel-marxista que ele muito apreciava – entre essas tradições, que, em vez de se justaporem, são amalgamadas e interpenetradas até se criar algo novo e singular. Seria possível falar de alquimia ou,

\* Universidade de Cornell. College of Arts&Sciences. Klarman Hall, Room K261. Cornell University – USA. vt225@cornell.edu

<sup>1</sup> Traduzido do francês por Fabio Mascaro Querido.

<sup>2</sup> Cf. também Goldmann (1963, p.114-118).

<sup>3</sup> Originário de um dialeto alemão falado pelos judeus ocidentais, e sinônimo de calamidade, *Schoah* tornou-se o termo em hebraico utilizado para designar o Holocausto, genocídio dos judeus pela Alemanha nazista (nota do tradutor).

por que não, de “afinidade eletiva”, no sentido em que Löwy teorizou sobre tal conceito: o encontro entre estilos de pensamento diferentes que, ao se articularem, dão vazão a uma “figura nova” (Löwy, 1988, p. 20). Esse encontro, para ocorrer, exige algumas premissas que o tornam possível, mas que não respondem a necessidade objetiva alguma, decorrendo, antes, de uma elaboração criativa que se opera num contexto histórico determinado, concernente a um grupo ou, no caso, a um só indivíduo. Obviamente, a trajetória de Michael Löwy se inscreve naquela de uma geração e de movimentos intelectuais e políticos aos quais ele pertenceu, mas ela guarda algo de irredutivelmente singular.

O Brasil é, sem dúvida, a matriz. Lembro-me de uma carta postal que Löwy me enviou há alguns anos, na qual se via apenas a entrada de um edifício austero e bastante feio. Tratava-se, escreveu ele, da biblioteca que ele tinha frequentado na adolescência e no início da juventude, e suas palavras deixavam transparecer uma afeição verdadeira por esse lugar. No Brasil, antes mesmo de aprender português, Michael Löwy aprendeu o alemão, sua língua materna, no seio de uma família de judeus vienenses exilados. Foi no Brasil que ele descobriu o surrealismo, a psicanálise, Marx, Rosa Luxemburgo e Kafka. Foi no Brasil que ele começou a estudar sociologia, frequentando os cursos de Fernando H. Cardoso, o futuro presidente. E foi também no Brasil que Löwy participou, por volta do final dos anos 1950, da fundação da Liga Socialista Independente. Tudo vai se ancorar nesse tronco, mas seria na França que se operaria a simbiose entre essas correntes, tradições e experiências que, no Brasil, não passavam de sensibilidades, de projetos ou de intuições embrionárias.

A América Latina não é, para Löwy, a lembrança de sua juventude, mas sim uma região com a qual ele jamais cortou os laços, que ele frequenta regularmente e onde a influência do seu pensamento é considerável. No plano intelectual, sua relação com a cultura política

latino-americana passou por três momentos fundamentais. O primeiro foi o impacto do guevarismo, cuja herança ainda é por ele reivindicada como uma “chama que ainda arde” (Löwy; Besancenot, 2007), e que ele interpreta como uma corrente “voluntarista”, tanto no plano ético quanto no plano político, em oposição a todo determinismo fatalista e passivo (Löwy, 1980, p. 56). Em seguida, a descoberta da obra de José Carlos Mariátegui, graças ao qual o marxismo deixou de ser um produto de importação a fim de se enraizar na cultura da região, tornando-se expressão autêntica dela. Por fim, a teologia da libertação, responsável pela síntese entre o socialismo e a ética anticapitalista que anima as comunidades de base da Igreja Católica. Dessas três perspectivas, Michael Löwy foi, a um só tempo, o sociólogo, o historiador, o analista crítico e, por certo, bem mais do que um “espectador engajado”: ele sempre foi um sábio conselheiro e, em certos casos, um militante ativo.

A outra grande matriz é a cultura da *Mitteleuropa*, a Europa Central de língua alemã. Aqui também me parece possível distinguir três grandes correntes de pensamento que contribuíram para a formação de Michael Löwy: em primeiro lugar, a sociologia histórica de Weber e Mannheim; depois, o marxismo ocidental, com um deslocamento gradativo de Lukács em direção à Escola de Frankfurt; enfim, o messianismo judaico nas suas múltiplas dimensões, de Scholem a Benjamin, de Buber a Rosenzweig, de Bloch a Kafka. A obra de Löwy foi pensada, em ampla medida, como uma confrontação crítica com essas três correntes de pensamento, com uma atenção particular em relação a certas figuras “transversais”, como Lukács, ponto de partida do marxismo-weberiano, e, sobretudo, Benjamin, que elabora uma nova visão da história fundada na síntese entre o marxismo e o messianismo judaico.

O lugar em que essas duas tradições – a latino-americana e a judeu-alemã – se encontraram e se fundiram para criar uma obra nova

e original é, sem dúvida, a França. Michael Löwy desembarca em Paris para preparar sua tese de doutorado na Sorbonne em 1961, época na qual, para retomar as palavras de Judt (2007, p. 256), “uma vez mais, e pela última vez, Paris foi a capital da Europa”. Era também o principal abrigo dos exilados latino-americanos – moravam em Paris, na época, García Márquez, Vargas Llosa e Cortázar – e o próprio Löwy se tornaria um deles quando, em 1964, um golpe de Estado instaurou uma ditadura militar no Brasil. Mas é graças à mediação de dois dentre os últimos representantes de outro exílio, o exílio judeu-alemão dos sobreviventes da *Schoah*, que ele descobre a sociologia e o marxismo da Europa Central: o filósofo Lucien Goldmann, que orienta a sua tese sobre o jovem Marx, e o historiador do movimento operário Georges Haupt, dois judeus romenos de língua alemã. Goldmann, em particular, impulsiona Löwy na direção de uma leitura historicista, humanista e radicalmente antipositivista do pensamento de Marx (Löwy; Naïr, 1973). Ele o faz descobrir Lukács e a visão de mundo trágica, ou seja, o ponto de partida de um projeto intelectual cujo desenlace será uma nova concepção do romantismo.

Na Paris do início dos anos 1960, anos da guerra da Argélia e da incubação de maio de 68, Löwy é discípulo de Goldmann. Ele frequenta os cursos de Raymond Aron e Georges Gurvitch, mas permanece impermeável ao estruturalismo, a corrente intelectual então dominante. Alguns anos depois, ele consagra um ensaio bastante crítico a *Lire le Capital*, obra organizada por Louis Althusser, o grande guru da época (Löwy, 1974, p. 209-228). Para além do estruturalismo, Löwy permaneceu impermeável – o que foi provavelmente uma das condições de elaboração de sua obra – a toda uma tradição sociológica francesa que vai de Durkheim a Bourdieu. Em uma obra metodológica como *Paysages de la vérité*, Comte e Durkheim são analisados num subcapítulo intitulado “A ideologia positivista” (Löwy, 1985, p. 22-33). Em outras palavras, Löwy elaborou,

na França, uma sociologia da cultura estrangeira às correntes dominantes da sociologia francesa. Isso faz dele, de certo modo, um *outsider*. Seu apego ao marxismo, ao longo dos anos seguintes, em especial a partir da década de 1980, marcados pelo avanço do liberalismo tanto no espaço público quanto no mundo universitário, acentuou ainda mais sua singularidade, sua posição inclassificável. Bem francês, por outro lado, a despeito de sua projeção internacional, é o surrealismo, corrente estética e política à qual Löwy aderiu apaixonadamente, mas numa época em que o movimento havia quase desaparecido, motivo pelo qual sua adesão, tardia e um tanto anacrônica, destaca uma vez mais seu lugar inclassificável e singular na paisagem intelectual.

Formularei uma hipótese. A revolução cubana e a vaga de radicalização política que ela engendrou na América Latina forjaram, em Michael Löwy, uma sensibilidade, um estilo de pensamento, uma *forma mentis* que constitui o pano de fundo de sua interpretação da sociologia alemã, do marxismo ocidental e do messianismo judaico. Esse *background* cultural, político e, sem dúvida, igualmente existencial, é a base de um otimismo antropológico que constitui, de certa maneira, um contrapeso à “jaula de aço” weberiana, à dialética negativa do marxismo ocidental, ao *Anjo da História* de Benjamin; não para recusá-los, mas, sim, para redefini-los. Em vários dos seus escritos, esse otimismo antropológico, ancorado na experiência histórica da América Latina, apresenta-se sob a alcunha “humanismo revolucionário”.<sup>4</sup> Não se trata nem de uma forma de voluntarismo cego, nem de uma confiança ingênua no futuro, já que esse humanismo se inscreve num século das trevas e está sempre acompanhado do que Gramsci chamava de “pessimismo da razão”, embora comporte também um toque a um só tempo *aufklärerisch* e tropical, que colore o conjunto de sua obra. Esse otimismo antropológico não o conduz,

<sup>4</sup> Ver a primeira parte de Löwy (1970b). E também Löwy (1999, p. 33-47).

por certo, à redescoberta da ideia de progresso, oráculo enganoso, hoje silencioso, mas sim à reformulação – em perspectiva utópica – de uma ideia de catástrofe vista como característica marcante do século XX. A “jaula de aço” não existe sem alternativa, e o mundo reificado sem fissuras, o fascismo e o stalinismo não aniquilaram o sujeito histórico da transformação do mundo, pois o olhar do Anjo está horrorizado, mas não resignado. A “porta estreita pela qual o Messias pode entrar”, da qual fala Benjamin na conclusão de suas teses “Sobre o conceito de história” (Benjamin, 2000b, p. 443), parecia ter sido reaberta por uma nova geração de revolucionários latino-americanos, pelos operários de São Paulo que criaram o Partido dos Trabalhadores em 1980. Em suma, o “princípio-desespero” de Günther Anders e o “princípio-esperança” de Ernst Bloch não são incompatíveis; antes, eles são os rostos do Janus de duas cabeças que foi o século XX. A revolução não pode mais ser concebida como “locomotiva da história”, em uma época em que os trilhos e as locomotivas nos fazem pensar na rampa de Auschwitz, nos comboios em direção aos campos de morte nazistas; ela aparece, ao contrário, como “freio de emergência” diante da catástrofe, mas continua no nosso horizonte de visibilidade, e por alguns momentos ela até mesmo o preenche.<sup>5</sup> A revolução se cercou de um halo melancólico, em função das derrotas acumuladas num século de lágrimas e de sangue, mas a sua chama não se apagou. Há alguns anos, Löwy dedicou às “figuras da barbárie do século XX” um ensaio que termina, de modo bastante característico, pela enumeração das revoluções que marcaram essa época de catástrofe, da revolução mexicana de 1914 à insurreição de Chiapas de 1994 (Löwy, 2001a, p. 19).

Michael Löwy interpretou o marxismo como visão de mundo e como “utopia revolucionária” em uma época, os anos 1960, na

qual ele era pensado essencialmente como uma ciência positiva. Mais tarde, ele estudou a cultura judeu-alemã, não para erigir um monumento em lembrança a uma região desaparecida, e sim para resgatar uma tradição oculta, aquela do messianismo utópico, uma tradição que não se trata de comemorar, mas de reativar, de atualizar no sentido da “rememoração” de Benjamin. Em vários textos, Michael Löwy evoca os murais de Diego Rivera, consagrados à conquista do Novo Mundo, o pensamento indigenista de Mariátegui, ou ainda a teologia da libertação de Gustavo Gutiérrez como ilustrações de uma concepção da história espantosamente próxima à de Walter Benjamin. Em todos esses casos, sublinha ele, o passado é visto do ponto de vista dos vencidos, isto é, da cumplicidade subterrânea e implícita, mas atuante, entre a resistência contra a dominação espanhola e portuguesa e as lutas emancipatórias do presente (Löwy, 2001, p. 65-67). A América Latina é o elo que articula a visão trágica de mundo (Lukács, Goldmann) e o messianismo judaico (Benjamin) em uma nova teoria, a do *romantismo revolucionário*: uma crítica ao capitalismo que se alimenta da nostalgia em relação ao mundo pré-moderno, mas que, em vez de postular um retorno conservador ao passado, se projeta na direção de um futuro utópico.

A descoberta e a interpretação do romantismo constituem, sem dúvida, a sua principal contribuição à sociologia da cultura e ao pensamento crítico contemporâneo (Löwy; Sayre, 1992). Trata-se de uma teoria que lança um novo olhar sobre dois séculos de história. Antes de tudo, ela parte da crítica às definições restritivas do romantismo, entendido como mera corrente literária ou estética do século XIX, como reação conservadora à revolução francesa, como atitude psicológica subjetiva, ou ainda como corrente filosófica reacionária que prenuncia o fascismo. Essas definições são obviamente válidas, mas permanecem unilaterais na medida em que são incapazes de apreender o fenômeno em toda sua comple-

<sup>5</sup> Ver os materiais preparatórios às teses “Sobre o conceito de história” (Benjamin, 1991, p. 1232). Ver também Löwy (2001b).

cidade. Inspirando-se em Lucien Goldmann, Michael Löwy e Robert Sayre, elas apresentam o romantismo como uma “visão de mundo” fundada na rejeição da civilização industrial burguesa. Seus alvos são os traços centrais da sociedade capitalista moderna: o espírito de cálculo, a mecanização e o “desencanto” do mundo, a racionalidade instrumental, a dominação totalitária dos sistemas anônimos, a reificação das relações sociais, a dissolução de todos os laços comunitários. Nostálgico em relação a um passado em que os seres humanos viviam em harmonia entre si e com a natureza, o romantismo é atraído, de modo profundo, pela religião, pelos mitos, pelas atmosferas noturnas, pelas tradições e símbolos rodeados de uma aura mágica, e, ao mesmo tempo, exprime uma atitude pessimista e desesperada em relação ao tempo presente. Como crítica da modernidade engendrada pelo próprio mundo moderno, o romantismo coexiste com o Espírito das Luzes como uma espécie de “autocrítica da modernidade” (Löwy; Sayre, 1992, p. 35). É assim que Michael Löwy interpretou não apenas Marx e Rosa Luxemburgo, Benjamin e Kafka, Bloch e Marcuse, mas também os surrealistas e Guy Débord, Pierre Naville e Henri Lefebvre, Christa Wolf e Ignazio Silone, E. P. Thompson e Fredric Jameson, José Carlos Mariátegui e Eduardo Galeano, William Morris e Maio de 68. A lista é bem maior e revela o que eu chamaria de tentação bourdiviana (*bourdivine*<sup>6</sup>) de Michael Löwy.

Ao longo dos anos, essa sensibilidade romântica colore cada vez mais sua interpretação de Marx, o que significa, a um só tempo, uma crítica interna e um enriquecimento original. Não seria difícil qualificar o marxismo de Michael Löwy com diversos adjetivos tomados de empréstimo dos seus escritos – humanista,

historicista, dialético, antipositivista, revolucionário, internacionalista; na realidade, porém, ele é irreduzível às numerosas escolas que transitaram pela cena intelectual no decorrer do século XX. Löwy foi inspirado pela revolução cubana e por Rosa Luxemburgo, por Lukács e pela teoria da revolução permanente, mas jamais se reduziu a uma variante do guevarismo, do luxemburguismo, do webero-marxismo ou do trotskismo. Em particular, Löwy jamais acalentou a pretensão de revelar o “verdadeiro” Marx, transformando sua própria leitura em prisma normativo. Ele reconhece a existência de vários Marx. De um lado, um Marx teleológico, positivista, que via o socialismo como resultado do progresso e do desenvolvimento inelutável das forças produtivas. De outro, um Marx dialético e antipositivista, adversário do eurocentrismo e do colonialismo, crítico não somente da exploração capitalista senão da civilização burguesa no seu conjunto, partidário da autoemancipação dos oprimidos mais do que do progresso técnico.

Desde a descoberta do surrealismo, em sua adolescência no Brasil, o marxismo de Michael Löwy contém um forte componente antiautoritário, libertário. Em nome da pluralidade dos marxismos, Löwy reconhece a existência de um marxismo autoritário, mas considera que a principal contribuição de Marx ao pensamento político reside na elaboração da “perspectiva de uma revolução antiautoritária” (Löwy, 1993, p. 17). O marxismo de Löwy é libertário, não anarquista, já que ele jamais preconizou a “abolição” do poder (ainda recentemente, criticou a posição dos que defendem “mudar o mundo sem tomar o poder” Löwy e Holloway (2003, p.13-25), Löwy (2003). E Löwy foi impactado o bastante pelas experiências revolucionárias (e contrarrevolucionárias) da América Latina para trocar a concepção do poder de Marx por aquela – rizomática e inapreensível – de um Foucault. Mas seus escritos políticos nunca apresentam o poder como um fim em si. Diria mesmo que esse tipo de ambição lhe é fortemente estranha: eu

<sup>6</sup> Neologismo utilizado de modo geralmente pejorativo para se referir às ambições totalizantes da obra do sociólogo francês Pierre Bourdieu. Trata-se de um jogo de palavras entre o nome Bourdieu e o adjetivo divino (*divin*). A alcunha tornou-se moeda corrente com as reações suscitadas pelo engajamento de Bourdieu em defesa do movimento social que, em novembro de 1995, derrotou a reforma da seguridade social proposta pelo primeiro-ministro Alain Juppé. (Nota do tradutor).

jamais o vi fazer o menor esforço para conquistar a menor posição diretiva no âmbito de uma instituição científica ou de uma organização política. A posição de Löwy com relação ao intelectual no poder, figura disseminada por todo o planeta, se caracteriza pela incompatibilidade radical, senão pela “separação insuperável” (*unversöhnliche Zwiespalt*), conforme o termo de Weber a que ele recorre a fim de definir a antítese da afinidade eletiva (Löwy, 1998, p. 35).

A seus olhos, o marxismo é, antes de tudo, uma crítica da dominação e uma teoria da autoemancipação, por ele progressivamente elaboradas como *pars construens* de uma crítica romântica do mundo desencantado, desumanizado, reificado e cada vez mais ameaçado – tanto no plano social quanto no plano ecológico – pela racionalidade instrumental e cega do capitalismo moderno. Uma vez que a religião pode ser a fonte espiritual da recusa de um mundo remodelado pelo espírito de cálculo, o marxismo – como projeto de transformação social – deve se abrir a diferentes sensibilidades, seculares e religiosas. Em um ensaio sobre o surrealismo, Michael Löwy encontra, em Benjamin e Breton, traços de um marxismo *gótico* moldado pela fascinação em relação ao encantamento e ao maravilhoso, “um materialismo histórico sensível à dimensão *mágica* das culturas do passado” (Löwy, 2000, p. 42). Evidentemente, numa tal leitura de Marx, a imagem dialética da rememoração de uma sociedade sem classes, incorporada na memória coletiva, prevalece em muito sobre a utopia fria de um modelo de sociedade perfeita.

Michael Löwy pertence, de pleno direito, à tradição descrita por Isaac Deutscher dos “judeus não judeus”, uma tradição herética criada por judeus que afirmaram sua judeidade transcendendo e transgredindo as fronteiras do judaísmo. Dentre os principais representantes, Deutscher menciona “grandes revolucionários do pensamento moderno”, como Spinoza, Heine, Marx, Rosa Luxemburgo, Trotsky e Freud. Segundo Deutscher, um de seus aspectos co-

muns vincula-se ao fato de que, “judeus, eles viviam no cruzamento de civilizações, de religiões e de culturas nacionais diversas” (Deutscher, 1969, p. 37). Essa tradição cosmopolita e universalista é, em última instância, incompatível com o sionismo, que redefine a judeidade em termos nacionais. Löwy tentou resgatar, no sionismo, uma corrente “libertária”, cujos elementos ele encontrou em alguns escritos de Bernard Lazare, Scholem e Buber. Mostrou a complexidade do fenômeno, resignando-se a reconhecer que, em Israel, o sionismo político havia suplantado o sionismo cultural.

Historicamente, os “judeus não judeus” foram frequentemente intelectuais “párias”, exilados, desclassificados, marginais e *Aussen-seiter*. Diretor emérito de pesquisas e detentor de uma medalha de prata no *Centre Nationale des Recherches Scientifiques* (CNRS), Löwy não é, por certo, um pária social. Suponho, porém, que ele deva ter sentido alguma empatia existencial por esses párias judeus quando retraiu seus percursos em um de seus mais belos livros, *Redenção e Utopia* (Löwy, 1988, p. 38-61). Segundo Hannah Arendt, os párias eram indivíduos sem Estado que, idealmente cidadãos do mundo, viviam na condição de verdadeiro “acosmismo”, ou falta de mundo (*Weltlosigkeit*) (Arendt, 2007, p. 275-297). Instalado na Europa posterior à Segunda Guerra Mundial, Löwy não foi afetado por essa “falta de mundo”, mas sim por uma “sede de mundo”, que ele logrou amplamente satisfazer, circulando pelo planeta como intelectual nômade, professor convidado por dezenas de universidades e militantes altermundialistas. Durante os anos 1930, os exilados judeus deixaram a Europa e encontraram refúgio nas Américas; Löwy fez o caminho inverso, deixando o Brasil para se instalar na Europa. Há, aqui, o signo de uma fidelidade, da inscrição em uma história e em uma continuidade.

No artigo sobre o surrealismo, Löwy relembra a crítica de Benjamin a esse movimento estético e político. Breton e seus amigos haviam redescoberto uma “ideia radical de li-

berdade” que a Europa parecia ter perdido desde Bakunin, mas eles se revelaram incapazes de dotar essa revolta de um caráter “metódico e disciplinar” (Benjamin, 2000a, p. 129-130; Löwy, 2000, p. 45-46). Ora, Michael Löwy, marxista e surrealista desde a adolescência, sempre foi extremamente organizado e metódico. Roberto Schwarz, seu amigo desde essa época em São Paulo, destaca, a esse respeito, que a observação de Benjamin segundo a qual os surrealistas, com seu culto da embriaguez, desconheciam o valor místico do trabalho, não se aplica a Löwy. Apresentando-o como resultado de uma “combinação de surrealismo e de sentimento de dever (obrigação)”, Schwarz esboça um retrato simpático do jovem Michael, um retrato que apreende perfeitamente alguns traços de sua personalidade. Michael, escreve ele,

... era muito cumpridor de seus deveres e muitíssimo bem organizado. Graças a isso, ele tinha tempo para tudo. Era excelente aluno, lia e fichava o que os professores pediam, entregava os trabalhos na data prevista, era militante político assíduo, pontual nas passeatas, ia aos concertos, via os filmes, fazia a corte às moças, de meio-dia a uma ouvia a *Hora dos mestres*, um programa de música clássica da Rádio Gazeta, gostava de jogar os jogos surrealistas, que ensinava a amigos e amigos, e, até onde sei, era um filho muito dedicado, o que se poderia chamar um bom menino (Schwarz, 2007, p. 157).

Conheci Michael bem mais tarde, mas tive, desde o princípio, uma impressão semelhante. Sua grande biblioteca está sempre perfeitamente organizada e eu nunca encontrei seu escritório tomado por folhas, livros, notas, conforme a alegre confusão que muitas vezes acompanha os espíritos criativos. Seu trabalho de escrita é bastante metódico e ordenado. Sempre me intrigou a multiplicidade de seus engajamentos: a lista de associações e de redações de revistas das quais é membro é amplíssima. O cumprimento metódico dos deveres (intelectuais e militantes) modela sua conduta de vida. Uma vez que foi ele quem me introduziu a Max Weber, devo confessar que Michael Löwy, muitas vezes, me pareceu uma

boa ilustração da definição weberiana da ética protestante, com sua organização racional da vida e mesmo sua “ascese intramundana”. Evidentemente, não se trata, no seu caso, sob nenhuma hipótese, de qualquer relação de afinidade eletiva com o espírito do capitalismo – poder-se-ia falar, na verdade, de hostilidade irreductível. Tampouco da tendência a rejeitar os prazeres da vida, que são, antes, planejados e apreciados com moderação. Desse ponto de vista, sob o risco do clichê, diria que ele sempre me pareceu bem pouco latino-americano. Raramente suas noitadas, mesmo as mais conviviais, vão além das 23h30min, momento no qual, para muitos latino-americanos, a verdadeira festa começa. É quase certo, aliás, que jamais assistirei com Michael uma final da Copa do Mundo de futebol entre Brasil e França, ou entre Brasil e Itália. Cheguei à conclusão de que essa dimensão “protestante” é um traço típico dos *yekes*, os judeus alemães, pois a encontrei em outros amigos, ainda que sob uma forma menos “ideal-típica”. Se a revolução é, como a concebem os surrealistas, uma irrupção repentina de liberdade, que quebra as correntes e subverte as normas, sua preparação é um trabalho metódico.

Em 1997, Michael me enviou a reedição de seu primeiro livro, *A teoria da revolução no jovem Marx*. Na dedicatória, ele o apresenta como “uma obra de juventude, sobrevivente do Parque Jurássico”. No prefácio, porém, não há quase crítica alguma em relação ao livro que ele próprio definira como uma espécie de vestígio arqueológico: o texto se ocupa mais dos enriquecimentos realizados desde então do que daquilo que teria sido superado. Essa observação é anedótica, mas também reveladora da continuidade substancial de uma obra, elaborada a partir de um núcleo – o marxismo como teoria da revolução – que conheceu, ao longo dos anos, redefinições e reformulações, e não questionamentos profundos. Sua obra se enriqueceu através de um processo de estratificação no qual cada camada se superpôs ou se enxertou sobre as outras sem as descartar

ou as enterrar. Ela se revelou sempre aberta e curiosa, o contrário de um pensamento congelado e replicado em si mesmo, mas nunca foi perpassada por grandes tensões internas, nem atravessada por contradições visíveis no longo prazo. Michael nunca foi dogmático, mesmo em uma época em que tal postura era bastante frequente, mas nunca foi, por outro lado, tomado por dilemas dolorosos. Essa continuidade sempre me fascinou e também, confesso, me espantou um pouco, como se, para ele, a dialética fosse uma esponja capaz de absorver tudo, de superar todas as contradições, tal como um dos seus *mots d'esprit* preferidos, tomado do humor judaico, no qual um rabino profere opiniões contraditórias a fim de satisfazer todo mundo.

No início dos anos 1960, quando escrevia sua tese, transformada em seu primeiro livro, Michael jamais teria definido o marxismo como um “messianismo ativo que trabalha as dores do presente” (Löwy, 1997, p. 18), mas já acreditava na fórmula que descobriria algumas décadas mais tarde, no *Livro das Passagens* de Benjamin: “O capitalismo não morrerá de morte natural”. No limite, penso que a exigência de mudar o mundo, e não apenas de interpretá-lo, foi sempre o verdadeiro horizonte de sua vida e de seu pensamento. Sua obra contém algumas “iluminações profanas” que nos são preciosas. E essa continuidade abriga, creio, um dos segredos de sua surpreendente juventude.

Recebido para publicação em 17 de janeiro de 2018  
Aceito em 21 de maio de 2018

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. “Anotações sobre uma bela singularidade”. In: JINKINGS, I; PESCHANSKI, J. A. (Orgs.). *As utopias de Michael Löwy. Reflexões sobre um marxista insubordinado*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- ARENDT, H. “The Jew as Pariah: a hidden tradition”. In: \_\_\_\_\_. *The Jewish Writings*. Nova York : Schocken Books, 2007.
- BENJAMIN, W. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt: Suhrkamp, 1991.
- BENJAMIN, W. “Le surréalisme”. In: \_\_\_\_\_. *Ceuvres II*. Paris: Gallimard, 2000a.
- BENJAMIN, W. “Sur le concept d’histoire”. In: \_\_\_\_\_. *Ceuvres III*. Paris: Gallimard, 2000b.
- DEUTSCHER, I. *Essais sur le problème juif*. Paris: Payot, 1969.
- GOLDMANN, L. “Pour um approche marxiste aux études sur le marxisme”. In: \_\_\_\_\_. *Annales*. 1963. n.1.
- JUDT, T. *Une histoire de l’Europe depuis 1945*. Paris: Armand Colin, 2007.
- LÖWY, M. *La pensée de Che Guevara. Un humanisme révolutionnaire*. Paris: Maspero, 1970a.
- \_\_\_\_\_. *La théorie de la révolution chez le jeune Marx*. Paris: Éditions Sociales, 1970b.
- LÖWY, M. “L’humanisme historiciste de Marx ou relire *Le Capital*”. In: \_\_\_\_\_. *Contre Althusser*. Paris : UGE, 1974.
- \_\_\_\_\_. *Le Marxisme en Amérique Latine*. Paris: Maspero, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Paysages de la vérité. Introduction à une sociologie critique de la connaissance*. Paris: Anthropos, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Rédemption et utopie. Le judaïsme libertaire en Europe centrale*. Paris: PUF, 1988.
- LÖWY, M. “Marxism and Utopian Vision”. In: \_\_\_\_\_. *On Changing the World. Essays in political philosophy, from Karl Marx to Walter Benjamin*. Atlantich Highlands: Humanities Press, 1993.
- \_\_\_\_\_. *La Guerre des dieux. Religion et politique en Amérique Latine*. Paris: Éditions du Félin, 1998.
- \_\_\_\_\_. “L’humanisme révolutionnaire d’Ernest Mandel”. In: ACHCAR, G. (Org.). *Le marxisme d’Ernest Mandel*. Paris: PUF, 1999.
- \_\_\_\_\_. *L’Étoile du matin. Surréalisme et marxisme*. Paris: Syllepse, 2000.
- \_\_\_\_\_. “La dialettica dela civiltà: figure dela barbárie modera nel XX secolo”. In: GLORES, M. *Storia, verità, giustizia. I criminel del XX secolo*. Milão : Bruno Mondadori, 2001a.
- \_\_\_\_\_. *Walter Benjamin, avertissement d’incendie. Une lecture des thèses “Sur le concept d’histoire”*. Paris: PUF, 2001b.
- LÖWY, M. «The only true emancipation». *New Politics*, [s.l.], v. 9, n. 35, 2003.
- LÖWY, M.; BESANCENOT, O. *Che Guevara. Une braise qui brûle encore*. Paris: Mille et une nuits, 2007.
- LÖWY, M.; HOLLOWAY, J. «Intercambio entre Michael Löwy y John Holloway». *Bajo el Volcán*, [s.l.], v. 3, n. 6, 2003.
- LÖWY, M.; NAÏR, S. *Lucien Goldmann ou la dialectique de la totalité*. Paris: Seghers, 1973.
- LÖWY, M.; SAYRE, R. *Révolte et mélancolie. Le romantisme à contra-courant de la modernité*. Paris: Payot, 1992.
- SCHWARZ, R. “Aos olhos de um velho amigo”. In: JINKINGS, I; PESCHANSKI, J. A. (Orgs.). *As utopias de Michael Löwy. Reflexões sobre um marxista insubordinado*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

**THE LIBERTARIAN MARXISM OF MICHAEL LÖWY**

*Enzo Traverso*

In this essay, originally delivered as a conference, Enzo Traverso analyzes some of the strengths of Michael Löwy's intellectual trajectory, from his early work on Marx, Lukacs, and Goldman to his more recent reflection on Benjamin or on Romanticism. Applying to the author's analysis the same method that he used to understand the authors he investigated, Traverso defends the hypothesis that, although born in Brazil, Löwy can be seen as a "French intellectual who combines and surpasses two traditions that marked deeply history, culture and politics of the twentieth century: that of Central European Judaism before *Schoah* and that of the Latin American left after the Cuban revolution."

**KEYWORDS:** Intellectuals. Judaism. Central Europe. Latin America. Libertarian Marxism.

**LE MARXISME LIBERTAIRE DE MICHAEL LÖWY**

*Enzo Traverso*

Dans cet essai, à l'origine livré comme une conférence, Enzo Traverso analyse certains des fils conducteurs du parcours intellectuel de Michael Löwy, depuis ses premiers travaux sur Marx, Lukacs et Goldman à ses réflexions plus récentes sur Benjamin ou sur le romantisme. Appliquant à l'analyse de l'auteur la même méthode qu'il avait utilisée pour comprendre les auteurs sur lesquels il a travaillé, Traverso soutient l'hypothèse selon laquelle, bien que né au Brésil, Löwy peut être considéré comme un "intellectuel français unissant et dépassant deux traditions qui ont profondément marqué l'histoire, la culture et la politique du XXe siècle: celle du judaïsme d'Europe centrale d'avant la Schoah et celle de la gauche latino-américaine d'après la révolution cubaine".

**MOTS-CLÉS:** Intellectuels. Judaïsme. Europe centrale. Amérique latine. Marxisme libertaire.



## DE SÃO PAULO A PARIS: o jovem Michael Löwy entre socialismo e sociologia

*Fabio Mascaro Querido\**

Mais conhecido por sua afortunada trajetória internacional, em especial por aquela que se inicia a partir do final dos anos 1960 na França, Michael Löwy deu os primeiros passos de seu itinerário intelectual em São Paulo, na segunda metade da década de 1950, época em que cursou a graduação em Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia da USP, então localizada na Rua Maria Antônia. O objetivo deste artigo é exatamente analisar a importância desse processo de formação intelectual de Löwy, entre o final da década de 1950 e meados da de 1970. Busca-se analisar algumas das linhas de força desse momento da trajetória intelectual do autor, das suas primeiras pesquisas sobre o movimento operário no âmbito da sociologia paulista até seus trabalhos mais teóricos – realizados na França – sobre as obras de Marx, Lukács e outros “intelectuais revolucionários”.

PALAVRAS-CHAVE: Intelectuais. Sociologia. Socialismo. Cosmopolitismo. Engajamento.

### ENTRE POLÍTICA (SOCIALISTA) E CIÊNCIA (SOCIOLÓGICA)

Michael Löwy é bastante conhecido por sua exitosa carreira intelectual internacional, especialmente impulsionada desde que se instalou em definitivo na França, no final dos anos 1960. Bem menos notório, porém, embora de importância decisiva, é o período em que, ainda vivendo em São Paulo, participou – como estudante – de um momento fundamental da consolidação institucional da sociologia em São Paulo, na USP, então localizada na Rua Maria Antônia, na segunda metade da década de 1950. Aluno de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, Azis Simão, dentre outros, o jovem socialista militante participou como estudante convidado do hoje mitificado “Seminário d’*O Capital*” nos últimos anos do curso de graduação, mesmo período em que empreendeu suas primeiras pesquisas sociológicas – sob orientação de Si-

mão, seu professor preferido, e com o apoio do DIEESE, onde trabalhava como voluntário – destinadas à análise da consciência operária em São Paulo.

Nessas pesquisas, o jovem estudante articulava o interesse militante pelo movimento operário e suas formas de “consciência de classe” com algo do caráter marcadamente empírico que, sob a batuta de Florestan Fernandes – que assumira a cadeira de Sociologia I em 1954, tornando-se a figura preponderante das Ciências Sociais *uspianas* da época –, balizava o padrão científico rigoroso da nascente sociologia paulista. Ao mesmo tempo, e não por acaso, tal modalidade de pesquisa “empírica”, tomando como “objeto” o movimento operário-sindical, permitia-lhe “testar” na prática, com os riscos dos mecanicismos implicados nesse tipo de aproximação, por vezes forçada, a perspectiva teórico-metodológica que então condicionava sua interpretação do marxismo, ancorada nas concepções do Lukács de *História e Consciência de Classe* e, em chave mais sociológica, por assim dizer, de Lucien Goldmann.

Foi exatamente a adesão entusiasta a essa leitura do marxismo – potencializada, po-

\* Universidade Estadual Paulista (Unicamp). Departamento de Sociologia.  
Rua: Cora Coralina, 100, Barão Geraldo. Cep:13083-896.  
Campinas – São Paulo – Brasil. fquerido@unicamp.br

rém, pela oportunidade de estudar com o próprio Goldmann, à qual se acrescentava tanto a paixão pela outrora “capital das revoluções” quanto a “filiação” francesa da USP de então – que impeliu Löwy a tomar o rumo de Paris a fim de lá fazer o doutorado, sob a orientação do sociólogo romeno, acerca do itinerário político e intelectual do jovem Marx em sua caminhada em direção ao que se entenderia por “marxismo”, tema de predileção, como se sabe, tanto de Lukács quanto de Goldmann. A ida para a França em 1961 o impediria, assim, de participar do processo de formação do CESIT (*Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho*) no ano seguinte, sob liderança de Florestan Fernandes e de sua equipe de assistentes na Cadeira I, mas do qual também faria parte seu ex-professor Azis Simão (vinculado à Cadeira II), dentre muitos outros.

Pois bem: à luz dessas premissas relacionadas à trajetória do autor, o objetivo deste artigo é analisar o processo de formação intelectual de Michael Löwy, de sua juventude paulistana até o seu retorno definitivo a Paris no final da década de 1960 e início da seguinte, quando consolidará a sua interpretação lukacsiana e goldmanniana do marxismo – como se pode ver, por exemplo, em sua tese sobre a evolução política do jovem Lukács (Löwy, 1997), por ele próprio descrita como uma “análise lukacsiana da obra de Lukács”. Mais especificamente, busca-se investigar as linhas de força (em suas continuidades e descontinuidades) que marcaram o itinerário intelectual de Löwy desde suas primeiras pesquisas sociológicas no Brasil (sobre o movimento operário) até seus estudos mais teóricos – realizados no âmbito de uma “sociologia” marxista (goldmanniana) dos “intelectuais revolucionários” – sobre as obras dos jovens Marx e Lukács, estudos nos quais analisa as motivações ético-políticas que estariam na raiz da adesão de muitos intelectuais “tradicionais” às visões de mundo inspiradas no marxismo. Trata-se, portanto, deve-se ressaltar, do período que antecede a “virada benjaminiana” pela qual passaria Löwy a partir do

final da década de 1970, quando a redescoberta das reflexões do crítico alemão impulsionará uma ampliação significativa, tanto de seu horizonte teórico (ainda marxista, mas cada vez mais heterodoxo), quanto de suas preocupações e interesses temáticos.<sup>1</sup>

## JUDEU, AUSTRIACO-ALEMÃO E BRASILEIRO

Filho de pais judeus austríacos, Félix Michael Löwy nasceu em São Paulo, em 1938. Assim como os de seu velho amigo Roberto Schwarz, os pais de Félix Michael – que, além de judeus, também eram politicamente à esquerda – deixaram Viena, ainda em 1934, em razão das ameaças simultâneas, embora diferentes, representadas tanto pelo desemprego quanto pela ascensão nazista. Mas, enquanto Schwarz, depois de uma tentativa abortada dos pais de se mudarem pra Argentina, nasceu ainda na Áustria, sendo trazido para o Brasil com alguns poucos meses de vida, em 1938, Félix Michael veio ao mundo formalmente brasileiro, nascido em *terra brasilis*, quando seus pais por aqui já viviam por quase quatro anos. Até os cinco anos de idade, o alemão – idioma familiar – era a única língua manejada pelo menino, cindido pela tripla identidade de austríaco, judeu e brasileiro, o que revelava também, por outro lado, as dificuldades nada desprezíveis enfrentadas pela família em sua busca pela aclimação brasileira. Seria somente na escola, no convívio com os colegas, que Michael Löwy (como preferiria ser chamado) lograria, de fato, aprender o português, adaptando-se à “muito boa” educação que então – naqueles idos dos anos 1940 e início dos 1950, quando a clientela era restrita – se recebia no ensino público de São Paulo, como ele próprio, diversas vezes, reconheceu.

Na adolescência, já com inclinações in-

<sup>1</sup> A propósito das implicações da redescoberta de Benjamin na obra e na trajetória intelectual de Michael Löwy, em chave comparativa com outro benjaminiano tardio, Daniel Bensaïd, ver Querido (2016b).

telectuais e políticas à esquerda, encontrou, no irmão, um “sionista de esquerda” (numa época em que isso ainda era possível), uma espécie de primeiro tutor espiritual, responsável por lhe apresentar o marxismo e o socialismo, função que logo seria interrompida com de sua partida para Israel, em 1954, não sem antes indicar um substituto de peso, Paul Singer, outro judeu austríaco que, após flertar com o sionismo (chegando a participar do movimento socialista-sionista “Liberdade”), estabeleceu-se como militante de esquerda, de perspectiva luxemburguista, vindo a inspirar, de modo decisivo, os caminhos tomados pelo jovem Löwy. Ao lado de Singer, que chegara a militar na esquerda do PSB, Löwy – que já era socialista e surrealista convicto – participou da fundação da pequena *Liga Socialista Independente* (LSI), organização da qual também fizeram parte Maurício Tragtenberg, Luiz Alberto Moniz Bandeira, dentre outros, além do outrora trotskista Hermínio Sachetta, um dos líderes (ou o líder) do grupo que se reunia numa minúscula sala da Avenida Brigadeiro Luís Antônio, em São Paulo, cujo único adorno era um retrato de Rosa Luxemburgo. No jornal da Liga, *Ação Socialista*, Löwy escreveu seus primeiros artigos políticos, em 1957–1958, assinados com os pseudônimos Antônio I. Martinez (operário anarquista assassinado pela polícia durante as greves de 1917, cuja história conhecia por intermédio de Edgar Leuenroth), depois abandonado, e Carlos Rossi, alcunha com a qual seguiria rubricando alguns dos seus textos mais políticos, na França – como os que ele redigia para a revista da LCR, *Critique Communiste*, de cujo comitê de redação fez parte por algum tempo.

Foi também junto com Paul Singer, ao lado de muitos outros militantes – como os irmãos Eder e Emir Sader, Eric Sachs, Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini, Renato Caldas (Sachetta se recusou a participar) –, que Löwy tomou parte na fundação da *Organização Marxista Revolucionária Política Operária* (OMR-POLOP) em Jundiá, em 1961, acontecimento por ele qualificado como a “ati-

vidade política mais importante da minha juventude no Brasil”.<sup>2</sup> A despeito das limitações evidentes, a começar pela pouca penetração nos meios operários, a POLOP representou um contraponto político-intelectual importante às teses hegemônicas na esquerda brasileira, propaladas pelo PCB, defendendo – às vezes de modo pouco dialético – o caráter necessário e imediatamente socialista da revolução brasileira, no que coincidia parcialmente com as formulações que, desde Mario Pedrosa e a *Liga Comunista* nos anos 1930, eram sustentadas pelos trotskistas brasileiros (Mattos, 2002).

## DO SOCIALISMO À SOCIOLOGIA: o movimento operário em questão

Socialista convicto desde os 14 ou 15 anos, mesma época em que conheceu, numa colônia de férias judaica, em Campos do Jordão, o também jovem judeu socialista Roberto Schwarz (a afinidade entre eles se revelando de forma imediata), Löwy não passou por grandes dilemas no momento da escolha do curso de graduação a que gostaria de se dedicar, escolha, aliás, que se adequava às possibilidades materiais da família, imigrante de classe média, qual seja, o de Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia da USP, a qual recebia, naquele momento, um contingente bastante expressivo de jovens saídos de famílias de emigrados, tal como o dueto Löwy-Schwarz, colegas de classe. Para um socialista, acreditava Löwy, na sua ingenuidade juvenil, nada melhor do que as Ciências Sociais, em particular a mais ampla, a mais dominante e a mais à esquerda entre elas, isto é, a sociologia, cujo grau de institucionalização era bastante superior àquele da antropologia e (ou) da ciência política, assim como das outras ciências ditas humanas.<sup>3</sup>

<sup>2</sup> Os trechos citados entre aspas, mas não identificados, se referem, salvo indicação em contrário, a entrevistas (ainda inéditas) do autor com Michael Löwy, realizadas em 2014, em Paris (França).

<sup>3</sup> Cf., a propósito, Miceli (1989), Blanco e Jackson (2014). Para uma visão menos focada no aspecto institucional, cf. Ortiz (1990).

Desconfiado do “ecletismo” científico,<sup>4</sup> bem como do “descomprometimento” político da grande estrela da sociologia paulistana daquele momento, Florestan Fernandes – pecados imperdoáveis aos olhos do jovem militante –, Löwy não nutria o mesmo entusiasmo de muitos de seus colegas pelo ambiente acadêmico da USP de então. Mais do que os admirados (não mais que isso) Antonio Candido, Paula Beiguelman, Octávio Ianni e, sobretudo, Fernando Henrique Cardoso, jovem e brilhante professor, ademais de politicamente à esquerda e ligeiramente marxista, seria o mais discreto e improvável Azis Simão, expoente uspiano da sociologia do movimento operário, aquele que faria as vezes de principal mestre acadêmico do jovem Michael Löwy – o qual não rivalizava, todavia, com o papel político-intelectual preponderante exercido por Paul Singer, com quem, diria Löwy, num evidente exagero provocativo, ele teria aprendido muito mais do que em todo o curso de Ciências Sociais.

Sob a orientação de Azis Simão, tio de seus amigos e camaradas de organização política, Eder e Emir Sader, por ele recrutados para a LSI, Michael Löwy realizou suas primeiras pesquisas sociológicas nos últimos anos de graduação – uma espécie de Iniciação Científica, não por acaso ainda precária, na qual almejava perscrutar nada menos do que a consciência de classe dos operários metalúrgicos de São Paulo. A pesquisa se ancorava nas respostas dos delegados do congresso do Sindicato dos Metalúrgicos ao questionário elaborado pelo jovem sociólogo, através do DIEESE,<sup>5</sup> onde tra-

balhava como voluntário, em que constavam desde perguntas sobre a origem social e a função do sindicato, até, e principalmente, sobre os níveis de consciência “política” de classe dos trabalhadores. Para o jovem “luxemburguista” e simpático aos trotskistas – cioso, portanto, da “independência de classe” – apenas os trabalhadores identificados com os comunistas, os anarquistas ou, no máximo, com os socialistas, detinham algum nível de consciência política de classe, condição da qual se encontravam subtraídos os que se diziam favoráveis aos trabalhistas. À época, a pesquisa no âmbito da sociologia do movimento operário se coadunava, ademais, com a militância do jovem Löwy na União dos Estudantes, mais precisamente, no Departamento de União Operário-Estudantil, do qual fora um dos principais responsáveis pela criação. Como tal, participava, como representante estudantil, das reuniões do Pacto de Unidade Intersindical – hegemônica pela esquerda sindical sob a influência do PCB, mas dotada de certa abertura política.

Uma primeira versão do artigo com os resultados da pesquisa – premiada pelo recém-criado Centro de Pesquisa dos Estudantes de Ciências Sociais<sup>6</sup> – seria publicada em 1962, com o título “Opiniões e atitudes de dirigentes sindicais metalúrgicos”, na importante *Revista Brasileira de Estudos Políticos* (MG), periódico que, ao lado da *Brasiliense* (SP), constituía um dos principais veículos de divulgação das reflexões e pesquisas dos professores e, em menor escala, dos estudantes da USP.<sup>7</sup> Mais tarde, retrabalhando de modo mais sofisticado o mesmo material, Michael Löwy publicaria uma nova versão – traduzida neste Dossiê pela primeira vez em português – do artigo nos

vidas pelo DIEESE, ver Mendonça (2002) e Chaia (1992).

<sup>6</sup> Em segundo lugar ficou Roberto Schwarz, com um estudo sociológico sobre o polo aquático!

<sup>7</sup> O próprio Löwy publicou seus três primeiros artigos “acadêmicos” na *Revista Brasiliense* – em 1960 e 1961, o primeiro sobre “a questão agrária no Brasil” e o segundo sobre o “homem e [a] sociedade na obra do jovem Marx” – e na *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, no caso do texto mencionado sobre a consciência de classe dos dirigentes sindicais.

<sup>4</sup> Sobre o “ecletismo” de Florestan Fernandes, numa visão bem mais favorável, cf. Cohn (1987). Cf. também Bastos (1998).

<sup>5</sup> O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) havia sido fundado em 1955, por iniciativa de alguns militantes sindicais, preocupados, num contexto de alta inflacionária, com a produção de dados sobre custo de vida e cesta básica, mercado de trabalho, greves, desemprego etc., a fim de amparar, com conhecimento (“técnico”) de causa, suas campanhas. Desde sua criação, o DIEESE recebeu o apoio de importantes sociólogos paulistas que trabalhavam ou se interessavam pelas questões relacionadas ao trabalho, tais como Florestan Fernandes e Azis Simão. Mais ainda: o primeiro diretor técnico da entidade foi o sociólogo José Albertino Rodrigues, autor do livro *Sindicalismo e desenvolvimento no Brasil*, publicado em 1968. Sobre as pesquisas desenvol-

*Cahiers Internationaux de Sociologie*, na França, em 1970, ou seja, já num momento em que seu pensamento, sempre no interior do marxismo, encontrava-se, por assim dizer, em estágio bem mais aprimorado, especialmente se comparado àquele da época em que era estudante de graduação.

## ENTRE O MARXISMO ACADÊMICO E O HUMANISMO REVOLUCIONÁRIO

Nos dois últimos anos de graduação, 1959 e 1960, Michael Löwy participou, como um dos estudantes convidados – ao lado de Roberto Schwarz e Bento Prado Jr., dentre outros –, do chamado “Seminário d’*O Capital*”, grupo (interdisciplinar) de estudos da obra máxima de Marx, liderado por José Arthur Gianotti e Fernando Henrique Cardoso, do qual saíram algumas das mais destacadas figuras da intelectualidade brasileira da segunda metade do século XX, tais como, além dos dois mencionados, o historiador Fernando Novais, o sociólogo Octávio Ianni, outro dos discípulos de Florestan em processo de radicalização intelectual e política, sem falar, é claro, no economista Paul Singer, que, assim como Löwy e Schwarz, tinha a imensa vantagem de ter o alemão como língua materna.

Diferentemente de Roberto Schwarz – para quem o Seminário, a despeito das limitações do momento, inaugurou (ou desenvolveu em nova direção) uma “intuição nova sobre o Brasil”, entre cujos frutos encontrar-se-iam, precisamente, as teses de doutorado produzidas por seus ex-membros –, Michael Löwy tende a subvalorizar a importância da experiência não apenas em sua própria trajetória, o que seria de se esperar, já que ele próprio não seguiu o mesmo caminho de seus pares que permaneceram no país, mas também num sentido mais geral, não vendo nela senão o que aparentemente foi: um grupo de estudos sobre *O Capital* que, embora não se guiasse inteiramente

pela órbita acadêmica, não tinha pretensão alguma de reinterpretar o Brasil ou algo do tipo. Como diria muito recentemente em 2014, “travava-se antes de tudo [...] de um trabalho de destrinchar o texto, analisar a construção do texto, a estrutura, seguindo muito o tal método filosófico francês de ‘explicação do texto’ que havia sido importado pelo Gianotti”. Enfim, nada mais do que um “estudo d’*O Capital*, sem muita relação com o Brasil”. E, sem levar em consideração as consequências imprevistas (os “acasos objetivos”, como diria seu mestre André Breton) que essa leitura “acadêmica” de Marx poderia gerar num ambiente tal como o que era vivido à época, consequências que se concretizariam nas diversas teses (sobre o Brasil!) produzidas por seus ex-membros, Löwy afirma: “francamente, eu não me lembro de discussões sobre o Brasil, salvo antes ou depois – na parte mais informal – de começar os debates propriamente ditos sobre o texto. E havia um clima de desprezo pelo marxismo carioca, desde os integrantes do ISEB (que não eram marxistas declarados) até o pessoal do Partidão”.

Ora, talvez tenha sido esse “desprezo” pelo “marxismo carioca”, por certo bastante provinciano, que teria permitido depois a alguns deles desenvolver uma interpretação relativamente original da formação histórico-social do Brasil, do passado colonial ao capitalismo “subdesenvolvido” e (ou) “dependente” do século XX. Tal originalidade é ressaltada quando contrastada com aquelas interpretações oriundas da esquerda intelectual e política dominante à época. Talvez seu amigo Roberto Schwarz tenha sido exatamente a expressão mais avançada – porque, e não apesar de sua transição para a crítica literária e o ensaísmo, conforme hipótese defendida em outro local (Querido, 2017) – dessa “nova” interpretação do Brasil. Ele foi responsável por uma releitura dialeticamente mais sofisticada, por assim dizer, da articulação subordinada *externa* do país com os imperativos da ordem capitalista global da qual nascemos como entreposto comercial (como já nos ensinara Caio Prado Jr.,

espécie de precursor dessa “linhagem” intelectual), assim como das consequências *internas* que, assim sobredeterminadas, concorriam para o bloqueio político, social e econômico das estratégias de superação do “atraso”, fundadas na mesma lógica da modernização com a qual era preciso romper.

Michael Löwy estava muito mais interessado, naquele momento, na obra dos recém-descobertos Goldmann (1952) e – quando se publica a edição francesa de *História e Consciência de Classe* – Lukács (2003), autores através dos quais ele se conectava a uma linhagem “humanista” e “historicista”, então ainda hegemônica no marxismo francês e ocidental, tanto mais se pensarmos na inescapável figura, na época, de Jean-Paul Sartre, cuja *Crítica da razão dialética* (Sartre, 1960) se fez presente discretamente no Seminário, contribuindo, ao lado de Lukács, para a demarcação da feição “marxista” da tese de doutorado (tal qual metodologicamente é expressa na introdução) de Cardoso (1962, p. 9-34).

Daí a tendência, em Löwy, a certo alheamento “universalista”, digamos assim, em relação à atmosfera de radicalização política que, bem ou mal, envolvia o chamado ciclo nacional-desenvolvimentista, em especial a partir da virada para os anos 1960. Retrospectivamente, por exemplo, Löwy sustenta que “não havia”, no final da década de 1950, “um clima de grande radicalização”. Para ele, na verdade, “o clima era bem tívio”, já que, afora o PCB – então a força hegemônica na esquerda e que passara por um giro à direita em 1958, com a chamada “Declaração de Março” –, bem como seus aliados de ocasião, nacional-desenvolvimentistas, “não havia uma grande efervescência de esquerda”. Inexistiam, ademais, organizações políticas alternativas (como os trotskistas ou os “luxemburguistas” da LSI, POLOP), capazes de impulsionar um processo efetivo de radicalização política.

Tal percepção pode ser compreendida, mais do que pelas tomadas de posição do próprio Löwy – às quais se ajusta a sua rememo-

ração retrospectiva –, através da análise das especificidades de São Paulo nos anos 1950, quando contrastadas, por exemplo, com as do Rio de Janeiro. Diferentemente da então capital federal, epicentro da vaga nacional-popular, a cidade de São Paulo fora palco, naquele momento, de experimentos científicos e artísticos que atinavam com uma dimensão moderna, de corte mais “universalista”, no sentido de que se pretendiam em linha com a onda internacional – e isso, no contexto de uma modernização econômica, social e política da cidade em pleno processo de metropolização (Arruda, 2011, p.52). Exemplos significativos dessa nova sociabilidade “moderna” em gestação foram o concretismo e, no que aqui nos interessa mais, a Faculdade de Filosofia da Rua Maria Antônia, em particular na figura de Florestan Fernandes, responsável por uma concepção definida da universidade e da ciência (sociologia). Em ambos os casos, o que estava em questão era a tentativa de se colocar à altura da arte e (ou) da ciência vigentes em países modernamente “desenvolvidos”.

Para Florestan Fernandes, por exemplo, a fim de se tornar uma ciência efetivamente “moderna”, tal qual a dos países com tradição histórica na disciplina, a sociologia brasileira deveria constituir-se em torno de um conjunto de instituições, valores e uma linguagem específicas. Tratava-se, na ótica de Fernandes, de se construir as condições para a necessária ruptura com as formas “tradicionais” de pensamento social, cujo apreço pelo ensaísmo de corte literário mal esconderia um vínculo orgânico com uma “concepção estamental de mundo”, considerada como obstáculo ao pleno florescimento da ordem competitiva entre nós. Em suas próprias palavras: “O nosso padrão de ‘vida literária’ foi moldado numa sociedade senhorial e o escritor passou a ver-se, como e enquanto escritor, à luz de uma concepção estamental de mundo.” (Fernandes, 1963, p. 230). Daí o isolamento da Faculdade “moderna” diante de uma realidade ainda a ser “modernizada”, tarefa para a qual a própria sociologia,

se bem ancorada cientificamente, poderia contribuir. Como afirma Cardoso, até meados do fim da década de 1950, “nós vivíamos numa ilha intelectual” (1988, p. 30).

Em meio a esse ambiente “moderno”, aparentemente apartado dos dilemas da nação ainda à procura da modernidade, não surpreende que Michael Löwy tenha optado por fazer o doutorado em Paris, a então capital do marxismo, sob a orientação de Lucien Goldmann, acerca de um tema que, ao longo da década de 1950, isto é, antes mesmo das interpelações althusserianas em *Pour Marx* (1961-65),<sup>8</sup> havia se tornado objeto de grande interesse na Europa, a saber: o jovem Marx. Um tema, portanto, segundo ele, cuja escolha não teve qualquer relação com o Seminário d’*O Capital*. Bem ao contrário, a se considerar que o interesse quase que exclusivo desse seminário era pela obra máxima de Marx, do “velho” Marx: “não sei se deliberadamente, mas tratava-se de uma opção contrária ao espírito, aos interesses, digamos, do seminário”.

Apoiando-se metodologicamente na “sociologia da cultura” de Lucien Goldmann, espécie de repaginação sociológica do historicismo lukacsiano, Löwy analisou, entre 1961 e 1964, a evolução do itinerário político e intelectual do jovem Marx, desde suas primeiras intervenções filosóficas no início dos anos 1940 até a elaboração – que se deve à descoberta do movimento operário francês tanto quanto, se não mais, do que às leituras e (ou) releituras então realizados pelo jovem filósofo comunista – do que, depois, se convencionaria denominar marxismo. Para Löwy, como mostraria na tese depois publicada em livro, com o título *A teoria da revolução no jovem Marx*, apenas em 1845, com as conhecidas “Teses sobre Feuerbach”, que Marx lograria superar as antinomias que ainda rondavam suas reflexões, entre o “idealismo” hegeliano e o “materialismo” feuerbachiano, na direção de

<sup>8</sup> Cf. Althusser (2005). Alguns anos mais tarde, Löwy (1970b) se dedicou à leitura althusseriana apresentada nos ensaios (do próprio Althusser, assim como dos seus discípulos) compilados em *Lire le Capital*, um ensaio crítico intitulado “L’humanisme historiciste de Marx ou relire Le Capital”.

uma concepção da práxis – como expressão do *ponto de vista do proletariado* – tomada como categoria fundamental para a compreensão da “circularidade dialética” entre a *objetividade* que se impõe como espaço dos possíveis para a prática social e a *subjetividade* que, embora remeta a condições já pressupostas, nelas interfere ativamente, modificando-as e, assim, transformando a si mesma.

Filosoficamente fundada em Lukács, tal leitura historicista da “gênese” do marxismo se articulava, de modo relativamente coerente, com o pendor militante “luxemburguista” que Michael Löwy trouxera do Brasil, o qual se exprimira na tese por meio da ênfase na práxis como a categoria-chave para a superação do dilema entre objetivismo e subjetivismo, ênfase entre cujos desdobramentos políticos se encontrava a ideia, central em Rosa Luxemburgo, de que a emancipação deve necessariamente significar a autoemancipação do proletariado, “classe universal” porque detentora de uma perspectiva capaz de apreender dialeticamente a *totalidade*. De onde advém a tese defendida por Löwy e parcialmente contestada por Goldmann – tanto por ocasião da defesa pública quanto em entrevista concedida alguns anos depois – de que o marxismo apenas se constitui como tal, na obra do jovem Marx, quando ele chega à formulação de uma autêntica e original “teoria da revolução proletária”.

## DE SÃO PAULO A PARIS, A “CAPITAL DAS REVOLUÇÕES”: um intelectual à europeia

Em Paris, a partir de 1961, Michael Löwy entrou, quase de imediato, numa das correntes da esquerda do *Partido Socialista Unificado* (PSU), organização da qual também fazia parte Lucien Goldmann, embora numa de suas tendências mais “moderadas”. Na “capital das revoluções”, com a qual o jovem francófono sonhava desde a adolescência paulistana, fascinado que era pelo surrealismo e pela cultura

francesa de uma forma geral, Löwy começou a se aproximar, agora de modo mais sólido, de mais uma das tendências da esquerda revolucionária que encontrara na França o seu *habitat* “natural”: o trotskismo. No PSU, entre 1961 e 1964, militou na tendência “Socialismo Revolucionário”, então secreta ou discretamente dirigida por Michel Lequenne, personagem histórico do trotskismo francês que, à época, estava rompido com a IV Internacional, mas para a qual não demoraria a retornar. Löwy o reencontraria, anos depois, a partir da virada para os anos 1970, na mesma organização, agora declaradamente trotskista, a *Liga Comunista Revolucionária* (LCR), conduzida pelos jovens “soixante-huitards” Alain Krivine, Daniel Bensaïd e Henri Weber, depois acompanhados da figura mais ilustre entre os “velhos” trotskistas, o economista belga Ernest Mandel.

Com a entrada na LCR, Löwy finalmente aderiu ao internacionalismo trotskista, em especial à sua vertente mais “libertária”, embora mesclada a um ultraleninismo não menos imponente, vertente gestada nas revoltas de março a junho de 1968 e liderada por jovens politicamente autoconfiantes o suficiente para dispensar, ao menos num primeiro momento, a tutela dos notáveis, até então tidos como os autênticos guardiões do templo em ameaça constante. Foi com seu amigo Emir Sader, exilado em Paris e assistente de Nicos Poulantzas no recém-inaugurado *Centro Experimental de Vincennes* (futura *Universidade Paris VIII*, mais tarde realocada em Saint-Denis), que Löwy decidiu, já de retorno a Paris – após passagens por Israel (1964-68) e Manchester (1969), lugares onde trabalhou como professor universitário –, adentrar nas fileiras da IV Internacional. Mas, enquanto Sader se mudou para o Chile para participar do processo que culminaria na eleição de Salvador Allende e, mais tarde, no golpe militar liderado por Augusto Pinochet, Löwy permaneceu na França, aderindo à LCR e substituindo o amigo na assistência a Poulantzas, cargo no qual ficaria até 1977, quando seria admitido pelo

*Centre Nationale de la Recherche Scientifique* (CNRS).<sup>9</sup>

Entretempos, na primeira metade da década de 1970, Löwy fez sua segunda tese de doutorado (*doctorat d'État*), dessa vez sobre a “evolução política” do jovem Lukács, da juventude romântica ao “realismo revolucionário” de *História e Consciência de Classe* (HCC) (Lukács, 2003), antes da “reconciliação com a realidade” stalinista, que teria sido promovida pelo filósofo húngaro a partir do final da década de 1920. Löwy arrematava, então, dedicando-se ao itinerário que teria resultado na expressão mais avançada do marxismo (aquele exposto em HCC, mais tarde desdobrado por vários outros autores), a sua própria concepção lukacsiana-goldmanniana da teoria social inaugurada por Marx, que seria parcialmente superada apenas com a redescoberta da obra de Walter Benjamin por volta de 1979.

Na Europa, Michael Löwy estabeleceu-se assim, recusando o papel subalterno comumente destinado ao intelectual oriundo da periferia do mundo, qual seja: aquele dedicado e restrito à interpretação dos dilemas de seu país ou região – a América Latina, por exemplo. Löwy por lá se firmou através do estudo de temas e de interesses como os de qualquer intelectual europeu, como, por exemplo, as obras de Marx, Lukács ou Goldmann, ou a pesquisa sobre sociologia do conhecimento (em que acrescenta a inspiração manheimiana), pesquisa com a qual, aliás, seria admitido como pesquisador no CNRS. Conforme observa Marcelo Ridenti, num ótimo texto-homenagem consagrado ao autor, embora jamais tenha renegado o Brasil ou a América Latina – muitíssimo pelo contrário, como se veria nos anos 1990 e 2000, com o *tournant* latino-americano pelo qual passaria sua trajetória —, Löwy consolidou-se, na França, como um “intelectual europeu”, entusiasta das “utopias socialistas internacionalistas”. Nas palavras de Ridenti:

Filho de imigrantes judeus, tendo aprendido alemão em casa como língua materna, vivendo em um meio

<sup>9</sup> Sobre a relação com Poulantzas, Löwy (2014).

repleto de outros imigrantes e seus descendentes, cursando o ensino superior nos padrões de excelência europeus do Curso de Ciências Sociais da USP de então, com a mente e o coração conquistados pelas utopias socialistas internacionalistas, é sintomático que sua obra nunca tenha se debruçado mais detidamente sobre a sociedade brasileira, nem sobre qualquer intelectual conterrâneo, o que se explica também por sua recusa em ocupar o lugar considerado subalterno que geralmente se concede, na França, ao estrangeiro, de quem se espera apenas que estude seu país ou região de origem (2007, p. 170-171).

### **EXCURSO BENJAMINIANO: o que foi, à luz do poderia ter sido**

Ao não permanecer em São Paulo, optando por tentar a sorte no (ainda) centro intelectual do mundo, mais precisamente, na autêntica pátria dos intelectuais, a França, país por onde passaram quase todos os grandes dos séculos XIX e XX, Michael Löwy viu interrompida, assim, sua breve passagem pela “sociologia do movimento operário” que aprendera com Azis Simão.<sup>10</sup> Tal sociologia, através do próprio Simão, bem como do jovem pesquisador e ex-militante trotskista (tendo passado pelo PSR e, após a dissolução deste, pelo POR) Leôncio Martins Rodrigues, estaria muito bem representada no âmbito do *Centro de Estudos de Sociologia Industrial e do Trabalho* (CESIT), criado em 1962 em torno da Cadeira I de Sociologia da USP, graças aos esforços de Florestan Fernandes e de Fernando Henrique Cardoso, esse último não hesitando em lançar mão dos seus contatos com o mundo empresarial a fim de angariar os recursos necessários à empreitada, que também acabou sendo financiada pelo governo estadual de Carvalho Pinto (Braga, 2012, p. 44-50; Romão, 2006).

<sup>10</sup> Mais tarde, na França, Löwy estabeleceria estreitas relações com o historiador do movimento operário Georges Haupt, judeu de origem romena, como Goldmann. Mas o foco de sua interlocução com Haupt eram as análises marxistas da questão nacional, tema de livro por eles publicado, junto com Claudie Weill, em 1974 (Haupt; Löwy; Weill, 1974).

Apoiando-se em três grandes eixos de pesquisa que definiam a modernização capitalista periférica no país – a mentalidade do empresariado, o papel do Estado no desenvolvimento e, por fim, as características da mobilização da força de trabalho nesse processo –, o CESIT demarcou a entrada em cena da sociologia paulista nos debates sobre os entraves (os “obstáculos estruturais”, na linguagem de Fernandes) ao desenvolvimento do Brasil, em oposição relativa às abordagens nacionalistas e (ou) populistas hegemônicas. Em coerência com a sociologia “uspiana” da modernização, Leôncio Martins Rodrigues foi quem mais se dedicou, no CESIT, ao estudo da consolidação do fordismo periférico, como observa Braga (2012, p. 48-65), analisando o comportamento do movimento sindical em uma realidade social como a brasileira, que seria historicamente sobredeterminada pela permanência de aspectos característicos do “atraso” pré-moderno, por assim dizer, atraso cujo impacto negativo na conformação do papel dos trabalhadores na “regulação” dos processos de acumulação seria enorme. A conservação de tais aspectos típicos de uma cultura política *arcaica* era tanto mais ressaltada porque contrastada – como era praxe no horizonte modernizador dos jovens sociólogos da USP até pelo menos 1964 – com aquela vigente nos países desenvolvidos tomados como modelos.

Para Leôncio Martins Rodrigues, tal como está exposto nos três estudos compilados em *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil* (1966), o subdesenvolvimento afetava tanto o tipo de relação da massa dos trabalhadores com o Estado quanto a postura dela no interior das fábricas, a qual passava por uma visão “paternalista” do sindicato, que acabava por bloquear qualquer possibilidade de que o proletariado se erigisse “no centro impulsor de um processo político de mudança social” para além do consentimento passivo e da correlata manipulação pela liderança populista (Braga, 2012, p. 59; Rodrigues, 1966, p. 209). Por meio de questões não muito diferentes da-

quelas do estudo do jovem estudante Löwy,<sup>11</sup> embora num nível bem mais elevado de amplitude e rigor, questões aplicadas aos operários da empresa Willys-Overland, em São Bernardo, Rodrigues sublinhou a percepção majoritariamente assistencialista que, segundo ele, os trabalhadores — em particular os operários semiqualeificados e de origem rural — cultivavam do sindicato. Entre a “minoría sindicalizada”, apenas 29% teriam oferecido “respostas classistas”, ou seja, respostas que mencionam o sindicato não como entidade assistencial, mas como organização de defesa do proletariado” (Rodrigues, 1966, p. 107-8).

A se considerar a história, em linha benjaminiana, não apenas como o que efetivamente foi, senão também como aquilo que poderia ter sido, seria interessante interrogar como Löwy se posicionaria, se não tivesse decidido viver do outro lado do Atlântico, diante da sociologia “uspiana” da modernização, que ganhara novo impulso com a fundação do CESIT, no contexto dos debates que marcaram o ciclo nacional-desenvolvimentista abortado abruptamente em 1964, não por acaso em seu momento de maior radicalização política (e intelectual). Se aqui ficasse em 1961, talvez Löwy não lograsse — ao preço de um alheamento político pouco provável — se esquivar de modo tão peremptório da vaga de radicalização à esquerda que impactaria os debates sobre a questão nacional.

Muito embora hegemonizada pelas orientações “nacionalistas”, seja do PCB ou do ISEB, tal questão pautava o conjunto da esquerda política e intelectual, já que, de um modo ou de outro, a compreensão do capitalismo periférico passava pela apreensão da formação histórica do país no seu entrelaçamento nacional particular entre o moderno e o arcaico. Como Schwarz (1999) argumentaria décadas depois — no que seria uma crítica retrospectiva —, até mesmo entre os próceres do Seminário d’*O Capital*, que de autênticos “nacionalistas” pouco tinham, o horizonte

industrializante e modernizador dava o tom, uma vez que também para eles se tratava de fazer “o país dar certo”, e o parâmetro para isso acabava inevitavelmente sendo a modernidade capitalista dos países centrais, à parte a ruptura socialista desejada por alguns — ruptura ela própria, porém, envolta nas particularidades do Brasil. Conforme perguntaria retoricamente o mesmo Schwarz, comentando os resquícios dessa perspectiva na *Crítica à razão dualista*, de Chico de Oliveira: “Como não seria assim? Num sistema mundial de reprodução das desigualdades, como não disputar uma posição melhor, mais próxima à dos vencedores e menos truncada?” (Schwarz, 2003, p. 20).

## UM INTELLECTUAL DO MUNDO

Tanto a obra quanto a trajetória de Michael Löwy expressam, assim, como acompanhamos neste artigo, a condição (tornada vocação) cosmopolita de um intelectual que, seja pelos temas escolhidos, seja pela forma idiossincrática de abordá-los, se estabeleceu como figura singular no espectro do marxismo e do pensamento crítico contemporâneo. Tal cosmopolitismo, uma das marcas dos intelectuais “judeus não judeus” (Deutscher, 1969). do século XX, mas agora sem as intempéries do exílio forçado, tornou possível a Löwy consolidar-se como intelectual europeu de pleno direito, percepção compartilhada mesmo por seus colegas brasileiros. Em entrevista de 2001, por exemplo Cardoso (2006, p. 76) assim se refere ao ex-aluno: “Michael Löwy, que depois virou famoso na Europa”.

O cosmopolitismo internacionalista jamais estremeceu, porém, a fidelidade ao país que acolhera sua família, e no qual vivera suas primeiras experiências políticas e intelectuais: o Brasil. Fidelidade que se intensificaria a partir de meados dos anos 1980, quando a derrocada gradual da ditadura lhe permitiria visitá-lo com regularidade. Talvez não por acaso, foi nesse mesmo período que a obra de Löwy

<sup>11</sup> Cf. artigo de Michael Löwy nesse dossiê.

passou por um giro benjaminiano que, entre outras coisas, o levou a uma espécie de retorno às raízes, com a Europa central de cultura alemã e a América Latina passando ao primeiro plano de seus interesses de pesquisa. Nesse contexto, Löwy passaria a refletir sobre uma condição social – a do intelectual judeu, entre o particularismo utópico-religioso e o cosmopolitismo ético-político – que, em grande medida, guardadas as devidas proporções, era a sua própria, a despeito da ausência, no seu caso, de qualquer relação propriamente religiosa com o judaísmo. Pelo momento histórico em que era realizado, a partir dos anos 1980, não surpreende que o resgate desses intelectuais marginais, *outsiders*, ganhasse ares de resistência intelectual e política, caixa de ressonância da *negatividade* em relação ao presente e da *utopia* projetada para o futuro.

Por isso mesmo, se a primeira fase de sua obra, até meados dos anos 1970, difere daquela que seria elaborada depois, mais ampla e original, ela, de alguma forma, a prenuncia, uma vez que estava orientada, desde muito cedo, pela vocação cosmopolita do intelectual politicamente internacionalista e intelectualmente desenraizado.<sup>12</sup> Afinal de contas, como se argumentou aqui, foi na São Paulo dos anos 1950, cidade em plena efervescência moderna, mas de uma modernidade destituída do vínculo orgânico com o nacional-popular, que o jovem Löwy – surrealista e socialista internacionalista – fincou as bases de uma carreira intelectual que, tendo sido completamente exitosa, jamais abdicou da convicção de que é, sim, necessário instigar a imaginação concreta de outro mundo possível, tal como o fez a maior parte dos seus “objetos” de estudo – do passado ou do presente, do centro ou da periferia do mundo capitalista.

Recebido para publicação em 15 de janeiro de 2018  
Aceito em 23 de maio de 2018

<sup>12</sup> Para uma visão panorâmica da obra de Löwy a partir do final dos anos 1970, isto é, após a virada benjaminiana pela qual passou, Querido (2016a).

## REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. *Pour Marx*. Paris: La Découverte, 2005.
- ARRUDA, M. A. N. *Metrópole e cultura. São Paulo no meio século XX*. Bauru: EDUSC, 2001.
- BASTOS, E. R. “Florestan Fernandes e a construção das Ciências Sociais”. In: MARTINEZ, P. H. (Org.). *Florestan ou sentido das coisas*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- BLANCO, A.; JACKSON, L. C. *Sociologia no espelho. Ensaístas, cientistas sociais e críticos literários no Brasil e na Argentina (1930-1970)*. São Paulo: Editora 34, 2014.
- BRAGA, R. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- CARDOSO, F. H. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional. O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962.
- CARDOSO, F. H. “Entrevista concedida a Elide Rugai Bastos, Fernando Abrucio, Maria Rita Loureiro e José Marcio Rego”. In: \_\_\_\_\_. *Conversas com sociólogos brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2006. p.67-94.
- \_\_\_\_\_. “Memórias da Maria Antônia”. In: SANTOS, M. C. L. (Org.) *Maria Antônia: uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1988.
- CHAI, M. W. *Intelectuais e sindicalistas: a experiência do Dieese (1955-1990)*. Ibitinga: Humanidades, 1992.
- COHN, G. “Ecletismo bem temperado”. In: D’INCAO, M. A. (Org.) *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- DEUTSCHER, I. “Le juif non-croyant”. In: \_\_\_\_\_. *Essais sur le problème juif*. Paris: Payot, 1969. p. 33-54.
- FERNANDES, F. *A sociologia numa era de revolução social*. São Paulo: Nacional, 1963.
- GIANOTTI, J.A. “Entrevista”. In: MONTEIRO, P.; MOURA, F. (Orgs.) *Retrato de Grupo – 40 anos do CEBRAP*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- GOLDMANN, L. *Sciences humaines et philosophie*. Paris: PUF, 1952.
- HAUPT, G.; LÖWY, M.; WEILL, C. *Les marxistes et la question nationale, 1848-1914*. Paris: Maspero, 1974.
- LÖWY, M. *A evolução política de Lukács (1909-1929)*. [1976]. São Paulo: Cortez, 1997.
- \_\_\_\_\_. “Homem e sociedade na obra do jovem Marx”. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 40, 1961.
- \_\_\_\_\_. “L’humanisme historiciste de Marx ou relire le capital”. *L’Homme et la société*. Paris, n.15, 1970b.
- \_\_\_\_\_. “Nicos Poulantzas tel que jê l’ai connu”. Entrevista concedida a Alexis Cukier, Razmig Keucheyane Fabio Mascaro Querido. In: \_\_\_\_\_. *Contretemps web*. 2014. Disponível em: <://www.contretemps.eu/nicos-poulantzas-tel-que-je-lai-connu-par-michael-lowy/>. Acesso em: 10 dez. 2017.
- \_\_\_\_\_. “Notas sobre a questão agrária no Brasil”. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n.31, 1960.
- \_\_\_\_\_. “Opiniões e atitudes de dirigentes sindicais metalúrgicos”. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n.13, 1962.
- \_\_\_\_\_. “Structure de la conscience de classe ouvrière au Brésil”. *Cahiers internationaux de sociologie*, v. XLIX, 1970a.
- \_\_\_\_\_. *A teoria da revolução no jovem Marx*. [1970]. São Paulo: Boitempo, 2012.

- LUKÁCS, G. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MATTOS, M. B. Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967). In: REIS FILHO, D. A.; RIDENTI, M. (Orgs.) *História do marxismo no Brasil*, v. 5 (Partidos e Organizações dos anos 20 aos 60). Campinas, SP: Unicamp, 2002. p.185-212.
- MENDONÇA, S. "A experiência do Dieese em pesquisa e conhecimento". *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v.16, n.3, 2002.
- MICELI, S. "Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais". In: \_\_\_\_\_. *História das Ciências Sociais*. São Paulo: Vértice, 1989.
- ORTIZ, R. "Notas sobre as ciências sociais no Brasil". *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 27, 1990.
- QUERIDO, F. M. *Michael Löwy: marxismo e crítica da modernidade*. São Paulo: Boitempo/FAPESP, 2016a.
- \_\_\_\_\_. "Pensamento ao quadrado: Roberto Schwarz e o Brasil". In: 41º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. Caxambu-MG, 2017.
- \_\_\_\_\_. *Resistência intelectual e engajamento político em Michael Löwy e Daniel Bensaïd: afinidades benjaminianas*. 2016b. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP.
- RIDENTI, M. "Romântico e errante". In: JINKINGS, I.; PESCHANSKI, J. A. (Orgs.) *As utopias de Michael Löwy: reflexões sobre um marxista insubordinado*. São Paulo: Boitempo, 2007, p.167-174.
- RODRIGUES, L. M. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1966.
- ROMÃO, W. *Sociologia e política acadêmica nos anos 1960: a experiência do CESIT*. São Paulo: Humanitas, 2006.
- SARTRE, J. P. *Critique de la raison dialectique*. Paris: Gallimard, 1960.
- SCHWARZ, R. "Um seminário de Marx". In: \_\_\_\_\_. *Sequências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 86-105.
- \_\_\_\_\_. Prefácio com perguntas. In: OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista. O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003. p.11-23.

**FROM SÃO PAULO TO PARIS: the young Michael Löwy between socialism and sociology**

*Fabio Mascaro Querido*

Although to be better known for his international trajectory, especially that which began in the late 1960s in France, it was in São Paulo that Michael Löwy began his intellectual itinerary in the second half of the 1950s. The purpose of this article is to analyze the importance of this process of intellectual formation of Löwy, between the late 1950s and the mid - 1970s. The aim is to analyze some of the leading threads of the intellectual trajectory of the author, from his first researches on the labor movement within the sociology of São Paulo until his more theoretical work in France, on the works of Marx, Lukács and other “revolutionary intellectuals”.

**KEYWORDS:** Intellectuals. Sociology. Socialism. Cosmopolitanism. Engagement.

**DE SÃO PAULO À PARIS: le jeune Michael Löwy entre socialisme et sociologie**

*Fabio Mascaro Querido*

Bien que plus connu par sa trajectoire internationale brillante, notamment celle qui a commencé à la fin des années 1960 en France, Michael Löwy a fait les premiers pas de son parcours intellectuel à São Paulo dans la seconde moitié des années 1950, lorsqu'il a suivi le cours de Sciences Sociales à la Faculté de Philosophie de l'USP, alors située à la rue Maria Antônia. Le but de cet article est d'analyser l'importance de cette période pour la formation intellectuelle de Löwy, entre la fin des années 1950 et le milieu des années 1970. On cherche à analyser certains des fils conducteurs de cette période de la trajectoire intellectuelle de l'auteur, dès ses premières recherches sur le mouvement ouvrier au sein de la sociologie de São Paulo jusqu'à son travail plus théorique en France sur les œuvres de Marx, Lukacs et d'autres “intellectuels révolutionnaires”.

**MOTS-CLÉS:** Intellectuels. Sociologie. Socialisme. Cosmopolitisme. Engagement.



## UM MARXISMO DE AFINIDADES ELETIVAS: a aventura sociológica de Michael Löwy

Marco Aurélio Santana \*

O presente artigo analisa o trabalho de elaboração de Michael Löwy sobre o conceito de “afinidades eletivas”, utilizado por Max Weber. Nesse sentido, busca apresentar os avanços por ele trazidos para uma maior definição do conceito e a operatividade de seu uso, bem como algumas das repercussões que indicaram seus possíveis limites em termos de elaboração e operação. Antes, à guisa de preâmbulo, o artigo faz uma apresentação do contexto sociológico de sua aparição mais conhecida, a partir do livro *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo* (EPEC), de Max Weber, que serve de importante base de lançamento para os investimentos de Löwy.

PALAVRAS-CHAVE: Afinidades eletivas. Michael Löwy. Max Weber. Ética protestante. Teoria social.

### APRESENTAÇÃO

O trabalho de reflexão, investigação e engajamento de Michael Löwy tem dado contribuições de relevo, marcadas por erudição e profundidade, em diferentes ramos das ciências sociais, como as sociologias do conhecimento, da política, da cultura e da religião. Suas obras têm, já há décadas, a marca da tentativa de aproximações entre sua visão do marxismo e um conjunto de autores, temas e esferas da vida social em uma *démarche* que, muitas vezes, em um primeiro olhar, pode causar estranhamento.

Tem sido bastante frutífero, inovador e instigante o esforço das tentativas de percepção de “afinidades eletivas” entre, por exemplo, para ficar em algumas: judaísmo e libertarismo (1988), marxismo e cristianismo (1990), marxismo e Weber (1996), socialismo e ecolo-

gia (2013), e marxismo e anarquismo<sup>1</sup> (2016). Como o *leitmotiv* da empreitada indica, as reflexões sobre e a partir da obra de Max Weber têm lhe servido de fio condutor nessa, como ele mesmo já chamou, aventura.

Trabalhar com um dos *grandes* da teoria social já é uma tarefa difícil; com dois, a dificuldade se torna redobrada. Pode-se imaginar, então, o grau de complexidade da busca de aproximações entre eles. Por óbvio, um investimento desse tipo e porte tende a produzir efeitos teóricos, metodológicos e políticos em variadas constelações, adquirindo seguidores e críticos.

A ideia do presente artigo é, partindo do trabalho de elaboração de Löwy sobre o conceito de “afinidades eletivas”, mostrar os avanços que ele traz para uma maior definição do conceito e a operatividade de seu uso, e algumas das repercussões que indicaram seus possíveis limites em termos de elaboração e operação. Antes, à guisa de preâmbulo, faz-se importante uma apresentação do contexto sociológico de sua aparição mais conhecida, a partir do livro *A ética protestante e*

\* Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS). Departamento de Sociologia. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Largo de São Francisco, n. 1, Sala 416. Centro. Cep. 20.051-070. Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – Brasil. msantana@ifcs.ufrj.br

<sup>1</sup> Essa obra foi publicada em coautoria com Olivier Besancenot.

o “espírito” do capitalismo (EPEC) de Max Weber, que serve de importante base de lançamento para os investimentos de Löwy.<sup>2</sup>

## WEBER E AS AFINIDADES ELETIVAS

Publicado por Weber em 1904-1905 e revisado e ampliado por ele em 1920, a EPEC sofre muitas alterações que podem ser creditadas ao desenvolvimento intelectual de seu autor.<sup>3</sup> Apesar de mudanças que ajudam a esclarecer alguns pontos entre as duas edições, decorrentes, principalmente, da forte polêmica que o livro produziu, lançando Weber em duros e, às vezes, até rudes debates (Weber, 2001), um ponto que permaneceu pouco desenvolvido foi o conceito de “afinidades eletivas”. Tem-se uma operação direta dele nas análises de Weber, mas não uma definição clara e precisa desse operador.

É interessante notar que a obra de Weber é conhecida, por variadas razões, por uma não sistematicidade, mas, em outras situações, momentos e casos, nela existem definições claras dos operadores propostos e usados por ele, inclusive na EPEC. O mesmo não acontece com o conceito de “afinidades eletivas”.<sup>4</sup> Esse, diga-

mos, *ponto cego* nas conceituações de Weber foi apontado por Howe (1978), Thomas (1985) e Löwy (1999; 2004).<sup>5</sup> Esses autores, com resultados diferentes, não só chamam a atenção para essa questão como tentam desenvolver reflexões a partir daí.

Como várias outras obras de seu porte, a EPEC traz um conjunto de questões que não apenas caracterizam a *démarche* weberiana, como vão auxiliar na constituição de diversos campos nas ciências sociais. São possíveis diferentes entradas e possíveis ângulos pelos quais se pode penetrar na obra. E isso foi feito ao longo de sua trajetória de produção, circulação e recepção ao longo do tempo, dos contextos e das perspectivas envolvidas.

Além disso, a carreira do livro se fez para dentro do universo das ciências sociais, mas também para fora dele, alcançando um público muito mais amplo e variado. Nesse sentido, Pierucci chama a atenção para o fato de que a EPEC

... se mantém a mais lida das obras de Weber. No ano 2000, em listagens de livros que mostravam “os 10 mais lidos” do século XX, lá estava A ética protestante, obra sempre muito bem colocada em ranques do gênero. Sua popularidade editorial é tamanha e tão estável, que mesmo na mente de um universitário que curse ciências sociais, ela pode muito bem se representar como a obra “mais importante” do mais importante sociólogo alemão, mas na opinião da maioria dos sociólogos não é. Numa pesquisa de opinião feita em 1998 pela ISA, solicitando a seus membros que apontassem qual a obra de Sociologia mais importante e influente do século XX, *Economia e Sociedade* saiu vencedora por ampla margem (Pierucci, 2008, p. 41).

Um dos pontos importantes trazidos pela obra, segundo Allen (2017, p. 32), encontra-se no fato de que ela “deslocou a sociologia das preocupações com padrões evolucionistas

quando do primeiro uso de “afinidade”, sugeria que “valia a pena aceitar, por ora, este termo superficialmente ambíguo”.

<sup>5</sup> A importância do conceito já havia sido sinalizada por Gerth e Mills (1982), em 1946, em sua organização de textos de Weber nos *Ensaio de Sociologia*. Contudo, ali não se aponta qualquer questionamento ou indefinição do mesmo.

<sup>2</sup> Howe (1978) indica que o primeiro uso do conceito se deu, um ano antes da publicação da EPEC, no famoso artigo sobre a objetividade do conhecimento nas ciências sociais (Weber, 2008). Agradeço à University of California at Berkeley por ter me garantido o acesso à grande parte do material referido neste artigo, principalmente via JSTOR. Isso foi possível graças ao Estágio Sênior da CAPES, realizado em 2017 e 2018, junto a essa instituição.

<sup>3</sup> Pierucci (2004, p. 9), na verdade, seriam “tantos e de tamanhos tão diversos os acréscimos feitos por Weber à segunda edição”, que teríamos mesmo duas versões da EPEC. Para ele, “Chamemos então de versão original aquela publicada na revista *Archiv*, em duas partes e em dois momentos consecutivos, 1904 e 1905. E chamemos de versão final a edição de 1920 (ano também final da vida de Weber), aquela que se permite dizer as coisas numa linguagem mais precisa na forma e mais segura na atitude”. De todo modo, segundo o próprio Weber (2004, p. 26), “A todo aquele que (contra minha expectativa) se interessar, deixo a tarefa de cotejar as duas versões para se convencer de que: não suprimi, alterei, atenuei uma única frase sequer do meu ensaio que contivesse qualquer afirmação essencial no conteúdo, nem acrescentei argumentos que no conteúdo divergissem da primeira versão. Não havia motivo algum para fazê-lo”. Não seria aqui o lugar de desenvolver essa questão, mas, segundo Nielsen (2003), as mudanças acabaram efetivamente por alterar certos sentidos expostos na primeira versão.

<sup>4</sup> McKinnon (2010, p. 110) lembra que o próprio Weber,

para a abordagem comparativa”.<sup>6</sup> De certa forma, até então, aquelas preocupações se davam a partir de esquemas universais nos quais as sociedades se moviam através de um conjunto de estágios. Nesse sentido, “Weber muda o foco para a análise comparativa, buscando identificar o que seria único e distinto sobre sociedades particulares”.

Por sua vez, Kalberg (1996, p. 49) indica vários outros alcances da EPEC. Segundo ele, para além de oferecer “muito mais do que uma análise das origens de um ethos econômico moderno e mesmo muito mais do que um estudo das formas pelas quais ideias influenciaram o desenvolvimento do capitalismo moderno no Ocidente”, essa obra de Weber deveria ser compreendida “também em termos de suas muitas contribuições teóricas à sociologia”.

Entre essas contribuições, Kalberg (1996) aponta o tratamento das relações entre história e sociologia, tradição e mudança social, interesses econômicos e forças culturais, capitalismo e valores, níveis micro e macro de análise, passado e presente, e ação individual e formação de grupos.

Como já é quase um senso comum, há, na EPEC como em vários outros momentos e partes das obras de Weber, um intento de, como ele mesmo indicava, “crítica positiva ao materialismo histórico” (Gerth; Mills, 1982, p. 82). Esse intento, que atravessa suas obras, fez com que Weber fosse tomado como uma espécie de antídoto ao pensamento de Marx e ao marxismo, tendo sido utilizado como arma de combate para quase todos aqueles que buscavam criticar ou até mesmo erradicar Marx e o marxismo do cenário intelectual. Por óbvio, essas visões forçaram a mão, empurrando a perspectiva esposada por Weber para certo *corner*, digamos, muitas vezes distante de suas preocupações efetivas.<sup>7</sup>

Será o próprio Weber (2008, p. 118) que,

<sup>6</sup> Todas as citações das obras referidas em inglês e francês neste artigo são de tradução do autor.

<sup>7</sup> Para uma visão mais detalhada sobre o “diálogo implícito” entre Weber e Marx, ver Löwy (1971,1989).

em determinado momento, mesmo que o trazendo de forma interessada para seu campo, indica seu reconhecimento elogioso à obra de Marx, sobretudo à sua capacidade de construções de “tipos ideais”. Para ele, Marx, “este grande pensador”, seria o exemplo “de longe o mais importante de construções de tipo ideal”. Ainda que não só, muito do que chamava de materialismo histórico ingênuo tinha a ver com formulações de Karl Kautsky,<sup>8</sup> que considerava esquemáticas.

A partir da tentativa de explicitação dos nexos “entre certas formas da fé religiosa e certas formas da ética profissional” (2004, p. 83), que, segundo o próprio Weber, já teriam sido avançadas, ainda que de forma limitada, por Bernstein,<sup>9</sup> a EPEC apresenta uma hipótese de desenvolvimento do capitalismo moderno.

O capitalismo hodierno, dominando de longa data a vida econômica, educa e cria para si mesmo, por via da seleção econômica, os sujeitos econômicos – empresários e operários – de que necessita. E, entretanto, é justamente esse fato que exhibe de forma palpável os limites do conceito de “seleção” como meio de explicação de fenômenos históricos. Para que essas modalidades de conduta de vida e concepção de profissão adaptadas à peculiaridade do capitalismo pudessem ter sido “selecionadas”, isto é, tenham podido sobrepujar outras modalidades, primeiro elas tiveram que emergir, evidentemente, e não apenas em indivíduos singulares isolados, mas sim como um modo de ver portado por grupos de pessoas (Weber, 2004, p. 83).

Logo em seguida, Weber sinaliza diretamente contra que tipo de concepção ele se posicionaria.

<sup>8</sup> É conhecida a importância e o papel desempenhado por Karl Kautsky no cenário do marxismo da época. Na nota 188 da EPEC, página 246, Weber indica que “[Em outra oportunidade] falaremos da exposição [extremamente esquemática] de Kautsky sobre o movimento anabatista e sua teoria do ‘comunismo herético’ (no primeiro volume da mesma obra)”. Weber tece esse comentário sobre Karl Kautsky, após valorizar as contribuições apresentadas por Eduard Bernstein.

<sup>9</sup> Segundo Weber (2004, p. 269), na nota 278, a quem Bernstein teria mesmo emprestado material sobre o tema, “Seus argumentos foram os primeiros a sugerir essas importantes conexões. Mas o nexo é bem mais amplo do que ele supõe. Pois o decisivo não era a simples acumulação de capital, mas a racionalização ascética da vida profissional como um todo”.

Portanto, é essa emergência de um modo de ver que se trata propriamente de explicar. Só alhures teremos ocasião de tratar do pormenor daquela concepção do materialismo histórico ingênuo segundo a qual “ideias” como essa são geradas como “reflexo” ou “superestrutura” de situações econômicas (Weber, 2004, p. 48)

Contudo, Weber alerta para o equívoco de uma condução que simplesmente substitua o que seria uma visão determinista e limitada por outra do mesmo tipo, apenas partindo de perspectiva diferente. Segundo ele,

... não se deve de forma alguma defender uma tese tão disparatadamente doutrinária que afirmasse por exemplo: que o “espírito capitalista” (sempre no sentido provisório dado ao termo aqui) pôde surgir somente como resultado de determinados influxos da Reforma [ou até mesmo: que o capitalismo enquanto sistema econômico é um produto da Reforma]. Só o fato de certas formas importantes de negócio capitalista serem notoriamente mais antigas que a Reforma impede definitivamente uma visão como essa (Weber, 2004, p. 82).

Mas, então, do que se trataria finalmente e qual seria seu projeto em termos efetivos?

Trata-se apenas de averiguar se, e até que ponto, influxos religiosos contribuíram para a cunhagem qualitativa e a expansão quantitativa desse “espírito” mundo afora, e quais são os aspectos concretos da cultura assentada em bases capitalistas que remontam àqueles influxos (Weber, 2004, p. 82).

Mais do que a substituição de uma interpretação causal “materialista” por outra “espiritualista”, Weber, na passagem, talvez não por acaso, fecha a EPEC, o que lhe dá considerável destaque, indicando a condição de possibilidade das duas e qual teria sido seu intento ao longo da obra.

[O que aqui se tentou foi apenas, se bem que num ponto único, mas importante, fazer remontar a seus motivos o fato e o modo de sua influência.] Mas depois, ainda seria preciso trazer à luz o modo como a ascese protestante foi por sua vez influenciada, em seu vir-a-ser e em sua peculiaridade, pelo conjunto das condições sociais e culturais, também e especialmente as econômicas. Porquanto, embora o homem moderno, mesmo com a melhor das boas vontades, geralmente não seja capaz de imaginar o efetivo al-

cance da significação que os conteúdos de consciência religiosos tiveram para a conduta de vida, a cultura e o caráter de um povo, não cabe, contudo, evidentemente, a intenção de substituir uma interpretação causal unilateralmente “materialista” da cultura e da história por uma outra espiritualista, também ela unilateral (Weber, 2004, p. 167).<sup>10</sup>

Em vários momentos de seus trabalhos, Weber deu ênfase, a mais ou a menos, ao que poderia ser a relevância das duas perspectivas.<sup>11</sup> De todo modo, nas últimas linhas da EPEC, ele assinala a possibilidade de ambas. Contudo adverte que, “se tiverem a pretensão de ser, não a etapa preliminar, mas a conclusão da pesquisa, igualmente pouco servem à verdade histórica.” (Weber, 2004, p. 167).

Em todas essas passagens, depreende-se a importância das “afinidades eletivas” na efetivação dos nexos que Weber busca reconhecer “entre certas formas da fé religiosa e certas formas da ética profissional” (Weber, 2004, p. 83). Na edição brasileira de 2004, o termo “afinidades eletivas” aparece no fim do terceiro capítulo da primeira parte. Pode-se ver como, diferentemente de outros termos importantes na operação Weberiana presentes na obra, ele não é alvo de uma definição explícita.<sup>12</sup> Fica claro que ele tem centralidade no fazer-se analítico weberiano, pois se opera com ele, mas não se lhe dá maior definição.

Em face da enorme barafunda de influxos recíprocos entre as bases materiais, as formas de organi-

<sup>10</sup> Schluchter (2005, p. 669-670) indica que, na EPEC, descobre-se o modelo pluridimensional de análise de Weber. Nesse estudo, para ele, “Weber apoia sua pesquisa em um dos flancos da relação de causalidade, como ele mesmo dirá mais tarde [...] – a saber: a influência de uma religião de cultura sobre a disposição do espírito econômico e não o caráter condicionado pelas classes (e as ordens) desta religião de cultura. Entretanto, uma apresentação formal não deve ocultar um estado intermediário – a adaptação do modelo religioso de interpretação ao desejo de certeza de salvação por aquele que crê. Uma dupla mudança de nível é, então, necessária para explicar a aparição do “espírito” do capitalismo moderno.

<sup>11</sup> Gerth e Mills (1982, p. 82) chamam a atenção para o fato de que, diferentemente da EPEC na qual iniciaria com concepções religiosas, Weber, “Em seus últimos ensaios [...] começa sua análise da China, por exemplo, com capítulos sobre as bases econômicas”.

<sup>12</sup> Como veremos posteriormente neste texto, isso abrirá, entre os intérpretes de Weber, um conjunto de análises, indagações e desenvolvimentos acerca da questão, estando Michael Löwy aí incluído.

zação social e política e o conteúdo espiritual das épocas culturais da Reforma, procederemos tão só de modo a examinar de perto se, e em quais pontos, podemos reconhecer determinadas “afinidades eletivas” entre certas formas da fé religiosas e certas formas da ética profissional. Por esse meio e de uma vez só serão elucidados, na medida do possível, o modo e a direção geral do efeito que, em virtude de tais afinidades eletivas, o movimento religioso exerceu sobre o desenvolvimento da cultura material. Só depois [quando isso estiver estabelecido de forma razoavelmente inequívoca] é que se poderá fazer a tentativa de avaliar em que medida conteúdos culturais modernos são imputáveis, em sua gênese histórica, àqueles motivos religiosos e até que ponto se devem a outros fatores (Weber, 2004, p. 83).

Gerth e Mills (1982) chamam a atenção que o conceito de “afinidades eletivas” seria decisivo na perspectiva de Weber, a de relacionar “ideias” e “interesses materiais” no que seria uma forma mais complexa, opondo-se às visões de mera “correspondência”, “reflexo” ou “expressão”. Nesse sentido, qualquer concepção determinista estaria interdita. McKinnon (2010), por sua vez, assinala que essa visão de Gerth e Mills (1982) foi bastante influente na sociologia americana do pós-guerra, servindo de certa contraposição às posições marxistas. Ele chama a atenção também para o fato de que, em muitos momentos de sua obra, Weber usa a mesma noção não apenas para relacionar “ideias” e “interesses”, mas também “ideias” e “ideias”, bem como “interesses” e “interesses”.

Ainda que não tenha produzido propriamente um debate sobre ele, o uso do termo “afinidades eletivas” deu origem a variada interpretação, seja pela verificação ou não de sua reduzida definição, seja também por conta das vias de sua incorporação por Weber. Não caberia aqui um detalhado olhar sobre a trajetória do termo “afinidades eletivas”. Isso, ainda que guardando as diferenças entre eles, já foi feito de forma até exaustiva, entre outros, por Howe (1978), Thomas (1985), Löwy (1996) e McKinnon (2010).

A partir desses estudos, pode-se traçar uma trajetória que teria se desenvolvido desde a alquimia medieval, passando, entre outras,

pelas químicas francesa e sueca do século XVIII e pela literatura alemã do século XIX, via Goethe. Weber incorporaria o termo que, de certa forma, já tinha ampla circulação nos meios intelectuais de sua época, deslocando-o para o interior das ciências sociais.<sup>13</sup>

O trabalho Howe (1978, p. 373) talvez seja o primeiro que sinaliza a informalidade e a pouca definição que Weber dá às “afinidades eletivas”, indicando que o químico sueco Torborn Bergman, ainda que não tenha sido seu criador, foi um dos mais famosos expoentes da teoria da afinidade eletiva.<sup>14</sup> Em seu livro, *De attractionibus electivis*, de 1775, que chegaria à Alemanha em 1783 e seria traduzido como *Wahlverwandtschaft* (“afinidade eletiva”), ele define o que seria “afinidade eletiva”:

Suponha-se que A seja uma substância pela qual outras substâncias heterogêneas a, b, c e d têm uma atração; suponha-se ainda que “A” combinado com “c” à saturação (esta união se chamaria “Ac”) deve, com a adição de “b”, tender a unir-se com “b” excluindo “c”. “A” é então dito atrair “b” mais fortemente do que “c”, ou de ter uma atração eletiva mais forte por ele. Por último, deixemos que a união “Ab”, com a adição de “a”, seja quebrada, e “b” seja rejeitado, e “a” seja escolhido em seu lugar. Daí, tem-se que “a” excede “b” em poder atrativo e teremos uma série de a, b, c no que tange à eficácia. O que eu chamo de atração, outros denominam de afinidade (Howe 1978, p. 373)

<sup>13</sup> Howe (1978, p. 370-371) sinaliza para o fato de que os contemporâneos de Weber consideravam uma rica expressão do conflito entre a ordem natural e a ordem social e moral. Conhecer o significado de “afinidades eletivas” era fazer parte de uma determinada “ordem de discurso” de uma elite humanisticamente educada. Contudo, aos demais, poderia soar absurda e uma contradição a junção dos dois termos “uma vez que *Verwandtschaft* (afinidade) denotava relação de sangue, enquanto *Wahl* (eletiva) sugeria uma escolha nessas matérias.”

<sup>14</sup> Segundo Howe (1978, p.374) as ideias de afinidade e afinidade eletiva começam sua trajetória no século XIII, com o trabalho do alemão Albertus Magnus, impresso no século XVI. Já no século XVII, “o termo era usado com alguma frequência”. Ele está presente também, no século XVII, por exemplo, em formulações do alquimista ou químico alemão Johann Glauber. No século XVIII, o químico francês Etienne-Francoise Geoffroy “deu um passo importante na sua consolidação ao propor uma lei com relação às diferentes afinidades observadas na química entre diferentes substâncias”. Em 1775, dar-se-ia o ápice do desenvolvimento da teoria da afinidade eletiva na química, com o trabalho do químico sueco Torborn Bergman. Löwy (1999) inclui o trabalho do holandês Hermanus Boerhave, da primeira metade do século XVIII, nessa trajetória.

Seguindo o percurso de apropriação e de uso do termo, bem como de seu sentido, Howe (1978) indica que será essa ideia a incorporada como uma metáfora química por Goethe, em seu romance *Afinidades Eletivas*, de 1809, e também que depois será usada por Weber em diversos momentos de suas análises sociológicas. E, a partir daí, vai seguir outra longa carreira no interior das ciências sociais.

## LÖWY E AS AFINIDADES ELETIVAS

Caberia, agora, verificar em maior detalhe a análise de Löwy sobre a questão. Dois de seus artigos (Löwy, 1999, 2004) tratam mais diretamente do conceito de “afinidades eletivas”. No primeiro, ele traça a trajetória do conceito, da alquimia às ciências sociais, dando ênfase ao uso dele feito por Weber, e, aí, já indicando suas limitações. Mais que isso, há um esforço importante e produtivo, apresentando um desenvolvimento na elaboração do conceito, bem como a apresentação de como o próprio Löwy o utiliza em suas análises, fornecendo importante exemplificação de como faz o conceito trabalhar. No segundo, o foco é centrado nas questões trazidas pelo uso weberiano, apresentando os contextos e as formas pelas quais o conceito é operado por Weber em diversos momentos de suas análises.

Apesar de outros autores terem indicado, como já mencionamos, a importância do conceito na obra de Weber e terem buscado elucidar debates e elaborações, Löwy será aquele que não só se deterá mais no tratamento dele, bem como será aquele que buscará utilizá-lo de forma ativa. Algo que faz chamando a atenção para o alcance dessa operação. Segundo ele, ainda que não se deseje, com isso, substituir outros paradigmas analíticos, explicativos ou compreensivos, “o conceito de afinidade eletiva pode constituir um novo ângulo de abordagem, até então pouco explorado, no campo da Sociologia da Cultura” (Löwy 2004, p. 102).

A forma ativa com que faz suas aproximações e operações com a perspectiva de Weber precisa ser assinalada, para além daquela que já faz quanto ao conceito de “afinidades eletivas”. Não nos parece que se tenha uma “incorporação” passiva e acrítica de Weber.<sup>15</sup> Antes se tem uma aproximação que mantém distância crítica sobre diversos aspectos. Löwy aponta os limites de certos postulados metodológicos de Weber, como, por exemplo, o da neutralidade axiológica nas ciências sociais (1987), ou nos limites e problemas das formulações de Weber acerca do desenvolvimento do capitalismo, frente à proposição avançada por Marx 1971 e 2002.

Na percepção de Löwy (1996, p. 432), apesar das claras diferenças reais de teoria e método, e, mais ainda, políticas, entre Marx e Weber, é possível buscar convergências, principalmente quando se trata dos efeitos do capitalismo e de uma crítica a ele. Em suas próprias palavras, o programa seria uma apropriação “de conceitos Weberianos como ferramentas analíticas complementares à dialética marxiana”. A ideia seria a de “desenvolver uma crítica mais profunda e (muitas vezes) mais radical do capitalismo”. Nesse sentido, o conceito de marxismo weberiano mostraria sua relevância teórica e prática, tendo “significância heurística e política”.

No trato com o conceito de “afinidades eletivas” usado por Weber, Löwy (1999) traça o percurso seguido, como já dissemos, por outros autores. Contudo, dá ênfase especial à perspectiva dos alquimistas sobre o processo de “afinidades eletivas”. Segundo, por exemplo, o alquimista holandês Hermanus Boerhave, com forte carga metafórica sentimental e erótica, ocorre a atração dos elementos, sua fusão, exclusão e a produção de elementos novos a partir daí. Tal visão será a incorporada por Goethe. Essa “novidade”, surgida do proces-

<sup>15</sup> Essa postura *irrequieta*, ou, como já se disse, *insubordinada*, tem sido sua marca também, diga-se, dentro da tradição marxista e na lida com a obra marxiana.

so, se torna de interesse central para Löwy.<sup>16</sup> Nesse sentido, ele indica que, no uso weberiano, “se guarda a acepção antiga de escolha recíproca, atração e combinação, mas a dimensão da novidade parece desaparecer.” (Löwy, 1999, p. 43).

Para Löwy (1999, p. 43), o conceito é importante no construto weberiano, tendo em vista que se trataria de ultrapassar “a abordagem tradicional em termos de causalidade e de contornar, assim, o debate sobre a primazia do ‘material’ ou do ‘espiritual’”. É a partir dessa mirada que Weber buscaria dar conta das relações complexas e sutis entre “a ética protestante e o ‘espírito’ do capitalismo”.

Na visão de Löwy, “Weber busca mostrar a existência de elementos convergentes e análogos entre os dois termos”. E, a partir dessas analogias profundas, “uma relação de afinidade eletiva entre a ética protestante e o espírito do capitalismo vai se desenvolver, do século XVII ao XIX, na Holanda, na Inglaterra e nos Estados Unidos” (Löwy, 1999, p. 43).

Será graças a essa relação de afinidade eletiva que “a concepção puritana de existência vai favorecer a tendência a uma vida burguesa economicamente racional e vice-versa” (Löwy, 1999, p. 43). Em termos dos resultados de seus procedimentos, Weber nos remeteria, assim, para “uma relação interna rica e significativa entre duas configurações” (Löwy, 1999, p. 44).

De certa forma, o que Löwy faz até aqui seria quase uma descrição do uso weberiano do procedimento. Contudo, ele se deslocará dessa descrição para um esforço de elaboração detalhada do conceito. Partindo, a um só tempo, do uso weberiano e da história anterior do termo, Löwy sugere, inclusive, uma definição:

Trata-se do processo pelo qual duas formas culturais – religiosas, literárias, políticas, econômicas etc. – entram, a partir de certas analogias ou correspondências estruturais, em relação de influência recíproca, escolha mútua, convergência, simbiose e mesmo, em certos casos, fusão (Löwy, 1999, p. 44).

<sup>16</sup> Löwy indica que, em Goethe, incorporando a fórmula de Boerhave, haveria afinidade eletiva quando dois seres ou elementos se buscam um ao outro, se atraem, se combinam e, em seguida, ressurgem dessa união íntima de uma forma renovada e imprevista.

Em seu trabalho de elaboração, Löwy assinala que a afinidade eletiva comporta múltiplos níveis ou graus. Ele indica que esses níveis seriam quatro. O primeiro, o de uma afinidade pura e simples, aquela de parentesco espiritual. Aqui, tratar-se-ia de uma correspondência ainda estática. Teríamos a “possibilidade”, mas ainda não a “necessidade de uma convergência ativa, de uma atração eletiva”. As condições históricas e sociais concretas seriam fundamentais para a dinamização do processo (Löwy, 1999, p. 44).

O segundo nível seria aquele em que “a eleição, a atração recíproca, a escolha mútua de duas configurações socioculturais conduzem a certas formas de interação, de estimulação recíproca e convergência” (Löwy, 1999, p. 44). Se elas eram estáticas no nível um, nesse segundo nível, teríamos um começo de dinamização de analogias e correspondências. Ainda assim, as duas estruturas permaneceriam separadas. Seria exatamente nesse nível que estaria situada a afinidade eletiva de Weber.

No terceiro nível, “a articulação, combinação ou ‘aliança’ entre os parceiros pode ter como resultado diferentes modalidades de união: a) a que se pode chamar de “simbiose cultural”, em que as duas figuras permanecem distintas, mas são organicamente associadas; b) a fusão parcial; e c) a fusão total.” (Löwy, 1999, p. 44).

No quarto nível, teríamos “a criação de uma figura nova, a partir da fusão dos elementos constitutivos” (Löwy, 1999, p. 44). Para Löwy, é difícil distinguir, de forma clara, os últimos dois níveis. Além disso, segundo ele, “estes dois últimos níveis da afinidade eletiva, sugeridos pelo sentido alquimista e ‘Goetheano’ do termo, estão ausentes da análise weberiana” (Löwy, 1999, p. 44).

Em todo esse processo, como foi visto, certas condições históricas jogam um papel fundamental, pois são elas que, de uma forma ou de outra, podem tanto favorecer o desenvolvimento do processo quanto obstá-lo. Segundo Löwy, faz-se “necessária uma determinada

constelação [...] de fatores históricos, sociais e culturais para que se estabeleça [...] um processo de *attractio electiva*, de ‘simbiose’, de seleção recíproca, de reforço mútuo e, mesmo, em certos casos, a fusão de duas figuras espirituais” (Löwy, 1999, p. 45).

Löwy defende que o conceito de “afinidades eletivas” pode ser aplicado a variados domínios, permitindo que se compreenda “certo tipo de conjunção entre fenômenos aparentemente disparatados, no seio do mesmo campo cultural (religião, filosofia, literatura) ou entre esferas sociais distintas: religião e economia, mística e política, etc.” (Löwy, 1999, p. 45).

Dois pontos importantes precisam ser relevados. Um deles é que o processo de afinidades eletivas “dá conta de processos de interação que não resultam nem da causalidade direta, nem da relação ‘expressiva’ entre forma e conteúdo (uma forma religiosa sendo, por exemplo, a ‘expressão’ de um conteúdo político ou social.” (Löwy, 1999, p. 45). O outro é que não se pode confundir afinidade eletiva com “simples parentesco ideológico inerente às diversas variantes de uma mesma corrente social ou cultural”. Löwy chama a atenção para o fato de que a “eleição e a escolha recíproca, implicam uma distância prévia, uma distância cultural que deve ser coberta, uma descontinuidade ideológica” (1999, p. 45).

Ao analisar os usos que Weber faz do conceito de afinidades eletivas ao longo de sua obra, Löwy (2004, p. 96) identifica pelo menos dez modalidades nesse sentido. Três delas seriam relativas a formas internas em um mesmo campo. Uma interna ao campo religioso, que dá conta de relações entre formas religiosas distintas. Outra interna ao campo econômico nas relações entre o “espírito” do capitalismo e as formas de organização econômica capitalistas. Por último, outra interna ao campo cultural.

As demais sete modalidades não seriam internas a apenas um campo específico, mas perpassariam campos distintos. Uma daria conta da relação entre as formas estruturais de

ação comunitária e as formas concretas da economia. A quinta trataria da relação entre uma ética religiosa e um *ethos* econômico. A sexta, da relação entre formas religiosas e formas políticas. A sétima daria conta da relação entre estruturas econômicas e formas políticas.<sup>17</sup> Uma oitava, entre classes sociais e ordens religiosas. A nona daria conta da relação entre visões de mundo e interesses de classes sociais. E, por último, aquela que trataria da relação entre estilos de vida de uma classe social e certos estilos de vida religiosos.

Löwy (2004) considera que essa tentativa de classificação tem sua importância, mas precisaria ser relativizada, na medida em que tais divisões não seriam estanques e sempre se poderiam fazer novos cotejos e cruzamentos. Na obra de Weber, teríamos mais indicações de como esse processo trabalha do que propriamente definições precisas sobre ele.

Com efeito, Weber lança mão de vários conceitos em torno do processo de afinidade eletiva. Por exemplo, lembrando que seriam sinônimos nem equivalentes, Löwy indica: adequação, parentesco interior, afinidade de sentido e congruência. De todo modo, Löwy aponta que Weber fornece indicações esparsas que podem garantir pistas importantes. Agregando algumas dessas passagens de Weber, Löwy constrói o seguinte sentido:

Quando dois elementos – por exemplo, um sistema social e um “espírito” cultural – são ligados por “um grau de adequação particularmente elevado”, entram em relação de afinidade eletiva. Eles se adaptam ou se assimilam reciprocamente (*aneinander anzugleichen trachten*), até que, finalmente, “o desenvolvimento de uma íntima e sólida unidade se instale”. Ou então, o nível de *Wahlverwandtschaft* entre uma ação comunitária e uma forma de economia depende do tipo de vínculo ativo que se estabelece entre os dois: “se e com qual intensidade eles favorecem reciprocamente sua existência ou, ao contrário, a entram ou excluem; são reciprocamente ‘adequados’ ou ‘inadequados’. Nós falaremos com frequência de tais relações de adequação” (Löwy, 2004, p. 99).

<sup>17</sup> Neste caso específico, Löwy (2004) indica que o único exemplo de uso seria de uma afinidade “negativa”, por exemplo, entre capitalismo e democracia, que ele considera bastante significativo.

## ALGUMAS REPERCUSSÕES

O esforço de elaboração e uso do conceito de afinidades eletivas por Löwy trouxe contribuição importante e reconhecida nas discussões sobre o tema. Löwy está certo ao afirmar que não se produziu um debate propriamente dito sobre o conceito em questão. Contudo não se pode deixar de indicar que seu trabalho produziu efeitos no campo.

Para o que nos tange aqui em termos temáticos, sobre o conceito de “afinidades eletivas”, sua elaboração e operação por Löwy, Boer (2010), partindo de uma posição diametralmente oposta, dedica todo um capítulo de seu trabalho sobre Marxismo e Teologia às contribuições de Löwy aos estudos acerca da religião, dando ênfase exatamente aos aspectos de nosso interesse. Boer (2010) considera que Löwy, na tentativa de aproximar Marx de Weber, acaba por, em muitos momentos, colocar Marx em segundo plano, “tocando um segundo violino” para Weber.

O ponto central dos questionamentos de Boer (2010) sobre os desenvolvimentos de Löwy reside na indagação de se o uso da dialética,<sup>18</sup> segundo ele desaparecida, ou ao menos bastante esmaecida, não daria conta, até de forma mais complexa e profunda, dos fenômenos com os quais se buscaria lidar via o uso da *démarche* das “afinidades eletivas”.

Outro ponto, aí relativo diretamente à tentativa de elaboração do conceito, Boer (2010) indaga se os níveis de “afinidade” avançados por Löwy seriam ou não sequenciais em termos de seu ordenamento e acerca da importância da “novidade” surgida a partir daí, que Löwy teria trazido da herança alquimista da trajetória do conceito, também incorporada por Goethe, embora, nesse particular, como

<sup>18</sup> Nesse sentido, Boer (2010, p. 165) menciona, por exemplo, as contribuições de Louis Althusser e seu “esforço bastante conhecido de dar novo sentido às várias esferas da cultura, política, religião, educação, justiça e economia enquanto domínios semiautônomos que interagem com outros. O econômico, então, se tornaria o domínio determinante apenas em última instância”. Para Boer (2010), a afinidade eletiva seria um modo de falar dessas relações dialéticas entre essas zonas semiautônomas.

indicado pelo próprio Löwy, não presente em Weber.

A própria análise dialética deveria ser aplicada à trajetória proposta por Löwy acerca do percurso do conceito da alquimia à sociologia. Isso teria sido feito sem uma maior análise desse trajeto, de seus *porquês*, de suas próprias “afinidades” e “atrações”.

Boer (2010, p. 166) critica também a forma como a “afinidade eletiva” é construída por Löwy. Ele chama a atenção para o fato de que, ao incorporar de Weber a ideia de um procedimento analítico via a construção de tipos ideais, Löwy se pautaria por um tipo de construção em que as duas pontas da relação tenderiam a ser iguais e autônomas, vindo em pares e com histórias que não são exploradas em grande detalhe. Assim, temos que o messianismo judeu é um tipo ideal, assim como os judeus intelectuais do final do século XIX, bem como a teologia da libertação o é. Dessa forma, os parceiros possíveis para a afinidade eletiva são, invariavelmente, duas entidades distintas que entram em contato através de um processo de escolha mútua. Em outras palavras, mais do que dois monólitos inertes de madeira, agência e decisões conscientes de engajar são cruciais. E se esses monólitos não forem tão iguais, ou até que um seja bem mais forte que o outro? Ele não dominaria a afinidade eletiva fazendo dela algo muito menos eletivo?

De todo modo, apesar de suas críticas, Boer (2010, p. 167-168) considera a possibilidade de uso do “método” da afinidade eletiva. Contudo, de seu ponto de vista, ele considera que isso teria utilidade para pensar o encontro de dois corpos de pensamento e ação e quando esse engajamento tem lugar a partir da escolha consciente dos participantes nesses movimentos. Para ele, o uso do conceito de afinidades eletivas, para ser útil, deveria incluir, necessariamente,

... fatores tais como parceiros desiguais, a possibilidade de padrões complexos de influência que se movam em ambas direções, a presença de mais de

dois tipos ideais e de um movimento para além dos tipos ideais no sentido de fronteiras permeáveis entre eles, e a história dos mesmos prévia à interação (Boer, 2010, p. 167-168).

Por seu turno, ao analisar os intérpretes de Weber acerca da questão das “afinidades eletivas”, McKinnon (2010, p. 111), dialogando diretamente com os trabalhos de Löwy, chama a atenção para o fato de que, ainda que ele argumente que Weber teria derivado

... a noção de afinidade eletiva do uso metafórico feito por Goethe, ele mudaria sua atenção para o sentido do termo em uma tradição da química que, de há muito, havia perdido circulação na época de Weber. Mais ainda, Löwy complica a questão ao tentar entender o termo em todos os trabalhos de Weber de forma sinóptica, sem dar devida atenção à questão de como o conceito pode ter mudado nos textos de Weber ao longo do tempo (McKinnon, 2010, p. 111)

De toda forma, McKinnon (2010) reconhece que Löwy está correto ao assinalar que a analogia química é central para a compreensão do conceito de afinidade eletiva em Weber. Contudo, como para outros intérpretes de Weber sobre a questão, McKinnon (2010) aponta para o fato de que todas essas análises poderiam ter se beneficiado de uma atenção mais detalhada à fonte das três origens reconhecidas da analogia de Weber: o romance *Afinidades Eletivas*, de Goethe, o qual será seu próprio ponto de análise.

Já a crítica feita por Duran (2014) parte da perspectiva de que “afinidades eletivas”, que portaria um alto rendimento literário, seria mais uma “noção” do que propriamente um “conceito”. Em sua visão, seria difícil tirar vantagem, mais do que qualquer outra coisa, para além de uma dimensão essencialmente descritiva em seu uso. Ela teria, por certo,

... um grande poder de evocação. Mas esta expressão significativa, que exprime um processo de convergência entre duas ordens de realidade, não vai além da descrição de um processo e não permite explicar o que o produziu de outra forma que não seja pela evocação pouco precisa ‘das condições históricas e sociais concretas’. (Duran, 2014, p. 208-209).

Nesse sentido, segundo Duran (2014),

seria pouco suficiente entabular uma distinção de níveis ou graus de afinidade sem fornecer uma devida justificação. Ele considera a potência real de evocação da noção, contudo sinaliza para o fato de que “ela dá conta de uma situação, que ela não explica, ao mesmo tempo em que dá espaço para muitas flutuações em seus usos potenciais.” (Duran, 2014, p. 209).

De forma sintética, essas leituras críticas das formulações de Löwy diriam o seguinte: McKinnon (2010) argumenta que teria sido mais interessante analisar uma possível dinâmica, e seu desenvolvimento e mudança no tempo, nas formas de operação de Weber com o conceito. Tanto McKinnon (2010) quanto Boer (2010) assinalam o interesse e a busca pela remota origem e fundamentação dada pelos alquimistas para o processo de “afinidades eletivas”. Fazendo uma análise mais direta dos elementos pelos quais Löwy constrói sua definição de “afinidades eletivas”, Boer (2010) aponta o que seriam suas limitações, inclusive indagando se o método dialético não daria conta do que se buscaria com as “afinidades eletivas”, bem como sugere possíveis novos elementos para essa elaboração e uso renovado do procedimento. Já Duran (2014) chamaria a atenção para as especificidades e os limites do uso da noção e, assim, para as dificuldades apresentadas pelas tentativas de (re) elaboração da mesma.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de elaboração e uso do conceito de “afinidades eletivas” tem sido uma contribuição importante de Löwy para o pensamento sociológico, concorde-se ou não com seus resultados. Seus estudos e seu engajamento político têm trazido essa marca. A literatura sobre o tema reconhece isso de uma forma ou de outra, seja referenciando seu trabalho e incorporando sua perspectiva, seja, ainda, ao criticá-la.

Ao observar o conjunto de trabalhos que tratam especificamente da questão em tela, percebe-se que Löwy foi o único autor até aqui que,

para além da percepção do que teria sido uma baixa definição por Weber de um conceito e (ou) de percorrer sua história e suas influências, dedicou-se a um esforço teórico de elaboração sobre essa lacuna. E não apenas isso: Löwy trata de tentar operar com tal elaboração, fazendo-a trabalhar em termos de reflexão e pesquisa.

Thomas (1985), em artigo anterior aos esforços de Löwy, chama a atenção para o fato de que, mesmo seguindo caminhos diferentes, muitos intérpretes de Weber, que indicaram sua indefinição sobre as “afinidades eletivas”, teriam sido mais imprecisos que ele. Não se poderia dizer que Löwy seja impreciso em termos de suas definições sobre o conceito de “afinidades eletivas”. Pelo contrário, há uma tentativa, como vimos, bastante efetiva de seu detalhamento, de definição de níveis etc. E sua extensa produção nessa área deixa explícita sua tentativa também de operar com o conceito que elabora.

Vimos como a literatura não tem muitos consensos sobre a questão das “afinidades eletivas”, salvo talvez acerca de sua centralidade e pouca definição na obra de Weber, e da história percorrida por sua formulação e uso nas diversas áreas. Uns consideram que “afinidades eletivas” seria um método; para outros, seria um conceito; para alguns, apenas uma noção. Nesse campo diverso, Löwy produziu efeitos interessantes, que podem servir tanto como porto seguro de chegada quanto para novas partidas e aventuras.

Recebido para publicação em 20 de janeiro de 2018  
Aceito em 28 de maio de 2018

## REFERÊNCIAS

ALLEN, K. *Weber: sociologist of empire*. London: Pluto Press, 2017.

BESANCENOT, O.; Löwy, M. *Afinidades revolucionárias*. Nossas estrelas vermelhas e negras. Por uma solidariedade entre marxistas e libertários. São Paulo: Edunesp, 2016.

BOER, R. *Criticism of theology: on marxism and theology III*. Leiden: Brill, 2010.

DURAN, P. Cage d'acier ou nécessité de fer, peut-on parler d'un marxisme wébérien? À propos d'un ouvrage de Michael Löwy. *L'Année Sociologique*, Paris, v. 64, n. 1, p. 205-214, 2014.

GERTH, H. H.; MILLS, C. W. Introdução: o homem e a obra. In: Weber, M. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982.

HOWE, R. H. Max Weber's elective affinities: sociology within the bounds of pure reason. *Am. J. Sociol.*, Chicago, v. 84, n. 2, p. 366-385, Sept. 1978.

KALBERG, S. On the Neglect of Weber's protestant ethic as a theoretical treatise: demarcating the parameters of postwar american sociological theory. *Sociological Theory*, Washington, v. 14, n.1, p. 49-70, Mar.1996.

LÖWY, M. Weber et Marx: notes critiques sur un dialogue implicite. In: \_\_\_\_\_. *L'Homme et la société*. [s.l.; s.e.], 1971. p. 73-83. (Lukács Hegel histoire et sociologie, n. 20).

\_\_\_\_\_. *As Aventuras de Karl Marx contra o barão de münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo: Busca Vida, 1987.

\_\_\_\_\_. *Rédemption et utopie: le judaïsme libertaire en europe centrale. Une étude d'affinité élective*. Paris: PUF, 1988.

\_\_\_\_\_. Weber against Marx? The polemic with historical materialism in the protestant ethic. *Science & Society*, Montague Street, v. 53, n.1, p. 71-83, 1989.

LÖWY, M. Marxisme et Christianisme em Amérique Latine. In: \_\_\_\_\_. *Revue Tiers Monde*. Religion, pouvoir et société dans le Tiers Monde. France, July-Sept 1990. t. 31, n. 123, p. 667-682.

\_\_\_\_\_. Figures of weberian marxism. *Theory and society*, [s.l.], v. 25, n. 3, p. 431-446, June 1996.

LÖWY, M. Le concept d'affinité élective en sciences sociales. In: \_\_\_\_\_. *Critique internationale: sciences po university press*. [s.l.; s.e.], 1999. n.2, p. 42-50.

\_\_\_\_\_. Marx, Weber and the critique of capitalism. *Logos*, [s.l.], v.1, p. 77-87, 2002.

\_\_\_\_\_. Le Concept d'affinité élective chez Max Weber. Max Weber, la religion et la construction du social. *Archives de sciences sociales des religions*, France, EHEES, n. 127, p. 93-103, July/Sept. 2004.

\_\_\_\_\_. Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista. *Caderno CRH*, Salvador, v. 26, n. 67, p. 79-86, jan./abr. 2013.

\_\_\_\_\_. Marx, Engels, and ecology. *Capitalism nature socialism*, France, v. 28, n. 2, p. 10-21, 2017.

MCKINNON, A. Elective affinities of the protestant ethic: Weber and the chemistry of capitalism. *Sociological Theory*, Washington, v. 28, n. 1, p. 108-126, 2010.

NIELSEN, D. A. The incredible shrinking protestant ethic. *Int J Polit Cult Soc*, [s.l.], v. 16, n. 4, p. 587-598, 2003.

PIERRUCCI, A. Apresentação. In: \_\_\_\_\_. *Weber, M. A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

\_\_\_\_\_. Economia e sociedade: últimos achados sobre a “grande obra” de Max Weber. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 23, n. 68, p. 41-51, out.2008.

SCHLUCHTER, W. Éléments d'un programme de recherche wébérien. *Revue française de sociologie*, Paris, Editions Technip & Ophrys, v. 46. p. 653-683, 2005.

THOMAS, J. J. R. Ideology and Elective Affinity. *Sociology*, Sage, v. 19, n. 1, p. 39-54, Feb.1985.

WEBER, M. The Protestant ethic debate: Max Weber's replies to his critics, 1907 to 1910. Chalcraft, D. ; Harrington, A. (Orgs.) Liverpool: Liverpool University Press, 2001.

\_\_\_\_\_. *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

\_\_\_\_\_. A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais. In: Cohn, G. (Org.) *Marx Weber: sociologia*. São Paulo: Editora Ática, 2008. p. 79-127.

**A MARXISM OF ELECTIVE AFFINITIES: the sociological adventure of Michael Löwy***Marco Aurélio Santana*

The article analyses the Michael Löwy's work upon the concept of "elective affinity" used by Max Weber. We draw upon Löwy's articles presenting his attempt to build an effective contribution to a more clear definition and use of the concept. The article points out some of the arguments put forward by his critics displaying what would be Löwy's formulation limits. As an introduction we present the sociological context of the most famous appearance of the concept in the Max Weber's book *The protestant ethics and the "spirit" of capitalism* which has been serving for Löwy's research and developments.

KEYWORDS: Elective affinity. Michael Löwy. Max Weber. Protestant ethics. Social theory.

**UN MARXISME DES AFFINITES ELECTIVES: l'aventure sociologique de Michael Löwy***Marco Aurélio Santana*

L'article analyse le travail d'élaboration de Michael Löwy a propos du concept de "affinités électives", utilisé par Max Weber. Dans ce registre, présente ses contributions pour une meilleur définition et opérativité de cet concept, ainsi que quelques répercutions qu'on indiqué ses possibles limites en termes d'élaboration et mise en travail. Avant, en guise de préambule, l'article fait une présentation du contexte sociologique de ses occurrences meilleur connu, a partir du livre *L'éthique protestante et l'esprit du capitalisme (EPEC)*, de Max Weber, que sert de base aux investissements réflexifs de Löwy.

MOTS-CLÉS: Affinités électives. Michael Löwy. Max Weber. Éthique protestante. Théorie sociale.

# MICHAEL LÖWY, LEITOR DE LUKÁCS

Ricardo Musse\*

A reflexão sobre a trajetória intelectual e as obras de Georg Lukács no período compreendido entre 1909 e 1929 constitui parte ponderável dos primeiros escritos de Michael Löwy. O presente artigo acompanha seus comentários, destacando como seu fio condutor os conceitos de anticapitalismo romântico e reificação.

PALAVRAS-CHAVE: Michael Löwy. Georg Lukács. Anticapitalismo romântico. Reificação. Marxismo.

## A EVOLUÇÃO POLÍTICA DE LUKÁCS

O primeiro livro de Michael Löwy sobre Georg Lukács foi *“Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários”* (Löwy, 1979). Trata-se, sem dúvida, da obra mais conhecida e difundida do autor. O livro, publicado na França em 1976 e, posteriormente, traduzido nas principais línguas do Ocidente, é citado na bibliografia da maior parte dos comentários que abordam a obra de Lukács.

A segunda edição em português, de 1998, contém apenas uma modificação, não inteiramente secundária: um título distinto do da edição original. O livro passou a se chamar *“A evolução política de Lukács: 1909-1929”* (Löwy, 1998). No Prefácio à nova edição, Löwy justifica tal metamorfose com uma simples frase, nem por isso menos peremptória: “Trata-se, na verdade, de um livro sobre Lukács e não de uma sociologia dos intelectuais revolucionários” (Löwy, 1998, p. 11).

\* Universidade de São Paulo. Departamento de sociologia. Av. Professor Luciano Gualberto, 315. Cep: 05508-010. São Paulo – São Paulo – Brasil. rmusse@usp.br

A questão do nome não é tão bizantina quanto parece. A oscilação do autor acerca do que seria mais importante em seu livro revela, além de uma mudança no “espírito do tempo”, questões inerentes à estruturação da obra. Ela se compõe de três blocos bem delimitados: o esboço de uma sociologia dos intelectuais revolucionários (na metade inicial do primeiro capítulo e na conclusão); uma breve história das ideias anticapitalistas na Alemanha e na Hungria, no início do século XX; e um longo e preciso acompanhamento da trajetória intelectual de Lukács entre 1909 e 1929, destacando seus textos e suas ideias mais importantes, além das oscilações de sua posição política.

Diante da descontinuidade patente do livro, evidente na enumeração dos assuntos ali tratados, Löwy, sabiamente, evita forçar a mão na articulação entre as partes ou buscar uma relação de causalidade estrita, escapando da armadilha de supor que o exame de um caso particular daria aval a generalizações acerca das causas sociais e ideológicas da passagem dos intelectuais tradicionais às fileiras do movimento operário. De certo modo, a heterogeneidade entre os blocos deriva de uma necessária adequa-

ção do método ao assunto, uma exigência inerente a cada gênero, adaptada cuidadosamente em cada um dos três movimentos.

A tentativa de compreender a conversão dos intelectuais à política revolucionária, examinada em dois momentos-chave – após 1917 e em torno de 1968 –, como o título original indica, é feita no registro sociológico, mais precisamente como um caso particular de um possível alinhamento de setores da “pequena-burguesia” com o proletariado (em situações em que a burguesia nacional desistiu de seu papel revolucionário). A análise marxista das classes, matriz da determinação inicial do objetivo da investigação, se insere num diálogo com a sociologia do conhecimento de Karl Mannheim e com a versão francesa dessa disciplina, capitaneada por Lucien Goldmann. Deriva daí talvez a subordinação da explicação histórica do fenômeno à busca de determinações sociológicas, o que talvez tenha acarretado a mudança do ponto de vista de Löwy acerca da importância dessa parte no conjunto do texto.

Aliás, no “Prefácio à segunda edição”, ele considera que esse bloco do livro envelheceu, sobretudo, quando se leva em conta o momento histórico. Atualmente, a pesquisa acerca da compreensão da trajetória dos intelectuais destaca o movimento inverso: a adesão desse estrato às teses e aos interesses da grande burguesia financeira, fenômeno presente não só no Brasil como em todo o mundo.

No segundo bloco – um estudo sobre a *intelligentsia* radical na Alemanha e na Hungria nas duas primeiras décadas do século XX –, a sociologia cede lugar à história das ideias. Acompanham-se aí, em breves exposições, as críticas – em geral, apenas culturais – ao capitalismo, dos membros dos círculos pelos quais passou Lukács (uma lista que quase se confunde com a enumeração dos intelectuais burgueses mais importantes da época): Ferdinand Tönnies, Theodor Storm, Max Weber, Georg Simmel, Paul Ernst, Robert Michels, Ernst Toller, Ernst Bloch (na Alemanha), Esdre Ady, Ervin Szabo e Karl Mannheim (na Hungria).

No tratamento desse tópico já se manifesta a preocupação de Löwy com a recorrência romântica, tema que se tornará uma das preocupações centrais de sua obra subsequente e será abordado de forma mais desenvolvida em *Revolta e melancolia – o romantismo na contramão da modernidade* (Löwy, 1995). Por *romantismo* ele entende não somente a escola literária do século XIX, mas o grande movimento de protesto contra a civilização capitalista e industrial moderna, geralmente feito em nome de valores do passado, numa linhagem que se estende de Jean Jacques Rousseau ao surrealismo, denunciando as desolações da modernidade burguesa: reificação, mecanização, quantificação, dissolução da vida comunitária, desencantamento do mundo. Em *A evolução política de Lukács* (Löwy, 1998), o autor ainda concebe a trajetória do pensador húngaro e, de certo modo, do próprio Marx como uma passagem do anticapitalismo romântico para a tradição oposta, iluminista e democrática. Sua leitura posterior da obra de Lukács tende, no entanto, a relativizar cada vez mais esse juízo.

Ao renomear seu livro privilegiando a descrição do itinerário de Lukács, Michael Löwy não deixa de fazer justiça à superioridade do terceiro bloco, reconhecida, aliás, pela recepção internacional do livro. Trata-se de uma apresentação, bem amarrada e executada, da obra de Lukács desde *A história da evolução do drama moderno* (1909) até as *Teses de Blum* (1928), passando pelos clássicos *A alma e as formas* (Lukács, [1910] 2015), *A teoria do romance* (Lukács, [1916] 2000) e *História e consciência de classe* (Lukács, [1923] 2003). Nessa parte, o modelo já não é mais a sociologia do conhecimento, nem a história das ideias, mas uma arguta exposição teórica e política da trajetória intelectual de um pensador importante.

Um dos muitos méritos do livro reside na riqueza de informações, no domínio e no manejo de conhecimentos de diversas áreas e também na clareza, isto é, na facilidade de Löwy para destacar e explicar o que há de mais decisivo em obras geralmente pouco acessíveis

(e, de certo modo, quase herméticas) ao leitor não especializado. Trata-se, em suma, de uma aplicação exitosa dos valores próprios da visão educacional do iluminismo.

O itinerário de Lukács é reconstituído, em certa medida, a partir do caminho traçado por ele próprio em uma série de esboços autobiográficos, recapitulações, revisões de sua evolução, “autocríticas”, depoimentos e entrevistas. Löwy filtra com sabedoria essas informações, evitando se fiar sempre na reconstrução levada a cabo por Lukács acerca de sua trajetória. Não é segredo que ela, muitas vezes, se orienta por objetivos políticos imediatos (e feita, em larga medida, sob a pressão do stalinismo). Löwy segue, assim, o preceito materialista segundo o qual cabe, antes, investigar a motivação histórica do agente do que tentar compreendê-lo pela justificativa da ação (em geral, fruto de uma “ilusão”).

A história da economia capitalista e das lutas de classes (num período em que o embate entre burguesia e proletariado ainda ditava os rumos da humanidade) fortalece o esforço de Löwy para evitar o paradoxo de tentar explicar a evolução política de um ativista e intelectual marxista exclusivamente pelos textos dele. Löwy é ciente de que quem procede assim, além de configurar uma rendição metodológica ao idealismo (em grande medida, matriz de histórias das ideias convencionais), recai na suposição metafísica (rejeitada por Marx, Nietzsche e Freud) de que a ação e a orientação de um teórico sejam impulsionadas apenas por suas adesões intelectuais.

Na análise teórica e política de *História e consciência de classe* (Lukács, 2003), Löwy mostra o caráter “leninista” do livro, sem ignorar os artigos que reivindicam explicitamente o legado de Rosa Luxemburg, salientando ainda as críticas de Lukács a Bernstein e Kautsky. Dedica-se, também, apesar do título da segunda edição, à compreensão do itinerário de Lukács após 1929. Encontramos, aí, breves e instigantes comentários acerca das vicissitudes e oscilações de Lukács nesse período. Aqui, Löwy se

dispensa da obrigação de examinar um a um os livros publicados nesses anos, deixando de lado a análise pormenorizada de textos e concentrando-se nas linhas mestras do debate político. É verdade que, na maior parte do livro de Löwy, essa questão se faz presente, ainda que entremeada pela investigação dos pressupostos teóricos, mas é nesse último bloco que a orientação da exposição faz jus plenamente ao novo título do livro, trazendo ao primeiro plano a evolução política de Lukács.

## ROMANTISMO E MESSIANISMO

Após a publicação, em 1976, de *Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários* (Löwy, 1979), Löwy redigiu uma série de artigos sobre Lukács, a maioria reunidos em *Romantismo e messianismo* (Löwy, 1990f). Seu objetivo foi tanto o de desdobrar tópicos pouco desenvolvidos em sua obra inicial como abordar temas que constituíam lacunas em seu primeiro livro. O fio organizador de sua investigação é o conceito de *anticapitalismo romântico*, um tópico apresentado por Lukács que Löwy não hesita em atribuir a uma parcela ponderável da obra do filósofo húngaro.

O primeiro artigo de *Romantismo e messianismo* (Löwy, 1990f), significativamente intitulado *“Marxismo e romantismo revolucionário”* (Löwy, 1990a), consiste na tradução de um texto do livro homônimo editado na França em 1980. Nele, Löwy examina a afinidade do romantismo, seja com a obra de Karl Marx e Friedrich Engels, seja em seu desdobramento em outros autores marxistas, com destaque, como não poderia deixar de ser, para Georg Lukács.

Löwy inicia o artigo indagando sobre o caráter político do romantismo. Diz ele: “Será o romantismo um movimento essencialmente conservador e reacionário? Ou conterà também potencialidades revolucionárias pela sua oposição ao capitalismo e à sociedade burguesa?” (Löwy, 1990a, p. 11). A resposta a essa questão ressalta a ambiguidade da constelação

romântica. Ele salienta como características das manifestações culturais e políticas do romantismo sua nostalgia das sociedades pré-capitalistas e sua crítica ético-social ou cultural do capitalismo.

Essa definição traz em germe a resposta à questão da afinidade entre marxismo e romantismo. Para tanto, o passo seguinte consiste em precisar a compreensão do tópico da nostalgia. Define-a, de modo geral, como “a predominância de valores qualitativos (valores de uso ou valores éticos, estéticos e religiosos), da comunidade orgânica entre os indivíduos, ou ainda o papel essencial das ligações afetivas e dos sentimentos” (Löwy, 1990a, p. 13). Esse quadro de valores indica a rejeição da ordem capitalista “fundada na quantidade, no preço, no dinheiro, na mercadoria, no cálculo racional e frio do lucro, na atomização egoística dos indivíduos” (Löwy, 1990a, p. 13).

Löwy elabora, então, uma classificação segundo a qual os autores românticos, no que tange à sua posição política, podem ser inseridos em quatro correntes: *o romantismo passadista ou retrógrado*, que visa a voltar ao mundo medieval; *o romantismo conservador*, que almeja preservar ou retomar a situação anterior à Revolução Francesa; *o romantismo desencantado*, para o qual o retorno ao passado é impossível, restando resignar-se e conviver com uma ordem social odiosa; *o romantismo revolucionário*, “que recusa, ao mesmo tempo, a ilusão de retorno às comunidades do passado e a reconciliação com o presente capitalista, procurando uma saída na esperança do futuro” (Löwy, 1990a, p. 16).

Depois desse introyto esclarecedor, Löwy adentra propriamente na questão principal do artigo, isto é, nas relações entre o marxismo e o romantismo revolucionário. Avalia Karl Marx como um autor que, embora tenha se desenvolvido no contexto iluminista, jacobino, antifeudal e democrático-revolucionário, possui uma “dimensão romântica inegável, mesmo que este não seja o aspecto dominante de seu pensamento” (Löwy, 1990a, p. 17).

Löwy procura, por conseguinte, rastrear os traços românticos presentes na obra de Marx. Relembra a valorização, no *Manifesto Comunista* (Marx, 2010), das tendências anti-capitalistas das diversas linhagens românticas, bem como sua avaliação da revolução industrial como um movimento ao mesmo tempo libertador e opressor. Além disso, ressalta o interesse de Marx e Engels, a partir de 1860, por certas formações sociais pré-capitalistas como a comunidade primitiva descrita por Morgan e, em menor escala, por certas comunas rurais pré-capitalistas, em especial a russa.

Em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (Engels, 1978), Friedrich Engels é mais contundente que Marx. Recusa a concepção de progresso que apresenta a sociedade capitalista como superior às formas sociais anteriores, ressaltando o caráter contraditório desse processo. Além disso, não hesita em afirmar que, em certos aspectos, a civilização industrial capitalista constitui um retrocesso em relação às comunidades primitivas.

Essa dimensão do marxismo foi, no entanto, sepultada pela geração posterior, matriz de um pensamento radicalmente antirromântico. G. V. Plekhánov ignora o interesse de Marx pela comunidade russa, manifestado em uma série de cartas a Vera Zassulitsh. Autor decisivo no combate teórico às ideias dos *narodniks*, ele concebe a linhagem marxista como essencialmente iluminista, evolucionista e adepta do progresso, determinando, em larga medida, a recepção dessa corrente na Rússia.

Concepção semelhante também vigorou no marxismo alemão, delineando a teoria que serviu de base para a constituição e para a prática política do partido socialdemocrata e, a partir dele, para a Segunda Internacional. Löwy exclui dessa caracterização antirromântica, predominante na passagem do século e nas primeiras décadas do século XX, a obra de Rosa Luxemburg. Ela teria retomado, de certo modo, as considerações e o interesse de Marx e Engels pela comunidade primitiva, como se pode constatar em parte de sua obra, especialmente na sé-

rie de palestras coligidas no livro *Introdução à economia política* (Luxemburg, 1978).

Löwy se debruça com mais vagar no exame da posição de Georg Lukács, dissecando, uma a uma, as múltiplas fases de sua obra. Caracteriza a produção intelectual do jovem Lukács como fortemente impactada pela corrente anticapitalista romântica. Suas referências às formas sociais pré-capitalistas são, no entanto, diferentes das mencionadas por Marx e Engels. Segundo Löwy (1990a, p. 27), “são, antes, certas configurações *culturais*: o universo grego-homérico, a espiritualidade (literária e religiosa) russa, o misticismo cristão, hindu ou judeu”. Ele destaca ainda a proximidade do jovem Lukács do romantismo alemão do final do século XVIII e do início do século XIX, assim como da vertente neorromântica do século XX.

Segundo Löwy, essa dimensão romântica não desaparece mesmo depois da adesão de Lukács ao marxismo e de sua participação na Revolução Húngara de 1919. Ele seleciona e comenta alguns textos em que essa vertente aflora, não apenas de forma subterrânea. Afirma que, até mesmo em *História e consciência de classe* (Lukács, 2003), seria possível encontrar, ainda que como pano de fundo, afinidades com o romantismo.

Na obra posterior de Lukács, sobrevém uma inversão. Löwy enfatiza que

[...] é aproximadamente no final dos anos 1920 que o pensamento de Lukács adquire um sentido hostil ao romantismo, o que não acontece sem contradições e reviravoltas súbitas. Tem-se a impressão de que, durante uma quarentena de anos, sua alma é dilacerada entre uma tendência *aufklärer* e democrático-liberal, e um demônio romântico anticapitalista (Löwy, 1990a, p. 27).

Na análise de alguns textos específicos, Löwy procura mostrar que, embora a dimensão *aufklärer* continue predominante, em certas passagens a tendência romântica emerge em sua vertente revolucionária. Num artigo sobre Dostoiévski, por exemplo, Lukács atribui à obra do escritor russo uma caracterização – que corrobora – sintetizada na frase: “é a ida-

de de ouro do passado que ilumina o caminho para o futuro” (Löwy, 1990a, p. 30).

No entanto, de modo geral, “na maioria dos artigos posteriores sobre o romantismo anticapitalista, temos, de um lado, o reconhecimento do caráter contraditório do fenômeno, de outro lado, uma tendência (às vezes excessiva) de considerar a predisposição reacionária e mesmo fascista como o polo dominante” (Löwy, 1990a, p. 29).

Após a Segunda Guerra, na obra de Lukács, as considerações que, mesmo parcialmente, ressaltam a ambiguidade, abrindo espaço para a valorização relativa de tendências românticas, são abandonadas. Segundo Löwy, esse ponto de vista “atingirá seu apogeu com *A destruição da razão* (1953), livro que apresenta toda a história do pensamento alemão, de Schelling a Tönnies e de Dilthey a Simmel, como um imenso confronto entre a ‘reação’ e a ‘razão’”. Para ele, todas as correntes românticas “desde a escola histórica do direito até Carlyle”, teriam conduzido, necessariamente, a uma “irracionalização geral da história” e, mais tarde à “ideologia fascista” (Löwy, 1990a, p. 32).

Löwy menciona ainda outra reviravolta, mesmo que momentânea, no pensamento de Lukács, caracterizada pela retomada da valorização da recorrência romântica. Encontra-se no famoso “Prefácio de 1967” à *História e consciência de classe* (Lukács, 2003), que refuta a concepção predominante em sua obra de 1923. Ali, ele reconhece que o “o idealismo ético com todos os seus elementos românticos anticapitalistas” lhe trouxe “qualquer coisa de positivo” e que esses elementos “com múltiplas e profundas modificações foram integrados em sua nova visão de mundo (marxista)” (Löwy, 1990a, p. 32-33).

O segundo artigo de “*Romantismo e messianismo*” (Löwy, 1990f), à primeira vista, conteria apenas repetições e pequenos desdobramentos das teses delineadas em “*Marxismo e romantismo revolucionário*” (Löwy, 1990a). O título muito semelhante ao do primeiro artigo tende a corroborar essa hipótese. No entanto, a

crítica romântica e a crítica marxista da civilização moderna (Löwy, 1990b) desenvolvem novas e decisivas contribuições, dissecando e explicitando, de forma mais nítida, a rejeição do marxismo e do romantismo à *civilização industrial*.

As primeiras manifestações do romantismo, iniciadas na segunda metade do século XVIII, abrangem, segundo Löwy, não apenas a esfera da literatura. Contemplam ainda economistas, teóricos da política ou da cultura, sociólogos etc. Mesmo no campo artístico, ele inclui, além de poetas e escritores essencialmente românticos, como Novalis, E.T.A. Hoffman, autores realistas como Balzac, Dickens e Thomas Mann, pintores do pré-raphaelismo, Delacroix, e movimentos como o surrealismo.

Esse elenco, ampliado em relação ao artigo anterior, é apresentado por Löwy a partir de novas determinações. O anticapitalismo romântico é definido por meio de conceitos desenvolvidos por Lucien Goldmann e Raymond Williams “como uma *Weltanschauung*, uma abrangente visão de mundo, um *estilo de pensamento*, uma *estrutura básica de sentimento*” (Löwy, 1990b, p. 35, grifo do autor).

Löwy reitera a referência romântica ao passado, seja ela real ou imaginária. Define-a, sintetizando a classificação elaborada no artigo anterior, como conservadora ou romântica. Ilustrando o escopo delineado pela compreensão do romantismo como uma *Weltanschauung* e uma estrutura de sentimento, seleciona uma série de pensadores, nomes expressivos do conservadorismo e do movimento revolucionário: Burke e Rousseau, Coleridge e Blake, Balzac e Fourier, Carlyle e William Morris, Heidegger e Marcuse.

A ênfase e o fio condutor desse artigo e, de certo modo, da nova concepção de romantismo ensaiada por Löwy não é mais a nostalgia romântica. Sem ignorá-la, ele destaca, como elemento decisivo desse movimento, a crítica da sociedade capitalista. Diz ele: “a característica essencial do anticapitalismo romântico é uma *crítica radical à moderna civilização industrial (burguesa)* – incluindo os processos

de produção e de trabalho – *em nome de certos valores sociais e culturais pré-capitalistas*” (Löwy, 1990b, p. 35, grifo do autor).

O teor dessa crítica, às vezes, salienta as injustiças flagrantes no capitalismo, como foi o caso do romantismo do século XIX, que se opôs ao empobrecimento dos trabalhadores e ao aviltamento representado pelo trabalho infantil e pela draconiana lei dos pobres. Na maioria dos casos, no entanto, o anticapitalismo romântico ignora a exploração dos trabalhadores ou a desigualdade social. Contesta, sobretudo, a quantificação da vida, expressão da dominação do valor de troca, do gélido cálculo do preço e do lucro.

Como exemplo dessa visão de mundo, Löwy cita o caso da filosofia e da sociologia alemã no final do século XIX e início do XX, que “opõem *Kultur*, um conjunto de valores tradicionais do passado – sociais, morais ou culturais –, à *Zivilisation*, o desenvolvimento moderno, ‘despersonalizado’, material, técnico e econômico”, ou então a “*Gemeinschaft*, a velha comunidade orgânica de relações sociais diretas à *Gesellschaft*, a agregação mecânica e artificial de pessoas em torno de objetivos utilitários” (Löwy, 1990b, p. 36).

Nesse elenco de anticapitalistas românticos, muitos lamentam a prevalência sobre a imaginação e a criação artística de uma rotina monótona, uniforme, entediante e cinzenta. Para eles, “o envenenamento da vida social pelo dinheiro, e do ar pela fumaça industrial, são captados como fenômenos paralelos, resultantes da mesma raiz infernal” (Löwy, 1990b, p. 37).

Tendo em vista esse quadro teórico, essa estrutura de sentimentos, não surpreende que a questão do trabalho – tópico essencial das mudanças implementadas pela civilização industrial – seja pautada numa direção distinta das enfatizadas pela corrente socialista.

Os autores pertencentes à corrente do anticapitalismo romântico não podiam deixar de observar e rejeitar a subordinação do homem às máquinas, ao ritmo uniforme próprio desse processo. Recusam, portanto, a “absoluta predomi-

nância da produção meramente *quantitativa*, o domínio da máquina inanimada sobre pessoas vivas, os efeitos embrutecedores da divisão do trabalho, o caráter ‘repulsivo’ da labuta mecânica e sem vida, a degradação e desumanização do trabalhador” (Löwy, 1990b, p. 40).

Essa corrente rejeita, na civilização moderna, industrial, o trabalho manufatureiro, a introdução da maquinaria pela Revolução Industrial, a segmentação do trabalho e, por conseguinte, do trabalhador. Muitos dentre esses autores contrapõem a essa uniformização quantitativa o trabalho artesanal. A modalidade e as técnicas de produção pré-capitalistas se pautariam por uma liberdade de criação, pela junção de pensamento e trabalho, pelo predomínio da criatividade e da invenção.

Löwy reconhece, após uma exaustiva análise da obra de Marx – na qual se debruça, em especial, sobre os *Manuscritos econômico-filosóficos* (Marx, 2004) e *O capital* (Marx, 1983) –, que o marxismo não pode ser considerado como uma visão de mundo essencialmente romântica. Suas outras fontes, o racionalismo, o materialismo francês, em sua vertente iluminista, e a filosofia clássica alemã prevalecem incontestavelmente. Reafirma, no entanto, que sua crítica da civilização moderna e, em especial, do processo de trabalho revela afinidades com o anticapitalismo romântico.

Marx, mesmo em *O capital* (Marx, 1983), promove, à semelhança dos românticos, uma “crítica radical da natureza em si do trabalho industrial moderno” (Löwy, 1990b, p. 45). Ele não deixa de comparar a produção industrial moderna, social e culturalmente degradante, com a atividade pré-capitalista, na qual ainda não predomina a fragmentação, o caráter abstrato, mecânico, modelado pela divisão capitalista do trabalho e pela introdução da maquinaria.

Ao lado de Rosa Luxemburg e Herbert Marcuse, Lukács é apresentado como um seguidor fiel da posição de Marx em sua crítica do processo de trabalho e, de modo geral, da civilização capitalista. Löwy atribui, no entan-

to, a esses autores uma ênfase não inteiramente presente na obra de Karl Marx. Esses membros da corrente mais radical e imaginativa do marxismo desdobram uma visão de futuro, uma concepção de socialismo que se caracteriza não “apenas como um sistema econômico onde a propriedade e os meios de produção serão coletivos, mas também como uma *nova maneira de viver*, na qual o trabalho voltaria a ser (como no passado) semelhante à arte – isto é, *a livre expressão da criatividade humana*” (Löwy, 1990b, p. 45, grifo do autor).

Os dois primeiros artigos de *Romantismo e messianismo* (Löwy, 1990f) procuram delimitar os tópicos nos quais são mais evidentes as aproximações de Georg Lukács com a corrente anticapitalista romântica. Essas determinações, de modo geral, adotam, como ponto de partida, análises detidas das afinidades da obra de Marx com essa corrente. Lukács, um dos nomes mais representativo dessa linhagem, tenderia a acompanhar, em linhas gerais, as características principais dessa tradição. No entanto, em certos pontos decisivos, desenvolve inflexões que podem ser consideradas como radicalmente mais próximas do romantismo.

Esse movimento, desviante do padrão estabelecido por Marx, derivaria, em larga medida – eis a hipótese de Löwy –, de aspectos peculiares da obra inicial de Lukács, anterior à sua conversão ao marxismo. A importância desse período nas formulações da maturidade de Lukács foi ressaltada aqui e ali. O artigo “Romantismo revolucionário e messianismo místico no jovem Lukács (1910-1919)” (Löwy, 1990c) busca não apenas esclarecer as posições do primeiro Lukács, mas também fortalecer essa hipótese.

No livro “*A evolução política de Lukács: 1909-1929*” (Löwy, 1998), ele se debruça sobre as influências e aproximações de Lukács com a *intelligentsia* radical na Alemanha e na Hungria, nas duas primeiras décadas do século XX. Destaca, principalmente, as críticas dos membros dos círculos culturais que o pensador húngaro frequentou ao capitalismo, uma lista que

congrega destacados intelectuais burgueses.

O ponto explorado por Löwy, nessa fase do itinerário de Lukács, é sua adesão à concepção de mundo anticapitalista romântica. O artigo “Romantismo revolucionário e messianismo místico no jovem Lukács (1910-1919)” (Löwy, 1990c) desdobra outro panorama. Destaca, sobretudo, os aspectos messiânicos presentes na “estrutura de sentimentos” do jovem Lukács.

Com a erudição que lhe é peculiar, Löwy apresenta diferentes manifestações extraídas de diversos materiais e discorre sobre elas, nas quais se torna nítida a adesão de Lukács a formas determinadas de espiritualidade messiânica. Essa seria, de certo modo, uma derivação mais enfática do renascimento religioso e místico, patente nos meios intelectuais da Alemanha na virada do século XIX para o século XX.

Acompanhado com vivo interesse e compartilhado por alguns autores, esse misticismo é explicado por Löwy como um subproduto do “desencantamento do mundo”, resultante do desenvolvimento do capitalismo e da sociedade industrial. O pano de fundo dessa concepção pode ser localizado no processo avassalador de transformação por que passou a Alemanha nesse período. A implementação repentina de uma industrialização acelerada gerou incessantes movimentos de rejeição à emergência e ao predomínio da sociedade burguesa. Os professores universitários, ciosos de sua condição de “mandarins”, tornaram-se o foco principal de disseminação dessa visão de mundo.

Lukács frequentou, por alguns anos, o círculo de Max Weber em Heidelberg. Lá conviveu com intelectuais que viam com simpatia a voga da espiritualidade messiânica. Convém lembrar que as diversas dimensões da religiosidade eram assuntos frequentes nas discussões, tópico incentivado por Weber, que, embora não fosse partidário dessas formas de religiosidade, interessava-se por elas, já que o assunto lhe fornecia elementos para a sua pesquisa acerca da história das religiões.

Lukács, no entanto, não estava preocupado em compreender o fenômeno religioso

pelo viés do interesse científico. Suas leituras buscavam, sobretudo, concepções que fornecessem alternativas aos rumos da marcha civilizatória. Não deve causar espanto, por conseguinte, que ele vincule religião e socialismo. Sua posição ante esse par oscilava: ora entendia que o socialismo era incompatível com a religiosidade, ora destacava, em seus fundamentos, uma visão religiosa do mundo.

Para esclarecer essa simbiose, Löwy recorre a seu mestre: “numa comparação notável e penetrante entre as visões de mundo religiosa e socialista, Lucien Goldmann coloca em evidência seu fundamento comum: a relação com valores transindividuais (em oposição ao racionalismo individualista do tipo cartesiano)” (Löwy, 1990c, p. 56). Tanto num caso como no outro, Lukács imagina a possibilidade de reconstituir uma comunidade viva, autêntica, orgânica.

Nesse período, Lukács se interessa por diversas manifestações religiosas: pelo cristianismo primitivo, pelo misticismo judeu, pela religiosidade hindu etc. Sua afinidade maior, no entanto, é com a espiritualidade russa. Junto com Ernst Bloch, seu fiel companheiro nessa busca, ele atribui à literatura de Tolstói e Dostoiévski a capacidade de ultrapassar o individualismo europeu. Seu interesse por Dostoiévski é tão intenso, que ele concebeu “*A teoria do romance*” (Lukács, 2000) como uma introdução a um estudo sobre esse autor russo, esforço que ficou registrado em anotações que delineiam o plano da obra.

Löwy acompanha, passo a passo, as ambiguidades e contradições presentes nos textos que Lukács redigiu entre a Revolução Russa de 1917 e sua adesão, em dezembro de 1918, ao Partido Comunista Húngaro. Convivem aí, “numa combinação *sui generis*, a crítica cultural neorromântica do capitalismo, uma espiritualidade semirreligiosa e uma aspiração revolucionária pela mudança social” (Löwy, 1990c, p. 64).

Löwy permanece sempre atento às nuances, oscilações e hesitações que marcam

a obra e a visão de mundo do jovem Lukács. Mesmo assim, ele não se exime de determinar o que considera a dimensão essencial da religiosidade do autor húngaro. Diz ele:

Seria falso concluir que Lukács se considerava espiritualmente ligado à Igreja católica ou a uma religião determinada. Ele é atraído tanto pelos cristãos místicos da Idade Média como pela filosofia religiosa russa moderna, pela religião hindu ou pelo misticismo judeu. O objeto de sua busca é mais uma determinada forma de espiritualidade que uma Igreja ou um dogma religioso, no sentido estrito do termo: trata-se de uma estrutura significativa complexa e contraditória que não deixa de se parecer com o que ele mesmo chama de religião ateia (Löwy, 1990c, p. 58).

Após essa tentativa de compreensão da espiritualidade messiânica do jovem Lukács, Löwy desenvolve uma muito bem elaborada e pertinente análise de *História e consciência de classe* (Lukács, 2003). Esse comentário era necessário, uma vez que *A evolução política de Lukács: 1909-1929* (Löwy, 1998) trata a principal obra de Lukács nesse período apenas de passagem.

O artigo “A sociedade reificada e possibilidade objetiva de seu conhecimento na obra de Lukács” (Löwy, 1990d) se propõe a preencher essa lacuna. Nele, Löwy procura abordar as diferentes dimensões de *História e consciência de classe* (Lukács, 2003), explicitando sua complexidade por meio de uma investigação bastante esclarecedora. Ele não se mostra tão preocupado como antes em estabelecer as afinidades desse livro com o anticapitalismo romântico, ou em destacar a presença de resíduos de uma espiritualidade messiânica. Seu foco principal é a adoção por Lukács de conceitos marxistas para explicar o presente histórico.

O conceito central que Löwy acompanha na obra de Lukács, em seus múltiplos desdobramentos, é a categoria fetichismo da mercadoria, delineada por Marx no primeiro capítulo de *O capital* (Marx, 1983). Na maior parte de suas alusões e determinações de variantes desse conceito, Marx mantém essa denominação. Em algumas passagens do livro III de *O*

*capital* (Marx, 1983), no entanto, ele a substitui pelo termo *reificação*, designação preferida por Lukács.

Outra fonte da qual Lukács teria se apropriado é a sociologia alemã da passagem do século XIX para o XX, particularmente as teorias desenvolvidas por Ferdinand Tönnies, Georg Simmel e Max Weber. Segundo Löwy, nessa vertente, é possível detectar ecos da crítica marxista da mercadoria, em especial sob a forma de uma recusa “da *Gesellschaft* moderna, de seu racionalismo impessoal e calculista, de sua mercantilização e mecanização brutal, de sua submissão ao poder totalitário do dinheiro” (Löwy, 1990d, p. 70).

Em *História e consciência de classe* (Lukács, 2003), o conceito de reificação se torna o fundamento de uma compreensão original e fecunda do capitalismo. Na interpretação de Löwy, Lukács procura alicerçar, nessa categoria, “uma grade teórica capaz de decifrar a multiplicidade dos hieróglifos sociais de nossa época, desvelando a estrutura oculta comum aos principais fenômenos econômicos, políticos e ideológicos da sociedade industrial” (Löwy, 1990d, p. 69-70).

De forma bastante distinta das repercussões da reificação incorporadas pela sociologia alemã, Lukács não se atém a uma resignada descrição e explicação do mundo. Sua compreensão e aplicação desse conceito, em acordo com a tradição marxista, moldam-se por uma perspectiva crítica, premissa de uma ação transformadora. Nas palavras de Löwy (1990d, p. 70):

[...] o objetivo da teoria lukacsiana não é de opor à sociedade existente um ideal, um *Sollen* abstrato, uma utopia qualquer, e sim descobrir e iluminar criticamente as contradições objetivas do ser social, as antinomias reais do universo capitalista e as possibilidades objetivas de sua superação pela práxis revolucionária.

O processo de reificação – por meio do qual os produtos do trabalho se transformam em coisas e, por conseguinte, de determinações sociais nas relações entre coisas – é concebido por Lukács como o fenômeno fun-

damental, estrutural da sociedade burguesa. Trata-se de uma inferência assentada na consideração de Marx em *O capital* (Marx, 1983), que aponta para a generalização, no capitalismo, da forma-mercadoria. Uma passagem – comentada por Löwy – de *História e consciência de classe* (Lukács, 2003) esclarece que “se pode descobrir na estrutura da relação mercantil o protótipo de todas as formas de objetividade e de todas as suas formas correspondentes de subjetividade na sociedade burguesa” (Lukács, 2003, p. 193).

Lukács também segue Marx na compreensão do processo de trabalho na fábrica mecanizada, característica determinante da grande indústria, modalidade generalizada a partir da Revolução Industrial. Destaca, no processo técnico de produção, a submissão completa do trabalhador à maquinaria. Lukács sustenta assim, nas palavras de Löwy, “que o capitalismo produz não somente certo *uso* das máquinas, mas também uma *estrutura determinada* das próprias máquinas e do sistema mecânico de produção, estrutura essa desumanizante, reificada e opressiva” (Löwy, 1990d, p. 74).

O direito constitui o primeiro dos desdobramentos da teoria apresentada em *História e consciência de classe* (Lukács, 2003), segundo a qual a reificação se espalha pela totalidade da vida social, determinando outras esferas além da econômica. Lukács se apropria, para tanto, do aparato conceitual desenvolvido por Max Weber em *Economia e sociedade* (Weber, 1994). Introduce, no entanto, uma modificação decisiva: considera a reificação como matriz das modalidades de sistemas jurídicos e burocráticos vigentes no capitalismo. Discorda radicalmente, por conseguinte, da apreciação weberiana que considera a burocratização da vida social e do campo do direito como um movimento inevitável.

De modo geral, Lukács (2003) considera que, no âmbito do pensamento burguês, a consciência predominante se encontra passada por uma série de antinomias. Elas se caracterizam, esclarece Löwy (1990d, p. 76),

“pelo dilema eternamente insolúvel entre o empirismo e o utopismo, o voluntarismo e o fatalismo: ante as ‘leis naturais’ da sociedade, objetivas/coisificadas, autônomas e inalteráveis, a subjetividade se fecha numa pura interioridade impotente e abstrata”.

Embora enfatize, em inúmeras passagens de *História e consciência de classe* (Lukács, 2003), as insuficiências do ponto de vista da burguesia, no que tange a seu método cognitivo, a sua capacidade de compreensão do processo histórico e social, Lukács não descarta a integralidade do pensamento burguês. Na síntese de Löwy, “apesar de seu caráter unilateral”, a ciência produzida pelos grandes pensadores originais da burguesia constitui, segundo Lukács, “um momento necessário no edifício metodológico do conhecimento social”. De outro lado, “o pensamento burguês pode atingir uma visão clara de problemas particulares, de certas conexões de fatos econômicos” (Löwy, 1990d, p. 78).

Lukács, no entanto, rejeita peremptoriamente a possibilidade de o pensamento burguês compreender a reificação em seus fatores determinantes e em suas implicações históricas. Os cientistas e pensadores pertencentes a essa classe social, que mais se aprofundaram na apreensão desse fenômeno, como é o caso de Georg Simmel, consideram-no apenas no nível da aparência e como um mecanismo imutável.

O desvelamento do funcionamento da reificação, premissa indispensável à compreensão correta da totalidade da sociedade capitalista, compete exclusivamente ao proletariado. Somente seu ponto de vista torna possível apreender o substrato real das inúmeras manifestações desse fenômeno e gerar as condições para superá-lo por meio da transformação social.

Essa capacidade, na explicação de Lukács, deve-se a um conjunto de fatores. No resumo de Löwy, o mais determinante consiste no fato segundo o qual,

no proletariado, a reificação atinge seu paroxismo, sua forma mais completa e mais radical: ao contrá-

rio do capitalista, que tem a ilusão de uma atividade autônoma, o operário é explicitamente reduzido ao estado de pura mercadoria, a uma pura quantidade, a um puro objeto do processo de produção (Löwy, 1990d, p. 80).

A resistência do proletariado, seja à quantificação do tempo de trabalho determinada pelo capital, seja à sua condição de mercadoria sujeita à concorrência e às oscilações do mercado, constitui o fundamento de sua capacidade de compreender as diversas dimensões e os efeitos do fenômeno da reificação. Diz Löwy (1990d, p. 81):

o reconhecimento de que as formas de objetividade social não são coisas, mas relações entre seres humanos, conduz à sua completa dissolução em processo: a ‘coisidade’ do capital se dissolve no movimento de sua produção e reprodução pelo proletariado, que aparece agora como o verdadeiro sujeito desse processo.

Essa prioridade metodológica do proletariado não pode, de modo algum, ser atribuída à sua consciência empírica, à sua condição psicológica, à sua percepção social em dado momento. A variação desses estados afetaria o processo, não permitindo o esclarecimento, a partir da perspectiva da classe trabalhadora, das determinações corretas da reificação na sociedade capitalista. Lukács contorna essa aporia recorrendo a um conceito desenvolvido por Max Weber. Sublinha, nas palavras de Löwy, “que o ponto de vista do proletariado oferece somente a *possibilidade* objetiva de um conhecimento mais adequado da sociedade capitalista e de suas formas reificadas” (Löwy, 1990d, p. 81, grifo do autor).

Além desse conjunto de análises iminentes da obra de Lukács, destacando, em especial, sua trajetória até a publicação de *História e consciência de classe* (Lukács, 2003), Löwy desdobra seu campo de pesquisas propondo-se a investigar – no artigo Gramsci e Lukács: em direção a um marxismo antipositivista (Löwy, 1990e) – as afinidades do filósofo húngaro com um de seus contemporâneos, o italiano Antonio Gramsci.

Löwy inicia seus comentários sobre o assunto rejeitando, de antemão, o conceito de marxismo ocidental, que avalia como superficial. Como se sabe, Perry Anderson, em *Considerações sobre o marxismo ocidental* (Anderson, 2004), atribui aos dois autores a paternidade desse movimento. Segundo Löwy, trata-se de uma determinação muito vaga, incapaz de apreender as similitudes existentes entre Gramsci e Lukács.

Löwy prefere a definição de Althusser – invertendo seu juízo de valor –, que atribui aos dois autores uma comum interpretação humanista-historicista do marxismo. Adiciona, no entanto, a essa caracterização das afinidades entre Gramsci e Lukács, uma terceira e decisiva determinação:

parece-me que a tentativa de *superar a versão positivista do marxismo* — quer dizer, de fato, a interpretação dominante tanto na Segunda como na Terceira Internacional (principalmente depois de 1924) — é um dos principais traços comuns dessas duas filosofias, ao mesmo tempo, dialéticas e revolucionárias, humanistas e historicistas (Löwy, 1990e, p. 97, grifo do autor).

Tal convergência, explica Löwy, não deriva de influências diretas ou indiretas, seja de Lukács sobre Gramsci ou vice-versa. Os *CADERNOS DO CÁRCERE* (Gramsci, 1999), obra magna do marxista italiano, redigidos entre 1929 e 1935, só foram publicados após a Segunda Guerra Mundial. Por outro lado, esse livro cita Lukács apenas uma única vez, numa passagem na qual se comenta a tese, apresentada em *História e consciência de classe* (Lukács, 2003), de que só se pode aplicar a dialética à história humana. A contestação da dialética da natureza, à qual Engels concedeu tanta importância, constitui, sem dúvida, o ponto mais conhecido e contestado do livro de Lukács. A condenação enfática dessa premissa no IV Congresso da Terceira Internacional, em 1924, ocorreu dois anos antes da prisão de Gramsci pela polícia fascista.

A explicação, ensaiada por Löwy, do repúdio de Gramsci e Lukács ao mecanicismo da

Segunda Internacional, passa tanto por similitudes intelectuais no processo de conversão dos dois autores ao marxismo como pela participação deles em experiências revolucionárias.

O artigo “Gramsci e Lukács: em direção a um marxismo antipositivista” (Löwy, 1990e) enumera algumas influências comuns que marcaram as trajetórias de Gramsci e Lukács em seu caminho para o marxismo. Apresenta-as como a junção inesperada de duas vertentes distintas: o hegelianismo antipositivista e o voluntarismo ético-romântico. Nessa última, manifestam-se ecos do idealismo moral de Kant e Fichte, assim como adesões parciais às teses de Geoges Sorel acerca do sindicalismo revolucionário, posições que supera quase simultaneamente.

Lukács aprofundou e refinou sua concepção da teoria marxista no decorrer e como consequência de seu engajamento na Revolução húngara de 1919. Gramsci foi militante ativo nos conselhos operários de Turim (1919-1920). Na visão de Löwy, ao longo desses acontecimentos, os desdobramentos teóricos e políticos próprios do marxista italiano se desenvolveram com mais intensidade do que os do filósofo húngaro:

Se a referência a Rosa Luxemburg e sua concepção do movimento de massas é comum aos dois, os escritos de Gramsci durante esse período, no hebdomadário *Ordine Nuovo*, são muito mais concretos e ‘políticos’ que os ensaios de Lukács. Ele substituirá, mais rapidamente que Lukács, o ‘bolchevismo ético’ por uma concepção mais realista da luta do proletariado (Löwy, 1990e, p. 102).

A recepção de *Cadernos do cárcere* (Gramsci, 1999) e de *História e consciência de classe* (Lukács, 2003) destacou, num esforço comparativo, uma série de convergências entre os dois livros. Podem ser enumerados aí: o reconhecimento da importância de Hegel na constituição da teoria de Marx; o destaque concedido à dialética entre sujeito e objeto; a consideração dos fatores subjetivos, premissa dos conceitos de “consciência de classe” e de hegemonia; o repúdio às vertentes do marxis-

mo que se pautam pelo materialismo metafísico, ou pelo economicismo, etc.

Sem ignorar a existência de divergências, Löwy, por sua vez, detalha sua compreensão da convergência antipositivista entre Gramsci e Lukács, adicionando e privilegiando outros tópicos.

Ressalta, em primeiro lugar, o historicismo radical dos dois pensadores. Segundo Löwy – em sintonia com as observações desenvolvidas por Karl Korsch em *Marxismo e filosofia* (Korsch, 2008) –, ambos defendem a aplicação do materialismo histórico a si mesmo, assim como a delimitação de seus limites históricos. Ele extrai desse ponto a seguinte consequência:

[...] é o método resolutamente historicista de Gramsci e de Lukács, sua afirmação da historicidade necessária de todos os fenômenos sociais, que os opõe de maneira decisiva a todas as variantes do materialismo científico-naturalista, a todas as doutrinas semipositivistas da *Naturngesetzlichkeit* da vida social (Löwy, 1990e, p. 105).

Outra similitude entre Gramsci e Lukács, ressaltada por Löwy, reside na unidade indissolúvel de teoria e prática. Enfatizando essa dimensão, ele contesta a concepção de Althusser e sua escola, que apresenta Marx como fundador de uma ciência, comparando-o a cientistas como Galileu e Lavoisier. Supera-se, assim, também o equívoco da tese própria ao austro-marxismo, resumida por Hilferding no Prefácio a *O capital financeiro* (Hilferding, 1985), que separa – reintroduzindo um dualismo inspirado em Kant – o marxismo como ciência do movimento socialista. Diz Löwy:

Esta *Weltanschauung* coerente não pode ser decomposta em uma ciência positiva, por um lado, e uma ética de outro; ela supera, numa síntese dialética, a oposição tradicional entre ‘fatos’ e ‘valores’, ser e dever-ser, conhecimento e ação. No que se refere à filosofia da práxis, a unidade de teoria e prática permite ao marxismo quebrar aquilo que Lukács chamou ‘o dilema da impotência’: a dualidade entre fatalismo das leis puras e a ética das puras intenções (Löwy, 1990e, p. 106).

Por fim, Löwy considera ainda outro fator na compreensão das afinidades entre os dois autores. Trata-se do vínculo entre método dialético e estrutura revolucionária. Destaca, neles, o papel da “revolução proletária como ponto central de toda reflexão teórica, como elemento unificador (implícito ou explícito) do conjunto das questões filosóficas, históricas, culturais ou políticas” (Löwy, 1990e, p. 106).

Desse modo, a investigação das similitudes entre Gramsci e Lukács desvenda aspectos da obra do pensador húngaro que complementam os comentários elaborados anteriormente por Löwy. A comparação entre autores marxistas abre, portanto, uma via profícua para a compreensão da trajetória intelectual e política de Georg Lukács.

Recebido para publicação em 03 de fevereiro de 2018

Áceito em 04 de junho de 2018

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, P. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1999.
- HILFERDING, R. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova cultural, 1985.
- KORSCH, K. *Marxismo e Filosofia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- LÖWY, M. *Para uma Sociologia dos intelectuais revolucionários*. São Paulo: Editora Ciências humanas, 1979.
- \_\_\_\_\_. Marxismo e romantismo revolucionário. In: \_\_\_\_\_. *Romantismo e messianismo: ensaios sobre Lukács e Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 1990a. p. 11-34.
- \_\_\_\_\_. A crítica romântica e a crítica marxista da civilização moderna. In: \_\_\_\_\_. *Romantismo e messianismo: ensaios sobre Lukács e Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 1990b. p. 35-51.
- \_\_\_\_\_. Romantismo revolucionário e messianismo místico no jovem Lukács (1910-1919). In: \_\_\_\_\_. *Romantismo e messianismo: ensaios sobre Lukács e Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 1990c. p. 53-67.
- \_\_\_\_\_. A sociedade reificada e possibilidade objetiva de seu conhecimento na obra de Lukács. In: \_\_\_\_\_. *Romantismo e messianismo: ensaios sobre Lukács e Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 1990d. p. 69-85.
- \_\_\_\_\_. Gramsci e Lukács: em direção a um marxismo antipositivista. In: \_\_\_\_\_. *Romantismo e messianismo: ensaios sobre Lukács e Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 1990e. p. 97-110.
- \_\_\_\_\_. *Romantismo e messianismo: ensaios sobre Lukács e Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 1990f.
- \_\_\_\_\_. *Revolta e melancolia: o romantismo na contramão da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- \_\_\_\_\_. *A evolução política de Lukács: 1909-1929*. São Paulo: Cortez, 1998.
- LUKÁCS, G. *A teoria do romance*. 1ª edição [1916]. São Paulo: Duas cidades: Editora 34, 2000.
- \_\_\_\_\_. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. 1ª edição [1923]. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- \_\_\_\_\_. *A alma e as formas: ensaios*. 1ª edição [1910]. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- LUXEMBURG, R. *Introdução à economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Manifesto comunista*. São Paulo: Hedra, 2010.
- WEBER, M. *Economia e sociedade*. Brasília: Editora UnB, 1994.

---

MICHAEL LÖWY, READER OF LUKÁCS

*Ricardo Musse*

The reflection on the intellectual trajectory and the works of Georg Lukács in the period between 1909 and 1929 constitutes a significant part of Michael Löwy's first writings. This article follows his comments highlighting the concepts of romantic anti-capitalism and reification as its main thread.

KEYWORDS: Michael Löwy. Georg Lukács. Romantic anti-capitalism. Reification. Marxism.

MICHAEL LÖWY, LECTEUR DE LUKÁCS

*Ricardo Musse*

La réflexion sur la trajectoire intellectuelle et sur les travaux de Georg Lukács dans la période entre 1909 et 1929 constitue une partie non négligeable des premiers écrits de Michael Löwy. Cet article fait état de ses commentaires en soulignant comme principe directeur les concepts d'anticapitalisme romantique et de réification.

MOTS CLÉS: Michael Löwy. Georg Lukács. Anticapitalisme romantique. Réification. Marxisme.

# ROMANTICISMO, CRÍTICA DEL PROGRESO Y ECOSOCIALISMO

## ROMANTISMO, CRÍTICA DO PROGRESSO E ECOSSOCIALISMO

*Renán Vega Cantor\**

El objetivo de este artículo radica en mostrar que la propuesta ecosocialista se inscribe dentro de un conjunto de preocupaciones, relacionadas con el romanticismo revolucionario y la crítica al progreso. Se trata, para utilizar una noción tan cara a Löwy, de encontrar las afinidades electivas que existen entre el romanticismo revolucionario, la crítica al progreso y el ecosocialismo. Por ello, en esta exposición, siempre recalamos las implicaciones ecológicas de las reflexiones de M. Löwy o que se derivan de los autores y problemas que él ha estudiado.

PALABRAS CLAVE: Ecosocialismo. Romanticismo revolucionario. Walter Benjamin. Anticapitalismo.

O objetivo deste artigo é mostrar que a proposta ecossocialista se inscreve num conjunto de preocupações, relacionadas com o romantismo revolucionário e a crítica ao progresso. Trata-se, para utilizar uma noção tão cara a Löwy, de encontrar as afinidades eletivas que existem entre o romantismo revolucionário, a crítica ao progresso e o ecossocialismo. Por isso, nesta exposição, sempre salientamos as implicações ecológicas das reflexões de M. Löwy ou que derivam dos autores e problemas que ele estudou.

PALAVRAS-CHAVE: Ecosocialismo. Romantismo revolucionário. Walter Benjamim. Anticapitalismo.

*No me cuento entre quienes sostienen que el progreso es un hecho inevitable y la humanidad no puede retroceder [...] No, no hay fatalidad; de lo contrario, la historia de la humanidad, que se escribe hora por hora, estaría íntegramente escrita de antemano.*

Auguste Blanqui (1862), citado en Michael Löwy, Walter Benjamin: aviso de incendio, 2003, p. 133.

*El socialismo solo puede cumplir su papel revolucionario mediante la unión inseparable de la sobriedad y la imaginación, la razón y la esperanza, el rigor del detective y el entusiasmo del soñador. Según una expresión que se ha vuelto célebre, es necesario fusionar la corriente fría y la corriente cálida del marxismo, ambas igualmente indispensables. Bloch establece entre ellas una clara jerarquía: la corriente fría existe para la corriente cálida, se encuentra al servicio de ésta.* Michael Löwy, "Utopía y romanticismo revolucionario en Ernst Bloch", en Miguel Vedda (Compilador), Ernst Bloch: tendencias y latencias de un pensamiento, 2007, p. 18. (énfasis en el original).

*Todo socialismo no ecológico es un callejón sin salida (y) una ecología no socialista es incapaz de tomar en cuenta las apuestas actuales.*

Michael Löwy, Ecosocialismo: la alternativa radical a la catástrofe ecológica capitalista, 2011, p. 14.

### ROMANTICISMO Y CRÍTICA DEL PROGRESO

En la extensa y polifacética producción intelectual y política de Michael Löwy, generada desde finales de la década de 1960, se encuentran las coordenadas básicas de su pensamiento, que lo van a conducir a ser uno de los pioneros del ecosocialismo. Michael Löwy ha tejido una amplia reflexión sobre dos tópicos esenciales del pensamiento revolucionario anticapitalista, que se retoman en la primera

parte de este escrito. Lo hacemos en forma libre, tratando de ser lo más fiel posible a las enseñanzas del maestro, esperando que nuestro análisis no entre en contradicción con la letra y, sobre todo, el espíritu de sus extraordinarios aportes. El objetivo de este artículo radica en mostrar que la propuesta ecosocialista se inscribe dentro de un conjunto de preocupaciones, relacionadas con el romanticismo revolucionario y la crítica al progreso. Se trata, para utilizar una noción tan cara a Löwy, de encontrar las afinidades electivas que existen entre el romanticismo revolucionario, la crítica al progreso y el ecosocialismo. Por ello, en esta exposición siempre recalamos las implicacio-

\* Universidad Pedagógica Nacional, Bogotá. Calle 72, n. 11-86. Edificio P, Mezzanine 1. Bogotá D.C, Colombia-Sur América. colombia\_carajo@hotmail.com

nes ecológicas de las reflexiones de M. Löwy o que se derivan de los autores y problemas que él ha estudiado.

## ROMANTICISMO REVOLUCIONARIO COMO CRÍTICA DE LA MODERNIDAD CAPITALISTA: el ejemplo de William Morris

Uno de los asuntos que ha preocupado a Michael Löwy es el romanticismo revolucionario, sobre el cual ha efectuado diversas investigaciones que han ayudado a entender el sentido y alcance de la crítica romántica a la modernidad capitalista. El romanticismo revolucionario se sustenta en una visión melancólica que concibe al capitalismo como una forma de organización social que ha destruido valores esenciales de los seres humanos, entre ellos la solidaridad, y, al mismo tiempo, arrasa con la naturaleza mediante su explotación intensificada. Esa visión romántica critica el individualismo, la cuantificación mercantil, el culto al dinero, la construcción de ciudades inhabitables y contaminadas, la mecanización de los centros de trabajo y de los seres humanos, la abstracción racionalista y la destrucción de los lazos sociales (Löwy; Sayre, 2008).

Un ejemplo de este tipo de romanticismo es el de William Morris, un eminente escritor, poeta y luchador social inglés, influido por diversas corrientes políticas y estéticas. Amigo personal de Federico Engels y del anarquista ruso Pedro Kropotkin, efectuó una particular simbiosis entre romanticismo, anarquismo y socialismo. Estudiando paralelamente a Marx y a diversos artistas y escritores románticos, efectuó una radical crítica de la civilización burguesa. Su crítica destaca que, para la humanidad, no ha significado ningún avance real que el capitalismo haya destruido las formas comunitarias de vida de las sociedades campesinas, donde los seres humanos eran conocedores de algún arte u oficio, y los hombres que se “conmovieran con la poesía y los relatos”

estaban satisfechos de vivir (Thompson, 1988, p. 242-243).

En el Manifiesto de la Liga Socialista de 1885, realizó una exposición sintética de sus críticas fundamentales del capitalismo, el cual se sustenta en el despilfarro de la vida de los seres humanos, con la finalidad de hacer circular el dinero de un bolsillo a otro. Esta razón fundamental explica la explotación de los trabajadores y el estado degradante de los barrios obreros y de las zonas pobres de las ciudades (Thompson, 1988). Criticando las ideas corrientes entre los ideólogos capitalistas de la época, convencidos que Inglaterra debería llevar la civilización y el progreso al resto del mundo, se preguntaba “si la propia civilización no será en ocasiones algo tan adulterado como indigno de ser extendido al resto del mundo”. Porque, en todo caso, “muy digno no puede ser cuando hay que matar a la gente para que llegue a aceptarlo” (Thompson, 1988, p. 248).

En esta perspectiva crítica tanto de la explotación interna de los trabajadores como de la expansión del imperialismo británico, Morris se situaba decididamente del lado de los pobres y explotados, acción que, para él, exigía lucha y auto sacrificio. Como resultado de tal lucha, vislumbraba una sociedad socialista que se caracterizara por ser algo más que “un mero sistema de tenencia de la propiedad”, para constituirse en una concepción integral de la vida humana, que incluya un sistema distinto de religión, de ética, y de conducta. En la búsqueda de esa sociedad, era indispensable tener un soporte histórico, anclado en las tradiciones culturales de la población. Pero este respaldo en la tradición no suponía una mirada reaccionaria a unos tiempos ya idos, sino en comprender que lo mejor del pasado “vive en nosotros y permanecerá vivo en el futuro que ahora estamos ayudando a construir” (Thompson, 1988, p. 663).

William Morris (apud Thompson, 1988) anticipó algunas de las críticas ecológicas que hoy son corrientes, pero vinculándolas directamente al capitalismo. Para él la raíz del

problema estribaba en que el sistema capitalista se basa en la ganancia, la razón principal de los problemas sociales y económicos. Esa crítica ecosocial tiene mucha vigencia, porque en ella se estableció una relación directa entre la deshumanización que produce la sociedad capitalista en los lugares de trabajo y la destrucción del medio ambiente. William Morris indicaba que él no pretendía el retorno a tiempos pretéritos sino la construcción de una nueva sociedad – comunista – en la que desaparecieran las características deshumanizantes del capitalismo. En breve, preconizaba la construcción de un nuevo proyecto civilizador, radicalmente distinto al capitalismo, y no la construcción de una sociedad capitalista sin capitalistas que reprodujera sus vicios y su modelo técnico y cultural.

Una idea muy importante, que, en reiteradas ocasiones, ha sido retomada por Michael Löwy, cuando critica el culto a las fuerzas productivas y la pretensión de que estas serían neutras. En contraposición, Löwy plantea que una transformación civilizatoria anticapitalista debe también plantearse la modificación radical de las fuerzas productivas predominantes en el capitalismo. No se trata, en consecuencia, de heredar las fuerzas productivas del capitalismo, sino de modificarlas, en la misma dirección que se debe hacer con el Estado, tal y como lo precisó Karl Marx tras la Comuna de París, con la finalidad de transformar su carácter destructivo y frenar el carácter depredador de la naturaleza (Löwy, 2011).

## WALTER BENJAMIN Y LA CRÍTICA A LA IDEOLOGÍA DEL PROGRESO

Una contribución decisiva de Michael Löwy al pensamiento revolucionario estriba en rescatar las críticas al progreso, mediante el estudio de diversos autores de la tradición revolucionaria, principalmente marxista, cuya obra poseía un cierto tinte herético. Entre esos autores rescatados por Löwy, figuran Augusto

Blanqui, José Carlos Mariátegui, los exponentes principales de la Escuela de Frankfurt, Ernst Bloch, György Lukács. Entre esos autores, sobresale Walter Benjamin, cuya obra ha sido leída y analizada por Löwy en diversos escritos, entre los que se destacan sus comentarios a las Tesis sobre teoría de la historia.

En el seno de la tradición marxista existe una historia contradictoria y compleja, desde Marx y Engels, con distintas apreciaciones sobre el progreso. La tendencia dominante en la mayor parte de los marxismos históricos ha sido la de asumir, en forma apresurada y acrítica, el culto decimonónico y liberal del progreso, concepción que fue fuerte en la casi totalidad de tendencias socialistas y revolucionarias – incluyendo el anarquismo. Desde un comienzo, el movimiento socialista y comunista europeo estuvo muy impregnado por elementos de la ideología progresista, hasta el punto que distintas tendencias hicieron suyos los planteamientos etnocentristas de las clases dominantes de Europa, que se expresaron en un abierto racismo contra los pueblos del mundo colonial; la casi totalidad rindió culto desaforado a la ciencia y a la técnica; algunos llegaron a apoyar el colonialismo y a la dominación imperialista bajo el pretexto de que así se civilizarían los pueblos bárbaros y atrasados... Aunque la ideología del progreso influyó en el grueso del movimiento obrero y socialista internacional, en algunos sectores fue más acentuado ese impacto, por ejemplo, en el seno de la Segunda Internacional.

Marx y Engels compartieron diversos elementos de la ideología del progreso: una concepción lineal de la historia de tipo hegeliano; la noción, también de Hegel, de los “pueblos sin historia”, la consideración unilateral del impacto positivo de la técnica; una visión eurocéntrica de la expansión mundial del capitalismo, suponiendo que esa era una condición indispensable para el desarrollo en el mundo colonial... (Cf. Engels, 1972; Marx, 1981; Rodolsky, 1982). Sin embargo, al observar el conjunto de la obra de estos dos autores,

encontramos que consideraciones como las antes mencionadas son episódicas y coyunturales – predominaron en los escritos de Marx y Engels de fines de la década de 1840 y comienzos de la de 1850 –, pero luego desaparecen casi por completo para dar origen a una visión mucho más lúcida y dialéctica del progreso, como se puede ver en *El Capital*, los escritos sobre Irlanda y Rusia, las Formaciones Económicas Precapitalistas, y algunos apartes de la *Dialéctica de la Naturaleza*.

Marx y Engels consideran el carácter contradictorio del progreso, estudiando dos aspectos fundamentales del capitalismo: su impacto sobre los seres humanos, principalmente los obreros, que son convertidos en apéndices de las máquinas y son expropiados de sus medios de producción y de sus formas ancestrales de conocimiento; y las consecuencias sobre los bienes naturales, por los procesos técnicos de explotación de la tierra que destruyen la capacidad productiva del suelo y aniquilan los bosques (ver Foster, 1994). En Marx, la crítica al progreso está relacionada con su forma de pensar el desarrollo del capitalismo, positiva y negativamente al mismo tiempo, porque “se trata de una forma de pensar que sería capaz de captar simultáneamente los rasgos demostrablemente siniestros del capitalismo y su dinamismo extraordinario y liberador, en un solo pensamiento y sin atenuar la fuerza de ninguno de los dos aspectos” (Jamenson, 1991, p. 47).

En una perspectiva heterodoxa con respecto a las líneas dominantes dentro de la tradición marxista, Walter Benjamin efectuó la más profunda crítica a la idea de progreso. Su objetivo consistía en fundir el materialismo histórico con una concepción mesiánica y romántica que permitiera al marxismo convertirse en la doctrina de los vencidos de todos los tiempos. En su breve texto *Alarma de incendios*, anuncia proféticamente que, si no triunfa la revolución proletaria y no es sustituida la burguesía “antes de un momento casi calculado de la evolución científica y técnica (la inflación y la guerra química señalan este),

entonces todo está perdido. “Antes de que la chispa llegue a la dinamita, hay que cortar la mecha encendida” (Benjamin, 2015, p. 56-57, énfasis nuestro).

En sus textos se encuentra una denuncia de las consecuencias del militarismo y de los peligros del uso de gases químicos en las guerras por venir, gases que ya se estaban preparando en sofisticados laboratorios. Tan terrible perspectiva – que, por desgracia, será una dolorosa realidad pocos años después – es evocada en su artículo *Las armas del mañana* (Löwy, 2003a). De estos crudos análisis, Benjamin extrae una de sus ideas más iconoclastas en el seno de la tradición marxista, al afirmar que el objetivo de la revolución proletaria no es impulsar a la sociedad hacia una fase más progresiva – como resultado inevitable de la acumulación de transformaciones técnicas – sino detener la inminente catástrofe. Es decir, la revolución es concebida como una interrupción súbita del incontenible progreso técnico que nos conduce a la ruina. En 1938, poco antes del comienzo de la Segunda Guerra Mundial y cuando la “civilizada” Europa se hundía en la barbarie, Benjamin recalca que era “necesario fundar el concepto de progreso sobre la idea de catástrofe. Que las cosas continúen ‘como van’, he ahí la catástrofe” (Benjamin, 2015, p. 242). Como sabemos, el presagio resultó totalmente acertado.

Las Tesis sobre el concepto de Historia, el texto más importante de la literatura marxista hasta ahora producida sobre la crítica al progreso, escritas poco antes de que Benjamin se suicidara en 1940, es un fascinante manifiesto antiprogresista en el que se condensa el materialismo histórico con la teología, el mesianismo con la lucha de clases, la religión con la utopía social, las esperanzas de los vencidos con la denuncia de los traidores de las causas populares.

Entre algunas de las ideas cardinales, se enfatiza que todo documento de cultura es un documento de barbarie (tesis VII), lo cual significa, que detrás de toda gran obra –arquitectónica, por ejemplo – se esconden el sudor,

la sangre y el sacrificio de lágrimas de miles de seres humanos que fueron esclavizados o explotados para facilitar su construcción.

No se puede combatir una realidad social tan calamitosa como el fascismo con la idea de que este no es un resultado del progreso, como lo hacían sus opositores, que seguían defendiéndolo. (Tesis VIII). Esta tesis sintetizaba algunas de las consideraciones de Benjamin sobre el fascismo, al que consideraba como el máximo resultado del progreso técnico, aunque hubiera producido una absurda regresión social. Las dos cosas no eran contradictorias sino complementarias, pero eso, en su tiempo, casi nadie lo vislumbró.

Benjamin (1978, p. 54) critica la idea convencional, la que más había corrompido a la clase obrera alemana, de nadar a favor de la corriente, y “el desarrollo técnico era el sentido de la corriente con el cual creía estar nadando”. Criticó dos ideas dominantes en el seno del movimiento socialista. Primero, la idea abstracta de que el trabajo será el liberador del hombre, sin tener en cuenta el “problema del efecto que el producto del trabajo ejerce sobre los trabajadores mientras éstos no pueden disponer de él”. Para agregar que tal concepción, propia del marxismo vulgar, “no quiere ver más que los progresos del dominio sobre la naturaleza y se desentiende de los retrocesos en la sociedad”. Segundo, esa errónea concepción de trabajo se complementaba con la aceptación de la explotación de la naturaleza, a la que se considera como algo gratuito y, por lo tanto, puede apropiarse y explotarse sin restricción alguna (tesis XI).

La tesis XIII se ocupa de esbozar una crítica a la temporalidad histórica vista en términos de progreso, predominante entre la socialdemocracia – o por lo menos a ésta es a la que menciona en su crítica – que concibe que lo que se llama progreso es de toda la humanidad (y no sólo de sus capacidades y conocimientos) y eso conduciría, sin pausa, hacia la incesante perfección. Al respecto, concluye diciendo que “la concepción de un progreso del género humano en la historia es inseparab-

le de la concepción del progreso de la historia misma como si recorriese un tiempo homogéneo y vacío. La crítica de la idea de este proceso debe constituir la base de la crítica de la idea del progreso como tal” (Benjamin, 1978, p. 131-132).

Por último, la concepción de Benjamin no es fatalista, aunque si esté influida por el pesimismo, puesto que considera que la “conciencia de hacer saltar el continuum de la historia es propia de las clases revolucionarias en el instante de su acción” (Benjamin, 1978, p. 135) (tesis XV). En otras palabras, las revoluciones son antiprogresistas porque rompen, en la práctica, con la idea de un progreso ascendente, lineal y acumulativo. En uno de los borradores de sus Tesis, Benjamin sostuvo: “Marx había dicho que las revoluciones son la locomotora de la historia mundial. Pero quizás las cosas se presentan de otra manera. Puede ser que las revoluciones sean la mano con la que la humanidad acciona los frenos de emergencia” (Löwy, 2003b, p. 279-280, énfasis nuestro). Y esta sentencia le confiere una impresionante vigencia a Marx y a Benjamin, pues hoy es necesaria la revolución para detener la catástrofe planetaria, que destruye lo que encuentra a su paso – hombres, mujeres, niños, animales, bienes naturales – a nombre del idolatrado progreso tecnológico (Löwy; Varikas, 1993).

Tras exponer sistemática y rigurosamente la concepción crítica del progreso de Walter Benjamin, Michael Löwy concluye que

El resultado de ese trabajo es una reelaboración, una reformulación crítica del marxismo, que incorpora al corpus del materialismo histórico ‘astillas’ mesiánicas, románticas, blanquistas, libertarias y fourieristas. O mejor, la fabricación, a partir de la fusión de todos estos materiales, de un nuevo marxismo, herético y radicalmente distinto de todas las variantes — ortodoxas o disidentes — de su tiempo. [...] Ante todo un marxismo de la imprevisibilidad: si la historia está abierta, si lo ‘nuevo’ es posible, es porque el futuro no se conoce de antemano [...] (Löwy, 2003b, p. 172, énfasis en el original).

Esas mismas palabras son aplicables al propio proyecto de Michael Löwy, que ha contribuido a renovar el marxismo en diversos ámbitos, como los relativos al romanticismo y a la crítica del progreso que hemos mencionado.

## CONSECUENCIAS ANALÍTICAS DERIVADAS

Del estudio del romanticismo revolucionario y de la sistematización de la crítica del progreso, labores intelectuales, a los que Michael Löwy le ha dedicado gran parte de su existencia, se derivan consecuencias teóricas y políticas, que presentamos en forma somera, aunque no siempre citemos al pie de la letra todas sus grandes contribuciones. Entre esas consecuencias, destacamos las que, a nuestro modo de ver, son las principales: conversión de las fuerzas productivas en fuerzas destructivas y la crítica al culto de dichas fuerzas productivas; crítica a la racionalidad instrumental y a la visión dominante de ciencia y tecnología; cuestionamiento de la mercantilización del mundo; crítica a la concepción que postula a los seres humanos como amos y señores de la naturaleza; reinterpretación histórica del capitalismo a partir de la rebelión contra el progreso destructivo y el anticapitalismo y antimperialismo como fundamento de la crítica al progreso.

## LA CONVERSIÓN DE LAS FUERZAS PRODUCTIVAS EN FUERZAS DESTRUCTIVAS

El desarrollo incontrolable del capitalismo ha significado la transformación y la destrucción acelerada de bienes naturales, especies animales y reservas minerales que la naturaleza había ido generando a lo largo de miles o de millones de años. En un breve lapso de tiempo de doscientos años – un segundo en la historia cósmica –, el capitalismo ha destruido la base natural de la existencia humana.

Esta tendencia destructora de la producción moderna es presentada en términos convencionales – tanto por los apologistas del capitalismo y por algunas tendencias marxistas que rinden un culto reverencial al desarrollo de las fuerzas productivas – como una muestra de las capacidades productivas del capitalismo, lo que señalaría su superioridad sobre cualquiera de los otros modos de producción que hasta ahora han existido. Desde el punto de vista energético, de acuerdo a la Ley de la Entropía, es relativamente fácil demostrar el carácter destructivo de las fuerzas productivas en el capitalismo, lo que se puede indicar con algunos ejemplos (Altvater, 1994). A medida que avanza la aplicación técnica a la producción agrícola – uso de fertilizantes, control de plagas, especies “mejoradas”, biotecnología, clonación, etc. –, en lugar de requerirse menos energía para producir alimentos, cada vez se necesita más energía. Tan irracional es la situación, desde el punto de vista del gasto energético, que, a veces, es mayor la energía que se invierte – medida en términos de calorías – que las mismas calorías que se “producen”. En el caso de España, por ejemplo, en 1950, se necesitaba una caloría de energía para producir 6 calorías de energía vegetal, mientras que, ahora, esa relación se ha nivelado, es decir, se gasta tanta energía como la que se produce.

Donde queda suficientemente clara la transformación de las fuerzas productivas en fuerzas destructivas es en la industria militar, el sector de la economía más “dinámico” que ha propiciado la acumulación capitalista durante la Guerra Fría y después. Notables desarrollos científicos y tecnológicos, inventos clamados, sofisticados productos han estado ligados de una u otra forma a la industria militar. Ya en la década de 1930, Walter Benjamin denunciaba las consecuencias negativas de la tecnología militar y su funesto impacto en los seres humanos y la naturaleza. Oponiéndose a las ideas dominantes en el seno del marxismo de la época, que enfatizaban su confianza irrestricta en el progreso y su optimismo tec-

nológico, Benjamin propuso crear una organización del pesimismo que se contrapusiera al ciego optimismo en las fuerzas productivas, puesto que la tecnología, al rebasar el umbral de las necesidades sociales, se convierte en una fuerza destructora (Löwy, 2003b).

## **CRÍTICA A LA RACIONALIDAD INSTRUMENTAL Y A LA VERSIÓN DOMINANTE DE CIENCIA Y TECNOLOGÍA**

Al hacer un inventario del siglo XX, es dudoso que la tecnociencia pueda separarse de la barbarie en que se ha convertido el progreso tecnológico, en la medida en que la ciencia y los científicos – difícilmente se pueden separar una de los otros – han devenido también en una fuerza destructiva, aunque, de manera contradictoria, siga siendo una fuerza productiva. Una visión crítica del progreso, sin abandonar la razón, debe criticar el racionalismo instrumental y, sin renegar de la ciencia, debe emprender su crítica, puesto que la misma ha devenido no sólo en una fuerza productiva y destructiva sino en una mercancía más.

Que se critique la ciencia no quiere decir que se caiga en el irracionalismo, desde el cual también hoy se condena la ciencia, pero a nombre de la reivindicación de una serie de prácticas absolutamente irracionales, como hoy sucede en Estados Unidos, el país donde se concentra una buena parte de los científicos que existen en el planeta. Hay que recordar que, en Estados Unidos, florece el culto a los OVNIS, a los extraterrestres, a la astrología, a la posesión demoniaca y a los controles satánicos y mil argucias por el estilo.

Esto nos lleva a plantear la cuestión sobre el carácter contradictorio de la ciencia, al posibilitar lo mejor y lo peor: el genocidio y el ecocidio generalizados, o el bienestar y la tranquilidad para todos los habitantes del planeta azul. De todas maneras, dado el dominio que

el capital ejerce sobre la ciencia, la labor científica se hace predominantemente en beneficio de la lógica del capital, es decir, del lucro y de la acumulación.

Los grandes problemas que, en la sociedad industrial, no se resuelven con más ciencia y técnica, sino con acciones de la sociedad y con disposiciones políticas. Esta es la única forma de combatir la tecnocracia imperante en el mundo de hoy. De la misma forma, se debe combatir el carácter antidemocrático de la ciencia, la que postula que sólo los “sabios” y los “expertos” determinan que es lo mejor para el resto de la humanidad, y ésta debe resignarse a tan “nobles” propósitos, aunque esa nobleza de espíritu programe la muerte de media humanidad. ¿Se nos ha olvidado tan pronto que la mayor parte de los Premios Nobel de Estados Unidos, en las décadas de 1960 y 1970, alcanzaron renombre por sus contribuciones a la criminal guerra contra el Vietnam?

Esto no quiere decir que se deba rechazar la tecnología en aras de un reencuentro absoluto con la naturaleza. Eso no solamente es imposible sino poco realista con la situación actual del mundo. Aunque es imprescindible un diálogo con la ciencia, tal diálogo debe contribuir a repensar un nuevo tipo de ciencia y de técnica que sirva a la humanidad y no los minoritarios intereses del capital internacional. Como lo ha dicho Michael Löwy: los movimientos ecologistas

[...] no se oponen a las mejoras aportadas por el progreso tecnológico: por el contrario, la demanda de electricidad, de agua corriente, las necesidades de canalización y de desagües, la implantación de dispensarios médicos figuran en un buen lugar en las plataformas de sus reivindicaciones. Lo que rechazan es la contaminación y la destrucción de su medio natural en nombre de las leyes del mercado y de los imperativos de la expansión capitalista (Löwy, 2011, p. 39).

## MERCANTILIZACIÓN DE TODO LO EXISTENTE

Un elemento central que diferencia la crítica marxista del progreso de otras concepciones radica en desentrañar las consecuencias funestas de la generalización de la forma-mercancía, en los seres humanos y en la naturaleza. Desenmascarar el carácter de las relaciones mercantiles es fundamental para entender lo que hoy pasa en el mundo y para proponer alternativas. Se puede plantear una premisa central: la mercantilización debe ser considerada como una insostenible forma de regresión social, aunque sea resultado del progreso tecnológico y científico.

A medida que las relaciones capitalistas abarcan al mundo, se convierten en mercancía hasta las cosas más impensadas, como los genes, los óvulos y los espermatozoides. El último paso ha sido dado con la mercantilización de la naturaleza y del cuerpo humano. Respecto a lo primero se observa un acelerado proceso de apropiación en el que participan como cabezas de playa los grandes monopolios multinacionales. Como la riqueza biológica y la diversidad de ecosistemas se encuentra en el Sur, se vive un proceso de recolonización, encaminado a apropiarse de tal diversidad. Esto ha servido para justificar ideológicamente la “ecologización” del capitalismo, con supercherías como el “desarrollo sustentable”. Cuando las grandes empresas capitalistas han descubierto las perspectivas de ganancias al convertir a la naturaleza en un mercado, todo se comienza a disfrazar de “verde”. Bajo el pretexto de estar protegiendo la naturaleza, las empresas capitalistas emprenden una carrera desahogada para apropiarse de las últimas “colonias” naturales todavía existentes. Así, observamos una avalancha de expertos, estudios, técnicos con el objetivo de descubrir nuevas plantas, animales y material genético en el Sur del mundo – sobre todo en las selvas tropicales – para desarrollar productos y medicamentos que serán patentados en los laboratorios del Norte y de las empresas multinacionales. En este sentido, el capitalismo

conoce una notable transformación, pues lo que antes se consideraba como una “externalidad” ahora se concibe como un stock de capital, lo que abre el camino a la capitalización de la naturaleza y a una competencia desahogada entre las empresas multinacionales (O'Connor, 1994, p. 16).

Este mercadeo de la naturaleza está acompañado de la piratería, el robo y el saqueo de los recursos que son patrimonio de los pueblos pobres del mundo, así como de un saber vernáculo de distintos pueblos de la tierra. Este mercadeo de la naturaleza conduce a la expropiación de los bienes naturales y de los saberes vernáculos, a la apropiación por parte de multinacionales de tales bienes, a patentar los productos (sobre todo medicinas) que se originan a partir de tales expropiaciones y en la comercialización de productos costosos. La biopiratería ha adquirido tal dimensión que, como también pasaba en la época de la acumulación originaria de capital – cuando los grandes piratas como Francis Drake gozaban de los favores del poder –, ahora los piratas disfrutan de los privilegios que le conceden la Organización Mundial de Comercio y el gobierno de los Estados Unidos.

La otra cuestión de los extremos aborrecibles a los cuales ha llegado la mercantilización en el capitalismo actual está relacionada con la comercialización del cuerpo humano, partes de él o incluso hasta de los propios genes. Así, la reproducción biológica de los seres humanos es una industria, en la que se realizan multimillonarias inversiones y se obtienen fabulosas ganancias. Hasta tal punto ha llegado este vil mercado, que, en Estados Unidos, es contratado el útero de una mujer para que reproduzca por encargo una mercancía especial – que, hasta ahora, se le conocía con el nombre de bebe – que será propiedad del contratista. En este caso, la forma valor alcanza lo más recóndito e insondable del cuerpo humano. No es raro encontrar que ese repugnante mercado de órganos humanos prolifera en forma semi-legal en los países “civilizados”, con la finalidad de recomponer el cuerpo de algunos de sus acaudalados

habitantes. Obviamente, las consecuencias de tan abominable comercio se ven en los países pobres, en los que se ha extendido la práctica del asesinato o la mutilación de niños y jóvenes para satisfacer la demanda de los apetecidos órganos humanos, convertidos ahora en simples mercancías. ¡Si esa mercantilización de la naturaleza y de los seres humanos se concibe como progreso, entonces vivimos en el mejor de los mundos posibles y no tenemos por qué estar en contra de los resultados a que nos conduce ese progreso tecnológico y científico!

## LA REBELIÓN CONTRA EL PROGRESO DESTRUCTIVO EN EL CAPITALISMO

Los estudios históricos marxistas tradicionales que se efectuaron hasta no hace mucho tiempo – guiados principalmente por el marxismo soviético o algunas de sus variantes – compartían una visión de la historia unilineal y progresista que, aunque pretendía criticar el modelo occidental de expansión colonial e imperialista, y el discurso apologético que de allí se desprendía, asumía algunos de sus postulados: el culto a la técnica, la justificación de la destrucción de las culturas locales de las zonas colonizadas por considerar que esa era una tendencia irreversible, la superioridad de la economía y la “cultura” del capitalismo occidental, la subestimación de las capacidades y propuestas de resistencia impulsadas por los pobres y explotados y, en fin, un manifiesto culto de la “vía única” progresista, fuera de la cual no había escape ni alternativa.

Estudios muy recientes elaborados desde una perspectiva marxista – o próximas a ésta – se encuentran reinterpretando la historia del progreso occidental y sus consecuencias económicas, sociales, culturales y ecológicas sobre el mundo colonial y periférico, así como sobre el orden plebeyo de las sociedades en las que se presentaban las transformaciones industriales, tales como en Inglaterra, la cuna de la Revolu-

ción Industrial. En esa dirección se ha replanteado la cuestión de la expansión europea y la manera como tal proceso destruyó diversas formas de organización social que suponían también otro tipo de relaciones con la naturaleza (Cf. Wolff, 1994). También se destacan los estudios encaminados a resaltar los mecanismos de resistencia desarrollados por la cultura plebeya durante la época de la Revolución Industrial, lo que ha llevado a mostrar, por ejemplo, que la revolución agrícola no tenía necesariamente que destruir las formas tradicionales de cultivo. Hoy se sabe que existía una lógica de la economía campesina que alcanzaba crecimiento por una vía diferente a la de los grandes propietarios, que sólo buscaban beneficios comerciales y no el bienestar campesino (Fontana, 1994).

De la misma forma, se ha demostrado que la fábrica capitalista no surgió por disposición técnica sino por la necesidad de subordinar al trabajador y aumentar la extracción de plusvalía – lo que Marx ya había planteado en *El Capital*. A ese tipo de fábrica se opusieron los trabajadores, los que pensaban que la producción industrial podía organizarse de un modo socialmente más equitativo, sin renunciar a los avances tecnológicos: que las máquinas podían ponerse al servicio del trabajador, en lugar de esclavizarlo, y que el capital y el trabajo no debían estar separados, sino ‘indisolublemente unidos en las manos de los obreros y las obreras’ (Fontana, 1994, p. 142).

Entonces como ahora, aquellos que defendieran sus formas de existencia tradicional, sus costumbres y su cultura eran calificados de “reaccionarios”, de situarse contra la corriente de la historia que conducía irremediablemente a lo mejor y más benéfico para todos – aunque también hoy sepamos que eso que se anuncia como mejor y más eficaz sólo sea la catástrofe y la barbarie generalizadas –, en una palabra, se oponían nada más ni nada menos que al progreso. En esta perspectiva, Michael Löwy reivindica el imperativo categórico del joven Carlos Marx de “luchar para ‘derribar todas las condiciones sociales en las cuales el hombre

es un ser degradado, sojuzgado, abandonado, despreciado” (Löwy, 2003b, p. 182).

## ANTICAPITALISMO Y ANTI-IMPERIALISMO: fundamentos de la crítica al progreso

La crítica del progreso no está disociada, en el caso del marxismo, de una radical postura anticapitalista, cosa que difícilmente se encuentra en el pensamiento postmoderno. Este, por el contrario, rinde culto al capitalismo realmente existente, considerándolo como insuperable o como el fin de la historia. En este aspecto, la crítica postmoderna del progreso no ataca la raíz del problema, que supone afrontar una pregunta central: teniendo en cuenta la situación actual del 80 por ciento de la humanidad y los problemas ambientales ¿es el capitalismo sustentable? (O'Connor, 1994). Obviamente, si como le sucede al postmodernismo, no se asume la cuestión en estos términos, las consideraciones sobre el progreso se tornan abstractas y superficiales, hasta el punto de que, al mismo tiempo, todos y ninguno seríamos responsables por el carácter destructivo del progreso y de la tecnología. Como los postmodernos niegan la existencia de un sistema total – el capitalismo –, sus análisis se tornan fragmentarios y simples, y no es de extrañar que oculten el capitalismo hasta hacerlo desaparecer.

El marxismo, al asumir la crítica del progreso, debe reafirmar su postura anticapitalista, lo que implica que las afirmaciones sobre la supuesta responsabilidad “pluralista” de todos los seres humanos en la crítica situación humana y ecológica del mundo sólo tienen la intención de esconder al verdadero responsable: al modo de producción capitalista. Al considerar esta cuestión, los estudios marxistas más serios, que hoy se están adelantando en diversos lugares del mundo, tienden a señalar los límites naturales de este depredador modo de producción. Esa depredación se manifiesta de dos aspectos principales:

1. El carácter insostenible del capitalismo para vastas mayorías de la población mundial, principalmente en el Sur del mundo. Importantes sectores de la población pobre son considerados como seres desechables, sin ninguna importancia, en la medida en que no están vinculados ni a la producción ni al consumo. Ni como productores son funcionales al capitalismo global, por el desempleo rampante; ni como consumidores, pues no tienen ninguna capacidad adquisitiva ante la generalización de la pobreza, lo que los torna poco atractivos para las empresas multinacionales. Desde el punto de vista humano, esto significa que el sistema capitalista – que se autoproclama como el más eficaz y el más productivo de todos los modos de producción hasta ahora existentes –, en forma consciente y planificada, impone la lógica de la muerte para la mayor parte de la población del mundo pobre. En términos de un futuro digno para la humanidad, el capitalismo realmente existente es insostenible para las tres cuartas partes de los habitantes del planeta tierra.

2. Desde el punto de vista de los límites naturales, el capitalismo es igualmente insostenible, por las marcadas tendencias antiecológicas que lo caracterizan. Para ejemplificarlo, comparemos las cuatro leyes básicas de la ecología con los supuestos fundamentales del capitalismo, tal y como aparece en el Cuadro adjunto.

**Cuadro 1 - El caracter antiecológico del Capitalismo**

Leyes fundamentales de la ecología	Principios fundamentales del capitalismo
Todo está interconectado con todo	Los nexos monetarios son la única conexión duradera que existe entre las cosas
Todo debe ir a alguna parte	No importa a donde vayan las cosas a menos que se reintegren al circuito del capital
La naturaleza determina que es lo más adecuado	La autorregulación del mercado determina que es lo mejor
Nada viene de la nada	La generosidad de la naturaleza es un don gratuito para los propietarios capitalistas.

Fuente: (Foster, 1994, p. 118-124).

Esta pequeña tabla comparativa nos posibilita el análisis, en forma simple, de los límites naturales del capitalismo. El primer aspecto – considerar todos los nexos entre seres humanos y entre éstos y la naturaleza como un asunto puramente monetario y mercantil – indica la peligrosa simplificación por parte del capitalismo de las relaciones sociales y, peor aún, de las complejas relaciones biológicas y naturales. Esta simplificación se expresa, en el caso de la agricultura, en la tendencia a reducir al mínimo el número de especies y a homogeneizarlas a partir del criterio de la productividad y la rentabilidad, sin considerar que eso atenta contra la variedad biológica y natural y, a mediano y largo plazo, acarrea la ruina de la propia agricultura. Las funestas consecuencias de la Revolución Verde sobre los ecosistemas del Sur y sobre las economías campesinas – diversificadas y autosuficientes – es el mejor ejemplo de la tendencia del capitalismo de convertir lo que encuentra a su paso en valor de cambio.

La segunda contradicción ecológica del capitalismo – no importa a donde van las cosas, lo único que interesa es el circuito del capital – nos indica que la producción no es un sistema circular (como en la naturaleza) sino un sistema lineal que conduce de las fuentes a los vertederos. Es decir, en el capitalismo no se tiene en cuenta que la producción genera desechos y estos no pueden crecer hasta el infinito, lo cual se convierte en un problema real cuando el capitalismo comienza a franquear el límite de los recursos naturales existentes. El mejor ejemplo de esta contradicción ecológica es la industria plástica, cuyos productos, al no ser biodegradables, inmediatamente después de ser usados se convierten en basura. Al final de cualquier ciclo productivo aparecen desechos, los que, en la lógica productivista y consumista desahogada del capitalismo, conducen a la polución vertiginosa de lo que encuentran a su paso (bosques, ríos, aire...).

La tercera contradicción del capitalismo – concebir al mercado como el regulador de to-

das las actividades, incluyendo la explotación de la naturaleza – nos indica que debe dejarse a la libre iniciativa de los capitalistas lo que ellos consideren adecuado para aumentar sus ganancias, sin importar la eliminación acelerada de bosques, plantas, animales, recursos minerales, corrientes de agua, porque nada ni nadie debe impedir que el mercado autorregule la explotación de los bienes naturales. Otro ejemplo ilustra esta contradicción. Los ecólogos han descubierto que, si, en la naturaleza, no existe una determinada sustancia, es porque biológicamente no es necesaria o porque no es “compatible con la química de la vida”, pero resulta que, en el capitalismo, se producen sustancias que no existen en la naturaleza, lo cual tiene consecuencias ecológicas imprevisibles, nada más ni nada menos que la alteración brusca y repentina de complejos procesos de la vida desarrollados a lo largo de millones de años. Como el capitalismo reclama que todo debe ser regulado por el mercado, esto quiere decir que nada debe interferir en este tipo de prácticas demenciales.

Y la cuarta tendencia antiecológica del capitalismo – la generosidad de la naturaleza es un don gratuito para los propietarios capitalistas – permite justificar la depredación a nombre de la gratuidad de los recursos naturales. Si esos recursos no tienen ningún costo, el capitalismo puede hacer con ellos lo que se le antoje. Lo que parece haberse olvidado es que estos recursos son finitos y limitados (Foster, 1994).

Por su parte, otro componente esencial, aunque menos nombrado y reivindicado, es el del anti-imperialismo. En este punto, Michael Löwy es claro y se niega a renunciar a la utilización de un concepto fundamental dentro de la tradición revolucionaria, como es el de imperialismo, algo que debe recalcar, porque gran parte de la izquierda mundial, tras el colapso de la URSS, asumió, de manera apresurada y poca crítica, la terminología ligera de la globalización, imperio, era de la información, sociedad líquida y términos semejantes (Löwy,

1995). En esa dirección, nosotros proponemos la noción de imperialismo ecológico, y creemos que ese término se inscribe en la perspectiva crítica del ecosocialismo.

El tema del imperialismo connota una preocupación fundamental: considerar las formas de dominación en el planeta, y no dar por sentado en forma alegre que la mundialización ha unificado al mundo de tal manera, que ya no existirían relaciones de desigualdad, de opresión y de explotación entre diferentes estados y territorios. Porque el decline de las economías nacionales y el surgimiento de una nueva división internacional del trabajo “no significa que el poder económico y tecnológico no continúe geográficamente concentrado en una parte del globo, y la pobreza y la dependencia en la otra, o que no haya conexión entre esos dos fenómenos, como sea que nosotros queramos llamar a esto” (Hobsbawn, 1993, p. 74).

En los actuales momentos de expansión imperialista, hasta el último rincón del planeta, se presenta una acelerada destrucción de los ecosistemas y una drástica reducción de la biodiversidad. Esto es un resultado directo de la universalización del capitalismo, la eliminación de los mecanismos de regulación estatal, la apertura incondicional de los países a las multinacionales, la conversión en mercancías de los productos de origen natural, la competencia desahogada entre los países por situarse ventajosamente en el mercado exportador, la caída de los precios de las materias primas procedentes del mundo periférico, el retorno de las economías primarias, en fin, de la lógica inherente al capitalismo de acumular a costa de la destrucción de los seres humanos y la naturaleza. El capitalismo es una relación profundamente desigual y el gran desarrollo productivo y la capacidad de consumo se concentran en los países centrales (Estados Unidos, la Unión Europea, Japón), donde se producen millones de toneladas de desperdicios. No otra cosa son los automóviles, teléfonos, televisores, neveras, pilas... que luego de ser usados pronto van a parar a la basura. Aunque las

materias primas utilizadas en la producción de esos artefactos proceden de los países dependientes de la periferia – cuando esas materias tenían un valor de uso, es decir, se podían utilizar –, se convierten en basura inservible, luego de que han sido usados por consumidores del Norte y por sus émulos en los países del Sur. Y es en este momento cuando nuevamente se piensa en esos países pobres como receptáculo de las deyecciones que origina el consumo desenfrenado de los opulentos del Norte. Esto puede considerarse como una característica del imperialismo ecológico.

## **LA REVOLUCIÓN, INDISPENSABLE PARA EVITAR LA CATÁSTROFE A QUE NOS CONDUCE EL CAPITALISMO**

Recogiendo el célebre enunciado de Walter Benjamin, es necesario reivindicar la necesidad de una revolución anticapitalista que supere al capitalismo, pero que también se proponga rebasar la civilización industrial existente, reconstruyéndola desde sus mismos cimientos, en lo relativo, por ejemplo, al uso de la energía fósil, al fetichismo del automóvil y de las enormes aglomeraciones urbanas. Desde esta perspectiva, la única posibilidad real que existe al respecto es la utilización de la energía solar (Altvater, 1994).

Esa revolución se debe proponer la superación del capitalismo puesto que ya están claramente establecidos tanto sus límites como los problemas que su existencia acarrea para los seres humanos y para la ecosfera. Pero también la superación de la civilización industrial, puesto que no es suficiente con rebasar el capitalismo sin proponer otro tipo de modernidad, que haga un replanteamiento de cuestiones vitales, entre las cuales estarían: una redistribución de la riqueza, el ataque paralelo al capitalismo y al patriarcado, la transformación radical de las políticas de industrialización hasta ahora implementadas, el abandono del

progreso tecnológico como eje de las relaciones entre la economía, la sociedad y la naturaleza, la reorientación de la ciencia y la tecnología con la finalidad de que se conviertan en conocimientos que beneficien a las mayorías de la población, el abandono de la ganancia y del despilfarro de recursos a nombre de la eficiencia del mercado... Una revolución anticapitalista es necesaria para evitar la catástrofe a la que nos conduce el capitalismo mundial, lo que requiere de una revisión completa del culto al progreso. La revolución ya no sería realizada para impulsar el tren del progreso, sino para detener la vertiginosa carrera de ese tren hacia la muerte, en el que, aunque no lo queramos, todos estamos viajando. Esto implica la renovación de la concepción sobre las fuerzas productivas destructivas y la depredación de la naturaleza, así como requiere de la participación de diversos sujetos y clases sociales.

Todo esto hoy suena más utópico que nunca, pero acaso no es precisamente esa ausencia criminal de utopía, de sueños movilizadores lo que le está haciendo falta a la humanidad, mientras que las utopías reaccionarias del capital con sus falsos paraísos de prosperidad y bienestar se tornan verdaderas pesadillas para más del 80 por ciento de la población mundial, a la par que la exhibición vergonzosa de la tecnología y de la ciencia se convierte en una nueva pornografía contra el mundo pobre, ahora considerado innecesario y desechable.

Y, desde luego, dentro de las perspectivas antiprogresistas de una revolución es imprescindible el componente ecosocial, que requiere una nueva forma de entender y asumir las relaciones no sólo entre los seres humanos sino entre éstos y la naturaleza.

El socialismo debe complementar la lucha contra las consecuencias regresivas de la mundialización del capital con su parafernalia técnica y científica que arrasa lo que encuentra en su camino con la lucha solidaria con los pueblos y culturas que resisten la arremetida del capitalismo. También debe reafirmar los principios que siempre guiaron esa lucha,

como son los de la justicia, la igualdad, la fraternidad, el internacionalismo, la democracia real y el comunismo. Esto se evidencia con más claridad en los planteamientos del ecosocialismo, un proyecto al que ha contribuido en forma directa Michael Löwy.

## ECOSOCIALISMO

En los últimos años ha emergido una propuesta ecosocialista que, al estudiar la crisis ecológica, vincula los aspectos sociales y ambientales y señala al capitalismo como el responsable de la destrucción ambiental. Por eso mismo, plantea profundos cambios sociales para conseguir una relación no depredadora entre las estructuras sociales y la naturaleza (Hedstrom, 1990). Como parte del nexo que establece entre la crítica anticapitalista y los invaluable aportes de la ecología, tiene algunas características que vale la pena destacar.

En primer lugar, la ecología supone una visión integral del mundo, una perspectiva holística de la vida y de la sociedad, con una "sensibilidad biofila, afirmativa de la vida en todas sus dimensiones" (Boff, 1992). La ecología integral reivindica una relación directa con el sistema social, pues si no se relaciona el medio ambiente con la sociedad, se termina en el ambientalismo tradicional. Hoy, no tiene sentido separar las cuestiones ecológicas y las sociales, porque salvar tanto al planeta como a la humanidad más desvalida y pobre forma parte de un mismo proyecto, en esencia anticapitalista. Hay que resaltar que la ecología analiza las relaciones entre las sociedades humanas y su medio ambiente, la naturaleza y la biosfera, lo cual introduce elementos indispensables para entender el impacto del modo de producción capitalista sobre los ecosistemas, por su lógica intrínseca de funcionamiento en el ámbito de la producción y el consumo. Esto lleva a cuestionar los aspectos dominantes del capitalismo, tales como la agroindustria, la industria petroquímica, el sistema de transporte,

vistos como resultado de un modelo de civilización impuesto por los intereses del capitalismo. Esta denuncia de los fetiches del capitalismo apunta a desentrañar las fuerzas sociales que están detrás de la destrucción ambiental y busca entender cómo se relaciona la explotación de los seres humanos con la degradación de la naturaleza. En este sentido, las mismas fuerzas que son responsables de la crisis ecológica lo son de la crisis social, tales como las grandes empresas multinacionales, las clases dominantes a nivel local y mundial, los estados imperialistas y las instituciones económicas internacionales.

En segundo lugar, en diversas corrientes ecológicas se ha gestado una forma de pensamiento para analizar la destrucción de la naturaleza, que debe ser recuperada y entendida por el pensamiento socialista. Uno de esos aportes destaca que las contradicciones no pueden ser reducidas a cuestiones de clase o económicas (Rousset, 2001). De este asunto se desprende una consideración fundamental sobre la historia, que apunta a desterrar esa concepción lineal, acumulativa y “progresiva” y optar por una visión abierta, no mecanicista y antilineal.

En tercer lugar, el discurso ecologista, que empezó a criticar los límites del crecimiento desde finales de la década de 1960, postuló que el ser humano no sólo está inserto en relaciones sociales, sino que también forma parte de la naturaleza porque también es naturaleza; y que el crecimiento económico tiene límites naturales (tales como el agotamiento de los bienes naturales y de la energía) que no pueden ser superados. De estos dos principios se desprende “que también existen condiciones naturales de posibilidad para el desarrollo de la lucha de clases en el planeta Tierra y para la agudización de las contradicciones económicas, políticas y culturales en los regímenes caracterizados por el imperio de la desigualdad” (Buey, 2002, p. 45).

En cuarto lugar, la categoría de “límites” introducida por diversos pensadores de la

ecología, o cercanos a ella, se ha convertido en un útil teórico indispensable para entender el capitalismo contemporáneo. Y lo es en la medida que la idea capitalista de un desarrollo ilimitado está en la base de la crisis ambiental del planeta, porque de ella se derivan concepciones, teorías, prácticas y políticas que se han materializado en la economía, en la tecnología y en la ciencia con la pretensión de que no existen obstáculos que limiten el crecimiento irrefrenable de la acumulación de capital, del desarrollo tecnológico y del conocimiento científico. Incluso, esta misma perspectiva ha influido a diversas corrientes de la izquierda mundial y del movimiento obrero desde finales del siglo XIX, con los catastróficos resultados que de allí se derivaron en la URSS y en los países del socialismo burocrático.

La ecología puede definirse, en forma breve, como el pensamiento de los límites, porque analiza “las constricciones estructurales que, para las acciones y los proyectos humanos, se derivan de la finitud y vulnerabilidad de la biosfera, del carácter antrópico del universo y de las características orgánicas, psíquicas y sociales del ser humano” (Riechmann, 2000, p. 55). Con la idea de “límites”, el ser humano, embebido de una embriaguez prometeica por el capitalismo de conquista y sometimiento de lo que encuentra a su paso, puede recuperar su modestia y empezar a dudar de la omnipotencia de la ciencia y la tecnología. En sentido contrario, la ignorancia de los límites puede considerarse como la nueva utopía del capitalismo, que se expresa en la apología de la huida en todos los sentidos: huida de los límites del crecimiento económico, presumiendo en forma arrogante de utilizar nuevas fuentes de energía (la nuclear, por ejemplo) y de superar la entropía (inventando nanotecnologías); huida de la tierra, hacia el cosmos; huida de la naturaleza humana, considerando que el cuerpo humano adolece de defectos de construcción, hacia el poshombre (mediante la ingeniería genética y la simbiosis del cerebro humano con la máquina); y huida de la sociedad y de

la vida real hacia el ciberespacio (Riechmann, 2004, p. 36). Ante esa arrogancia, el aporte de la ecología crítica radica en vivir dentro de los límites.

En quinto lugar, los aportes de la economía ecológica al análisis del capitalismo estriban en haber demostrado que la economía es un sistema abierto, pero inserto en un ecosistema cerrado (la tierra), o, más exactamente, que la tierra constituye un sistema abierto con respecto a la energía solar, pero un sistema cerrado respecto a los materiales. Por esto, la actividad económica está sometida a las leyes de la termodinámica y no puede eludir el gasto de materia y de energía y los desechos que de allí se derivan. La economía ecológica recalca que la lógica de la economía capitalista, con su concepción de crecimiento ilimitado, choca con la disponibilidad limitada de materiales y energía, o, en otros términos, que la economía debe considerar, porque finalmente está limitada por ellos, a los ritmos naturales, en cuanto a la cantidad y tipo de bienes naturales (renovables o no renovables), así como el reciclaje de los desechos. Sin embargo, los economistas ecológicos no han sido claros en plantearse la cuestión relativa a la imposibilidad, para el capitalismo, de ser sustentable, es decir, de generar unas formas de producción ecológicas, porque les ha faltado una visión política del sistema capitalista y sus contradicciones, un aporte indudable de la tradición marxista.

En síntesis, el ecosocialismo puede entenderse como una corriente de pensamiento y de praxis ecológica, social y política que integra los aportes fundamentales de la tradición marxista, pero liberándose del culto a las fuerzas productivas, de la adoración al progreso y del autoritarismo burocrático. Por ello, el ecosocialismo integra a lo mejor de la praxis y del pensamiento universal crítico y anticapitalista, lo cual supone considerar una variedad de aportes de diversas tradiciones sociales y políticas: de los pueblos indígenas su defensa de la economía moral de la multitud; de los anarquistas la lucha antiestatal y contra el

autoritarismo; el antiimperialismo de los pueblos del Sur para defender su autonomía y su lucha contra la dominación transnacional; de Marx su método de análisis social, su crítica del capitalismo, su reivindicación de la lucha de clases y su descarnado análisis de la mercancía y el dinero; de la economía ecológica la interrelación de los distintos elementos de la naturaleza, entre ellos la energía solar, la única energía inacabable en la escala de la historia humana; de las ecofeministas su reivindicación del papel central de las mujeres en la preservación de los ecosistemas y de su lucha antipatriarcal como una contribución decisiva contra la opresión y la discriminación... Todo esto y mucho más enriquecen al ecosocialismo una perspectiva que incorpora las mejores tradiciones de lucha de diversas épocas al combate anticapitalista del día de hoy. Concentremos, sin embargo, en los aportes del socialismo, la corriente que ha desarrollado las críticas más sistemáticas y coherentes del capitalismo.

El socialismo moderno hereda los sueños igualitarios y la rebelión de diversos pueblos de la tierra contra la mercantilización capitalista, al reivindicar el bien común y la justicia social. Marx rechazó la reducción del ser humano a una cosa mercantil y monetaria. En esa dirección, priorizaba el ser sobre el tener y la posesión. Sin embargo, él no vislumbró que, dentro de las necesidades humanas (entre las que destacó el tiempo libre, la reducción de la jornada de trabajo, la autonomía de los individuos, la creación artística), existe una de actualidad inmediata para los seres humanos: la necesidad de preservar el entorno natural (aguas limpias, aire no contaminado, alimentación sin productos químicos...) ante el insaciable productivismo capitalista.

El énfasis del ecosocialismo en señalar a la sociedad capitalista con nombre propio y sin eufemismos como el responsable de la crisis ambiental, y de plantear la relación estrecha que existe entre la explotación de los seres humanos y la destrucción de la naturaleza, lo distingue de los discursos dominantes de

la ecología política. Esta última, a pesar de los anuncios de ciertos autores, hasta ahora no ha sido capaz de construir una teoría social crítica ni mucho menos de esbozar una propuesta de transformación social. De alguna manera, eso está relacionado con el intento de la mayor parte de sus gestores de dejar a un lado el análisis de la sociedad capitalista – incluso en el temor a usar este término –, para reemplazarla por un vocablo etéreo como es el de productivismo, noción más insustancial todavía si se recuerda que el socialismo real desapareció en Europa oriental y en la antigua URSS y, por esta razón, ya no se puede hablar de un productivismo distinto al que predomina en el capitalismo.

Este esguince terminológico no es un asunto nominalista, sino que remite a un problema teórico y político esencial a la hora de enfrentar los problemas ambientales. ¿Por qué el capitalismo mundializado, en lugar de remediar la crisis ambiental, cada día la hace más aguda? ¿Cuáles son los responsables del deterioro ambiental del planeta? ¿Es posible alcanzar un capitalismo ecológico? Para evadir estos acuciantes problemas, los teóricos y políticos de los partidos verdes europeos – que han hecho suyo el apelativo de ecología política – suelen afirmar que el socialismo es un pensamiento del siglo XIX, mientras que la ecología es del siglo XXI, en razón de lo cual el verde sustituye al rojo, lo cual implica que la crítica anticapitalista de la tradición teórica de Marx ya no tendría ninguna importancia. La cuestión, sin embargo, estriba en creer que puede abandonarse esta tradición teórica y política – esencialmente anticapitalista – en momentos en que el capitalismo se ha expandido por el mundo, mostrando su carácter aniquilador de los seres humanos y de la naturaleza. No asumir este asunto es esquivar las cuestiones claves sobre las relaciones de poder y las desigualdades sociales con la degradación de los ecosistemas (Rousset, 2001). Como bien lo puntualiza James O'Connor (2001, p. 169), “el hecho que una especie muera, un ecosistema

sea destruido o un área silvestre o pantanosa esté en peligro, son cuestiones políticas, ideológicas y culturales, además de ecológicas”. Una vez que se ha aceptado el carácter político de la crisis ecológica, “estamos en condiciones de empezar a identificar los intereses materiales específicos que pueden estar en juego”.

Recebido para publicação em 24 de janeiro de 2018  
Aceito em 21 de junho de 2018

## BIBLIOGRAFÍA

- ALTVATER, E. El precio del bienestar: expolio del medio ambiente y nuevo (des)orden mundial. Valencia: Edicions Alfons el Magnànim, 1994.
- BENJAMIN, W. “Tesis de filosofía de la historia”. En: \_\_\_\_\_. Para una crítica de la violencia. México: Editorial la nave de los locos, 1978.
- \_\_\_\_\_. Calle de sentido único. Madrid: Akal editores, 2015.
- BOFF, C. Ecología: planteamiento de la cuestión. 1992. Disponible en: <www.sjsocial.org/relat/4.htm>. Acceso en: 10 enero 2017.
- BUEY, F. “Rojo y verde (III)”. La Insignia, Madrid, dic. 2002.
- ENGELS, F. “La tutela de los Estados Unidos”. En: MARX, K.; ENGELS, F. Materiales para la historia de América Latina. Cuadernos de pasado y presente, Córdoba, 1972.
- FONTANA, J. Europa ante el espejo. Barcelona: Editorial crítica, 1994.
- FOSTER, J. B. A short economic history of the environment. Nueva York: Monthly review press, 1994.
- \_\_\_\_\_. The vulnerable planet: a short economic history of the environment. Nueva York: Monthly review press, 1994.
- HEDSTROM, I. ¿Volverán las golondrinas? La reintegración de la creación desde una perspectiva latinoamericana. San José: DEI, 1990.
- HOBSBAWN, E. “Addressing the Questions”. Radical history review, n. 57, 1993.
- JAMENSON, F. The postmodernism or the cultural logic of late capitalism. Londres: Verso, 1991.
- LÖWY, M. “La escuela de Frankfurt y la modernidad: Benjamin y Habermas”. Revista colombiana de Sociología, v. 1, n. 1, p. 23-30, enero/jun. 1990.
- \_\_\_\_\_. “Les ‘thèses’ de Walter Benjamin: une critique moderne de la modernité”. Etudes, 1992.
- \_\_\_\_\_. “Walter Benjamin et le marxisme”. Critique communiste, n. 132-134, 1993.
- \_\_\_\_\_. “A rebrousse-poil”. La conception dialectique de la culture dans les thèses de Walter Benjamin (1940). Les temps modernes, n. 575, juin 1994.
- \_\_\_\_\_. “Impérialisme: présentation II”. Actuel Marx, n. 18, 1995.
- \_\_\_\_\_. Rédemption et utopie: le judaïsme libertaire en Europe Centrale: une étude d'affinité élective. París: PUF, 1988.

- \_\_\_\_\_. "Avertisseur d'incendie: la critique de la technologie chez Walter Benjamin". *Multitudes: revue politique, artistique, philosophique*, 2003a. <<http://www.multitudes.net/avertisseur-d-incendie-la-critique/>>. Acceso en: 1 enero 2018.
- \_\_\_\_\_. Walter Benjamin: aviso de incendio: una lectura de las tesis sobre el concepto de historia. Buenos Aires: Fondo de cultura económica, 2003b.
- \_\_\_\_\_. Utopía y romanticismo revolucionario en Ernst Bloch. En: VEDDA, M. (Comp.). *Ernst Bloch: tendencias y latencias de un pensamiento*. Buenos Aires: Herramienta ediciones, 2007.
- \_\_\_\_\_. Ecosocialismo: la alternativa radical a la catástrofe ecológica capitalista. Buenos Aires: Ediciones herramienta: El colectivo, 2011.
- LÖWY, M.; SAYRE, R. *Rebelión y melancolía: el romanticismo como contracorriente de la modernidad*. Buenos Aires: Ediciones nueva visión, 2008.
- LÖWY, M.; VARIKAS, E. "Lesprit du monde sur les ailes d'une fusée: la critique du progrès chez Adorno". *Revue des Sciences humaines*, n. 229, enero/marzo 1993.
- MARX, C. "Futuros resultados de la dominación británica en la India". En: MARX, C.; ENGELS, F. *Acerca del colonialismo*. Moscú: Editorial progreso, 1981.
- O'CONNOR, J. *Causas naturales: ensayos de marxismo ecológico*. México: Siglo XXI editores, 2001.
- O'CONNOR, M. (Ed.). *Is Capitalism sustainable?* New York: The Guilford Press, 1994.
- \_\_\_\_\_. "El mercadeo de la naturaleza: sobre los infortunios de la naturaleza capitalista". *Ecología política*, n. 7, 1994.
- RIECHMANN, J. *Un mundo vulnerable: ensayos sobre ecología, ética y tecnociencia*. Madrid: Los libros de la Catarata, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Gente que no quiere viajar a Marte: ensayos sobre ecología, ética y autolimitación*. Madrid: Libros de la Catarata, 2004.
- RODOLSKY, R. *Federico Engels y la cuestión de los pueblos sin historia*. México: Cuadernos de pasado y presente, 1982.
- ROUSSET, P. *Lo ecológico y lo social: combates, problemas, marxismos*. 2001. Disponible en: <<https://www.rebelion.org/hemeroteca/ecologia/rousset170401.htm>>. Acceso en: 23 feb. 2017.
- THOMPSON, E. P. *William Morris, de romántico a revolucionario*. Valencia: Edicions Alfons el Magnanim, 1988.
- WOLFF, E. R. *Europa y la gente sin historia*. México: Editorial Fondo de cultura económica, 1994.

**ROMANTISM, PROGRESS CRITICISM AND  
ECOSOCIALISM***Renán Vega Cantor*

The purpose of this article is to show that the ecosocialist proposal is part of a set of concerns related to revolutionary romanticism and the critique of progress. It is, to use a notion so dear to Löwy, to find the elective affinities that exist between revolutionary romanticism, criticism of progress and ecosocialism. Therefore, in this exhibition, we always emphasize the ecological implications of the reflections of M. Löwy or that derive from the authors and problems that he has studied.

KEY WORDS: Ecosocialism. Revolutionary romanticism. Walter Benjamin. Anti-capitalism.

**ROMANTISME, CRITIQUE DU PROGRES ET  
ECOSOCIALISME***Renán Vega Cantor*

L'objectif de cet article est de montrer que la proposition écosocialiste s'inscrit dans un ensemble de préoccupations, liées au romantisme révolutionnaire et au critique du progrès. C'est, pour utiliser une notion si chère à Löwy, de trouver les affinités électives qui existent entre le romantisme révolutionnaire, la critique du progrès et l'écosocialisme. Par conséquent, dans cette exposition, nous soulignons toujours les implications écologiques des réflexions de M. Löwy ou qui découlent des auteurs et des problèmes qu'il a étudiés.

MOTS-CLÉS: Ecosocialisme Romantisme révolutionnaire. Walter Benjamim. Anticapitalisme.

## DOIS MESTRES NA PERIFERIA DO CAPITALISMO: Michael Löwy e Mariátegui

*Ruy Braga\**  
*Deni Alfaro Rubbo\*\**

O objetivo deste artigo é discutir alguns dos desdobramentos da interpretação da teoria do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, presente em várias passagens da obra de Michael Löwy, a fim de indicar sua importância para a renovação crítica do marxismo latino-americano. Para tanto, buscaremos avançar por três momentos: 1) em primeiro lugar, iremos apresentar os delineamentos gerais da teoria do desenvolvimento desigual e combinado na obra de Löwy; 2) na sequência, vamos destacar a importância do contexto histórico latino-americano entre os anos de 1959 e 1979 no esforço interpretativo e político de Löwy, balizado, sobretudo, pela atualização da teoria do desenvolvimento desigual e combinado; finalmente, 3) argumentaremos que a fecundidade da interpretação de Löwy, no tocante ao contexto latino-americano, advém de sua familiaridade com o pensamento do marxista peruano José Carlos Mariátegui.

PALAVRAS-CHAVE: Löwy. Mariátegui. Marxismo. Sociologia. América Latina.

### INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é discutir alguns dos desdobramentos da interpretação da teoria do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, presente em várias passagens da obra de Michael Löwy (1938-), a fim de indicar sua importância para a renovação crítica do marxismo latino-americano. Para tanto, buscaremos avançar por três momentos: 1) em primeiro lugar, iremos apresentar os delineamentos gerais da teoria do desenvolvimento desigual e combinado na obra de Löwy; 2) na sequência, vamos destacar a importância do contexto histórico latino-americano entre os anos de 1959 e 1979 no esforço interpretativo e político de Löwy, balizado, sobretudo, pela atualização da teoria do desenvolvimento desigual e combinado; finalmente, 3) argumenta-

remos que a fecundidade da interpretação de Löwy, no tocante ao contexto latino-americano advém de sua familiaridade com o pensamento do marxista peruano José Carlos Mariátegui (1894-1930), cuja obra é por ele estudada sistematicamente, desde, ao menos, meados dos anos 1970.

Trata-se de uma familiaridade que revela muito da agenda investigativa construída por Michael Löwy ao longo de mais de cinco décadas. Afinal, seu engajamento na reconstrução crítica do marxismo como um programa aberto de investigação comprometido com as lutas de emancipação não é novidade. Desde muito jovem, acantonado na esquerda antistalinista, Löwy encarnou como poucos a vitalidade da tradição do marxismo crítico, seja por meio de sua análise das revoluções sociais no século XX, seja mediante a difusão de autores marxistas da América Latina que empregaram, direta ou indiretamente, esse recurso analítico. Nessa trajetória, é de se destacar como a interpretação empreendida por Löwy da obra de José Carlos Mariátegui sobre a formação social peruana e as comunidades indígenas serviu como demonstração da vitalidade da tradição

\* Universidade de São Paulo (USP). Departamento de Sociologia.  
Av. Professor Luciano Gualberto, 315. Cidade Universitária. Cep: 05508-080. São Paulo – São Paulo – Brasil.  
ruy.braga@uol.com.br

\*\* Universidade de São Paulo (USP)  
Av. Professor Luciano Gualberto, 315. Cidade Universitária. Cep: 05508-080. São Paulo – São Paulo – Brasil.  
deni\_out27@uol.com.br

crítica do marxismo no tocante à análise das sociedades pós-coloniais e (semi) periféricas.

No entanto, apesar da importância do pensamento de Mariátegui na reconstrução crítica que Löwy realizou da teoria do desenvolvimento desigual e combinado, vale destacar que a matriz que inspirou originalmente sua abordagem não passou pelo marxista peruano. “Homem de muitos mundos”, tal qual diria Boff (2007, p. 15), Michael Löwy nasceu no Brasil, onde se tornou militante socialista e iniciou sua trajetória como um dos mais renomados teóricos marxistas vivos. Por meio de seus estudos dedicados a autores como Karl Marx, Che Guevara, Antonio Gramsci, Rosa Luxemburgo, Georg Lukács, Lucien Goldmann e Walter Benjamin, Löwy soube revelar, empregando o instrumental da crítica cultural materialista e da sociologia da religião, dilemas, impasses e atualizações da teoria crítica frente a diferentes transições históricas promovidas pelo capitalismo contemporâneo.<sup>1</sup>

De família de judeus imigrantes, Löwy formou-se no curso de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (USP). Foi aluno de expoentes da sociologia brasileira, como Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Antonio Candido, Fernando Henrique Cardoso, Aziz Simão, dentre outros. Uma curiosidade desse percurso, conforme observa Ridenti (2007, p. 170-171), é que “... sua obra nunca tenha se debruçado mais detidamente sobre a sociedade brasileira, nem sobre qualquer intelectual conterrâneo”, ainda que se possa notar a influência de Caio Prado Júnior em alguns de seus trabalhos (Löwy, 2004, p. 11).

Apesar disso, Löwy tem demonstrado, ao longo das décadas, um cuidado muito especial com os temas latino-americanos. Como

observa Antunes (2007, p. 20), a vida no Norte global não fez com que Löwy abdicasse de sua “alma latino-americana”. Não custa lembrar que ele fez parte de uma geração que, em grande medida, ligou-se politicamente à trajetória e ao destino da Revolução Cubana. Nas palavras de Emir Sader: “Um processo heterodoxo como o cubano trazia a atualidade da revolução até nós, e nos chegava pelas mãos do Michael, que teve toda sua trajetória ligada ao socialismo, à confiança na revolução, à ética revolucionária, à indissolubilidade entre teoria e prática” (Sader, 2007, p. 164).

Na realidade, conforme afirma o próprio Löwy, “... a espetacular radicalização da Revolução Cubana e sua opção socialista em 1960-1961 fizeram de Cuba, durante muitos anos, um componente essencial do coquetel marxista com que se nutriu toda minha geração” (2004, p. 11). Não foi por acaso que ele dedicou parte de sua produção intelectual à história do pensamento marxista latino-americano, especialmente às trajetórias de Che Guevara (1928-1967) e de José Carlos Mariátegui.<sup>2</sup> Posteriormente, tendo em vista seu projeto de reconstruir o marxismo a partir da corrente do romantismo revolucionário, ele buscou igualmente identificar algumas afinidades e influências entre o cristianismo da libertação, muito presente na América Latina, e a tradição marxista (Löwy, 2000).<sup>3</sup>

Neste sentido, Löwy interessou-se pelo ativismo histórico dos movimentos camponeses e indígenas, em especial, pela trajetória do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (Löwy, 2007). Para

<sup>2</sup> Doravante JCM.

<sup>3</sup> Para Traverso (2012), a relação constituída entre a trajetória intelectual de Michael Löwy e a cultura latino-americana se divide em três momentos: o impacto do guevarismo como corrente “voluntarista” tanto no plano ético como político; a obra de Mariátegui, para quem o “marxismo deixou de ser um produto importado para criar raízes na cultura do continente e se tornar uma expressão autêntica”; e a teologia da libertação, que encontrou uma “síntese entre socialismo e a ética anticapitalista que anima as comunidades de base da igreja católica”. Ver também Dianteill (2012, p. 55-57), que apontou três constelações na trajetória de Löwy: a judeu-germânica, a romântica-surrealista e a “revolucionária latino-americana”

<sup>1</sup> Sociólogo público “internacionalista”, sempre atento às possibilidades da emancipação em escala planetária, Löwy notabilizou-se como intérprete do ideário da esquerda contemporânea, sendo improvável que algum estudante de Ciências Sociais desconheça, ao menos, um de seus trabalhos. Com uma produção teórica que remonta ao início da década de 1960, ele é autor de dezenas de livros e centenas de ensaios, traduzidos em mais de vinte e cinco idiomas, alcançando uma rara consagração entre seus pares.

ele, em larga medida, esses fenômenos políticos contemporâneos revelam não apenas a reprodução das tensões do capitalismo na semi-periferia como também a atualidade da crítica marxista das ideologias do progresso social que enrijeceram as experiências políticas stalinista e socialdemocrata ao longo do século XX.

Da perspectiva de sua visão política de mundo, Löwy mostrou-se sempre um socialista preocupado com a dimensão internacionalista das lutas sociais, atuando na criação da Liga Socialista Independente (LSI), em 1955, junto a militantes “luxemburguistas”, entre os quais se destacavam Paul Singer e Maurício Tragtenberg. No início década de 1960, ele participou da fundação da Organização Revolucionária Marxista “Política Operária” (Polop), agrupamento político anticapitalista formado por estudantes e militares de baixa patente, que se propôs a disputar a hegemonia com o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Em Paris, ele ingressou na Ligue Communiste Révolutionnaire (LCR), seção francesa da Quarta Internacional, relacionando-se ativamente com o trotskismo. A “paixão amorosa, política e intelectual” por Rosa Luxemburgo (cf. Loureiro, 2007), a fascinação pelo espírito e pela imaginação rebelde surrealista, a intimidade com o pensamento de Leon Trotsky e a influência da sociologia marxista da cultura de Lucien Goldmann (com quem foi para a França fazer sua tese de doutorado) demonstraram, ao longo dos anos, seu compromisso com a reconstrução crítica do marxismo, capaz de inspirar um programa investigativo à altura das antinomias produzidas pela reprodução das contradições capitalistas na contemporaneidade.

## CONVERGÊNCIAS E COMPLEMENTARIEDADES

Esse programa investigativo apoiou-se em uma abordagem antiteleológica das lutas de classes, inspirada na teoria do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo,

que buscou valorizar as bifurcações e as encruzilhadas da história. Trata-se de um antídoto para as análises “etapistas” e “dualistas” que interpretaram o progresso da história em termos de avanços e recuos sobre um mesmo eixo cronológico pré-determinado. Uma das teses mais problematizadas pela economia e pela sociologia marxistas, a teoria do desenvolvimento desigual e combinado, além de inspirar uma interpretação renovada do imperialismo, foi também responsável por romper com o evolucionismo, a ideologia do progresso e o eurocentrismo, muito comuns no marxismo no pós-Segunda Guerra Mundial (Löwy, 1998, p. 73).

Aqui, vale lembrar que Löwy avançou em paralelo a outros autores brasileiros que também incorporaram a teoria do desenvolvimento desigual e combinado em suas interpretações de fenômenos sociais tipicamente semi-periféricos, como Francisco de Oliveira e Francisco Weffort, por exemplo. Tratava-se de um amplo esforço de interpretação das especificidades do modo de reprodução do capitalismo na semi-periferia. Esse estilo de análise rompeu com as abordagens dualistas que superestimavam a presença dos resíduos tradicionais no processo de formação da classe operária brasileira. Em suma, uma nova teoria sobre a reprodução contraditória do capitalismo na periferia surgiu do esforço reflexivo mais ou menos coordenado desses autores.

Em sua crítica à razão dualista, por exemplo, Oliveira (2003) partiu de uma afirmação bastante inusual a respeito da resiliência da economia de subsistência nas cidades: ao comprimir os custos de reprodução da força de trabalho, os vestígios rurais no contexto urbano potencializariam a acumulação de capitais. Resultado da combinação de nossa herança rural com a superexploração do trabalho, a precariedade seria inerente ao modelo de desenvolvimento fordista periférico. Retornando ao capítulo XXIV de *O capital*, o modelo agrícola brasileiro foi reavaliado à luz da acumulação primitiva, ou seja, como apropriação de excedentes não mercantis.

Em suma, para Chico de Oliveira, o modo de regulação do pós-Segunda Guerra no Brasil teria identificado, na incorporação das classes trabalhadoras ao compromisso populista, uma oportunidade de mitigar a resistência dos proprietários rurais à expansão da indústria. No entanto, eles não foram afastados, nem da estrutura do poder, nem dos benefícios trazidos pela industrialização. Conforme Chico de Oliveira, ao contrário do capitalismo avançado, o fordismo periférico brasileiro não “destruiu completamente o antigo modo de acumulação”.

Esse tipo de relação nutriu-se da crise de legitimidade dos grupos dominantes após a Revolução de 1930: nem os decadentes setores cafeeiros, nem as frágeis classes médias, nem os incipientes grupos industriais lograram construir uma hegemonia capaz de totalizar seus interesses classistas. Conforme Weffort, surgiu, nesse contexto, a “única fonte de legitimidade possível ao novo Estado brasileiro”, ou seja, as massas urbanas. Da necessidade de superar a crise de legitimidade do Estado adveio a principal característica da regulação populista: incorporar em parte, frustrando progressivamente, as expectativas populares despertadas pela modernização social.

A exemplo de Chico de Oliveira, Weffort (2008) interpretou a relação do moderno com o arcaico não como uma exterioridade conflitiva, mas como uma unidade contraditória. Assim, ele enfatizou a importância da ação das massas populares numa fase da história brasileira em que predominava um modo de regulação formalmente democrático. Daí sua ênfase na função de intermediação da estrutura sindical entre o poder político e a classe operária. Ao representar certas reivindicações econômicas dessa classe junto ao poder político e, ao mesmo tempo, representar o poder político junto ao operariado, Weffort revelou a força da “pressão” dos subalternos sobre o Estado.

Em sua opinião, a democracia brasileira, sob o populismo, estaria deixando de ser uma simples formalidade, como o fora durante

a República Velha, para se tornar algo novo: uma “revolução democrática”. No entanto, se o populismo resultou das pressões dos trabalhadores sobre o Estado, ele seria, igualmente, o produto da “traição das massas populares” por governos incapazes, tendo em vista as limitações do fordismo periférico de cumprir suas promessas reformistas. Por sua vez, essa “traição” alimentaria novas pressões, e assim sucessivamente. A complementariedade existente entre Chico de Oliveira e Francisco Weffort deriva tanto de sua crítica da ideologia da modernização, própria às abordagens dualistas, quanto da problematização da relação entre a particularidade do capitalismo brasileiro e a universalidade do mercado mundial.

É possível perceber uma aguda relação de afinidade que enlaça as interpretações de Chico de Oliveira, de Francisco Weffort e de Michael Löwy, inspirados pela teoria do desenvolvimento desigual e combinado, sobre a reprodução do capitalismo na semiperiferia latino-americana. No início dos anos 1980, Löwy publicou dois trabalhos dedicados à história das ideias marxistas nas sociedades periféricas. O primeiro deles foi *Le marxisme en Amerique Latine*, uma antologia de escritos marxistas latino-americanos, publicada em francês, logo traduzida para o espanhol e, finalmente, para o português, que continha uma exaustiva introdução dedicada à especificidade do marxismo latino-americano (Löwy, 2006). Logo depois, Löwy sistematizou suas reflexões sobre a teoria do desenvolvimento desigual e combinado no volume intitulado *The Politics of Combined and Uneven Development*, originalmente uma encomenda do historiador britânico Perry Anderson,<sup>4</sup> onde descortinou o desenvolvimento teórico da revolução permanente nos países capitalistas semiperiféricos,

<sup>4</sup> Michael Löwy, em correspondência com Deni Alfarro Rubbo, em agosto de 2015. Por conta da pesquisa de Doutorado desenvolvida atualmente no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP por Deni Alfarro Rubbo e orientada por Ruy Braga, os autores deste artigo têm dialogado de forma intensa com Michael Löwy a respeito de sua trajetória e de sua produção teórica. Com a devida autorização de Löwy, trechos desses diálogos serão citados no presente artigo.

assim como empreendeu uma análise concreta das diversas revoluções socialistas do século XX (Löwy, 2015).

Nesse último livro, é possível registrar a elaboração de uma visão dialética do processo histórico do “marxismo aberto” de Leon Trotsky, diante de sua análise sobre a formação social russa, marcada por “saltos súbitos”, “fusões contraditórias” e “combinações inesperadas”. Assim, com a difusão mundial do capitalismo a partir do século XVII, as nações capitalistas periféricas foram sendo plasmadas a partir da combinação de temporalidades heterogêneas, que atendiam aos litígios do capitalismo internacional, fundadas na contradição existente entre os processos internos e as forças externas do desenvolvimento capitalista mundial.

Segundo Löwy, as características metodológicas que embasavam a teoria da revolução permanente de Trotsky eram: a adoção do ponto de vista da totalidade para a análise dialética do mercado mundial e da luta de classes em escala nacional (Löwy, 2014, p. 68); o caráter aberto da historicidade social, atrelado a uma concepção crítica e dialética do desenvolvimento histórico (*Idem*, p. 70); a síntese entre o particular e o universal na formação das tendências gerais do desenvolvimento capitalista. De uma perspectiva estratégica, Trotsky construiu, *sob a hegemonia proletária*, um programa político que combinava medidas democráticas, nacionais e socialistas, ou melhor, uma transição ininterrupta da revolução democrática para a socialista.

## TEORIA E HISTÓRIA

Vale mencionar que, no mesmo período em que Löwy publicou seus estudos sobre a América Latina contidos no livro dedicado à teoria do desenvolvimento desigual e combinado, o processo da revolução sandinista inspirava o imaginário político e intelectual da esquerda latino-americana, assim como outras revoluções políticas ocorridas em países da

periferia permaneciam em aberto, carentes de um balanço cabal a respeito de seus desdobramentos. Em certo sentido, trata-se de uma das características do desenvolvimento desigual e combinado: países periféricos podiam se transformar na vanguarda de transformações futuras. Isso fez com que Löwy elaborasse uma análise comparativa das revoluções em curso entre diferentes países (Iugoslávia, China, Cuba, Vietnã e Nicarágua) (Löwy, 1998, p. 78).

Comentando o livro de Löwy, Roberto Schwarz contextualizou o alcance e os limites dessa empreitada:

Pois bem, até os anos 1970, a série das revoluções em países periféricos pareceu dar certa razão a Trotsky, no que respeita à conquista do poder. Na etapa subsequente, contudo, quando se tratava de construir a sociedade superior e alcançar o bem-estar dos países adiantados, o peso do determinismo econômico reapareceu com toda força, ao passo que o voluntarismo revolucionário se mostrou insuficiente. Enquanto o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo se renovava e se aprofundava velozmente, a política da revolução permanente chegava a um impasse, menos porque fosse impensável o assalto ao poder por uma vanguarda, e mais porque o caminho ulterior em direção do socialismo parecia bloqueado (Schwarz, 2007, p. 160).

Mesmo com as revoluções periféricas abortadas, o desafio do desenvolvimento desigual e combinado mostrou-se um recurso analítico produtivo para interpretar diferentes contextos nacionais periféricos. Tendo em vista o advento do neoliberalismo e da globalização capitalista nos anos 1970 e 1980, é possível afirmar que se trata de uma teoria que foi se transformando em um instrumento de análise cada dia mais fecundo. Uma vitalidade que pode ser observada na forma como Löwy interpretou a história das idéias políticas e de desenvolvimentos teóricos do marxismo latino-americano no século XX a partir do tema da revolução na periferia do capitalismo, “incorporando documentos de diferentes correntes do marxismo [...], inclusive das correntes minoritárias, esquecidas pela história oficial dos universitários (e pela dos partidos comunistas)” (Löwy, 2006, p. 65).

Por resgatar a importância analítica e política de autores e correntes minoritárias e subterrâneas do marxismo latino-americano, o trabalho de Löwy compôs um painel de espaços políticos acirrados, desiguais e combinados, tanto na formulação de estratégias e táticas políticas quanto na análise das diferentes formações sociais do continente. Para o sociólogo crítico, no plano das ideias políticas, a controvérsia central na história do marxismo latino-americano oscilou entre a perspectiva eurocêntrica e o ponto de vista “concreto-dialético”, “deixando de lado o eclético e exótico indo-americanismo, que tende a ultrapassar as fronteiras do marxismo” (Löwy, 2006, p. 13).

Como foi destacado acima, pelas características que a definem como matriz teórica explicativa, a teoria do desenvolvimento desigual e combinado encontrou abrigo na posição “dialético-concreta” identificada por Löwy. A corrente eurocêntrica, caracterizada pelos PCs, que se esforçou em transpor mecanicamente para a realidade latino-americana uma versão rígida e unilateral do “modelo de desenvolvimento” europeu ocidental, revelou-se pouco instrumentalizada para dar conta das características da reprodução do capitalismo na periferia, em especial quando pensamos na relação entre o nacional e o internacional, além das implicações da reprodução das diferentes temporalidades sociais para a trajetória dos processos de proletarianização e de formação da estrutura de classes no continente.

As críticas à noção de “burguesia nacional”, à doutrina do “feudalismo” e aos esquemas etapistas e dualistas que caracterizavam o marxismo oficial latino-americano eram voz corrente na esquerda antistalinista. O pioneirismo revelou-se nas análises de trotskistas brasileiros, como o trabalho “Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil”, de Mario Pedrosa e Lívio Xavier (1930). Na historiografia, o debate da natureza capitalista ou semifeudal da economia colonial esteve no cerne das controvérsias teóricas e políticas na América Latina. Trabalhos sobre a formação

histórica das classes sociais, com a articulação entre traços semifeudais e capitalistas, do historiador brasileiro Caio Prado Júnior (1951), do argentino Sérgio Bagu (1949) e do chileno Marcelo Segall (1953) são outros bons exemplos. Segundo Milcíades Peña (1957) e Luís Vitale (1966), “... vão utilizar a teoria do desenvolvimento desigual e combinado para analisar a articulação entre elementos escravistas ou semifeudais com o capitalismo, sempre insistindo sobre a predominância deste último” (Löwy, 1998, p. 80).

Contudo a interpretação da realidade latino-americana a partir da teoria do desenvolvimento desigual e combinado não se limitou à influência sobre os trotskistas e os historiadores latino-americanos. Para Löwy, foi o advento da Revolução Cubana que abriu uma verdadeira brecha na história do marxismo latino-americano a partir de uma grande transformação da história do subcontinente. Em poucas palavras, aos olhos do sociólogo marxista, o processo cubano demonstrou: “... a possibilidade objetiva de uma revolução combinar tarefas democráticas e socialistas em um processo revolucionário *ininterrupto*” (Löwy, 2006, p. 45, grifos do autor).

Em certa medida, a Revolução Cubana representou o estímulo necessário ao desenvolvimento de uma ciência social marxista criativa nas universidades latino-americanas. No esforço de atualização do instrumental teórico marxista e sob os mais diferentes campos temáticos de pesquisa (movimento operário, sindicalismo, populismo, marginalidade, dependência e subdesenvolvimento, questão agrária etc.), autores latino-americanos dedicaram-se a decifrar a especificidade da reprodução contraditória das relações de produção capitalistas em seus respectivos países.<sup>5</sup>

Muitos deles serviram-se, de forma mais ou menos explícita, da teoria do desenvolvimento desigual e combinado, a fim de

<sup>5</sup> Para uma análise sobre a influência da lei do desenvolvimento desigual e combinado nos intelectuais brasileiros, ver Demier (2007).

caracterizar as particularidades das formações sociais em questão, incrementando a interpretação das possibilidades abertas pelos diferentes movimentos sociais de emancipação que se espalharam pelo continente (Löwy, 1998, p. 79). Evidentemente, tratava-se de um conjunto de autores (Rodolfo Stavenhagen, Florestan Fernandes, André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini, Aníbal Quijano, Octávio Ianni, Chico de Oliveira, etc.) que se manteve distante tanto das ideologias da modernização social, inspiradas pelo dualismo (atrasado e moderno) cepalino, quanto do empobrecedor etapismo stalinista.<sup>6</sup>

## MICHAEL LÖWY E JOSÉ CARLOS MARIÁTEGUI

Para Löwy, a teoria do desenvolvimento desigual e combinado teve em José Carlos Mariátegui seu principal intérprete latino-americano. Nascido em Moquegua em 1894, Mariátegui trabalhou como jornalista durante toda sua trajetória. Após um efêmero interesse pela atividade artística e pela vida boêmia, o jornalista peruano autodidata se aproximou das ideias socialistas em 1918, no contexto da reivindicação do movimento estudantil pela reforma universitária, das greves dos operários pela redução da jornada de trabalho em Lima, e da eclosão da Revolução Bolchevique.

Entre 1919 e 1922, período em que esteve na Europa, particularmente na Itália, Mariátegui consolidou suas posições socialistas, amadureceu sua percepção política e aprofundou seu conhecimento teórico a respeito, em particular, do fascismo. Ademais, aproximou-se da literatura marxista clássica (Marx, Engels, Lênin, Trotsky) e acompanhou o destino da Internacional Comunista e de seus principais atores políticos. Entrementes, o marxista peruano demonstrou interesse pelo debate intelectual que transcorria na Itália, especial-

mente através das figuras de Piero Gobetti e Benedetto Croce, além do recém-criado Partido Comunista Italiano (fundado em 1921) e seu jornal *L'Ordine Nuovo*.<sup>7</sup> Na França, aproximou-se da obra de Georges Sorel e de sua elaboração a respeito do mito revolucionário.<sup>8</sup>

Após seu retorno ao Peru, Mariátegui começou a desenvolver uma ampla reflexão teórica somada a um projeto de organização cultural e política no país. Assim, ele foi convidado a proferir um curso sobre atualidade política internacional na Universidade Popular González Prada, no mesmo momento em que passou a integrar as fileiras da Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA) – movimento continental anti-imperialista liderado por Víctor Raul de la Torre; finalmente, ele fundou a revista *Amauta* (1926), espaço que reuniu a vanguarda cultural e política do Peru e da América Latina em suas páginas.

Em 1927, acusado de participar de uma “conspiração comunista”, Mariátegui foi preso em um hospital militar pelo governo. Um ano depois, rompeu com a APRA e ajudou a fundar o Partido Socialista Peruano (PSP), tornando-se membro da III Internacional. Logo em seguida, em 1928, ele publicou sua obra prima, isto é, os *Siete ensayos de la interpretación de la realidad peruana*. Nesse período, sua atividade política se intensificou: fundou a Confederação Geral dos Trabalhadores Peruanos (CGT) e o jornal *Labor*; enviou duas teses sobre a questão indígena e o imperialismo para a Primeira Conferência Comunista Latino-americana (Buenos Aires, 1929), recebendo duras críticas dos delegados alinhados à ortodoxia estalinista. Padecendo desde criança de uma saúde muito frágil – lembremos que ele foi obrigado, em 1924, a amputar a perna direita em decorrência de uma grave enfermidade –, Mariátegui morreu em 1930, aos 35 anos.

<sup>7</sup> Para informações sobre a estadia de Mariátegui na Europa, ver Beigel (2006) especialmente o cap. II, Melis (1999, p. 155-164), Nuñez (1994), Paris (1981, especialmente os cap. II e VI) e Vanden (1975, p. 25-83).

<sup>8</sup> Para um estudo sobre a importância de Georges Sorel em JCM, ver Salvatecci (1979).

<sup>6</sup> Para uma crítica das teorias decoloniais a partir de uma matriz inspirada em Mariátegui e Quijano, ver Cahen e Braga (2018).

Mariátegui considerava o marxismo como um “método” flexível, aberto e crítico, e não como “uma corrente de princípios de consequências rígidas, iguais para todos os climas históricos e todas as latitudes sociais”. Afinal, “em cada país, em cada povo, opera e atua sobre o ambiente, sobre o meio, sem descuidar de nenhuma de suas modalidades”. (Mariátegui, 1988, p.112). É verdade que a expressão “desenvolvimento desigual e combinado” não se encontra presente em seus trabalhos. Não obstante, pode-se facilmente identificar a presença dessa teoria em seus artigos, em especial, na interpretação sobre a formação social peruana e o papel das comunidades rurais indígenas em um eventual processo revolucionário socialista.

Curiosamente, descortinar a especificidade histórica latino-americana não foi consequência das leituras marxistas de Mariátegui. Afinal, ele não conheceu a correspondência entre Marx e Vera Zasulich sobre a comuna rural russa.<sup>9</sup> Tampouco travara contato com *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* de Lênin, *Balanço e Perspectivas, A revolução permanente* e *História da Revolução Russa* de Trotsky, os dois últimos publicados somente após a morte de Mariátegui. No entanto, ele conhecia vários escritos dos revolucionários russos disponíveis em sua biblioteca particular, escreveu sobre eles em algumas oportunidades e divulgou textos de Lênin e de Trotsky na revista *Amauta* (1926-1930), do qual foi diretor-chefe (para mais detalhes, ver Vanden, 1975). Apesar de sua intimidade com os revolucionários bolcheviques, deduzir mecanicamente sua interpretação da revolução peruana diretamente dos escritos de Lênin e Trotsky seria um equívoco. Na realidade, mais correto

seria dizer que o marxismo de Mariátegui trilhou um caminho muito particular, ainda que influenciado pelo marxismo revolucionário.

Daí a importância da interpretação de Michael Löwy a respeito da obra do fundador do socialismo peruano: identificar a particularidade, localizando-a em um contexto intelectual e político mais amplo. A relação de Löwy com a obra mariateguiana remonta aos tempos de estudante universitário na USP, no final da década de 1950. Os primeiros contatos de Löwy com o pensamento de Mariátegui se deram por meio de fontes secundárias, opúsculos sobre o marxismo na América Latina, nos quais Mariátegui era citado de forma superficial. De qualquer maneira, o grande tema da especificidade da revolução socialista no subcontinente foi suficientemente forte para atrair a imaginação sociológica de Löwy, aproximando-o de Mariátegui.<sup>10</sup>

Interessante notar que a história da recepção do legado de JCM iniciou-se imediatamente depois de sua morte. Ainda que de maneira restrita, entre as décadas de 1930 e 1950 a obra mariateguiana contava, entre seus primeiros leitores, com intelectuais e militantes políticos – que disputavam, desde já, seu legado político e ideológico. Encerrada a fase de “liquidar o amautismo” levada a cabo pelo Partido Comunista Peruano (PCP) na década de 1930, além das críticas feitas por V. M. Miroshovski, membro da Internacional Comunista, que o acusa de “populista”, Mariátegui passa a ser reivindicado pelo próprio PCP como um “stalinista *avant la lettre*”, dentro de uma genealogia ortodoxa e rígida. Tratava-se de uma operação que visava a transformar o revolucionário peruano em um “marxista-leninista-stalinista”. Do outro lado da esquerda peruana, integrantes que compunham o Partido Nacionalista Aprista, liderados por Haya de la Torre, também reivindicavam a herança mariateguiana. As desavenças entre o pensamento de Mariátegui e de Haya passaram a ser mini-

<sup>9</sup> Descoberta depois da morte de Mariátegui, a correspondência entre Marx e Vera Zasulich – acerca da formação social russa e as condições de viabilidade ou não para uma revolução socialista – revela uma leitura de Marx que, dentre outras questões, desvincularia a revolução socialista de um patamar necessário de desenvolvimento das forças produtivas. Segundo Michael Löwy, esse conjunto de textos significa “uma ruptura profunda com qualquer interpretação unilinear, evolucionista, ‘etapista’ e eurocêntrica do materialismo histórico.” (Löwy, 2013, p. 9).

<sup>10</sup> Michael Löwy, correspondência com Deni Alfaro Rubbo, agosto de 2017.

mizadas em contraposição às tensões entre o primeiro e a III Internacional.<sup>11</sup>

De todo modo, a circulação transnacional das ideias mariateguianas pela América Latina começou a ganhar um novo impulso a partir da publicação de suas *Obras Completas*, projeto iniciado em 1956, sob a tutela da família do autor. Editada em formato de bolso, a preços baratos e com altas tiragens, os livros foram publicados paulatinamente até 1970, circulando amplamente pelo continente (Pericás, 2011). Já o livro *Sete ensaios* teve uma circulação ainda mais ampla, sendo traduzido e (ou) editado em diversos países durante as décadas de 1960 e 1970: Chile (1955), Cuba (1963, 1969 e 1973), União Soviética (1963), França (1968 e 1977), México (1969, 1979 e 1988), Uruguai (1970 e 1973), Estados Unidos (1971, 1974 e 1988), Itália (1972), Bulgária (1977), Espanha (1976), Hungria (1977), Venezuela (1979, 1995, 2007).

No Brasil, a recepção de Mariátegui foi tímida, além de tardia. Segundo Pericás, o marxista peruano exerceu uma influência marginal, distante das atenções e das discussões do meio acadêmico ou dos ambientes partidários (Pericás, 2010). Apenas em 1975 o livro *Sete ensaios* foi publicado em português pela editora Alfa Ômega e prefaciado por Florestan Fernandes – um atraso de mais de quarenta e sete anos.

Admirador confesso do autor peruano, o sociólogo paulista afirmou que “... as metas que [Mariátegui] se propõe explicitamente são as mesmas que iriam impor, reiteradamente, daí em diante, às varias gerações de cientistas sociais da América Latina” (Fernandes, 1975, p. XV).<sup>12</sup> Não por acaso, justamente nesse momento é que Mariátegui passa a ser conhecido também no campo acadêmico, especialmente entre cientistas sociais engajados em iniciati-

vas políticas e culturais contra os regimes ditatoriais violentamente instaurados na América Latina. Nesse contexto, a sociologia crítica latino-americana alavancou temáticas semelhantes às do intelectual andino sobre a especificidade da construção de sociedade de classes na periferia capitalista, abordando questões como a dependência econômica, o papel do imperialismo e o caráter da burguesia. A circulação das ideias mariateguianas acerca da realidade latino-americana e suas peculiaridades, como a criação de uma versão autóctone de socialismo, “sem decalque nem cópia”, inseriu-se também em um processo de fertilização do marxismo na América Latina, junto com a difusão das obras de Gramsci e Lukács, por exemplo.

Não obstante, foi apenas nos anos 1970 que Michael Löwy começou, de fato, a estudar a obra do socialista peruano, o que ocorreu após adquirir a coleção das *Obras Completas* em uma de suas visitas ao México.<sup>13</sup> Por conseguinte, Löwy não se aproximou de Mariátegui nem pela edição francesa de 1968, publicada por François Maspero (amigo de militância na LCR e que editaria alguns de seus trabalhos), nem pela edição brasileira prefaciada pelo seu antigo professor de sociologia durante o curso de ciências sociais na USP.

De qualquer maneira, houve um esforço por parte de Löwy para elevar Mariátegui à condição de um pensador do modo de reprodução do capitalismo na periferia, e não apenas como um intérprete da sociedade peruana. Ainda assim, como afirma o próprio Löwy, essa sua primeira apropriação de Mariátegui deixava de lado dimensões decisivas da obra do crítico peruano, em especial a questão da cultura e da religiosidade popular.<sup>14</sup> Além dis-

<sup>13</sup> Michael Löwy, entrevista com Deni Alfaro Rubbo e Luiz Bernardo Pericás, novembro de 2012.

<sup>14</sup> Michael Löwy, entrevista com Deni Alfaro Rubbo e Luiz Bernardo Pericás, novembro de 2012. Para Löwy, na leitura realizada durante a década de 1970, ao apropriar-se seletivamente dessa face política latino-americana de Mariátegui, deixava de lado a compreensão da dimensão cultural, do filósofo e do pensador universal do marxismo. A partir de seu projeto intelectual que assimila o componente romântico-revolucionário, essas dimensões culturais (como o surrealismo), filosóficas (a importância da ética na dimensão marxista), religiosas (a “mística” da luta), outrora

<sup>11</sup> O tema da herança mariateguiana é trabalhado de forma pioneira por Aricó (1978), intelectual argentino que contribuiu de maneira decisiva ao reunir documentos raros sobre Mariátegui, demonstrando como as organizações políticas peruanas ora reivindicavam, ora repeliam seu legado.

<sup>12</sup> Para mais detalhes sobre o interesse de Florestan Fernandes por Mariátegui, ver Rubbo (2016).

so, muito da compreensão e interpretação de Löwy sobre Mariátegui passou pelo filtro de autores como José Aricó (1978), Alberto Flores Galindo ([1980]1994), Enrique Dussel (1990), Robert Paris (1966) e Jiménez Ricárdez (1978). Trata-se de um conjunto de trabalhos com objetivos e ênfases distintas, mas que coincidiam em situar Mariátegui no interior de uma tradição desviante em relação ao stalinismo.

Precursor de uma síntese dialética entre o universal e particular, tal como sustenta Michael Löwy (2006, p. 17), o escritor peruano, em seu mais influente volume, isto é, *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana* (Mariátegui, 1969), desenvolveu pioneiramente uma análise marxista crítica de uma formação social latino-americana. A leitura a respeito da sociedade peruana baseava-se na unidade substantiva de uma temporalidade histórica plasmada por múltiplas determinações. Na proposta formulada no primeiro capítulo do livro (“Esquema da evolução econômica”), Mariátegui interpretou a formação histórico-social peruana ancorada numa perspectiva “estrutural, global e histórica” de elementos desiguais, contraditórios e combinados (Montiel, 1979). A originalidade teórica da experiência peruana decorria da coexistência de três economias diferentes: a economia “feudal”, a “comunista indígena” e a “burguesa” (Mariátegui, 1969, p. 28).

A “semifeudalidade”, a “servidão” e o “capitalismo” não constituiriam modos de produção separados atuando em um mesmo território. Na realidade, os modos de produção estariam enlaçados de maneira simultânea, apesar de seus ritmos sociais discordantes. Desse modo, os estudos de Mariátegui sobre o Peru apontavam para uma imbricação entre o capitalismo, o feudalismo e a sobrevivência de modos de vida indígenas pré-colombianos. E seria a combinação dessas diferentes temporalidades sociais no interior de uma divisão internacional do trabalho capitalista que tornava

a sociedade peruana politicamente explosiva.<sup>15</sup>

De fato, entre a Europa Ocidental e o subcontinente latino-americano, verificava-se uma interdependência conflitiva, que demandava ser conhecida em sua especificidade. As relações de produção na história andina eram completamente diferentes da história europeia. A “recusa da ideologia do progresso e da imagem linear e eurocêntrica da história universal”, traço essencial do marxismo de Mariátegui, reposicionou o dilema da revolução peruana em torno da sobrevivência do coletivismo agrário nas comunidades indígenas (Flores Galindo, [1980] 1994).

Escassos e limitados naquele momento, os estudos de viés etnográfico a que Mariátegui teve acesso, a respeito do modo de vida das comunidades indígenas pré-hispânicas (notadamente, os trabalhos de César Ugarte e de Luís Valcárcel), fez com que ele constataste o funcionamento de uma economia agrária sem comércio e sem propriedade privada, embora marcada pela produção de excedentes econômicos. Apesar da existência de um Estado ou de um “regime autocrático dos incas”, persistia, também, um conjunto de comunidades estruturadas em torno de um modo de vida tradicional coletivista, os *ayllus*. Nem mesmo o advento da conquista espanhola suprimiu completamente as características igualitárias da comunidade indígena herdadas dos antigos *ayllus*. Mariátegui denominou essa formação social de “comunismo agrário”.

Independentemente do uso da terminologia e das limitações impostas ao conhecimento da sociedade inca,<sup>16</sup> Mariátegui insistiu na persistência do “comunismo agrário” como um ritmo social e histórico que podia ser um instrumento norteador da revolução peruana. A relação entre a dominação cultural eurocêntrica e a exploração econômica capitalista do

<sup>15</sup> Michael Löwy, correspondência com Deni Alfaro Rubbo, agosto de 2017.

<sup>16</sup> Noventa anos depois, os comentadores de Mariátegui (incluindo Löwy), mesmo os mais entusiasmados, parecem coincidir que o termo “comunismo agrário” seja um dos pontos fracos do arsenal mariáteguiano. Ver a famosa crítica de Paris (1966).

ausentes, transformar-se-iam em componentes essenciais na análise de Löwy. Ver Löwy (1998, 2005) e Rubbo (2012).

campesinato indo-americano e seu modo de vida coletivista aparecia de maneira distinta daquela que marcou os pequenos proprietários camponeses na França do século XIX, fazendo com que Mariátegui percebesse os limites de uma interpretação universalista da história da transição do feudalismo ao capitalismo.

Essa ruptura teve implicações nas posições políticas defendidas por Mariátegui na primeira Conferência Comunista Latino-Americana ocorrida em 1929 em Buenos Aires. Para a Internacional Comunista, o Peru era uma sociedade agrária “semicolonial e feudal”, e o papel da burguesia “nacional” era interpretado como “progressista”. A consequência prática era a defesa de uma revolução democrático-burguesa no país. Para os delegados peruanos, tendo Mariátegui à frente,<sup>17</sup> tratava-se do contrário: a sociedade peruana era marcada pela discordância entre diferentes temporalidades que transformavam o país em um explosivo barril de pólvora. Neste contexto, o coletivismo comunal poderia servir de base para a construção do socialismo no Peru por meio de uma revolução ininterrupta (Flores Galindo, [1980]1994).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não por coincidência, Löwy (2013, p. 14-15) identificou uma relação de “afinidade eletiva” entre a interpretação mariáteguiana das comunidades rurais indígenas e os argumentos de Marx em sua correspondência com os populistas russos, igualmente críticos da interpretação linear para o desenvolvimento do capitalismo no país. Partindo de uma interpretação da história da presença coetânea de diferentes ritmos sociais plasmando as relações sociais de produção na periferia do capitalismo mundial, a conclusão política mais importante

<sup>17</sup> Incapacitado fisicamente de participar da conferência, Mariátegui enviou duas teses, sobre a questão indígena (“O problema das raças na América Latina”) e sobre a questão imperialista (“Ponto de vista anti-imperialista”), por meio de dois delegados peruanos, Hugo Pesce e Julio Portocarrero. Ver Mariátegui (1988, p. 21-86, 87-95).

alcançada por Mariátegui talvez tenha sido a de assinalar a incapacidade de um desenvolvimento autônomo no Peru, dominado pelo imperialismo e pela propriedade agrária.

Ainda que Mariátegui demonstrasse certa hesitação em relação à estratégia adotada pela Internacional Comunista na China, ele se recusou a aplicar a mesma orientação na América Latina: a burguesia nacional estaria impossibilitada de encabeçar um projeto democrático e revolucionário no Peru, devido à combinação entre a fragilidade de sua posição econômica e sua inconsistência ideológica e política. A única solução encontrada, diante da combinação explosiva de ritmos sociais contraditórios na sociedade peruana, seria a de um socialismo indo-americano como parte integrante de um processo revolucionário mundial. Por todas essas características, Löwy enxergou uma profunda similaridade entre as interpretações e posições políticas de Mariátegui e a teoria da revolução permanente de Trotsky, sem deixar de destacar, ao mesmo tempo, as peculiaridades da trajetória do marxista peruano (Löwy, 1994).<sup>18</sup>

Se bem seja verdade que Löwy, ao contrário de outros marxistas “heréticos” de sua geração, como Roberto Schwarz, Francisco Weffort e Chico de Oliveira, por exemplo, não se dedicou ao desenvolvimento de uma teoria a respeito do funcionamento do capitalismo no Brasil, parece-nos que sua interpretação de Mariátegui lança luz sobre a contemporaneidade da reconstrução dessa teoria. Além disso, vale destacar que sua interpretação “trotskista” do marxista peruano pode perfeitamente ser ampliada para outras regiões da América Latina, vertebrando um programa de pesquisa a respeito das diferenças e das convergências dos processos históricos de proletarianização no subcontinente.

Quando pensamos nos possíveis diálogos entre a teoria marxista da dependência

<sup>18</sup> Ao mesmo tempo criativa e polêmica, a visão “permanente” de Löwy sobre JCM foi duramente criticada pelo sociólogo equatoriano Agustín Cueva, segundo o qual Mariátegui, na verdade, compartilhava abertamente a ideia de socialismo em um país só! Ver Cueva ([1987] 2008).

com Mariátegui, mediados pela historiografia marxista dedicada à escravidão e à formação da classe operária de inspiração thompsoniana, que se desenvolveu na academia brasileira desde os anos 1980, ou pelo intenso trabalho etnográfico indígena, que ocupou gerações de antropólogos no Brasil e em toda a América Latina nas últimas décadas, percebemos que estamos diante da possibilidade de reinventar uma interpretação da sociedade brasileira e latino-americana cujo vértice seja a “discordância dos tempos”, para lembrar a expressão de Bensaïd (1995).

Trata-se de uma tarefa cada dia mais urgente, quando pensamos nas ameaças trazidas pela terceira onda de mercantilização do trabalho, das terras e do dinheiro, e todas as implicações socialmente deletérias para os grupos e classes sociais subalternos do país. E a vivificação da teoria do desenvolvimento desigual e combinado realizada por Michael Löwy, em especial, quando pensamos em sua interpretação da trajetória de José Carlos Mariátegui, aparece entre os esforços mais promissores de reconstrução do marxismo crítico na América Latina.

Recebido para publicação em 17 de janeiro 2018  
Recebido em 21 de junho de 2018

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. “Anotações sobre uma bela singularidade”. In: JINKINGS, I.; PESCHANSKI, J. A. (Orgs.) *As utopias de Michael Löwy*: reflexões sobre um marxista insubordinado. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 19-24.
- ARICÓ, J. (Org.) *Mariátegui y las orígenes del marxismo latinoamericano*. México: Pasado y Presente, 1978.
- BEIGEL, F. *La epopeya de una generación y una revista*: las redes editoriales de José Carlos Mariátegui en América Latina. Buenos Aires: Biblos, 2006.
- BENSAÏD, D. *La discordance des temps*: essais sur les crises, les classes, l’histoire. Paris: Éditions de la Passion, 1995.
- BOFF, L. “Prefácio”. In: JINKINGS, I.; PESCHANSKI, J. A. (Orgs.) *As utopias de Michael Löwy*: reflexões sobre um marxista insubordinado. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 156-165.
- CAHEN, M.; BRAGA, R. (Orgs.) *Para além do pós(-) colonial*. São Paulo: Alameda, 2018.
- CUEVA, A. “El marxismo latinoamericano: historia y problemas actuales”. In: MOREANO, A. (Org.) *Entre la ira y la esperanza y otros ensayos de crítica latinoamericana*. 1ª. edição [1987]. Buenos Aires/ Bogotá: CLACSO – Siglo del Hombre Editores, 2008. p. 177-200.
- DEMIER, F. “A lei do desenvolvimento desigual e combinado de León Trotsky e a intelectualidade brasileira”. *Outubro*, São Paulo, n.16, p. 75-107, 2007.
- DIANTEILL, E. “Le trois constellations Löwy – contribution à une sociologie benjaminienne de la connaissance”. In: DELECROIX, V.; DIANTEILL, E. (Orgs.) *Cartographie de Lutopie. L’ouvre indisciplinée de Michael Löwy*. Paris: Sandre Actes, 2012. p.47-58.
- DUSSEL, E. “Del último Marx a América Latina”. In: \_\_\_\_\_. *El último Marx (1863-1882)*. Cidade do México: Siglo XXI, 1990. p. 238-293.
- FERNANDES, F. “Prefácio”. In: MARIÁTEGUI, J. C. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. São Paulo: Alfa Ômega, 1975.
- FLORES GALINDO, A. “La agonía de Mariátegui. La polémica con la Komintern”. In: \_\_\_\_\_. *Obras completas*, 1ª edição [1980]. Lima: Fundación Andina – SUR/Casa de Estudios del Socialismo, 1994. tomo IV, p. 365-511.
- GARCÍA SALVATECCI, H. *Sorel y Mariátegui*. Lima: Delgado Vanzuela Editora, 1979.
- JIMÉNEZ RICARDEZ, R. “Prólogo”. In: MARIÁTEGUI, J. C. *Obra política*. Cidade do México: Ed. Era, 1978. p. 9-43.
- LÖWY, M. “Dialética revolucionária contra a ideologia burguesa do progresso”. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Lutas de classes na Rússia*. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 9-16.
- \_\_\_\_\_. Entrevista por e-mail. [ago. 2017]. Entrevistador: Deni Alfaro Rubbo, São Paulo, 2017.
- \_\_\_\_\_. Entrevista por e-mail. [ago. 2015]. Entrevistador: Deni Alfaro Rubbo, São Paulo, 2015.
- \_\_\_\_\_. Entrevista. [nov. 2012]. Entrevistadores: Deni Alfaro Rubbo e Luiz Bernardo Pericás. São Paulo, 2012.
- \_\_\_\_\_. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- \_\_\_\_\_. “Le marxisme en Amérique Latine de José Carlos Mariátegui aux zapatistes du Chiapas”. *Actuel Marx*, [s.l.], n. 42, p.25-35, 2007.
- \_\_\_\_\_. “Mística revolucionária: José Carlos Mariátegui e a religião”. *Estud. Av.*, São Paulo, v. 19, n. 55, p.105-116, 2005.
- \_\_\_\_\_. “Michael Löwy, entrevista concedida a Ivana Jinkings e Emir Sader”. *Margem esquerda*. São Paulo, Boitempo, n. 4, p. 9-20, 2004.
- \_\_\_\_\_. *A política do desenvolvimento desigual e combinado*: a teoria da revolução permanente. São Paulo: Sundermann, 2015.
- \_\_\_\_\_. Pontos de referência para uma história do marxismo na América Latina. In: \_\_\_\_\_. (Org.) *O marxismo na América Latina*: uma antologia de 1909 aos dias atuais. 2ª edição. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006. p. 9-66.
- \_\_\_\_\_. “A teoria do desenvolvimento desigual e combinado”. *Outubro*, São Paulo, n. 1, p. 73-80, 1998.
- \_\_\_\_\_. Marxism and romanticism in the work of José Carlos Mariátegui. *Latin American Perspectives*, Riverside CA, v. 25, n. 4, p. 76-88, 1998.
- \_\_\_\_\_. “José Carlos Mariátegui et la révolution permanente”. *Inpécor*, Paris, PÉCI, n. 385, 1994. Disponível em <http://www.avanti4.be/debats-theorie-histoire/article/jose-carlos-mariategui-et-la-revolution>. Acesso em: 01.08.2017.

- LOUREIRO, I. "Michael e Rosa". In: JINKINGS, I.; PESCHANSKI, J. A. (Orgs.) *As utopias de Michael Löwy*: reflexões sobre um marxista insubordinado. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 69-76.
- MARIÁTEGUI, J. C. *Ideología y política*. Lima: Amauta, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Lima: Amauta, 1969.
- MELIS, A. *Leyendo Mariátegui*. Lima: Empresa Editora Amauta, 1999.
- MONTIEL, E. "Un pionnier péruvien de l'analyse sociale: José Carlos Mariátegui (1895-1930)". *Revue Internationale des Sciences Sociales*, Paris, v. 31, p. 190-197, 1979.
- NUÑEZ, E. *La experiencia europea de José Carlos Mariátegui*. Lima: Empresa Editora Amauta, 1994.
- OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PARIS, R. *La formación ideológica de Jose Carlos Mariátegui*. México: Pasado y Presente, 1981.
- \_\_\_\_\_. "José Carlos Mariátegui et le modèle du 'communisme' inca". *Annales. Economies, Sociétés, Civilisations*, ano 21, n. 5, p. 1065-1072, 1966.
- PERICÁS, L. B. "Mariátegui, os Sete Ensaios, a APRA e a Internacional Comunista". In: ALIAGA, L.; AMORIM, H.; MARCELINO, P. *Marxismo: teoria, história e política*. São Paulo: Alameda, 2011.
- \_\_\_\_\_. "José Carlos Mariátegui e o Brasil". *Estud. Av.*, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 335-361, 2010.
- RIDENTI, M. "Romântico e errante". In: JINKINGS, I.; PESCHANSKI, J. A. (Orgs.) *As utopias de Michael Löwy*: reflexões sobre um marxista insubordinado. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 167-174.
- RUBBO, D. A. "'Nosso irmão mais velho': Florestan Fernandes, leitor de Mariátegui". *Lua Nova*, São Paulo, n. 99, p. 79-105, 2016.
- \_\_\_\_\_. "Marxismo, política y religión de 'un marxista convicto y confeso': Michael Löwy lector de José Carlos Mariátegui". *Herramienta*, Buenos Aires, n. 51, p. 25-40, 2012.
- SADER, E. "Apologia da militância revolucionaria". In: JINKINGS, I.; PESCHANSKI, J. A. (Orgs.) *As utopias de Michael Löwy*: reflexões sobre um marxista insubordinado. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 161-166.
- SCHWARZ, R. "Aos olhos de um velho amigo". In: JINKINGS, I.; PESCHANSKI, J. A. (Orgs.) *As utopias de Michael Löwy*: reflexões sobre um marxista insubordinado. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 156-165.
- TRAVERSO, E. "Le marxisme libertaire de Michael Löwy". In: DELECROIX, V.; DIANTEILL, E. (Orgs.) *Cartographie de L'utopie. Louvre indisciplinée de Michael Löwy*. Paris: Sandre Actes, 2012. p. 27-38.
- VANDEN, H. E. *Mariátegui: influencias en su formación ideológica*. Lima: Amauta, 1975.
- WEFFORT, F. *O populismo na política brasileira*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

**TWO MASTERS IN THE PERIPHERY OF  
CAPITALISM: Michael Löwy and Mariátegui**

*Ruy Braga  
Deni Alfaro Rubbo*

The purpose of this article is to discuss some of the implications of the interpretation of the unequal and combined development theory of capitalism present in several passages of Michael Löwy's work in order to indicate its importance for the critical renewal of Latin American Marxism. In order to do so, we seek to advance through three moments: 1) first, we will present the general outlines of the unequal and combined development theory in Löwy's work; 2) in the sequence, we will highlight the importance of the Latin American historical context between the years 1959 and 1979 in the interpretive and political effort of Löwy, especially for updating the theory of uneven and combined development; finally, 3) we will argue that the fecundity of Löwy's interpretation of the Latin American context stems from his familiarity with the thinking of the Peruvian Marxist José Carlos Mariátegui.

KEY WORDS: Löwy. Mariátegui. Marxism. Sociology. Latin America.

**DEUX MAITRES DANS LA PERIPHERIE DU  
CAPITALISME: Michael Löwy et Mariátegui**

*Ruy Braga  
Deni Alfaro Rubbo*

Le but de cet article est de discuter de quelques-unes des implications de l'interprétation de la théorie du développement inégal et combiné du capitalisme présent dans plusieurs passages du travail de Michael Löwy afin d'indiquer son importance pour le renouveau critique du marxisme latino-américain. Pour faire ça, nous cherchons à avancer à travers trois moments: 1) d'abord, nous présenterons les grandes lignes de la théorie du développement inégal et combiné dans le travail de Löwy; 2) dans la séquence, nous soulignerons l'importance du contexte historique latino-américain entre les années 1959 et 1979 dans l'effort interprétatif et politique de Löwy, en particulier pour actualiser la théorie du développement inégal et combiné; enfin, 3) nous affirmons que la fécondité de l'interprétation du contexte latino-américain par Löwy découle de sa familiarité avec la pensée du marxiste péruvien José Carlos Mariátegui.

MOTS-CLÉS: Löwy. Mariátegui. Marxisme. Sociologie. Amérique Latine.

# TRANSTORNOS DEPRESSIVOS E CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

*Elton Corbanezi\**

O objetivo do artigo é mostrar como a evolução da nosologia psiquiátrica da depressão pode se relacionar com determinadas demandas do capitalismo contemporâneo. Primeiro, investigamos as concepções de transtornos depressivos desde a terceira edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), que instaurou o paradigma psiquiátrico vigente até nossos dias, enfocando, especialmente, as duas últimas versões (DSM-IV-TR e DSM-5). Ao lado da Classificação Internacional de Doenças da OMS, as edições recentes do Manual constituem os principais sistemas classificatórios de psiquiatria, orientando a prática clínica e embasando conceitualmente a ideia atual de epidemia depressiva. Em seguida, fazemos ver como a teoria econômica do capital humano, elaborada por economistas neoliberais da Escola de Chicago, se converte em valor social que, aceito e disseminado amplamente, orienta a conduta de vida dos indivíduos tanto em sociedades liberais avançadas quanto nas terceiro-mundistas. Pretendemos sustentar, assim, que a sistemática ramificação e a flexibilização dos transtornos depressivos, as quais estabelecem como patológicas formas tênues de sofrimento, correspondem à lógica de intensificação do desempenho de determinadas capacidades individuais imprescindíveis ao capitalismo contemporâneo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Transtornos depressivos. Capitalismo contemporâneo. Capital humano. Conduta de vida. Epidemia depressiva.

## INTRODUÇÃO

Diferentemente das duas versões anteriores, a terceira edição do *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* (DSM-III), da Associação Psiquiátrica Americana (APA), apresenta um novo paradigma psiquiátrico que altera radicalmente o modo como a psiquiatria ocidental compreende os transtornos depressivos. Se antes, sob a influência psicodinâmica, a depressão era considerada de acordo com a etiologia e o contexto dos sintomas e se baseava na dicotomia neurose e psicose e (ou) reativa e endógena, a abordagem inaugurada pelo DSM-III em 1980 pretende descontextualizar os sintomas e desconsiderar a etiologia, de forma a padronizar a prática diagnóstica e a produzir dados cientificamente confiáveis. Para a nova clínica sindrômica e descritiva, não importa mais – ao menos em tese – se os transtornos depressivos são endógenos, exógenos ou psicogênicos.

\* Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de Sociologia e Ciência Política. Av. Fernando Correa da Costa, 2367, Boa Esperança. Cep: 78060-900. Cuiabá – Mato Grosso – Brasil. eltonrcorbanezi@gmail.com

Como se sabe, a causalidade biológica da depressão ainda não é manifesta, dado que a síndrome prescinde, até nossos dias, de marcadores biológicos efetivos. Ou seja, apesar da existência de indicadores biológicos não específicos – tais como anormalidades do sono encontradas por meio de polissonografia, desregulação de sistemas de neurotransmissores, alterações de neuropeptídeos, de hormônios e de fluxo sanguíneo cerebral –, as versões mais recentes do DSM asseguram que semelhantes evidências são insuficientes para constituir a fisiopatologia específica da depressão (APA, [2000] 2002, p. 351-352; APA, 2013, p. 165). A despeito da assertiva e da pretensa eliminação de pressupostos etiológicos que constituem a inovação clínica e metodológica fundamental estabelecida pelo DSM-III, a predominante ação terapêutica e neuroquímica de antidepressivos visa, especialmente, a recobrir o déficit de neurotransmissores, que operam, então, como causalidade latente, independentemente das circunstâncias desencadeadoras do transtorno, as quais os DSM-I e II julgavam necessário compreender. Depreende-se dessa prática, portanto, a prevalência da concepção atual de

depressão como desequilíbrio neuroquímico, proveniente do que se convencionou designar “prova terapêutica”, que consiste em aferir a causalidade da patologia a partir do efeito de antidepressivos como os Inibidores Seletivos de Recaptação de Serotonina (ISRS), os Tricíclicos e os Inibidores de Monoamina Oxidase (IMAO). Isto é, se a eficácia do mecanismo de ação de antidepressivos reside no aumento de disponibilidade de serotonina, noradrenalina e dopamina para receptores pós-sinápticos, é o *déficit* de tais neurotransmissores – especialmente da serotonina – que constitui, por decorrência, a causalidade da síndrome; daí a ideia corrente de que são os antidepressivos que definem a depressão.<sup>1</sup> Associada ao desenvolvimento da psicofarmacologia, a psiquiatria contemporânea – pretensamente atórica e descritiva – apresenta, pois, o seguinte paradoxo: ao mesmo tempo em que registra a ausência de marcadores biológicos em diversos transtornos mentais, como se lê na versão mais recente do manual, o DSM-5 (APA, 2013, p. 21), sua prática clínica crê na existência deles. Diante disso, deve-se notar, de partida, como a “abordagem atórica” da depressão preconizada desde o DSM-III implica uma prática clínica e terapêutica que indica a parcialidade da concepção: em vez de problema existencial, a depressão se reduz a uma disfunção neuroquímica.

Expostos os fundamentos básicos a partir dos quais a psiquiatria apreende a depressão e considerando a relativa continuidade de sua racionalidade nas sucessivas versões do Manual, analisamos, em seguida, como os transtornos depressivos são apresentados e descritos desde o DSM-III, destacando, especialmente, as duas últimas versões do Manual (DSM-IV-TR e DSM-5), que orientam a prática clínica e embasam os dados epidemiológicos atuais. No entanto, é preciso assinalar que, ao lado da vigência da *Classificação Internacional de Doenças*, a CID-10 (OMS, 1993), é a quar-

ta versão do manual da APA que fundamenta conceitualmente a afirmação oficial da OMS (2001, p. 53-58) de que a depressão constitui, em nossos dias, a principal carga de incapacidade e se tornará, até 2020, a segunda maior carga patológica mundial, atrás apenas das doenças isquêmicas cardíacas.<sup>2</sup> Não obstante a observação, examinamos igualmente as mudanças significativas em relação aos transtornos depressivos na última versão do manual, o DSM-5, que funciona como vetor de desenvolvimento da classificação psiquiátrica contemporânea. Procedendo assim, pretendemos mostrar, por fim, de que maneira a evolução da nosologia psiquiátrica da depressão – ou seja, o estabelecimento de diversos subtipos do transtorno – pode se relacionar com as demandas do capitalismo contemporâneo, para o qual, a despeito de sua variedade de formas em diferentes contextos de desenvolvimento, a depressão parece constituir-se efetivamente como um problema de ordem epidêmica.

## AS CONCEPÇÕES PSIQUIÁTRICAS DE TRANSTORNOS DEPRESSIVOS

No DSM-III, os transtornos depressivos constituem três categorias diagnósticas agrupadas na classe “Transtornos afetivos” (*Affective disorders*), a saber: “depressão maior”, “transtorno distímico”, ou – como ao lado desta expressão figura entre parênteses – “neurose depressiva”, e “depressão atípica”, que se torna, a partir do DSM-III-R, “transtorno depressivo sem outra especificação” (S.O.E.). Na versão revisada de 1987, o DSM-III-R, a classe que reúne os transtornos depressivos recebe a designação “mais descritiva” (APA, [1987] 1989, p. 441) de “Transtornos de humor” (*Mood disorders*), a qual agrupa ainda os transtornos bipolares e perma-

<sup>2</sup> Uma pesquisa epidemiológica transnacional, realizada em conjunto com a OMS e publicada em 2011, corrobora a informação de que a depressão, segundo a concepção do DSM-IV, é uma das principais causas de incapacidade em todo o mundo, como revelam os dados relativos a países de alta, média e baixa renda (Bromet et al., 2011). Atualmente, a OMS estima que 350 milhões de pessoas sofram de depressão no mundo (Marcus et al., 2012).

<sup>1</sup> A esse respeito, ver o conceito de “*petite biologie*”, a partir do qual Pignarre (2003) indica a função epistemológica do psicofármaco diante da ausência de marcadores biológicos da depressão.

nece até o DSM-IV-TR, publicado em 2000. No tocante aos transtornos depressivos, tal classe apresenta as mencionadas categorias diagnósticas: “depressão maior”, “distímia” e “transtorno depressivo S.O.E.”. É apenas no DSM-5 que os transtornos depressivos e os transtornos bipolares são separados, tornando-se classes distintas com suas respectivas nomeações e com categorias diagnósticas próprias.

No DSM-IV-TR, que é a quarta edição revisada do Manual, a classe “Transtornos do humor” envolve as seguintes perturbações: transtornos depressivos, transtornos bipolares e dois transtornos baseados na etiologia, sendo um devido a uma condição médica geral (e.g.: depressão decorrente de hipotireoidismo) e outro induzido por substância (e.g.: droga de abuso, medicamento, toxina). A fim de mostrar como o Manual territorializa diferentes experiências no conceito extenso de depressão, analisemos as seguintes classificações: “transtorno depressivo maior”, “distímia” e “transtorno depressivo sem outra especificação”, no qual se incluem as categorias indicadas para estudos adicionais, tais como “transtorno disfórico pré-menstrual”, “transtorno depressivo menor” e “transtorno depressivo breve recorrente”.

A categoria principal é o transtorno depressivo maior, cujas características são humor deprimido e (ou) anedonia, somados a uma lista de sintomas como alterações no apetite ou peso, insônia ou hipersonia, agitação ou retardo psicomotor, fadiga ou diminuição da energia, sentimentos de inutilidade ou culpa, dificuldades para pensar, concentrar-se ou tomar decisões, pensamentos recorrentes sobre morte ou ideação suicida, planos ou tentativas de suicídio. Para a consumação diagnóstica, é preciso que o paciente apresente, no mínimo, um dos dois sintomas nucleares – humor deprimido e (ou) anedonia) – mais quatro sintomas adicionais durante pelo menos duas semanas (critério A). O DSM-IV-TR apresenta ainda outros quatro critérios diagnósticos, entre os quais destacamos dois que são inéditos

em relação ao DSM-III-R.<sup>3</sup> O primeiro (critério C) é que os sintomas devem causar “sofrimento clinicamente significativo ou prejuízo no funcionamento social ou ocupacional ou em outras áreas importantes do indivíduo” (APA, [2000] 2002, p. 355). Como se vê, tal critério estabelece absoluta conformidade com a função operacional do conceito de transtorno mental, cuja definição é o sofrimento e a disfunção ou prejuízo na capacidade de desempenho nas relações ocupacionais, sociais, interpessoais e familiares. De acordo com Horwitz e Wakefield (2010), esse critério de transtorno é especialmente problemático no caso da depressão, uma vez que tanto o sofrimento quanto o prejuízo funcional, social ou ocupacional podem decorrer de situações críticas de perdas às quais o indivíduo reage com tristeza intensa, fadiga, insônia, entre outros sintomas depressivos que, contextualizados, não poderiam ser considerados patológicos. Outra adição significativa em relação ao DSM-III-R é o critério E que inviabiliza o diagnóstico, caso os sintomas sejam provenientes de luto no período de dois meses. Embora o DSM-III-R já ressaltasse que “... a perturbação não é uma reação normal à morte de uma pessoa amada...” (APA, [1987] 1989, p. 238), essa versão não especificava a duração do luto normal, como estabelece a edição subsequente.

A polêmica em torno da exclusão do critério relativo ao luto no DSM-5 é digna de nota. Não obstante a premissa do atual paradigma psiquiátrico de desconsiderar, em parte significativa dos casos, a etiologia e o contexto dos sintomas, a quarta versão do manual orienta o clínico a julgar como normais os sintomas decorrentes de luto, “... a menos que estejam associados com acentuado prejuízo funcional ou incluam preocupação mórbida com desvalia, ideação suicida, sintomas psicóticos ou retardo psicomotor ...” (APA, [2000] 2002, p.

<sup>3</sup> Os outros dois critérios (B e D) postulam o seguinte, respectivamente: os sintomas não satisfazem os critérios para um episódio misto, que configura um tipo de transtorno bipolar, e os sintomas não decorrem de efeitos fisiológicos diretos de substâncias ou de uma condição médica geral.

351). Como se sabe, o DSM-5 eliminou esse único critério de exclusão diagnóstica em contextos de perda, reduzindo, assim, a normalidade dos sintomas presentes no luto para apenas duas semanas, que é a duração limite para que sintomas depressivos ainda não configurem um transtorno psiquiátrico. Todavia, em vez de uma simples exclusão, como o fato se disseminou através de diferentes meios de comunicação, o DSM-5 apresenta duas passagens que sugerem cautela clínica na avaliação dos sintomas, de modo a não confundir os com reação de tristeza intensa normal. A primeira observação, que figura no corpo do texto, menciona os contextos de perda (*loss*) para além da morte da seguinte maneira:

Respostas a perdas [*loss*] significativas (e.g., mortes [*bereavement*], ruína financeira, perdas [*losses*] advindas de um desastre natural, uma deficiência ou doença médica grave) podem incluir os sentimentos de tristeza intensa, ruminação sobre a perda, insônia, falta de apetite e perda de peso observados no Critério A e que podem se parecer com um episódio depressivo. *Embora tais sintomas possam ser compreendidos ou considerados apropriados à perda, a presença de um episódio depressivo maior, em adição à resposta normal a uma perda significativa, deve ser também considerada cuidadosamente.* Essa inevitável decisão requer o exercício de julgamento clínico baseado na história do indivíduo e nas normas culturais para a expressão do sofrimento no contexto de perdas (APA, 2013, p. 161, grifo nosso).<sup>4</sup>

Na sequência, uma nota de rodapé extensa prossegue o raciocínio, advertindo especificamente para a diferenciação clássica estabelecida desde Freud (2011) entre luto normal (*grief*) e sintomas patológicos. Apesar da distinção rigorosa que a nota de pé de página apresenta, é preciso considerar que a rapidez com que clínicos gerais diagnosticam, no contexto de cuidados primários em saúde, em que se enquadram a maioria dos casos mais brandos de depressão, pode torná-la inútil e até mesmo imperceptível. É o que, de alguma forma, já alertara Frances (2010, 2012a, 2012b,

2013), travando uma batalha insistente contra a exclusão do critério relativo ao luto no DSM-5, que permaneceu aberto para escrutínio público durante sua preparação. De acordo com o psiquiatra que presidiu a Força-Tarefa do DSM-IV, nem mesmo os melhores clínicos treinados seriam capazes, fazendo uso do bom senso diagnóstico, de distinguir sintomas normais de luto de depressão amena, como defendem os responsáveis pelo DSM-5 (Frances, 2013). Mobilizando críticos como Wakefield, Cacciatore e Friedman, o psiquiatra estadunidense chama a atenção para a ausência de evidências científicas que sustentem *validamente* a redução da duração do luto normal, ao mesmo tempo em que denuncia o interesse da indústria farmacêutica, pronta a “educar” clínicos e pacientes potenciais a propósito de que a duração acima de quatorze dias de sintomas comuns de luto constitua, *confiavelmente*, um episódio depressivo maior.<sup>5</sup>

Sob o risco de reduzir a credibilidade científica e médica do Manual, uma decisão como essa fortalece, no entanto, o prognóstico sombrio da OMS, dado o aumento expressivo da quantidade de diagnósticos falsos positivos que o novo conceito de depressão deve ocasionar.<sup>6</sup> Porém a fabricação da ideia de epidemia depressiva pode resultar não apenas do excesso de diagnósticos potencialmente incorretos que provêm, no contexto clínico, do afrouxamento dos já muito soltos critérios diagnósticos que definem a depressão.<sup>7</sup> Tal ideia

<sup>5</sup> Nossos grifos pretendem chamar a atenção para a debatida polêmica a respeito da primazia, estabelecida desde o DSM-III, para a confiabilidade diagnóstica – isto é, sua padronização cientificamente necessária –, em detrimento da validade diagnóstica, que consiste em compreender a realidade clínica e a natureza da estrutura e da realidade patológica subjacentes (cf. Angell, 2011; Dunker, 2013; Ehrenberg, 1998; Gori, 2011; Horwitz; Wakefield, 2010; Insel, 2013; Pereira, 2013; Serpa Júnior, 1997).

<sup>6</sup> De acordo com Horwitz e Wakefield (2010, p. 45-48), o luto constitui o único caso de reação à perda em que o DSM-IV considera corretamente o contexto dos sintomas depressivos. Com base em estudos estatísticos diversos, os autores mostram como a inexistência de tal cláusula, que desaparece efetivamente no DSM-5, implicaria, de modo incontornável, uma altíssima incidência de depressão.

<sup>7</sup> Não sem ironia, afirma Frances (2013): “Em sua tentativa zelosa de nunca perder nenhum paciente possível, o DSM-5 endossa ainda mais o afrouxamento do que já são os critérios muito soltos para depressão – portanto, etique-

alarmante é também apresentada e divulgada por meio de pesquisas epidemiológicas, cujos questionários são comumente aplicados por leigos, treinados para desconsiderar o contexto dos sintomas, que serão depois contabilizados impessoalmente e de forma computadorizada, como mostram Horwitz e Wakefield (2010, p. 147-169), para os quais o *boom* da depressão, a partir dos anos 1970 e 1980, se deve, sobretudo, ao modo como a síndrome passou a ser concebida e diagnosticada para além do contexto hospitalar. Ora, do ponto de vista lógico, não há dúvida de que a mudança nas determinações do conceito de depressão modifica sua extensão;<sup>8</sup> ainda que haja uma nota advertindo cautela médica e bom senso no julgamento clínico, a dignidade humana do luto normal se torna, então, refém de diferentes Simões Bacamartes que podem interpretá-la segundo seus próprios interesses e perspectivas.<sup>9</sup>

Outra categoria diagnóstica que integra os transtornos depressivos é a distímia. Apresentada inicialmente no DSM-III, essa perturbação se caracteriza pela cronicidade e menor intensidade e quantidade de sintomas depressivos. Para satisfazer os critérios diagnósticos da distímia segundo o DSM-IV, o indivíduo deve apresentar humor deprimido persistentemente, durante dois anos no mínimo, e mais pelo menos dois sintomas de uma lista que contém alterações no apetite, no sono, fadiga ou baixa de energia, baixa autoestima, baixa concentração, dificuldade para tomar decisões e sentimentos de desesperança (Critérios A e

B).<sup>10</sup> Além disso, é necessário que, durante os dois anos, os sintomas não tenham remitido em mais do que dois meses, nem satisfaçam os critérios diagnósticos de transtorno depressivo maior, que seria especificado, então, como “crônico” (Critérios C e D). Da mesma forma que os critérios para transtorno depressivo maior, não deve haver sintomas de episódio misto, maníaco, hipomaníaco ou de outros transtornos, tampouco devem ser eles atribuídos a efeito fisiológico direto de qualquer substância ou devidos a uma condição médica geral (Critérios E, F e G). Por último, o DSM-IV adverte igualmente que os sintomas devem causar sofrimento clinicamente significativo ou prejuízo no funcionamento em alguma área importante da vida do indivíduo.

No DSM-5, a distímia é acoplada ao transtorno depressivo maior crônico, adquirindo ambas as terminologias uma mesma designação classificatória, a saber, transtorno depressivo persistente (APA, 2013, p. 168-171). Em virtude dessa unificação, uma das exigências da nova categoria diagnóstica é apresentar os critérios para transtorno depressivo maior por dois anos, continuamente. Desse modo, a categoria encerra duas formas de depressão crônica, tanto com maior quanto com menor quantidade de sintomas.

Valendo-se da distímia como exemplo privilegiado para evidenciar a extensão da ação da psiquiatria biológica no tecido social, Henning (2000) chama a atenção para um aspecto controverso da categoria: sua proximidade com os transtornos da personalidade, que constituem o eixo II da avaliação multiaxial vigente no DSM-IV.<sup>11</sup> É que, insidiosa, a dis-

tando erroneamente o luto e ferindo potencialmente muitos milhões de enlutados”. Em vez de cuidar de centenas de milhões de enlutados, insta o psiquiatra, o campo da saúde mental deveria voltar sua atenção àqueles que, de fato, necessitam de cuidados médicos psiquiátricos.

<sup>8</sup> Questionando o estatuto de doença atribuído à depressão, Fédida (2002, p. 179-180) sustenta que o conceito se apresenta como uma “quase noção”, sem consistência nosográfica, vagamente descritivo e possivelmente em vias de extinção. Para o psicanalista francês, a ideia de “quase noção” se deve à grande extensão prática do conceito de depressão e seu inevitável efeito de banalização, que produz, assim, a epidemia depressiva.

<sup>9</sup> Como se sabe, Simão Bacamarte é o médico psiquiatra protagonista de *O Alienista*, irônico conto de Machado de Assis (2006).

<sup>10</sup> Registre-se que, no DSM-III (APA, 1980, p. 220-223), a distímia se caracterizava pela presença de humor deprimido e (ou) anedonia e mais três sintomas de uma lista de treze. A redução para apenas dois sintomas adicionais, estabelecida pelo DSM-III-R e mantida no DSM-IV, pode indicar a tendência gradativa de o Manual capturar experiências cada vez mais tênues de sofrimento, patologizando-as.

<sup>11</sup> A categoria “transtorno da personalidade depressiva” consta no apêndice em que o DSM-IV indica categorias que solicitam estudos adicionais para a incorporação na nosologia oficial. Em diagnóstico diferencial da categoria, afirma-se a utilidade controversa da distinção entre transtorno da personalidade depressiva e distímia (cf. APA,

timia apresenta normalmente início precoce, curso crônico e intensidade menor, fazendo-se confundir, assim, com o modo de existência do indivíduo, que, muitas vezes, não se reconhece doente.<sup>12</sup> É o que o próprio manual da APA afirma diante de um possível caso de distímia: “Quando o Transtorno Distímico tem uma duração de muitos anos, fica difícil distinguir a perturbação do humor do funcionamento ‘habitual’ da pessoa” (APA, [2000] 2002, p. 375).

Desde o DSM-III, porém, o transtorno distímico integra o eixo I, que é constituído por síndromes clínicas que os indivíduos possuem, embora elas não os classifiquem.<sup>13</sup> Ressaltando essa ambiguidade intrínseca ao transtorno, Henning (2000, p. 127-129) mostra como a distímia constitui um caso patente do que Pignarre (2003) evidencia igualmente em sua tese: tal perturbação corrobora a ideia de que os psicofármacos determinam não apenas a invenção de algumas categorias diagnósticas como também o lugar que elas devem ocupar na nosologia psiquiátrica oficial. É que a distímia, mostra a pesquisadora a partir de uma análise crítica do livro *Distímia: do mau humor ao mal do humor* (Moreno et al., 2010), tornou-se uma síndrome clínica pertencente ao eixo I, sobretudo em função da experiência bem sucedida com antidepressivos.<sup>14</sup> Relativi-

[2000] 2002, p. 737). É provável que a semelhança entre as duas categorias justifique o desaparecimento da primeira no DSM-5, como se a nova nomenclatura “transtorno depressivo persistente” a englobasse.

<sup>12</sup> Sabe-se que uma característica fundamental para distinguir o normal e o patológico em psiquiatria, quando a razão do indivíduo não está comprometida, é o autodiagnóstico, já que o indivíduo experimenta por conta própria o que define o conceito de transtorno mental, a saber, o sofrimento e a disfunção.

<sup>13</sup> Na introdução da terceira e da quarta edição, o DSM adverte que se destina a classificar os transtornos que as pessoas apresentam, e não o que elas são (APA, 1980, p. 6; APA, 1989, p. XXIII; APA, [1994] 2000, p. 21; APA[2000] 2002, p. 28). Por essa razão, o Manual utiliza expressões perifrásticas como “um indivíduo com esquizofrenia”, em substituição a “um esquizofrênico”, por exemplo, a fim de fortalecer o processo de desestigmatização das pessoas que sofrem com transtornos mentais.

<sup>14</sup> Eis o que os psiquiatras Nardi e Cordás (apud Henning, 2000, p. 129) escrevem na versão de 1997 do livro em questão: “A melhor definição fenomenológica, genética e a resposta terapêutica aos antidepressivos e estabilizadores do humor foram decisivos para a mudança taxonômica desses quadros dos transtornos de personalidade para os transtornos de humor”. Da mesma forma, Ehrenberg

zando a “importância” de se conceber a distímia como um transtorno do eixo I, como insistem os autores do livro, subscrevendo a racionalidade do DSM, a pesquisadora nos auxilia a perceber como, por trás da patologização, reside uma estratégia de produção da eficiência. Com efeito, talvez não seja despropositado afirmar que, ao mesmo tempo em que insta o indivíduo a realizar-se constantemente em diferentes domínios da vida social, o imaginário da cultura ocidental – apreendido por nós mediante a nosologia psiquiátrica da depressão – tende a reduzir sua tolerância em relação à experiência tênue com certos sintomas que, a partir de um determinado limite estabelecido quantitativamente, são avaliados como patológicos e desvalorizados socialmente. Parafraseando um aforismo lapidar de Sahlins (2004, p. 23), diríamos que o efeito esperado, para uma sociedade que concebe a vida exclusivamente como busca de felicidade e de autorrealização, só pode ser a infelicidade e o fracasso crônicos.<sup>15</sup> Não é difícil perceber, desde já, como a depressão, mesmo em sua forma branda e quase inofensiva, apresenta-se como problema epidêmico e grave para o imaginário sociocultural do capitalismo contemporâneo.

Mas são ainda outras categorias diagnósticas que podem fundamentar nossa assertiva, mostrando a função de captura que o DSM é capaz de exercer em relação a experiências depressivas mais cotidianas. Tais categorias se encerram na denominação “transtorno depressivo sem outra especificação”, cuja correspondência, na CID-10, se dá mediante a indicação para aplicar o termo “não especificado” em diferentes categorias como “episódio depressivo”, “transtorno depressivo recorrente” e “transtorno persistente do humor (afetivo)” (OMS, 1993, p. 122, 126, 128). Ampla, incerta e delegada à arbitrariedade médica, a

(1998, p. 214-215) discorre sobre o sucesso dos inibidores seletivos de recaptura de serotonina (ISRS) na administração dos sintomas duradouros da distímia.

<sup>15</sup> É com as seguintes palavras que o antropólogo estadunidense enuncia sua sentença: “[um] povo que concebe a vida exclusivamente como busca da felicidade só pode ser cronicamente infeliz” (Sahlins, 2004, p. 23).

terminologia permite ao clínico o diagnóstico de qualquer experiência que não satisfaça os critérios de outros transtornos depressivos, assim como envolve, de forma mais específica, diferentes categorias para as quais o Manual solicita estudos adicionais. Entre elas, destacamos o transtorno depressivo menor, o transtorno depressivo breve recorrente e o transtorno disfórico pré-menstrual.

A característica essencial do transtorno depressivo menor é a apresentação reduzida de sintomas e de prejuízo funcional em relação ao transtorno depressivo maior. Embora solicite a mesma duração de sintomas idênticos aos da lista que constitui um dos critérios diagnósticos da depressão maior, o transtorno proposto exige apenas dois sintomas depressivos, entre os quais deve constar, pelo menos, um nuclear, a saber, humor deprimido e (ou) anedonia. Diferenciando-se da categoria principal de depressão em termos de quantidade e intensidade dos sintomas, o próprio DSM-IV-TR reconhece que “[os] sintomas que satisfazem esses critérios para pesquisas para transtorno depressivo menor podem ser difíceis de diferenciar de *períodos de tristeza* que fazem parte da vida cotidiana” (APA, [2000] 2002, p. 726, grifo no original).<sup>16</sup> É que, como já observamos, a lista apresenta sintomas comuns, como insônia, fadiga, dificuldade para tomar decisões, entre outros que também se destacam por sua complexidade e gravidade, como retardo psicomotor e ideação suicida. De todo modo, a existência de apenas um sintoma comum associado a humor deprimido ou a perda de interesse ou prazer em atividades cotidianas seria suficiente para o diagnóstico de transtorno depressivo menor. Daí afirmar o próprio Manual que, embora a prevalência

desse transtorno não esteja definida, ela “pode ser relativamente comum” (APA, [2000] 2002, p. 725). Conquanto a existência do transtorno depressivo menor esteja igualmente determinada por sofrimento ou prejuízo, o documento adverte que, “em alguns indivíduos, pode haver um funcionamento quase normal”, ainda que à custa de esforço adicional significativo.

Já figurando efetivamente na CID-10 (OMS, 1993, p. 129), o transtorno depressivo breve recorrente é proposto no DSM-IV como uma variável do transtorno depressivo maior em termos de duração. Para a ocorrência do transtorno, é preciso que a mesma quantidade de sintomas depressivos da categoria principal se manifeste pelo menos dois dias, uma vez por mês, no decurso de um ano. De forma análoga ao que é indicado em transtorno depressivo menor, o Manual adverte que o indivíduo pode apresentar, nesse caso, “funcionamento próximo ao normal”, apesar do esforço acentuado que lhe pode ser igualmente solicitado.

De acordo com o DSM-IV-TR (APA, [2000] 2002, p. 721-724), o transtorno disfórico pré-menstrual se caracteriza por humor acentuadamente deprimido e ansiedade, instabilidade afetiva e desinteresse marcantes. Embora distintos, os sintomas são comparáveis aos do transtorno depressivo maior, variando em termos de duração e não de gravidade, já que pode ocorrer apenas no período pré-menstrual. Ainda que diferencie a categoria proposta da “síndrome pré-menstrual”, “bem mais comum”, o manual reconhece o aspecto relativamente ordinário do transtorno entre as mulheres, que encerram, de maneira geral, a maior prevalência dos transtornos depressivos. Entre as categorias propostas para estudos adicionais que destacamos, o transtorno disfórico pré-menstrual é o único que se deslocou explicitamente para a nosologia oficial do DSM-5. Note-se que, assim como a distímia, o transtorno disfórico pré-menstrual se oficializou como categoria diagnóstica apenas após experiências bem-sucedidas com antidepressivos, especificamente com o hidroclori-

<sup>16</sup> Conforme as orientações estabelecidas em “diagnóstico diferencial” – em que se nota sempre a plethora de cruzamentos entre diversos transtornos mentais e a consequente dificuldade de diferenciá-los –, o clínico deve considerar normais os “períodos de tristeza”. O Manual ressalva, porém, que, mesmo quando os sintomas decorrentes de tais períodos não satisfaçam os critérios diagnósticos, o clínico usufrui de liberdade para diagnosticar “transtorno depressivo sem outra especificação” (cf. APA, [2000] 2002, p. 354).

drato de fluoxetina, uma molécula produzida inicialmente para depressões brandas e moderadas (Rose, 2013, p. 293-294). Entretanto, independentemente da decisão veiculada na versão mais recente do manual, todas as categorias propostas no DSM-IV, assim como outras condutas que não satisfaçam plenamente os critérios de qualquer transtorno depressivo, podem ser diagnosticadas como “sem outra especificação”, visto que uma das finalidades do DSM é, antes de tudo, orientar o clínico – que goza de absoluta liberdade graças à sua competência técnica – a partir de um paradigma relativamente consensual, porém hegemônico no campo da saúde mental e, em especial, da psiquiatria.

Como se vê, a categoria que anula a necessidade de especificação serve para capturar o que está *entre* transtornos definidos categoricamente. Já na introdução do DSM-IV-TR, assegura-se: “As categorias ‘Sem Outra Especificação’ servem para cobrir os não raros quadros que se encontram nos limites das definições específicas de cada categoria” (APA, [2000] 2002, p. 25). Daí o motivo pelo qual o DSM-5 introduz parcialmente a abordagem dimensional, assim como substitui a categoria “sem outra especificação” por outras duas que exercem, no entanto, a mesma função: “com outra especificação” e (ou) “sem especificação”. É que, segundo o DSM-5, a abordagem categorial seria menos capaz de “capturar” a gama completa de transtornos, a qual é “virtualmente ilimitada” (APA, 2013, p. 19); apenas por isso o DSM-IV incitava a aplicação irrestrita do diagnóstico “sem outra especificação”, constata o mais recente Manual. Os exemplos oferecidos pelo DSM-5 para a aplicação das duas novas denominações sugerem fortemente a permanência da função, bem como evidenciam de que forma categorias que não se deslocaram para a nosologia oficial do documento podem ser diagnosticadas na prática clínica. Entre outras especificações de que o clínico pode se valer, constam os seguintes exemplos: depressão breve recorrente, episó-

dio depressivo de curta duração e episódio depressivo com sintomas insuficientes.

Embora não tenha se deslocado para a classificação oficial do DSM-5, como ocorreu com o transtorno disfórico pré-menstrual, a depressão breve recorrente é um exemplo de como o “Apêndice B: Conjunto de critérios e eixos propostos para estudos adicionais” do DSM-IV funciona efetivamente na prática clínica, a despeito do objetivo primeiro do Manual de destinar os transtornos que ali figuram tão somente à pesquisa. Inédito, o episódio depressivo de curta duração constitui, por sua vez, uma forma alternativa de diagnosticar o indivíduo que apresenta sintomas de depressão maior com duração insuficiente para tal classificação e de forma episódica, o que exclui a necessidade da recorrência que o primeiro exemplo abrange. Já o episódio depressivo com sintomas insuficientes solicita do indivíduo apenas um sintoma associado ao afeto deprimido durante duas semanas. Uma observação: tanto para esse caso como para episódio depressivo de curta duração, o DSM-5 emprega o termo “afeto deprimido” (*depressed affect*), diferentemente de “humor deprimido” (*depressed mood*), utilizado para depressão breve recorrente e todas as outras categorias diagnósticas que constam da classe de transtornos depressivos do documento. Como as sucessivas versões do Manual definem, “humor” designa clima emocional abrangente e constante, ao contrário de afeto, que é mais flutuante (APA, [1987] 1989, p. 411, 420; APA, [2000] 2002, p. 765, 770; APA, 2013, p. 817, 824). Nesse sentido, talvez seja possível interpretar “*depressed affect*” como uma forma atenuada do sintoma nuclear “*depressed mood*”, o que sinaliza uma tendência a capturar e patologizar estados mais tênues, efêmeros e localizados de sofrimento. Por fim, o mais recente Manual orienta a aplicação da categoria “transtorno depressivo não especificado” quando o clínico “escolhe” (*chooses*) não especificar o diagnóstico (ou há informações insuficientes para tanto) diante do paciente que apresenta o critério absoluto para

a existência de transtornos mentais: sofrimento clinicamente significativo ou prejuízo funcional em alguma área importante da vida social, familiar e produtiva (APA, 2013, p. 183-184).

Cartografada a concepção de transtornos depressivos nos manuais psiquiátricos vigentes, pode-se afirmar que um dos critérios fundamentais estabelecidos para verificar a existência de semelhantes transtornos se associa a uma essência do *ethos* contemporâneo. Em transtorno disfórico pré-menstrual, por exemplo, lê-se uma indicação que se repete constantemente no Manual: o transtorno “... deve ser considerado apenas quando os sintomas interferem acentuadamente no trabalho ou na escola ou em atividades sociais costumeiras e relacionamento (por exemplo, evitar atividades sociais, redução da produtividade e eficiência no trabalho ou na escola)” (APA, [2000] 2002, p. 723). Em outras palavras, diante da ausência persistente de achados laboratoriais que comprovem a efetividade de determinados transtornos mentais, como no caso da depressão, é a incapacidade social e produtiva que os caracteriza e os define segundo diferentes ordens e combinações de duração, frequência e intensidade dos sintomas. Tal critério não seria problemático em si, se não vivêssemos em uma lógica social na qual o constante aprimoramento da eficiência, da produtividade, da autorrealização e do desempenho atua como princípio normativo, restringindo, assim, cada vez, mais o que define a normalidade. Para nós, não é sem razão que a ramificação sistemática dos transtornos depressivos – que se multiplicam e variam em torno da “condição clássica” (APA, 2013, p. 155) – produz categorias que tangenciam sempre a normalidade. Para compreender a existência do *ethos* que se dissemina paralelamente a essa flexibilização classificatória da depressão, analisemos uma teoria central que se difundiu – tal qual o DSM – do neoliberalismo norte-americano para o mundo ocidental capitalista: o capital humano. Tal teoria, colocada progressivamente em prática desde os anos 1960, pode nos auxiliar a

compreender a ideia corrente de epidemia depressiva no capitalismo contemporâneo.<sup>17</sup>

## CAPITAL HUMANO E TRANSTORNOS DEPRESSIVOS

Sabe-se que a teoria do capital humano provém de economistas neoliberais da Escola de Chicago, entre os quais se destacam Theodore Schultz, Jacob Mincer e Gary Becker.<sup>18</sup> Uma característica elementar de tal teoria consiste na extensão do conceito tradicional de capital ao humano, que adquire, assim, valor de mercado: daí a necessidade de o indivíduo conceber determinadas capacidades e habilidades como propriedades que devem ser não apenas mantidas como incrementadas permanentemente em vista de rendimentos futuros.

Elaborada nos anos 1960, a teoria do capital humano serve, em um primeiro momento, como modelo explicativo para a riqueza econômica da sociedade norte-americana no pós-guerra.<sup>19</sup> Constatando que categorias centrais

<sup>17</sup> Apesar de divulgada oficialmente pela OMS em 2001, com projeção efetiva para 2020, como já assinalamos, a epidemia de depressão é uma ideia que emerge nos anos 1970 e se torna significativamente mais recorrente a partir da década de 80 (cf. Angell, 2001; Caponi, 2010; Ehrenberg, 1998, p. 119; Ehrenberg, 2004, p. 34; Hernáez, 2010, p. 117; Horwitz; Wakefield, 2008; Horwitz; Wakefield, 2010, p. 169; Kehl, 2009, p. 49; Pereira, 2011, p. 67; Pignarre, 2003, p. 19).

<sup>18</sup> Não se pretende, aqui, realizar uma análise detida e exaustiva sobre o neoliberalismo, cuja definição provém de uma diversidade de posições. Entre as mais proeminentes, destacam-se a Escola Austríaca de Economia (F. Hayek, L. Von Mises), o Ordoliberalismo alemão (W. Eucken, F. Böhm) e a Escola de Chicago, fortemente influenciada por M. Friedman. A despeito da variedade, a doutrina neoliberal compartilha pressupostos básicos, tais como a eficiência da economia de mercado e da lógica concorrencial, a constituição de um Estado frugal, a subordinação da política à economia, a austeridade fiscal e a privatização de empresas e serviços públicos estatais. Voltamos-nos essencialmente ao neoliberalismo norte-americano, dado que a laureada teoria do capital humano da Escola de Chicago tornou-se progressivamente um princípio de valores capazes de orientar a conduta dos homens nas sociedades capitalistas ocidentais (cf. López-Ruiz, 2007; Foucault 2008).

<sup>19</sup> Como mostra López-Ruiz (2007, p. 56), porém, a noção do humano como capital é anterior aos economistas teóricos da Escola de Chicago, como se observa em textos do século XVII e XIX. De todo modo, é apenas na segunda metade do século XX que o conceito será destituído de toda valoração negativa, que considerava impróprio conceber o homem como fonte de riqueza, para se tornar uma teoria econômica cuja aceitação ampla permite convertê-la em valor social.

da economia política clássica – tais como terra, capital e tempo de trabalho – não permitiam explicar a opulência do período, economistas como Schultz propõem que o desenvolvimento e o aprimoramento de qualidades e capacidades humanas inatas ou adquiridas exercem um papel econômico fundamental. Mais tarde, o investimento em capital humano mediante níveis educacionais formais e informais se tornará o modelo explicativo da disparidade existente entre sociedades liberais avançadas e sociedades terceiro-mundistas (Foucault, 2008, p. 318-319; López-Ruiz, 2007, p. 62, 199, 220). Além de explicação econômica, a teoria do capital humano exerce ainda uma função política indispensável no contexto da Guerra Fria: trata-se de mostrar ao outro lado da cortina de ferro como certa forma de investir em educação, ciência, tecnologia e saúde constituía a supremacia do capitalismo como modelo socioeconômico (López-Ruiz, 2007, p. 61-62).

Reintroduzindo o trabalho no campo da análise econômica, os teóricos do capital humano realizam uma transfiguração da categoria de trabalhador que afeta, de modo direto e extensivo, a maneira como os homens devem conduzir suas próprias vidas. Em vez de trabalhadores assalariados que vendem aos donos dos meios de produção sua força de trabalho quantificada homogeneamente por meio do tempo empregado na atividade, todos os indivíduos devem se conceber e se conduzir indistintamente como proprietários de determinadas qualidades que lhe são próprias, heterogêneas, intangíveis e até mesmo inalienáveis, tais como a inteligência, a criatividade, a motivação, a iniciativa individual, a persistência, a flexibilidade relacional, a comunicação, entre outras características louvadas em nossa atualidade. Associadas a competências técnicas que podem ser igualmente adquiridas mediante investimentos sistemáticos, é o conjunto dessas capacidades que determina o *desempenho* dos indivíduos, conforme a quantidade de capital humano acumulada. Ressalte-se que, em função da heterogeneidade do capital hu-

mano, os teóricos enfrentam dificuldade tanto para quantificar o seu acúmulo real como também para calcular o retorno efetivo de investimentos que a sociedade, as instituições, as corporações, a família e os próprios indivíduos realizam no decurso da vida. De todo modo, valendo-se dos termos acurados de Foucault (2008, p. 308-316), pode-se dizer que é o acúmulo de capacidades que possivelmente torna o indivíduo uma “competência-máquina”, que produzirá, assim, mais “fluxos de renda”, uma vez que, para os economistas neoliberais da Escola de Chicago, o salário consiste no rendimento de um capital específico, o humano.

Tratando esquematicamente a construção teórica dos neoliberais norte-americanos, insistamos na ideia central atinente à transformação de categorias clássicas como “trabalho” e “trabalhador”. Para a lógica inerente à teoria do capital humano, o trabalho se converte em capital e o trabalhador, em capitalista. É Harry G. Johnson quem explicita que o trabalhador, em uma economia industrial avançada, é tipicamente um capitalista, dado que seus próprios meios de produção, heterogêneos e intangíveis, são sistematicamente produzidos por formas permanentes de investimentos. Daí a ideia do economista da Escola de Chicago de que o trabalhador é “um meio de produção produzido” e “um item de equipamento do capital” (López-Ruiz, 2007, p. 61, 193, 220-221). Não é difícil perceber, assim, como a teoria do capital humano promove todos, indistintamente, à categoria de capitalistas de si mesmos: afinal, a administração do próprio capital humano implica saber quando, onde e como investir, tal como procedem os investidores de capital financeiro.

A partir do que designa “deslocamento conceitual valorativo”, López-Ruiz (2007) – em pesquisa que mostra a gradual disseminação da teoria do capital humano em diferentes sociedades capitalistas, incluindo aí o modo de vida de executivos de corporações transnacionais no Brasil – faz notar como a teoria do capital humano converte ainda diferentes formas

de consumo em investimento. É que os indivíduos, para se manterem socialmente valorizados e economicamente produtivos e rentáveis, segundo a lógica concorrencial determinada pelo mercado, precisam perseguir incansavelmente o imperativo “investimento-crescimento”. Não são apenas os investimentos em educação formal – tais como escolarização, cursos profissionais e idiomáticos, especializações e programas de treinamento no trabalho – atendem tal demanda; as relações de amizade, o tempo de lazer, o tempo de afeto dedicado aos filhos, a possível constituição do equipamento genético deles mediante a escolha do parceiro conjugal adequado, até, evidentemente, o cuidado com a própria saúde constituem formas de investimento cujo efeito esperado é a rentabilidade futura. Daí a insistência de Foucault (2008), nas aulas dedicadas ao neoliberalismo norte-americano, de que a ideia fundamental da teoria do capital humano reside na extensão e na aplicação da racionalidade econômica e de mercado a todo um conjunto de fenômenos sociais e de comportamentos individuais concebidos até então como não econômicos (e.g.: criminalidade, casamento, educação de filhos, tempo de afeto). Através dessa “economização” de todo o tecido social,<sup>20</sup> a economia se torna “programação estratégica da atividade dos indivíduos” (Foucault, 2008, p. 307). Desse modo, é o mercado, como regulador geral da sociedade, que define o consumo como investimento ou não.<sup>21</sup>

Progressivamente, constitui-se, assim, a

<sup>20</sup> Como se sabe, para a doutrina neoliberal, tal “economização” não se restringe apenas ao corpo social, mas se estende ainda ao corpo político, à arte de governar, dado que a economia de mercado deve restringir a ação governamental, reduzindo o Estado a um mínimo necessário. A despeito das diferenças, desde o liberalismo clássico de Adam Smith até o neoliberalismo alemão e norte-americano, postula-se a subordinação da racionalidade política à racionalidade econômica.

<sup>21</sup> López-Ruiz (2007, p. 224) mostra como a ordem normativa e valorativa imposta pelo mercado determina qual consumo será concebido como investimento: por exemplo, segundo a perspectiva do mundo corporativo, cursos de inglês ou de espanhol podem ser considerados investimentos, ao passo que o aprendizado de línguas como o tupi e o francês não apenas não constituem uma forma de investimento como ainda manifestam uma problemática dispersão de interesses.

nova ética do *homo oeconomicus* contemporâneo. Ao contrário do modelo clássico, que se caracterizava principalmente por relações de troca em uma sociedade mercantil, o *homo oeconomicus* contemporâneo não apenas aplica a racionalidade econômica a todas as relações como assume a forma empresa como um modo de existência que orienta sua relação com o trabalho, com a propriedade privada, com o casamento, com a família, com seu grupo, com o tempo, com o futuro e, sobretudo, consigo próprio. Para Foucault (2008, p. 203, 331-332), se o *homo oeconomicus* retorna dessa maneira, é porque a multiplicação da forma empresa no tecido social inteiro constitui o escopo da política neoliberal. Nos termos do filósofo, em vez de uma “sociedade supermercado”, regulada pela troca mercantil, o neoliberalismo funda uma “sociedade empresarial”, que torna a dinâmica concorrencial de mercado o impulso vital das instituições e corporações tanto quanto dos indivíduos propriamente ditos.

Tal ética empresarial, que caracteriza a economia social de mercado própria do ordoliberalismo alemão, é radicalizada pelos neoliberais norte-americanos. Por isso, tanto para Foucault (2008, p. 301-302) quanto para López-Ruiz (2007), o neoliberalismo norte-americano constitui toda uma forma de ser, de pensar e de agir;<sup>22</sup> ou seja, por meio da teoria do capital humano, essa vertente do neoliberalismo institui o *ethos* característico do *homo oeconomicus* atual, que é tornar-se empreendedor de si mesmo, o que está igualmente no cerne da nova cultura psicológica abordada pelo sociólogo francês Robert Castel (2011).<sup>23</sup> Na qualidade de empresa múltipla e contínua, o indivíduo deve perseguir o autoinvestimento

<sup>22</sup> Nesse sentido, Foucault (2008, p. 301-302, 423) sustenta que, em vez de uma técnica de governantes sobre governados, o neoliberalismo é uma relação entre eles: donde a definição de que a governamentalidade neoliberal consiste na arte de governar a partir da racionalidade dos próprios governados.

<sup>23</sup> Ver especialmente o prefácio à reedição de *La gestion des risques*, escrito por Castel (2011) trinta anos depois da publicação de seu livro, cujo objetivo consistia em capturar tendências do capitalismo contemporâneo em relação à cultura psicológica emergente.

e a formação permanente como os meios que o modulam adequadamente para o mercado, não se esquecendo, porém, que é o próprio mercado que determina o valor de tais meios. Não é à toa que termos como “formação permanente” e “modulação” são empregados precisamente por Deleuze (1992, p. 219-226), em seu célebre texto prognóstico, no qual relaciona a noção de “sociedades de controle” ao espraio social da forma empresa, que substitui a função da família e da escola, instalando-se no coração do humano. É que, diferentemente de procedimentos disciplinares que “moldavam” os indivíduos em instituições, a noção – “terível”, no entender de Deleuze (1992, p. 216) – de “formação permanente” os “modula” para o mercado, essa entidade abstrata e universal do capitalismo, que produz, fantástica e concretamente, riqueza e miséria. Daí a necessidade política de se questionar *para que os jovens solicitam, insistentemente, motivação, estágios e formação permanente.*<sup>24</sup> Portanto, ao contrário da suposta liberdade humanista, que a forma mais sofisticada e avançada do capitalismo pretende promover, assiste-se a uma nova servidão voluntária: ainda que os investimentos se dobrem sobre os próprios indivíduos, é em função do mercado que o acúmulo de capital humano deve ser programado, executado e mobilizado. É dessa maneira que a racionalidade governamental do neoliberalismo reduz e une todas as dimensões da vida dos indivíduos e seus diferentes modos de existência à esfera econômica do mercado. Para Boccara (2013), antropólogo pesquisador do multiculturalismo neoliberal, essa é a base do neoliberalismo “diferencialista”, em suas variadas formas e contextos.

Entende-se, assim, o diagnóstico atual de que a vida se torna *business*, isto é, a ideia de que a vida se reduz, em nossos dias, à pró-

<sup>24</sup> É com as seguintes palavras que Deleuze (1992, p. 226) conclui seu texto de 1990: “Muitos jovens pedem estranhamente para serem ‘motivados’, e solicitam novos estágios e formação permanente; cabe a eles descobrir a que estão sendo levados a servir, assim como seus antecessores descobriram, não sem dor, a finalidade das disciplinas. Os anéis de uma serpente são ainda mais complicados que os buracos de uma toupeira”.

pria carreira, tornando ambas indiscerníveis tanto em países desenvolvidos quanto em desenvolvimento (López-Ruiz, 2007; Stroud, 2014).<sup>25</sup> Tal atributo parece ser o efeito de uma teoria econômica incorporada gradativamente por doutrinas da administração no decurso dos anos 1990 e difundida por todo o tecido social como uma forma moralmente correta e economicamente conveniente de conduzir a vida. Para nosso propósito, um aspecto relevante desse percurso demonstrado por López-Ruiz (2007) a respeito da teoria do capital humano reside na função política adquirida por uma verdade científica. Se, em um primeiro momento, a teoria pretendia apenas explicar cientificamente a riqueza da sociedade norte-americana no pós-guerra, ela logo se converte em um conjunto de princípios, valores e crenças que orienta a conduta dos homens.<sup>26</sup> Coerente, a tese do sociólogo se apresenta inequivocamente: a partir de uma teoria econômica e científica, constitui-se uma ética social que caracteriza o atual espírito do capitalismo. É por isso que a teoria do capital humano não interessa em si mesma, mas apenas na medida em que embasa a maneira como o indivíduo racionaliza sua relação com o mundo, com os outros e consigo.<sup>27</sup>

No centro da concepção empresarial

<sup>25</sup> Evidenciada por pesquisas acadêmicas, tal ideia é amplamente disseminada por veículos de comunicação de massa. No Brasil, por exemplo, ela se expressa, de modo preciso e inequívoco, na revista *Você S/A*, título de vasta circulação nacional, que se volta para o mundo dos negócios e manifesta, explícita e compactamente, a ideia de que o indivíduo é sua própria empresa. Sobre a revista e o empreendedorismo disseminado amplamente como valor social, ver López-Ruiz (2007, p. 250-262).

<sup>26</sup> Sublinhe-se que o modo de vida de executivos de corporações transnacionais constitui o objeto da pesquisa sociológica de López-Ruiz (2007) na medida em que o *ethos* dessas personagens representa, de forma emblemática, o paradigma da vida social contemporânea.

<sup>27</sup> Com ponderação, López-Ruiz (2007, p. 306) ressalva que a teoria do capital humano constitui apenas um elemento do capitalismo contemporâneo, cujas formas concretas são, evidentemente, particulares no conjunto das sociedades ocidentais. A centralidade da teoria do capital humano reside, contudo, no fato de que tal formulação teórica implica um conjunto prescritivo de valores que orientam sobremaneira o modo como os indivíduos tendem a conduzir suas vidas. Nos termos de Foucault (2008), a teoria do capital humano atua como princípio de governamentalidade, cuja função, nesse caso, consiste em programar a vida dos indivíduos conforme as exigências do mercado.

da vida, encontra-se a noção de desempenho. Passível de determinação mediante a quantidade de capital humano acumulado, o desempenho funciona atualmente como medida do sucesso e do fracasso dos indivíduos em uma sociedade que se compõe, pois, de “vencedores” e de “perdedores”.<sup>28</sup> Tanto é assim que, no campo específico da nosologia psiquiátrica da depressão, a ausência ou a disfunção na capacidade de desempenho se apresenta como um critério fundamental para verificar a existência de transtornos depressivos, cuja sintomatologia envolve efetivamente a fadiga, a lentidão psicomotora, a dificuldade comunicacional, a ausência de energia, de motivação, de prazer, de expectativa e de projetos futuros, entre outros *déficits*. É nesse sentido que a epidemia depressiva pode ser a expressão mais acabada de uma legião de “fracassados” que não suportam a responsabilidade inscrita na ideia de autorrealização constante, que está no cerne da biopolítica da saúde mental.<sup>29</sup> Se o excesso é constitutivo da dinâmica neoliberal – como Santos (2007, p. 11-13, 21) mostra a partir da atualização da ópera *Don Giovanni* por Michael Haneke –, a depressão, como *déficit*, insuficiência e desvalorização da vida, se apresenta logicamente como um problema que inviabiliza a manutenção, a aquisição e o exercício do capital humano. Ou seja, para a lógica neoliberal predominante nas sociedades capitalistas ocidentais contemporâneas, a depressão é puro desinvestimento individual e coletivo, ainda que outros mercados se beneficiem com ela, nomeadamente a indústria farmacêutica e as técnicas terapêuticas diversas.<sup>30</sup> Desde o

<sup>28</sup> Insistamos na ideia de que o fracasso no mundo corporativo equivale ao fracasso pessoal absoluto. A partir de *O Relatório Lugano*, de Susan George, Santos (2003, p. 25-27) destaca o fato de que o neoliberalismo destrói o ambiente e produz perdedores em escalas inauditas. Mais terrificantes são os critérios seletivos que constituem o grupo dos perdedores, que precisam reconhecer-se como responsáveis pela incompetência, inaptidão, pobreza, ignorância, preguiça, criminalidade etc. que lhe são próprias, segundo os preceitos neoliberais.

<sup>29</sup> Sobre a biopolítica da saúde mental, ver Corbanezi (2015, p. 83-104).

<sup>30</sup> Mostrando o aumento do consumo de psicotrópicos, Rose (2013, p. 290) indica que os transtornos mentais podem ser uma oportunidade fundamental para a criação de

*déficit* de neurotransmissores até a extenuação energética em todos os níveis, a depressão representa, em seus variados graus, a impossibilidade de realização da saúde otimizada que se depreende de discursos institucionais e médicos. Invertendo os sinais, não soa estranho observar que o “episódio hipomaníaco”, embora solicite atenção psiquiátrica, seja apresentado tacitamente no DSM-IV-TR como um estado quase socialmente desejado, uma vez que “[a] alteração no funcionamento em alguns indivíduos pode assumir a forma de um aumento acentuado na eficiência, realizações ou criatividade” (APA, [2000] 2002, p. 362). O problema é que essa acentuação patológica da eficácia e das capacidades também pode causar algum prejuízo social ou ocupacional, bem como indicar o desenvolvimento da euforia descontrolada e possivelmente psicótica, típica do episódio maníaco propriamente dito.<sup>31</sup>

Dada a relevância da noção de desempenho, tecnologias médicas contemporâneas se convertem em tecnologias de otimização, cujo objetivo primordial não é mais apenas curar doenças, mas aperfeiçoar as capacidades dos indivíduos. Ainda que restritas às democracias liberais avançadas – isto é, ao “ocidente rico”<sup>32</sup> –, tais tecnologias constituem atualmente o que Rose (2013) designa como “a política da própria vida” (*the politics of life itself*). Para o sociólogo inglês, o problema da biomedicina

lucro privado e para o crescimento econômico nacional. Considerando, porém, o argumento dos economistas da Escola de Chicago de que o capital humano constitui o elemento principal do desenvolvimento econômico dos países, não se pode recusar que a depressão, como desinvestimento individual do ponto de vista da produtividade pragmática de mercado, representa um obstáculo lógico para preceitos neoliberais.

<sup>31</sup> Nesse sentido, problematizando a depressão como sintoma social do mal-estar contemporâneo, Kehl (2009, p. 31,50) argumenta que a epidemia atual do transtorno encontra suas condições de possibilidade em uma sociedade simultaneamente antidepressiva e maníaca, que “... aposta na euforia como valor agregado”.

<sup>32</sup> Rose (2013, p. 353) observa que, em vez do desenvolvimento de tecnologias médicas sofisticadas – tais como medicina genômica e neurogenética –, políticas primordiais como de saneamento básico seriam suficientes para salvar muitas vidas em países terceiro-mundistas. Não obstante a relevância vital da afirmação, o próprio sociólogo inglês mostra, em suas pesquisas, a necessidade de se investigarem as tendências de países desenvolvidos, de modo a detectar em que direção o capitalismo avança.

molecular, em nossos dias, não consiste especialmente em normalizar e restituir a saúde; trata-se, antes, de superar barreiras biológicas, intervir em condições pré-sintomáticas e aperfeiçoar capacidades como força, resistência, longevidade, atenção, inteligência: é o que se observa desde o uso variado da genética até o consumo plástico de psicofármacos.

Com efeito, entre outras formas de investir em capital humano – tais como escolarização, cursos idiomáticos e profissionalizantes, treinamento *on-the-job*, atenção médica, ingestão de vitaminas, aquisição de informação sobre o sistema econômico –, pode-se incluir o consumo de psicofármacos. Sem pretender discutir a polêmica se o medicamento seria capaz de produzir um novo *self* – o que parece pouco provável –, o fato incontestável é que seu uso pode estimular capacidades, se não inexistentes, ao menos latentes. Nesse sentido, o uso cosmético de antidepressivos, segundo a fórmula popularizada pelo psiquiatra estadunidense Peter Kramer, constituiria um direito dos indivíduos em sociedades democráticas liberais, em que todos supostamente gozam de liberdade para produzir bem-estar e para otimizar suas capacidades, tornando-se *better than well*. Autor de *Listening to Prozac: a psychiatrist explores antidepressants drugs and the remaking of the self*, Kramer (1993) sustenta que o uso de antidepressivos serve tanto para aliviar os sintomas do transtorno quanto para criar condições para que as pessoas realizem com sucesso suas atividades, produzindo e otimizando, por conseguinte, o bem-estar. É por isso que, para Ehrenberg (1998, p. 203), segundo o qual a depressão é uma doença da insuficiência da capacidade de ação e de iniciativa, a pílula promovida pelo *best-seller* do psiquiatra estadunidense pretende mais estimular a ação do que produzir a felicidade, como as traduções francesa e brasileira do título da obra dão a entender equivocadamente.<sup>33</sup> Ora, em vez

de condenar ingenuamente o uso pragmático e utilitário circunscrito à ideia de psicofarmacologia cosmética, é preciso perceber sua coerência absoluta no contexto da biopolítica da saúde mental, que inculca, nos indivíduos, a necessidade tanto de realização permanente quanto de bem-estar como fórmula para o sucesso social.

Como se vê, o argumento de Kramer não destoa do imaginário da cultura ocidental contemporânea, para o qual “sentir-se bem” implica realizar-se como profissional, pai, cônjuge e cidadão capaz de contribuir efetiva e resignadamente com a sociedade tal como nos é apresentada. Acentuada, essa lógica sugere que a saúde não equivale mais apenas à vida no silêncio dos órgãos, como postulava o fisiologista René Leriche (Canguilhem, 2002, p. 67-76); para além dessa definição, a saúde consiste, hoje, numa configuração ativa a ser percebida e solicitada insistentemente. Com esse raciocínio, St-Hilaire (2009) mostra, de forma convincente, como o uso cosmético e plástico de antidepressivos – outrora designados “energizantes psíquicos” – permite ajustar os indivíduos às demandas sociais contemporâneas, ao mesmo tempo em que as evidencia. Mais do que conspiração de uns sobre os outros, trata-se do atual processo de constituição da subjetividade em sociedade.<sup>34</sup> Nesse sentido, o discurso da saúde, segundo o sociólogo, constitui “o lugar pelo qual se ordenam as exigências sociais”. E o que assistimos hoje é ao “... aprimoramento de nossas capacidades, um melhor ajustamento às exigências da vida à qual aspiramos ...” (St-Hilaire, 2009).

A centralidade da noção de desempenho permite perceber que, para além do sofrimento indescritível da depressão severa, tal como testemunha o escritor Willian Styron (1991), a “epidemia” do transtorno é instaurada por

<sup>34</sup> Nesse sentido, St-Hilaire (2009), pesquisador da ação social dos medicamentos, assegura que o encontro da biomedicina com as tecnociências produz tecnologias eficazes para transformar a subjetividade mediante soluções moleculares. É o que se passa com antidepressivos, que agem especificamente no cérebro, em vez de abranger o indivíduo em sua totalidade, como era até pouco tempo sob o paradigma da psicologia expresso no DSM I e II.

<sup>33</sup> A saber: *Prozac: le bonheur sur ordonnance?*, Paris: First, 1994, e *Ouvindo o Prozac: uma abordagem profunda e esclarecedora sobre a “Pílula da Felicidade”*, Rio de Janeiro: Record, 1994.

outro temor: o da crise de incapacidade<sup>35</sup> – sabe-se, afinal, que a monstrosidade para o capitalismo consiste na improdutividade. Próximo ao aspecto sociológico da tese de Kehl (2009),<sup>36</sup> Ehrenberg (1998) já sustentara que o aumento dos casos de depressão resultava da conquista de autonomia dos indivíduos após os movimentos contestatórios do final dos anos 1960. Para o sociólogo francês, em vez do modelo disciplinar – no qual a permissão ou a interdição estabelecidas pela lei constituem o fundamento do conflito psíquico próprio da concepção freudiana das neuroses –, os indivíduos experimentam, desde então, a autonomia como norma social inédita que lhes solicita, sem limites, a capacidade de ação, a iniciativa individual, a escolha pelo modo de vida e a responsabilidade. É por isso que, para o autor de *La fatigue d'être soi*, a depressão consiste, antes de tudo, numa patologia da insuficiência, típica de uma sociedade que atribui ao indivíduo, exclusivamente, a responsabilidade pelo sucesso social.<sup>37</sup> Daí a ideia de Ehrenberg (1998, p. 129, 236) de que tudo se passa atualmente como se assistíssemos à ascensão do indivíduo soberano de Nietzsche: porém, em vez de um modo de vida selecionado e destinado a alguns “fortes”, segundo a tipologia nietzscheana, tal indivíduo sobrevém democraticamente massificado.<sup>38</sup> Em que pese o as-

pecto controverso da associação do indivíduo contemporâneo ao além-do-homem nietzscheano, é preciso reter a ideia fundamental do sociólogo francês de que o transtorno depressivo deve ser percebido especialmente em termos de incapacidade de ação, ou seja, a depressão é menos paixão triste do que ação insuficiente.<sup>39</sup>

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sublinhada a dimensão capital de parâmetros normativos como desempenho, autor-realização, ação e performance, pode-se afirmar que a ideia de epidemia depressiva não resulta da alta incidência efetiva de casos severos. De fato, como Horwitz e Wakefield (2010, p. 248-249) mostram, o discurso institucional da OMS contribui para a fabricação da epidemia depressiva, aplicando o nível de gravidade de depressão a todos os casos indistintamente; desse modo, cumpre-se o objetivo de advertir a relevância do transtorno psiquiátrico como problema de saúde pública. Procedendo assim, asseguram ainda os pesquisadores norte-americanos, a OMS exerce o significativo papel de divulgar para todo o mundo, e de modo inquestionável, a concepção hegemônica da Associação Psiquiátrica Americana.<sup>40</sup>

Dado o lugar central que a saúde – e, especialmente, a saúde mental – ocupa no regime ético contemporâneo, pode-se afirmar que a ideia de epidemia depressiva encontra

divíduo soberano de Nietzsche. Como observa Han (2017, p. 94-95), ao contrário do sujeito contemporâneo performático e hiperativo, o além-do-homem nietzscheano é um espírito-livre, forjado como contramodelo de crítica cultural desse sujeito esgotado, que dissemina uma singular ausência de espírito (Corbanezi, 2018, no prelo).

<sup>35</sup> É igualmente como “patologia da ação” que os psicanalistas franceses Pierre Fédida (1999, p. 15-35) e Pierre-Henri Castel (2009, p. 137-173) abordam a depressão.

<sup>40</sup> Com efeito, no *Relatório sobre a saúde no Mundo 2001* (OMS, 2001, p. 48), dedicado à saúde mental, lê-se um elogio à padronização e à confiabilidade diagnóstica, ambas estabelecidas pela racionalidade psiquiátrica desde o DSM-III. Desse modo, torna-se possível realizar o objetivo da psiquiatria transcultural de universalizar a concepção ocidental de depressão. Para Pignarre (2003, p. 38-39), o etnocentrismo psiquiátrico, que institui diagnósticos padronizados, mas não necessariamente válidos, constitui elemento fundamental para a transformação da depressão em epidemia mundial.

<sup>35</sup> Cabe observar, nesse sentido, que o termo incapacidade não resulta de um dado natural absoluto, mas pode ser, ele também, socialmente construído, como sustenta a perspectiva do construcionismo social (cf. Conrad; Barker, 2011, p. 194).

<sup>36</sup> Subtraindo a discussão psicanalítica que foge ao nosso escopo, deve-se destacar que o aspecto sociológico da tese de Maria Rita Kehl (2009) é que a depressão recusa e questiona valores essenciais das sociedades capitalistas contemporâneas, entre os quais sobressaem a velocidade e o gozo, isto é, a aceleração do tempo e o imperativo da felicidade, do prazer e da satisfação “*prêt-à-porter*”.

<sup>37</sup> Lançando mão da tese de Ehrenberg, Safatle (2012) sustenta que o aumento do sofrimento psíquico característico da depressão resulta da atual mudança do paradigma produtivo, que solicita dos indivíduos atributos antes restritos ao paradigma de produção estética e os quais constituíam, paradoxalmente, a crítica ao taylorismo, a saber: criatividade, capacidade para enfrentar riscos, flexibilidade, mobilidade, afetividade, conjugados, evidentemente, com iniciativa individual e responsabilidade.

<sup>38</sup> Em *Sociedade do cansaço*, o sul-coreano Byung-Chul Han (2017) critica — com razão, a nosso ver — a ideia do sociólogo francês de que assistimos hoje à ascensão do in-

suas condições de possibilidade no contexto da biopolítica da saúde mental, exercendo, ela própria, função política equivalente. É que, alertando os indivíduos para a necessidade de cuidado diante de um futuro sombrio, otimizam-se, natural e conseqüentemente, suas potencialidades.<sup>41</sup> Assim, uma *sinergia política* se constitui a partir de duas *verdades científicas* díspares: a concepção psiquiátrica dos transtornos depressivos e a teoria econômica do capital humano. Não obstante a tendência da natureza humana a desenvolver-se e aperfeiçoar-se, em tempos de capitalismo cognitivo, de economia imaterial, de sociedades de controle ou de biopolítica, é fundamental perguntar *por que* verdades e técnicas científicas e pretensamente neutras toleram, cada vez menos, sintomas tênues de sofrimentos cotidianos.

A análise minuciosa de como são descritos e apresentados os transtornos depressivos em manuais psiquiátricos contemporâneos dá a ver que a altíssima incidência da depressão pode relacionar-se também à laxidão de critérios diagnósticos e sua conseqüente patologização de sofrimentos mais brandos. Como vimos, os transtornos depressivos menos graves – ou seja, aqueles que gravitam em torno da condição nuclear, que é o transtorno depressivo maior – sempre tangenciam a normalidade, restringindo-a, assim, a parâmetros mais rígidos e normativos de desempenho, o qual, sublinhemos uma vez mais, funciona igualmente como critério diagnóstico ante a ausência de dados laboratoriais definitivos. Uma relação inequívoca se depreende dessa afirmação: um dos critérios fundamentais para constatar a efetividade de transtornos depressivos é precisamente o mesmo que o capitalismo, em suas formas neoliberais predominantes, exige insistentemente dos indivíduos. Se, por um lado, é preciso investir em si, como apregoa a disse-

minada teoria do capital humano, por outro, a definição do transtorno se dá mediante a incapacidade de fazê-lo.

Anunciada desde os anos 1970, a ideia de epidemia depressiva parece tomar forma na medida em que a racionalidade científica e classificatória da psiquiatria se desenvolve, capturando cada vez mais condutas levemente incapacitadas, tristes e menos produtivas. Em outras palavras, a progressiva ramificação e a flexibilização dos critérios diagnósticos da depressão permitem que se territorializem condutas heterogêneas e singulares – com combinações diversas de sintomas relativamente banais e cotidianos – no lugar comum da classificação formal. Não se trata, com tal afirmação, de recusar, de forma inconseqüente, a dimensão real da depressão como patologia que causa sofrimento, tampouco de negligenciar os aspectos biológicos e psíquicos que a envolvem. Queremos chamar a atenção para o fato de que a produção e o estabelecimento de diversos subtipos de depressão se relacionam diretamente ao déficit de atributos e de disposições que o atual espírito do capitalismo valoriza e solicita dos indivíduos.

Não há dúvida de que, em relação à biopolítica da saúde mental – que incita os indivíduos à realização constante de suas potencialidades intelectuais, emocionais e laborais –, a depressão é fundamentalmente antinormativa: ao mesmo tempo em que é expressão do corpo indisciplinado (incapacitado, desenergizado, lento), desregula a homeostase populacional (improdutividade, custos, suicídio) e recusa, assim, palavras-chave de nossa época (motivação, comunicação, mobilidade, criatividade, velocidade, eficiência). É quando relacionada ao *ethos* contemporâneo predominante que a depressão parece tornar-se um problema gravíssimo: talvez não seja apenas o suposto déficit de neurotransmissores que cause o sofrimento, mas a impossibilidade de realizar valores e princípios que orientam o modo de vida dos indivíduos nas sociedades capitalistas contemporâneas. Associada sinergicamen-

<sup>41</sup> A relevância da saúde no regime ético contemporâneo transforma o paciente – passivo por definição – em sujeito ativo, constituindo indivíduos que são verdadeiros economistas de sua própria saúde, segundo a expressão de Rose (2013, p. 140). Considerada a exigência ética atual de que se pode sempre adquirir mais saúde, o fato de não possuí-la intensifica o sofrimento do indivíduo, supostamente responsável por sua condição patológica.

te ao modo de vida preconizado e disseminado pela teoria econômica do capital humano, a flexibilização classificatória da depressão não apenas contribui para a fabricação da epidemia depressiva como restringe a normalidade a padrões mais rígidos de desempenho, correspondendo, assim, à estratégia biopolítica da saúde mental, cuja função atual consiste – não de forma exclusiva – em otimizar as capacidades dos indivíduos.

Embora seja difícil recusar que a racionalidade psiquiátrica se desenvolva *pari passu* com as tendências neoliberais das sociedades capitalistas ocidentais, seria precipitado pretender estabelecer uma relação de causalidade direta e absoluta, como se a racionalidade econômica capitalista determinasse exclusivamente a nosologia psiquiátrica ocidental da depressão. Não obstante essa ponderação, não é totalmente digressivo notar que, mesmo para Weber (2004, p. 165) – que demonstra cautela na relação de causalidade entre o ascetismo protestante e o espírito do capitalismo, empregando, para tanto, a expressão conceitual “afinidade eletiva” –, o poderoso cosmos da ordem econômica moderna se relaciona diretamente ao desenvolvimento do cosmos científico, determinando, assim, o estilo de vida dos indivíduos. Em todo caso, em vez de pretender denunciar pura e simplesmente o aspecto capitalístico dessa medicina científica ocidental, procuramos evidenciar a subjetivação (leia-se: modo de produção de existências) que se estabelece a partir da relação entre discursos médicos, institucionais, científicos e econômicos. E, nesse sentido, parece-nos que tanto o discurso positivo da saúde mental quanto o estabelecimento científico dos diversos subtipos de depressão podem contribuir para que o indivíduo se incline à autoexploração própria do *homo oeconomicus* atual: incorporando e naturalizando o discurso empreendedor, todos devem indistintamente produzir uma saúde otimizada, cuja consequência inevitável é a realização de potencialidades, capacidades e performances que assegurariam rentabilidade

e empregabilidade futuras. É fato que, em todo espectro da vida social, assistimos à produção de um modo de vida assentado na realização individual. No entanto, diferentemente de um “cuidado de si”, que se dobra sobre o sujeito como autodeterminação e relação consigo, que resiste a códigos e poderes específicos, o cuidado exacerbado de nossos dias – um *a mais* de saúde – parece circunscrever-se majoritariamente às demandas do mercado.

Recebido para publicação em 30 de junho de 2016  
Aceito em 11 de junho de 2018

## REFERÊNCIAS

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). Diagnostic and statistical manual of mental disorders (DSM-I). 1st Edition. Washington: APA, 1952.
- \_\_\_\_\_. Diagnostic and statistical manual of mental disorders (DSM-II). 2nd Edition. Washington: APA, 1968.
- \_\_\_\_\_. Diagnostic and statistical manual of mental disorders (DSM-III). 3rd Edition. Washington: APA, 1980.
- \_\_\_\_\_. Manual de diagnóstico e estatística de distúrbios mentais (DSM-III-R). [1987]. São Paulo: Manole, 1989.
- \_\_\_\_\_. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV). [1994]. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- \_\_\_\_\_. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV-TR). 4ª Edição [2000]. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- \_\_\_\_\_. Diagnostic and statistical manual of mental disorders (DSM-5). 5th Edition. Washington: APA, 2013.
- ANGELL, M. A epidemia de doença mental. Revista Piauí, São Paulo, n. 59, ago. 2011. Disponível em <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-59/questoes-medico-farmacologicas/a-epidemia-de-doenca-mental>. Acesso em: 29.08.2011.
- ASSIS, J. M. Machado de. O Alienista. In: \_\_\_\_\_. Obra Completa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2006. v. 2, p. 253-288.
- BOCCARA, G. Geoffroy de Lagasnerie, la dernière leçon de Michel Foucault: sur le néolibéralisme, la théorie et la politique. In : Nuevo Mundo Mundos Nuevos. Paris, 2013. Disponível em <http://nuevomundo.revues.org/65544>. Acesso em: 30.08.2014.
- BROMET, E. et al. Cross-national epidemiology of DSM-IV major depressive episode. BMC Medicine, Londres, v. 9, 2011. Disponível em <http://www.biomedcentral.com/1741-7015/9/90>. Acesso em: 14.09.2015.
- CANGUILHEM, G. O Normal e o patológico. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CAPONI, S. O diagnóstico de depressão, a “petite biologie” e os modos de subjetivação. In: \_\_\_\_\_. et al. (Orgs.) Medicalização da vida: ética, saúde pública e indústria farmacêutica. Palhoça: Ed. Unisul, 2010. p. 135-143.
- CASTEL, P. Lesprit malade: cerveaux, folies, individus. Paris: Les Éditions d’Ithaque, 2009.

- CASTEL, R. La gestion des risques: de l'anti-psychiatrie à l'après-psychanalyse. Paris: Les Éditions de Minuit, 2011.
- CONRAD, P.; BARKER, K. K. A construção social da doença: insights-chave e implicações para políticas de saúde. *Idéias*, Campinas, n. 3, p. 185-220, 2011.
- CORBANEZI, E. R. Saúde mental e depressão: a função política de concepções científicas contemporâneas. 2015. 169 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas.
- \_\_\_\_\_. Sociedade do cansaço: uma constatação irrefutável. São Paulo: Tempo Social, USP, 2018 [no prelo].
- DELEUZE, G. Conversações. São Paulo: Ed.34, 1992.
- DUNKER, C. O sequestro da neurose. In: Revista Cult, Dossiê: O poder da psiquiatria, São Paulo, p. 32-37, out. 2013.
- EHRENBERG, A. La fatigue d'être soi: dépression et société. Paris: Éditions Odile Jacob, 1998.
- \_\_\_\_\_. La dépression. Naissance d'une maladie. L'Histoire, Amsterdam, n. 285, p. 34-36, 2004.
- FÉDIDA, P. Dos benefícios da depressão: elogio da psicoterapia. São Paulo: Escuta, 2002.
- FÉDIDA, P. O agir depressivo. In: \_\_\_\_\_. Depressão. São Paulo: Editora Escuta, 1999. p. 15-35.
- FOUCAULT, M. Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FRANCES, A. Normal Grief vs Depression in DSM-5. *Psychology Today*, New York, Mar. 2010. Disponível em <https://www.psychologytoday.com/blog/dsm5-in-distress/201003/normal-grief-vs-depression-in-dsm5>. Acesso em: 10.08.2014.
- \_\_\_\_\_. Don't confuse grief with depression. *Huffpost Science*, [s.l], Jan. 2012a. Disponível em [http://www.huffingtonpost.com/allen-frances/dont-confuse-grief-with-d\\_b\\_1233883.html](http://www.huffingtonpost.com/allen-frances/dont-confuse-grief-with-d_b_1233883.html). Acesso em: 11.08.2014.
- \_\_\_\_\_. DSM 5 Is Guide Not Bible – Ignore Its Ten Worst Changes. *Psychology Today*, New York, Dec. 2012b. Disponível em <https://www.psychologytoday.com/blog/dsm5-in-distress/201212/dsm-5-is-guide-not-bible-ignore-its-ten-worst-changes>. Acesso em: 12.08.2014.
- \_\_\_\_\_. Last plea to DSM-5: save grief from the drug companies. *Psychology Today*, New York, Jan. 2013. Disponível em <https://www.psychologytoday.com/blog/dsm5-in-distress/201301/last-plea-dsm-5-save-grief-the-drug-companies>. Acesso em: 13.08.2014.
- FREUD, S. Luto e melancolia. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- GORI, R. Le sujet de la santé mentale: de l'actualité de Foucault. In: ARTIÈRES, P. et al. (Orgs.) Cahiers de L'Herne – Foucault. Paris: Éditions de L'Herne, 2011. p. 312-317.
- HAN, B. Sociedade do cansaço. 2ª Edição ampliada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- HENNING, M. F. Neuroquímica da vida cotidiana. Cadernos IPUB, Rio de Janeiro, v.6, n. 18, p. 123-131, 2000.
- HERNÁEZ, Á. M. A medicalização dos estados de ânimo. O consumo de antidepressivos e as novas biopolíticas das aflições. In: CAPONI, S. et al. (Orgs.) Medicalização da vida: ética, saúde pública e indústria farmacêutica. Palhoça: Ed. Unisul, 2010. p. 111-134.
- HORWITZ, A. V.; WAKEFIELD, J. C. A tristeza perdida: como a psiquiatria transformou a depressão em moda. São Paulo: Summus, 2010.
- \_\_\_\_\_. Is There Really an Epidemic of Depression? *Scientific American*, New York, 2008. Disponível em <http://www.scientificamerican.com/article/really-an-epidemic-of-depression/>. Acesso em: 15.07. 2014.
- INSEL, T. Transforming Diagnosis. Apr. 2013. Disponível em <http://www.nimh.nih.gov/about/director/2013/transforming-diagnosis.shtm>. Acesso em: 10.11.2013.
- KEHL, M. R. O tempo e o cão: a atualidade das depressões. São Paulo: Boitempo, 2009.
- KRAMER, P. Listening to Prozac: a psychiatrist explores antidepressants drugs and the remaking of the self. New York: Viking Press, 1993.
- LÓPEZ-RUIZ, O. Os executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo: capital humano e empreendedorismo como valores sociais. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2007.
- MARCUS, M. et al. Depression: a global public health concern. WHO Department of Mental Health and Substance Abuse, 2012. Disponível em [http://www.who.int/mental\\_health/management/depression/who\\_paper\\_depression\\_wfmh\\_2012.pdf](http://www.who.int/mental_health/management/depression/who_paper_depression_wfmh_2012.pdf). Acesso em: 30.07.2015.
- MORENO, R. A. et al. Distímia: do mau humor ao mal do humor: diagnóstico e tratamento. 3ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Porto Alegre: Artmed, 1993.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Relatório sobre a saúde no mundo 2001: saúde mental: nova concepção, nova esperança. Biblioteca da OMS, 2001.
- PEREIRA, L. O trabalho em causa na “epidemia depressiva”. *Tempo Social*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 67-95, 2011.
- PEREIRA, M. E. C. O DSM e a crise da psiquiatria. In: Revista Cult, Dossiê: O poder da psiquiatria, São Paulo, p. 38-45, out. 2013.
- PIGNARRE, P. La depresión: una epidemia de nuestro tiempo. Barcelona: Debate, 2003.
- ROSE, N. A política da própria vida: biomedicina, poder e subjetividade no século XXI. São Paulo: Paulus, 2013.
- SAFATLE, V. Perto demais da redenção: depressão, flexibilidade e fim da ética do trabalho. In: NOVAES, A. (Org.) Mutações: elogio à preguiça. São Paulo: Edições SESC SP, 2012. p. 385-404.
- SAHLINS, M. Esperando Foucault, ainda. São Paulo: Cosac Naify, 2004.
- SANTOS, L. G. A informação após a virada cibernética. In: \_\_\_\_\_. et al. Revolução tecnológica, internet e socialismo. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 9-33.
- \_\_\_\_\_. Apresentação. In: LÓPEZ-RUIZ, O. Os executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo: capital humano e empreendedorismo como valores sociais. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2007. p. 11-21.
- SERPA JÚNIOR, O. D. Mal-estar na natureza: um estudo crítico sobre o reducionismo e o determinismo biológico em psiquiatria. 1997. 281p. Tese (Doutorado em Psiquiatria), Programa de Pós-Graduação do Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- ST-HILAIRE, P. L. De l'usage plastique des antidépresseurs: un révélateur des figures de l'individu contemporain. In: *Esprit Critique, Revue Internationale de Sociologie et des Sciences sociales*. Pays de la Loire, v.12, n.1, 2009. Disponível em <http://www.espritcritique.fr/dossiers/p?t03code=118&varticle=esp1201article12&vrep=1201>. Acesso em: 15.12.2014.
- STROUD, B. Pessoas estão mais ricas, mas vida hoje é mais pobre, diz filósofo (entrevista). Folha de São Paulo, Caderno Mercado. São Paulo, 09 dez. 2014.
- STYRON, W. Perto das trevas. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- WEBER, M. A ética protestante e o “espírito” do capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

## DEPRESSIVE DISORDERS AND CONTEMPORARY CAPITALISM

*Elton Corbanezi*

This article aims to show how the evolution of psychiatric nosology of depression may relate to certain requirements of contemporary capitalism. First, we investigate the conceptions of depressive disorders from the third edition of Diagnostic and Statistical Manuals of Mental Disorders (DSM), which established the current psychiatric paradigm, focusing especially on the last two versions (DSM-IV and DSM-5). Along with International Classification of Diseases by WHO, the recent editions of manual are the main classification systems of psychiatry, guiding clinical practice and conceptually basing the current idea of depressive epidemic. Then we show how the economic theory of human capital, developed by neoliberal economists of the Chicago School, becomes a social value that, widely accepted and disseminated, guides the conduct of life of individuals in advanced liberal societies and in Third World societies. Therefore, we affirm that the systematic ramification and flexibility of depressive disorders, which establish as pathological subtle forms of suffering, correspond to logic of intensification of performance of certain individual capacities indispensable to contemporary capitalism.

**KEYWORDS:** Depressive disorders. Contemporary capitalism. Human capital. Conduct of life. Depressive epidemic.

## TROUBLES DÉPRESSIFS ET CAPITALISME CONTEMPORAIN

*Elton Corbanezi*

Cet article a pour but de montrer comment l'évolution de la nosologie psychiatrique de la dépression peut se rapporter à certaines exigences du capitalisme contemporain. D'abord, nous étudions les conceptions de troubles dépressifs depuis la troisième édition du Manuel Diagnostique et Statistique des Troubles Mentaux (DSM), qui a établi le paradigme psychiatrique actuel, en nous concentrant surtout sur les deux dernières versions (DSM-IV et DSM-5). À côté de la Classification Internationale des Maladies de l'OMS, les éditions les plus récentes du manuel sont les principaux systèmes de classification de la psychiatrie, en orientant la pratique clinique et en fondant conceptuellement l'idée actuelle de l'épidémie dépressive. Ensuite, nous faisons voir comment la théorie économique du capital humain, développée par des économistes néolibéraux de l'École de Chicago, devient une valeur sociale, qui, acceptée et diffusée largement, guide la conduite de vie des individus dans les sociétés libérales avancées et dans les sociétés tiers-mundistes. Nous soutenons, ainsi, que la ramification et l'assouplissement systématiques des troubles dépressifs, qui établissent comme pathologique des formes subtiles de souffrance, correspondent à la logique d'intensification de la performance des certaines capacités individuelles indispensables au capitalisme contemporain.

**MOTS-CLÉS:** Troubles dépressifs. Capitalisme contemporain. Capital humain. Conduite de vie. Epidémie dépressive.



# AS TEORIAS DO TRABALHO DE HONNETH E UNGER: reconhecimento e produtivismo inclusivo

*Ricardo Visser\**

Neste artigo, comparam-se duas escolas de pensamento da teoria social a partir do conceito de trabalho. Estendem-se, então, suas contradições internas. De um lado, a teoria do reconhecimento comporta um conceito de trabalho que se deixa definir por seu valor sociocultural e simbólico, inserido na hierarquia moral ocidental. Seu paradigma é a sociedade salarial e a regulação estatal da paridade das relações profissionais. Já o construtivismo institucional entende o conceito de trabalho como atividade produtiva destinada à inovação. Seu enquadramento teórico visa a recuperar a aliança entre progresso técnico-material com o incremento da experiência social dos indivíduos.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho. Reconhecimento. Construtivismo institucional. Teoria social.

## INTRODUÇÃO

Na teoria social contemporânea, encontramos duas tradições teóricas que recuperam a centralidade da categoria trabalho. Esse debate se inicia na década de 80 com Klaus Offe, que, por sua vez, aponta para a crescente tibiaza da categoria trabalho como fator explicativo causal dos conflitos sociais, não mais sendo capaz de conferir sentido e unidade explicativa às interações sociais como dantes. No decorrer da segunda metade do século XX, por exemplo, o fortalecimento do setor de serviços e o incremento de posições de classe “intermediárias” – em nítido contraste com a tese da pauperização – dificultaram a aplicação tradicional dos conceitos marxistas. No Brasil, alguns autores de veio marxista vêm defendendo a centralidade do trabalho e da classe. Um dos seus expoentes mais célebres, cf. Antunes (2000), advoga a ideia de que os processos de reestruturação produtiva e de precarização são

evidências empíricas que corroboram a centralidade da categoria trabalho.

Arrolamos, todavia, duas correntes de pensamento que escapam, cada uma a seu modo, aos preceitos teóricos ortodoxos do marxismo. De um lado, a teoria do reconhecimento, que busca, na categoria trabalho, um substrato normativo substancial a partir do qual é possível compreender tipos de injustiça, mas também formas factíveis de aprendizado e autonomia. Para esse ponto de vista, entende-se o trabalho como fator preponderante para gerar solidariedade e vínculos sociais indelévels, na medida em que ele logra a formação da identidade pessoal dos indivíduos em contraposição direta à subjugação direta de dinheiro e poder (cf. Honneth, 2008).

Do outro lado, observamos uma teoria do trabalho, que, apesar de não negar a necessidade de gerar inclusão, questiona os impasses colocados por suas formas preponderantes na ordem produtiva contemporânea, perpetuada por uma configuração específica de arranjos institucionais. Sua principal questão é compreender como novos modos de organizar o trabalho podem estimular inovações produ-

\* Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Faculdade de Direito.  
Rua: São Francisco Xavier, 524. Maracanã. Cep: 20550-900.  
Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – Brasil. ricardovis@gmail.com

tivas, fazendo não apenas progredir a cultura material das nações, mas empoderando igualmente os indivíduos comuns em seu cotidiano. Aqui, há a associação entre emancipação individual e progresso material (Unger, 2001, p. 53). Seu objeto é a política transformadora, identificando, em boa parte do pensamento social, a ânsia de:

... reconstruir como razão aquilo que a história criou sob forma de contingência. Ele toma a organização estabelecida da sociedade como cenário até a próxima crise ocorrer e trata o mundo anterior à crise como se fosse para preservá-lo (Ibidem, p. xxiii).

Cabe notar, no entanto, que nenhuma das duas teorias reduz a categoria trabalho à sua função imediatamente econômica. Com isso, distanciam-se de uma abordagem comum à teoria da estratificação, na qual a categoria trabalho é reduzida à tríade ocupação, função desempenhada e faixa de renda. Sua intenção encontra maior ressonância na indagação sobre como as formas de trabalho auxiliam a caracterização de certa configuração institucional da divisão do trabalho. Tal enquadramento contribui, em contrapartida, para a reprodução de aspectos e características centrais encontrados no estilo e no modo de vida de indivíduos organizados em classes. Por seu turno, ela expressa, sobremaneira, como a organização econômica e laboral exprime limites que conduzem ao empobrecimento da experiência social e individual, bem como erodem direitos adquiridos, responsáveis pela manutenção de compromissos sociais de longo prazo.

Nas duas concepções, a esfera econômica não deve, portanto, ser compreendida apenas por sua fonte de legitimação mais aparente: a eficiência e a otimização na alocação de capital. Ao contrário, deve-se explicitar seu ancoramento numa ordem social histórica, na medida em que ela contribui para a reprodução de relações de poder entre classes, assim como para a exclusão e a pobreza. Hegel, assim argumenta Honneth, já havia percebido que o mercado precisa de uma legitimação moral que “consiste em transformar o ‘egoís-

mo subjetivo’ do indivíduo na disposição individual para atuar “em prol da satisfação das necessidades” de todos os outros” (Honneth 2008, apud Hegel, 1967, p. 55).

Não obstante, faz-se necessário mencionar uma fundamental distinção entre as duas vertentes: enquanto a teoria do reconhecimento inclina seus esforços analíticos para o diagnóstico crítico das injustiças do presente, a teoria do construtivismo institucional pende para a construção de alternativas e a imaginação programática, tendo como base a intensificação de formas experimentais de organização institucional da vida social. É uma resposta que visa a evitar estrangulamentos gerados por arranjos institucionais vigentes, que, naturalizando-se, podem provocar um vigoroso círculo vicioso de crises e reformas inócuas. A aceção de política transformadora adequa-se à construção programática paulatina e procesual do futuro. É preciso planejar a mudança, ao invés de supor instaurá-la de uma vez; pensar o futuro de longo prazo primeiramente como futuro adjacente.

Procederei em duas seções: a primeira dedicada à teoria do reconhecimento e a segunda ao pensamento produtivista. Após a apresentação da argumentação, buscarei problematizar estrangulamentos teóricos para, então, vislumbrar uma possível síntese.

## RECONHECIMENTO E TRABALHO

A teoria do reconhecimento tem, em sua expressão social filosófica, uma definição geral que se presta a aplicações em uma miríade de domínios da vida social. Seus expoentes maiores (Honneth, 2012; cf. Taylor, 1989) intentam distanciar-se de dois paradigmas dominantes da teoria crítica: a) da teoria pós-estruturalista do poder; b) da teoria procedimental da moralidade. A primeira conferia enfoque quase exclusivo à análise crítica da incorporação e subjetivação de mecanismos de dominação historicamente determinados, enquanto a se-

gunda entendia que o processo de aprendizado político e democrático poderia ser assegurado através das garantias procedimentais de participação na formação da vontade política (Maciel; Torres, 2007, p. 183).

A definição do conceito de reconhecimento encontra sua expressão social filosófica na recuperação de Honneth da obra de juventude de Hegel. Em sua visão, o primeiro passo é reconstruir uma crítica do modelo de luta social dominante baseado na autopreservação (Honneth, 2008, p. 13). A premissa antropológica encontrada nessa tradição, com representantes como Hobbes e Maquiavel, presume o agente egocêntrico preocupado em maximizar sua ação em benefício próprio. Trata-se de uma ação estratégica tomada em seu caráter monológico, sem necessariamente ter a orientação a outrem como *modus operandi* constitutivo. Para Hegel, o ponto problemático dessa postura filosófica – alicerce do direito natural – consiste na centralidade ontológica do sujeito monológico isolado. Em seguida, transforma-se a consciência individual, maximizadora de seus interesses, em natureza humana. O conceito de liberdade adquire seu significado corrente no liberalismo, posto que o adensamento da vida pública (*öffentliches Leben*) passa a ser encarado como constrangimento de espaços de liberdade privados (*private Freiheitsspielräume*). Segundo Honneth (2008, p. 24), Hegel coloca essa acepção de ponta cabeça, já que a realização da liberdade individual é decorrente do robustecimento da vida pública.

Desse modo, todo tecido social é permeado por uma eticidade (*Sittlichkeit*), cujo apanágio principal é não se deixar conter totalmente pelo ordenamento jurídico do Estado e nem pelas convicções morais individuais. Na medida em que se configura como pano de fundo intersubjetivamente compartilhado de hierarquias morais, é possível concretizar avaliações normativas sobre a vida que vale a pena ser vivida. Em sociedades modernas, capazes de vínculos morais passíveis de revisão e redirecionamento, torna-se factível transfor-

mar o processo histórico numa universalização de potenciais “morais” por meio do conflito coletivo. Eis aqui a ideia de que a História deve ser compreendida com referência a um patamar de aprendizado coletivo e à categoria de reconhecimento.

Honneth, então, procede demonstrando como o crime de roubo contém um significado normativo, tornando a dependência da identidade individual da comunidade objeto de um saber público. A definição social filosófica do reconhecimento corresponde a um salto cognitivo no qual se realiza

... uma consciência “ideal”, com referência à totalidade, no momento em que ela se entende noutra totalidade, isto é, noutra consciência; assim, é possível atingir, através do conflito, a experiência de Saber-se-em-outrem apenas porque foi plausível adquirir um saber através do ferimento mútuo de suas pretensões individuais (Honneth 2012, p. 49, apud Hegel 1967, p. 116, tradução nossa).

Nessa passagem, fica claro que a luta por reconhecimento repousa sobre uma intensificação do processo de socialização, por meio da descentralização das formas de experiência aprisionadas na consciência individual. A partir da explicitação de uma experiência intersubjetivamente compartilhada (saber adquirido do conflito), o conceito de reconhecimento pressupõe, acertadamente, que as ações, emoções e ponderações dos agentes tomem sempre o outro como referência. Por outro lado, o aspecto central da categoria de reconhecimento é sua alusão a certa simetria, paridade e reciprocidade em interações sociais. Ao reconhecer outrem como sujeito, confere-se um estatuto de humanidade a alguém (“ser alguém”), proporcionando-lhe a possibilidade de constituir autoestima e autorrelação prática positiva consigo.

Para a teoria crítica do reconhecimento, a categoria trabalho encontra sua força por ser um dos pilares da fundamentação normativa de um corpo social. Entretanto uma crítica da organização do trabalho pode ser apenas operada a partir de parâmetros normativos iminentes à troca de desempenhos, dado que

uma forma laboral exprime a qualidade de sua contribuição produtiva com relação à divisão social do trabalho (Honneth, 2008, p. 51).

Se uma forma de trabalho deve ser enquadrada de acordo com sua contribuição produtiva, nem todos os trabalhos contribuem de igual maneira, de modo que não se pode usar um critério externo para avaliá-los. Isso evita não apenas anacronismos, como se valer do critério do trabalho artesanal (preponderante na pré-modernidade) para avaliar o industrial, como também uma equalização indevida das contribuições laborais. Assim sendo, só é possível encontrar critérios e medidas internas às próprias interações criticadas servindo como fundamentação de reivindicações e justificações racionais. Entretanto as condições normativas de reconhecimento do mercado (de trabalho) podem entrar em contradição consigo próprias, já que nem sempre elas garantem autonomia econômica às parcelas marginalizadas (Ibidem, p. 54-56). Honneth identifica esse processo de pauperização na tendência (contingente) do sistema capitalista à concentração de poder de mercado nas mãos de poucos agentes econômicos.

A partir do desenho geral sobre o fundamento normativo do trabalho, podemos delimitar entre duas fontes morais, que se codificam na esfera laboral: a dignidade e a autenticidade. Na primeira delas, torna-se explícita a dimensão ontológica e normativa da economia, pois se trata do direito, na ordem econômica moderna, de o indivíduo contribuir parcialmente para o bem-estar geral, obtendo, em contrapartida, um mínimo que lhe assegure a subsistência imediata e futura. Materializa-se, aqui, o preceito da dignidade através da inclusão na sociedade salarial, assim como na regulamentação justa das relações e condições de trabalho.

Essa fonte moral também foi cunhada como dignificação (*Würdigung*),<sup>1</sup> uma vez que o trabalho é entendido como fator coleti-

vo de produção (Voswinkel, 2013, p. 221). A sindicalização e a formação de categorias profissionais sob a forma de grupos de interesse exemplificam esse campo do reconhecimento, com sólida presença na formação do Estado de bem-estar social europeu no pós-guerra. Seu enquadramento corresponde à regulação institucional da paridade das relações profissionais e contratuais, para além de seu conteúdo formal e estritamente legal. Direitos sociais e salários indiretos, como o acesso universal a um sistema educacional e de saúde de qualidade, também contribuem fortemente para o apaziguamento das urgências materiais imediatas e futuras. Através do adensamento de vínculos de solidariedade no longo prazo, as expectativas das classes ameaçadas se estabilizam.

A ideia de dignidade e dignificação corresponde à autonomia econômica, cujo pilar é a subsistência, porquanto a contribuição econômica por uma realização laboral permite domar temporalmente necessidades e urgências econômicas básicas, tornando-as passíveis de serem supridas estavelmente. Ela conecta, portanto, uma dimensão existencial e material “de vida ou morte”, uma vez que a expansão do mercado de trabalho moderno incute a retração do recurso à subsistência, ainda comum em épocas de escassez no mundo rural. Por exemplo, Simmel (2009) já apontava para essa contradição psicológica na classe trabalhadora: por um lado, o dinheiro garante, através da troca, a liberdade pessoal de gastá-lo com o que se deseja; por outro, ele é limitado estruturalmente em suas finalidades de uso. Nesse caso, a liberdade pessoal da experiência vivida pode contradizer limitações estruturais.

Contudo a dimensão da dignidade econômica não consiste apenas da subsistência imediata, ao aplacar a impetuosa miséria material, mas implica igualmente a chance de tornar as práticas econômicas minimamente prospectivas (cf. Visser, 2015), ganhando acesso às estruturas temporais relativas ao futuro abstrato (cf. Bourdieu, 1977). O assalariamento é uma forma de garantir tais condições eco-

<sup>1</sup> O termo *Würdigung*, utilizado por Voswinkel, pode ser traduzido por dignificação, enquanto a categoria *Würde*, empregada por Honneth, significa dignidade.

nômicas, na medida em que a renda se estabiliza. Tal realidade não inclui boa parte dos trabalhadores informais desqualificados brasileiros, cuja renda geralmente congrega alta variabilidade e baixo volume (Visser, 2015, p. 51). Sob esse prisma, o acoplamento de condições estáveis com um volume confortável de práticas econômicas prospectivas – de propriedades rentáveis, como a transformação de poupança em investimento financeiro de longo-prazo (previdência privada, títulos de baixo risco, renda fixa e etc.), além de propriedades produtivas – conforma uma “porta de entrada” ao reconhecimento na esfera econômica, geralmente mediada por instituições financeiras e legais dominantes.

Ainda com relação à dignidade econômica, faz-se imperativo afirmar que o sentido propriamente econômico do trabalho, isto é, o valor real da renda, está diretamente ligado à mediação privada ou pública de serviços básicos como previdência, saúde e educação, de modo que o acesso a esses serviços se torna reduzido à capacidade de pagamento dos estratos sociais, embora possa ser encarado como um direito constitucional. A expansão efetiva desses direitos cidadãos impede a determinação nua e crua pelo dinheiro, circunscrevendo e delimitando os imperativos sistêmicos de atuação do mercado (Dutra, 2016, p. 78).

Um segundo desdobramento do conceito de dignidade toca particularmente formas de trabalho desqualificados em países onde vigora o capitalismo periférico, atreladas a profundas experiências de humilhação (cf. Maciel, 2014). O trabalho desqualificado – no qual flanelinhas, camelôs, empregadas domésticas, catadores de lixo, todo tipo de vendedores informais, guardadores de carros e outros estão envolvidos – incorre não apenas em pobreza material, que também possui forte carga ontológica, mas igualmente em experiências de humilhação e desrespeito.

Isso posto, importa considerar que essa forma de degradação social e moral ocorre porque o reconhecimento negado e a experi-

ência de marginalização do trabalho informal desqualificado (ou até ilegal) operam uma desclassificação do desempenho em conjunto com a identidade pessoal do trabalhador. A troca de dinheiro por desempenho, libertando a esfera pessoal (cf. Simmel, 2009), torna-se embaçada. Acrescente-se o fato de que, por não terem o direito de contribuir significativamente para a reprodução material da coletividade daquela forma, quase todos não têm outra escolha senão desempenhar aquela ocupação socialmente desqualificada.

Por fim, a dignidade no trabalho também faz vicejarem as pré-condições da participação na esfera política (Maciel; Torres, 2007, p. 184-185). Para além de uma esfera pública livre e de um direito positivo, a participação cidadã autônoma pressupõe a emancipação do constrangimento direto de dinheiro e poder. A conexão entre trabalho, política e reconhecimento se nutre da insuficiência da mera garantia procedimental de direitos políticos, penetrando nos acordos pré-políticos condicionantes do empoderamento cidadão. Nesse caso, a fonte moral da dignidade econômica corrobora o processo de inclusão em outras esferas. Contudo os autores não argumentam – como o faz o marxismo tradicional – que a atividade produtiva proporcionaria acesso direto à consciência política (de classe). Trata-se de uma das pré-condições para a participação cidadã. É conveniente, então, pontuar que o respeito à teoria da diferenciação das esferas de valor é preservado, dado que a consciência política não é deduzida diretamente das relações de produção.

No acoplamento tácito da esfera laboral com outras, ainda poderíamos citar como a estabilização das urgências econômicas conduzem à atenuação da tensão entre trabalho por necessidade e planejamento racional da trajetória escolar. E também como o reconhecimento, na esfera da admiração (*Bewunderung*), isto é, da realização pessoal (cf. Voswinkel, 2013), beneficia o aprendizado do capital cultural na esfera familiar, visto que se trata de empregos

em que o reconhecimento de competências intelectuais e educacionais desempenha um papel relevante na formação da identidade profissional. Em seu caso limite, desenvolve-se a socialização lúdica com a cultura letrada, mediada pela “curiosidade” no aprendizado da cultura legítima e sua forte carga afetiva. Frequentemente, seu lado disciplinar é cada vez menos mediado pela sanção direta. Disposições desviantes e transgressoras tornam-se passíveis de uma resignificação expressiva (cf. Simmel, 1989) e até artística.

Seria factível argumentar que indivíduos mais propensos a desempenhar tal classe de profissões tiram proveito da acumulação geracional prévia da escolaridade familiar. Muito diferente é a apropriação da cultura letrada pelas classes subalternas, para as quais, comumente, leitura e escrita não rompem com sua finalidade funcional e meramente informativa. Não raro sua inserção ocupacional confirma tais circunstâncias.

Dessa maneira, a fonte moral da admiração estaria ligada à noção de diferenciação e individualização da realização laboral. Ela indica não apenas que, no labor, o trabalhador experimenta a circunstância de sentir-se “um ser destinado a tarefas”, como pensou Hegel (Honneth, 2012, p. 61), mas como produtor criativo capaz de concebê-las, mesmo que seu valor econômico não seja imediatamente apreciável.

Ao invés de a categoria profissional indicar diretamente o pertencimento de classe, ou o *milieu* na estrutura social, por meio das relações de produção, transcorreria, aqui, um desacoplamento parcial da condução da vida profissional com relação aos determinantes iminentemente coletivos institucionalizados, ao passo que a trajetória profissional não é completamente estruturada de antemão. O espriamento da admiração desestabilizaria os critérios e as expectativas de reconhecimento que são baseados na dignificação. Ao minar relações de reconhecimento no longo-prazo, o empregado vê-se forçado a incorporar uma atitude oportunista com relação às organizações,

o que se manifesta em problemas motivacionais e demissões (Voswinkel, 2013, p. 223-224). Consequentemente, a erosão de critérios institucionalizados e fixados da dignidade não coincide necessariamente com a “ausência de solidariedade”, mas assinala seu câmbio em direção à admiração. Por conseguinte, deterioram-se vias coletivas de reconhecimento laboral, como sindicatos e categorias profissionais. Na esteira da deterioração do reconhecimento estável, as biografias normais (Ibidem, p. 219) escasseiam, além do revigoramento do setor de serviços e da ascendência do sistema financeiro sobre o capital produtivo. Concomitante a isso, diferenciam-se cada vez mais, como domínios funcionais distintos, trajetória profissional e posto de trabalho ocupado numa determinada etapa da vida (cf. Kühn; Wintzel, 2004).

Com isso, a retomada da realização pessoal no trabalho, associada à possibilidade de se tornar um trabalhador criativo e inovador, já nasce, de certa maneira, instrumentalizada. Se, por um lado, essa fonte moral tem como promessa uma retomada da importância da marca e da realização pessoal, em contraste com a padronização da linha de montagem taylorista-fordista, ela tende a criar um arremedo de autenticidade, ainda mantendo o poder das grandes decisões nos escalões administrativos superiores. A validade dessa premissa é ainda mais profunda em setores de baixa inovação da divisão do trabalho, nos quais o contexto pedagógico laboral permite apenas reavaliações e retoques pontuais das tarefas.

Outro tema que abarca tanto dignidade quanto realização pessoal concerne à incorporação do conhecimento chancelado pelo sistema de ensino como paradigma normativo da hierarquia moral ocidental do trabalho (Maciel; Dutra, 2007, p. 200). O conhecimento teria se tornado um fator de produção preponderante, não se confundindo com o saber (Ibidem, p. 201), muitas vezes adquirido na experiência laboral dentro um contexto pedagógico relativamente aberto, mas sem mediação com o sistema de ensino formal. Por outro lado, a

associação entre mérito, recompensa e conhecimento omite as condições prévias desiguais de treinamento para o mercado de trabalho, ou seja, o acesso ao sucesso escolar em disciplinas que garantem bons empregos. Ao privilegiar esquemas cognitivos e procedimentos escolarmente aceitos, constringe-se, do mesmo modo, o espaço de aprendizado no local de trabalho, destacando claramente execução e planejamento.

A categoria trabalho recuperada pela teoria do reconhecimento enfatiza, sobretudo, o desvelamento de premissas normativas subjacentes à economia de mercado, em detrimento de sua definição meramente instrumental. Dentro de seu constructo teórico, assiste-se à propensão que demarca o valor coletivamente construído do desempenho laboral. Mais do que o valor meramente econômico, deve-se se perguntar pela estima cultural à qual um trabalho está atrelado. Pois essa

... circunstância, em meu ponto de vista, demonstra que as regras de distribuição não podem ser simplesmente derivadas das relações de produção, mas devem sim ser vistas como expressão institucional de um dispositivo sociocultural que determina qual grau de estima, atividades específicas ocupam em um determinado momento. Os conflitos sobre distribuição, contanto que eles não estejam meramente preocupados apenas com a aplicação de regras institucionalizadas, são sempre lutas simbólicas pela legitimidade do dispositivo sociocultural que determina o valor das atividades, atributos e contribuições [...]. Em resumo, é uma luta pela definição cultural sobre o que é que torna uma atividade socialmente necessária e valiosa (Honneth, 2007, p. 92-93).

Essa passagem mostra-nos a definição da categoria de trabalho não mais pelo seu valor diretamente produtivo, mas contrastado com um pano de fundo sociocultural determinante da sua estima. Trabalho seria, então, correlato de seu *status* (entendido como valor simbólico-cultural). Tal argumentação realça: a) o aspecto construído do valor das ocupações, na medida em que se baseia na estrutura comunicativo-simbólica e cultural da sociedade; b) a conjunção entre luta simbólica e material, já que demandas por igualdade econômica tocam

o âmago e o desdobramento dos estilos de vida como um todo (identidade); c) que a divisão do trabalho social não é apenas composta por setores diretamente ligados à produção material, ou às finanças. Nem mesmo o desemprego seria mais causado por fatores exclusivamente econômicos (Honneth, 2007, p.93).

Tal apelo ganha ainda mais proeminência quando se comparam indivíduos em posições ocupacionais próximas, com formação e funções semelhantes, mas que se encontram em disparidade salarial, de benefícios ou nas chances de realização profissional. Dentro dessa delimitação, caem por terra quaisquer tentativas de justificação por meio do desempenho diferencial. Por esse ângulo, o paradigma produtivo, ao qual as formas de trabalho se aferiram, é secundário. O elo entre reconhecimento e trabalho arrola a luta por redistribuição e direitos como cenário, visto que ele encarna uma maneira de expressar a eticidade das relações econômicas. Como substrato normativo, a hierarquia moral ocidental do trabalho é perpassada por lutas simbólicas que permitem definir o valor cultural de uma atividade laboral. Nas sociedades modernas, toda forma de labor constitui seu valor qualitativo de forma relacional, tendo como referência uma hierarquia moral na cultura. Um dos quesitos norteadores dessa hierarquia repousa sobre o *prestígio* das competências intelectuais envolvidas no desempenho de um trabalho. Normalmente, tais competências são mediadas por instituições acadêmicas de renome. Menciona-se, portanto, o *prestígio* das competências intelectuais a fim de não naturalizá-las, dado que todo trabalho envolve, em maior ou menor grau de complexidade e sofisticação, competências técnicas e intelectuais.

Em complementação a isso, se o valor relativo de uma realização profissional está calcado num consenso coletivo sociocultural, seria realista equalizar todas as ocupações sob a ideia de que seu valor técnico, estético, pedagógico ou outro poderia ser subsumido à luta simbólico-moral por sua definição? Ao com-

pararmos ocupações localizadas em extremos verticais do espaço ocupacional, esse raciocínio parece se enfraquecer, pois o problema não pode ser apreciado como sendo apenas fonte de injustiça, mas também de acesso à capacitação, de incorporação de capital cultural especializado, e de empoderamento produtivo.

De modo geral, o arquétipo produtivo-normativo da teoria do reconhecimento é o fordismo e a sociedade salarial, cuja divisão do trabalho se situa na clara delimitação operacional entre planejamento de finalidades práticas e execução de tarefas. Sua contrapartida é baseada no acordo de organização de categorias profissionais, contratos de longo-prazo e assalariamento. As relações profissionais devem ser, portanto, *reguladas*, elegendo-se a redistribuição como paradigma de justiça. O estabelecimento do taylorismo-fordismo como setor dominante se deu no âmbito da produção de mercadorias em massa, cuja baixa intensidade de inovação, comparada com as vanguardas produtivas (cf. Unger, 2001), por exemplo, estabeleceu não apenas a organização coletiva do trabalho por meio de categorias profissionais, mas, notadamente, a negociação por direitos trabalhistas como pano de fundo das conquistas sociais. Ela também se transformou no enquadramento e no paradigma laboral básico pelo qual vale a pena lutar.

Assim, o regime de trabalho flexível próprio ao pós-fordismo, que, em alguns casos, assume os moldes do novo espírito do capitalismo (cf. Boltanski; Chiapello, 2005), quase sempre é transcrito como narrativa da “perda de reconhecimento”, “desprofissionalização” (Honneth, 2008, p. 47), ou “erosão da dignificação” (cf. Voswinkel, 2013). De fato, esse diagnóstico é acertado para ocupações e postos nascidos no setor de serviços, funcionando como um braço administrativo do setor industrial de produção de mercadorias em massa. Contudo, a tese da “erosão da dignificação” e da “desprofissionalização” se enfraquece quando explicam as vanguardas produtivas (cf. Unger, 2010a): são indústrias nas quais a hierarquização entre

concepção e execução, faculdades analíticas gerais e especialização seletiva não se divorciam de maneira tão cristalina.

A pujança heurística da teoria do reconhecimento revela-se em seu diagnóstico do estado presente da estrutura social, contraposto ao aprofundamento de aprendizado coletivo e político baseado na categoria de reconhecimento. Conquanto o conceito de aprendizado coletivo cumpra uma função teórica precípua, raramente se torna objeto de reflexão prática e da imaginação programática e institucional, permanecendo um ideal conceitual regulatório e analítico.

Se a desestabilização do reconhecimento institucionalizado, isto é, das relações laborais reguladas, reenvia à incerteza e ao oportunismo, a flexibilidade produtiva pode apenas significar subjugação, sendo incapaz de ensejar novas configurações organizacionais do trabalho. Em suma, a crítica normativa da ordem existente admite, assim, sua predileção por laços de solidariedade recíproca no longo prazo, reais, por oposição ao modo individualizado e oportunista, cujo resultado final não passa da própria instrumentalização do reconhecimento. O reconhecimento só se realiza plenamente através da estabilização de interações (institucionalmente mediadas) baseadas na reciprocidade. A precariedade do trabalho corresponde justamente à geração de incerteza e instabilidade de expectativas subjetivas e condições objetivas.

No entanto, por não delinear suficientemente bem a dinâmica conceitual entre as formas efetivas de reconhecimento e o marco produtivo e político histórico (fordismo-taylorismo e a social democracia europeia) que as ampara, a teoria do reconhecimento finda, em certo sentido, por fundir os dois. Essa indeterminação entre a definição das formas do reconhecimento laboral e seu enquadramento produtivo e institucional deixa em aberto um campo de reflexão normativo e programático, ao endossar tacitamente o paradigma da social-democracia e o modelo fordista de organização do trabalho industrial.

Por marco produtivo, não abarcamos apenas o patamar técnico e material de uma cultura, mas também, por exemplo, seu regime de contratos, propriedade, crédito, alcance e poder de mercado. Em vista disso, esse caminho intelectual coloca em evidência a relação entre reconhecimento e estabilidade profissional, legada pela social-democracia, sem, no entanto, discutir a fundo as contradições internas às formas institucionais de organização que a abrigam, ou tensioná-las com modelos alternativos.

Decerto, se, por um lado, a social-democracia contribuiu enormemente – via redistribuição e regulação da especulação e das relações de trabalho – para a construção do patamar material, simbólico-cultural e moral de dignidade da classe trabalhadora europeia, o que é, sem dúvida, extremamente relevante, ela, por outro, encontrou dificuldades em democratizar reais oportunidades de mercado, alterando pontualmente posições relativas de classe. Concentrou-se, então, muito mais numa política de mitigação reajustada do que na transformação social via democratização das oportunidades de mercado e de produção. Foi preservada a intervenção do Estado como medida principal de contenção e limitação dos interesses privados e manteve-se o corporativismo partidário das minorias organizadas como arranjos institucionais cardeais (Teixeira, 2015, p. 58).

Em seguida, esse problema teórico torna-se mais grave em decorrência de não tomar, como fim de reflexão prática e comparativa, alternativas de organização da economia de mercado, para além do fordismo-taylorismo. Daí a correspondência sobreposta entre ordem produtiva da sociedade salarial, da social-democracia e uma forma de reconhecimento mais próxima da verdadeira.

Honneth (2007, p. 89) já havia indicado a dependência do poder heurístico formal do conceito de reconhecimento e sua aderência a etapas históricas concretas nas sociedades humanas. Nessa elucubração, nem os arranjos institucionais de tais etapas e nem as condi-

ções intelectuais de sua superação prático-normativa se tornam problematizados. Por não delimitar tais zonas a contento, a configuração existente das formas de trabalho – assim como os arranjos institucionais e produtivos que a ela subjazem – não se torna objeto do pensamento teórico-programático, ensejando sua própria superação paulatina e gradual. Assim, o pensamento programático permitiria enxergar as aporias e confluências entre (neo)liberalismo florescente e social-democracia.

Se a noção de crítica imanente arrola, como pressuposto, a revisão daquilo que o funcionamento convencional da estrutura social promete, mas não realiza, isto é, uma recuperação de cláusulas do acordo, com vistas à universalização radical de potenciais morais (propósito da democracia), sem aliar tal esforço à imaginação alternativa de arranjos institucionais e organizacionais, corre-se o risco de permanecer dentro da espiral do pensamento político convencional, recaindo na humanização de injustiças existentes. Encerrada no aparato do ideário programático dominante de um contexto formativo (Unger, 2001, p. 58-59), a regulação e a desregulação do mercado de trabalho são faces de versões de uma ordem estabelecida.

## TRABALHO E PRODUTIVISMO

O conceito de trabalho defendido pela teoria do construtivismo institucional de Mangabeira Unger articula, de modo claro, a relação entre formas ocupacionais específicas e seu lugar em determinada maneira de organizar a força de trabalho (cf. Unger, 2001). Essa associação conforma, portanto, uma esquematização contingente da divisão do trabalho, refletindo igualmente o arranjo histórico de instituições econômicas. A conexão entre a organização técnico-material do trabalho, o patamar de progresso material e a intensificação da experiência social do indivíduo é arrolada como pano de fundo. Subjacente a essa associação, repousa um potencial prático-normati-

vo do trabalho, similar ao percebido por Honneth (1980, p. 186), visto que a atividade laboral permite tornar competências e capacidades conscientes, abrindo espaço para um potencial de aprendizado e um incremento produtivo.

Sua indagação é, menos, recuperar a afinidade entre solidariedade, regulação e valor sociocultural do trabalho, do que a afinidade entre *inovação* e trabalho. Não há como promover inclusão sem um novo projeto produtivo. Entre as duas formas principais disponíveis, na atual divisão do trabalho produtivo, encontram-se três tipos: a) o trabalho flexível, intenso em inovação e conhecimento, presente em setores de vanguarda produtiva; b) trabalho de planejamento, de um lado; c) trabalho de execução de outro. A primeira forma é encontrada em empresas de vanguarda e setores não competitivos do mercado, ou seja, em setores embrionários, financiados seja no âmbito privado, seja no público. O que interessa a Unger é que as vanguardas produtivas – nas forças militares, em setores de ponta da engenharia, de nanotecnologia, da cibernética, da física e etc. – combinam ou acumulam o uso de alta tecnologia e de práticas experimentais de organização do labor. Já os tipos de trabalhos indicados nas alíneas **b** e **c** situam-se, em sua esmagadora maioria, no setor industrial e de serviços de produção em massa e de baixa agregação de práticas laborais arrojadas, além de sua demasiada segmentação e especialização.

A dinâmica entre inovação e trabalho ocupa a proa da economia política de Mangabeira Unger, pois tensiona a aceção de trabalho alienado, corrente na teoria social europeia. Para Marx, a categoria *trabalho vivo* abarcava três significados: a) o epistemológico; b) o de formação da consciência política revolucionária; c) o econômico, como parte fundamental da engrenagem do ciclo de valorização do capital. Se os dois primeiros significados carregam, em seu bojo, um sentido “antissistêmico” (transformador), o terceiro, sob o conceito de trabalho abstrato, explica a estrutura profunda do modo de produção capitalista.

Unger tensiona a primeira e a terceira conjecturas. Elas visam a recuperar um ideário em Marx: a relação entre emancipação e progresso técnico-material. O embotamento desse paradigma tem seu ápice na teoria da ação comunicativa de Habermas (Honneth, 1980, p. 217-222), cuja distinção entre ação instrumental do trabalho, como mera reprodução material, e liberação social mediante ações que visam ao entendimento é seu representante mor. De uma vez por todas, progresso técnico-material e emancipação são extirpados um do outro, ou seja, tornam-se caracterizados pela oposição entre trabalho e interação. Para teorias sociais germinadas em países já localizados no pico do desenvolvimento tecnológico e industrial, esse paralelo conceitual talvez encontre correspondência na realidade; para países atrasados, nem tanto.

Ademais, o próprio conceito de razão instrumental comporta uma importante dualidade: de um lado, ela consiste na atividade de reaplicação circular de conhecimentos, visando à maximização de eficiência, à utilidade, ao domínio científico de processos produtivos, estando simultaneamente aliada a práticas experimentais controladas. De outro, ela pode significar a mera repetição, a execução de tarefas robotizadas, planejadas pelos administradores da grande firma. Essa segunda corrente foi largamente abraçada pela teoria crítica, obscurecendo a primeira.

A ideia de uma categoria epistemológica de trabalho corresponde não apenas à construção da consciência das próprias faculdades, competências humanas e produtivas, mas ao processo de aprendizado no qual o trabalho vivo não se torna mero refém da máquina, auxiliando no enriquecimento da vida psíquica e social. Assim, para Unger, o elo entre progresso material, inovação e História diz respeito ao fomento e à construção de formas mais complexas de trabalho, na medida em que um arranjo produtivo reflete tanto sua orientação com relação a um projeto nacional quanto alude a um estado histórico das formas laborais reproduzidas. No

limite, um arranjo produtivo de nações dominantes estimula, no geral, formas mais complexas de trabalho inovador, incrementando e diferenciando sua divisão do trabalho interna. Admite, dessa maneira, experiências inusitadas de cooperação, além de burlar divisões disciplinares estéreis. Isso não significa, no entanto, a inexistência rupturas e fissuras.

Isso posto, qualquer atividade laboral engendra um contexto prático pedagógico e, por vezes, teórico, no qual o instrumentário conceitual e prático pode ser revisitado. Com o acolhimento entre razão instrumental, tomada em seu corolário repetitivo, tal contexto é obnubilado. Ao aduzir o elo entre inovação e trabalho, Unger disponibiliza um conceito epistêmico de trabalho, que pode servir de critério interno à divisão do trabalho. Honneth (1980, p. 190-191) procurava o ideal do trabalho artesanal como caminho para recuperar uma categoria não estranhada de trabalho: uma forma laboral que apresentasse menor grau de determinação externa de procedimentos, trazida pelo taylorismo-fordismo. Em grandes indústrias de produção em massa, práticas de resistência em local do trabalho representam um esforço de cooperação e pretensão ao controle autônomo do processo produtivo. Para o filósofo alemão, isso configuraria a tessitura normativa do trabalho, invisível à ação comunicativa.

O problema é que a forma artesanal do trabalho, salvo exceções, não é uma exigência estrutural da divisão do trabalho, o que o faz abandonar essa investigação (Honneth, 2008, p. 52). O contrário acontece com a categoria trabalho flexível de Unger. Ela não só é uma demanda interna à estrutura normativa das ocupações como sua ponta de lança. Para o trabalho artesanal, o espaço de aprendizado se desenvolve indutiva e sensivelmente, ou seja, rente ao instrumento, quase numa relação orgânico-sensorial com ele (Ibidem, p. 195). Já o trabalho flexível exige não apenas o improviso indutivo, mas a reaplicação crítica e corretiva de conhecimentos teóricos, práticos e de pesquisa, de maneira a tornar estruturante um

contexto de aprendizado mútuo e individual. Seu contexto pedagógico aprofunda a dialética entre faculdades analíticas gerais e especialização seletiva. Com essa abertura experimental controlada, a especialização exorbitante, tendendo a segmentação fragmentária, cede lugar à cooperação interdisciplinar. Outro aspecto é sua relação com a máquina, que não mais subjugava o trabalhador diretamente, mas o liberta das atividades repetitivas, permitindo-lhe desenvolver as tarefas que ainda não são passíveis de serem resumidas numa fórmula.

Para o pensador anglo-brasileiro, a reinvenção da divisão do trabalho se torna factível no momento em que se analisa e critica o modelo consagrado da fábrica de alfinetes (cf. Unger, 2010a). Seu ponto principal é a relação entre agente produtor, sua especialidade e a máquina. No modelo produtivo da fábrica de alfinetes, a organização do trabalho reforça o domínio da máquina sobre o trabalho, dado que ela torna o trabalhador sua extensão ou mero operador. Assim, ele não faz nada de diferente dela, acabando por desempenhar um trabalho repetitivo, no domínio parcial dos conhecimentos para operar ou reparar a máquina. O ideal da linha de montagem, com suas funções rigidamente especializadas na distribuição de tarefas, é o que está em jogo aqui. Não é por acaso que a organização do trabalho, através da fábrica de alfinetes, foi percebida como protótipo de uma sociedade altamente disciplinada e repressiva, na qual o trabalho conforma um instrumento de sacrifício dos prazeres individuais em prol da futura riqueza coletiva (Ibidem, p. 101).

Imaginar uma nova organização do trabalho, tomando seu arranjo efetivo, é pensar a estrutura de maneira contrafactual. O plausível é convizinho do existente. Sob esse prisma, imaginemos um enquadramento alternativo da interação entre trabalhador e máquina dentro do qual ele não mais serve como extensão de suas tarefas automatizadas, mas programa-as numa fórmula. Tão logo incorporado esse algoritmo nas máquinas, elas farão a parte repetível do trabalho. Por conseguinte:

A parte ainda não repetível das atividades – aquela para a qual não temos fórmulas e, portanto, nem máquinas – é o domínio da inovação, a linha de frente da produção. Nesse reino, a produção e a descoberta tornam-se mais ou menos a mesma coisa. Buscamos aí organizar as atividades produtivas para que se tornem uma imagem visível e coletiva, e o instrumento de nosso pensamento experimental (Unger, 2010a, p. 101-102).

O ideário à frente da produção não seria mais, de acordo com Unger, o utilitarismo raso da fábrica de alfinetes, relegando o contexto experimental e de aprendizado no local de trabalho para segundo plano, mas o de abrir caminho ao aprendizado coletivo, para que o tempo, com o lado reprodutivo da atividade laboral, possa ser poupado.

Isso posto, o fortalecimento de descontinuidades hierárquicas na divisão entre supervisão e execução torna-se um imperativo. Honneth já havia apontado como, mesmo sob uma organização do trabalho do tipo taylorista-fordista, trabalhadores exibiam não apenas o afã, mas igualmente as habilidades para subverter positivamente os procedimentos que lhes foram impostos. No entanto, a organização excessivamente hierárquica da produção acacha o florescimento desse contexto pedagógico. Desse modo, permitir certa experimentação controlada – fora de procedimentos pré-estabelecidos e rotinizados – torna-se vital para empoderar novamente o trabalhador, tornando o exercício da profissão relativamente aberto. O desenvolvimento de novas zonas de aplicação de conhecimento torna-se concomitante à atividade produtora. A própria máquina dedicada à inovação não tem uma finalidade completamente predeterminada.

A cooperação seria, aqui, um apanágio fundamental da performance laboral, abrindo a possibilidade de compreensão das diferentes etapas do processo produtivo, por evitar a robotização do trabalhador preso numa gama limitada de tarefas (Honneth, 2008, p. 62-63; Unger, 2010a, p. 103). A reflexão sobre dispositivos institucionais que reforcem esse aspecto resultaria não apenas em inovação, mas na

consubstanciação do elemento propriamente orgânico da solidariedade presente na divisão moderna do trabalho. Ela não apenas beneficia a percepção coletiva do processo de aprendizado laboral, mas auxilia a incorporação de habilidades adjuntas a um tipo de desempenho especializado. A especialização deve ser vista como aprofundamento seletivo. No entanto, a cooperação não deve ser, nem no âmbito administrativo e nem da fabricação, substituída por uma forma de “trabalho em equipe”, cuja finalidade é destacar decisões operacionais de magnitude média e as de grande porte, isto é, estratégicas, legadas aos altos quadros. Cria-se, então, a falsa sensação (aos escalões intermediários e inferiores) de coordenação e descentralização decisória, reforçando a disparidade vigente (cf. Maciel; Torres, 2007).

Uma das características centrais do regime taylorista-fordista é seu intransigente encaixe entre desempenhos funcionais, qualificação e especialização. Além disso, alia uso intensivo de mão de obra à produção tecnológica rudimentar. No regime de generalização de formas vanguardistas de produção, com a incorporação de práticas de produção além das fronteiras da alta tecnologia e de setores intensivos em conhecimento científico, valoriza-se a dinâmica entre especialização e competências gerais. A especialização deve ser vista como aprofundamento seletivo e não como fragmentação do conhecimento. Ela favorece a inovação porque permite uma reaplicação inusitada e o florescimento de um contexto de aprendizado dentro do ambiente de trabalho. Segundo Mangabeira Unger, mesmo o fenômeno da precarização do trabalho, em setores da indústria e dos serviços, funcionaria, em certo sentido, como revérbero da decadência do taylorismo-fordismo (fábrica de alfinetes) como organização do trabalho, posto que admite regime de contratações descentralizadas e desvantajosas, por depreciar o trabalho vivo.

Como arquitetura organizacional do trabalho e formação profissional, as vanguardas produtivas já são uma realidade no cenário

mundial, mas sua ligação com outros setores da economia nacional é lábil e fragmentária. Ademais, as novas configurações do setor vanguardista, orientadas por uma economia do conhecimento, ainda constituem uma realidade de pequenas elites intelectuais espalhadas pela sociedade global. Esse regime laboral ainda exhibe baixa capacidade de inclusão da força de trabalho como um todo.

De acordo com Unger, a conexão entre vanguardas produtivas, setores econômicos emergentes e o setor de produção de mercadorias em massa é nodal. Nesse escopo, faz-se imperativo que o Estado fomente novos agentes econômicos em ascensão, diversificando os modos de acesso a mercados. Portanto, trata-se da equipagem de pequenas empresas, que ainda não gozam plenamente de maquinário de ponta, com práticas científicas avançadas, inclusão no sistema financeiro e poder organizacional. Contudo, tais empresas já exibem enorme potencial inovador.

Daí o papel empreendedor do Estado (por oposição a seu papel regulador) na alavancagem desses segmentos, dado que o autor os enxerga como suportes históricos e econômicos estratégicos do desenvolvimento produtivo e não mais como a retaguarda da retaguarda produtiva. Embora não conformem a vanguarda produtiva, Unger enxerga, nesse segmento social, uma enorme aptidão para ocupar essa posição. Eis a relação entre produtivismo e inclusão. No Brasil, tais setores se localizam em pequenas indústrias e iniciativas agrícolas em classes sociais que comumente não partilham do imaginário cultural burguês.

A aptidão enxergada em tais negócios de pequeno porte ressoa em práticas produtivas experimentais de inovação. Por sua vez, tais práticas são observáveis na camada empreendedora da nova classe trabalhadora, denominada como batalhadores (Unger, 2010b). Nela, verifica-se, ao contrário dos setores localizados na periferia do pequeno comércio informal, a presença da unidade produtiva. Enquanto, pelo menos na região Nordeste, as iniciativas de microcrédito

produtivo alvejam predominantemente o pequeno comércio urbano (Credi Amigo, 2013), cuja concatenação de atividades é fragmentada e instável, nem sempre o mesmo acontece com tanta veemência na pequena indústria. Não é arbitrário que o acesso à pequena fábrica enlace um fio condutor de trajetórias profissionais que, do contrário, permaneceriam fragmentadas (Medeiros, 2010). Ela confere um sentido e amarra saberes adquiridos, pois aproxima homem e máquina de modo criativo.

O acesso à unidade produtiva tem, para o público em questão, forte conotação positiva, pois proporciona unidade mínima entre atividades laborais, além de especialização da trajetória profissional (proporcionando-lhe uma ordenação relativa) e inovações relevantes em maneiras de fabricação. Elas ocorrem em três níveis: a) aperfeiçoamento de um arranjo geral de instrumentário por meio de correções em funções específicas; b) composição e mescla inusitada de objetos, dando origem a um novo; c) “mudança de domínio” e aplicação a serviço de nova finalidade (Medeiros, 2010, apud Sennett, 2008, p. 219). Nota-se que os dois últimos níveis sequer poderiam germinar sem um alargamento dialético entre competências técnicas gerais, específicas e cooperação. Ao manter uma estrutura organizacional e de empregabilidade mais próxima, as pequenas e médias empresas estão mais aptas ao ingresso no setor vanguardista do sistema produtivo. Essa mediação ganha especial vulto estratégico, porquanto o ciclo de inclusão, representado pelos governos Lula e Dilma, não foi capaz de realizar: privilegiou-se a democratização do consumo, mas não a dos instrumentos verdadeiramente competitivos do mercado.

Com isso, Unger advoga que a economia de mercado deve não apenas organizar-se em torno da seletividade pela eficiência, mas pela diversificação de bens e serviços. Coordenação, cooperação e competição tornam-se conceitos relacionais. Para tanto, faz-se necessário romper com oposições rígidas entre livre comércio e protecionismo, bem como entre

livre iniciativa e intervencionismo. Esse é o caminho para produzir uma robusta vantagem comparativa. As duas correntes sofrem de um mesmo mal de origem, que contamina o contexto formativo: uma tem visão determinista do Estado como agente “ineficiente” na alocação de recursos e capital; a outra, do mercado como destinado e dedicado univocamente à exploração das classes dominadas pelas dominantes. Do mesmo modo, seleção e diversificação são pares dialéticos os quais devem guiar a imaginação programática da economia (Unger, 2010a, p. 112). Aliás, ela deve consistir na tônica do diálogo entre vanguarda e retaguarda produtiva. Nas obras de economia política de Unger, a retomada de um contexto laboral pedagógico, orientado pela inovação – por meio da descentralização produtiva –, se concilia com um pensamento econômico que se despe de seu naturalismo conceitual intrínseco.

Aliado a esse fito, o sistema educacional deve romper com sua excessiva procedimentalização, o que culmina no ensino enciclopédico raso. Outra problemática diz respeito à forma do aprendizado, quando ligado ao desempenho com base num individualismo atomista, raramente capaz de gerar iniciativas de cooperação. Em lugar de sacralizar os cânones, o sistema de ensino deveria se dedicar ao ensino analítico, tendo como pilar o contraste relacional de perspectivas intelectuais contrárias, ao invés de sua reconciliação fragmentada e descontínua.

Apesar da efetiva democratização escolar ocorrida no cenário europeu do pós-guerra, além da eliminação do trabalho infantil, prática corriqueira na passagem da manufatura para a indústria de base, a social-democracia não rompeu com o ensino enciclopédico. Ele logra, sobretudo, manter vantagens relativas historicamente cristalizadas pela herança familiar de classe. O estudo *A reprodução*, de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (1970), trata exatamente disso, embora os autores estejam limitados por uma análise sociológica da reprodução, na qual a naturalização do contexto formativo impede a contraposição de finalidades

alternativas para o sistema escolar, para além da reprodução de esquemas cognitivos valorizados pela cultura legítima burguesa. A aliança entre ensino enciclopédico, tomado como forma pedagógica por excelência, e uma teoria geral da violência simbólica é o ponto nodal do livro. O sistema educacional estaria fadado à reprodução de esquemas de pensamento inconscientes, sendo aqueles que os dominam, acima de tudo nas humanidades, habilitados a identificar os padrões dos jogos estilísticos e intelectuais do campo acadêmico. Por de trás dessa estrutura organizacional institucional aparentemente meritocrática – pois repousa em procedimentos, exames e avaliações impessoais que se impõem a todos –, persiste o acesso privilegiado e precoce das famílias de classes burguesas à cultura letrada. Sob esse ângulo, não existe talento individual naturalmente concedido. A violência simbólica relega esse contexto familiar prévio às sombras, impedindo a percepção imediata dessa injustiça.

Mangabeira Unger ainda trata da relação entre família e classe social. No prefácio ao livro: *Batalhadores brasileiros* (Unger, 2010b), encontramos uma pista de sua imaginação programática nesse âmbito: à ralé, que constitui o “núcleo duro” da pobreza, deveriam ser destinadas políticas que estimulassem a organização familiar e a auto-organização comunitária, o Estado assumindo até mesmo familiares, quando necessário. Já os batalhadores deveriam ser o alvo de políticas de capacitação profissional e escolar (Ibidem, p. 11).

A família não deve ser apreendida apenas a partir de uma forma de manifestação ou configuração histórica e empírica particular, mas entendida na qualidade dos elos afetivos que se estabelecem entre os papéis de cada membro. Ao contrário do que normalmente se pensa, a família está intimamente conectada com o Estado e com o mercado de trabalho, além de cumprir duas finalidades interligadas, percebidas por Bourdieu e Passeron (1970) e Honneth (2012, p. 150-154): a) ela é responsável pela socialização primária, isto é, aquisição

de esquemas comportamentais que operam no nível pré-reflexivo e cognitivo; b) cabe a ela a função moral de constituição bem sucedida da identidade individual por meio de autoestima, ou seja, uma autorrelação prática positiva de si. A socialização familiar positiva é, em suas etapas primordiais, operada pelo cuidado afetivo e complementada por uma socialização disciplinar em suas fases subsequentes. No tocante a disposições, capacidade de concentração e disciplina, ela forma, por exemplo, duas competências pré-reflexivas que proporcionam o acesso às formas mais complexas de aprendizado intelectual, trazendo, em seu bojo, uma relação ativa de planejamento com o tempo. O fato é que autoestima, disciplina e concentração são pré-condições do aprendizado. A autoestima se converte na confiança para insistir e aprender com os erros. São esses, portanto, atributos essenciais da personalidade, necessários não apenas à política de capacitação, mas ao fortalecimento da subjetividade e à expansão de formas diferenciais e dialéticas de consciência.

O cuidado afetivo se inicia na simbiose narrada por Honneth, em apoio à obra de Winnicott (Honneth, 2012, p. 159), na qual a boa formação da personalidade depende da preservação desse compartilhamento simbiótico (*sympiotische Gemeinsamkeit*) entre mãe e criança. Essa fase é fundamental para a formação psicossocial do indivíduo. Contudo, sociologicamente, ela pressupõe manter a mãe no lar, seja através de uma divisão do trabalho doméstico, seja obtendo uma licença maternidade, caso o responsável tenha um emprego. Com uma configuração quase sempre monoparental (a mãe), laços instáveis e um regime informal ou de exploração extensiva, a organização familiar da ralé se vê fragilizada diante dessas circunstâncias.

A identificação da desagregação familiar da ralé pode ser configurada em três desdobramentos categóricos complementares, que se encontram mesclados na realidade empírica: a) a violência doméstica; b) vigilância e racionali-

zação cotidiana; c) estabilidade das relações familiares. A violência doméstica constitui um foco problemático, cujo efeito mais nefasto se dá por meio de abusos sexuais e espancamentos, sem que a vítima consiga reconstruir suas motivações. Assim, a punição violenta não tem carga disciplinadora do corpo com relação à violação da regra, mas forma a tessitura comunicativa entre pais e filhos. Esse tipo de socialização sadomasoquista de suplício do corpo se contrapõe à educação disciplinar e afetiva, baseada em punições comunicativas disciplinares e, em parte, no uso disciplinar da violência. Ainda assim, mesmo nos casos mais extremos de socialização sadomasoquista, há a tentativa, muitas vezes incipiente, de se instaurar uma esfera discursiva. No entanto, ela geralmente não é o contexto formador e estruturante do cotidiano familiar. A tensão entre uma prática sadomasoquista e a esfera discursiva deve ser usada para robustecer a segunda em detrimento da primeira.

A segunda problemática a ser objeto da reflexão programática é a vigilância. Ela é correlata da racionalização cotidiana e do encerramento relativo da família, contrabalanzando-se, no caso-limite, contra o destino da delinquência. Bernard Lahire explorou a afinidade eletiva entre desempenho escolar nas classes trabalhadoras francesas, racionalização do cotidiano (controle e a compartimentação de horário e atividades) e punição discursiva (cf. Lahire, 2012). Há uma íntima relação entre os dois últimos elementos: geralmente, a punição violenta oculta certa permissividade, não havendo, então, a antecipação à violação. Esse tipo de punição gera baixa confiança na interação. O resultado é não apenas menor adesão de quem obedece à regra, mas também menor grau de reflexividade e de compreensão. A lábil vigilância é mais comum quando se perpetua uma tensão entre a fixação temporal de dedicação à família e a esfera laboral precária. Muitas vezes, por não contar com redes familiares de apoio, a ralé e, parcialmente, as camadas inferiores precarizadas dos batalhadores se

colocam em posições mais vulneráveis de desagregação familiar.

Já para os batalhadores, como observa Unger, o problema se estriba em políticas educacionais e profissionais de capacitação. Para boa parte dos jovens das classes populares, seu destino se pauta pelo ingresso em empregos formais precários (*telemarketing*, caixa de supermercado, *office boy* etc.) ou informais desqualificados.

Particularmente, a tensão do ingresso (por vezes ligado não de modo direito às urgências econômicas efetivas) nessas áreas precarizadas do mercado de trabalho combina com um contexto familiar em que há uma perda de *status* da escola perante a família e a comunidade local. Certamente, a qualidade do ensino também contribui para fortalecer ou enfraquecer essa percepção. Comumente, a valorização familiar de se tornar um trabalhador “a qualquer custo” incute o sacrifício do planejamento educacional. É preciso desconstruir essa visão. Vimos, com Bourdieu, como a forma pedagógica escolástica ou enciclopédica do ensino privilegia um modo de transmissão comunicativa alheia a qualquer contexto prático imediato. Isso porque as classes dominantes não lutam pelo ingresso nesses dois setores precarizados da hierarquia do trabalho, de modo que tiram proveito do acesso precoce à cultura letrada, assim como da vantagem temporal de poder se dedicar à sua incorporação e estender sua trajetória educacional. A lida com essa tendência, na trajetória dos batalhadores, institui um ambiente cognitivo particular, já que a ligação afetiva com o aprendizado não pode se desacoplar completamente do entendimento de suas aplicações e serventias práticas mais ou menos imediatas. Por conseguinte, seu modo de aprendizado se distancia do puro diletantismo.

De modo geral, políticas de capacitação e proteção social dependem dos problemas que se apresentam em cada estrato social. Enquanto, para a ralé – carente dos mecanismos de inclusão básicos –, fazem-se necessárias políticas públicas mais voltadas para a proteção social e redistribuição, as circunstâncias dos

batalhadores levantam indagações mais desafiadoras ao pensamento programático, porquanto envolvem a democratização do poder produtivo e educacional.

Concluimos que as duas correntes de pensamento anseiam por um conceito de liberdade por meio da prosperidade da vida pública: a teoria do reconhecimento, com a noção de intersubjetividade normativa e comunicativa, e o construtivismo institucional, concatenando a volição individual a suportes e arranjos institucionais alternativos.

O esforço de contrastar as duas perspectivas objetiva esclarecer as ênfases das duas correntes de teorias do trabalho. Nem a teoria do reconhecimento nega completamente o problema produtivo, muito menos o construtivismo institucional rechaça que trabalho deva promover inclusão. Se, por um lado, a teoria do reconhecimento logra apresentar os fundamentos morais do trabalho e da economia, mostrando como a esfera produtiva não opera unicamente sob a égide da eficiência e da produtividade, o construtivismo institucional se obstina em demonstrar como o engrandecimento da vida cotidiana não prescinde de um projeto produtivo alternativo, imaginando renovadamente os arranjos institucionais que definem as chances de vida dos indivíduos e as formas laborais (mais complexas) que irão desempenhar. Em última análise, não há como generalizar progressivos padrões de reconhecimento sem construir uma estrutura produtiva e econômica complexa.

Um aspecto destoante das duas abordagens teóricas é a maneira como tensionam a crítica da ordem social vigente e a transformação. Nesse particular, a teoria do reconhecimento, cujo fundamento teórico é a ideia de uma moralidade substancial – baseada na noção de boa vida socialmente compartilhada –, admite explicitamente (mais do que as teorias contemporâneas do poder) o elo entre crítica e transformação. No entanto, ao não incluir o pensamento programático nessa agenda de indagação, acaba por tornar nebulosa a relação entre o nível abstrato e o particular. Dito de

outra forma: carece de uma demarcação mais límpida entre reconhecimento e suas formas organizacionais práticas possíveis, contingentes e historicamente fundadas.

Por fim, se os teóricos do reconhecimento acusam a necessidade de fortalecer laços estáveis de solidariedade, por meio da conquista de direitos e inclusão na sociedade salarial, é mister complementar e aprofundar o debate sobre a regulação do mercado de trabalho junto à reconstrução dos critérios norteadores da economia política contemporânea. Para tanto, também é preciso questionar o contexto formativo que ampara um estado historicamente contingente da divisão do trabalho. Concomitante à política do reconhecimento de formas laborais precarizadas, ou mesmo do pressuposto normativo do mercado, segundo o qual todos têm direito de contribuir de maneira produtiva e valiosa à reprodução material da sociedade, arrola-se, como tarefa, imaginar um conjunto de reflexões programáticas que poderiam estimular uma organização do trabalho alternativa, que transcenda a tradicional fábrica de alfinetes, mesmo em sua versão regulada, consagrando a construção de uma estrutura econômica e produtiva complexa.

Recebido para publicação em 04 de junho 2017  
Recebido em 23 de junho de 2018

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* São Paulo: Cortez; Unicamp, 2000.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. *The new spirit of capitalism*. 2ª edição. New York: Verso, 2005.
- BOURDIEU, P. *Algérie 60: structures économiques et structures temporelles*. Paris : Les Éditions de Minuit, 1977.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. *La reproduction : éléments pour une théorie du système d'enseignement*. 1ª edição. Paris: Éditions de Minuit, 1970.
- DUTRA, R. Diferenciação funcional e a sociologia da modernidade brasileira. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v.15, n. 34, set./dez. 2016.
- HONNETH, A. Arbeit und instrumentales Handeln. Kategoriale probleme einer kritischen gesellschaftstheorie. In: \_\_\_\_\_. *Arbeit, handlung, normativität: theorien des historischen Materialismus 2*. Erste Auflage, Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Kampf um Anerkennung*, 7 Auflage. Frankfurt am Main: SuhrkampVerlag, 2012.
- \_\_\_\_\_. Trabalho e reconhecimento: tentativa de uma redefinição. *Revista Civitas*, Porto Alegre, v. 8 n. 1, p. 46-67, jan./abr. 2008.
- \_\_\_\_\_. Reconhecimento ou redistribuição? A mudança de perspectivas na ordem moral da sociedade. In: SOUZA, J.; MATOS, P. (Orgs.) *Teoria crítica no século XXI*. 1ª edição. São Paulo: Editora Annablume, 2007.
- KÜHN, T.; WINTZEL, A. Die Arbeitskraftunternehmer-These aus berufsbiografischer Perspektive. In: PONGRATZ, H.J.; VOSS, G.G. (Hrsg.) *Typischen Arbeitskraftunternehmer? Befunde der empirischen Forschung*. Berlin: edition sigma, 2004. S. 229-253.
- LAHIRE, B. *Tableaux de famille: heurs et malheurs scolaires en milieux populaires*. 1a edição. Paris: Seuil, 2012.
- MACIEL, F.; TORRES, R. Trabalho, reconhecimento e democracia: aplicando teorias de vanguarda ao contexto periférico. In: SOUZA, J.; MATOS, P. (Orgs.) *Teoria crítica no século XXI*. 1ª edição. São Paulo: Editora Annablume, 2007.
- MACIEL, F. *A nova sociedade mundial do trabalho: para além de centro e periferia?* 1. Edição. São Paulo: Editora Annablume, 2014.
- MEDEIROS, L. Populismo ou medo da maioria? Como transforma em tolice as razões da massa. In: SOUZA, J. (Org.). *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* 1ª edição. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- RELATÓRIO Anual Crediamigo. Banco do Nordeste (BNB). 2013. Disponível em: [www.bnb.gov.br](http://www.bnb.gov.br). Acesso em: 20. 07. 2013.
- SENNETT, R. *A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. 13. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.
- SIMMEL, G. *Philosophie des geldes*. Erste Auflage, Köln: Anaconda Verlag, 2009.
- SIMMEL, G. *Über die soziale differenzierung*. Gesamte Ausgabe (Aufsätze 1887 bis 1890), Hrsg. von Otthein Rammstedt, Band II Hrsg. Von Heinz – Jürgen Dahme, Erste Auflage. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1989.
- UNGER, R. Os batalhadores e a transformação do Brasil. In: SOUZA, J. (Org.) *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* 1ª edição. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010b.
- \_\_\_\_\_. *False necessity: anti-necessitarian social theory in service of radical democracy*. 1st. London/New York : Verso, 2001.
- \_\_\_\_\_. *A reinvenção do livre-comércio: a divisão do trabalho no mundo e o método da economia*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010a.
- VISSER, R. *Para uma sociologia do dinheiro: investigação sobre habitus sobre habitus econômico de classe*. 2015. 213 p. Tese [Doutorado] - Universidade Federal de Juiz de Fora.
- VOSWINKEL, Stephan: anerkennung (in) der arbeit. Veränderungen und normative orientierungen; in: Die erosion von anerkennung. Soziologische und theologische perspektiven. Symposium der Evangelischen Akademie der Nordkirche, Hamburg, 28.11.2013. *Evangelischer Pressedienst (epd) Dokumentation*, n. 14, p. 4-10, 2013.
- TAYLOR, C. *Sources of the self: the making of the modern identity*. 1ª edição. Cambridge: Harvard University Press, 1989.
- TEIXEIRA, C. S. Modos de explicar o Brasil: o estruturalismo sociológico de Florestan Fernandes e o construtivismo institucional de Mangabeira Unger. *Revista Sinais Sociais*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 28, p. 55-79, maio/ago. 2015.

**HONNETH'S AND UNGER'S THEORIES OF  
LABOR: recognition and inclusive productivism***Ricardo Visser*

In this article two currents of social thought will be compared taking into account the concept of labor. On one side, the theory of recognition defines labor by its cultural and symbolic value, which is conceived in the Western moral hierarchy. Its paradigm is the wage labor and the regulation of contracts. On the other hand, the theory of institutional constructivism understands labor as a productive activity oriented by innovation. It tries to reconcile technical and material progress with the deepening of the social experience of the individuals.

KEY WORDS: Labor. Recognition. Institutional constructivism. Social theory.

**LA THÉORIE DU TRAVAIL DE HONNETH ET  
UNGER: reconnaissance et productivisme inclusif***Ricardo Visser*

L'article analyse deux écoles de pensée à partir de la catégorie de travail. En suite on ira analyser leurs contradictions internes. D'un côté, la théorie de la reconnaissance définit le concept de travail par sa valeur culturelle et symbolique, encadré dans l'hierarchie morale occidentale. Son paradigme est la société salariale et la régulation des rapports professionnels par l'État. D'autre côté, le constructivisme institutionnel délimite la catégorie de travail entendue comme activité productive orientée par l'innovation. Son cadre théorique vise récupérer l'alliance entre le progrès technique, matériel et l'approfondissement de l'expérience sociale des individus.

MOTS-CLÉS: Travail. Reconnaissance. Constructivisme institutionnel. Théorie sociale.

# DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E MERCADO DE TRABALHO: contestação social e transformações recentes na produção siderúrgica na Amazônia Oriental

*Roberto Martins Mancini\**  
*Marcelo Sampaio Carneiro\*\**

O artigo analisa os efeitos socioeconômicos de políticas governamentais de infraestrutura e de subsídios fiscais e financeiros (Programa Grande Carajás) que, a partir do final da década de 1970, ajudaram a implantar um polo industrial siderúrgico de produção de ferro-gusa voltado para a exportação, na Amazônia oriental maranhense. Um dos efeitos da criação desse polo siderúrgico foi o estabelecimento de um mercado de trabalho, que envolve trabalhadores metalúrgicos e florestais, em função da utilização de carvão vegetal como insumo da produção siderúrgica. Partindo da perspectiva das Redes de Produção Globais (RPGs), abordagem multicêntrica que enfatiza a ação de atores diversificados do mundo social na conformação de fenômenos econômicos, procuramos compreender o processo de configuração desse mercado de trabalho, destacando as transformações ocasionadas pela crise global de 2008 e o papel desempenhado por sindicatos, empresários e agentes estatais nesse processo.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento industrial. Redes de produção globais. Mercado de trabalho. Crítica Social. Amazônia.

## INTRODUÇÃO

A partir do final da década de 1970, um conjunto de políticas governamentais desencadeou a implantação de um polo siderúrgico na Amazônia maranhense, através de programas de desenvolvimento de infraestrutura de transporte mineral (Projeto Ferro Carajás) e incentivos fiscais e financeiros (Programa Grande Carajás). Tais políticas, para além das expectativas propaladas pelo discurso oficial, produziram transformações sociais e de reestruturação econômica nos territórios nos quais foram implantadas, influenciando a atuação de atores sociais locais, cujas ações fizeram parte da conformação da nova estruturação econômica regional, que passou a ser caracterizada pela presença de duas atividades principais: siderurgia e silvicultura com carvoejamento, para fins industriais.

\* Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Av. dos Portugueses, 1966. Bloco 6, Térreo, Sala 3. Bacanga. Cep: 65.080-805. São Luís – Maranhão – Brasil. robertomancini89@hotmail.com

\*\* Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Av. dos Portugueses, 1966. Bacanga. Cep: 65.080-805. São Luís – Maranhão – Brasil. marcelosc@uol.com.br

O desenvolvimento econômico induzido pelo Estado intervencionista (Fligstein, 2001) está aqui colocado numa perspectiva não valorativa, como um processo que provoca mudanças sociais e econômicas, sem deixar de considerar a forma como atores coletivos locais incorporam e compreendem essa indução a mudanças, passando a participar do processo de estruturação econômica e social. Aqui, estamos na mesma perspectiva de Santos (2010, p.130), para quem o “desenvolvimento econômico deve ser apreendido a partir da transformação das condições de produção, reprodução e representação de agentes e grupos econômicos e não econômicos, em situações concretas”.

O processo de mudança induzido pelo fomento governamental trouxe reverberações na conduta de atores sociais locais, que atuam através de repertórios de ação coletiva (Tarrow, 2009) e constroem uma crítica social (Boltanski; Chiapello, 2009) que confrontará a forma como os principais atores econômicos das cadeias da siderurgia, da silvicultura e do carvoejamento vêm atuando, ao longo dos últimos trinta anos, na Amazônia maranhense, tendo como polo principal o município de Açailândia (Carneiro, 2016).

O movimento de estruturação econômica aqui descrito ocasionou a formação de um território produtivo caracterizado pela presença da produção de ferro-gusa (siderurgia primária) e da atividade de reflorestamento e carvoejamento, a ela subordinada. Outra característica importante dessa siderurgia, com repercussões importantes para seu desenvolvimento, é o fato de ela estar inserida em uma Rede de Produção Global (Henderson et al., 2011; Santos, 2011), vinculando-se, a montante, com a exploração de minério de ferro pela empresa Vale S/A, na Serra de Carajás, e, a jusante, com as siderúrgicas localizadas nos Estados Unidos, produtoras de aço e derivados, que, posteriormente, vendem seus produtos para grandes montadoras de automóveis, como Ford, General Motors, Nissan, Mercedes e BMW. (Greenpeace, 2012).

A abordagem das Redes de Produção Globais (RPGs) enfatiza uma perspectiva multicêntrica na medida em que percebe três tipos de “poder” relacionados a atividades econômicas organizadas em rede. De acordo com essa perspectiva teórica, os diferentes tipos de “poder” relacionados a atividades econômicas envolvidas em RPGs são os seguintes: i) o *poder corporativo*: exercido por atores econômicos (empresas), que é distribuído assimetricamente na estrutura da rede; ii) o *poder institucional*: desempenhado por uma variedade de atores não diretamente econômicos, como agências estatais (nacionais, estaduais e municipais), agências de classificação de crédito, etc. (Henderson et al., p.158); e, iii) o *poder coletivo*: exercido, direta e indiretamente, por atores coletivos sociais (não econômicos) que buscam influenciar atores econômicos (empresas) e não econômicos (políticos e institucionais em âmbito local, regional, nacional ou internacional) em localidades específicas das RPGs.<sup>1</sup>

A disputa pelo poder – em seus diferentes sentidos e modalidades –, no contexto de uma

RPG, é elementar para o processo de ampliação e captura do valor gerado na rede, em suas diferentes escalas (locais, nacionais, globais).

A abordagem das RPGs trata a noção de valor por três dimensões: criação, ampliação e captura. A *criação* de valor refere-se, prioritariamente, às atividades em que a firma (agente econômico) está envolvida, através do processo de trabalho (Santos, 2011, p. 133). A *ampliação* do valor relaciona-se a questões como o nível de transferência de tecnologia, a cooperação intrarrede (com fornecedores e subcontratadas), com o intuito de sofisticar os processos de trabalho, e o grau de autonomia de firmas locais para a criação de valor. A *captura* de valor diz respeito às circunstâncias em que o valor, gerado e ampliado em determinada localidade, será capturado para seu próprio beneficiamento. Nesse caso, questões de política governamental e de direitos de propriedade da firma são importantes, mas envolvem também ações coletivas de segmentos da sociedade civil, que reivindicam maior incorporação do valor criado localmente (Henderson et al., 2011; Santos, 2011)

Essa percepção multidimensional da atividade econômica é importante quando se observa que políticas de desenvolvimento com setores econômicos integrados à RPGs, ao mesmo tempo em que se propõem a ser vetores de indução de transformações socioeconômicas, em âmbito regional, dependem, para seu sucesso, de estratégias das diferentes empresas inseridas nessas redes (Ramalho, 2015).

O artigo tem por objetivo estudar as transformações recentes na siderurgia primária localizada na Amazônia, considerando os efeitos da crise econômica de 2008 e as diferentes estratégias dos atores envolvidos na RPG do ferro-gusa para enfrentar esses efeitos, dividindo-se em duas partes, além desta introdução e sua conclusão. Na primeira, é apresentada a dinâmica política e institucional operada a partir da década de 1970, no apoio à iniciativa de atividades produtivas na Amazônia Oriental. Na segunda parte, é utilizado um

<sup>1</sup> O poder coletivo é geralmente composto por sindicatos, associações patronais, ONGs, associações diversas enraizadas localmente e que, de alguma forma, são envolvidos pelas atividades da RPG (Henderson et al., 2011).

recorte temporal mais recente para analisar o mercado de produção e trabalho aqui destacado, compreendido entre 2006 (ano em que o ferro-gusa produzido na Amazônia Oriental passa ter maior relevância nacional, em termos de quantidade produzida e valor exportado) e 2013, destacando-se atuação do poder coletivo local nesse período.

## **AMBIENTE INSTITUCIONAL E A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO PRODUTIVO DE AÇAILÂNDIA**

O município de Açailândia localiza-se na Microrregião Homogênea (MRH) de Imperatriz, contando com uma área territorial de 5.806,371 km<sup>2</sup> e, em 2010, possuía uma população de 104.047 habitantes (IBGE, 2011). A constituição do município de Açailândia esteve relacionada aos projetos de infraestrutura que foram direcionados para a região a partir da década de 1960, como é o caso da rodovia Belém-Brasília (BR-010), que, fazendo parte da proposta de colonização da Amazônia pelo governo federal, impulsionou a chegada de migrantes de vários locais do país à região, muitos dos quais eram camponeses que passaram a cultivar arroz, milho, mandioca e feijão em Açailândia (Carneiro, 1995).

Esse quadro se modifica no decênio seguinte, com a política de incentivos à atividade agropecuária, os quais propiciam o surgimento de latifúndios – no processo de privatização da terra – e a consequente expulsão dos camponeses. No final da década de 1970, a construção da BR-222, ligando Açailândia à cidade de Santa Luzia, proporciona a povoação da parte oriental do município. Nesse mesmo período, Açailândia torna-se alvo da instalação de diversas indústrias madeireiras que – até a supressão quase total das florestas na localidade na década de 1990 – passam a ser um importante elemento da economia da região (Carneiro, 1994; Lima Filho; Masson; Costa, 2011).

Com o Programa Grande Carajás (PGC),

no final da década de 1970, Açailândia começa a ganhar os contornos de maior relevo da sua economia atual. O PGC esteve incluído no bojo do projeto governamental de modernização da região amazônica, tendo como escopo a exploração mineral na Amazônia Oriental, como no caso do minério de ferro extraído da Serra de Carajás no Pará, operado pela então Companhia Vale do Rio Doce - Vale S/A após uma etapa de estudos preliminares, feitos na década de 1970, que examinaram as possibilidades de exploração mineral. Estiveram relacionados com o PGC outros projetos de infraestrutura que possibilitaram a exploração mineral na Amazônia Oriental: a Estrada de Ferro Carajás (EFC), ligando a mina de Carajás a São Luís, com 890 km de extensão; o porto de Ponta da Madeira e a Hidrelétrica de Tucuruí, ambos componentes do Projeto Ferro Carajás (PFC).

Nas palavras de Carneiro, o

... governo federal tendo em vista a magnitude das obras de infraestrutura e o volume de recursos que seriam mobilizados, resolveu ampliar o PFC, criando um programa regional de desenvolvimento denominado Programa Grande Carajás, através do Decreto-Lei n. 1813 de 21 de novembro de 1980 (Carneiro, 2013, p. 44).

A expectativa do PGC era proporcionar uma diversificação crescente de atividades produtivas, gerar cerca de 44 mil empregos diretos, além de estimular a alteração no perfil de distribuição de renda na região (Monteiro, 2006).

A infraestrutura montada pelo PFC para viabilizar o transporte e a exportação mineral de Carajás configura-se, nesse contexto, como a principal fomentadora da instalação do Polo Siderúrgico de Carajás (PSC) no final da década de 1980. No momento do seu apogeu, no início do século XXI, o PSC chegou a possuir dezoito unidades industriais produzindo ferro-gusa (matéria-prima fundamental para a produção de aço),<sup>2</sup> em grande parte para o

<sup>2</sup> Segundo Evangelista (2008, p.49), o “ferro-gusa é um produto resultado da fundição do minério de ferro com carvão e calcário num alto forno, contendo normalmente até 5% de carbono e demais elementos residuais como manganês,

mercado externo. Nisso reside à importância do PFC e dos portos para a atividade produtiva das siderúrgicas. Essas unidades foram distribuídas em cinco municípios: Marabá e Barcarena, no Pará, e Bacabeira, Pindaré-Mirim e Açailândia, no Maranhão.

Para abastecer essa produção siderúrgica, que, no final de 2008, representava cerca de 40% do total produzido no Brasil, fez-se necessário o estabelecimento de uma ampla rede de fornecedores de carvão vegetal, geralmente oriundo de mata nativa, uma vez que ele é o principal insumo energético utilizado na siderurgia amazônica (Assis; Carneiro, 2015). Ou seja, essa expansão da siderurgia teve como um de seus principais efeitos o estímulo ao surgimento de uma atividade econômica até então inédita na região, promovendo o surgimento de uma vasta rede de produtores individuais de carvão vegetal, cuja característica central é a forte presença de formas precárias de trabalho.

A atividade laboral realizada nessas carvoarias enquadrava-se nas características do chamado trabalho escravo contemporâneo (Moura, 2006), variando entre situações de jornadas de trabalho exaustivas, trabalho insalubre e sem o devido uso de equipamentos de proteção individual (EPIs), condições de higiene e alojamento precárias, ou convergindo muitos desses traços numa mesma situação, como mostram diferentes relatórios produzidos por entidades de defesa de direitos humanos (Greenpeace, 2012; Lima Filho; Masson; Costa, 2011). Nos últimos anos, contudo, um processo de “desterceirização”, com a incorporação pelas indústrias siderúrgicas da produção do carvão vegetal (etapas de reflorestamento e carvoejamento), rompeu com a rede de produtores independentes que sustentava essa forma de trabalho degradante (Mancini, 2015).

De acordo com alguns estudos, apesar de possuir semelhanças com outros nichos de produção de ferro-gusa nacional, o que era produzido no âmbito do PSC distingue-se do restante do país por conta de três elementos: fósforo, enxofre e silício”.

a dependência do mercado externo para a existência da produção, a dependência quase exclusiva do minério de ferro fornecido pela Vale, e uma repercussão em decorrência dos problemas sociais e ambientais ocasionados pelo processo de produção na Amazônia (Carneiro, 2013).

Dentre as unidades siderúrgicas do PSC, cinco foram implantadas em Açailândia: Viena Siderúrgica (Grupo Valadares), Fergumar, Simasa e Cia. Vale do Pindaré (as duas últimas empresas do grupo Queiroz Galvão), além da Gusa Nordeste (grupo Ferroeste). Todas essas siderúrgicas são semi-integradas, ou seja, seus produtos não são acabados ou semiacabados de aço, mas somente o ferro-gusa, que posteriormente é vendido a siderúrgicas integradas – aquelas cujos produtos são semiacabados e acabados de aço (laminados).

Pesquisas recentes (Mancini, 2015; Ramalho; Carneiro, 2015) identificam dois processos de relevo na atividade atual da siderúrgica de Açailândia, os quais adicionam importantes modificações em seu mercado de trabalho: i) a desterceirização da produção de carvão vegetal para fins siderúrgicos, e o conseqüente desmonte da rede pulverizada de fornecimento que caracterizava o abastecimento desse insumo; ii) a verticalização da produção com a inauguração de uma aciaria integrada por parte do grupo Ferroeste, com a finalidade de agregar valor à produção de ferro-gusa e tornar o setor menos vulnerável ao mercado externo.

## **PODER COLETIVO, CRÍTICA SOCIAL E A RECONFIGURAÇÃO ECONÔMICA DO TERRITÓRIO PRODUTIVO DE AÇAILÂNDIA**

Desde a implantação do setor siderúrgico no final dos anos 1980, vem se conformando, no território produtivo de Açailândia, a partir de diferentes segmentos da sociedade civil, um poder coletivo (Henderson et al., 2011) que atua contra as desigualdades sociais verifi-

cadras nesse local. Apesar de vago, esse escopo de atuação pode ser pormenorizado da seguinte forma: esse poder coletivo se orienta pelas externalidades e assimetrias sociais efetivamente engendradas – ou que se esperava efetivar – pelo modelo de desenvolvimento que foi posto em marcha sob o fomento do ambiente institucional orquestrado pelo PGC e PFC. Isso significa que as pautas reivindicatórias desse poder coletivo conformam uma crítica social (Boltanski; Chiapello, 2009) aos efeitos ocasionados – ou expectativas não realizadas – pelo polo siderúrgico, estruturado na forma de uma rede de produção global.

As diferentes pautas de reivindicação que coadunam esses diferentes atores coletivos estruturam-se em três grandes blocos:

- Combate à degradação ambiental e à poluição urbana. São externalidades da produção guseira que originam diversas manifestações por parte dos moradores do bairro do Pequiá de Baixo.
- Mobilização contra as condições de trabalho degradantes na atividade de produção de carvão vegetal. As ações de combate a esse tipo de situação, no território produtivo de Açailândia, vêm sendo desenvolvidas por entidades de direitos humanos (CDVDH e Justiça nos Trilhos).
- Crítica ao pequeno grau de articulação entre as atividades estimuladas pelas políticas públicas (PGC e PFC) e a economia local.

O quadro abaixo apresenta os principais atores envolvidos na situação de crise e as modalidades de poder a que se referem:

**Quadro 1 – Principais atores por modalidade de poder em Açailândia (MA)**

Corporativo	Coletivo	Institucional
Empresas siderúrgicas (Queiroz Galvão Siderurgia, Viena Siderurgia, Grupo Ferroeste) e mineradora Vale S/A.	Movimentos populares (Associação de Moradores do Bairro de Pequiá), movimentos de direitos humanos (Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos, CDVDH, Campanha Justiça nos Trilhos), segmentos religiosos (Igreja Católica) e movimentos sindicais urbanos (em especial, o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Açailândia - STIMA).	Agências estatais e atores políticos: Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão (ALEMA) e Senado Federal.

Fonte: Autores

Os eventos socioeconômicos desencadeados a partir dos acontecimentos da crise global de 2008 propiciaram uma ação coletiva que conjugou esses atores e unificou as suas pautas reivindicatórias (Ramalho; Carneiro, 2013). Essa unificação de pautas reivindicatórias, eixos axiais das externalidades da produção industrial desse território, foi possibilitada pelo contexto de proximidade presente no território, na medida em tal contexto colocou, em presença, atores coletivos que constituíram uma densidade territorial através de interações continuadas, dando origem a “externalidades cognitivas” (aprendizagens) (Reis, 2005) sobre um ponto comum: o “modelo de desenvolvimento” materializado pelo setor industrial e sua cadeia produtiva. Esses elementos da dinâmica territorial – proximidade e densidade – vieram à tona num momento em que o setor industrial de Açailândia sofria impactos decorrentes da crise da RPG do aço, a qual se insere a jusante.

É interessante observar a atuação desse poder coletivo, na medida em que a implantação do polo industrial em Açailândia – apesar de concebida primeiramente como veículo de desenvolvimento regional e diminuição de desigualdades entre as regiões do país – esteve bem mais vinculada com a eficácia da acumulação e desempenho da racionalidade econômica<sup>3</sup> propriamente dita por parte do poder corporativo do que com demandas locais e (ou) efeitos dessa atividade na economia local. Houve, portanto, uma interpeção de atores não econômicos (poder coletivo) confirmando contingências territoriais que atuam como elementos de incerteza na racionalidade desempenhada por atores econômicos.

### O poder coletivo face à crise econômica e à recuperação da capacidade produtiva na indústria siderúrgica

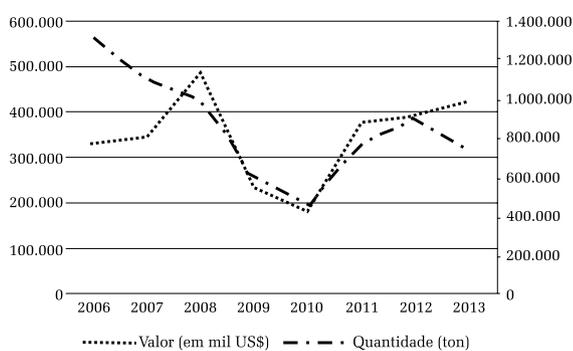
A crise econômica mundial desenca-

<sup>3</sup> No sentido do *homo economicus* da economia clássica e neoclássica, aquele que persegue os ganhos econômicos, maximizando os resultados de sua ação em coerência com os meios (escassos) empregados (Steiner, 2006).

deada em 2008, nos Estados Unidos,<sup>4</sup> trouxe nítidos efeitos na estrutura ocupacional e no mercado de trabalho do território produtivo de Açailândia, no que tange à quantidade e distribuição de ocupados na atividade produtiva diretamente relacionada às demandas provenientes daquele país – indústria siderúrgica –, bem como às atividades ligadas à sua cadeia de produção (carvoejamento), incluindo as que são terceirizadas: reflorestamento, montagem e manutenção de altos-fornos, transporte e descarregamento de carvão vegetal.

O início das demissões em massa e a redução da capacidade produtiva do polo siderúrgico de Açailândia começou logo no segundo semestre de 2008. Apesar de esse ter sido o ano em que a crise global emerge, impactando diretamente o mercado de aço norte-americano, principal comprador do ferro-gusa produzido em Açailândia, o gráfico a seguir demonstra que, em 2008, o valor da tonelada exportada atinge sua maior cotação no mercado mundial (com uma arrecadação de US\$ 483.917.087, e o preço da tonelada, na média, de US\$ 486,00), o que nos leva a crer que as siderúrgicas do polo de Açailândia conseguiram manter sua margem de lucro nesse período (Gráfico 1).

**Gráfico 1 - Evolução da exportação de ferro-gusa pelas empresas localizadas em Açailândia (MA), em valor (mil US\$) e quantidade (ton.) entre os anos de 2006 e 2013**



Fonte: SECEX/MDIC apud Mancini (2015).

<sup>4</sup> A crise teve como causa principal os empréstimos subprime (isto é, empréstimos para pessoas que não possuem condições de quitá-lo). O mercado imobiliário americano irradiou toda a crise. O setor entra em colapso por conta do grande número de inadimplentes, combatendo grandes bancos do país (Lehman Brothers) e empresas do mercado hipotecário (Fannie Mae e Freddie Mac). A crise rapidamente se alastrou pelos demais setores econômicos, atingindo, inclusive, o siderúrgico (Harvey, 2011; Santos, 2015).

A diminuição nos contratos de venda causou uma ociosidade na capacidade produtiva das empresas guseiras, fazendo-as operar com 50% da capacidade – além de três, das cinco, que, a princípio, fecharam as portas – e exportando o ferro-gusa estocado até o primeiro trimestre de 2009. Segundo Carneiro e Ramalho (2009), nesse ínterim, que vai dos meados de 2008 ao primeiro trimestre de 2009, as siderúrgicas, além de terem continuado a exportar, tiveram possibilidade de retardar as demissões, mas

... continuaram exportando e lucrando com a venda do ferro-gusa estocado, mas de forma oportunista aproveitaram o cenário da crise econômica para demitir trabalhadores. Os dados comprovam que as demissões poderiam ter sido retardadas enquanto se confirmavam reduções nas exportações de ferro gusa. (Carneiro; Ramalho, 2009, p.43).

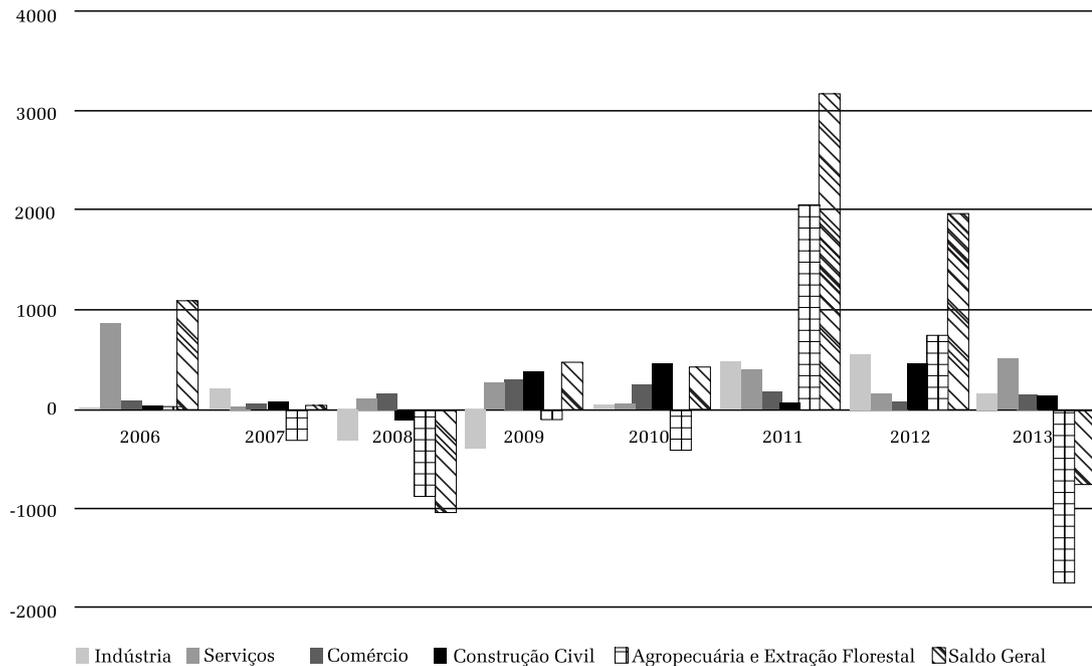
Os efeitos da retração das atividades do setor siderúrgico na estrutura ocupacional são percebidos a partir de 2008. Os setores econômicos que absorveram as consequências da crise, mediante demissões, foram os da indústria e da agropecuária e extração florestal, esse último por conta das atividades que envolvem a cadeia de produção do ferro-gusa, como o carvoejamento e reflorestamento. O gráfico 2 mostra a evolução do saldo<sup>5</sup> por setor de atividade econômica e o saldo geral do município de Açailândia entre os anos de 2006-2013.

Nos anos de 2006 e 2007, o saldo do setor da indústria<sup>6</sup> foi positivo. Não aparece no gráfico, mas, em 2006, esse setor admitiu 2.407 e demitiu 2.405 pessoas, ficando com um positivo (+2). Em 2007, admitiu 2.902 e demitiu 2.717 pessoas, contando com um saldo de

<sup>5</sup> O saldo é resultado da diferença entre o total de admitidos e demitidos – se houve mais admitidos do que demitidos, o saldo é positivo, se houve mais demitidos é negativo. O mesmo vale para o saldo geral, que mede o saldo de cada setor de atividade econômica por ano.

<sup>6</sup> O emprego industrial refere-se aqui, sobretudo, aos empregos relacionados aos subsetores da Indústria Metalúrgica e Mecânica (diretamente relacionados à siderurgia). Conforme dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) para 2015/2016, outros subsetores da indústria presentes na região, como a indústria de produtos alimentícios e bebidas, madeira e mobiliário e indústria têxtil, obtiveram relevância bem abaixo da atividade metalúrgica quanto ao número de empregos gerados.

**Gráfico 2 - Evolução do saldo de empregos por setor e geral. Açailândia (2006 a 2013)**



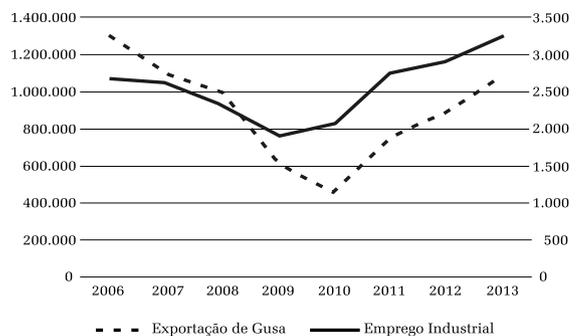
Fonte: CAGED apud Mancini (2015).

+185. O ano de 2008, porém, apresenta um alto contraste com os anos anteriores, quando contabiliza um saldo de -312 (admitiu 1.082 pessoas e demitiu 1.394). É possível perceber a forte presença do setor da indústria na estrutura ocupacional de Açailândia na medida em que o saldo geral do município vai de um positivo de 1.031 em 2006, passando para 779 em 2007 e despencando para -659 em 2008, ano com o pior saldo para o setor da indústria, levando consigo o setor da agropecuária e da extração florestal (que fechou 2008 com um saldo negativo de -872), por conta das atividades de carvoejamento e reflorestamento. O saldo geral volta a subir em 2009 (+745), embora os setores da indústria e da agropecuária e extração florestal tenham continuado a demitir (-396 e -85, respectivamente), por conta de outros setores (comércio e serviços) que se mantiveram mais estáveis no período de crise.

Mesmo que o setor da indústria prevaleça ao longo da trajetória do território produtivo de Açailândia, ao lado do setor de serviços e o comércio, no que diz respeito à proporção de pessoal ocupado, o que demonstra a sua importância no âmbito da economia e do mer-

cado de trabalho local, seu foco em produzir somente para exportar o coloca numa posição de grande vulnerabilidade às oscilações da economia mundial. O gráfico 3 apresenta duas variáveis com curvas muito semelhantes: evolução das exportações de ferro gusa e evolução do emprego formal no setor da indústria entre os anos de 2006 e 2013.

**Gráfico 3 - Evolução das exportações de ferro-gusa (mil ton) e do emprego industrial em Açailândia (2006 a 2013)**



Fonte: SECEX/MDIC; DATA SOCIAL/MDS apud Mancini (2015).

De acordo com as informações do gráfico apresentado, podemos ver que a ascensão da exportação do ferro-gusa é acompanhada pela elevação emprego formal no setor industrial, o que significa dizer que quanto mais contra-

tos forem firmados (no mercado externo) para a exportação guseira, maior o crescimento e a estabilidade dos empregos no setor. De forma inversa, a escassez dos contratos para venda do ferro-gusa, como foi observado a partir do segundo semestre de 2008, representou um dos sinais do início da debilidade das indústrias e do emprego no setor (Carneiro, 2008).

O quadro 2 apresenta a situação do funcionamento das siderúrgicas de Açailândia antes e depois da crise de 2008. Em 2008, as cinco siderúrgicas estavam em estado ativo, com o valor arrecadado em exportações de ferro-gusa na faixa dos milhões de dólares (Carneiro, 2008) por cada uma. A partir de 2009, três siderúrgicas inicialmente foram desativadas (Fergumar, Simasa e Cia. Vale do Pindaré), permanecendo, até o final de 2016, somente a primeira fechada.

**Quadro 2 - Situação do funcionamento das indústrias siderúrgicas de Açailândia nos períodos pré e pós crise de 2008**

Empresa	Pré-crise	Pós-crise	Número de altos-fornos
Viena Siderúrgica do Maranhão S/A	Ativa	Ativa	5
Queiroz Galvão Siderurgia	Ativa	Ativa	5
Gusa Nordeste S/A	Ativa	Ativa	3
Ferro Gusa do Maranhão Ltda.	Ativa	Desativada	2

Fonte: Mancini (2015)

Se, num primeiro momento, a estagnação na capacidade produtiva se deu pela ausência de contratos, a característica (e vulnerabilidade) da indústria siderúrgica de Açailândia de dependência do mercado norte-americano<sup>7</sup> tornou-se patente na voz de atores coletivos locais. A não concretização das expectativas vislumbradas pelo PGC para a região – diversificação de atividades produtivas e verticalização – coadunou diferentes setores da sociedade civil de Açailândia, através da criação, sob liderança da Igreja Católica local,

<sup>7</sup> Mesmo no pós-crise, a dependência do mercado externo, do mercado norte-americano em especial, ainda pauta o destino do ferro-gusa produzido em Açailândia, como se observa nas palavras de Sandro Raposo, engenheiro da Gusa Nordeste: “... basicamente hoje [... exportamos para os] Estados Unidos, e um cliente que é a Nucor [Corporation]. Nós exportamos basicamente ferro-gusa pra eles” (20/01/2015).

do “Movimento Popular em Favor da Justiça e da Dignidade Humana” em 2009:

... em Açailândia, em tempos de crise e desemprego, uma aliança entre movimentos sociais permitiu a criação do “Movimento Popular em favor da Justiça e da Dignidade Humana”. Trata-se de uma rede de entidades, associações de moradores, sindicatos, comunidades cristãs em busca e encaminhamentos locais para minimizar o impacto da crise e buscar alternativas e enriquecimentos para o modelo produtivo de Açailândia, marcado pela fragilidade e pouca diversificação. Esse movimento organizou em maio de 2009 um grande seminário sobre crise e desemprego. (Bossi, 2010, p.12).

Esse movimento organizou uma audiência em Açailândia, que trouxe à baila a debilidade não apenas momentânea pela qual passava a indústria siderúrgica local (demissões, perdas de direitos trabalhistas, como redução de salário, adicional noturno, hora extra, cesta básica, etc.), mas sua fragilidade crônica “de grande dependência de um produto de exportação (ferro-gusa) fortemente suscetível às oscilações da economia global” (Ramalho; Carneiro, 2013).

A crítica lançada ao modelo de desenvolvimento estabelecido em Açailândia baseia-se em alguns aspectos, como o valor agregado ao Produto Interno Bruto (PIB) proporcionado pelo setor da indústria e o conjunto massivo de incentivos e de infraestrutura pública que foram mobilizados para a instalação do polo industrial. A fragilidade econômica do município, por conta desse modelo de desenvolvimento baseado numa forma de acumulação dependente das demandas do mercado externo, logrou a contestação do poder coletivo local, que, mesmo décadas depois do lançamento do PGC, utilizou as metas ali vislumbradas como parâmetro para avaliar (e contestar) a incorporação das atividades siderúrgicas na economia e na sociedade local.

Nesse aspecto, a ação do poder coletivo frente à estrutura econômica (poder corporativo) e suas aspirações e percepções valorativas de tal estrutura atuam como uma “racionali-

dade substantiva” que conflita com uma “racionalidade formal” (Swedberg, 2005). Essas distinções de racionalidade são weberianas, cunhadas em *Economia e Sociedade*. Enquanto a racionalidade formal é o arquétipo de racionalidade econômica, pautada na congruência entre meios e fins num contexto em que os meios são escassos, a racionalidade substantiva (ou formas não econômicas de ação racional) é conduzida por valores e leva em conta se “o abastecimento de [...] grupos de pessoas’ está de acordo com certos valores absolutos, sejam eles de natureza política, ética, filosófica...” (Swedberg, 2005, p.63). O conflito entre esses dois tipos de racionalidade, na economia, é garantido pela “desigualdade na distribuição de renda” (Swedberg, 2005, p. 65).

É interessante destacar que esses documentos vieram a público num contexto de crise da indústria siderúrgica, em que as pautas reivindicatórias de diferentes segmentos da sociedade civil relacionadas aos efeitos da produção guseira foram unificadas, tendo como protagonista o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Açailândia (STIMA), que ampliou seu repertório de mobilização (antes mais tradicional, pautado em greves gerais e paralisação de fábrica), através de audiências públicas realizadas em âmbito municipal e estadual (Ramalho; Carneiro, 2013).

A oportunidade para a formação dessa coalizão de atores coletivos foi o superfaturamento do preço do minério de ferro realizado pela Vale S/A em 2010. Em outubro de 2009, com a diretoria reformulada, com membros vinculados à principal sindical brasileira (Central Única dos Trabalhadores, CUT), depois de substituir uma gestão de 18 anos, o STIMA passa por uma campanha de recuperação financeira e de filiação. Em 2009, no ápice do desemprego industrial em Açailândia, o STIMA contava com 98 sócios. Com baixa credibilidade na sua base sindical, a nova diretoria passa a ser mais atuante entre os trabalhadores de sua base (por meio de panfletagem na porta de fábrica, prestação de contas

do sindicato, busca de benefícios creditícios, politização, etc.). Em 2015, o sindicato contava com cerca de 1.300 associados, dentro de uma base que girava em torno de 2.500 a 3.000 trabalhadores. A posse da nova diretoria se deu num momento em que o polo siderúrgico de Açailândia produzia com pouco mais de 50% da sua capacidade produtiva e com três indústrias que efetivamente chegaram a fechar as portas: Cia. Vale do Pindaré e Siderúrgica do Maranhão (Simasa) (do Grupo Queiroz Galvão) e Ferro Gusa do Maranhão (Fergumar).

Em março de 2010, a Vale S/A, que fornece com quase exclusividade o minério de ferro para o PSC, elevou o preço do insumo, que passou de US\$ 48,00 para US\$ 137,00, a tonelada. Não por acaso, 2010 foi o ano com a menor quantidade de ferro-gusa exportada pelo polo siderúrgico de Açailândia (456.274 mil/ton). Essa ocorrência levou a uma aproximação entre o sindicato patronal (SIFEMA) e o dos trabalhadores (STIMA). Na ocasião, o sindicato dos trabalhadores aderiu às críticas realizadas anteriormente contra a Vale S/A por movimentos sociais locais. Essas três partes, sindicato dos trabalhadores, sindicato patronal e demais segmentos da sociedade civil, realizaram uma ação conjunta contra a Vale S/A.

A coalizão com as pautas reivindicatórias de outros atores coletivos foi possibilitada pelo fato de a Vale S/A estar na posição de principal indutor do desenvolvimento industrial na região, desde sua época de empresa estatal. Nesse sentido, essa empresa é considerada a principal responsável pela implantação dos polos siderúrgicos na Amazônia oriental, na medida em que geria a estrada de ferro que possibilitava a exportação do ferro-gusa. Essa posição fez da Vale S/A “o foco central da crítica dos diferentes movimentos sociais (camponês, direitos humanos, sindical, etc.) e dos questionamentos quanto ao modelo de desenvolvimento vigente na região” (Ramalho; Carneiro, 2013, p. 16). É nesse contexto que o STIMA amplia seu repertório de ação e mobilização (Tarrow, 2009) por meio de audiências públicas, nas quais passa a

expor a situação econômica de Açailândia, em especial do setor da indústria.

Foram três audiências realizadas, que consistiram em esforços de intermediação por parte de políticos (deputados estaduais), com a finalidade de arrefecer a crise no setor siderúrgico através de mobilizações voltadas para a tentativa de diminuição do preço do minério de ferro fornecido pela Vale S/A.

**Quadro 3 - Cronograma de audiências entre atores do poder coletivo, institucional e corporativo**

Audiência pública	Local	Objetivo	Principais atores
Julho de 2010	Senado Federal	Discutir a crise e suas possibilidades de reversão no setor industrial de Açailândia.	Sindicato dos metalúrgicos e atores políticos.
Agosto de 2010	ALEMA	Discutir a crise e modelo de desenvolvimento posto em marcha em Açailândia desde a década de 1980.	Sindicato dos trabalhadores, movimentos sociais e atores políticos.
Novembro de 2010	ALEMA	Negociar o preço do minério de ferro e reverter o quadro de demissões dos metalúrgicos em Açailândia	Sindicato dos trabalhadores, atores políticos e empresários.

Fonte: Ramalho e Carneiro (2013)

No dia 12 de julho de 2010, o STIMA realizou uma reunião com o então presidente do Senado e ex-presidente da República, José Sarney, que se comprometeu com a situação apresentada pelos metalúrgicos: crise na indústria siderúrgica. Em agosto de 2010, o STIMA apropriou-se do movimento “Assim não Vale”, lançado pelo movimento de direitos humanos “Justiça nos Trilhos”, em audiência realizada na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão (ALEMA). Na ocasião, outros atores coletivos que apoiavam o movimento estiveram na audiência, em conjunto com os sindicalistas; no dia 23 de novembro de 2010, foi realizada outra audiência pública na ALEMA, para tratar das demissões dos trabalhadores do setor industrial de Açailândia. Nessa última audiência, foi anunciado pelo presidente do STIMA que a pressão sobre a Vale S/A tinha surtido efeito, e que ela iria reduzir o preço do minério de ferro de US\$ 137, 00 para US\$ 93, 00.

A diminuição no preço do minério de ferro permitiu um crescimento nas exportações do ferro-gusa a partir de 2011, dando um salto de 456. 274 mil/ton em 2010 para 757. 991 mil/ton no ano seguinte, assim como uma recuperação no emprego industrial (que passou de 2.079 no ano de 2010 para 2.749 em 2011), permitindo ainda o retorno das atividades da Queiroz Galvão Siderurgia, que havia fechado as portas – sem, entretanto, possibilitar a reabertura da Fergumar, ainda hoje fechada.

Nesse movimento de recuperação das exportações e de luta pela diminuição do preço do minério de ferro fornecido pela Vale S/A, foi firmada uma parceria entre o sindicato patronal e o dos trabalhadores, que se utilizaram da distribuição assimétrica de poder na RPG, em que as “firmas menores, às vezes (e por motivos contingentes), têm autonomia suficiente para desenvolver e exercitar suas próprias estratégias para aperfeiçoar suas operações” (Henderson et al., 2011, p. 157). Nessa parceria, o sindicato patronal atuou com o sindicato dos trabalhadores da seguinte forma: i) no apoio à mobilização e no incentivo das ações levadas a cabo pelo STIMA e demais atores coletivos, pois o seu envolvimento público com a situação era comprometedor, na medida em que corria o risco de receber restrições comerciais por parte da Vale S/A, ou, como nas palavras presidente do STIMA: “não podia aparecer por medo de repressão da própria Vale” (Entrevista realizada em 12/05/2014); e ii) no apoio financeiro às ações do sindicato dos trabalhadores.

Apesar da cooperação, após a redução do preço do minério de ferro e retomada das exportações de ferro-gusa num melhor nível, as siderúrgicas não atenderam, de pronto, as reivindicações trabalhistas que vinham sendo pautadas pelo STIMA. A solução encontrada foi investir num repertório de mobilização mais tradicional do sindicato, por intermédio da realização de uma greve em fevereiro de 2011.

A greve do dia 14 de fevereiro de 2011 começou de forma típica, com o fechamento dos portões da fábrica de maior capacidade

produtiva do polo industrial de Açailândia – Viena Siderúrgica –, e contou com a presença decisiva dos moradores do Pequiá de Baixo, que, na ocasião, reivindicavam seu remanejamento<sup>8</sup> para outro loteamento, por conta da intensa poluição urbana e da disposição indevida de refugos da produção siderúrgica no local – o que, por anos, ocasionou problemas de saúde nos moradores do bairro (Evangelista, 2008; FIDH, 2011). Após obter sucesso em suas reivindicações, no dia 15 de fevereiro de 2011, o STIMA só findou a greve sob a condição de o SIFEMA também atender as reivindicações dos moradores do Pequiá de Baixo.

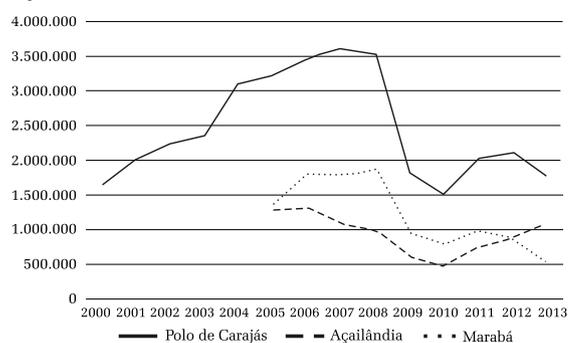
Após as audiências públicas capitaneadas pelo STIMA, mas incorporando as representações e as pautas reivindicatórias de outros atores coletivos (locais) acerca do modelo de desenvolvimento posto em marcha em Açailândia, houve uma recuperação no nível das exportações do ferro-gusa, e os trabalhadores que protagonizaram a greve – inicialmente demitidos – foram readmitidos em seus postos de trabalho (recuperação do emprego industrial), bem como foram retomados os direitos trabalhistas, a princípio perdidos com a eclosão da crise global em 2008-2009.

O grau de importância da ação do poder coletivo frente à crise sofrida pela indústria siderúrgica em Açailândia pode ser devidamente aferido se analisado no contexto de todo o Polo Siderúrgico Carajás (PSC). As onze siderúrgicas localizadas no município de Marabá (PA), por exemplo, não obtiveram o mesmo poder de reação frente à crise global. Fortemente combatidas pela crise no mercado norte-americano – e a conseqüente queda no preço do ferro-gusa, pois 90% da produção das siderúrgicas paraenses destinavam-se a esse mercado (Santos, 2015) –, iniciou-se um processo demissionário e logo cinco siderúrgicas interromperam suas atividades até o final de 2008. O motivo princi-

<sup>8</sup> Existe uma luta levantada há anos pelos moradores do Pequiá – em conjunto com segmentos da sociedade civil – para o reassentamento da comunidade em uma área fora da influência dos resíduos poluentes, sobretudo gasosos, e dos ruídos provocados pelo processo de produção do ferro-gusa (Evangelista, 2008; FIDH, 2011).

pal seria a constância do alto preço do minério de ferro cobrado pela Vale S/A às siderúrgicas paraenses, o que ainda tornava a produção e a exportação de ferro-gusa inviável, mesmo com o reaquecimento do mercado externo e a recuperação das exportações desse produto a partir de 2011. No final de 2013, somente quatro usinas, das onze que chegaram a funcionar em Marabá, estavam em atividade, o que explica a queda contínua das exportações desse município, ao contrário do observado em Açailândia (Gráfico 4).

**Gráfico 4 - Exportações de ferro-gusa (em ton.) do Polo Siderúrgico de Carajás e das empresas localizadas em Açailândia/MA e Marabá/PA**



Fonte: SECEX/MDIC apud Ramalho e Carneiro (2015)

A ação do poder coletivo e os devidos efeitos no processo de recuperação da indústria siderúrgica parecem apontar para o enraizamento territorial (Henderson et al., 2011) que essa atividade possui em Açailândia, mas não em Marabá. A possibilidade de as empresas absorverem e serem constrangidas por dinâmicas sociais próprias às localidades (Id.,) demonstrou ser um importante aspecto na reestruturação econômica de Açailândia nos últimos anos.

Em Açailândia, a dinâmica de proximidade e a densidade (Reis, 2005)<sup>9</sup> entre diferentes atores coletivos permitiu o compartilhamento de representações sobre o desenvolvimento local e sobre as externalidades

<sup>9</sup> *Densidade e proximidade* referem-se à abordagem de territórios como matrizes relacionais. A proximidade consiste em “pessoas em copresença, são ordens relacionais; são consolidações de culturas práticas e de instituições; é conhecimento e é identidade partilhada de forma coletiva.” (Reis, 2005, p. 61); a densidade é desencadeada pela perduração do contexto de proximidade entre agentes atuantes num dado território.

causadas pela produção industrial. O poder coletivo, diante das fragilidades econômicas da RPG, não somente sofreu com os impactos, mas, através de mobilizações e articulações próprias, possibilitou um efeito de retorno (*feedback*) sobre a rede, revertendo parte dos impactos e das medidas inicialmente tomadas sob o prisma da eficiência econômica (demissões e redução de direitos trabalhistas) pelo poder corporativo.

O resultado dessa mobilização não foi, entretanto, suficiente para reverter mais a fundo a situação econômica, na medida em que constituem territorializações que podem modificar o curso das ações desenvolvidas localmente pelo poder corporativo numa RPG, mas não podem escapar da dinâmica geral assente na rede (Henderson et al., 2011). Isso se reflete no fato de o polo siderúrgico de Açailândia ainda estar funcionando com sua capacidade parcial e não ter retomado o nível de produtividade, exportação e valor arrecadado do período pré-crise.

O emprego industrial em Açailândia esteve, por muito tempo, relacionado à baixa qualificação profissional e ao excessivo desgaste físico do trabalhador (Evangelista, 2008). Essas eram as características da mão de obra que participava diretamente do processo de criação e captura de valor (Henderson et al., 2011) realizado pelas siderúrgicas em Açailândia, que se somavam às condições de trabalho encontradas na cadeia de produção siderúrgica (atividades de carvoejamento), caracterizando um “padrão de acumulação amazônico” (Santos, 2011). É nesse aspecto que as ações do poder coletivo incidem na questão da possibilidade de maior captura desse valor em âmbito local. As ações empreendidas pelo poder coletivo em prol do aumento de salários e dos direitos trabalhistas, ou mesmo quando direcionadas à possibilidade de ampliação ou manutenção dos postos de trabalho – nesse último caso, quando contribuíram para arrefecer os danos da crise no polo siderúrgico –, são exemplos de como uma maior participação na

captura do valor criado pelas guseiras são reivindicados localmente.<sup>10</sup>

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maneira como os atores locais incorporaram o processo de estruturação destacado passa a ser determinante a partir dos anos de 1990. A conformação de uma crítica social (de cunho ambiental e trabalhista) lançada sobre as externalidades das atividades desempenhadas pela Vale S/A e pelo polo siderúrgico foi a forma pela qual, gradualmente, esses atores locais começaram a participar do processo de estruturação econômica de Açailândia. A formação de representações que atribuem a responsabilidade das siderúrgicas às externalidades ambientais, sociais e trabalhistas, foi um processo fundamental para a efetivação dos atores locais nesta estruturação.

As modificações em aspectos estruturais, tais como no processo produtivo e, por conseguinte, nas relações e mercado de trabalho, são o resultado dessa efetivação. Algumas dessas mudanças, muito impulsionadas pelo trabalho social operado pelo poder coletivo, talvez não fossem materializadas caso dependessem do viés da eficiência econômica. Como é constatado em escritos de atores locais, não se trata de querer a supressão das atividades que ali se estabeleceram, mas sim de torná-las mais favoráveis à sociedade e à economia de Açailândia: mais postos de trabalho, melhores condições de trabalho, quer dizer, mais próximas aos trâmites da CLT, e o conseqüente arrefecimento das externalidades que produzem há anos.

É nesse sentido que, embora os programas de desenvolvimento lançados ao território

<sup>10</sup> Na análise de Fligstein (2001), a captura de valor estaria mais relacionada com os “Direitos de propriedade” da empresa. Para esse autor, direitos de propriedade constituem uma instituição de mercado que consiste em “relações sociais que definem quem pode reivindicar os lucros das empresas” (Fligstein, 2001, p. 29). O processo de reivindicação das “fatias” do lucro da empresa, realizada por acionistas, trabalhadores, partidos políticos, comunidades locais etc., relacionar-se-ia a “um processo político contínuo e contestável, e não ao resultado de um processo eficiente” (Fligstein, 2001, p. 29).

em questão não tenham atingido exatamente as metas que previam, eles cumprem o papel fundamental (independentemente de aspectos valorativos) de todo o processo de desenvolvimento: provocar mudanças, sejam elas econômicas, sociais ou ambas. De uma forma ou de outra, o Projeto Ferro Carajás e o Programa Grande Carajás protagonizaram o processo de estruturação do território de Açailândia para aquém (ou mesmo, para além) de suas expectativas, mas não deixaram de produzir resultados econômicos e sociais concretos. Tais resultados, envolvidos com as representações dos atores locais de Açailândia, estão num ininterrupto processo de adaptação e reconfiguração.

Recebido para publicação em 05 de julho 2017  
Recebido em 25 de maio de 2018

## REFERÊNCIAS

- ASSIS, W. S.; CARNEIRO, M.S. O uso do carvão vegetal como fonte de energia para o parque siderúrgico de Carajás: controvérsias ambientais, sociais e econômicas. In: CARNEIRO, M.S.; RAMALHO, J.R. (Orgs.) *Ações coletivas em complexos minero-metalúrgicos: experiências na Amazônia e no Sudeste brasileiro*. São Luís: EDUFMA, 2015.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPPELLO, E. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BOSSI, D. Impactos e resistências em Açailândia, profundo interior do Maranhão. In: FORUM Carajás. *Mineração na Amazônia: estado, empresas e movimentos sociais*. São Luís: Forum Carajás, 2010. p.22-32.
- CARNEIRO, M. S Mercado e contestação: a atuação da crítica social e as transformações nas estratégias das empresas siderúrgicas de Carajás (1988-2012). *Política e Sociedade*, Florianópolis, v. 15, p. 282-313, 2016.
- \_\_\_\_\_. Crítica social e responsabilização empresarial: análise das estratégias para legitimação da produção siderúrgica na Amazônia Oriental. *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 53. 323-336, 2008.
- \_\_\_\_\_. Estado e empreendimentos guseiros no programa grande Carajás: as políticas públicas a serviço da industrialização. In: CASTRO, E. M. R. de (Org). *Amazônia em tempo de transição*. Belém: Upa/NAEA, 1989.
- \_\_\_\_\_. Do latifúndio agropecuário à empresa latifundiária carvoeira. In: COELHO, M.C.N.; COTA, R. G. (Org.) *Dez anos da Estrada de Ferro Carajás*. Belém: UFPA/NAEA, 1997. p. 223-250.
- \_\_\_\_\_. *Terra, trabalho e poder: conflitos e lutas sociais no Maranhão contemporâneo*. São Paulo: Annablume, 2013.
- \_\_\_\_\_. O Programa Grande Carajás e a dinâmica política na área de influência da ferrovia: políticas públicas e poder local na Amazônia. In: CASTRO, E.; MOURA, E. MAIA, M. L. Sá (Orgs.) *Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço*. Belém: Gráfica e Editora da UFPA, 1995.
- CARNEIRO, M. S; RAMALHO, J. R. A crise econômica mundial e seu impacto sobre o setor siderúrgico maranhense: relações entre o desempenho recente das empresas guseiras e o desemprego no município de Açailândia. In: CARNEIRO, M.D.S.; COSTA, W. C. (Orgs.) *A terceira margem do rio: ensaios sobre a realidade do Maranhão no novo milênio*. São Luís: EDUFMA, 2009. v. 1. p. 37-48.
- CASTRO, E. Industrialização, Transformações Sociais e Mercado de Trabalho. In: CASTRO, E.M.R; MOURA, E.; MAIA, M. L. (Orgs.) *Industrialização e grandes projetos desorganização e reorganização do espaço*. Belém: Editora da UFPA, 1995. p. 91-120.
- EVANGELISTA, L. N. *A cidade da fumaça: a constituição do grupo operário do bairro do Pequiá no município de Açailândia/MA*. 2008. 110 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão.
- FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS (FIDH). *Brasil: quanto vale os direitos humanos? Os impactos sobre os direitos humanos relacionados à indústria da mineração e da siderurgia em Açailândia*. 2011.
- FLIGSTEIN, N. Mercado como política: uma abordagem político-cultural das instituições do mercado. *Contemporaneidade e Educação*, Rio de Janeiro, ano VI, n. 9, p. 26-55, 2001.
- FLIGSTEIN, N; DAUTER, L. A sociologia dos mercados. *Caderno CRH*, Salvador, v. 25, n. 66, set./dez. 2012.
- GREENPEACE. *Carvoaria amazônica*. Como a indústria de aço e ferro gusa está destruindo a floresta com a participação de governos. Manaus: Greenpeace, 2012. Disponível em: <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/Floresta-de-carvao-e-violencia>. Acesso em 10.06. 2012.
- HARVEY, David. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HENDERSON, J. et al. Redes de produção globais e a análise do desenvolvimento econômico. *Revista Pós Ciências Sociais*, São Luís, n. 15, p.143-170, 2011.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Sinopse do Censo Demográfico de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.
- LIMA FILHO, A.; MASSON, N.; COSTA, R. *Atlas político-jurídico do trabalho escravo contemporâneo no Maranhão*. Açailândia/Imperatriz: CDVDHCB/ÉTICA, 2011.
- MANCINI, R. M. *Siderurgia e mercado de trabalho na Amazônia maranhense: a dimensão socioeconômica da estruturação do território produtivo de Açailândia (MA)*. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís.
- MONTEIRO, M. A. Em busca do carvão vegetal barato: o deslocamento de siderúrgicas para a Amazônia. *Novos Cadernos do NAEA*, Belém, v.9, n.2, p.55-97, 2006.
- MOURA, F. A. *Escravidão da Precisão: economia familiar e estratégias de sobrevivência de trabalhadores rurais em Codó (MA)*. 2006. 121 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, São Luís.
- RAMALHO, J. R. Indústria e desenvolvimento: efeitos da reinvenção de um território produtivo no Rio de Janeiro. *Revista Pós Ciências Sociais*, São Luís, v. 12, n. 24, p.117-140, 2015.
- RAMALHO, J. R.; CARNEIRO, M. S. Ação sindical, contestação política e siderurgia na Amazônia brasileira. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 16, n. 1, p. 7-28, jun. 2013.
- \_\_\_\_\_. Trabalho e siderurgia na Amazônia brasileira. In: CARNEIRO, M. S.; RAMALHO, J. R. (Orgs.) *Ações coletivas em complexos minero-metalúrgicos: experiências na Amazônia e no Sudeste brasileiro*. São Luís: EDUFMA, 2015.

- REIS, J. Uma epistemologia do território. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, 2005, p. 51-74. 2005.
- SANTOS, R. S. P. *A forja de Vulcano: siderurgia e desenvolvimento na Amazônia oriental e no Rio de Janeiro*. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. Redes de produção globais (RPGs): contribuições conceituais para a pesquisa em ciências sociais. *Revista Pós Ciências Sociais*, São Luís, n.15, p.127-141, 2011.
- SANTOS, M. M. dos. *A crise no setor siderúrgico do Distrito Industrial de Marabá e as estratégias empresariais*. 2015. (Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia) – Universidade Federal do Sul e Sudoeste do Pará, Marabá. 2015.
- STEINER, P. *A sociologia econômica*. São Paulo: Atlas, 2006.
- SWEDBERG, R. *Max Weber e a idéia de sociologia econômica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: Beca produções culturais, 2005. (Col. Economia e Sociedade, v.5)
- TARROW, S. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

**INDUSTRIAL DEVELOPMENT AND LABOUR  
MARKET: social contestation and recent  
transformations on siderurgical production in  
eastern Amazon**

*Roberto Martins Mancini  
Marcelo Sampaio Carneiro*

This paper analyses the socioeconomic effects of a group of governmental politics of infrastructure and financial/tax subsidies (Programa Grande Carajás) that from the late 1970's had established a siderurgical zone for commodities production (pig iron) designed for exportation at the eastern Amazon area of Maranhão state. These governmental efforts triggered the emergence of a labour market around steel and forest workers, by the consequence of the use of charcoal as a input for siderurgical production. The analytic effort will be based on the theoretic paradigm of Global Production Networks, which stands as a multicentric approach that stresses the action of diversified social world actors to understand the process of configuration of that market, focusing the changes caused by the 2008's economic crisis, highlighting the role performed by trade unions, corporates and state agents in this process.

**KEY-WORDS:** Industrial development. Global production networks. Labour Market. Social criticismo. Amazon.

**DEVELOPPEMENT INDUSTRIEL ET MARCHÉ  
DU TRAVAIL: protestation sociale et changements  
récents dans la production d'acier dans  
l'Amazonie**

*Roberto Martins Mancini  
Marcelo Sampaio Carneiro*

L'article vise à analyser les effets socio-économiques des politiques publiques d'infrastructure et des subventions fiscales (Programme Grand Carajás) établies à partir des années 1970, pour la mise en œuvre d'un pôle industriel d'acier dans la l'Amazonie orientale brésilienne. Le développement de ces politiques gouvernementales a donné lieu à un marché de travail résultant des activités d'acier et la production de charbon de bois pour la production de fonte, marqué pour la précarité, mais qui, au fil des années, a connu des changements remarquables. En utilisant l'approche des réseaux mondiaux de production, perspective qui met l'accent multicentriques l'action des divers acteurs du monde social dans la formation de phénomènes économiques, nous cherchons à comprendre le processus de configuration du marché du travail, mettant en lumière les changements apportés par la crise mondiale de 2008 et le rôle joué par les syndicats, les employeurs et les agents de l'État dans ce processus.

**MOTS-CLÉS:** Développement industriel. Réseaux internationaux de production. Marché du travail. Critique social. Amazonie.



# A DIMENSÃO ESQUECIDA: a questão da *agência* no trabalho do corte da cana de açúcar

*Jaime Santos Júnior\**

Ao fixar o interesse analítico nos elos que unem a experiência do trabalho e os processos constitutivos de identidades, a pesquisa buscou flagrar as pequenas, mas subjetivamente importantes formas de mediação e cálculo envolvidos nas estratégias de ação de trabalhadores do corte da cana de açúcar. Os resultados sugerem que, conquanto o traço saliente desse contexto seja o da precariedade, os significados atribuídos ao trabalho deixam entrever as fissuras que denotam a capacidade de *agência* dos indivíduos na condução das suas vidas, distante de uma imagem que os toma como meros espectadores da história.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho. Identidades. Agência. Setor sucroalcooleiro. Sergipe.

## APRESENTAÇÃO<sup>1</sup>

Com presença marcante no cenário do trabalho no universo rural, a colheita de cana de açúcar movimentou um amplo e variado mercado de trabalho. A existência de acordos entre empresários do setor e usinas que preveem o fim das queimadas trazem à tona o destino de milhões de trabalhadores que são requisitados a cada safra. Ao mesmo tempo, evocar as situações em que se executa esse tipo de atividade, cingida pelo signo do “precário”, recoloca a questão sobre se é possível conciliar as exigências pelo aumento da produtividade com a saúde do trabalhador.

O volume de mão de obra empregada, na comparação com outros setores agrícolas, apresenta algo em torno de 74% de vínculos

formais (Moraes, 2011), cuja modalidade é o contrato por safra.<sup>2</sup> A necessidade de aumentar a possibilidade de estabelecer vínculos, talvez refeitos a cada safra, impele os trabalhadores à circulação entre as diferentes regiões produtoras, o que acaba por criar a situação atípica do “emprego recorrente”, tão bem capturada por Silva (1992) no sintagma do “permanentemente temporário”. Tal fato cria outra diferença com relação aos estudos sobre mercado de trabalho em contextos urbanos, onde a figura do “desemprego recorrente” atinge diferenciadamente os indivíduos e marca o compasso das trajetórias ocupacionais para algumas categorias.<sup>3</sup>

O que me proponho a fazer, neste texto, é arguir sobre o modo como os cortadores de cana pensam sua vida na relação com um tipo de trabalho que possui essas características. Persigo a hipótese de que a estrutura de oportunidade e constrangimentos em que são tomadas as decisões ordinárias sobre a gestão

\* Universidade Federal do ABC (UFABC). Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas e Sociais. Av. dos Estados, 5001. Cep: 09210-580. Bangu – Santo André – São Paulo – Brasil. jaimesjr.22@gmail.com

<sup>1</sup> Este texto teve uma versão inicial que foi apresentada no 38º Encontro Anual da Anpocs, em 2014, no GT21 – Metamorfoses do Rural Contemporâneo. As críticas colhidas naquela ocasião, bem como as que incorporei para esta versão, advindas das sugestões feitas pelos pareceristas desta revista, me permitiram calibrar melhor o que pretendo argumentar. Fica o registro de agradecimento.

<sup>2</sup> Firmado por prazo determinado, pela natureza e transitoriedade que justificam a predeterminação do prazo, como determina o art. 443, § 2º, letra “a”, da CLT, o art. 19 do Decreto nº 73.626/79 segundo os quais o safrista é todo trabalhador que se obriga à prestação de serviços mediante contrato por safra.

<sup>3</sup> Sobre isso, ver, por exemplo, Guimarães (2002, 2017).

da vida nesse contexto deixa entrever diferentes “estilos de reflexividade” (Archer, 2003), que dão sentido às trajetórias.

Desenvolvimentos recentes no âmbito da teoria social, nos quais me ancorei, refletem o interesse pela compreensão desses agenciamentos, naquilo que Alexander (1987) bem definiu como “o novo movimento teórico”. Nesse sentido, é um tipo de análise que não se presta a individualizar comportamentos típicos para ilustrar normas ou modelos, mas que se propõe a descobrir mecanismos que permitam explicar a diferenciação nas formas de engajamento, a trama das resistências miúdas, ou ainda a maneira como se atribuem significados às trajetórias de trabalho. Esse lugar analítico, em que confluem constrangimentos e competência agêntica dos sujeitos na (re) produção das estruturas sociais, vem ocupando o noticiário das ideias, malgrado as diferenças, em estudos tais como os de Coleman (1987), Giddens (1979), Archer (2007), entre outros.

O questionamento de uma filosofia do sujeito que, por muito tempo, trabalhou com uma visão homogeneizadora do homem em sociedade, supunha uma sorte de unidade fundamental, de um “eu coerente”, e ensinou uma promissora agenda de pesquisa sensível à admissão da multiplicidade das experiências vividas (Turner et al., 2016). Para o caso dos estudos sobre o trabalho, a ampliação do interesse em aspectos até então considerados de menor valor, tais como a família, o cotidiano, o lazer, para citar os mais palpantes, que estabelecem novas zonas de comunalidade, formas de engajamento e clivagens, embaralhou as cartas em um cenário que deixou de hierarquizar as práticas dos trabalhadores como indicadores de maior ou menor nível de “consciência”.

É nesse sentido que as ambivalências possíveis entre práticas e representações do trabalho desvelam um lugar analítico para se pensar a questão da *agência*. Parece contraintuitivo supor que o elevado constrangimento do contexto, que aparentemente reduz a margem de atuação dos sujeitos, possa servir de

convite para que atentemos às nuances presentes nas ações cotidianas. Tanto mais porque sabemos como a noção de “precariedade” se torna um preâmbulo tentador para elucidar as situações de trabalho no corte de cana e, por via de consequência, as ações dos trabalhadores. A exposição à insalubridade do tempo, as exigências (cada vez maiores) de produtividade, os casos de morte por exaustão e, não raro, de flagrantes de trabalhadores em condições análogas à escravidão reforçam essa chave de leitura. Não é por acaso que os últimos vinte anos registraram um acúmulo de pesquisas com questões que gravitam em torno das condições que tornam esse tipo de trabalho precário (Alves, 2008; Novaes, 2007; Silva, 1999; Thomaz Jr., 2002). Mais recentemente, com o aumento da mecanização da colheita e inovações tecnológicas no processo produtivo do açúcar e do álcool, outras mudanças têm atraído a atenção dos pesquisadores, tais como a reconfiguração de um mercado de trabalho que se nutre, em ampla escala, da movimentação de trabalhadores vindos de outras regiões, especialmente do Norte e Nordeste (Menezes, 2002; Silva, 2008).

No entanto, importará aqui compreender a precariedade não como um postulado, mas tomá-la a partir das matrizes discursivas que revelam as maneiras pelas quais os trabalhadores pensam suas vidas. Por essa razão, reduzir o foco para analisar a competência cognitiva e reflexiva dos sujeitos em suas práticas cotidianas é querer compreender como são estabelecidos os “parâmetros para julgamentos” (Boltanski; Thévenot, 1991).

Decantar os significados atribuídos pelos próprios sujeitos a partir das imagens que são construídas sobre o trabalho no corte de cana, como via de acesso para se chegar à complexa trama em que mecanismos de decisão, formas de engajamento, pequenos cálculos e uma gramática muito particular nos modos de se referir ao trabalho, são indícios de diferentes manifestações de reflexividade.<sup>4</sup>

<sup>4</sup> Uso o conceito de reflexividade no sentido em que Ar-

Para ir direto ao ponto, se for verdade que as condições estruturais que organizam esse tipo de trabalho definem e limitam o horizonte do possível, a maneira de agir dos que nele atuam, é igualmente válido perscrutar o outro lado, ou seja, o modo como o homem vivencia, experimenta,<sup>5</sup> e interpreta essa limitação. Há, nesse sentido, um suposto que norteia meu argumento: alinho-me àquelas abordagens para as quais o cotidiano, o ordinário, manifesto tanto nas ações como nas práticas e configurações discursivas dos indivíduos, não se reduz ao anedótico, ou ao que deve ser lido como epifenômeno (Certeau, 2014; Pais, 2003).

Em termos sociológicos, sublinhar a importância da *agência* significa considerar que as práticas sociais são, antes, o reflexo sempre instável e contingente da maneira como os indivíduos interpretam as orientações normativas que derivam do quadro social mais amplo em que estão inseridos. Nesse sentido, sou tributário de estudos pioneiros sobre o trabalho nos canaviais, a exemplo de Sigaud (1979), Garcia Jr. (1989), Lopes (1978), Silva (1999) e Menezes (2002), que aplainaram o caminho e forneceram pistas sobre as diferentes facetas que podem assumir as representações da precariedade das condições de vida desses trabalhadores, o que me conduziu à pluralidade de significados contidos nas mais diversas ações de resistência cotidiana. Não se quer, aqui, discutir erros ou acertos dessas interpretações, pelo risco do anacronismo, mas retomar a problemática apresentada por eles, formulando novas questões.

## CAMINHOS DA PESQUISA EM SERGIPE, BRASIL

Em contextos como o do trabalho no corte da cana de açúcar, onde o valor de face

cher (2012, p. 2) define: “reflexivity is defined as the regular exercise of the mental ability, shared by all normal people, to consider themselves in relation to their (social) contexts and vice versa”.

<sup>5</sup> Emprego a noção de experiência tal como é definida por Thompson (1981).

dos fenômenos, ou o traço da precariedade, salta a olhos vistos, a primeira condição que se impôs foi a de resistir a essa constatação imediata, na maioria das vezes lastreada no universo simbólico do pesquisador. Em termos metodológicos, essa abordagem é a mesma que sugere Ortner (1995), em artigo seminal, ao argumentar que muitos entre os mais influentes estudos sobre resistência são drasticamente limitados pela falta de perspectiva etnográfica (*ethnographic refusal*). Assim, ela afirma que a inversão de perspectiva, observando os sistemas de baixo para cima (Ortner, 1995), tem como corolário priorizar não a dimensão da “dominação”, da “exploração”, da “espoliação”, mas, ao contrário, mobilizar elementos que escapem das categorizações simplistas e menosprezem a perspectiva dos que, por vezes, estão nas franjas das tipologias clássicas.<sup>6</sup> No mesmo sentido, Fonseca (2006, p. 2) acrescenta que o que se recusa é a “alegação de que não existe nada mais nativo que não seja explicado pela influência das forças dominantes” (ou, se existe, certamente não é digno da atenção dos pesquisadores).

Para dar consequência a essa proposta, a pesquisa<sup>7</sup> teve lugar entre os anos de 2011 e 2013, e o estudo de campo focalizou o Estado de Sergipe. Trata-se de uma área canavieira que, a despeito de estar integrada ao setor sucroenergético nacional, não está entre os grandes estados produtores. Qual o interesse, então, de observar o panorama a partir de um caso relativamente marginal? O primeiro elemento que merece destaque é a pouca literatura disponível sobre a indústria canavieira sergipana, que focalize os últimos cinquenta anos, visto que ela é vasta quando se refere ao período antecedente, especialmente sobre os oitocentos (Almeida, 1993; Passos Sobrinho,

<sup>6</sup> Não por acaso, Lahire (2001) lembra que muitos pesquisadores se frustram ao não encontrarem os “verdadeiros operários”, “verdadeiros quadros”, “verdadeiros artesãos”, acreditando que o problema é metodológico. Nem de longe isso é o mesmo que recusar construções ideais típicas, mas sublinhar o fato de que os atores podem não apresentar todas as características do molde.

<sup>7</sup> Ver: Santos Jr. (2017).

1983). No entanto, e para dar maior densidade ao recorte empírico da pesquisa, apoio-me em outra justificativa. O estado de Sergipe se constitui num rico veio de possibilidades para que se possam recolocar questões até aqui analisadas, tendo em vista a realidade dos grandes centros produtores; ele permite, assim, perseguir as novas dinâmicas ora em curso nas zonas de expansão, num cenário de retomada da produção.<sup>8</sup>

Isso implicou enfrentar uma nova agenda de análise, que requeria atenção sobre como os circuitos migratórios se reconfiguravam

lho se relacionava com a questão da mecanização, a intensidade da jornada, o perfil da mão de obra empregada, as formas de resistência e conflito que ali vicejavam e, sobretudo, a maneira como os trabalhadores que ali estavam entendiam o universo que os circundava. A distribuição espacial das usinas no Estado de Sergipe revela sua grande concentração na região do Vale do Cotinguiba. Ali se localizam as seis usinas existentes.

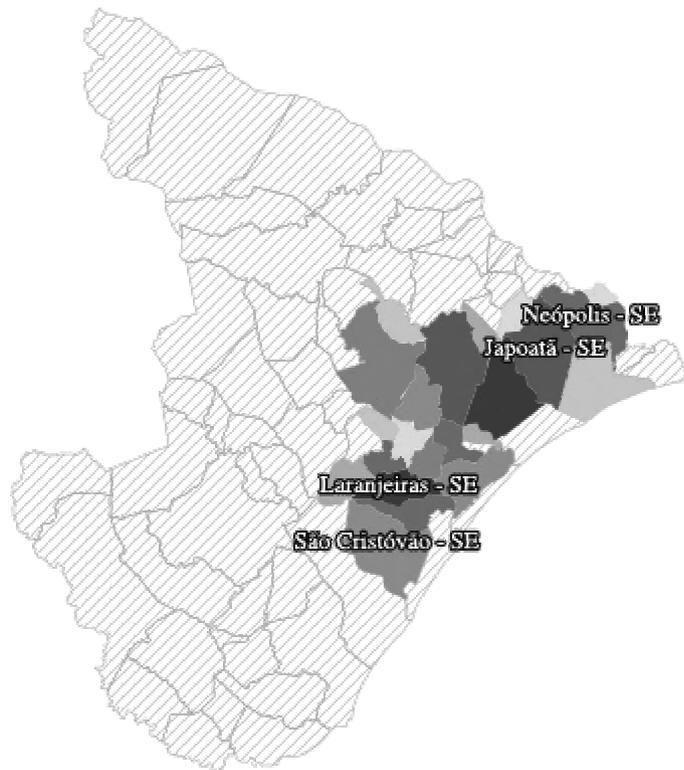
Na composição da amostra dos casos, foram entrevistados trabalhadores das seis

usinas presentes no estado, num total de trinta entrevistas.<sup>9</sup> Em razão do elevado grau de circulação dos cortadores entre as usinas, pareceu-me ser melhor critério, para a seleção dos casos, o grau em que variava essa circulação, e não meramente a seleção em razão dos locais de trabalho, já que a gestão do trabalho e o porte das usinas não apresentaram diferenças significativas que justificassem essa última opção, ao menos não na área investigada. Assim, a amostra foi composta com os seguintes perfis:

Em razão da rotatividade entre as diferentes usinas:

- Indivíduos que trabalharam em apenas uma ou mais de uma usina existente no estado.
- Migrantes de outros estados: os que vivem em alojamentos (majoritariamente alagoanos e baia-

**Mapa 1 - Distribuição da área plantada de cana em Sergipe**



Fonte: ESTATGEO-IBGE (2018).

pela inserção de um novo espaço produtivo demandante ou ofertante de mão de obra, bem como sobre o modo como o processo de traba-

nos).

- Sergipanos que possuíam experiência de migração: via de regra, São Paulo é o destino.

Também fiz variar os locais de residên-

<sup>8</sup> Com o auxílio de dados coligidos pelo IBGE, agreguei informações sobre o crescimento e a distribuição da lavoura canavieira no Brasil. Sergipe, em particular, saltou de quase 15 mil hectares, em 2002, para mais de 53 mil hectares em 2012. Dada a magnitude dos números referentes ao principal estado produtor, São Paulo, que registrou, em 2012, mais de 5 milhões de hectares de área plantada, a percepção de diferenças no comportamento da lavoura canavieira requer que tomemos os dados em separado, de modo a permitir a real percepção da mudança nos demais estados.

<sup>9</sup> As entrevistas foram realizadas, em sua maioria, nos locais de residência dos trabalhadores, em alojamentos nas usinas. Em outros casos, realizei conversas informais nos locais de trabalho (no eito) e em momentos de lazer com grupos de trabalhadores dos quais fui convidado a participar. O compasso desse registro, em perspectiva etnográfica, mostrou-se fundamental para recompor elementos do cotidiano, das práticas sociais, das relações com a família e na comunidade, entre outros aspectos.

cia. Por essa via, descobri circuitos migratórios diversos, nem sempre coincidentes. Se o destino dos cortadores sergipanos, entre os entrevistados, é São Paulo, os circuitos não são os mesmos. Isso também é válido para os circuitos migratórios de sertanejos baianos e alagoanos, que se deslocam para as usinas sergipanas. Através desses últimos, cheguei a outros circuitos migratórios para o Sudeste.

A ausência de mulheres no corte da cana em Sergipe, ao que pude constatar, sugere que elas são aproveitadas em outras fases do processo produtivo. Em geral, estão no plantio e nos chamados “tratos culturais”.<sup>10</sup> Portanto, a seleção dos casos deu-se prioritariamente entre trabalhadores que estão no corte da cana.

Lembro ainda que os excertos de entrevistas que apresento a seguir não devem ser lidos como casos paradigmáticos, pois o intuito foi o de trazer exemplos de configurações discursivas que reúnem aspectos também presentes em outras falas. Nesse sentido, e isso importa metodologicamente, não é o somatório de casos que empresta força ao argumento aqui sugerido, tanto mais porque não dirigi o foco para a construção de tipologias como demarcadores de identidades, como meros instrumentos para, de novo, reencontrar um sujeito genérico (analiticamente típico) a partir das narrativas contingentes e singulares de meus entrevistados. Os discursos encontraram um ponto de saturação à luz das variáveis que se mostraram decisivas em campo, e dos critérios previamente elencados. Essa foi a métrica encontrada para flagrar diferentes falas e os efeitos da influência do contexto e das experiências de vida no modo como se constroem identidades. Vejamos, a seguir, como isso se apresenta.

## O CONTEÚDO DO VIVIDO E A MEDIAÇÃO DO ATOR

A expressão que mais ouvi durante as entrevistas foi: “*cortar cana é um serviço pe-*

<sup>10</sup> Preparação do solo para o plantio.

sado”. É quase impossível não se deparar com esse relato quando se trata das condições de trabalho no corte da cana. Ainda que variassem as experiências de trabalho em diferentes usinas, inclusive entre os que migram para outros estados, a maneira de qualificar o trabalho no corte da cana permanece invariável. O truísmo da afirmação inicial fornece a magnitude da evidência imediata, aquela que se apresenta a qualquer pesquisador que queira adentrar nesse tema. Por certo, estamos falando de um tipo de trabalho que se situa entre os mais degradantes à saúde dos trabalhadores. No entanto, o leque de significados atribuídos ao trabalho não se esgota com essa afirmação. Ou melhor, não me parece factível considerar que um mecanismo alheio às vontades individuais seja a mola propulsora que os condena a uma situação de vida e trabalho expressa na metáfora do “cativeiro”.

É possível distender esse argumento quando observamos, por exemplo, a vida pregressa dos trabalhadores entrevistados. Os achados de outros pesquisadores, no tocante à vida pregressa dos trabalhadores do eito, mostram que as respostas tendem a ser convergentes quanto à origem familiar (Menezes, 2002; Silva, 1999; Woortmann, 1990). Oriundos de famílias de pequenos produtores rurais, por vezes ex-funcionários dos antigos engenhos da região, os trabalhadores entrevistados foram socializados em um ambiente onde a atividade na roça era parte integrante de suas tarefas diárias. No contraponto, a escola surge como algo distante, fora do ideário em que foram criados. Os conhecimentos ali fornecidos são para outra realidade. Sendo assim, na maioria dos casos, o início prematuro nas atividades de trabalho no campo foi a regra encontrada.

Entrevistador – Conte-me sobre o que faziam seus pais. Onde viviam? Em que trabalhavam?

– Meus pais trabalhavam numa usina que tinha aí embaixo. Fechou já. Engenho das Pedras. Ele trabalhava com cana, negócio de cana: plantação, cortar. Aí, muitos tempos, fechou. Tem na faixa de uns trinta a quarenta anos que fechou. Depois, ele co-

meçou a trabalhar de vaqueiro, essas coisas. E eu já trabalhava, chamava boi, pastorava boi mais eles. Depois fiquei nessas usinas. Fui pro Proveito, Santa Clara, Vassouras [nomes de antigas usinas]. Já trabalhei nessas usinas todas. Comecei a trabalhar com doze anos de idade e disso para cá não parei ainda (Romeu,<sup>11</sup> 59 anos).

Entrevistador – Conte-me sobre o que faziam seus pais. Onde viviam? Em que trabalhavam? Já trabalharam na cana?

– Do tempo que eu nasci, que eu vim saber quem era, meus pais sempre trabalhou de roça. Milho, feijão, meu pai tem um terreninho, tem quarenta tarefa de terra. Meu pai morou há dezesseis anos numa fazenda também. Depois da fazenda ele construiu o lugarzinho dele, é hoje o lugarzinho que a gente mora. Ele tem quarenta tarefas de terra plantada (Zerramos, 34 anos).

Quando postas em conjunto, salta à vista a quase homogeneidade na forma como se apresentam essas narrativas, o que poderia acenar para a tese da existência de um “exército de reserva”. Conquanto não nos pareça descabida essa consideração, ao menos como metáfora, ela induz uma leitura que obscurece pequenas diferenças sobre o modo como essas populações organizam suas estratégias de vida. No relato de Zerramos, fica evidente uma pequena mudança na trajetória de vida dos seus pais. “Zerramos” mora no sertão sergipano, onde não há cana-de-açúcar. Não se sabe ao certo se seus pais herdaram uma pequena propriedade e depois a ampliaram, ou se, de fato, conseguiram comprá-la. Mas ela alcança quarenta tarefas<sup>12</sup> de terra. O principal produto cultivado nessa propriedade é o milho, tradicional na região. Assim, uma parte da renda dos filhos que ainda estavam em casa é destinada à manutenção dessa lavoura, o que mostra como os indivíduos equacionam suas estratégias de reprodução em razão da atividade econômica considerada prioritária por eles. O trabalho externo dos membros dessa família, em outros setores de atividade, é regulado, por

exemplo, em razão do sucesso ou infortúnio daquela lavoura.

Além disso, dão prova da manutenção de um conhecido fluxo migratório: são sertanejos que migram para o corte da cana. São os “corumbas”, nos termos do já clássico estudo de Sigaud (1979). A análise de suas trajetórias laborais indica que alguns têm, no corte da cana, uma atividade subsidiária à agricultura que mantêm. Para esses, é o resultado dessa safra que regula o deslocamento, como no caso de Romeu, que possui uma pequena propriedade de terra onde cria alguns animais. Nossa conversa ocorreu justamente nessa pequena propriedade. Ele havia chegado do corte da cana na usina em que trabalhava e me contou que, sempre que sobra algum tempo, se dedica a cuidar da propriedade. Foi além, pois vejam o que ele me disse no momento em que conversávamos sobre seu dia de trabalho:

Entrevistador – Quem não tira a média, a usina bota para fora?

– Não, não. Aí só bota no período em que o cara tiver fichado, sabe. Mas, nesse caso que eu estou, eu estou provisório, não estou fichado. *Eu estou com uns documento enjeitado aí para me aposentar. Aí eu não posso fichar, sabe? Aí eu trabalho provisório. E tem uma porção provisório.*

Entrevistador – Mas foi você quem quis assim?

– Porque tá recebendo um seguro, sabe?

Entrevistador – E a usina permite?

– Rapaz, eles têm medo, tem e não tem, porque não tá ligando, né. *E o povo quer.* (grifo nosso)

É evidente o caráter precário e degradante dessa condição de trabalho. Todavia, no esforço por esmiuçar os significados contidos nessa passagem, depreende-se também um pequeno cálculo realizado pelo indivíduo. Uma vez que a usina faz uso de trabalhadores sem carteira assinada, portanto, um ilícito trabalhista, ele “aceita” esse tipo de situação ocupacional com um objetivo específico: aposentar-se como trabalhador rural. “Falsa consciência?” Ao que penso, isso evidencia, antes, a capacidade de *agência* do indivíduo para lidar com uma si-

<sup>11</sup> Os nomes doravante empregados são fictícios, para preservar o anonimato dos informantes.

<sup>12</sup> Tarefa é uma unidade de medida que varia em diferentes estados; em Sergipe ela equivale a 3.052m<sup>2</sup>.

tuação que, de fato, é precária. O cálculo é feito por considerar que cinco anos a menos de trabalho são muito importantes para ele. Veja que, em seguida, ele revela que está recebendo seguro-desemprego; portanto, ainda tem a possibilidade de acumular momentaneamente duas fontes de renda.

Por fim, termina dizendo que “o povo quer”. Em termos sociológicos, sublinhar esse aspecto revela como essa teia de ações dá corpo a resultados diferentes, que não se resumem apenas à condição de uma suposta passividade dessas populações em relação à sua condição de trabalho, nem ao imobilismo frente às suas condições de vida. Ao mesmo tempo, adotar a hipótese contida na tese da “proletarização” da população campestre, a exemplo do que sugerira D’Incao (1984) nos anos oitenta, seria reduzir os termos do debate, ao não se considerar o modo como se estruturam as estratégias de sobrevivência dos indivíduos. O antigo suposto de populações passíveis de “proletarização” requeria operar com a dualidade “rural” *versus* “urbano”, considerando o assalariamento um fenômeno exógeno àquelas “comunidades”. Os atuais achados sugerem que a migração, por exemplo, pode servir tanto para reforçar a manutenção de sua condição de “assalariado”, acentuando a segurança proporcionada pelos benefícios da Carteira de Trabalho “assinada”, quanto para acumular recursos para outras atividades, a exemplo do cultivo de uma pequena roça.

Nesse contexto, não é de se estranhar que a iniciação no trabalho ocorra já desde o início da adolescência.

É desde cedo, nesse tempo não registrava carteira. Qualquer criança com idade de doze, treze anos já cortava cana.

Entrevistador – Mas você começou a trabalhar ajudando seu pai?

– Não, trabalhava eu e um irmão meu. Meu irmão mais velho.

Entrevistador – Com seu pai?

– Não, trabalhava só nós dois.

Entrevistador – Isso com quantos anos?

– Com doze anos de idade.

Entrevistador – E já trabalhava cortando cana?

– Com cana, doze anos de idade! A gente não chegamos nem a estudar! Não tinha como... A gente saímos da escola para trabalhar com cana. Só cana até hoje!

Entrevistador – Mas foi seu pai que incentivou vocês a trabalhar, ou foi vocês que decidiram?

– Ele falava assim: ‘Meu fio, vocês é os dois menino que já tá mais crescido, eu com muito filho’. Nesse tempo a coisa era mais difícil. ‘Rapaz, vocês vão trabalhar, eu vou conversar com o feitorzinho ali do Cafuz (antigo engenho)’. Aí arranhou um serviço para a gente lá, a gente foi trabalhar. Aí a gente tava estudando, saímos da escola para trabalhar, porque o negócio é difícil né? (Eufrásio, 47 anos)

No excerto acima, percebe-se como a mão de obra das crianças vai sendo requisitada como complemento da renda familiar, seja em atividade própria ou externa. Mas esse processo obedece a um escalonamento: os mais novos acabam sendo preteridos em detrimento dos mais velhos. Na comparação com as idades apontadas como momento do início do trabalho, chamo a atenção para a demarcação simbólica da idade. Ela não parece obedecer a uma ordem cronológica que fixa uma determinada idade como indicador da aptidão ao trabalho. Ao invés, o que se tem é uma demarcação que associa a força física ao conhecimento das atividades requeridas na roça. Trata-se, portanto, de uma representação simbólica em torno do momento tido como propício ao início das atividades laborais. Ser “mais novo” ou “mais velho”, nesse modo de escalonar o tempo, significa já ser considerado apto ao trabalho.

Há ainda outro marcador simbólico associado ao trabalho que nos leva a percebê-lo como um ritual de passagem para um suposto “amadurecimento”. Nesse sentido, fazer-se “homem” passa pelo trabalho. Sobre esse ponto, as narrativas sugerem, em diferentes passagens, a constituição de uma ética do “bom trabalhador”. Com razão, esse é um marcador identitário associado ao trabalho cujos efeitos transbordam para espaços extratrabalho. Ele é o cimento que reforça vínculos entre os indiví-

duos e seus grupos de pertencimento, seja na comunidade ou no trabalho, como nos diz Wortmann (1990). Se, no varejo, em sua dimensão imediata, essa atividade laboral retira significado, no atacado, como trabalho em sentido mais amplo, forja-se a imagem do “bom trabalhador”. Com o passar das narrativas, essa ética ficará ainda mais evidente, pois será fraseada como compromisso de “retidão”, de “honestidade”, de “honradez” e de “merecimento”.

A família mostrou-se uma variável que exerce um peso considerável nas ações dos indivíduos. Ela se transforma em eixo que orienta e ampara a trajetória dos cortadores de cana. Aliás, o mais das vezes, as ações decorrem de uma conjunção com as estratégias familiares. Por vezes, em sua narrativa, o indivíduo apresenta sua trajetória de vida como refém de imperativos inegociáveis face à necessidade de sobrevivência. Com isso, deixa transparecer certo descaso, como se decisões importantes – a exemplo de como e quando migrar – fossem tomadas sem nenhum planejamento. No entanto, à medida que a conversa flui e se passa a focalizar outros aspectos de sua vida, eis que surge uma rede complexa de elementos sobre os quais as decisões são tomadas.

Entrevistador – Você conversa com a família sobre onde vai trabalhar? Com quem você conversa?

– Eu boto na mente e vou. Eu converso, eu digo, até hoje eu digo. Nois conversa tudo. Eu nunca levei ela (a esposa), sabe? Nois tem sete meses de casado.

Entrevistador – Em outra viagem que você for ela vai querer ir?

– Ela só veve me cobrando. Agora eu só levo ela assim sabe, chegar lá, passar uns dois meses, ver o movimento do lugar, porque eu não quero chegar lá, ver ela... Não, eu quero dar uma vida diferente, sabe? Eu não quero ver ela sofrendo nem nada.

Entrevistador – Não quer que ela se empregue nas usinas?

– Não, quero essa vida para ela não! Eu boto ‘pocando’ aí já para arrumar as coisas dela, a minha... (Américo, 23 anos)

Também não é outro o significado da maneira como se estruturam as relações fami-

liares em face das decisões tomadas a respeito do trabalho, no caso de Américo. Interessa-me, sobretudo, o arco de considerações a respeito do sentido de suas ações, que exprime clara influência da situação de “casado”. Ao interromper a nomeação de uma situação que Américo não considera digna para a sua esposa – “*porque eu não quero chegar lá, ver ela...*” –, mas que ele conhece bem, eis que surge a forma de minorar tal situação: “*Eu boto ‘pocando’ aí já para arrumar as coisas dela, a minha...*”. O lastro que sustenta suas decisões vai na contramão do que parece sugerir o argumento que faz alusão a uma simples e direta “captura da subjetividade” desses sujeitos. Não é sem atri-tos que opera o receituário das empresas em busca de envolvimento do trabalhador.

Dissolver a representação feita pelos próprios indivíduos a respeito dos sentidos atribuídos às suas ações, julgando-as como tendo menor valor analítico, constitui uma armadilha metodológica. Ao contrário, quando invertemos os termos da relação na análise das formas de (re) produção social, encontramos, justamente, o elemento que pretendo sublinhar: a atribuição de significados diversos. É através deles que podemos observar os pequenos agenciamentos, a capacidade de dar uma orientação diversa ao que prevê o contexto social. Como nos lembra Marche (2012), sobretudo em contextos onde é dificultado o acesso às instâncias públicas de contestação, levar a sério a vida cotidiana, em sua dimensão infra-política, é outro modo de compreender como as experiências subjetivas dos atores pesam em mobilizações coletivas. Parece-me legítimo supor que pode haver um desnivelamento entre estruturas objetivas e práticas sociais.<sup>13</sup>

Encontro amparo nessa formulação em

<sup>13</sup> Nesse veio, descortina-se um fértil campo de investimentos analíticos, que indaga a dinâmica de atualização, ou rejeição, dos conteúdos disposicionais adquiridos e que se manifestam nas práticas sociais dos sujeitos, em alusão ao suposto bourdieusiano de atuação do *habitus*. Processos de socialização podem fornecer orientações normativas diversas, e mesmo contraditórias. Assim, comportamentos idênticos podem ter sido concebidos em circunstâncias heterogêneas, e o inverso é igualmente verdadeiro (Cf. Barth, 1981).

outros instigantes trabalhos que me antecederam e que procuraram apreender as estratégias construídas pelos indivíduos, famílias e grupos no enfrentamento das situações de trabalho, na decisão de migrar e (ou) nas formas de resistência, a exemplo de Sigaud (1996), Scott (1985) e Menezes (2011).

Em outras ocasiões, especialmente na entressafra, podem variar bastante os recursos mobilizados para enfrentar a instabilidade ocupacional no corte de cana, tornando-se esse um momento privilegiado de observação, mormente acerca dos sentidos atribuídos e dos artifícios mobilizados para lidar com as situações adversas.

Entrevistador – No período da entressafra da cana, o que você faz? Em que trabalha?

– Não, eu ‘tomo uma fuga’.

Entrevistador – Tomar fuga é dar um descanso?

– É. Pegar quatro, cinco meses. Se eu pegar seguro agora, eu vou passar quatro, cinco meses só lá, trabalhando na diária aqui, acolá.

Entrevistador – Na safra passada você fez isso?

– Em 2011, dia 10 de novembro, eu cheguei de Goiás. Daí não tinha seguro nem nada, daí eu gastei o dinheiro todinho na casa. Daí, 2012 já trabalhei quarenta dias na Guaxuma (usina em Alagoas), terminou em fevereiro lá. Daí pra lá, só fuga mesmo. Sete meses sossegado até começar aqui (em Sergipe).

Entrevistador – Então você não se preocupa em encarrilhar uma safra com a outra?

– Nada! Eu não penso nisso não. A vista de quem tem dez, quinze anos (que nem meu pai mesmo que tem mais de vinte anos de cana). Eu tô ligado mais ou menos como é. Porque seis meses de cana né fácil não! Quatro hora da manhã todo dia aí, botar comida ali na marmita... Aff! É rojão!

Entrevistador – Se não tirar o seguro é mais difícil?

– Nosso medo aqui tá sendo esse. Porque só vai fazer cinco meses dia oito, aí se ela não completar, nois tamo arrumado... Daí a chance de viajar é essa. (Américo, 23 anos)

Vê-se que, para enfrentar a instabilidade do emprego, os trabalhadores recorrem a estratégias diversas, não apenas no afã de manter alguma renda, como no esforço para recompor-se, preparar-se para o “rojão” do corte da cana.

O recebimento do seguro-desemprego é, certamente, um norteador de condutas. Se, por um lado, as condições que tornam o trabalhador elegível para requerer assistência financeira nem sempre são atendidas, por outro, uma vez usuário de tal benefício, ele busca complementar a renda com trabalhos sem carteira assinada. Eis que surge o “bico”, o trabalho na diária e o trabalho para “fornecedores”, ou usinas que aceitam o empregado sem carteira assinada, como foi mencionado em outras entrevistas. A ausência de uma forma de proteção social mais abrangente, que minimize os efeitos da sazonalidade do trabalho na safra, motiva-os a buscar formas geralmente precárias de inserção ocupacional. A vivência dessa incerteza transparece no discurso dos indivíduos que, por sua vez, já pautam suas vidas em razão da variação na renda. Daí porque “tomar uma fuga” assume, no léxico dos trabalhadores, um significado de intervalo para o descanso do corpo. Fazer seguidas safras, mesmo que isso seja desejado, traz o ônus do extremo desgaste físico e mental, cujo horizonte é a morte ou a invalidez. Percebe-se, com os relatos, que essa informação não é desprezada pelos trabalhadores.

Não é de se estranhar que um tipo de trabalho sempre associado à condição de precariedade e a situações de extremo desgaste físico e mental assumam uma imagem extremamente negativa, mesmo para os cortadores de cana. Os vários relatos deixam avistar uma espécie de negação do trabalho, no sentido de que ele não seria fonte provedora de significados positivos para a vida dos indivíduos. Todavia, quando procuramos sondar os sentidos que permeiam essa prática de trabalho, o que se percebe é que existem outras imagens concorrentes atribuídas pelos indivíduos, as quais variam em decorrência de fatores tais como idade, tempo de trabalho, objetivos de vida, apenas para citar os mais palpantes.

Como sugeri, a ideia da negatividade do trabalho no corte da cana é sentida no discurso dos entrevistados. A representação de seu

trabalho está sempre associada a adjetivos tais como pesado, cansativo, ou ainda a expressões como “coisa de doido”, de “desmantelado”, entre outras. Ademais, e esse é um aspecto de extrema importância, eles próprios não se veem como “cortadores de cana”, no sentido de reconhecer essa atividade como uma “profissão”, nem como “migrantes”. Ao contrário, costumam afirmar que não possuem uma “profissão”, seja em razão da ausência de formação escolar, seja por reconhecerem como sua outra profissão que exerceram em algum momento de suas vidas. Qualquer que seja o motivo, nele se entrevê um forte indício de que a atividade atual que exercem não propicia elementos simbólicos positivos ao sabor dos quais se estrutura um eixo para aflorar uma identidade de trabalho. O trabalho, ao invés de conferir reconhecimento, retira-o.

Entrevistador – Quando perguntam a sua profissão, o que você diz?

– Olha, minha profissão mesmo que eu tenho em minha carteira é padeiro. Chego no lugar, minha profissão é padeiro. ‘Hoje você tá fazendo o que?’ Sou cortador de cana. E eu não tenho vergonha. O pessoal diz: ‘É mesmo?’ Eu digo: olhe para minhas mãos [momento em que ele mostra as mãos calejadas]. (Justino, 28 anos)

Por certo, uma identidade profissional não se deixa flagrar facilmente através de uma pergunta assim formulada, que almeja ir direto ao ponto. Todavia, decidi incluí-la para perceber a reação de meus informantes. Até porque não seria essa a primeira vez em que eles teriam sido convidados a respondê-la, já que a pergunta está presente em questionários padronizados para obtenção de crédito, para abertura de conta em banco, em formulários para acesso a programas do governo; ou seja, ela faz (ou fez) parte, em algum momento, da vida dessas pessoas.

Ademais, além de um possível problema semântico com o significado da palavra profissão<sup>14</sup> – que de fato existe –, estou supondo ha-

ver um ato intencional dos sujeitos em transmitir outra identidade, o que se manifesta em outros momentos da entrevista.

A linguagem constitui um espaço capaz de significar ou ressignificar os sentidos atribuídos à profissão – mas não somente a ela –, que, em geral, são negativos. Há um desafio sempre presente que remete à necessidade de sondar os significados conferidos a determinadas formas de expressão, sejam elas verbalizadas ou não (Cf. Santos Jr., 2013). Isso confere musculatura ao tipo de abordagem que desenvolvo, calcada na observação da percepção dos indivíduos, de maneira a refletir os elementos simbólicos que fundamentam o sentido da ação social.

Aqui também está o caráter contingente, ou multifacetado, de um modo particular de representação identitária (Dubar, 2005; Strauss, 1999). Ora, a mediação dos indivíduos face à imagem aparentemente negativa do trabalho expressa algum grau de *reflexividade*, que não se resume ao simples assentimento. Essa *reflexividade* irá diluir a negatividade por meio do recurso a elementos outros, oriundos de outros marcadores identitários e mais associados seja ao que advém dos resultados do trabalho, seja ao compromisso de ser um trabalhador “honrado”. Assim, antes de identificar uma identidade, haveria um processo de negociação identitária que descortina a trama de interesses que mobilizam as ações dos indivíduos.

O efeito deletério dessa imagem associada ao trabalho que realizam se vincula a outro motivo presente no discurso dos indivíduos para justificar seu engajamento no corte da cana: a dimensão financeira. Eles são, por esse raciocínio, motivados a trabalhar no corte em razão do salário, da carteira assinada, o que constitui um benefício, quando comparado com as outras oportunidades de trabalho disponíveis na região

locais de trabalho, um quadro de hierarquia, competências e funções, essa dimensão profissional da identidade parece-me pouco efetiva como elemento de organização do significado e como motor de orientação a pautar a conduta dos indivíduos. Por isso mesmo, recorri ao conceito de identidades de trabalho como uma categoria de maior valor heurístico, por sua capacidade de melhor abarcar as especificidades dessa prática laboral.

<sup>14</sup> Embora formalmente constituída como uma profissão, institucionalizada e que, por isso mesmo, contempla, nos

em que vivem. Sem esquecer, insisto que essas ações são tomadas em um contexto social carente de mecanismos de ancoragem social.

A manipulação dessa narrativa por parte do sujeito perfaz, como ordenação da atribuição de sentido às suas ações, um intenso jogo identitário. Decorre dessas narrativas uma imagem (ou imagens) que se pretende transmitir conscientemente ou não. Por seu turno, para revelá-la, é preciso recorrer às situações de interação, ou seja, o contexto da interação social cria a expectativa de comportamento, e o indivíduo a levará em consideração em sua ação.

Por razão semelhante, já o afirmara Menezes (2000), ao se questionar sobre um tipo de abordagem que reduz a representação identitária dos trabalhadores camponeses a um suposto imobilismo e passividade, ou, no polo contrário, tomando-os como rebeldes. Em seu estudo com trabalhadores migrantes da região da Mata Seca em Pernambuco, ela constata que as estratégias de ação – com relação à decisão de migrar, de mover uma ação trabalhista contra a usina, ou mesmo de deixar a usina – comportam algum cálculo de tomada de posição. Para Menezes (2000), mesmo a aceitação de situações que aparentemente indicam passividade precisa ser entendida dentro do conjunto de possibilidades naquele contexto. As decisões dos trabalhadores são feitas de modo ativo, como escolhas, variando conforme o leque das oportunidades que se apresentam naquele momento e conforme sua trajetória laboral e familiar.

A linguagem surge, então, como uma pista para sondar a atribuição de significados feita pelos trabalhadores às suas condições de vida e trabalho. O trabalho no corte da cana se apresenta esvaziado de significados “positivos”. É o trabalho que, de alguma forma, deve ser escondido, mascarado, negado... Donde a experiência subjetiva assume o signo do sofrimento, do eminente desenraizamento físico e social, da exploração. É o que ocorre quando pergunto sobre como é trabalhar no corte de cana. Vejamos.

– Ah, é puxado... O ruim é a saudade, sabe? É quinze dias, um mês... É puxado, cansa. Mas depois o cara se acostuma, já era. O ruim é os primeiros dia. Tanto para o cara novato que nunca cortou... O ano que eu mais sofri na minha vida foi lá em São Paulo. Aí eu vi o ‘cão chupando manga’, viu!?

Entrevistador – Sofreu por quê?

– Eu sofri de saudade e também não tinha costume. Até a mulher lá da minha rua disse: ‘Vá não, você vai voltar no outro dia’. Aí eu disse: ‘Apois, eu vou mostrar a você que eu não vou voltar no outro dia’. *Porque quando eu tava lá na cana e lembrava do sofrimento que é no meu lugar, sem trabalhar nem nada... Ah! Eu não penso isso para minha vida não. Vou sofrer aqui, mas eu vou levar um dinheirinho para casa. Todo mês eu mandava dinheiro para minha família.* (Américo, 23 anos, grifo nosso)

Mas, persevero, o sofrimento e a exploração não se reproduzem automaticamente sobre um ser inerte. Essas dimensões também são zonas de conflito e disputa. As ações dos indivíduos são parte nesse processo. Veja que “Américo”, no segundo excerto, aponta para uma fonte motivadora externa. Ele diz: “*Vou sofrer aqui, mas eu vou levar um dinheirinho para casa*”. Tem-se, aqui, um mecanismo que lhe permite atribuir significado à sua conduta frente a um trabalho aparentemente desprovido de valor positivo. Em termos sociológicos, o trabalho se torna, com isso, uma zona intermediária para os objetivos que são aludidos como tendo maior significado na vida dos indivíduos. Por essa via, negá-lo – de referência à identidade negada – representa um modo ativo de reagir às situações de exploração a que estão submetidos. Por essa mesma chave, pode-se entender por que outros símbolos de *status* – a exemplo da moto, da carteira de motorista, da casa etc. – não são meros “fetiches” de consumo. Eles representam o momento de afirmação dos indivíduos perante a comunidade, a devolução da imagem com a qual eles almejam ser reconhecidos, seja como “camponês”, seja como “assalariado”.

Em outas aspectos, tais como os significados atribuídos ao ato de migrar, também encontrei elementos que permitem afirmar quão

diversa podem ser as estratégias de enfrentamento e sobrevivência (física e ocupacional) nesse tipo de trabalho. Assim, a profusão de vínculos feitos e refeitos ao longo da trajetória ocupacional desses trabalhadores dá o tom à dinâmica desse mercado de trabalho, com impactos na maneira como se formam as estratégias de manutenção dos vínculos, na forma como as famílias se estruturam, nos fluxos migratórios e nas formas de representação coletiva.

A inserção de Sergipe como demandante e ofertante de emprego no setor alterou circuitos migratórios regionais, especialmente com os estados vizinhos, Bahia e Alagoas. O que também vale para o caso do trânsito entre o Nordeste e o Sudeste, esse mais volumoso.

O fluxo migratório de trabalhadores sergipanos que se dirigem para o corte da cana em São Paulo apresenta alguma semelhança com outros contextos de migração, em outros estados. Nele, assumem grande importância as redes sociais. É por elas que irão passar as informações acerca das oportunidades de trabalho, do acolhimento e apresentação do trabalhador-migrante nas cidades de destino, configurando, assim, um circuito confiável que outros poderão fazer, aspecto também ressaltado por Fontes (2008). A decisão de migrar é, como se vê, equacionada pelos indivíduos em razão de suas estratégias de vida, ainda que, no percurso, por vezes, ela assuma uma narrativa de “aventura” rumo ao desconhecido.

Entrevistador – Já migrou para outro estado?

– Sim, para São Paulo. Eu passei 10 meses em 2009, que foi na Moema [usina], em Orindiúva, e passei nove meses, que foi o ano passado, em Ibaté, na Zanin [usina]. Duas safras. Que a safra lá é longa, né?

Entrevistador – E como foi a contratação?

– A primeira que eu fui, em 2009, foi um rapaz que veio de lá para cá, enviado pela usina mesmo para aqui para Sergipe, Capela. Que ele era daqui de Capela. Ele foi daqui para lá, muito tempo, aí trabalhou na usina, virou cabo, de cabo foi para fiscal. Aí a usina enviou ele para aqui, para ele procurar o pessoal para ir para lá. Arrumar quatrocentas pessoas aqui. Aí ele arrumou, foi quatro ônibus que foi

daqui para lá. Não chegou a quatrocentos não, foi trezentas e poucas pessoas daqui da região, entre Capela, Dores, Siriri. Todo lugar aqui ele foi procurando gente, foi se juntando e foi. A usina mandou o ônibus. Assim que ele arrumou o pessoal, mandou o pessoal de lá para cá para fichar, para sair daqui já fichado. Mandou ticket alimentação para nós ir na viagem.

Entrevistador – E depois, a outra viagem?

Aí eu voltei, trabalhei 2010 aqui (em Sergipe). Aí um colega meu ligou: ‘Ihe, a usina aqui em Ibaté é uma usina boa. Dá para ganhar dinheiro’.

Entrevistador – Um colega seu de lá?

– Não, é daqui mesmo, só que tava lá. ‘Quer vim? Você topa vim para cá?’ Eu disse: ‘Topo’. *Eu tava casado, tinha pouco tempo, tava precisando juntar um dinheiro para mim construir uma casa, uma coisa assim ne? Tinha comprado uma moto, porque assim que eu cheguei de lá, em 2009, eu juntei um dinheiro, comprei uma Bros. Aí eu digo: ‘Vou terminar de pagar ela’. Conversei com minha esposa, aí ela: ‘Se você acha que é melhor para ganhar mais um dinheirinho, vamos’.* Daí eu fui para lá, passei dois meses. Daí eu pedi para ela ir para lá, aí ela foi. Dessa vez, não foi alojamento, aí eu fui por minha conta. Eu nem sabia se quando chegasse lá eu ia conseguir vaga. Paguei ônibus, fui sozinho, cheguei lá conversei com esse colega meu que já tinha falado, fiquei com ele lá morando uma semana na casa dele. Aí ele disse: ‘Vamos lá na casa do rapaz?’ Aí fomos, conversei com o turmeiro lá. Aí ele disse: ‘Vou mandar sua carteira para a usina’. Aí ele viu a indicação, ne? Que eu era uma pessoa trabalhadeira, aí ele viu também a carteira. *Pela quantidade de ficha. Se tiver umas ficha boa, aí vale a pena pegar a pessoa.*

Entrevistador – O que é quantidade de ficha, é a experiência?

– É, é experiência. Aí a usina aceitou. Aí com cinco meses que eu tava lá eu chamei ela. Aí já tinha alugado uma casinha, tava eu e um colega meu. *A gente conseguiu vaga para mais uns colega daqui, aí foi mais três, aí ficou os quatro numa casa lá. Eu fiquei sozinho com minha esposa. Isso em 2011. Aí a usina pagava bem, dava cesta básica, você tinha uma cesta básica, dava para passar um mês a cesta básica.*

Entrevistador – Você não quis ficar lá para a próxima safra?

– Não, porque o que eu combinei com a minha esposa foi aquilo: *se eu conseguir juntar um dinheiro para construir minha casa, que ainda estou construindo, e conseguir tirar minha habilitação.* Aí o

tempo que eu fiquei lá, eu fui para uma autoescola [...].Aí, quando a safra acabou, o rapaz perguntou: 'Você quer ficar ou quer ir embora?' Eu digo: 'Não, eu quero ir embora'. Já tava com saudade já da minha família, já tinha mandado minha esposa ir embora. Aí recebi cinco meses de seguro, fiquei três meses parado sem trabalho, foi quando a Taquari chamou, aí fui para lá. (Josino, 27 anos, grifo nosso)

Essa longa narrativa dá provas da complexidade dos circuitos migratórios que são, à primeira vista, erráticos.<sup>15</sup> Nesse exemplo, vemos que a decisão de migrar foi equacionada em família, além de ocorrer por intermédio de uma pessoa da comunidade, portanto, já conhecida. Na sua segunda viagem, já existem novos objetivos e a expectativa de auferir alguma poupança. Portanto, as estratégias de permanência vão sendo tecidas em razão das necessidades de sobrevivência. Assim, se a esposa for, é necessário encontrar emprego. Usualmente, já existe algum conhecido que pode fazer essa intermediação com as oportunidades de emprego na região. O mesmo vale para os períodos de entressafra: se estiver solteiro ou tiver deixado a família no local de origem, a probabilidade de retorno aumenta. Em outros casos, essa volta pode implicar custo desnecessário e dificuldade de manutenção, na ausência de oportunidades de emprego.

Essa forma de abordar a questão dos circuitos migratórios, que aqui são vistos como processos sociais, privilegiando-se a perspectiva que os indivíduos têm acerca deles, elege como grande desafio captar a forma como cada decisão é equacionada. O momento da partida ou do retorno se insere nas estratégias de vida dos indivíduos e é dependente de variáveis como o ciclo de vida, a situação civil, o planejamento financeiro. Não se trata, portanto, de um movimento irrefletido, sob o signo compulsório da exploração a que estão submetidos.

<sup>15</sup> Como o fluxo é sazonal, as bases de dados disponíveis tais como a PNAD e Censo, com cortes transversais, não nos permite flagrar o real dimensionamento desse trânsito de mão de obra. Para o caso da RAIS, existe a possibilidade de usar a RAIS Migra, que permite um corte longitudinal capaz de informar as trajetórias ocupacionais de cada trabalhador registrado no setor, descortinando novas possibilidades de investimentos analíticos.

Esse argumento está na raiz de análises clássicas, como as de Palmeira e Almeida (1977) e Martins (1986), entre outros que se recusam a interpretar o movimento migratório em apenas uma direção, seja pelo prisma dos fatores estruturais, seja pela suposição de que haja uma homogeneidade nos objetivos dos que migram.

Dessa forma, na existência de uma oportunidade de trabalho mais próxima do local de residência do trabalhador, para onde ele possa retornar uma vez ao mês, ainda que a renda auferida seja menor, ele tende a priorizar essa oportunidade ocupacional. Há bons motivos para crer que os circuitos regionais de migração, as políticas públicas de sedentarização dessa mão de obra, o incremento da mecanização da colheita, entre outros fatores, estão alterando o mapa das migrações para o Centro-Sul, o que ainda requer maiores investimentos analíticos. A possibilidade do emprego a curta distância reduz os riscos da viagem, possibilita manter o vínculo com a família e, talvez esse seja o aspecto mais importante: abre espaço para o desenvolvimento de outras estratégias de sobrevivência fora da atividade do corte da cana, seja um plano para a mudança de setor de atividade, seja a manutenção de pequena roça de onde provém o sustento.

Se a narrativa biográfica proposta pelo pesquisador e levada a cabo pelos sujeitos entrevistados é uma via de mão dupla, no sentido de que o ordenamento dos fatos é o resultado de um processo de edição de ambas as partes, ela é também uma importante ferramenta na análise do modo como se constituem as identidades. Como vimos, o caráter peculiar que assume a organização da vida, nas etapas que antecedem o ingresso no corte da cana, dá provas de uma característica que irá marcar os demais momentos, qual seja, a ambivalência. É assim que, a despeito da precariedade das condições de vida, o que poderia induzir a uma leitura cujo final já se conhece de antemão, os indivíduos mobilizam os recursos disponíveis de modo a oportunizar a condição que lhe pareça mais favorável. Essa capacidade de *agência* ex-

pressa, por assim dizer, alguma capacidade de cálculo nas decisões que vão sendo tomadas ao longo da caminhada. Compreendê-las requer que saíamos da binaridade que supõe existir uma divisão drástica entre um modo de vida rural e outro urbano. O que não implica dizer que não haja distinções que demarquem diferenças a esse respeito. Assim, o caráter ambivalente do modo como se entrecruzam elementos nomeadamente “urbanos”, a exemplo do assalariamento, e outros mais próprios à reprodução da “condição camponesa”, como a manutenção de uma pequena roça de subsistência, parece marcar o quadro social dessas populações.

Nesse contexto, as identidades que emergem são, pela mesma razão, também ambivalentes. Se elas representam uma demarcação entre o “eu” e os “outros”, é a mecânica dessa distinção que informa como agem os indivíduos. Com isso, ainda que a migração favoreça o “desenraizamento” dos trabalhadores, ela também nutre diferentes experiências de trabalho que lhes permite uma visão de perspectiva na comparação com realidades distintas. É o momento em que nasce a percepção de injustiça, catalizadora de ações coletivas. Essas, por seu turno, na maioria dos casos, assumem uma forma ligeiramente distinta do conflito aberto, com atores pronunciados em primeira pessoa. Ao contrário, há um hiato entre a aparente aquiescência e a contestação das situações que marcam o trabalho no corte da cana, que se resolve quando se descortina a miríade das pequenas ações de resistência. É aqui também que se enraíza a o recurso a uma identidade de trabalho “negada”. Como havia dito, o que se recusa é a face precária do trabalho. Não por desconhecê-la, mas porque ela não confere aos trabalhadores o reconhecimento preterido. Esvaziado de sentido positivo, não sendo o trabalho no corte da cana reconhecido como “profissão”, os indivíduos se afirmam em outro eixo: através dos elementos advindos de sua “condição de assalariado”, especialmente os bens materiais adquiridos com a sua renda e valorizados na comunidade em que vivem.

Ao fim e ao cabo, cabe ainda ressaltar que o recurso à linguagem dos direitos também é devedor da forma como se percebe e como se estrutura o conflito. Por conseguinte, não é a gradação entre um maior ou menor conhecimento dos direitos que informa a maneira como eles serão mobilizados a seu favor, mas o conteúdo das relações sociais que se estabelecem em cada contexto e que se assenta em elementos outros, a exemplo da honra, da reciprocidade, só para citar os mais recorrentes.

## APONTAMENTOS À GUIA DE CONCLUSÃO

Decerto que isso não esgota o leque de questões que nos ajudam a entender a complexa trama sobre como se constroem identidades a partir da experiência do trabalho e, através desse processo, compreender os agenciamentos que são feitos pelos sujeitos no afã de interpretar a realidade que os circunda. O ir e vir das formas de nominar as práticas de trabalho, que carrega uma pretensão de ação, mas que também se deixa influir em razão do contexto, traz a marca das disputas sobre diferentes narrativas e práticas dos sujeitos, que emergem de forma variada e por caminhos diversos. Como disse um dos entrevistados ao falar sobre o processo, sempre obscuro, de aferição da produtividade dos trabalhadores: “*com toda sabedoria deles aí, né?!*”. Deveríamos desprezar esse “senso comum” que encampa uma rede de resistências contra os desmandos dos patrões? Ainda que isso signifique operar na margem do possível?

Ainda nesse registro, já há um aporte considerável de literatura a respeito do modo como se estabelece a dramaturgia das resistências miúdas, que eventualmente emergem como manifestações coletivas, mas não raro contestam os meios usuais de protesto via mobilização sindical (Cf. Menezes; Cover, 2016), o que sugere a fertilidade analítica de se trabalhar na contraposição entre formas de dominação e modos de resistência.

Nessa forma de argumentar há, por certo, um aparente jogo de escalas. No entanto, a meu juízo, não se trata de ceder à vertigem do individual, do que seria excepcional. Ao invés, o esforço constitutivo foi o de buscar diferentes meios de formalização causal dos fenômenos sociais aqui analisados. É nesse veio que flui ampla literatura, em termos de teoria social, que vem enfrentando o desafio de recompor a equação elementar da tradição sociológica no que tange à relação entre *estrutura* e *agência*, como sugerem Veráne e Vandenberghe (2016) e Lahire (2001). Aqui, vimos como práticas sociais atualizam formas diversas de (re) produção social, o que significa dizer que há aceitação, mas também rejeição de elementos presentes em processos de socialização dos quais os sujeitos são partícipes.

De igual modo, à luz das transformações recentes nas relações econômicas e de trabalho no campo, não parece interessante seguir formulando novas questões de análise a partir do pressuposto contido na separação entre um modo de vida rural e um modo de vida urbano. Mesmo supondo que a lógica da racionalidade urbana avance sobre o campo, levando consigo uma mudança na gestão da atividade econômica e nos usos do trabalho, esse processo não é isento de atritos e fissuras. Ao invés, em lugar da suposta diluição das diferenças, esse processo pode ocasionar justamente o oposto, reforçar identidades assentadas no pertencimento a uma localidade, cuja compreensão depende menos de uma ideia de “ruralidade”, que se apega a critérios descritivos, e mais ao modo como se combinam os interesses dos indivíduos e grupos na relação com o contexto e com suas trajetórias de vida, como já havia sugerido Carneiro (1998) e Menezes e Malagodi (2009).

Ao fim e ao cabo, a capacidade para agir de outro modo revela que as ações dos indivíduos não são meros reflexos das estruturas em que estão inseridos. O esforço de abordagens como essa à qual recorri tem como alvo os processos que empoderam, esclarecem e auxiliam os indivíduos a tomar decisões. Se

pudermos falar em “estruturas profundas” (Lévi-Strauss, 1978) e o seu efeito duradouro no conteúdo disposicional dos indivíduos, parece válido supor também que a contingência da vida cotidiana deixa divisar o que os motiva a investir, ou resistir, às diferentes experiências recebidas do quadro social mais amplo em que vivem e trabalham. Para que tomemos um caso como exemplo, a gestão dos rendimentos auferidos no corte da cana não parece decorrer de um simples acoplamento a uma lógica que os induz a produzir cada vez mais,<sup>16</sup> uma vez que imperativos outros — cabendo mencionar a vida familiar, a necessidade de “tomar uma fuga”<sup>17</sup> e a manutenção de uma atividade econômica subsidiária na pequena lavoura — expõem lógicas muitas vezes conflitantes com aquela orientação. É nessa câmara escura das escolhas e formas de se posicionar frente aos desafios da sobrevivência que se pode encontrar a dinâmica desses agenciamentos.

Recebido para publicação em 27 de setembro 2016  
Recebido em 19 de maio de 2018

## REFERÊNCIAS

ALEXANDER, J. O novo movimento teórico. *Revista brasileira de Ciências sociais*, v. 2, n. 4, p. 5-28, jun. 1987. Disponível em: <[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_04/rbcs04\\_01.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_04/rbcs04_01.htm)>. Acesso em: 10 out. 2014.

ALMEIDA, M. da G. S. de. *Nordeste açucareiro: desafios num processo de vir-a-ser capitalista*. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 1993. 321 p.

ALVES, F. Processo de trabalho e danos à saúde dos cortadores de cana. *INTERFACEHS: revista de gestão integrada em saúde do trabalho e meio ambiente*, São Paulo, v. 3, n. 2, abr./ago. 2008. Disponível em: <<http://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/vol-3-2-ano-2008-2/>>. Acesso em: 4 maio 2013.

ARCHER, M. S. *Structure, agency and the internal conversation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. 384 p.

\_\_\_\_\_. *Making our way through the world: human reflexivity and social mobility*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. 353 p.

<sup>16</sup> A composição dos salários, para o caso dos cortadores de cana, é variável em razão do pagamento por produção, cuja forma de aferição é sempre tema de conflitos entre os trabalhadores e as usinas.

<sup>17</sup> No léxico nativo, designa a necessidade de intercalar períodos de trabalho com períodos de descanso na entressafra.

- \_\_\_\_\_. *The reflexive imperative in the late modernity*. New York: Cambridge University Press, 2012. 354 p.
- BARTH, F. *Process and form in social life*. London: Routledge & Kegan Paul, 1981. 239 p.
- BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. *De la Justification: les économies de la grandeur*. Paris: Editions Gallimard, 1991. 203 p.
- CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. *Estudos sociedade e agricultura*, p. 53-75, 1998. Disponível em: <<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/135>>. Acesso em: 26 set. 2010.
- CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2014. 320 p. v. 1.
- COLEMAN, J. S. Microfoundations and macrosocial behavior. In: ALEXANDER, J. C. et al. (Ed.). *The micro-macro link*. California: University of California Press, 1987. p. 153-176.
- D'INCAO, M. C. *A questão do bóia-fria*. São Paulo: Brasiliense, 1984. 96 p.
- DUBAR, C. *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 376 p.
- ESTUDO das condições e ambientes de trabalho na produção de cana-de-açúcar no Estado de Sergipe. Aracaju: Fundacentro: MPT, 2012.
- FONSECA, C. Classe e a recusa etnográfica. In: FONSECA, C.; BRITES, J. (Org.). *Etnografias da participação*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006. 355 p.
- FONTES, P. *Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008. 366 p.
- GARCIA JR. A. R. *O sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1989. 285 p.
- GIDDENS, A. *Central problems in social theory: action, structure and contradiction in social analysis*. Berkeley: University of California Press, 1979. 294 p.
- GUIMARAES, N. A. Por uma Sociologia do desemprego. *Rev. Bras. Ci. Soc.*, v. 17, n. 50, p. 104-121, 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-092002000300007&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-092002000300007&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 7 jun. 2014.
- \_\_\_\_\_. Desemprego e procura de trabalho: alguns desafios. *Revista ciências do trabalho*, n. 7, p. 21-35, abr. 2017. Disponível em: <<https://rct.dieese.org.br/index.php/rct/article/view/116>>. Acesso em: 2 maio 2018.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. [20-]. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 5 jun. 2018.
- LAHIRE, B. Catégorisations et logiques individuelles: les obstacles à une sociologie des variations intraindividuelles. *Cahiers internationaux de sociologie*, n. 110, p. 59-81, 2001. Doi:10.3917/cis.110.0059. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-cahiers-internationaux-de-sociologie-2001-1-page-59.html>>. Acesso em: 8 set. 2017.
- LÉVI-STRAUSS, C. *Mito e significado*. Lisboa: Edições 70, 1978. 81 p.
- LOPES, J. S. L. *O vapor do diabo*. São Paulo: Paz e Terra, 1978. 220 p.
- MARCHE, G. Why infrapolitics matters? *Revue française d'études américaines*, n. 131, p. 3-18, 2012. Doi 10.3917/rfea.131.0003. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-francaise-d-etudes-americaines-2012-1-page-3.htm>>. Acesso em: 7 jul. 2018.
- MARTINS, J. de S. *Não há terra para plantar neste verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo*. Petrópolis: Vozes, 1986. 112p.
- MENEZES, M. A. de. Experiência social e identidades: trabalhadores migrantes na plantation canavieira. *História oral*, n. 3, p. 49-68, 2000. Disponível em: <<http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=issue&op=view&path%5B%5D=6&path%5B%5D=showToC>>. Acesso em: 4 fev. 2011.
- \_\_\_\_\_. Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa: EDUFPPB, 2002. 249p.
- \_\_\_\_\_. Estratégias, táticas e resistências no cotidiano dos canaviais. In: MENEZES, M. A. de; GODOI, E. P. G. (Org.). *Mobilidades, redes sociais e trabalho*. São Paulo: Annablume; Brasília: CNPq, 2011. 241 p.
- MENEZES, M. A.; COVER, M. Movimentos “espontâneos”: a resistência dos trabalhadores migrantes nos canaviais. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 29, n. 76, p.133-148, abr. 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792016000100133&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792016000100133&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 3 out. 2017.
- MENEZES, M. A.; MALAGODI, E. Campina grande: os camponeses como atores sociais: a perspectiva da autonomia e da resistência. Campina Grande: Projeto IPODE: CNPq, 2009.
- MORAES, M. A. F. D. de. A influência dos sindicatos nos salários do setor sucroalcooleiro. *Rev. Econ. Polit.*, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 471-492, set. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-31572011000300009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572011000300009&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 29 jun. 2018.
- NOVAES, J. R. P. Idas e vindas, disparidades e conexões regionais: um estudo sobre o trabalho temporário de nordestinos na safra da cana paulista. In: NOVAES, J. R.; ALVES, F. (Org.). *Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)*. São Carlos: EDUFSCAR, 2007. 314 p.
- ORTNER, S. Resistance and the problem of ethnographic refusal. *Comparative studies in society and history*, v. 37, n. 1, p. 173-193, 1995. Disponível em: <[https://www.jstor.org/stable/179382?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/179382?seq=1#page_scan_tab_contents)>. Acesso em: 23 abr. 2014.
- PAIS, J. M. Vida cotidiana: enigmas e revelações. São Paulo: Cortez, 2003. 271 p.
- PALMEIRA, M.; ALMEIDA, A. W. B. A invenção da migração: projeto emprego e mudança sócio-econômica no Nordeste. In: RELATÓRIO de Pesquisa. Rio de Janeiro: Museu Nacional, UFRJ, 1977. Mimeografado.
- PASSOS SOBRINHO, J. M. dos. *História econômica de Sergipe (1850-1930)*. 1983. 158 p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 1983.
- SANTOS JR., J. Sob o véu da linguagem: desafios e impasses no estudo das identidades. *Indagatio didactica*, v. 5, n. 2, p. 507-516, out. 2013. Disponível em: <<http://revistas.ua.pt/index.php/ID/article/view/2470>>. Acesso em: 20 jul. 2018.
- \_\_\_\_\_. Na trama das identidades: práticas sociais e imagens do trabalho no corte de cana. São Paulo: Annablume, 2017. 287 p.
- SCOTT, J. *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*. New Haven: Yale University, 1985. 422 p.
- SILVA, M. A. de M. Destino e trajetória de camponeses migrantes. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8., 1992, São Paulo. Anais... São

- Paulo: [S.n.], 1992. v. 3. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/anais/article/view/611/591>>. Acesso em: 28 jan. 2017.
- \_\_\_\_\_. Errantes do fim do século. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. 370 p.
- \_\_\_\_\_. Expropriação da terra, violência e migração: camponeses maranhenses no corte da cana em São Paulo. Cadernos CERU, v. 19, n. 1, série 2, p. 165-180, jun. 2008. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/11851/13628>>. Acesso em: 12 fev. 2011.
- SIGAUD, L. Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco. São Paulo: Duas Cidades, 1979. 260 p.
- \_\_\_\_\_. Direito e coerção moral no mundo dos engenhos. Revista estudos históricos, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, p. 361-388, dez. 1996. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2030>>. Acesso em: 29 jul. 2010.
- STRAUSS, A. Espelhos e máscaras: a busca de identidade. São Paulo: Edusp, 1999. 177 p.
- THOMAZ JR., A. Por trás dos canaviais: os nós da cana. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002. 388 p.
- THOMPSON, E. P. A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. 228 p.
- TURNER, J. H. et al. A emergência da teoria sociológica. São Paulo: Vozes, 2016. 486 p. (Coleção Sociologia).
- VÉRAN, J.-F.; VANDENBERGHE, F. Novas sociologias: um exercício de teoria comparativa. In: \_\_\_\_\_. Além do habitus: teoria social pós-bourdieusiana. Rio de Janeiro: 7Letras, 2016. 214 p.
- WOORTMANN, K. Migração, família e campensinato. Revista brasileira de estudos de população, v. 7, n. 1, p. 35-53, jan./jun. 1990. Disponível em: <<https://www.rebep.org.br/revista/article/view/546>>. Acesso em: 1 fev. 2012.

**THE FORGOTTEN DIMENSION: the question of agency in sugarcane harvest work**

*Jaime Santos Júnior*

By fixing the analytical proposal in the links that unite the work experience and the process of identity construction, we sought to catch the small but subjectively important forms of measurement and calculation involved in the strategies of action by workers of sugar cane harvest. In spite of precariousness of the social context, the results show that the meanings attributed to work by the subjects allow us to figure out fissures and resistances which denote the agency of individuals and this is far from an image in which they are mere spectators of history.

KEYWORDS: Work. Identity. Agency. Sugarcane sector. Sergipe.

**LA DIMENSION OUBLIÉE: la question de l'agence dans les travaux de récolte de la canne**

*Jaime Santos Júnior*

En fixant la proposition d'analyse dans les liens qui unissent l'expérience de travail et le processus de construction identitaire, nous avons cherché à capturer les petits, mais subjectivement importantes formes de mesure et de calcul impliqués dans les stratégies d'action par les travailleurs de la récolte de la canne à sucre. En dépit de la précarité du contexte social, les résultats montrent que les significations attribuées au travail par les sujets nous permettent de comprendre les fissures et résistances qui dénotent l'agence des individus. Distant d'une image dans laquelle ils sont de simples spectateurs de l'histoire.

MOTS-CLÉS: Travail. Identité. Agence. L'industrie de l'alcool et de sucre. Sergipe.

# DA PERDA DE LEGITIMIDADE À POLARIZAÇÃO: os partidos e os sistemas partidários de Argentina e Venezuela

João Carlos Amoroso Botelho\*

O artigo atualiza as classificações de Coppedge (1997) para os partidos de Argentina e Venezuela, agregando às dimensões originais – esquerda-direita e cristão ou secular – três outras: programático ou clientelista, materialista ou pós-materialista e apelo eleitoral étnico. Para fazê-lo, se fundamenta na literatura e em um *survey* com especialistas. Uma conclusão é que houve pouca variação em relação às avaliações de Coppedge, com os principais partidos concentrados em torno do centro, à exceção do PSUV, na Venezuela, que foi classificado como de esquerda secular. Quanto aos sistemas partidários, os dois países transitaram da perda de legitimidade dos partidos tradicionais até o início dos anos 2000 para cenários que se caracterizavam, no momento dessa classificação, pela polarização em torno da adesão ou da oposição ao kirchnerismo ou ao chavismo. Ao contrário do caso venezuelano, a polarização na Argentina era mais entre apoiar ou se opor ao governo de turno do que em termos ideológicos.

PALAVRAS-CHAVE: Classificação. Ideologia. Partidos. Argentina. Venezuela.

## INTRODUÇÃO

O artigo parte das classificações de Coppedge (1997) e se fundamenta em dados extraídos de duas fontes, a revisão da literatura e um *survey* com especialistas (indicados no Anexo), para classificar os partidos da Argentina e da Venezuela e traçar um panorama dos sistemas partidários dos dois países, até o momento a que se referem as novas classificações. Além de atualizar as avaliações de Coppedge para as forças políticas da Argentina e da Venezuela, o trabalho, que integra um projeto maior de classificação de partidos latino-americanos,<sup>1</sup> agrega às dimensões originais – esquerda ou direita e cristão ou secular – três outras, a saber: programático ou clientelista, materialista ou pós-materialista e existência ou não de apelo eleitoral étnico.

\* Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Ciências Sociais. Prédio de Humanidades, sala 23. Campus II. Cep: 74001970. Goiânia – Goiás – Brasil. joaocarlosbotelho@hotmail.com

<sup>1</sup> Sob a coordenação das professoras Denise Paiva Ferreira (UFG) e Gabriela da Silva Tarouco (UFPE), com o título de “Mensurando a ideologia dos partidos políticos na América Latina: uma atualização da classificação de Michael Coppedge 15 anos depois”, o projeto foi aprovado e contemplado com auxílio financeiro na Chamada CNPq/MCTI nº 25/2015 – Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas.

O interesse na Argentina e na Venezuela se deve ao fato de que são dois países que chegaram a ter seus sistemas partidários considerados como modelos de consolidação na América Latina (Lamounier, 1992) e que, posteriormente, passaram por períodos de instabilidade democrática e perda de legitimidade de seus partidos tradicionais, com resultados que apresentam diferenças e semelhanças em relação ao universo partidário. O estudo de Coppedge foi o primeiro a sistematizar a classificação ideológica dos partidos latino-americanos, oferecendo uma base para comparações. Por isso, tem sido amplamente utilizado por analistas que mobilizam a ideologia partidária como variável explicativa para uma grande variedade de objetos, desde coligações eleitorais até políticas públicas, ainda que muitos partidos que surgiram e se tornaram importantes desde então não constem dessa lista, assim como muitos dos que constam podem ter se movido na escala esquerda-direita. Dessa forma, uma atualização ou revisão da classificação se torna necessária.

O artigo de Coppedge pretendia, originalmente, identificar a distribuição do apoio eleitoral, medido pela porcentagem de votos,

entre os blocos ideológicos de partidos na América Latina. A repercussão maior, porém, não foi da força eleitoral dos blocos, mas da mensuração da variável independente, realizada para operacionalizar a análise, cuja metodologia acabou se consolidando como uma medida válida e confiável da ideologia dos partidos latino-americanos. Desde então, a classificação de Coppedge tem sido utilizada por autores de distintas áreas em vários países, como Pippa Norris, Susan Stokes, Joseph Colomer, Gary Cox, Mathew McCubbins, Eduardo Alemán e George Tsebelis, e aparecia com 352 citações no *Google Scholar* até a última verificação. Esse impacto sugere que a abordagem utilizada tem respaldo na comunidade científica e que seus resultados merecem ser atualizados ou revistos, seja para o conjunto de países latino-americanos incluídos no estudo original, seja para alguns deles, como a Argentina e a Venezuela.

## METODOLOGIA

Os partidos considerados na análise foram os que elegeram pelo menos um representante para a Câmara Baixa desde as redemocratizações até as últimas eleições legislativas realizadas na Argentina e na Venezuela (as de 2013 e 2010), antes da distribuição dos questionários aos especialistas. O período foi definido de forma a ser o mais abrangente possível, para que, assim, a classificação incorporasse o maior número possível de partidos. Em ambos os países, ele se inicia com a posse dos presidentes eleitos pelo voto popular para marcar o fim de regimes autoritários, que foram Raúl Alfonsín, em 1983 na Argentina, e Rómulo Betancourt, em 1959 na Venezuela. Os respectivos períodos, então, vão de 1983 a 2013 e de 1959 a 2010. Com isso, a eleição legislativa de 1958 não entra na amostra sobre a Venezuela, fazendo com que as primeiras consideradas sejam as seguintes, de 1963.

A definição dos períodos, portanto, não

se baseia em julgamentos próprios ou de terceiros sobre a qualidade democrática na Argentina e na Venezuela, já que a proposta do trabalho é a classificação de partidos, e não de eleições ou regimes. Ainda que o parâmetro de seleção fosse a qualidade das eleições, os períodos variariam pouco, já que, de todos os pleitos que foram considerados aqui, o único que não passa pelo crivo de Mainwaring e Pérez-Liñán (2013), por exemplo, é o de 2010 na Venezuela. Nesse caso, a última eleição seria a de 2005, o que não se justificaria, pois haveria mais razões para excluir aquele pleito, que foi boicotado pela oposição, do que o de 2010, em que as forças opositoras voltaram a participar.

As classificações avaliam os partidos quanto às seguintes dimensões: posição no eixo esquerda e direita, condições quanto a ser cristão ou ser secular, programático ou clientelista e materialista ou pós-materialista, bem como quanto à existência ou não de apelo eleitoral étnico. Cada dimensão tem suas categorias, com as respectivas definições, que serão apresentadas posteriormente.

Das cinco dimensões, as duas primeiras são as mesmas que foram consideradas por Coppedge (1997). As outras três foram incluídas de forma a complementar e atualizar as originais. As dimensões de programático ou clientelista e apelo eleitoral étnico se referem a aspectos específicos da dinâmica político-partidária na América Latina. Uma literatura extensa, com enfoque regional ou nacional, tem explorado as práticas clientelistas das quais partidos e políticos latino-americanos se servem para angariar votos e poder (Amaral; Stokes, 2005; Stokes et al., 2013), ou, por outro lado, a divisão programática que estrutura certos sistemas partidários da região (Kitschelt et al., 2010). A política étnica também se tornou uma característica da competição eleitoral em parte da América Latina em que indígenas e mestiços são mais numerosos, o que atraiu o interesse de estudiosos desde que movimentos e partidos com apelo étnico ganharam força na primeira metade dos anos 2000 (Madrid, 2012; Van Cott, 2005).

A dimensão materialista ou pós-materialista, por sua vez, acompanha a importância que o trabalho de Inglehart e colaboradores (1990, 2005) conferiu ao tema. Para esses autores, as sociedades industriais avançadas passaram por uma mudança cultural em que valores relativos à sobrevivência material perderam espaço para valores que enfatizam autoexpressão e qualidade de vida, originando demandas por proteção ao meio ambiente, respeito a minorias e liberdades individuais. A emergência desses temas separaria indivíduos e partidos entre os polos materialista e pós-materialista.

Para cada um dos países, foram consultadas e compiladas as respostas de dois a três especialistas, escolhidos com base em seu conhecimento sobre os partidos e os sistemas partidários do respectivo país de especialização, independentemente da origem e da filiação institucional.

O número de especialistas por país não foi definido previamente, já que esteve dependente da disponibilidade de quem foi contatado, e não invalida o que foi obtido, considerando que, com 234 partidos ou alianças por classificar em cinco dimensões, não seria de se esperar que a maioria dos contatados se dispusesse a fazê-lo. No estudo de Coppedge (1997), com o qual a comparação é mais pertinente, porque havia a mesma dificuldade em relação à quantidade de partidos para classificar por país, foram cinco especialistas para a Argentina e seis para a Venezuela. Como um procedimento extra em nome da transparência, este trabalho optou por calcular e informar as taxas de resposta e sucesso, o que não é a regra em estudos que se apoiam na opinião de especialistas.

As respostas dos especialistas foram contrastadas entre si, para a obtenção de uma classificação única por partido em cada dimensão, e, posteriormente, comparadas com os resultados de Coppedge, como forma de identificar as principais variações. Apesar das críticas que podem ser feitas,<sup>2</sup> o recurso à opinião de especialistas para mensurar posições de par-

<sup>2</sup> Ver Mair (2001) para acessar um apanhado delas.

tidos e classificá-los continua sendo utilizado e defendido na literatura. Para Benoit e Laver (2006), posições políticas são conceitos que não podem ser observados diretamente, fazendo com que qualquer método para estimá-las só tenha capacidade de apreender algumas de suas manifestações empíricas.

No caso dos partidos argentinos, é comum a avaliação de que classificá-los ideologicamente é um esforço desnecessário, por causa das peculiaridades e da conhecida incoerência ideológica. Esse argumento, porém, poderia ser estendido a um sem número de sistemas partidários ao redor do mundo, o que, em última análise, faria com que todo esforço de classificação ideológica fosse irrelevante. Não é o que se considera aqui, seja para o caso argentino, apesar de todas as dificuldades e as restrições que ele impõe, seja para outros, assim como não é o que consideram os estudos que este trabalho utilizou para obter dados sobre os partidos de Argentina e Venezuela.

## REVISÃO DA LITERATURA

Em primeiro lugar, é importante salientar que não se fez uma revisão extensiva da literatura sobre partidos da Argentina e da Venezuela, optando-se por fazer uma compilação de trabalhos que, com diferentes fontes, métodos e objetivos, classificam as forças políticas de um e ambos os países como parte de uma análise geral sobre os partidos latino-americanos.

Rosas e Zechmeister (2000), Alcántara e Rivas (2007) e Alcántara (2012) utilizam uma escala que vai de 1 a 10, considerando a esquerda como 1 e a direita como 10, para classificar os partidos latino-americanos com base em diferentes fontes e métodos. Wiesehomeier e Benoit (2007) também se valem de uma escala para a mesma finalidade, mas com um intervalo que vai de 1 a 20, considerando a esquerda como 1 e a direita como 20. Por sua vez, Rosas e Zechmeister (2000) empregam a análise fatorial para construir sua escala com base nas

entrevistas a legisladores que foram realizadas na rodada de 1997 do *Proyecto Élités Parlamentarias Latinoamericanas*, da Universidad de Salamanca. Há classificações para partidos tanto da Argentina quanto da Venezuela.

No caso argentino, entre os partidos classificados, quatro foram listados no trabalho, os três principais na época: Frente País Solidário (FREPASO), Partido Justicialista (PJ), União Cívica Radical (UCR) e a União do Centro Democrático (UCEDE). As pontuações recebidas foram, respectivamente, 3.50, 5.24, 4.53 e 8.00, com uma média de 5.32.

Da Venezuela, foram cinco os partidos listados: quatro tradicionais, Ação Democrática (AD), COPEI, A Causa Radical (LCR) e Movimento ao Socialismo (MAS); e a Convergência, que governava o país no momento em que as entrevistas foram realizadas. Os cinco obtiveram, respectivamente, os valores de 4.50, 5.75, 4.60, 3.67 e 4.71, com uma média de 4.65, à esquerda, portanto, da média para os quatro partidos argentinos.

A escala de Alcántara e Rivas (2007) se baseia nas médias das pontuações atribuídas a seus partidos pelos legisladores participantes das rodadas de entrevistas do *Proyecto Élités Parlamentarias Latinoamericanas* entre 1997 e 2005. Também há classificações para forças políticas tanto da Argentina quanto da Venezuela, referentes a duas legislaturas. Portanto, os partidos argentinos classificados e listados no artigo citado foram o PJ e a UCR, que ficaram, respectivamente, com as pontuações médias de 5.50 e 4.88 na primeira legislatura e de 5.15 e 4.54 na segunda. Os valores para a primeira legislatura podem ser comparados com os de Rosas e Zechmeister (2000), já que se referem ao mesmo período, e foram ligeiramente superiores, mas ainda nos mesmos espaços da escala esquerda-direita, entre 5 e 6 para o PJ e entre 4 e 5 para a UCR.

No caso venezuelano, os partidos classificados e listados foram AD, COPEI e MAS, com as pontuações respectivas de 4.53, 5.67 e 4.13 na primeira legislatura, e de 5.60, 7.00 e

3.83 na segunda. Fazendo a mesma comparação dos valores para a primeira legislatura com os de Rosas e Zechmeister (2000), a única força que muda de espaço ocupado na escala é o MAS, que está mais à esquerda para os dois últimos autores, entre 3 e 4.

Alcántara (2012) utiliza as rodadas de entrevistas do *Proyecto Élités Parlamentarias Latinoamericanas* para verificar a variação nas localizações ideológicas dos partidos da região ao longo do tempo. Não são apresentadas classificações para as forças políticas da Venezuela. Portanto, da Argentina, foram listados Coalizão Cívica (CC), PJ, Proposta Republicana (PRO), Partido Socialista (PS) e UCR. Os dois partidos tradicionais, PJ e UCR, foram os únicos classificados nas cinco rodadas consideradas, que, para o caso argentino, foram realizadas em 1996, 1998, 2004, 2008 e 2010. A CC, o PRO e o PS só aparecem nas duas últimas edições.

O PJ foi da pontuação de 7.40 em 1996 à de 6.37 em 2010, mudando, então, de espaço na escala. Na rodada de 2008, os justicialistas chegaram a receber a pontuação de 4.79, o que mostra variação significativa de sua localização ao longo das cinco edições de entrevistas. Já a UCR foi de 5.63 a 6.35, também mudando de espaço, embora sua variação, de uma rodada a outra ao longo das cinco edições de entrevistas, fosse menor. Enquanto isso, a CC, o PRO e o PS também variaram suas posições, em um período menor de tempo, entre 2008 e 2010, indo, respectivamente, de 4.15 a 6.02, de 7.25 a 8.59 e de 4.14 a 3.71. A variação mais significativa foi da CC, que passou do intervalo de 4 a 5 para o de 6 a 7.

O trabalho de Wiesehomeier e Benoit (2007) é um banco de dados sobre a localização ideológica dos partidos latino-americanos, elaborado por meio da consulta a especialistas em cada país e com uma escala de 1 a 20, como foi explicado anteriormente. Há classificações para forças políticas da Argentina e da Venezuela. No primeiro caso, os partidos, ou coligações que fazem parte do banco de dados são: Autodeterminação e Liberdade (3.16), CC

(7.91), Frente Compromisso para a Mudança (16.24), Frente Popular Bonaerense (16.67), Movimento Popular Neuquino (15.89), PJ (12.12), PS (6.31), RECRIAR (União para Recriar Buenos Aires, 16.45) e UCR (9.18), com uma média de 11.55.

Para a Venezuela, os partidos classificados são AD (11.35), COPEI (14.84), MAS (7.58), Partido Comunista da Venezuela (PCV, 2.10), Pela Democracia Social (PODEMOS, 4.67), Primeiro Justiça (PJ, 15.45), Pátria para Todos (PPT, 3.89), Partido Socialista Unificado da Venezuela<sup>3</sup> (PSUV, 3.74) e Um Novo Tempo (UNT, 12.50), com uma média de 8.46, à esquerda, portanto, da que se obtém para a Argentina.

Existem, ainda, os autores Alcántara Sáez (2004) e Ramos Jiménez (1995), que utilizam categorias para, com base em diferentes fontes e métodos, fazer suas classificações. Alcántara Sáez (2004) parte de entrevistas com membros de partidos, realizadas no âmbito do *Proyecto Élités Parlamentarias Latinoamericanas*, em que os entrevistados localizam suas agrupações e as demais considerando 1 como esquerda e 10 como direita, divide a escala em cinco espaços iguais e classifica os partidos nas categorias de esquerda, centro-esquerda, centro, centro-direita e direita, conforme as posições que ocupam. Há classificações para forças políticas da Argentina e da Venezuela.

Do primeiro país, a FREPASO foi classificada como centro-esquerda, segundo a autolocalização e a dos outros, o PJ como centro e centro-direita, e a UCR como centro-esquerda e centro. Aos olhos dos outros partidos, então, tanto o PJ quanto a UCR estão à direita de suas próprias avaliações.

Já a Venezuela teve a AD classificada como centro e centro-direita, também de acordo com a autolocalização e a dos outros, o COPEI como centro-direita e direita, o MAS como

centro-esquerda e centro, o PSUV como centro-esquerda e o Projeto Venezuela como centro-direita e direita. O PSUV, então, é o único que tem a mesma classificação para seus membros e os dos demais partidos e não está, na avaliação dos outros, à direita da própria.

Ramos Jiménez (1995) identifica 14 possibilidades do que define como famílias políticas e as emprega para fazer suas classificações, que incluem forças políticas da Argentina e da Venezuela. O autor classifica diversos partidos dos dois países, tanto tradicionais quanto novatos em relação à época em que escreve. Os considerados aqui são os que elegeram ao menos um representante para a Câmara Baixa desde as redemocratizações.

Da Argentina, o Partido Democrata-Cristão (PDC) foi classificado como democrata-cristão, o Partido Democrata Progressista (PDP) como radical, o Partido Intransigente (PI) como radical, o Partido Obreiro (PO) como extrema-esquerda, o Partido Socialista Autêntico (PSA) como socialista, o Partido Socialista Popular (PSP) como socialdemocrata, o PJ como populista, a UCEDE como neoconservadora, e a UCR como radical.

No caso da Venezuela, as classificações foram de socialdemocrata para a AD, democrata-cristão para Convergência e COPEI, neoliberal para Fórmula Um (F-1) e Nova Geração Democrática (NGD), socialista para o MAS e o Movimento Eleitoral do Povo (MEP), nacionalista para a Nova Alternativa (NA) e a União Republicana Democrática (URD), neoconservadora para a Organização Renovadora Autêntica (ORA) e comunista para o PCV.

Os quadros a seguir reúnem as classificações de todas as autoras e os autores, seja em escalas de 1 a 10 ou de 1 a 20, ou em categorias.

As classificações propostas neste trabalho complementam e atualizam as dos autores reunidos nos quadros anteriores, assim como as de Coppedge (1997). Há, pelo menos, três razões para isso: 1) a abrangência das amostras, com todos os partidos que elegeram ao

<sup>3</sup> O PSUV é a continuidade do Movimento Quinta República (MVR), o partido que Hugo Chávez fundou para disputar sua primeira eleição presidencial, em 1998. Conforme o ano do trabalho, a classificação se refere ao MVR ou ao PSUV. Para facilitar, será adotado o PSUV como padrão.

Quadro 1 — Classificações dos partidos argentinos na literatura

PARTIDO OU ALIANÇA	AUTORES											
	Rosas e Zechmeister, 2000	Alcántara e Rivas, 2007 (legislatura 1)	Alcántara e Rivas, 2007 (legislatura 2)	Alcántara, 2012 (valores em 1996)	Alcántara, 2012 (valores em 1998)	Alcántara, 2012 (valores em 2004)	Alcántara, 2012 (valores em 2008)	Alcántara, 2012 (valores em 2010)	Wiesehomeier e Benoit, 2007	Alcántara Sáez, 2004 (auto-localização)	Alcántara Sáez, 2004 (localização dos outros)	Ramos Jiménez, 1995
Aut. e Lib.									3.16			
CC							4.15	6.02	7.91			
Fr. Co. Mu.									16.24			
Fr. Po. Bo.									16.67			
FREPASO	3.50									CE	CE	
Mo. Po. Ne.									15.89			
PDC												DC
PDP												RA
PI												RA
PJ	5.24	5.50	5.15	7.40	7.78	6.56	4.79	6.37	12.12	C	CD	PP
PO												EE
PRO							7.25	8.59				
PS							4.14	3.71	6.31			
PSA												SO
PSP												SD
RECRIAR									16.45			
UCEDE	8.00											NC
UCR	4.53	4.88	4.54	5.63	5.57	5.79	6.06	6.35	9.18	CE	C	RA

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

**Aut. e Lib.:** Autodeterminação e Liberdade; **Fr. Co. Mu.:** Frente Compromisso para a Mudança; **Fr. Po. Bo.:** Frente Popular Bonaerense; **Mo. Po. Ne.:** Movimento Popular Neuquino; **CE:** centro-esquerda; **C:** centro; **CD:** centro-direita; **DC:** democrata-cristão; **EE:** extrema-esquerda; **NC:** neoconservador; **NL:** neoliberal; **PP:** populista; **RA:** radical; **SD:** socialdemocrata; **SO:** socialista.

menos um representante para a Câmara Baixa nos pleitos entre 1983 e 2013 na Argentina e 1959 e 2010 na Venezuela; 2) a inclusão de partidos que não existiam ou não haviam elegido representante até a realização da classificação prévia; e 3) a utilização de cinco dimensões de análise, considerando questões atuais.

Em relação ao terceiro ponto, dois temas agregados, programático ou clientelista e apelo eleitoral étnico, são especialmente relevantes na América Latina, conforme foi explicado no item anterior. Com as classificações propostas, é possível ir além da posição no eixo esquerda e direita, oferecendo mais parâmetros para estudar os partidos de Argentina e Venezuela ou utilizar as etiquetas de cristão ou secular,

programático ou clientelista, materialista ou pós-materialista e presença ou não de apelo eleitoral étnico como explicações para o comportamento partidário ou de outras variáveis.

Para os sistemas partidários de Argentina e Venezuela, nas últimas duas décadas completas que foram consideradas aqui, as de 1990 e 2000, a literatura identificou crises de credibilidade de partidos e políticos, ao longo dos anos 1990, no caso venezuelano (Hellinger, 2003; Maingon, 2004), e ao início da década seguinte, no argentino (Abal Medina; Ratto, 2004; Escolar et al., 2002; Mustapic, 2002; Novaro, 2002).

Na Venezuela, foi o período em que o primeiro presidente que não fosse de AD nem

**Quadro 2 - Classificações dos partidos venezuelanos na literatura**

PARTIDO	Autores						
	Rosas e Zechmeister, 2000	Alcántara e Rivas, 2007 (legislatura 1)	Alcántara e Rivas, 2007 (legislatura 2)	Wiesehomeier e Benoit, 2007	Alcántara Sáez, 2004 (autolocalização)	Alcántara Sáez, 2004 (localização dos outros)	Ramos Jiménez, 1995
AD	4.50	4.53	5.60	11.35	C	CD	SD
Convergência	4.71						DC
COPEI	5.75	5.67	7.00	14.84	CD	D	DC
F-1							NL
LCR	4.60						
MAS	3.67	4.13	3.83	7.58	CE	C	SO
MEP							SO
NA							NN
NGD							NL
ORA							NC
PCV				2.10			CO
PSUV				3.74	CE	CE	
PPT				3.89			
PODEMOS				4.67			
PJ				15.45			
Projeto Venezuela					CD	D	
UNT				12.50			
URD							NN

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

CE: centro-esquerda; C: centro; CD: centro-direita; D: direita. CO: comunista; DC: democrata-cristão; NC: neoconservador; NL: neoliberal; NN: nacionalista; SD: socialdemocrata; SO: socialista.

COPEI se elegeu desde 1958, com a vitória, em 1993, de Rafael Caldera, candidato pelo partido recém-criado, Convergência. Caldera vinha do COPEI e havia obtido um primeiro mandato por esse partido em 1968. A ruptura com a lógica bipartidária na disputa presidencial se completaria, então, na eleição seguinte, em 1998, com a vitória de Hugo Chávez por outro partido, novato à época, o então MVR.

Na Argentina, o início dos anos 2000 foi o período do “Que se Vayan Todos”, em que, sob manifestações violentas nas ruas, quatro presidentes se sucederam ao longo de cerca de 10 dias, entre 21 de dezembro de 2001, quando Fernando de la Rúa, da UCR, eleito em 1999, renunciou, e 2 de janeiro de 2002, quando Edu-

ardo Duhalde, do PJ, eleito pelo Congresso, assumiu a Presidência, permanecendo até 2003.

As ascensões de Chávez em 1999 e Néstor Kirchner em 2003 levaram ao poder propostas de enfretamento das crises de credibilidade política e de grupos que os dois presidentes consideravam que haviam contribuído para elas, o que, em maior ou menor medida, promoveu conflito e polarização, no cenário político, em torno de suas figuras e da concordância ou não com os projetos políticos que representavam (Canache, 2004; Cannon, 2008; Cheresky, 2004; Ellner; Hellinger, 2003; Heath, 2009; Hellinger, 2007; López Maya, 2003; López Maya; Lander, 2007; Roberts, 2003). No caso de Kirchner, chegou a haver um primeiro momento de aglutina-

ção de forças, a “transversalidad”, assim como Chávez teve o seu, mas que se dissiparam com mais ou menos rapidez, até pela longevidade de ambos os projetos no poder, já que foram três mandatos seguidos do kirchnerismo (2003 - 2015) e quatro do chavismo (1999 - ).

## **SURVEY COM ESPECIALISTAS**

Na avaliação dos partidos argentinos, foi enviado um e-mail para 13 especialistas convidando-os a participar. Desses, três enviaram suas classificações, dois concordaram em participar e não enviaram as avaliações, cinco recusaram o convite, e três não responderam, o que significa taxas de sucesso e resposta de, respectivamente, 23,08% e 76,92%.

Para a Venezuela, os percentuais foram mais baixos, o que levou a se aumentar o número de tentativas. O convite foi enviado a 29 especialistas. Dois, finalmente, enviaram suas classificações. Dos demais, cinco concordaram em participar e não enviaram as avaliações, sete recusaram o convite e 15 não responderam. Com isso, as taxas de sucesso e resposta foram de, respectivamente, 6,90% e 48,27%. Foi pedido aos especialistas que classificassem em cinco dimensões todos os partidos que elegeram ao menos um representante na Câmara Baixa de seu respectivo país desde a redemocratização até a última eleição antes do início do envio dos questionários.

Da Argentina, foram as edições de 1983 a 2013, totalizando 16 eleições para deputado, já que elas são realizadas a cada dois anos. Quando foi o caso, foram incluídos partidos ou alianças que, apesar de não terem eleito representante em 2011 e 2013, compunham a Câmara Baixa até 2015. A última eleição para a casa, justamente a de 2015, não pôde ser considerada porque foi realizada depois do início da distribuição dos questionários aos especialistas. Com esses procedimentos, houve um total de 183 partidos ou alianças para classificar.

A Venezuela, mais uma vez, teve núme-

ros menores, tanto de eleições consideradas quanto de partidos com ao menos um representante eleito. As edições computadas foram as de 1963 a 2010, totalizando 11 eleições para deputado, já que elas são realizadas a cada cinco anos. Em 2000, com a aprovação de uma nova Constituição no ano anterior, a contagem do intervalo recomeçou. A última eleição para a Câmara Baixa, então, foi em 2015, mas ela não pôde ser considerada porque foi realizada depois que os questionários começaram a ser enviados aos especialistas. Um total de 51 partidos elegeu, pelo menos, um representante no período considerado.

As cinco dimensões compreendem as duas originais de Coppedge (1997) – esquerda ou direita, e cristão ou secular – e as três acrescentadas – programático ou clientelista, materialista ou pós-materialista, e apelo eleitoral étnico. Cada uma dessas dimensões tem suas categorias, com as respectivas definições. As duas primeiras são tratadas em conjunto por Coppedge. Dessa forma, suas categorias são XR (direita cristã), XCR (centro-direita cristã), XC (centro cristão), XCL (centro-esquerda cristã), XL (esquerda cristã), SR (direita secular), SCR (centro-direita secular), SC (centro secular), SCL (centro-esquerda secular) e SL (esquerda secular). Há, ainda, as categorias residuais de O (outro bloco), P (personalista) e U (desconhecido).

Os partidos cristãos são aqueles que alegam basear sua ideologia na autoridade da Igreja Católica, na Bíblia ou em crença religiosa, que defendem os interesses da Igreja Católica ou rejeitam ou buscam reduzir a separação entre igreja e Estado, ou que, na percepção geral, satisfazem um dos critérios, ainda que a religião não seja mais um aspecto importante de seu programa. Os partidos seculares, por sua vez, são os que não se baseiam na autoridade da Igreja Católica, na Bíblia ou em crença religiosa, ou que desafiam os interesses da Igreja Católica, ou ainda apoiam a separação entre igreja e Estado.

A etiqueta de direita abrange os partidos que têm como público-alvo os herdeiros da eli-

te tradicional do século XIX e não moderam seu discurso para atrair eleitores das classes média e baixa; que adotam uma ideologia fascista ou neofascista; ou que representam um regime militar vigente ou passado, desde que tenham um programa conservador e não sejam unicamente um veículo personalista de líderes autoritários. As forças de centro-direita, por outro lado, são as que buscam agregar ao seu eleitorado de elite os votos das classes média e baixa, defendendo a cooperação com o setor privado, a ordem, um governo enxuto, a moralidade ou a prioridade ao crescimento econômico em detrimento da distribuição de renda.

No centro do espectro ideológico, estão os partidos que enfatizam aspectos do liberalismo político clássico, como participação política ampla, consciência cívica, império da lei, direitos humanos ou democracia, sem uma agenda social ou econômica proeminente; ou que adotam políticas de governo tão divididas entre posições de esquerda e direita, que não é possível discernir uma orientação consistente de uma eleição a outra.

A etiqueta de esquerda abrange os partidos que adotam uma ideologia ou retórica marxista, enfatizam a prioridade da distribuição de renda em detrimento da acumulação e (ou) exploração da classe trabalhadora pelos capitalistas e imperialistas e defendem um papel ativo do Estado para corrigir as injustiças sociais e econômicas. Essas forças podem considerar a violência como uma forma apropriada de disputa política e não se preocupam em alienar os eleitores das classes média e alta. Os partidos de centro-esquerda, por outro lado, enfatizam a justiça, a igualdade e a mobilidade sociais ou a complementariedade entre distribuição e acumulação de renda de uma forma que não aliene os eleitores das classes média e alta.

Para finalizar as definições de Coppedge (1997), restam as categorias de outro bloco, personalista e desconhecido. Na primeira, está qualquer partido que represente uma ideologia, programa, princípio, região, interesse ou grupo que seja identificável e não possa ser

classificada em termos de esquerda-direita ou cristão-secular. Já a etiqueta de personalista abrange as forças que têm como principal apelo o carisma, a autoridade ou a competência de seu líder mais do que quaisquer princípios ou programas, que são tão vagos ou inconsistentes para permitir uma classificação plausível do partido de alguma outra forma; que são plataformas eleitorais para a inscrição de candidatos independentes; ou que são frentes heterogêneas formadas para apoiar um candidato.

A última categoria residual, desconhecido, serve para os partidos sobre os quais a única informação disponível é o nome, que tampouco fornecem pistas confiáveis sobre sua orientação. Certas palavras presentes nos nomes, como “comunista” e “esquerda”, podem ser indicadores confiáveis. Outras tantas, como “revolucionário”, “socialista”, “democrata”, “liberal”, “trabalhista”, “popular” e “republicano” não são.

As dimensões que foram agregadas às de Coppedge também contam com categorias e suas respectivas definições. Na dimensão de programático ou clientelista, as possibilidades são P (programático), PC (combinação de programático e clientelista), C (clientelista) e NS (não sabe). Os partidos que se enquadram na primeira categoria são os que propõem e (ou) oferecem políticas públicas formais dirigidas a setores populacionais em troca de votos. As forças clientelistas, por outro lado, são as que trocam, de forma mais sistemática e direta, incentivos seletivos materiais por votos.

Na dimensão de materialista ou pós-materialista, as possibilidades são M (materialista), MPM (combinação de materialista e pós-materialista), PM (pós-materialista) e NS (não sabe). Os partidos que se ajustam à primeira categoria são os que enfatizam temas clássicos de direita ou esquerda, que marcaram a segunda metade do século XX, como capitalismo *versus* socialismo, ou liberalismo *versus* Estado de bem-estar. As forças pós-materialistas, por outro lado, são as que enfatizam temas relacionados à autoexpressão individual

ou coletiva e à qualidade de vida, como ecologia, feminismo, identidade cultura e direitos de minorias.

Por fim, na dimensão de apelo eleitoral étnico, as opções são 1 (incorpora apelo eleitoral étnico), 0 (não incorpora) e NS (não sabe). Os partidos que têm apelo eleitoral étnico são aqueles cuja maioria dos líderes e membros se reconhecem como parte de um grupo étnico e cuja plataforma eleitoral inclui demandas de natureza étnica ou cultural.

Começando pela Argentina e considerando as forças políticas que receberam ao menos duas classificações, nas dimensões esquerda-direita e secular-cristão, e também foram classificadas por Coppedge (1997), houve mais casos de manutenção de categoria do que de variação. Nesse grupo de 17, já que a grande maioria dos 183 partidos ou alianças não teve pelo menos duas classificações ou não foi classificada por Coppedge, foram 9 casos de manutenção de categoria, 4 de variação e 4 indefinidos, situação em que a discordância entre os especialistas consultados não permitiu que se obtivesse uma classificação única para ser comparada com a de Coppedge.

Os partidos que não variaram foram: Aliança de Centro (SCR), Aliança Esquerda Unida (SL), FREPASO (SCL), MODIN (Movimento pela Dignidade e pela Independência, SR), Movimento Popular Jujenho (O), PI (SCL), PO (SL), PS (SCL) e UCR (SC). As variações, por sua vez, foram de Frente Renovadora (de O para SC), Força Republicana (de SCR para SR), PJ (de O para SC) e UCEDE (de SCR para SR). E os indefinidos, seguidos da respectiva classificação que obtiveram de Coppedge entre parênteses, foram: Movimento Popular Neuquino (P), PH (Partido Humanista, O), Partido Renovador de Salta (O) e UCR - Intransigente (SC).

Se considerarmos só os principais partidos de abrangência nacional no grupo acima, independentemente de quando foram mais votados, o número de manutenções de categoria também é maior do que o de variações. Na pri-

meira situação, estão FREPASO, PI, PS e UCR, e, na segunda, PJ e UCEDE. Há, ainda, partidos ou alianças que surgiram ou elegeram representante para a Câmara Baixa depois do artigo de Coppedge e receberam dos especialistas consultados por este trabalho ao menos duas classificações nas dimensões esquerda-direita e secular-cristão. Os casos mais importantes, seguidos da sua classificação, foram: CC (SCL); Compromisso Federal (P); Frente Renovadora, a de Sergio Massa (SC); PJ - Frente para a Vitória (SCL); e PRO (SCR).

Nas outras três dimensões, de programático ou clientelista, materialista ou pós-materialista e apelo eleitoral étnico, o número de partidos ou alianças classificados pelos especialistas se reduziu. Os que receberam ao menos duas classificações por dimensão foram: Aliança de Centro (P, M e 0); CC (P, indefinido e 0); Frente Renovadora (indefinido, M e 0); Frente Renovadora, a de Massa (indefinido, M e 0); FREPASO (P, indefinido e 0); MODIN (PC, M e 0); Movimento Popular Neuquino (C, M e 0); PJ (PC, M e 0), assim como suas facções Frente Justicialista, Frente Justicialista para a Vitória e Frente para a Vitória; PH (P, PM e 0); PO (P, M e 0); PRO (indefinido, indefinido e 0), assim como suas facções Frente Democrata, Frente União PRO Dignidade, Santa Fé Federal e União PRO; e UCEDE (P, M e 0).

Só então o Movimento Popular Neuquino e o PH foram classificados por ao menos dois especialistas como, respectivamente, clientelista e pós-materialista. O PJ e três das suas facções e o MODIN foram considerados como uma combinação de programático e clientelista. Não houve partido que tenha sido classificado como de apelo eleitoral étnico. Dando sequência, os quadros a seguir reúnem as classificações de Coppedge (1997) e dos especialistas consultados por este trabalho, referentes aos partidos ou às alianças que receberam pelo menos duas avaliações em todas as dimensões. A lista completa das classificações feitas por cada especialista pode ser consultada no Anexo.

**Quadro 3 - Classificações dos partidos argentinos nas dimensões esquerda-direita e secular-cristão**

PARTIDO OU ALIANÇA	ESPECIALISTAS				
	Especialista 1	Especialista 2	Especialista 3	Geral	Coppedge, 1997
Aliança de Centro	SR	SCR	SCR	SCR	SCR
CC	SCL	SC	SCL	SCL	-
Frente Renovadora	SC	-	SC	SC	O
Frente Renovadora (Massa)	SC	P	SC	SC	-
FREPASO	SCL	SCL	SCL	SCL	SCL
MODIN	SR	SR	SR	SR	SR
Movimento Popular Neuquino	SC	O	SCR	Indef.	P
PH	SC	-	SCL	Indef.	O
PJ	SC	O	SC	SC	O
PJ - Frente para a Vitória	SCL	-	SCL	SCL	-
PO	SL	SL	SL	SL	SL
PRO	SCR	-	SCR	SCR	-
UCEDE	SR	SCR	SR	SR	SCR
UCR*	SC	SC	SC	SC	SC

Fonte: survey com especialistas (2016).

Indef.: indefinido; O: outro bloco; P: personalista; SC: centro secular; SCL: centro-esquerda secular; SCR: centro-direita secular; SL: esquerda secular; SR: direita secular.

\* A UCR não recebeu pelo menos duas classificações em todas as cinco dimensões, mas foi incluída no quadro por causa de sua importância histórica. A única dimensão em que não houve o mínimo de classificações foi a de programático ou clientelista.

**Quadro 4 - Classificações dos partidos argentinos nas dimensões de programático ou clientelista, materialista ou pós-materialista e apelo eleitoral étnico**

PARTIDO OU ALIANÇA	ESPECIALISTAS											
	Especialista 1			Especialista 2			Especialista 3			Geral		
	Programático ou clientelista	Materialista ou pós-materialista	Apelo eleitoral étnico	Programático ou clientelista	Materialista ou pós-materialista	Apelo eleitoral étnico	Programático ou clientelista	Materialista ou pós-materialista	Apelo eleitoral étnico	Programático ou clientelista	Materialista ou pós-materialista	Apelo eleitoral étnico
Aliança de Centro	P	M	0	P	-	-	-	M	0	P	M	0
CC	P	M	0	P	-	-	-	PM	0	P	Ind.	0
Frente Renovadora	PC	M	0	-	-	-	C	M	0	Ind.	M	0
Frente Renovadora (Massa)	PC	M	0	-	-	-	C	M	0	Ind.	M	0
FREPASO	P	M	0	P	-	-	P	MPM	0	P	Ind.	0
MODIN	PC	M	0	P	-	-	PC	M	0	PC	M	0
Movimento Popular Neuquino	C	M	0	-	-	-	C	M	0	C	M	0
PH	P	M	0	P	PM	-	-	PM	0	P	PM	0
PJ	PC	M	0	-	-	-	PC	M	0	PC	M	0
PJ - Frente para a Vitória	PC	M	0	-	-	-	PC	M	0	PC	M	0
PO	P	M	0	P	-	-	P	M	0	P	M	0
PRO	PC	M	0	-	-	-	P	PM	0	Ind.	Ind.	0
UCEDE	P	M	0	P	-	-	P	M	0	P	M	0
UCR*	PC	M	0	-	-	-	-	MPM	0	PC	Ind.	0

Fonte: survey com especialistas (2016).

Ind.: indefinido; P: programático; PC: mescla de programático e clientelista; C: clientelista; M: materialista; MPM: mescla de materialista e pós-materialista; PM: pós-materialista; 0: sem apelo eleitoral étnico.

\* A UCR não recebeu pelo menos duas classificações em todas as cinco dimensões, mas foi incluída no quadro por causa de sua importância histórica. A única dimensão em que não houve o mínimo de classificações foi a de programático ou clientelista.

Para a Venezuela, considerando o conjunto de forças políticas que receberam pelo menos duas classificações nas dimensões esquerda-direita e secular-cristão e, ao mesmo tempo, foram classificadas por Coppedge (1997), também houve mais casos de manutenção de categoria do que de variação. Foram 7 os que cumpriram esses dois requisitos, já que a grande maioria dos 51 partidos não obteve ao menos duas classificações, ou não foi classificada por Coppedge. Desses 7, foram 5 casos de manutenção de categoria e 2 de variação. Não houve situações de indefinição, porque, como foram dois especialistas que fizeram as avaliações, foi necessário que se fizesse um desempate para que não fosse muito pequeno o número de casos com uma classificação única que pudesse ser comparada com a de Coppedge.

Os que não variaram são COPEI (XCR), LCR (SCL), MAS (SCL), ORA (XCR) e PCV (SL). Já as variações foram de AD (de SCL para SC) e MDP-BR (Movimento Democrático Popular – Bandeira Vermelha, de U para SL). Se considerarmos apenas os principais partidos, o número de manutenções de categoria continua sendo maior do que o de variações, com COPEI, LCR, MAS e PCV na primeira situação e AD na segunda.

Há ainda os partidos que surgiram ou elegeram representante para a Câmara Baixa depois do artigo de Coppedge e receberam dos especialistas consultados ao menos duas classificações nas dimensões esquerda-direita e secular-cristão. Os casos, seguidos da respectiva classificação, são: ABP (Aliança Bravo Povo, SR), CONIVE (Conselho Nacional Indígena da Venezuela, SL), IRENE (P), MiGato (Movimento Independente Ganhamos Todos, P), PJ (SCR), PODEMOS (SCL), PPT (SL), Projeto Venezuela (XCR), PSUV (SL) e UNT (SCL).

Diferentemente da Argentina, três partidos venezuelanos do grupo dos que receberam ao menos duas avaliações foram classificados como cristãos, o COPEI, uma força política tradicional, a ORA, que elegeu representante pela última vez para a Câmara Baixa em 1998, e o

Projeto Venezuela, um partido mais recente, todos os três de centro-direita. Nas outras três dimensões, de programático ou clientelista, materialista ou pós-materialista e apelo eleitoral étnico, não houve casos de partidos com pelo menos duas avaliações, já que um dos especialistas praticamente não fez classificações para essas dimensões.

Os que receberam pelo menos uma classificação nas três dimensões foram: ABP (PC, M e 0), AD (PC, M e 0), CONIVE (P, PM e 1), COPEI (PC, M e 0), LCR (PC, M e 0), MAS (P, M e 0), MDP-BR (P, M e 0), MiGato (NS, M e 0), ORA (P, PM e 0), PCV (P, M e 0), PJ (PC, M e 0), PODEMOS (P, M e 0), PPT (P, M e 0), Projeto Venezuela (P, M e 0), PSUV (PC, M e 0) e UNT (P, M e 0). Houve, então, dois partidos classificados como pós-materialistas, o CONIVE e a ORA, e um como de apelo eleitoral étnico, o mesmo CONIVE. Nenhum foi avaliado como clientelista, enquanto ABP, AD, COPEI, LCR, PJ e PSUV foram classificados como uma combinação de programático e clientelista.

Os quadros 5 e 6 reúnem as classificações de Coppedge (1997) e dos especialistas consultados, referentes aos partidos que receberam pelo menos duas avaliações nas duas primeiras dimensões e uma nas três últimas. A lista completa das classificações feitas por cada especialista pode ser consultada no Anexo.

## CONCLUSÕES

Como o artigo de Coppedge foi publicado em 1997, quando o processo de perda de legitimidade dos partidos tradicionais, na Argentina e na Venezuela, ainda não havia se acentuado, o que ocorreria entre o fim daquela década e o início dos anos 2000, as mudanças que puderam ser observadas desde então, nos sistemas partidários dos dois países, foram significativas. No entanto, no caso argentino, apesar da perda de legitimidade dos partidos tradicionais por causa da crise econômica e política do início dos anos 2000, essas mesmas

**Quadro 5 - Classificações dos partidos venezuelanos nas dimensões esquerda-direita e secular-cristão**

PARTIDO	ESPECIALISTAS			
	Especialista 1	Especialista 2	Geral*	Coppedge, 1997
ABP	SR	SCL	SR	-
AD	SCL	SC/SCR	SC	SCL
CONIVE	O	SL	SL	-
COPEI	XC	XCR	XCR	XCR
LCR	SCL	SCL	SCL	SCL
MAS	SCL	SCL	SCL	SCL
MDP-BR	SL	SL	SL	U
MiGato	U	P	P	-
ORA	O	XCR	XCR	XCR
PCV	SCL	SL	SL	SL
PJ	SC	SCR	SCR	-
PODEMOS	SCL	SL	SCL	-
PPT	SC	SL	SL	-
Projeto Venezuela	SC	XCR	XCR	-
PSUV	P	SL	SL	-
UNT	SCL	SCL	SCL	-

Fonte: survey com especialistas (2016).

O: outro bloco; P: personalista; SC: centro secular; SCL: centro-esquerda secular; SCR: centro-direita secular; SL: esquerda secular; SR: direita secular; U: desconhecido; XC: centro cristão; XCR: centro-direita cristã.

\* Quando necessário, o desempate foi feito pelo autor deste trabalho.

**Quadro 6 - Classificações dos partidos venezuelanos nas dimensões de programático ou clientelista, materialista ou pós-materialista e apelo eleitoral étnico**

PARTIDO	ESPECIALISTAS								
	Especialista 1			Especialista 2			Geral*		
	Programático ou clientelista	Materialista ou pós-materialista	Apelo eleitoral étnico	Programático ou clientelista	Materialista ou pós-materialista	Apelo eleitoral étnico	Programático ou clientelista	Materialista ou pós-materialista	Apelo eleitoral étnico
ABP	-	-	-	PC	M	0	PC	M	0
AD	-	-	-	PC	M	0	PC	M	0
CONIVE	-	-	-	P	PM	1	P	PM	1
COPEI	-	-	-	PC	M	0	PC	M	0
LCR	-	-	-	P/PC	M	0	PC	M	0
MAS	-	-	-	P/PC	M	0	P	M	0
MDP-BR	-	-	-	P	M	0	P	M	0
MiGato	-	-	-	NS	M	0	NS	M	0
ORA	-	-	-	P	PM	0	P	PM	0
PCV	-	-	-	P	M	0	P	M	0
PJ	-	-	-	P/PC	M	0	PC	M	0
PODEMOS	-	-	-	P	M	0	P	M	0
PPT	-	-	-	P	M	0	P	M	0
Projeto Venezuela	-	-	-	P	M	0	P	M	0
PSUV	-	-	-	PC	M	0	PC	M	0
UNT	-	-	-	P	M	0	P	M	0

Fonte: survey com especialistas (2016).

P: programático; PC: mescla de programático e clientelista; NS: não sabe; M: materialista; PM: pós-materialista; 1: apelo eleitoral étnico; 0: sem apelo eleitoral étnico.

\* Quando necessário, o desempate foi feito pelo autor deste trabalho.

forças conseguiram se recuperar eleitoralmente com mais ou menos rapidez, e receberam classificações que apresentam pouca variação em relação às de Coppedge.

Os principais partidos ou alianças representadas na Câmara Baixa até a realização das eleições de 2015 (CC; Compromisso Federal; Frente Renovadora, de Massa; PJ – Frente para a Vitória; PRO; PS; e UCR), que, juntos, controlavam 80,54% das 257 cadeiras, estão concentrados em torno do centro na dimensão esquerda-direita e são seculares. Desses, o único que não foi classificado como SCL, SC ou SCR é o Compromisso Federal, que, por sua vinculação aos irmãos Alberto e Adolfo Rodríguez Saá, foi avaliado como personalista.

Considerando esse mesmo grupo e ao menos duas classificações por dimensão, não há partido clientelista, pós-materialista ou com apelo eleitoral étnico. A Frente para a Vitória, que é a facção vinculada aos Kirchner no PJ, foi avaliada como uma combinação de programática e clientelista. Com base na opinião de um único especialista, são dois partidos ou alianças clientelistas, o Compromisso Federal e a Frente Renovadora vinculada a Massa, e dois pós-materialistas, a CC e o PRO.

A Venezuela, por sua vez, passou por uma transformação mais radical, já que os partidos tradicionais não conseguiram recuperar o predomínio anterior, ao mesmo tempo em que forças surgiram e se tornaram dominantes, tanto do lado do governismo como do lado da oposição.

Os principais partidos representados na Câmara Baixa até a realização da última eleição em 2015 (AD, COPEI, LCR, PJ, PODEMOS, PPT, Projeto Venezuela, PSUV e UNT), que, juntos, conquistaram no pleito anterior 96,97% das vagas, estão concentrados em torno do centro e são, na maioria dos casos, seculares. Porém o fato de que o PSUV, que detinha, sozinho, 58,18% das cadeiras e governa o país, tenha sido classificado como esquerda, assim como o PPT, faz com que se configure uma polarização ideológica, já que, dos seus

principais opositores na época (AD, COPEI, PJ, Projeto Venezuela e UNT), só o UNT não está no centro ou na centro-direita. Na dimensão secular-cristão, há dois partidos entre as principais forças políticas até 2015 que foram classificados como cristãos, o COPEI e o Projeto Venezuela.

Considerando o mesmo grupo de nove partidos e pelo menos uma classificação por dimensão, nenhuma força foi avaliada como clientelista, pós-materialista ou de apelo eleitoral étnico. AD, COPEI, LCR, PJ e PSUV foram classificados como uma combinação de programático e clientelista.

De uma forma geral, os sistemas partidários da Argentina e da Venezuela transitaram da perda de legitimidade dos partidos tradicionais até o início da década de 2000 para cenários que se caracterizavam, no momento desta classificação, pela polarização em torno da adesão ou da oposição aos projetos políticos iniciados por, respectivamente, Néstor Kirchner em 2003 e Hugo Chávez em 1999. No caso argentino, tratava-se mais de uma polarização entre apoiar ou se opor ao governo de turno do que em termos ideológicos, já que os principais partidos estavam distribuídos em torno do centro. Na Venezuela, por sua vez, tratava-se de uma polarização em ambos os sentidos.

Também diferentemente do caso venezuelano, a oposição ao kirchnerismo, na Argentina, não se dava por meio da formação de um bloco opositorista. Apesar das divergências, os partidos de oposição ao chavismo, na Venezuela, começaram a se articular na Coordenadora Democrática (CD) e disputaram a eleição legislativa de 2015 sob uma única sigla, a da MUD (Mesa de Unidade Democrática). A confrontação ao kirchnerismo nunca chegou a esse ponto, e foi, em si mesma, alvo de disputa acirrada, desde o próprio peronismo, por figuras como Eduardo Duhalde, os Rodríguez Saá e Sergio Massa, ao PRO. Por outro lado, na última eleição presidencial, em 2015, foi uma aliança oposicio-

nista em torno da candidatura de Mauricio Macri, do PRO, reunindo seu partido, UCR e CC, que conseguiu tirar o kirchnerismo do poder.

Em termos dos principais partidos no momento da classificação, havia uma concentração em torno do centro, na Argentina, desde o centro-esquerda ao centro-direita, sem a presença de forças cristãs, clientelistas, pós-materialistas ou com apelo eleitoral étnico, que assim fossem classificadas por, ao menos, dois especialistas. É de chamar a atenção o fato de que, em um país utilizado na literatura como caso de estudo do clientelismo na América Latina (Amaral; Stokes, 2005; Stokes et al., 2013), nenhum dos sete partidos ou alianças mais importantes tenha sido avaliado como clientelista. Os que chegaram mais perto disso foram a Frente para a Vitória, partido classificado como uma combinação de programático e clientelista, e Compromisso Federal e Frente Renovadora, clientelistas para um especialista.

Do lado venezuelano, havia uma divisão de blocos ideológicos entre o chavismo, na esquerda, e a oposição de centro ou centro-direita, com dois partidos oposicionistas, COPEI e Projeto Venezuela, classificados como cristãos e nenhum, seja da situação ou da oposição, como clientelista, pós-materialista ou de apelo eleitoral étnico. Novamente, a ausência de forças clientelistas (cinco entre as principais foram avaliadas como uma combinação de programático e clientelista) chama a atenção, já que a Venezuela é outro caso de estudo do tema na literatura (Stokes et al., 2013). Também é de se notar a não existência de partido com apelo eleitoral étnico, considerando que, sob o chavismo, o tema tem sido abordado na legislação eleitoral e no discurso político.

Recebido para publicação em 27 de setembro 2016  
Recebido em 16 de julho de 2018

## REFERÊNCIAS

- ABAL MEDINA, J. M.; RATTO, M. C. El sistema de representación después del “diluvio”: hacia una relectura del esquema partidario argentino. In: INTERNATIONAL CONGRESS OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, 25., 2004, Las Vegas. *Proceedings...* Las Vegas: [S.n.], 2004.
- ALCÁNTARA SÁEZ, M. ¿Instituciones o máquinas ideológicas? Origen, programa y organización de los partidos políticos latinoamericanos. Barcelona: ICPS, 2004.
- \_\_\_\_\_. Elections in Latin America 2009-2011: a comparative analysis. *Working paper*, n. 386, p. 1-61, 2012.
- ALCÁNTARA, M.; RIVAS, C. Las dimensiones de la polarización partidista en América Latina. *Política y gobierno*, v. 14, n. 2, p. 349-390, 2007.
- AMARAL, S.; STOKES, S. C. (Org.). *La democracia local en Argentina: clientelismo, capital social, e innovación*. Buenos Aires: Universidad Tres de Febrero, 2005.
- BENOIT, K.; LAVER, M. *Party policy in modern democracies*. Milton: Nova York: Routledge, 2006.
- CANACHE, D. Urban poor and political order. In: MCCOY, J. L.; MYERS, D. (Org.). *The unraveling of representative democracy in Venezuela*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004. p. 33-49.
- CANNON, B. Class/race polarisation in Venezuela and the electoral success of Hugo Chávez: a break with the past or the song remains the same? *Third world quarterly*, v. 29, n. 4, p. 731-748, 2008.
- CHERESKY, I. Cambio de rumbo y recomposición política en Argentina: Néstor Kirchner cumple un año de gobierno. In: INTERNATIONAL CONGRESS OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, 25., 2004, Las Vegas. *Proceedings...* Las Vegas: [S.n.], 2004.
- COPPEDGE, M. A classification of Latin American political parties. *Working paper*, n. 244, p. 1-82, 1997.
- ELLNER, S.; HELLINGER, D. (Org.). *La política venezolana en la época de Chávez: clases, polarización y conflicto*. Caracas: Nueva sociedad, 2003.
- ESCOLAR, M. et al. Últimas imágenes antes del naufragio: las elecciones del 2001 en la Argentina. *Desarrollo económico*, v. 42, n. 165, p. 25-43, 2002.
- HEATH, O. Explaining the rise of class politics in Venezuela. *Bulletin of Latin American research*, v. 28, n. 2, p. 185-203, 2009.
- HELLINGER, D. Visión política general: la caída del puntofijismo y el surgimiento del chavismo. In: ELLNER, S.; HELLINGER, D. (Org.). *La política venezolana en la época de Chávez: clases, polarización y conflicto*. Caracas: Nueva Sociedad, 2003. p. 43-74.
- \_\_\_\_\_. When “no” means “yes to revolution”: electoral politics in Bolivarian Venezuela. In: ELLNER, S.; TINKER SALAS, M. (Org.). *Venezuela: Hugo Chávez and the decline of an “exceptional democracy”*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2007. p. 157-184.
- INGLEHART, R. *Culture shift in advanced industrial society*. Princeton: Princeton University Press, 1990.
- INGLEHART, R.; WELZEL, C. *Modernization, cultural change, and democracy: the human development sequence*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- KITSCHLITZ, H. et al. *Latin American party systems*. Nova York: Cambridge University Press, 2010.
- LAMOUNIER, B. Estrutura institucional e governabilidade na década de 90. In: REIS VELLOSO, J. P. dos (Org.). *O Brasil e as reformas políticas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992. p. 23-47.

- LÓPEZ MAYA, M. Hugo Chávez Frías: su movimiento y presidencia. In: ELLNER, S.; HELLINGER, D. (Org.). *La política venezolana en la época de Chávez: clases, polarización y conflicto*. Caracas: Nueva Sociedad, 2003. p. 97-120.
- LÓPEZ MAYA, M.; LANDER, L. E. Venezuela: las elecciones presidenciales de 2006 ¿Hacia el socialismo del siglo XXI? *Cuadernos del cendes*, v. 24, n. 64, p. 1-21, 2007.
- MADRID, R. L. *The rise of ethnic politics in Latin America*. Nova York: Cambridge University Press, 2012.
- MAINGON, T. Síntomas de la crisis y de la deslegitimación del sistema de partidos en Venezuela. In: INTERNATIONAL CONGRESS OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, 25., 2004, Las Vegas. *Proceedings...* Las Vegas: [S.n.], 2004.
- MAINWARING, S.; PÉREZ-LIÑÁN, A. *Democracies and dictatorships in Latin America: emergence, survival, and fall*. Nova York: Cambridge University Press, 2013.
- MAIR, P. Searching for the positions of political actors: a review of approaches and a critical evaluation of expert surveys. In: LAVER, M. (Org.). *Estimating the policy positions of political actors*. Londres: Routledge, 2001. p. 10-30.
- MUSTAPIC, A. M. Argentina: la crisis de representación y los partidos políticos. *América Latina hoy*, v. 32, p. 163-183, 2002.
- NOVARO, M. (Org.). *El derrumbe político en el ocaso de la convertibilidad*. Buenos Aires: Norma, 2002.
- RAMOS JIMÉNEZ, A. *Los partidos políticos en las democracias latinoamericanas*. Mérida: Universidad de los Andes, 1995.
- ROBERTS, K. M. Social correlates of party system demise and populist resurgence in Venezuela. *Latin American politics and society*, v. 45, n. 3, p. 35-57, 2003.
- ROSAS, G.; ZECHMEISTER, E. J. Ideological dimensions and left-right semantics in Latin America. INTERNATIONAL CONGRESS OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, 22., 2000, Miami. *Proceedings...* Miami: [S.n.], 2000.
- STOKES, S. C. et al. *Brokers, voters, and clientelism: the puzzle of distributive politics*. Nova York: Cambridge University Press, 2013.
- VAN COTT, D. L. *From movements to parties in Latin America: the evolution of ethnic politics*. Nova York: Cambridge University Press, 2005.
- WIESEHOMEIER, N.; BENOIT, K. Parties and presidents in Latin America: data from expert surveys in 18 Latin American countries, 2006-2007. [S.l.: S.n.], 2007. Disponível em: <www.wiesehomeier.net>. Acesso em: 31 ago. 2016.

## ANEXO

### Argentina

Especialistas, por ordem alfabética: Andrés Malamud (Universidade de Lisboa), Aníbal Pérez-Liñán (University of Notre Dame) e Ernesto Calvo (University of Maryland)

#### *Especialista 1, por ordem de resposta:*

Ação pela República (SR, P, M e 0); Acordo Cívico e Social (SCL, P, M e 0); Aliança Autonomista Liberal/Democrata Progressista/UCEDE (SR, P, M e 0); Aliança de Centro (SR, P, M e 0); Aliança FREGEN/FREPASO (SCL, P, M e 0); Aliança Esquerda Unida (-, P, M e 0); Aliança para o Trabalho, Justiça e Educação (SCL, PC, M e 0); Autodeterminação e Liberdade (SCL, P, M e 0); Autodeterminação e Liberdade/Democrata Progressista (SCL, P, M e 0); Bloquista (SC, C, M e 0); Coalizão Cívica - ARI (SCL, P, M e 0); Compromisso Federal (SC, C, M e 0); Frente Acordo Cívico e Social (SCL, P, M e 0); Frente Cívica (SCL, P, M e 0); Frente Cívica de Córdoba (SCL, P, M e 0); Frente Cívica Jujenha (SC, P, M e 0); Frente Cívica para a Vitória (SCL, P, M e 0); Frente Cívica por Santiago (SC, PC, M e 0); Frente Cívica e Social (SC, P, M e 0); Frente Cívica e Social de Catamarca (SCL, P, M e 0); Frente de Esquerda e dos Trabalhadores (SL, P, M e 0); Frente da Vitória (SCL, PC, M e 0); Frente Progressista Cívica e Social (SCL, P, M e 0); Frente Renovadora (SC, PC, M e 0); Frente Renovadora, a de Sergio Massa (SC, PC, M e 0); FREPASO (SCL, P, M e 0); Força Republicana (SR, PC, M e 0); GEN (Geração para um Encontro Nacional, SC, PC, M e 0); MODIN (SR, PC, M e 0); Movimento Popular Jujenho (SC, C, M e 0); Movimento Popular Neuquino (SC, C, M e 0); Partido Humanista (SC, P, M e 0); Partido Intransigente (SCL, P, M e 0); Partido Obreiro (SL, P, M e 0); Partido Renovador de Salta (SC, PC, M e 0); Partido Socialista (SCL, PC, M e 0); PJ (SC, PC, M e 0); PJ - Concertação Justicialista para a Mudança (SC, PC, M e 0); PJ - Frente Justicialista (SC, PC, M e 0); PJ - Frente Justicialista para a Vitória (SCL, PC, M e 0); PJ - Frente para a Vitória (SCL, PC, M e 0); PRO (SCR, PC, M e 0);

PRO - Frente Democrata (SCR, PC, M e 0); PRO - Frente União PRO Dignidade (SCR, PC, M e 0); PRO - Santa Fé Federal (SCR, PC, M e 0); PRO - União PRO (SCR, PC, M e 0); RECRIAR - União para Recriar Buenos Aires (SCR, P, M e 0); UCEDE (SR, P, M e 0); UCR (SC, PC, M e 0); UCR - Intransigente (SCL, P, M e 0); UNEN (SC, P, M e 0).

#### *Especialista 2, por ordem de resposta:*

Ação pela República (SCR, -, - e -); Aliança de Centro (SCR, P, - e -); Aliança Esquerda Unida (SL, -, - e -); Aliança para o Trabalho, Justiça e Educação (SCL, -, - e -); Bloquista (O, -, - e -); Coalizão Cívica - ARI (SC, P, - e -); Compromisso Federal (P, -, - e -); Frente Renovadora, a de Sergio Massa (P, -, - e -); FREPASO (SCL, P, - e -); Força Republicana (SR, P, - e -); GEN (SCL, P, - e -); MODIN (SR, P, - e -); Movimento Livres do Sul (SCL, -, - e -); Movimento Popular Foguino (O, -, - e -); Movimento Popular Jujenho (O, -, - e -); Movimento Popular Neuquino (O, -, - e -); Movimento Solidário Popular (O, -, - e -); Partido Branco dos Aposentados (P, -, - e -); Partido de Trabalhadores pelo Socialismo (SL, -, - e -); Partido Federal Foguino (O, -, - e -); Partido Humanista (-, P, PM e -); Partido Obreiro (SL, P, - e -); Partido Renovador de Salta (SCR, -, - e -); Partido Socialista (SC, -, - e -); PJ (O, -, - e -); Projeto Sul (SCL, P, - e -); UCEDE (SCR, P, - e -); UCR (SC, -, - e -); UCR - SUMA (SC, -, - e -); UNEN (SC, -, - e -); União para Viver Melhor (SC, -, - e -).

#### *Especialista 3, por ordem de resposta:*

Ação Federal para Buenos Aires (-, -, - e 0); Ação pela República (-, -, - e 0); Acordo Cívico e Social (-, -, - e 0); Aliança Autonomista Liberal/Democrata Progressista/UCEDE (SCR, -, M e 0); Aliança de Centro (SCR, -, M e 0); Aliança FREGEN/FREPASO (SCL, -, MPM e 0); Aliança Grande (-, -, - e 0); Aliança Esquerda Unida (SL, -, M e 0); Aliança Opositora (-, -, - e 0); Aliança para o Trabalho, Justiça e Educação (SC, -, MPM e 0); Aliança para Todos (-, -, - e 0); Aliança por Mendoza (-, -, - e 0); Aliança por San Juan (-, -, - e 0); Aliança Santacruzense (-, -, - e 0); Aliança Santafesina (-, -, - e 0); Aliança Saltenha (-, -, - e 0); Aliança Unidade

Socialista (-, -, - e 0); Autodeterminação e Liberdade (-, -, - e 0); Autodeterminação e Liberdade/Democrata Progressista (-, -, - e 0); Bloquista (-, -, - e 0); Coalizão Cívica - ARI (SCL, -, PM e 0); Compromisso Federal (P, -, M e 0); Confederação Federalista Independente (-, -, - e 0); Desenvolvimento e Justiça (-, -, - e 0); Diálogo por Buenos Aires (-, -, - e 0); Encontro para a Mudança (-, -, - e 0); Encontro Popular (-, -, - e 0); Encontro Popular para a Vitória (-, -, - e 0); Encontro por Corrientes (-, -, - e 0); FISCAL (-, -, - e 0); Frente Acordo Cívico e Social (-, -, - e 0); Frente Alternativa Pampeana (-, -, - e 0); Frente Ampla Formosenha (-, -, - e 0); Frente Ampla Progressista (-, -, - e 0); Frente Cívica (-, -, - e 0); Frente Cívica de Córdoba (-, -, - e 0); Frente Cívica Jujenha (-, -, - e 0); Frente Cívica para a Vitória (-, -, - e 0); Frente Cívica por Santiago (-, -, - e 0); Frente Cívica e Social (-, -, - e 0); Frente Cívica e Social de Catamarca (-, -, - e 0); Frente Cívica e Social na Terra do Fogo (-, -, - e 0); Frente Compromisso para a Mudança (-, -, - e 0); Frente de Esquerda e dos Trabalhadores (-, -, - e 0); Frente da Unidade (-, -, - e 0); Frente da Vitória (-, -, - e 0); Frente do Povo Riojano (-, -, - e 0); Frente de Unidade Provincial (-, -, - e 0); Frente Entrerriana para a Produção e o Trabalho (-, -, - e 0); Frente Federal (-, -, - e 0); Frente Fundacional para a Mudança (-, -, - e 0); Frente Jujenha (-, -, - e 0); Frente Justiça para Santa Fé (-, -, - e 0); Frente Justiça, União e Liberdade (-, -, - e 0); Frente Movimento Popular (-, -, - e 0); Frente Movimento Vida e Compromisso (-, -, - e 0); Frente Nova (-, -, - e 0); Frente Novo Encontro (-, -, - e 0); Frente Pampeana Cívica e Social (-, -, - e 0); Frente para a Mudança (-, -, - e 0); Frente para a Unidade (-, -, - e 0); Frente para Todos (-, -, - e 0); Frente Polo Social (-, -, - e 0); Frente Popular (-, -, - e 0); Frente Popular Bonaerense (-, -, - e 0); Frente Popular Riojana (-, -, - e 0); Frente Popular Saltenha (-, -, - e 0); Frente pela Inclusão Social (-, -, - e 0); Frente pela Integração (-, -, - e 0); Frente pela Lealdade (-, -, - e 0); Frente por um Novo País (-, -, - e 0); Frente Produção e Trabalho (-, -, - e 0); Frente Progressista Cívica e Social (-, -, - e 0); Frente Proposta Federal (-, -, - e 0); Frente Projeto Corrientes (-, -, - e 0); Frente Renovadora (SC, C, M e 0); Frente Renovadora, a de Sergio Massa (SC, C, M e 0); Frente Renovadora da Concordia (-, -, - e 0); Frente Social Entre Ríos Tem Futuro (-, -, - e 0); Frente Unida por Catamarca (-, -, - e 0); Frente União por Buenos Aires (-, -, - e 0); Frente União por San Juan (-, -, - e 0); FREPASO (SCL, P, MPM e 0); Força Cívica Riojana (-, -, - e 0); Força de Unidade Popular (-, -, - e 0); Força Portenha (-, -, - e 0); Força Republicana (-, -, - e 0); GEN (-, -, - e 0); Instrumento Eleitoral pela Unidade Popular (-, -, - e 0); Lema Riojano para Trabalho e Produção (-, -, - e 0); MODIN (SR, PC, M e 0); Movimento Federalista Pampeano (-, -, - e 0); Movimento Livres do Sul (-, -, - e 0); Movimento Popular Foguino (-, -, - e 0); Movimento Popular Jujenho (-, -, - e 0); Movimento Popular Neuquino (SCR, C, M e 0); Movimento Solidário Popular (-, -, - e 0); Novo Espaço Entrerriano (-, -, - e 0); Partido Ação Chubutense (-, -, - e 0); Partido Autonomista (-, -, - e 0); Partido Branco dos Aposentados (-, -, - e 0); Partido Conservador Popular (-, -, - e 0); Partido da Cidade (-, -, - e 0); Partido da Cultura, da Educação e do Trabalho (-, -, - e 0); Partido da Renovação Democrática (-, -, - e 0); Partido Democrata (-, -, - e 0); Partido Democrata Cristão (XCL, -, M e 0); Partido Democrata Progressista (SCR, -, M e 0); Partido de Trabalhadores pelo Socialismo (-, -, - e 0); Partido Fé (-, -, - e 0); Partido Federal Foguino (-, -, - e 0); Partido Humanista (SCL, -, PM e 0); Partido Intransigente (SCL, -, M e 0); Partido Liberal (-, -, - e 0); Partido Nacionalista Constitucional UNIR (-, -, - e 0); Partido Novo (-, -, - e 0); Partido Obreiro (SL, P, M e 0); Partido Renovador de Salta (-, -, - e 0); Partido Socialista (SCL, -, M e 0); Partido Socialista Autêntico (-, -, - e 0); Partido Socialista Popular (-, -, - e 0); Partido União Celeste e Branco (-, -, - e 0); PJ (SC, PC, M e 0); PJ - Concertação Justicialista para a Mudança (-, -, - e 0); PJ - Frente Chaco Merece Mais (-, -, - e 0); PJ - Frente Fundacional Justicialista (-, -, - e 0); PJ - Frente Justicialista (SC, PC, M e 0); PJ - Frente Justicialista Bonaerense (SC, PC, M e 0); PJ - Frente Justicialista Chaco (-, -, - e 0); PJ - Frente Justicialista Compromisso para Mendoza (-, -, - e 0); PJ - Frente Justicialista da Esperança (-, -, - e 0); PJ - Frente Justicialista do Chubut (-, -, - e 0); PJ - Frente Justicialista de Libertação (-, -, - e 0); PJ - Frente Justicialista do Povo (-, -, - e 0); PJ - Frente Justicialista Entrerriana (-, -, - e 0); PJ - Frente Justicialista É Possível (-, -, - e 0); PJ - Frente Justicialista para a Vitória (SCL, PC, M e 0); PJ - Frente Justicialista para a Mudança (-, -, - e 0); PJ - Frente Justicialista Popular (-, -, - e 0); PJ - Frente Justicialista Provincial (-, -, - e 0);

PJ - Frente Justicialista Solidária (-, -, - e 0); PJ - Frente Justicialista Todos para a Mudança (-, -, - e 0); PJ - Frente para a Vitória (SCL, PC, M e 0); PJ - Frente para a Vitória Riojana (SCL, PC, M e 0); PJ - Frente para a Vitória Santacruzenha (SCL, PC, M e 0); PJ - Partido Justicialista La Pampa (-, -, - e 0); PJ - Peronismo Mais ao Sul (-, -, - e 0); PRO (SCR, P, PM e 0); PRO - Frente Demócrata (SCR, P, PM e 0); PRO - Frente União PRO Dignidade (SCR, P, PM e 0); PRO - Santa Fé Federal (SCR, P, PM e 0); PRO - União PRO (SCR, P, PM e 0); Projeto Sul (SL, P, MPM e 0); RECRIAR - União para Recriar Buenos Aires (-, -, - e 0); Salta Somos Todos (SCR, P, PM e 0); Todos por Entre Ríos (SCR, P, PM e 0); UCEDE (SR, P, M e 0); UCR (SC, -, MPM e 0); UCR - Aliança para Tucuman (SC, -, MPM e 0); UCR - Aliança pela Pampa (SC, -, MPM e 0); UCR - Aliança pela Patagônia (SC, -, MPM e 0); UCR - Concertação para o Desenvolvimento (SC, -, MPM e 0); UCR - Frente Mudemos para Crescer (SC, -, MPM e 0); UCR - Frente Cívica Federal (SC, -, MPM e 0); UCR - Frente de Todos (SC, -, MPM e 0); UCR - Intransigente (SC, -, MPM e 0); UCR - Movimento Popular Catamarquenho (SC, -, MPM e 0); UCR - SUMA (SC, -, MPM e 0); UCR - UDESO Mendoza (SC, -, MPM e 0); UCR - UDESO Salta (SC, -, MPM e 0); UNA (-, -, - e 0); Uma Nova Opção (-, -, - e 0); UNEN (SC, -, - e 0); Unidade Bonaerense (-, -, - e 0); Unidade Federalista (-, -, - e 0); Unidos pela Liberdade e pelo Trabalho (-, -, - e 0); Unidos por Salta (-, -, - e 0); Unidos por San Juan (-, -, - e 0); União para o Desenvolvimento Social (-, -, - e 0); União para Viver Melhor (-, -, - e 0); União pelo Chaco (-, -, - e 0); União por Córdoba (-, -, - e 0); União por Entre Ríos (-, -, - e 0); União por um Novo Chaco (-, -, - e 0).

## Venezuela

Especialistas, por ordem alfabética: Jennifer Cyr (University of Arizona) e Zaira Reverón (Universidad Simón Bolívar)

### *Especialista 1, por ordem de resposta:*

AD (SCL, -, - e -); ABP (SR, -, - e -); AD - Oposição (SCL, -, - e -); APC (Aliança para a Mudança, SL, -, - e -); Abertura (SCL, -, - e -); Causa Comum (SCR, -, - e -); CONIVE (O, -, - e -);

Convergência (XCR, -, - e -); COPEI (XC, -, - e -); CCN (Cruzada Cívica Nacionalista, SR, -, - e -); Contas Claras (SCL, -, - e -); F-1 (SC, -, - e -); FND (Frente Nacional Democrática, SR, -, - e -); FDP (Força Democrática Popular, SL, -, - e -); FUNDACIDI (O, -, - e -); GE (Gente Emergente, SCL, -, - e -); IPFN (SC, -, - e -); IRENE (O, -, - e -); LCR (SCL, -, - e -); LS (Liga Socialista, SL, -, - e -); MinhaZulia (O, -, - e -); MAN (U, -, - e -); MAS (SCL, -, - e -); MIN (Movimento de Integridade Nacional, SCR, -, - e -); MDP-BR (SL, -, - e -); MEP (SL, -, - e -); MENI (Movimento Nacional Eleitoral Independente, U, -, - e -); MiGato (U, -, - e -); MIR (Movimento de Esquerda Revolucionária, SL, -, - e -); MPV (Movimento Progressista da Venezuela, SCL, -, - e -); NA (U, -, - e -); NGD (SC, -, - e -); OFM (Organização Força em Movimento, U, -, - e -); OPINA (Opinião Nacional, SC, -, - e -); ORA (O, -, - e -); PCV (SCL, -, - e -); PNI (Partido Nacional Integracionista, SR, -, - e -); PRIN (Partido Revolucionário de Integração Nacionalista, SL, -, - e -); PSUV (P, -, - e -); PSV (U, -, - e -); PPT (SC, -, - e -); PODEMOS (SCL, -, - e -); PJ (SC, -, - e -); Projeto Venezuela (SC, -, - e -); PUAMA (Povos Unidos Multiétnicos do Amazonas, O, -, - e 1); Renovação (U, -, - e -); SI (Solidariedade Independente, O, -, - e -); UNT (SCL, -, - e -); UDH (Unidos pelos Direitos Humanos, O, -, - e -); UPV (Unidade Popular Venezuelana, SL, -, - e -); URD (SCL, -, - e -); VUC (Vanguarda Unitária Comunista, SL, -, - e -).

### *Especialista 2, por ordem de resposta:*

AD (SC/SCR, PC, M e 0); ABP (SCL, PC, M e 0); CONIVE (SL, P, PM e 1); COPEI (XCR, PC, M e 0); IRENE (P, -, M e 0); LCR (SCL, P/PC, M e 0); MAS (SCL, P/PC, M e 0); MDP-BR (SL, P, M e 0); MiGato (P, NS, M e 0); ORA (XCR, P, PM e 0); PCV (SL, P, M e 0); PSUV (SL, PC, M e 0); PPT (SL, P, M e 0); PODEMOS (SL, P, M e 0); PJ (SCR, P/PC, M e 0); Projeto Venezuela (XCR, P, M e 0); UNT (SCL, P, M e 0).

**FROM THE LOSS OF LEGITIMACY TO  
POLARIZATION: the parties and party systems of  
Argentina and Venezuela**

*João Carlos Amoroso Botelho*

The paper updates the classifications of Coppedge (1997) for the parties of Argentina and Venezuela, adding to the original dimensions of left-right and Christian or secular three others, programmatic or clientelistic, materialistic or post-materialistic and ethnic electoral appeal. To do so, it is based on the literature and on an expert survey. One conclusion is that there was little variation in relation to Coppedge's assessments, with the main parties located around the center, except for the PSUV in Venezuela, which was classified as secular left. Regarding the party systems, the two countries have transited from the legitimacy loss of its traditional parties until the early 2000s to scenarios characterized at the time of this classification by polarization around the adhesion or opposition to *kirchnerismo* or *chavismo*. Unlike the Venezuelan case, the polarization in Argentina was more between supporting or opposing the government of each moment than in ideological terms.

**KEYWORDS:** Classification. Ideology. Political Parties. Argentina. Venezuela.

**DE LA PERTE DE LA LÉGITIMITÉ À LA  
POLARISATION: les partis et les systèmes de  
partis en Argentine et au Venezuela**

*João Carlos Amoroso Botelho*

L'article jour évaluations de Coppedge (1997) pour les parties de l'Argentine et Venezuela, en ajoutant aux dimensions originales de gauche-droite et chrétien ou laïque trois autres: programmatiques ou clientélistes, matérialistes ou post-matérialistes et de recours électoral ethnique. Pour ce faire, il est basé sur la littérature et sur une enquête auprès des experts. Une conclusion est qu'il y avait peu de variation par rapport aux évaluations de Coppedge, avec les principales parties concentrées autour du centre, à l'exception du PSUV au Venezuela, qui a été classé comme laïque gauche. En ce qui concerne les systèmes de partis, les deux pays ont transité par la perte de légitimité des partis traditionnels jusqu'au début des années 2000 pour les scénarios qui ont été caractérisés au moment de cette classification par la polarisation autour de l'adhésion ou d'opposition à *kichnerismo* ou *chavismo*. Contrairement au cas du Venezuela, la polarisation en Argentine était plus entre le soutien ou combattre le gouvernement à un moment qu'en termes idéologiques.

**MOTS CLÉS:** Classement. Idéologie. Partis Politiques. Argentine. Venezuela.

## SUJEITOS? A JUSTIÇA DO TRABALHO E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS TRABALHADORES

Renata Queiroz Dutra\*

SILVA, F. T. da. *Trabalhadores no Tribunal: conflitos e justiça do trabalho em São Paulo no contexto do golpe de 1964*. São Paulo: Ed. Alameda, 2016. 307p.

A obra analisada, fruto da tese de livre-docência do historiador Fernando Teixeira da Silva (Professor do Departamento de História da UNICAMP), oferece uma importante releitura do papel da Justiça do Trabalho no processo de organização e construção da identidade dos trabalhadores, em sua luta por direitos.

Revisando o clássico entendimento de que a estrutura corporativista imposta por Getúlio Vargas no Brasil teria operado, tendo por braço a Justiça do Trabalho, no sentido de manter os conflitos sociais sob o controle do Estado, arrefecendo as lutas e a construção política da classe trabalhadora, Fernando Teixeira da Silva oferece, a partir de farto estudo empírico, um panorama complexificado das disputas internas e dos avanços jurisprudenciais da Justiça Trabalhista em defesa dos trabalhadores, bem como ilustra as interações maduras e articuladas das organizações dos trabalhadores com as dinâmicas dos Tribunais.

Nesse sentido, o autor propõe um desagravo à leitura que a academia historicamente fez da Justiça do Trabalho, entendendo-a como *locus* relevante da construção identitária da classe trabalhadora brasileira e vislumbrando,

no papel desempenhado pelo poder judiciário trabalhista em matéria de reconhecimento dos direitos dos trabalhadores, notadamente de reajustes salariais e da legalidade das greves, um importante componente para a deflagração do golpe militar de 1964.

Para cumprir essa empreitada, o autor parte do levantamento empírico dos dissídios coletivos julgados pelo Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo durante o fatídico período, que se inicia em janeiro de 1963 e vai até março de 1964.

É a partir da análise do exercício do poder normativo da Justiça do Trabalho que o pesquisador constrói as reflexões que orientam a obra. Tal poder consiste na competência atribuída aos Tribunais Trabalhistas de, resolvendo conflitos deflagrados no processo de negociação entre empregadores e sindicatos de trabalhadores, estabelecer, por meio de decisão judicial, normas econômicas e sociais a vigorarem entre as partes, com força de lei. Amplamente criticado no âmbito jurídico, por ser considerado uma das marcas autoritárias e paternalistas de nossa legislação em relação à negociação coletiva (Delgado, 2016), tal poder veio a ser restringido por meio da Emenda Constitucional nº 45/2004, que limita as possibilidades de ajuizamento de dissídios coletivos. A proposta de Fernando Teixeira da Silva, todavia, é compreender os usos e manejos do poder normativo nas contingências históricas do período analisado, e não como figura abstrata.

No caminho da pesquisa, os processos judiciais são tomados como rica fonte historiográfica documental, na medida em que permitem acesso às narrativas tecidas pelas partes envolvidas, aos documentos trazidos aos autos e aos percursos traçados no âmbito da burocracia judicial para a construção e revisão das decisões.<sup>1</sup>

A partir de uma abordagem alinhada com a construção de Edward Thompson

\* Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Direito. Rua Da Paz, S/N. Graça. Cep: 40150140. Salvador – Bahia – Brasil. renataqduutra@gmail.com

<sup>1</sup> O que, inclusive, conduz o autor ao debate sobre a preservação nos arquivos da Justiça do Trabalho em um “capítulo-bônus”.

acerca da categoria da experiência como fator constitutivo das classes e acerca da cultura plebeia subjacente ao estabelecimento das hegemônias (Thompson, 1998, 2011), Fernando Teixeira da Silva busca compreender como estruturas que haviam sido criadas para a dominação e contenção dos trabalhadores foram inteligentemente manipuladas pelos “de baixo”, revelando permeabilidades entre seus membros e demonstrando a configuração de uma relevante arena de conflitos e disputas. É reivindicada, portanto, uma compreensão do papel dos trabalhadores como sujeitos ativos da construção da ordem jurídica, seja por meio de sua luta social, seja por meio de sua atuação na disputa da arena judicial.

A atuação da Justiça do Trabalho, também numa abordagem Thompsoniana, é compreendida sob o signo da ambiguidade (Thompson, 1998, p. 20): afastando a ideia de uma predisposição do Judiciário Trabalhista a decisões favoráveis a empregados ou a empregadores *a priori*, a pesquisa abre margem para a compreensão da historicidade dos julgamentos realizados e sua permeabilidade às intensas lutas sociais pautadas naquele momento.

A tese principal do autor é a de que a ação sindical, já no ano de 1963, revela ampla mobilização da Justiça do Trabalho em favor das pautas e dos interesses dos trabalhadores e, ao contrário do que se costuma registrar, evidencia que essa mobilização judicial não implicava anulação de outras formas de mobilização: o autor detecta o manejo articulado de formas de ação institucional e outras formas de luta (como greves e manifestações) pelos trabalhadores, no período analisado.

Para Silva, a historiografia assentada exclusivamente nas narrativas e memórias de dirigentes sindicais, sem mediações e confrontações empíricas, acaba por obnubilar, por meio dos complexos processos de seleção, edição criativa e politização das memórias, dinâmicas institucionais importantes (Silva, 2016, p. 209). Daí porque o recurso aos autos judiciais, devidamente preservados e confrontados com

memórias e depoimentos de trabalhadores e militantes, revela distorções e contradições que, se compreendidas historicamente, enriquecem a análise do objeto e de sua complexidade.

O caminho percorrido por Fernando Teixeira da Silva envolve revisitar as leituras históricas empreendidas em relação ao surgimento da Justiça do Trabalho e da própria legislação social brasileira, mapeando criticamente as teses no sentido de que o projeto autoritário varguista teria completado sua missão de sufocar as organizações de trabalhadores.

Sob o irônico título “A historiografia de uma justicinha”, Silva (2016, p. 35) revela que o desprestígio e a marginalização conferidos ao direito do trabalho e à Justiça do Trabalho, no meio jurídico nacional, reverberaram em uma determinada leitura acadêmica do Judiciário trabalhista que só recentemente começa a ser superada, para que ela alcance alguma “cidadania acadêmica” (Silva, 2016, p.41-42).

Para questionar essa tradição, o autor enfrenta a constituição do varguismo em suas ambiguidades, lançando luzes sobre a apropriação, pelos trabalhadores, do campo de força judicial em favor de suas lutas, a ponto de identificar aquilo que denomina de “consciência jurídica de classe” (Silva, 2016, p.47), que teria sido desenvolvida no uso da jurisdição como forma de luta e (ou) pressão contra os empregadores. Não houve, na pesquisa empreendida, identificação de incompatibilidade entre o acionamento da Justiça do Trabalho e a mobilização coletiva dos trabalhadores, mas, em verdade, a confirmação de seu caráter complementar.

Nesse sentido, é feita uma análise comparativa dos modelos justralhistas contratuais (Inglaterra, Canadá e EUA) e legais, a fim de demonstrar que a opção por sistemas negociados, com ampla liberdade para as partes, e a opção por sistemas bifrontes (comportando negociação, mas com alguma margem de intervenção estatal) não estabelecem, *a priori*, a característica democrática ou as dinâmicas de

luta dos trabalhadores de um determinado sistema. Nesse sentido, pontua Fernando Teixeira da Silva que, embora o poder normativo tenha sido historicamente uma fonte de desprestígio do Judiciário brasileiro, as críticas a essa opção institucional devem ser problematizadas à luz da concretude das relações sociais e institucionais que ela ensejou em um dado contexto histórico.

Silva também dissecou as características do sistema trabalhista brasileiro e as confronta com o sistema fascista italiano, demonstrando a impertinência da associação sempre estabelecida, no senso comum, entre os dois modelos: “a comparação não pode se ater tão somente aos aspectos formais das instituições dos dois países, mas deve considerar os contextos históricos em que estas foram formadas e se desenvolveram” (Silva, 2016, p. 105). Assim, Silva observa como a magistratura brasileira sobreviveu à ditadura que a criou e construiu uma ação contra-hegemônica em momentos autoritários, a exemplo do período que precede o golpe de 1964; o que não aconteceu com a magistratura de Mussolini, cujo arranjo institucional não contou com a mesma adaptabilidade e flexibilidade da estrutura observada no Brasil, a qual foi apta, ao final, a se constituir como arena política de disputas reais entre capital e trabalho.

Feita a revisão bibliográfica, a pesquisa empírica que subsidia a obra permite ao autor chegar a alguns achados inusitados, como, por exemplo, a crescente articulação entre processos judiciais e greves no período estudado, a maior amplitude das demandas colocadas no Judiciário do que daquelas negociações estabelecidas com o empregador sem intervenção judicial, ou, ainda, o progressivo aumento do número de decisões favoráveis aos trabalhadores ao longo do ano de 1963, sendo que essa intervenção pró-trabalhadores da Justiça do Trabalho mostrou-se mais incisiva justamente nos períodos de tempo, localidades e categorias que demonstraram maior mobilização e agitação política, de modo a registrar a per-

meabilidade da justiça do trabalho às pressões engendradas pelos trabalhadores e sua contribuição para o caldeirão de pressão política que precedeu o golpe de 1964.

O levantamento empírico também evidencia que os reajustes salariais mais vantajosos aos trabalhadores foram alcançados por meio de decisões judiciais, e não por meio de negociações diretas com os empregadores, sem intervenção da Justiça do Trabalho. As decisões judiciais, que, num primeiro momento do acervo empírico, aproximaram os reajustes concedidos das estimativas técnicas de elevação dos custos de vida, aos poucos foram se afastando desse critério, em favor das demandas reais dos trabalhadores nos processos judiciais, movimento que foi acentuado com a alta inflacionária. Aliás, fica registrado na pesquisa que confrontos entre juízes e governo, nesse sentido, marcam o início do regime militar, que adotou medidas enérgicas para “vencer” a magistratura trabalhista.

Nessa toada, Fernando Teixeira da Silva observa que o recurso ao poder normativo assegurou aos trabalhadores, no período analisado, maiores benefícios do que as negociações diretas com os empregadores, processo que, todavia, não inibiu a organização coletiva obreira, tampouco as agitações grevistas que marcam o período.

Desse modo, os limites e as possibilidades das decisões judiciais são mapeados pelo autor, assim como a significativa permeabilidade do judiciário à conjuntura social subjacente. Nesse sentido, a expertise da advocacia sindical em manejar os processos por meio de estratégias que melhor atendessem aos interesses de classes é desnudada, retirando-se o véu da suposta relação infantilizada que comumente se proclamava entre trabalhadores e tribunais. Analisando as dinâmicas de julgamento nos tribunais, é verificada uma polarização classista e ideológica entre os juízes, assim como um significativo comprometimento dos juízes classistas (figura que existiu na Justiça do Trabalho até a Emenda Constitucional nº

24/1999, que os extinguiu) com as respectivas pautas dos grupos representados, à revelia de uma subestimação do papel desses sujeitos, declarada por pesquisas anteriores.

A consulta aos registros contidos nos autos processuais analisados ainda revelou que o caráter proibitivo da norma regente da greve no período (Decreto-Lei nº 9.070) era contornado, conforme critérios de conveniência, por decisões judiciais de frequência progressivamente maior no ano de 1963. Em verdade, as brechas encontradas pelos trabalhadores revelaram a incapacidade da Justiça do trabalho para conter movimentos paredistas, chegando, em certas ocasiões, até mesmo a estimulá-los (a exemplo da ameaça de greve com o propósito de suscitar dissídio coletivo).

O autor ressalta como esse aspecto passou despercebido pela literatura especializada, não obstante sua relevância política. A lição tirada pelo autor é a de que “trabalhadores e movimento sindical aprenderam a jogar com e contra as armas oferecidas pelo decreto-lei nº 9070, o que não tem merecido a atenção dos pesquisadores” (Silva, 2016, p. 199), sendo que as decisões proferidas nos dissídios em que houve incidência de greve se mostraram até mais favoráveis aos trabalhadores, se comparadas às daqueles dissídios em que não houve greve. Ressalta, também aqui, a convivência da deflagração de greves com a utilização de dissídios coletivos no âmbito judicial, sem que se tenha recaído no equívoco da judicialização despolitizante.

A mesma consciência jurídica de classe é evidenciada pelo autor em relação aos trabalhadores rurais, entre os quais revela que o discurso dos direitos foi mais tangível do que o discurso da reforma agrária, mesmo na diretriz dos militantes de esquerda da época. A visitação de pesquisas recentes e a análise de alguns dissídios coletivos referentes ao meio rural revelaram ao autor o papel jogado pela CLT e pela Justiça do trabalho até mesmo no imaginário camponês, refutando a tese de um “vácuo jurídico” no meio rural. Silva ressalta o pa-

pel das instituições trabalhistas como “fontes de insolência” dos trabalhadores rurais, bem como a eclosão de greves importantes no meio rural em 1963. As disputas no meio agrário, na década de 1960, e temor dos proprietários de terra em relação a elas também compõem, segundo o autor, o cenário do golpe de 1964.

Nessa esteira, as conclusões do autor caminham para uma revisão do posicionamento hodierno da academia em relação à judicialização dos conflitos do trabalho, colocando esse fenômeno não como fator de arrefecimento da luta de classes, mas como elemento constitutivo da classe trabalhadora brasileira e de suas lutas: na medida em que os tribunais se apresentaram como arena de disputa de direitos e interesses, os trabalhadores ocuparam esse espaço e participaram ativamente da construção dos fundamentos e da ação institucional da Justiça do Trabalho, conseguindo permear, em muitos momentos, sua atuação, sem perder de vista, é claro, os limites dessa ação institucional.

O caldo político formulado pela esquerda mediante esgarçamento dos conflitos de classe no início da década de 1960 não apenas implicou um aprofundamento da organização coletiva dos trabalhadores, mas também uma captura inteligente e eficiente das instituições estatais em muitos momentos, de modo concertado e articulado, o que demonstra a capilaridade da ação dos trabalhadores naquele momento histórico.

Nesse sentido, resgata que os caminhos abertos pela cidadania regulada pavimentaram brechas e precedentes para a formulação de uma concepção mais universal de direitos sociais.

O desagravo feito à Justiça do Trabalho, que, na concepção do autor, foi punida em razão da sua atuação pró-trabalhadores no ano de 1963, não apenas pela Ditadura Militar, mas também pela memória e pela academia brasileiras, lança luzes sobre o processo de formação da classe trabalhadora no Brasil e sobre a compreensão da complexidade de seu imaginário e de suas formas de luta.

Em um contexto político de esvaziamento das arenas públicas e de diagnóstico corrente no sentido de que a fragilização dos movimentos sociais e sindicais decorreria, sobretudo, da acomodação dos sujeitos na esfera da institucionalidade estatal, a obra de Fernando Teixeira da Silva pode fornecer lições históricas para a reinvenção das lutas (e articulações de lutas) da classe trabalhadora em contexto de avanço do neoliberalismo e conflitos intrainstitucionais.

Mediante esforço de lançar o olhar sobre os trabalhadores como sujeitos e suas práticas de resistência nos subterrâneos da história, Fernando Teixeira da Silva confere lugar de protagonismo aos subalternos, mostrando o potencial das insurgências, que borbulham do passado para desestabilizar o presente, tornando-o frágil e desfamiliarizado (Holston, 2013, p. 62).

Recebido para publicação em 28 de dezembro 2017  
Recebido em 25 de julho de 2018

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Decreto-Lei nº 9070, de 15 de Março de 1946. Dispõe sobre a suspensão ou abandono coletivo do trabalho e dá outras providências. (Revogado pela Lei nº 4.330, de 1º.6.1964). *Diário Oficial [da] União*, Brasília, DF, 16 mar. 1943. Seção1, p.3829.
- DELGADO, M. G. *Curso de Direito do Trabalho*. São Paulo: LTr, 2016.
- HOLSTON, J. *Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- SILVA, F. T. da. *Trabalhadores no Tribunal: conflitos e justiça do trabalho em São Paulo no contexto do golpe de 1964*. São Paulo: Ed. Alameda, 2016. 307p.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*, volume I: a árvore da Liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

**Renata Queiroz Dutra** – Doutora e Mestra em Direito pela UNB, Professora do Departamento de Direito Privado da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia. Integra o *Grupo de Pesquisas “Trabalho, Precarização e resistências” (CRH/UFBA)*, desenvolvendo pesquisas na área de regulação do trabalho. Suas mais recentes publicações são: *Trabalho, regulação e cidadania: a dialética da regulação social do trabalho* (São Paulo: LTr, 2018).



## DISSERTAÇÕES E TESES

- ✓ CUNHA, Wanessa. *O jardim secreto* das seleções: processos partidários para elaboração das listas de candidatos a vereador nas eleições de 2016 em Salvador. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, defendida em 07 de agosto de 2018, sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Fábio Dantas Neto.

O objetivo central desta tese é analisar como as organizações partidárias selecionam seus candidatos no sistema político e eleitoral brasileiro através da comparação dos processos de seleção realizados por doze partidos (PT, DEM, MDB, PSDB, PSB, PPS, PV, PRB, PSC, PTN, PCdoB e PSOL), tendo como base o cargo de vereador nas eleições de 2016 em Salvador, assim como compreender as estratégias eleitorais, as regras formais e informais que interferem na composição das listas finais. Para efeito comparativo, utiliza-se o conceito de institucionalização de Panebianco (2005), a partir do qual busca-se responder a seguinte questão: em que medida os processos partidários afetam a inclusividade dos perfis selecionados e o grau de representatividade demográfica das listas de candidatos? A tese buscou desvendar o jardim secreto das seleções através de entrevistas com os gatekeepers dos partidos para demonstrar como estes controlam a elaboração das listas finais. A pesquisa questiona as consequências da seleção quanto à representatividade demográfica, através da composição social dos atores envolvidos no recrutamento e das listas partidárias. A conclusão a que se chega é que os dirigentes partidários decidem e controlam os processos de seleção, porém, limitados pelas estratégias eleitorais e menos pelas regras informais que eles estabelecem. Palavras-chave: Organização partidária. Recrutamento legislativo. Seleção de candidatos. Democracia representativa.

- ✓ SANTOS, Lícia Maria de Souza. *As fronteiras do lugar na vida dos jovens*: um estudo nos bairros de Nordeste de Amaralina e Nova Brasília de Itapuã em Salvador-Bahia. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, defendida em 04 de maio de 2018, sob a orientação da Profa. Dra. Iracema Brandão Guimarães.

O estudo apresenta uma análise do acesso dos jovens à educação e mercado de trabalho, a partir da residência nos bairros de Nordeste de Amaralina e Nova Brasília de Itapuã, situados em Salvador, Bahia, Brasil. O desenvolvimento do estudo se baseou em conceitos como “estrutura de oportunidades”, e “efeito de lugar” considerando as escolhas e o futuro da geração diante das principais vias de integração na sociedade como educação e trabalho, mas compreendendo seus limites a partir de diálogos com os conceitos de segregação residencial, diante de um cotidiano marcado por carências materiais e violência. A metodologia contemplou a proximidade e a distância dos bairros em relação ao Centro da cidade, elegendo-se dois grupos representativos de situações opostas para realização das entrevistas: a) o jovem na condição “nem nem” e b) o jovem universitário da periferia. O estudo mostra a apreensão de novas disposições sociais, a importância das vivências nas trajetórias de educação e tra-

balho, e a grande distância entre as classes sociais. No caso do Nordeste de Amaralina, próximo ao Centro, a violência e estigmatização territorial concorrem para re-configurar a trajetória dos jovens enquanto periferia da cidade; e no caso do bairro Nova Brasília, repercute a distância do(s) centro(s) no acesso aos serviços, o que torna mais evidente as fronteiras que se erguem aos seus moradores. Palavras-chave: Segregação. Efeito de lugar. Habitus. Juventude. Periferia.

- ✓ CARVALHO, Isa Farias dos Santos de. *Mobilização comunitária na periferia de Salvador*: o bairro do Uruguai e a luta de moradores. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, defendida em 02 de maio de 2018, sob a orientação da Profa. Dra. Iracema Brandão Guimarães.

Este trabalho teve como objetivo investigar os mecanismos de mobilização comunitária empregados pelos moradores na sua luta contínua pelo direito de moradia no bairro Uruguai, situado na periferia de Salvador. Para a sua concretização, analisa-se o processo de consolidação do referido bairro, iniciado por meio de uma ocupação informal/ “invasão”, bem como, de forma complementar à problemática, busca-se entender a relação entre poder público e comunidade, no âmbito da ação política dos agentes locais. O desenvolvimento deste estudo baseou-se em análise de dados oficiais e em trabalho de campo da própria autora, apoiado em realização de observações e entrevistas com diferentes agentes no bairro. O principal argumento é que a mobilização comunitária ganhou novas formas de atuação, a partir da forte presença das mulheres e de uma crescente participação dos jovens, motivados por projetos sociais de cunho artístico, cultural e de uma participação política renovada. Palavras-chave: Periferia. Bairro. Luta comunitária. Bairro Uruguai. Salvador.

## EVENTOS

### ✓ CURSOS

21 a 25 de maio de 2018 – *Introdução à Sociologia das Emoções*, Dra. Marieze Rosa Torres (carga horária 20 horas).

O Curso buscou oferecer aos estudantes e profissionais das áreas de ciências sociais e humanas três teorias sociológicas de emoções que são centrais para a constituição e desenvolvimento da sociologia de emoções: 1. A teoria sócio-psico-fisiológica relacional de Theodore Kemper; 2. A teoria interacionista simbólica de Arlie Hochschild; 3. A teoria da construção social de Steven Gordon.

2º semestre de 2017 – *Reforma trabalhista no Brasil* – Profa. Dra. Isabela Fadul, Linauro Neto.

O Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (PPGCS/UFBA), no semestre 2017.2, ofertou a disciplina ‘Reforma trabalhista no

Brasil', sendo ministrada pelas Professoras Isabela Fadul e Graça Druck, contando ainda com os estagiários docentes Jeferson Inácio e Linauro Neto e as monitoras Sâmia Araújo e Naira Lima. Com um caráter marcadamente interdisciplinar, o curso recebeu 50 (cinquenta) alunos regularmente matriculados, dentre pós-graduandos, graduandos e alunos especiais, de diversas áreas, além da participação de ouvintes e professores convidados.

A disciplina teve como objeto investigar a reforma trabalhista e a sua relação com a precarização social do trabalho a partir de um processo de condenação e descarte do direito do trabalho vivenciado no país, desde o início da chamada era da acumulação flexível, que no país tem início nos anos de 1990.

Para tanto, revisitou-se as origens da legislação trabalhista no Brasil, o surgimento da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e da Constituição Federal de 1988, como instrumentos de proteção social ao trabalho, os impactos do neoliberalismo e da flexibilização na regulação do trabalho no país sofridos desde então, até o advento da Reforma Trabalhista, no Governo Temer, com a promulgação das leis 13.429/17 e 13.467/17. Por fim, buscou-se verificar as condições de efetividade da chamada "CLT de Temer", com especial atenção para grupos mais vulneráveis da população, a exemplo da juventude trabalhadora.

O desenvolvimento do curso se deu com um forte caráter multidisciplinar, destacando a importância do diálogo entre as ciências para a construção do conhecimento sobre o 'trabalho' e contou com a participação de professores convidados, a saber: Renata Dutra, Paula Freitas, Vander Costa, Felipe Estrela, Paulo Pena, Luis Filgueiras e Selma Silva, que abordaram o tema a partir de múltiplos aspectos como Direito Sindical, Constitucional, Acesso à Justiça, Trabalho Rural, Saúde do Trabalhador, além de pensá-lo na atual conjuntura econômica e em uma perspectiva comparada com o caso francês.

Tendo em vista o conteúdo imane do tema com a mais recente realidade social brasileira, o curso buscou superar os marcos estritamente acadêmicos da disciplina, primando pela realização de debates abertos e contou com a efetiva participação de trabalhadores, representantes sindicais, profissionais da saúde, advogados, magistrados do trabalho, servidores públicos, dentre outros.

No mesmo sentido, a forma de avaliação proposta se deu com a produção de conteúdos diversos pelos alunos que pudessem de alguma forma alcançar outros setores da sociedade, frutificando os debates desenvolvidos na sala da aula, tais como: vídeos, entrevistas, artigos, panfletos e cartilhas, informando sobre as alterações promovidas pela reforma trabalhista, em seus mais diversos aspectos.

Os resultados apontaram, a partir do esforço coletivo de compreensão do fenômeno tão recente e que se desdobrava durante a realização do curso, que a reforma atingiu com sucesso pontos nodais da regulação do trabalho no país, como a prevalência do negociado sobre o legislado e a limitação da terceirização. Revelou ainda que a complexidade do fenômeno exige um olhar abrangente, que integre as diversas áreas do conhecimento.

Desse modo, embora sejam nebulosas as consequências advindas da sua aprovação, tendo em vista a sua recente vigência e que há ainda um processo aberto de discussão e de prática entre os mais diferentes agentes sociais, é certo que ela surge em um período histórico de profunda crise social, política e econômica e se insere uma dinâmica que

o próprio trabalho assume na era da acumulação flexível, ou seja, um processo de precarização social. À academia cabe o papel de problematizá-la em um diálogo aberto com a sociedade e este foi o intuito desta experiência docente.

#### ✓ SEMINÁRIO

Seminários em torno de questões teórico-conceituais e de pesquisa em Sociologia das Emoções.

11 de julho de 2018 – *A Dimensão social Relacional do Amor* (Dra. Marieze Rosa Torres)

28 de agosto de 2018 – *Amizade* (Me. Patrícia Smith)

215	MICHAEL LÖWY'S POLYSEMIC WORK – INTRODUCTION <i>Ricardo Antunes, Ricardo Festi, Fabio Querido</i>
221	A YOUNG MARXIST IN THE EARLY DAYS OF THE SOCIOLOGY OF WORK: interview with Michel Löwy <i>Ricardo Festi</i>
229	STRUCTURE AND WORK CLASS CONSCIOUSNESS IN BRAZIL <i>Michael Löwy</i>
239	MICHAEL LÖWY AND THE SOCIOLOGY OF WORK: the discovery of the class consciousness of the working class <i>Ricardo Festi</i>
253	THE LIBERTARIAN MARXISM OF MICHAEL LÖWY <i>Enzo Traverso</i>
263	FROM SÃO PAULO TO PARIS: the young Michael Löwy between socialism and sociology <i>Fabio Mascaro Querido</i>
277	A MARXISM OF ELECTIVE AFFINITIES: the sociological adventure of Michael Löwy <i>Marco Aurélio Santana</i>
289	MICHAEL LÖWY, READER OF LUKÁCS <i>Ricardo Musse</i>
303	ROMANTISM, PROGRESS CRITICISM AND ECOSOCIALISM <i>Renán Vega Cantor</i>
321	TWO MASTERS IN THE PERIPHERY OF CAPITALISM: Michael Löwy and Mariategui <i>Ruy Braga, Deni Alfaro Rubbo</i>
335	DEPRESSIVE DISORDERS AND CONTEMPORARY CAPITALISM <i>Elton Corbanezi</i>
355	HONNETH'S AND UNGER'S THEORIES OF LABOR: recognition and inclusive productivism <i>Ricardo Visser</i>
373	INDUSTRIAL DEVELOPMENT AND LABOUR MARKET: social contestation and recent transformations on siderurgical production in eastern Amazon <i>Roberto Martins Mancini, Marcelo Sampaio Carneiro</i>
389	THE FORGOTTEN DIMENSION: the question of agency in sugarcane harvest work <i>Jaime Santos Júnior</i>
407	FROM THE LOSS OF LEGITIMACY TO POLARIZATION: the parties and party systems of Argentina and Venezuela <i>João Carlos Amoroso Botelho</i>
	<b>REVIEW</b>
427	TRABALHADORES NO TRIBUNAL: conflitos e justiça do trabalho em São Paulo no contexto do golpe de 1964 of Fernando Teixeira da Silva <i>Renata Queiroz Dutra</i>
435	TABLE OF CONTENTS
436	TABLE DES MATIÈRES

215	LE TRAVAIL POLYSÉMIQUE DE MICHAEL LÖWY - INTRODUCTION <i>Ricardo Antunes, Ricardo Festi, Fabio Querido</i>
221	UN JEUNE MARXISTE DANS LES PREMIERS TEMPS DE LA SOCIOLOGIE DU TRAVAIL: entretien avec Michel Löwy <i>Ricardo Festi</i>
229	STRUCTURE DE LA CONSCIENCE DE CLASSE OUVRIÈRE AU BRÉSIL <i>Michael Löwy</i>
239	MICHAEL LÖWY ET LA SOCIOLOGIE DU TRAVAIL: la découverte de la conscience de classe de la classe ouvrière <i>Ricardo Festi</i>
253	LE MARXISME LIBERTAIRE DE MICHAEL LÖWY <i>Enzo Traverso</i>
263	DE SÃO PAULO À PARIS: le jeune Michael Löwy entre socialisme et sociologie <i>Fabio Mascaro Querido</i>
277	UN MARXISME DES AFFINITÉS ELECTIVES: l'aventure sociologique de Michael Löwy <i>Marco Aurélio Santana</i>
289	MICHAEL LÖWY, LECTEUR DE LUKÁCS <i>Ricardo Musse</i>
303	ROMANTISME, CRITIQUE DU PROGRES ET ECOSOCIALISME <i>Renán Vega Cantor</i>
321	DEUX MAÎTRES DANS LA PÉRIPHÉRIE DU CAPITALISME: Michael Löwy et Mariategui <i>Ruy Braga, Deni Alfaro Rubbo</i>
335	TROUBLES DÉPRESSIFS ET CAPITALISME CONTEMPORAIN <i>Elton Corbanezi</i>
355	LA THÉORIE DU TRAVAIL DE HONNETH ET UNGER: reconnaissance et productivisme inclusif <i>Ricardo Visser</i>
373	DEVELOPPEMENT INDUSTRIEL ET MARCHÉ DU TRAVAIL: protestation sociale et changements récents dans la production d'acier dans l'Amazonie <i>Roberto Martins Mancini, Marcelo Sampaio Carneiro</i>
389	LA DIMENSION OUBLIÉE: la question de l'agence dans les travaux de récolte de la canne <i>Jaime Santos Júnior</i>
407	DE LA PERTE DE LA LÉGITIMITÉ À LA POLARISATION: les partis et les systèmes de partis en Argentine et au Venezuela <i>João Carlos Amoroso Botelho</i>
	<b>REVIEW</b>
427	TRABALHADORES NO TRIBUNAL: conflitos e justiça do trabalho em São Paulo no contexto do golpe de 1964 of Fernando Teixeira da Silva <i>Renata Queiroz Dutra</i>
435	TABLE OF CONTENTS
436	TABLE DES MATIÈRES

# INSTRUÇÕES AOS AUTORES

## ESCOPO E POLÍTICA

O CADERNO CRH – revista quadrimestral de Ciências Sociais, aceita a colaboração livre de textos inéditos, de reconhecido interesse acadêmico e atualidade das ciências sociais, na forma de artigos, ensaios bibliográficos e resenhas. Cada número contém um dossiê temático sobre tema específico organizado a partir de autores convidados, de reconhecida experiência acadêmica, e que represente contribuição original ao debate, os quais são igualmente submetidos ao processo de revisão pelos pares.

Em ambos os casos é imprescindível que os trabalhos sejam enviados para os editores em sua forma final, apresentem consistência teórica, coerência quanto às fundamentações e alguma originalidade. Informações técnicas devem ser evitadas no corpo do texto e se limitarem ao fundamental. Os artigos não devem ser submetidos simultaneamente pelo autor a mais de um periódico nacional.

A publicação dos textos está condicionada a pareceres do Conselho de Redação e Editorial, garantindo o anonimato de autores e avaliadores. Eventuais sugestões de modificação de estrutura ou conteúdo, por parte da Editoria, serão previamente acordadas com os autores. Não serão admitidos acréscimos ou modificações depois que os trabalhos forem entregues para composição final.

## NATUREZA DOS ARTIGOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

**A revista aceita os seguintes tipos de contribuições:**

**DOSSIÊ TEMÁTICO** - o editor convidado (organizador do dossiê) solicita aos autores que encaminhem artigos originais relativos à temática previamente decidida, conforme o planejamento da revista, deliberando sobre a sua publicação com base em pareceres. A Editora faz a leitura final, podendo sugerir eventuais ajustes de estrutura e forma para adequá-lo à política editorial da revista.

**ARTIGOS DE DEMANDA LIVRE** - Os textos passam inicialmente por uma conferência preliminar relativa às normas exigidas para publicação (o não cumprimento das orientações implicará na interrupção desse processo), sendo remetidos ao Conselho de Redação, que analisa a natureza da matéria e sua adequação à política editorial, deliberando sobre encaminhamentos. Posteriormente seguem para avaliação de pareceristas, garantindo anonimato de autores e consultores.

Todos os artigos (dossiê e demanda livre) podem sofrer eventuais modificações de forma ou conteúdo pela Editora, mas essas serão previamente acordada com os autores. A revista não aceita acréscimos ou modificações dos autores após iniciado o processo de composição final.

**RESENHAS** - podem se originar tanto de demanda livre como por convite, garantindo o fluxo da programação. O Conselho Editorial e o editor de resenhas decidem quanto à publicação, levando em conta temática, atualidade, qualidade e boa redação.

Os artigos são de inteira responsabilidade de seus autores e a sua publicação não exprime endosso do Conselho Editorial ou do Conselho de Redação às suas afirmações. Os textos não serão devolvidos aos autores e somente após sua revisão (quando for o caso) e aceitação final será indicado em que número será publicado. Os autores receberão dois exemplares do número após publicado.

Situações que possam estabelecer **conflito de interesse** de autores e revisores devem ser esclarecidas. Por conflito de interesses se entende toda situação em que um indivíduo é levado a fazer julgamento ou tomar uma decisão da qual ele próprio possa tirar benefício direto ou indireto. No caso de haver restrições de financiadores e patrocínio de pesquisas, ou de co-autorias e de participações nas pesquisas que deram origem ao texto, o primeiro autor deve trazer autorizações explícitas que garantam a publicação. No caso dos avaliadores, estes devem indicar explicitamente situações que possam resultar em benefício a ele ou a colaborador próximo; ou situações de potenciais conflitos de interesse relativos ao texto em análise.

O CADERNO CRH reserva-se todos os direitos autorais dos artigos publicados, permitindo, no entanto, sua reprodução com a devida citação da fonte.

## NORMAS EDITORIAIS

- Os textos deverão ter em torno de 30 páginas em espaço duplo, incluindo notas e referências bibliográficas. Devem ser enviados completos e revisados pelo autor através do site [www.cadernocrh.ufba.br](http://www.cadernocrh.ufba.br) ou pelo email [revcrh@ufba.br](mailto:revcrh@ufba.br), em Word (fonte Times New Roman, corpo 12). No caso das resenhas os textos devem ter, no máximo, 06 páginas. O dossiê deverá ficar em torno de 180 páginas.
- A **página inicial** (em separado) deve indicar: *título* do artigo (até 70 caracteres); *nome do (s) autor(es)*; *resumo*, *abstract* e *resumé* do artigo (até 150 palavras) e cinco *palavras-chave*. O resumo deve apresentar objetivos, métodos e conclusões do texto. Todos os autores devem ser identificados com endereço institucional e residencial completo, telefones, *email* e sinopse curricular (dados sobre formação acadêmica, afiliação institucional e principal publicação. Até 150 palavras).
- Os textos devem ter no máximo três níveis de **intertítulos**, assim hierarquizados: 1º **INTERTÍTULO - MAIÚSCULAS** em negrito; 2º **Intertítulo** - apenas as **Iniciais Maiúsculas** e em negrito; 3º *Intertítulo* – apenas *Iniciais em Maiúscula* e tipo itálico.

- As **notas** são substantivas e não bibliográficas e dizem respeito a informações e/ou comentários complementares. Não devem ultrapassar cinco linhas.
- As **citações textuais** devem aparecer “entre aspas” e não se utilizará nem **negrito** nem *itálico* para este fim.
- **Uso de itálicas** - as itálicas devem ser usadas para ressaltar conceitos que se constituem em idéias-força que o autor quer destacar. Em nenhum caso deverá usar-se **negrito** ou sublinhado para este fim. As itálicas se aplicam também a todo *termo estrangeiro* que o autor utiliza no texto.
- Os **números cardinais** que se referem a enumerações se escrevem em letras, excetuando-se datas, anos de idade, tabelas e gráficos, volumes ou páginas; quando estão seguidos de unidades de medida; e quando correspondem a porcentagens. Nenhum parágrafo deve começar por um número escrito em cifras.
- **Gráficos e tabelas** devem ser enviados separados do arquivo do texto, numa versão em preto e branco e dentro da mancha da revista, indicando o lugar de sua inclusão no texto.
- As **citações bibliográficas** devem obedecer às normas da ABNT – NBR 10520, incluindo-as no texto. Ex. (Martins, 1986) Quando aparecem entre aspas deve-se acrescentar o número da página Ex.: (Martins, 1986, p. 95). Vários documentos de um mesmo autor com datas iguais devem ser distinguidos mediante acréscimo de letras minúsculas em ordem alfabética. (Ex.: Martins, 1986a) (Martins, 1996b). A referência a idéias de um autor (es) no texto, sem sua transcrição, segue o exemplo. Ex.: (Cf. Martins, 1986). Antes de enviar o texto o autor deve compatibilizar as citações com as referências bibliográficas.
- As **referências bibliográficas** ao final do artigo seguem a ordem alfabética pelo sobrenome do autor (maiúscula), nome, título, subtítulo (se houver), edição, local, editora, data da publicação, página e/ou volume, obedecendo às normas da ABNT, conforme exemplos abaixo:

#### **LIVRO**

EDER, K. *A nova política de classes*. São Paulo: EDUSC, 2002. 362p.

#### **LIVRO DE VÁRIOS AUTORES**

DONIOL-SHAW, G. et al. *Les plans d'égalité professionnelle: Étude/Bilan, 1983-1988*. Paris: La Documentation Française, 1989.

#### **CAPÍTULO DE LIVRO**

DINIZ, E. De Sarney a Collor: as metamorfoses da agenda pública. In: \_\_\_\_\_. *Crise, reforma do Estado e governabilidade*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 113-138.

#### **ARTIGO EM COLETÂNEA ORGANIZADA PELO AUTOR**

ZICCARDI, Alicia. Las ciudades y la cuestión social. In: \_\_\_\_\_ (Org.) *Pobreza, desigualdad social y ciudadanía*.

Los límites de las políticas sociales en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2001. p. 85-126. (Colección grupos de trabajo).

#### **ARTIGO EM COLETÂNEA ORGANIZADA PELO AUTOR EM CONJUNTO COM OUTRO**

HIRATA, H. Apresentação à edição brasileira. In: MARUANI, M; \_\_\_\_\_. (Orgs.) *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: SENAC Editora. 2003. p. 15-20.

#### **ARTIGO EM COLETÂNEA ORGANIZADA POR OUTRO AUTOR**

SILVA, Léa da. Somos todos iguais? In: LOVELL, P. (Org.) *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1991. p.161-170.

#### **ARTIGO EM REVISTA**

HIRSCH, J. Políticas Ambientais Globais. *Caderno CRH*, Salvador, Centro de Recursos Humanos da UFBA, v. 14, n.35, p.107-122, jul./dez. 2001.

#### **TESE ACADÊMICA**

JESUS, S.C.S. *A crise do 'habitus' fordista: um estudo do processo de reestruturação do Banco do Brasil*. 2003. 154 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia.

#### **OBRAS CONSULTADAS POR MEIO ELETRÔNICO**

BOYER, R. Existe una crisis del Estado de bienestar? Estudio comparativo de la politica social de Francia. In: OIT. Organización Internacional del Trabajo. 2002. Disponível em <http://www.ilo.com/ses>. Acesso em: 01.11.2003

#### **SEMINÁRIOS E CONGRESSOS**

SANTOS, MILTON. INOVAÇÃO METROPOLITANA E ECONOMIA SEGMENTADA. IN: SEMINÁRIO METROPOLITANIZAÇÃO E SEDE URBANA- PERSPECTIVA DOS ANOS 90. RIO DE JANEIRO. RIO DE JANEIRO: IPPUR/CNPQ. 1990.

#### **SEGUNDA OCORRÊNCIA DO MESMO AUTOR**

GOFFMAN, E. *Encounters: two studie in the sociology of interaction*. Indianápolis: Bobbs-Merrill Educational Publishing. 1961.

\_\_\_\_\_. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes. 1983.

#### **INDICAÇÃO DE EDIÇÃO ORIGINAL A OBRA (quando necessário)**

No corpo do texto: (Durkheim, [1895] 1989).

Observação: A data entre colchete indica o ano de publicação original da obra. Ela só é indicada na primeira citação da obra no texto. Nas seguintes registra-se apenas a data da edição consultada pelo autor. Ex.: (Durkheim, 1989) (N.E.)

Nas referências bibliográficas:

Durkheim, Émile. *A divisão do trabalho social*. 1ª edição [1895]. Lisboa: Editorial Presença Ltda, 1989.

#### **OBRA EM OUTRO IDIOMA**

Não traduzir dados de referência, cf. GOFFMAN (1961) no exemplo acima.

# Caderno

# CRH

EDITOR CIENTÍFICO: Iracema Brandão Guimarães

COEDITOR CIENTÍFICO: Cristiana Mercuri, Jair Batista da Silva

EDITOR RESENHA: Graça Druck, Jair Batista da Silva

EDITOR ASSISTENTE: Maria Auxiliadora dos Santos Alencar

SECRETARIA EXECUTIVA: Maria Auxiliadora dos Santos Alencar

CONSELHO DE REDAÇÃO: Alvino Oliveira Sanches Filho, Anete Brito Leal Ivo, Graça Druck, Inaiá Maria Moreira de Carvalho, Iracema Brandão Guimarães, Jair Batista da Silva, Paulo Fabio Dantas Neto

## ASSINATURA

NACIONAL R\$ 50,00 ( )  
INTERNACIONAL US\$ 50 ( )

Número(s) Avulso(s) ( ): \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Formas de pagamentos:

- a) Cheque nominal à UFBA/CRH ( )  
b) Boleto Banco do Brasil (GRU) - solicitar através de e-mail  
ou telefone: (071) 3283-5857 / 3283-5856

Após preenchimento enviar via fax para (71) 3283-5856, juntamente com o comprovante de pagamento (GRU), ou via correio, com cheque anexado.

Nome: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_

Local de Trabalho: \_\_\_\_\_

End. para remessa: ( ) residencial ( ) comercial:

Rua: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

País: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_ Tel: ( ) \_\_\_\_\_ Fax: ( ) \_\_\_\_\_

Celular: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades – CRH/FFCH/UFBA  
Editoria “Caderno CRH”  
Estrada de São Lázaro, 197 – Federação  
40.210-730 Salvador – Bahia – Brasil  
Fone: 55 (71) 3283-5857 Fax: 55 (71) 3283-5851  
www.scielo.br/ccrh www.cadernocrh.ufba.br revcrh@ufba.br



# TABELA DE PREÇOS

<b>Caderno Nº</b>	<b>TÍTULOS DISPONÍVEIS</b>	<b>Valor em R\$</b>
<b>50</b> maio/ago.2007	Regimes de Bem-Estar e Pobreza (Org. Dossiê - Anete Brito Leal Ivo)	20,00
<b>51</b> set./dez.2007	Globalização e Trabalho (Org. Dossiê - Paola Cappellin, Chistian Azaís)	20,00
<b>52</b> jan./abr.2008	Representação Política no Brasil (Org. Dossiê - Adrian G. Lavalle, Cícero Araujo)	20,00
<b>53</b> maio/ago.2008	América Latina no Século XXI (Org. Dossiê - Heriberto Cairo)	20,00
<b>55</b> jan./abr.2009	Finanças, Política e Território (Org. Dossiê - Leila Christina Dias)	20,00
<b>57</b> set./dez.2009	Povos Indígenas do Brasil (Org. Dossiê - Heloisa Pagliaro)	20,00
<b>58</b> jan./abr.2010	A Periferia em Debate (Org. Dossiê - Anete Brito Leal Ivo)	20,00
<b>59</b> maio/ago.2010	Metrópole (Org. Dossiê - Inaiá M <sup>a</sup> Moreira de Carvalho)	20,00
<b>60</b> set./dez. 2010	Policimento e Polícia (Org. Dossiê - Eduardo Paes-Machado, Jacqueline de O. Muniz)	20,00
<b>61</b> jan./abr.2011	Corpos, Lugares e Coisas (Org. Dossiê - Elena Calvo González, Iara Ma. de A. Souza, Paulo C. Alves)	20,00
<b>SPE 01</b> 2011	Trabalho, Precarização e Resistências (Org. Dossiê - Graça Druck, Tânia Franco)	20,00
<b>62</b> maio/ago. 2011	Teoria Crítica (Org. Dossiê - Luiz Repa, Ricardo Terra)	20,00
<b>63</b> set./dez. 2011	Conhecimento e Inovação (Org. Dossiê - Sonia K. Guimarães)	20,00
<b>64</b> jan./abr. 2012	Amazônia (Org. Dossiê - Edna Castro)	20,00
<b>65</b> maio/ago. 2012	Desenvolvimento e Cooperação Internacional (Org. Dossiê - Elsa Sousa Krachete)	20,00
<b>SPE 02</b> 2012	Conhecimento e Ação (Org. Dossiê - João Carlos Salles)	20,00
<b>66</b> set./dez. 2012	Sociologia Econômica (Org. Dossiê - Marcelo Sampaio, Cristiano Fonseca Monteiro)	20,00
<b>67</b> jan./abr. 2013	Estágio Último da Crise: dimensões (Org. Dossiê - Jorge Nóvoa)	20,00
<b>68</b> maio/ago. 2013	Trabalho e Desenvolvimento: um debate atual? (Org. Dossiê - José Ricardo Ramalho, Roberto Vêras de Oliveira)	20,00
<b>69</b> set./dez. 2013	Ciência e Religião (Org. Dossiê - João Carlos Salles)	20,00
<b>70</b> jan./abr. 2014	Trabalho Imaterial (Org. Dossiê - Henrique Amorim)	20,00
<b>71</b> maio/ago. 2014	Habitação e Aluguel Social no Brasil (Org. Dossiê - Nelson Baltrusis, Laila Nazem Mourad)	20,00
<b>72</b> set./dez. 2014	As Políticas Sociais Brasileiras (Org. Dossiê - Isabel P. H. Georges, Cibele S. Rizek, Marco Ceballos)	20,00
<b>73</b> jan./abr. 2015	Sociologia periférica e questão racial: revisitando Guerreiro Ramos (Org. Dossiê - Breno Bringel, Christian Lynch, Marcos Chor Maio)	20,00
<b>74</b> maio/ago. 2015	Democratização do ensino superior? (Org. Dossiê - Maria Ligia de Oliveira Barbosa)	20,00
<b>75</b> set./dez. 2015	Para onde foram os sindicatos? (Org. Dossiê - Marco Aurélio Santana)	20,00
<b>SPE 03</b> 2016	Brasil na América do Sul: cooperação, democracia e desenvolvimento (Org. Dossiê - Denise Vitale)	20,00
<b>76</b> jan./abr. 2016	A cooperação Sul-Sul do Brasil com a África (Org. Dossiê - Enara Echart Muñoz)	20,00
<b>77</b> maio/ago. 2016	Ambiente e desenvolvimento (Org. Dossiê - Rodrigo Salles Pereira dos Santos, Neide Esterci)	20,00
<b>78</b> set./dez. 2016	Sociologia da cultura contemporânea (Org. Dossiê - Edson Farias, Elder Maranhães Alves)	20,00
<b>79</b> jan./abr. 2017	Trabalho: novos e velhos contextos (Org. Dossiê - Iracema B. Guimarães)	20,00
<b>80</b> maio/ago. 2017	Competição Política: Brasil e Argentina (Org. Dossiê - Gabriela Tarouco, Paulo Fábio Dantas Neto)	20,00
<b>81</b> set./dez. 2017	A atualidade de André Gorz (Org. Dossiê - Josué Pereira da Silva)	20,00
<b>82</b> jan./abr. 2018	Atores em disputas urbanas (Org. Dossiê - John Gledhill, Maria Gabriela Hita)	20,00